



II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 1: RURALIDADES E MEIO AMBIENTE

SESSÃO 1

A VALORAÇÃO ECONÔMICA DA ÁGUA EM CONTEXTOS DE RURALIDADE: SÍNTESE DE ESTUDOS DE CASO

Raiza Campregher (UFSCar); Rodrigo Constante Martins (UFSCar)
raiza.campregher@gmail.com; rmartins@ufscar.br;
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

1. Introdução

Nas últimas décadas, a moderna questão ambiental emergiu como uma pauta de destaque a nível internacional. Estados nacionais e organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, passaram a reconhecer a necessidade da regulamentação da exploração dos recursos naturais e da implementação de políticas ambientais. Nessa tendência de maior controle da atividade humana sobre a natureza, destacou-se a adoção de instrumentos econômicos de gestão do meio ambiente. Tais instrumentos estão baseados, em sua maioria, na economia ambiental neoclássica e tem por objetivo induzir os agentes econômicos a se comportarem de acordo com padrões socialmente desejados. Dentre esses instrumentos, os mais frequentes são as tarifas e/ou impostos sobre atividades causadoras de danos ambientais, a valoração dos recursos naturais e os leilões de cotas negociáveis de poluição.

No Brasil e, em especial, no estado de São Paulo, as novas pautas políticas relativas a regulação ambiental influenciaram as mudanças na legislação nacional (em 1997) e estadual (em 1991) dos recursos hídricos. A Lei Estadual nº 7.663 determina toda a estrutura de gestão das águas no estado paulista, a qual passaria a ser realizada regionalmente através dos Comitês de Bacia Hidrográfica – órgãos consultivos e deliberativos, com participação paritária do Estado, municípios e sociedade civil. O sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos contaria ainda com dois instrumentos de gestão: a outorga de direitos de uso e a cobrança pelo uso da água. A cobrança, baseado no princípio da valoração ambiental, teria como objetivo a indicação do nível de escassez do recurso e a promoção de seu uso racional através de estratégias de precificação.

Contudo, a literatura sociológica da temática das águas vem debatendo se tais objetivos são de fato alcançados através desse mecanismo e quais seriam os impactos dessa cobrança nas esferas econômica, social e política dos territórios afetados. Em específico, questiona-se nesse trabalho qual é o impacto da cobrança pelo uso da água em contextos de ruralidade, levando-se em consideração que a agricultura, e demais atividades econômicas nos meios rurais, estão fortemente atreladas ao uso de recursos hídricos e, principalmente, a população rural tem percepções particulares da sua relação com a água. Nesse sentido, o objetivo aqui é realizar uma revisão dos principais estudos sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos em contexto de ruralidade. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico tanto da literatura econômica neoclássica acerca da valoração ambiental, como de estudos de caso pertinentes à temática. Optou-se pelo enfoque no estado de São Paulo devido a seu pioneirismo na implantação da gestão descentralizada das águas e na cobrança por sua utilização.

Inicialmente abordaremos os principais conceitos da teoria econômica neoclássica e da economia ambiental. Na sequência, se apresentará as legislações paulistas que regulamentam a cobrança pelo uso da água. Na terceira seção, são discutidos dois estudos de caso – Barra Bonita e Paranapanema – e observaremos as diferentes reações a esse instrumento econômico de gestão. Por fim, seguirão as considerações finais.

2. Valoração econômica da água

A teoria econômica neoclássica (ou marginalista) é um modelo científico abstrato de representação da realidade. Baseia-se na simplificação do mercado, com foco na eficiência com a qual os recursos são usados para produzir bens e na eficiência com a qual esses bens são distribuídos entre os consumidores (GOWDY e O'HARA, 1995). O modelo neoclássico retoma os principais argumentos do liberalismo clássico amparados por um amplo arcabouço matemático.

Para os economistas neoclássicos os indivíduos agiriam no mercado de forma racional, com o objetivo de maximizar seus ganhos (prazeres) e minimizar seus custos (sofrimento) (HUNT e SHERMAN, 1977; JEVONS, 1996). Segundo Jevons (1996), os prazeres e os sofrimentos são tudo aquilo que nos interessa e que nos conduz à ação. A racionalidade, a qual se referem estes economistas, diz respeito a uma virtude intelectual

calculista, de dedução por processos lógicos a partir de premissas válidas. Ela é entendida como uma escolha racional em si, caracterizando-se por um sentido de universalidade (MARTINS, 2004; MARTINS, 2012).

Com relação ao mercado, ele é formado, segundo o marginalismo econômico, por duas categorias principais: os produtores, agentes econômicos que fabricam bens a partir de fatores de produção, e os consumidores, que compram os bens finais do processo produtivo. Por bens entende-se quaisquer objetos, substâncias, ações ou serviços capazes de proporcionar prazer ou afastar sofrimento, isto é, quaisquer coisas que tenham utilidade (JEVONS, 1996). Dessa forma, o mercado é definido como o local onde se dão as trocas de bens, serviços e fatores de produção entre consumidores e produtores (GOWDY e O'HARA, 1995).

A teoria da troca tem como objetivo descrever as regras de comportamento que possibilitam aos consumidores ganhar o máximo possível de prazer a partir de quantias limitadas de bens disponíveis e de meios limitados de obtê-los (GOWDY e O'HARA, 1995). A troca, então, se daria quando a utilidade do bem que se adquire é igual à utilidade do bem trocado, o que é igual a dizer que a troca acontece quando os bens tem o mesmo valor. Diferentemente das correntes econômicas centradas no trabalho, a escola neoclássica define a origem do valor através da utilidade e da escassez do bem. A utilidade, como indicado anteriormente, refere-se a capacidade do bem de atrair prazer e afastar sofrimento. A escassez diz respeito a quantidade disponível do bem no mercado (WALRAS, 1983; PARETO, 1984). Assim, o valor não é uma característica intrínseca do bem, ele apenas representa a circunstância da relação de troca de dois bens (JEVONS, 1996).

O equilíbrio na troca ocorre quando nenhuma troca adicional causará maior prazer a um indivíduo sem causar maior sofrimento a outrem (GOWDY e O'HARA, 1995). De modo geral, o equilíbrio é definido por Pareto (1984) como o momento no qual os movimentos permitidos pelos prazeres são impedidos pelos movimentos dos sofrimentos, e vice versa, de forma que nenhum movimento se produz.

A segunda teoria neoclássica, a teoria da produção, é análoga a teoria da troca. Ela busca descrever o processo de alocação de fatores de produção de forma a maximizar o prazer do produtor, isto é, maximizar sua produção e seu lucro. Os fatores de produção mínimos dessa teoria são terra, capital e trabalho. O equilíbrio na produção, assim como na troca, é a situação na qual nenhuma troca adicional de fatores de produção entre os

produtores poderá aumentar a quantidade de um bem produzido sem diminuir a quantidade de outro bem (GOWDY e O'HARA, 1995).

Por fim, a teoria do equilíbrio geral afirma que o equilíbrio geral da economia (ou optimum de Pareto) acontece quando há simultaneamente equilíbrio na troca e equilíbrio na produção, e quando uma terceira condição é atendida: a taxa com a qual os produtores desistem de produzir um bem para produzir mais de outro bem deve ser igual a taxa com a qual os consumidores estão dispostos a substituir o primeiro bem pelo segundo, mantendo o mesmo nível de prazer (GOWDY e O'HARA, 1995). Assim, de acordo com a teoria neoclássica, quando uma economia se encontra no estado de equilíbrio geral, ela está estabilizada nas melhores condições e está gerando o maior bem-estar possível para a sociedade. Dessa maneira os economistas demonstram que a busca racional por interesses privados no mercado leva, naturalmente, ao melhor resultado para todos os indivíduos (MARTINS, 2004).

Numa economia complexa, porém, as preferências dos consumidores e produtores são representadas no mercado através dos preços. O sistema de preços cria um fluxo monetário para transferir dinheiro dos consumidores para os produtores – em troca de bens e serviços – e para transferir dinheiro dos produtores para os consumidores – em troca de fatores de produção. O preço de equilíbrio é definido pela interação entre consumidores e produtores e suas disposições em pagar/receber por um bem ou fator de produção (GOWDY e O'HARA, 1995).

Com base nesses conceitos da teoria neoclássica, nasceu uma nova vertente de pensamento econômico voltada para o estudo da relação entre o meio ambiente e as relações econômicas. Para a economia ambiental, os recursos naturais são um conjunto de bens que não podem ser produzidos pelo homem. Apesar dessa especificidade, há a tentativa de tratá-los como mercadorias manufaturadas: eles são compreendidos como ativos ambientais e são inseridos na modelagem neoclássica de alocação eficiente, tendo seu valor definido pelos sistemas de mercado e de preços (MARTINS, 2004). Porém, os recursos naturais são bens públicos não-rivais, o que inviabiliza a manifestação das preferências individuais. Isso significa que os produtores e consumidores tem livre acesso a esses recursos, e o uso que um indivíduo faz da natureza não implica o não-uso de outrem. Assim, não é necessário que os agente econômicos façam lances no mercado para

terem acesso a um recurso natural pois, em teoria, esse acesso existe independente de suas preferências (MARTINS, 2004; GOWDY e O'HARA, 1995).

Como consequência da não-rivalidade dos recursos ambientais, os resultados do uso desses bens se configuram como *externalidades* da atividade econômica, sejam elas positivas ou negativas. Externalidades são definidas “como sendo os efeitos gerados pela atividade de um agente econômico sobre outrem, afetando, assim, sua função de utilidade e por conseguinte, o próprio equilíbrio do mercado” (MARTINS, 2004, p. 18).

As externalidades negativas, portanto, acontecem quando o bem-estar de um agente econômico é afetado negativamente pela ação de outro sem que haja uma compensação (GOWDY e O'HARA, 1995). Outra maneira de compreender esse efeito é dizer que o custo social de um bem é maior que seu custo privado e, conseqüentemente, o seu preço de mercado é mais baixo do que aquele necessário para o equilíbrio geral da economia. Esse baixo preço dos recursos naturais aumenta sua demanda, podendo levar a completa exaustão ou degradação do meio ambiente (MARQUES e COMUNE, 1996).

Dentro do paradigma neoclássico, a solução para as externalidades negativas seria sua internalização por parte do agente causador, ou seja, incluir no preço do bem o custo do dano ambiental causado pela sua produção (GOWDY e O'HARA, 1995). O objetivo dessa medida seria trazer a economia novamente ao optimum de Pareto através da diminuição da demanda por ativos ambientais, da promoção do seu uso racional e do incentivo ao desenvolvimento científico em prol de tecnologias sustentáveis. Entretanto, devido a ausência de propriedade privada dos recursos naturais, não há pressão social para que o agente causador arque com os custos sociais da sua ação. Por esse motivo, de modo geral, vem sendo atribuída aos governos nacionais a função de gerir as disputas políticas e econômicas em torno da degradação ambiental (MARTINS, 2004).

Nesse sentido, certos autores neoclássicos defendem a valoração ambiental, isto é, a determinação do significado econômico dos recursos naturais e a estimativa do seu valor monetário. A valoração, além de incorporar os custos da degradação ambiental, também serviria para refletir os níveis de escassez de parte dos recursos naturais junto ao mercado. Esse procedimento seria suficiente para incluir as externalidades negativas na lógica de funcionamento do sistema de mercado, de modo que os agentes econômicos automaticamente levariam em consideração os novos custos nas suas escolhas racionais de produção e consumo (MARTINS, 2004).

No que se refere a gestão de recursos hídricos, existem dois instrumentos econômicos mais recorrentes em âmbito mundial: a criação de mercados de água – no qual são atribuídos direitos privados de água aos agentes econômicos, que os transacionam livremente no mercado – e a cobrança pelo uso da água (MARTINS, 2004). No Brasil, foi adotada o modelo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, bastante inspirado no modelo francês de governança da água, que será discutido adiante.

A cobrança pelo uso da água é definida pela atribuição de um valor monetário aos recursos hídricos, na forma de taxas, impostos ou preços cobrados sobre o uso ou contaminação da água. Esse instrumento possibilita a responsabilização dos indivíduos pelas externalidades produzidas por suas atividades econômicas, de forma a igualar (ou, ao menos, aproximar) os custos privados e os custos sociais. Além disso, a receita gerada pela cobrança auxiliaria na manutenção financeira do sistema local de gestão dos recursos hídricos (MARTINS, 2004).

No estado de São Paulo, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos está prevista em lei deste 1991, com o Artigo 14 da Lei Paulista de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663, de 30 de Dezembro de 1991). Segundo esta lei, a cobrança seria um instrumento de gestão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, juntamente à outorga do direito de uso.

“Artigo 14 – A utilização dos recursos hídricos será cobrada na forma estabelecida nesta Lei e em seu regulamento, obedecidos os seguintes critérios:

I – cobrança pelo uso ou derivação, considerará a classe de uso preponderante em que for enquadrado corpo de água onde se localiza o uso ou derivação, a disponibilidade hídrica local, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a vazão captada e seu regime de variação, o consumo efetivo e a finalidade a que se destina; e

II – cobrança pela diluição, transporte e assimilação de efluentes de sistemas de esgoto e de outros líquidos, de qualquer natureza, considerará a classe de uso em que for enquadrado o corpo d’água receptor, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a carga lançada e seu regime de variação, ponderando-se, dentre outros, os parâmetros orgânicos físico-químicos dos efluentes e a natureza da atividade responsável pelos mesmos.” (SÃO PAULO, 1991).

Contudo, apenas em 2005 foram regulamentados os termos da cobrança pelo uso da água no estado, por meio da Lei nº 12.183 de 29 de Dezembro de 2005. Pela legislação, os objetivos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos são:

“SEÇÃO 1

Do Objetivo e da Implantação da Cobrança

Artigo 1º - A cobrança pela utilização dos recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem público de valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar o uso racional e sustentável da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e saneamento, vedada sua transferência para custeio de quaisquer serviços de infra-estrutura;

IV - distribuir o custo sócio-ambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água;

V - utilizar a cobrança da água como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.”
(SÃO PAULO, 2005).

Nesse artigo da lei, fica clara a aplicação do Princípio do Poluidor Pagador (OCDE, 2011): o agente poluidor do meio ambiente deve arcar com os custos da manutenção da natureza em padrões aceitáveis de qualidade, o que, por sua vez, induziria tal agente a adotar práticas mais sustentáveis ambientalmente. Também é evidenciada na legislação a associação, típica da teoria neoclássica, entre cobrança pelo uso de um recurso e a racionalização desse uso.

Nos termos desta mesma lei, cabe às Agências de Bacias (ou aos órgãos responsáveis pela outorga, em caso de ausência de Agência de Bacia no Comitê) a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A receita advinda dessa cobrança está vinculada à bacia hidrográfica em que for arrecadada, e deverá ser utilizada na “implementação de programas, projetos, serviços e obras, de interesse público, da iniciativa pública ou privada, definidos nos Planos de Recursos Hídricos” (SÃO PAULO, 2005, Artigo 2º). Os valores da cobrança serão fixados através de critérios técnicos tendo por base o volume captado, extraído, derivado ou consumido e a carga dos efluentes lançados nos corpos d’água. Esses volumes serão definidos através de declaração do agente usuário ao cadastro integrado de dados e informações da bacia hidrográfica, sendo possível a requisição de revisão dos valores através de medição direta (SÃO PAULO, 2005).

3. Estudos de caso em contextos de ruralidade

Tendo em vista o embasamento teórico da cobrança pelo uso da água, assim como os objetivos e formas de aplicação da legislação paulista sobre o tema, veremos dois estudos de caso. Ambos foram realizados por Martins (2004) ao longo dos anos 2000 a 2004 e objetivaram especificamente a avaliação das percepções e estratégias de produtores rurais frente a possibilidade da precificação dos recursos hídricos. O primeiro caso diz respeito às dinâmicas agrícolas do município de Barra Bonita (UGRH Tietê – Jacaré), destacadamente à cadeia agroindustrial sucroalcooleira. O segundo caso refere-se aos produtores de feijão de Paranapanema (UGRH Alto Paranapanema) e seus arranjos de representação nas instâncias de gestão da água.

3.1 Barra Bonita

O município de Barra Bonita, no estado de São Paulo, encontra-se na área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, dentro da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Tietê – Jacaré (UGRH 13). Esta bacia possui população estimada em 1.489.153 habitantes, em uma área de 11.803,87 km². As principais atividades econômicas rurais da região são as cadeias agroindustriais sucocítricas e sucroalcooleiras. Com relação a utilização da água, a UGRH 13 possui elevada demanda para fins de irrigação (cerca de 58% da demanda total), caracterizando uma situação muito crítica de disponibilidade hídrica (MARTINS, 2004; CBH-TJ, 2009).

Em Barra Bonita predomina o cultivo de cana-de-açúcar, que ocupa 80% da área rural total do município. Essa cultura ganhou espaço na região a partir de meados do século XX, principalmente com a instalação da Usina da Barra S/A em 1948 (MARTINS, 2004). A produção anual da unidade agroindustrial gira em torno de 6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzidas em 77 mil hectares, a maior parte dos quais são arrendados. Soma-se a essa produção cerca de 1 milhão de toneladas de cana, adquiridas através de fornecedores (MARTINS, 2006a).

Os fornecedores da usina pertencem todos à Associação Regional de Fornecedores. Dos 1.012 associados, 145 são do município de Barra Bonita e, apesar da proximidade geográfica, existe uma relação de tensão entre esses fornecedores e a unidade agroindustrial. Essa tensão diz respeito principalmente ao pequeno volume de cana que os

fornecedores dispõem para comercialização. Os fornecedores de Barra Bonita tem, em sua maioria, lavouras de cana-de-açúcar com área inferior a 80 hectares, ainda que o número de fornecedores nessa categoria venha caindo. A queda decorre, principalmente, do arrendamento dessas pequenas propriedades por parte da usina (MARTINS, 2006a).

Nesse sentido, as principais razões alegadas para o arrendamento de terras pelos pequenos agricultores são as dificuldades de investimento na produção e, particularmente, os investimentos para adoção de técnicas de irrigação. Isso se dá em consequência dos longos períodos de estiagem característicos da região, que tornam a irrigação da lavoura um fator essencial para a garantia da colheita (MARTINS, 2006a).

De acordo com o estudo de caso realizado por Martins (2004; 2006a), tanto a usina quanto o maior fornecedor de cana de Barra Bonito realizam “irrigação de choque”: aquela feita em locais pontuais da lavoura, onde a necessidade de água é imediata. Apesar dessa técnica, ambos os agentes não respeitavam as normas legais de requisição de outorga para captação de água. Na fala da unidade agroindustrial: “na lavoura, no meio do canavial, se o regulamento quiser ser cumprido ele terá que entrar lá. Tem que cruzar o canavial na hora que for! (...) Eu não posso pedir para a planta esperar o fiscal chegar” (MARTINS, 2006a, p. 306). Dessa forma, o discurso da usina lança mão do argumento da urgência da planta, supostamente irrefutável para o não cumprimento das normas legais. Assim, são deixados de lado a previsibilidade e o cálculo racional por meio de técnicas agronômicas das necessidades da planta, tão caros à agricultura dita moderna.

Já o fornecedor irrigante desconhecia as normas legais de outorga da água e mostrou-se indignado ao saber de sua existência, afirmando: “Por que eu tenho que pedir licença pra alguém pra tirar água do rio? O rio não tem dono! E se tiver dono, o dono que apareça e venha falar comigo. (...) Só faltava alguém querer ser o dono da água!” (MARTINS, 2006a, p. 306). Ou seja, o agricultor exige o aparecimento de um agente que defenda a área que lhe pertence – o corpo d’água – ao mesmo tempo que defende o livre acesso aos recursos hídricos de forma absoluta.

Entre os pequenos agricultores de Barra Bonita há um desconhecimento sobre os sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Alguns agricultores ignoram a existência do Comitê de Bacia Hidrográfica, enquanto outros, que afirmam conhecê-lo, identificam-no como um órgão governamental distante da realidade cotidiana local. Para os agricultores que conhecem um pouco da estrutura de gestão de águas, há um nítido

desestímulo a sua participação como sociedade civil neste sistema. Mesmo a usina prefere não participar diretamente dos organismos de gestão: segundo um dos seus gerentes, a unidade prefere acompanhar “de fora” os rumos da gestão de águas e confia a defesa de seus interesses à Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), que possui assento no comitê. Contudo, a Unica compartilha interesses com a unidade agroindustrial e não com o conjunto dos atores sociais envolvidos na produção sucroalcooleira da região de Barra Bonita. Dessa forma o Comitê de Bacia Hidrográfica se torna um espaço de construção de vantagens econômicas para uma parcela de agricultores historicamente articulados e tradicionalmente hegemônicos na região.

De forma semelhante, há um desconhecimento por parte dos agricultores do instrumento econômico de gestão, qual seja a cobrança pelo uso da água. Entre os pequenos agricultores de Barra Bonita, a cobrança pelo uso da água é encarada como mais uma forma de arrecadação monetária para os cofres públicos. A possibilidade de participação do usuário na definição dos critérios de cobrança e na destinação do montante arrecadado torna-se, na visão desses agricultores, mera retórica governamental para legitimação da cobrança.

Sobre o princípio da cobrança pela utilização dos recursos hídricos – a valoração ambiental – a fala dos agricultores revela uma interpretação particular do controle social da natureza: “O governo não pode produzir água, como ele vai cobrar por ela? A água é de todo mundo, dos bichos, das plantas, do homem, de todo mundo que precisa”; “Por mais que seja pouco o que se cobre pela água, vai ter gente que também não vai conseguir pagar. E quem não conseguir pagar, como fica?” (MARTINS, 2006a, p. 312-313). Fica claro o conjunto de representações culturais desses agricultores, as quais são ignoradas pelo princípio da valoração ambiental. Esse princípio supõe que mecanismos de mercado estão suficientemente incorporados pela sociedade a ponto de suplantarem laços culturais, revelando a tentativa de universalização do indivíduo racional neoclássico. A resistência apresentada pelos agricultores em relação a este instrumento econômico de gestão está relacionada a dimensões simbólicas diversas, desde a concepção do trabalho social como fundamento do valor, como também a equidade de acesso ao recurso.

Com relação a Usina da Barra, essa defende a precificação da água. No seu entendimento, a relação monetária que se estabelece a partir da cobrança pelo uso da água se configuraria como uma garantia de acesso ao recurso a longo prazo. Essa perspectiva

demonstra menos uma preocupação com o uso racional da água, do que a manutenção de uma posição de segurança nos mercados presente e futuro.

Nesse mesmo estudo de caso (MARTINS, 2004), a maioria dos produtores de cana-de-açúcar de Barra Bonita, ao serem questionados sobre o impacto da cobrança pelo uso da água, afirmaram que ela teria impactos negativos na atividade agrícola. Esse impacto estaria relacionado ao aumento dos custos de produção, os quais não poderiam ser repassados ao preço da cana vendida à unidade agroindustrial. Da mesma forma, a usina afirma não haver possibilidade do repasse do aumento dos custos para o produto final, pois sua margem de lucro cairia a níveis desinteressantes para a empresa.

Outro ponto questionado aos produtores foi a disposição dos mesmos em reavaliar o tipo de uso que é feito da água em suas propriedades. Novamente, a maioria dos agricultores afirmaram não haver possibilidade de alteração das atuais formas de uso da água, seja pela impossibilidade de aquisição de novos equipamentos, seja porque julgam não haver técnicas alternativas àquelas utilizadas por eles.

O caso de Barra Bonita, nesse sentido, é exemplar para demonstrar dois aspectos importantes na compreensão da cobrança pelo uso da água em contextos de ruralidade. Primeiramente, como já foi apontado, a veia neoclássica da valoração ambiental pressupõe a universalidade do agente econômico. Como observado nas falas dos produtores, pelo contrário, há uma forte ligação cultural dos agricultores com os recursos hídricos. Assim, esses agentes percebem a água segundo valores que não podem ser equacionados pela razão econômica.

Em segundo lugar, as entrevistas desse estudo de caso revelam que não há indícios de que a cobrança pelos recursos hídricos implicará no seu uso racional. Em nenhum momento foi apontado, de forma contundente, pelos produtores seu intuito de modificar as técnicas de cultivo utilizadas em razão da precificação da água. Conclui-se, portanto, que um dos principais objetivos da legislação das águas – o uso racional do recurso – possivelmente não seria cumprido.

3.2 Paranapanema

Paranapanema, no estado de São Paulo, faz parte da área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica de Jurumirim e está circunscrita à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Paranapanema (UGRH 14). A população

dessa unidade de gerenciamento é de cerca de 631.186 habitantes. A região é predominantemente agrícola, destacando-se o cultivo de grãos, e possui uma das mais elevadas demandas de água para irrigação do estado (aproximadamente 81% da demanda total da UGRH). Entretanto, a região ainda não apresenta níveis críticos de disponibilidade hídrica, principalmente graças a sua baixa densidade populacional e baixa expressividade do setor industrial (MARTINS, 2003).

O município foi fundado em 1944 e, desde 1962, abriga a Cooperativa Agroindustrial Holambra, que reúne um grupo de produtores de destaque da região do Alto Paranapanema. Como resultado da produção da cooperativa, a principal atividade econômica do município é a produção de feijão, milho, algodão e trigo (MARTINS, 2003). Além disso, essa cooperativa tornou-se referência entre os agricultores locais para a disseminação de novas técnicas de plantio, para a orientação técnica dos agricultores e para o estabelecimento de canais estáveis de comercialização da safra. Em 2001, a cooperativa reunia 63 cooperados em uma área de aproximadamente 22 mil hectares de cultivo por ano (MARTINS, 2004).

Para o estudo de caso, também realizado por Martins (2003; 2004; 2007), o pesquisador optou pelo foco nos produtores de feijão de Paranapanema, pois essa cultura expressaria as principais distinções sociais e tecnológicas entre os agricultores. Dentre os cooperados, 17 são produtores de feijão, aos quais somam-se 18 produtores não-cooperados, totalizando 35 produtores de feijão. Ainda que não estejam formalmente ligados a Holambra II (como é chamada a cooperativa) os agricultores não-cooperados possuem vínculo com a mesma, especialmente através da compra de insumos no departamento de suplementos da cooperativa. Além disso, o sindicato patronal e a associação regional de irrigantes tem sede dentro da fazenda-sede da Holambra II, tornando-a também um espaço de socialização entre os produtores.

O perfil técnico dos estabelecimentos cooperados destaca-se no estado paulista. 90% dos produtores de Holambra II possuem ensino superior completo (principalmente na área de agronomia), e os estabelecimentos utilizam tecnologias de irrigação e de plantio direto. Aqueles agricultores que não seguem essas características técnicas de produção não podem se associar a cooperativa porque esta restringe seus cooperados aos produtores da chamada agricultura moderna. Assim, os produtores da região que não tem capital necessário para se enquadrar nos requisitos da cooperativa enfrentam grandes dificuldades

para manterem-se no mercado agrícola local. No que tange a utilização da água, os agricultores não cooperados não utilizam técnicas de irrigação e, portanto, dependem exclusivamente do regime de chuvas para garantir sua produção.

As diferenças técnicas entre os produtores da Cooperativa Agroindustrial Holambra e os não-cooperados se reflete também na estrutura municipal de representação sindical dos agricultores. Os interesses defendidos pelo Sindicato Patronal Rural de Paranapanema (Sindipar) são, em geral, os interesses da Holambra II, o que é questionado pelos agricultores não-cooperados. A diretoria do Sindipar é toda composta por produtores cooperados e, como mencionado anteriormente, a sede do sindicato se encontra na sede da cooperativa.

Somando-se a Holambra II e ao Sindipar na defesa dos interesses dos agricultores irrigantes e capitalizados, em 2001 foi fundada a Associação Sudoeste Paulista dos Irrigantes de Plantio na Palha (ASPIPP). Essa associação foi criada como resposta dos produtores ao projeto de cobrança pelo uso da água, que nesse momento tramitava na Assembleia Legislativa Paulista. A ASPIPP tem como objetivo elaborar estratégias de enfrentamento de possíveis impasses resultantes da cobrança pelos recursos hídricos na agricultura regional. A fundação desta se deu propositalmente no mesmo período das eleições dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema e, após as eleições, esse bloco de agricultores passou a ocupar quatro cadeiras da sociedade civil no comitê (uma cadeira para cada organização, sendo elas: Holambra II, Sindipar, ASPIPP e Associação dos Bataticultores do Sudoeste Paulista, que se uniu ao bloco).

Dentro do comitê, as ações desse grupo de agricultores vem sendo conjuntamente planejadas e articuladas no sentido da defesa da conciliação entre a expansão da produção de valor pelo uso da terra e a conservação dos recursos naturais em geral. A ASPIPP faz parte, ainda, da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais, a qual é responsável pelos estudos sobre valores a serem cobrados pelo uso da água na bacia. Fora do comitê, o Sindipar vem apoiando irrestritamente as pautas levantadas pela ASPIPP.

Como consequência da disseminação do debate a respeito da cobrança pelo uso da água através das ações do Sindipar e ASPIPP, os produtores de feijão estão relativamente bem informados sobre a estrutura estadual de gestão de águas e sobre a precificação dos recursos hídricos. Todos os entrevistados conheciam o projeto de lei que institui a cobrança pela água e todos concordaram que esta teria impactos na atividade agrícola, em especial

com o aumento dos custos de produção. Entretanto, cerca de 2/3 dos entrevistados afirmaram que não iriam rever as formas de utilização dos recursos hídricos em função de sua cobrança. Isso se dá porque esses agricultores, todos cooperados da Holambra II, já possuem uma estrutura de irrigação montada, a qual não é facilmente desorganizada em função de uma lei desse tipo.

Quando questionados sobre sua posição a respeito da cobrança pelo uso da água, a maioria dos agricultores entrevistados mostrou-se favorável. Uma minoria foi contrária, argumentando a respeito de laços culturais da relação entre homem e natureza, os quais, novamente, escapam ao entendimento da teoria econômica neoclássica. A maioria favorável é fortemente influenciada pelas posições do Sindipar e da ASPIPP. Em acordo entre Holambra II, Sindipar e ASPIPP, a cobrança pelo uso da água é defendida por esse grupo de agricultores por criar a possibilidade de captação de parte dos recursos arrecadados para projetos de desenvolvimento da agricultura local. Assim, o instrumento econômico de gestão da água é internalizado pelos produtores cooperados na medida em que é instrumentalizado por eles: a política que inicialmente surge como custo é transformada em vantagem adicional do setor.

Contudo, Holambra II, Sindipar e ASPIPP fazem ressalvas quanto a precificação dos recursos hídricos. Segundo eles, produtores que utilizam a técnica de plantio direto (estes representados pela ASPIPP) devem receber isenção da cobrança pois essa técnica promoveria a redução da demanda de água em relação ao plantio tradicional, além de ser “uma tecnologia limpa, que não degrada o meio ambiente” nas palavras de um cooperado (MARTINS, 2003, p. 166).

Portanto, o caso do município de Paranapanema traz um indicativo semelhante ao observado em Barra Bonita: os produtores não se mostram dispostos a mudar suas formas atuais de utilização da água em função da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Contudo, há também nesse caso uma situação nova: a instrumentalização dos mecanismos de gestão da água por parte dos produtores organizados em cooperativas e associações. Esses produtores veem os recursos capitados pelo comitê de bacia através da cobrança como mais uma forma de captação para a agricultura, ao mesmo tempo que defendem a isenção dessa cobrança sem que haja alteração dos usos que fazem dos recursos hídricos. Dessa forma, os objetivos da valoração ambiental não só não seriam alcançados, como seriam de certa forma manipulados para o atendimento dos interesses desse setor.

4. Considerações finais

Como abordado ao longo do texto, a cobrança pelo uso da água é um instrumento econômico de gestão dos recursos hídricos com base na teoria econômica neoclássica. Como tal, sofre das críticas direcionadas a teoria mais abrangente. A principal delas foi aqui demonstrada através dos estudos de caso: a tentativa de universalização do agente econômico. Os indivíduos agem não apenas em função das variáveis econômicas, como acreditam os neoclássicos, mas também de acordo com uma série de representações sociais e culturais do seu meio. Como consequência, as abordagens teóricas que procuram exclusivamente na razão econômica a explicação de ações sociais estão fadadas a uma visão parcial e distorcida da realidade social.

Também, os estudos de caso nos possibilitaram verificar a fragilidade da crença na relação entre cobrança pelo uso da água e uso racional do recurso. A mudança nas formas de uso da água dependem de circunstâncias mais complexas que o simples aumento dos custos, como é demonstrado pela pouca disposição dos produtores entrevistados dos casos acima.

Por fim, também verificamos que a aplicação da cobrança pelo uso da água produz reações distintas em diferentes contextos sociais. Assim, não é possível prever uma reação universal e socialmente desejada do setor rural para com a utilização dos recursos hídricos, como objetiva a legislação estadual. Novamente, as esferas de influência dessa questão extrapolam o universo da economia e, portanto, não podem ser explicados plenamente por ela.

Dessa forma, a gestão de recursos hídricos deve buscar uma maior articulação entre a definição dos problemas a serem enfrentados e os mecanismos de intervenção propriamente ditos. É necessário, portanto, a consideração também dos aspectos históricos, sociais e culturais em uma abordagem territorial da questão ambiental.

5. Referências Bibliográficas

GOWDY, John; O'HARA, Sabine. *Economic Theory for Environmentalists*. Delray Beach: St. Lucie Press, 1995.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

JEVONS, William Stanley. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, Rodrigo Constante. *A Instrumentalização de Políticas Ambientais nas Áreas Rurais Paulistas*. In: VALENCIO, Norma Felicidade; MARTINS, Rodrigo Constante. *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos: Volume II – Desafios Teóricos e Político-Institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003.

MARTINS, Rodrigo Constante. *A Construção Social do Valor Econômico da Água: Estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 2004.

MARTINS, Rodrigo Constante. *Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais*. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006a, p. 288-325.

MARTINS, Rodrigo Constante. *Agricultura, Gestão dos Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural: A Convergência Necessária*. In: VALENCIO, Norma Felicidade et al. *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: Velhos e Novos Desafios para a Cidadania*. São Carlos: RiMa, 2006b.

MARTINS, Rodrigo Constante. *Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 5, no. 2, 2007, p. 233-267.

MARTINS, Rodrigo Constante. *Do bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água*. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, 2012, p. 465-488.

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). *Celebrating 40 years of the OECD Environmental Policy Committee*. 2011.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SÃO PAULO. *Lei 7.663, de 30 de Dezembro de 1991*. São Paulo: Poder Legislativo, 1991.

SÃO PAULO. *Lei 12.183, de 29 de Dezembro de 2005*. São Paulo: Poder Legislativo, 2005.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM PAISAGENS AGRÍCOLAS: AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CORUMBATAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

Comin, F. H; Gheler-Costa, C; Garavello, M. E; Verdade, L. M.
etnobiologo@gmail.com, cgheler@gmail.com, mepegara@usp.br; lmverdade@usp.br

FAPESP

GT1 – Ruralidade e Meio Ambiente

Resumo

Historicamente, a produção de alimentos básicos no Brasil está associada à agricultura familiar. Atualmente, vigora um novo olhar sobre essa produção quando entram em cena outros componentes: a produção de *commodities* e a conservação ambiental. Conflitantes entre si, eles parecem não influenciar diretamente no modo com que a população do meio rural percebe as supostas relações de perdas no meio ambiente ou na biodiversidade. A partir dessas considerações, observamos que na Bacia Hidrográfica do Corumbataí, com as mudanças no uso da terra nos últimos trinta anos, a agricultura familiar tem se modificado, assumindo diferentes configurações e variando segundo o tamanho das propriedades, tipos de produções e relações diferenciadas que essas têm com o meio ambiente. Sabemos que a compreensão da dimensão humana promove habilidades para responder à variedade de interesses sociais, científicos e políticos na conservação da natureza. Algumas dessas dimensões são: atitudes, valores, comportamento, características socioeconômicas, demografia, relação com a terra e o meio ambiente, que devem integrar as ciências sociais e a ecologia para promover a conservação ambiental em paisagens agrícolas. É nesse sentido que entendemos que as soluções para a crise de biodiversidade no meio rural serão geradas a partir do trabalho conjunto entre cientistas naturais e sociais. A partir de pesquisa empírica, por meio de entrevista e questionário, realizamos um diagnóstico da agricultura familiar e suas relações com a conservação ambiental na Bacia. Os resultados apontam que o desafio em conservar a biodiversidade está no balanço entre as metas ecológicas e as necessidades sociais, econômicas e políticas, havendo urgência na integração entre a comunidade local, pesquisadores e governança. Este estudo sugere que as relações da população rural da Bacia do Corumbataí com o ambiente são de extrema relevância para compreender a relação do homem com a natureza em paisagens agrícolas. À luz dessas considerações, concluímos que a atividade, o conhecimento e a vivência do pequeno produtor rural são de fundamental importância tanto para a sua manutenção no campo, bem como para a pesquisa e a própria conservação dos recursos naturais, gerando deste modo perspectivas reais para o desenvolvimento social rural e para conservação ambiental em paisagens agrícolas.

Palavras-chave: conservação ambiental, paisagens agrícolas; agricultura familiar

Conservação ambiental em paisagens agrícolas

Este manuscrito trata da conservação ambiental em paisagens agrícolas, mostrando o papel e as perspectivas para conservação da biodiversidade considerando a agricultura familiar como agentes neste processo. A paisagem agrícola estudada foi a Bacia Hidrográfica do Corumbataí (BHC), localizada entre os paralelos 22° 04'46'' e 22° 41'28'' e os meridianos 47°26'23'' e 47° 56'15'' na região Centro-Leste do Estado de São Paulo (IPEF, 2001).

Desde o início do século 19, a agricultura é praticada na região da Bacia Hidrográfica do Corumbataí de forma intensiva. Segundo Warren Dean, “os colonizadores nessa região abriam clareiras temporárias na floresta por meio do fogo para cultivo principalmente de milho, cana de açúcar ou pastagens para o gado” (DEAN, 1977). Atualmente, a paisagem da BHC contempla 42% de áreas com pastagens, 28% cana-de-açúcar, 12% florestas nativas, 6% silvicultura, 5% fruticultura e culturas anuais, 4% rede hidrográfica, 3% área urbana, malha viária e mineração (CEAPLA, 2013). De modo geral, as mudanças no uso e cobertura da terra estão entre as maiores forças causadoras de alterações ambientais em todo o mundo. E a agricultura ainda é uma das atividades humanas que mais impacto causa em ambientes naturais, seja pela destruição de habitats, pela introdução de espécies, ou pela poluição (TURNER e MEYER, 1994). Segundo Geist e Lambim (2002), as ações antrópicas também causam danos indiretos aos recursos naturais, sendo estes baseados em fatores econômicos, políticos, tecnológicos, culturais e demográficos.

Martinelli e Filoso (2009) consideram que a agricultura somente existe onde os ecossistemas são capazes de manter suas funções básicas de funcionamento, e assim, os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas de modo geral devem ser valorizados. É neste sentido que alguns estudos em ecologia têm apontado para um novo paradigma na conservação ambiental nas paisagens agrícolas, reconhecendo a necessidade de “olhar para o todo” e não somente para questões isoladas ou específicas de cada área do conhecimento (JOLY et al., 2010 ; PERFECTO et al., 2009). Especificamente na BHC, alguns trabalhos demonstram que não somente os fragmentos florestais, biodiversidade e os recursos hídricos devem ser priorizados quando se fala em conservação ambiental em paisagens agrícolas, mas sim, todos os processos de uso e ocupação da terra, pois estes processos se manifestam e influenciam na biota local (GHELER-COSTA, et al. 2012; DOTTA e VERDADE, 2007, 2009, 2011). Em adição, esses autores sugerem que são os processos históricos,

socioeconômicos, culturais, ecológicos e evolutivos, que determinam os padrões de distribuição e abundância da biodiversidade nas paisagens agrícolas.

Portanto, o que propomos foi entender como e, em que sentido certas condições na dinâmica de funcionamento dos sistemas sociais, neste caso da agricultura familiar, podem colaborar nos processos de conservação nas paisagens agrícolas.

A agricultura familiar na BHC

De modo geral, cerca de oitenta por cento da matriz agrícola do estado de São Paulo é mantenedora de biodiversidade e meritória de esforços conservacionistas. Segundo dados estimados a partir do IBGE (2010), residem na zona rural da BHC cerca vinte e uma mil pessoas, das quais metade estaria envolvida com atividades agrícolas, entre estas, estão àquelas famílias compreendidas como agricultores familiares.

Com metodologia que mesclou entrevista, questionário adaptado do documento “Diagnósticos de Sistemas Agrários” (INCRA/FAO 2010), e observações em campo, métodos estes de caráter qualitativos (JACCOUD; MAYER, 2008), foram visitados 33 estabelecimentos de agricultura familiar, onde foi realizado e elaborado um diagnóstico sócio-ambiental destas unidades produtivas.

Nas 33 unidades produtivas residem 49 famílias com uma população de 151 pessoas, das quais 74 estão envolvidas diretamente com atividades agrícolas. A população acima de sessenta anos, representa quase metade dos produtores rurais entrevistados, e todos contam com o benefício da aposentadoria. Apenas quatro entrevistados estão nas unidades produtivas há mais de 5 e menos de 15 anos, o restante está há mais de trinta e cinco anos. Isso sugere uma importância na história de vida e relação íntima com a região. Entre os entrevistados, a metade tem a unidade produtiva como fonte exclusiva de renda, o restante detém características da pluriatividade ou, apesar de residirem na unidade produtiva, obtém rendas advindas de outras fontes, como por exemplo, aluguel de imóveis nas cidades. As unidades produtivas possuem entre dois e 52 alqueires, medida padrão usada regionalmente (1 alqueire = 2,42 hectares).

Nas unidades da agricultura familiar as atividades produtivas estão voltadas à produção do feijão, arroz, algodão, alho, milho, leite, carne, processados, destilados, fermentados, avicultura, hortaliças, verduras e atendem principalmente à demanda local

desses bens. No universo pesquisado foi possível caracterizar três tipos de agricultores familiares de acordo com seus modos de produção, e sugere-se a existência de:

- Agricultores familiares que se identificam como tais e são competitivos, mais bem tecnificados, com capacidade de adaptação ao ambiente e com maior autonomia em relação ao mercado, e em vias de crescimento. Neste grupo aparecem as unidades produtivas onde a exploração da terra diretamente pelo proprietário não é a única possível, entre estes estão os que arrendam terra para cultura canavieira e/ou possuem granjas integradas com cooperativas ou firmas privada. Este tipo de produtor revela características que Lamarche (1998) chama de modelo empresa, do sistema dependente, onde a dependência se exerce tanto no plano tecnológico quanto no financeiro. São produtores satisfeitos e empreendedores.

- Agricultores familiares que se identificam como tais, menos capitalizados, menos tecnificados, mas capazes de pensar a agricultura em termos de sua manutenção no campo e se aproximam aos modelos de agricultura de subsistência e pluriativa. Essas características colocam esses produtores como muito familiares, satisfeitos, mão-de-obra principalmente familiar e o futuro da unidade de produção é pensada em termos de reprodução e continuidade do modelo, portanto, empresa familiar proposta por Lamarche (1998).

- Agricultores familiares marginalizados e menos competitivos, dependentes de uma política de assistência e que provavelmente deixem de existir, acentuando ainda mais a desertificação do espaço rural. Com estrutura fundiária pequena, tipo de uso e ocupação da terra inapropriado, sendo a maioria nas atividades de pecuária bovina, colocam esses agricultores da APA como medianamente familiares e nas categorias cunhadas por Lamarche (1998) como resignados ou frustrados.

Em escala local, na BHC os moradores do meio rural são atores que ainda se relacionam com o meio natural através de suas práticas agrícolas no uso e exploração dos recursos naturais e hídricos, desempenhando um importante papel na conservação do ecossistema local. No entanto, é pouco ou quase inexistente a participação ou a inserção desses moradores do meio rural em propostas de pesquisas de cunho ambiental conservacionista. Na maioria das vezes esta população não é nem ao menos considerada como parte integrante da paisagem, seja pela dificuldade de encontrar mecanismos que permitam sua inserção e participação nos processos de pesquisa, seja pela supremacia e pensamento equivocado daqueles que acreditam que tais populações são entraves para a conservação dos recursos naturais de fato. Soulé (1985) considera que para que haja conservação de fato, é

necessário entender primeiro os efeitos da atividade humana no ecossistema e de quais formas estes podem participar nos processos de conservação do ambiente.

Dinâmica da população rural em face da conservação da natureza na BHC

Para Lamarche (1993), os agricultores familiares “são dotados de enorme capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais”, e segundo Silva (1999), a agricultura praticada por eles é cada vez mais intensiva e especializada e, causam graves problemas ambientais. No entanto, Martins (2006), considera que, neste grupo, a tecnologia e as práticas produtivas estão articuladas com o meio ambiente, gerando uma identidade e aproximação com os recursos naturais e práticas de manejo dos ecossistemas. Portanto, quando se trata da conservação da biodiversidade em paisagens agrícolas, o componente social surge como um importante agente nesse processo por estarem intimamente ligados ao ambiente, terem relações históricas, econômicas, culturais e ecológicas, que, por sua vez, poderiam colaborar nos processos de conservação de espécies nativas conforme sugerido anteriormente. A partir de um modelo de indicadores de sensibilidade ambiental proposto por Ferraz et al. (2009), identificamos os 33 estabelecimentos da agricultura familiar visitados estão sobrepostos às áreas prioritárias para conservação e restauração ambiental na BHC (Figura 1).

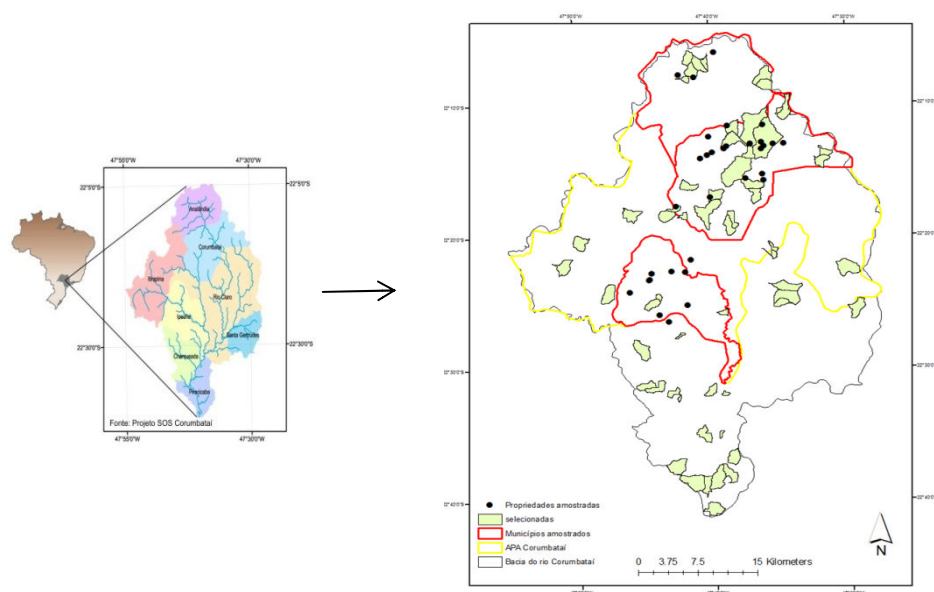


Figura 1 – Localização da BHC e a distribuição das unidades produtivas sobrepostas às microbacias consideradas prioritárias para conservação e restauração florestal na BHC (modelo proposto por Ferraz et al., 2009) (Figura adaptada pelo autor).

A figura acima revela que as ações antrópicas, de modo geral, são as responsáveis pela degradação ambiental, isto pode parecer óbvio, mas por serem unidades pequenas, os agricultores familiares têm papel crucial nos processos de conservação ambiental. A partir do trabalho de campo realizado em 2010, foi possível inventariar quem são, onde estão, como vivem os agricultores familiares nos municípios de Analândia, Ipeúna e Corumbataí, e constatar a dinâmica destes agricultores em relação ao ambiente e, de certo modo, entender que estes agricultores tem relações diretas com a conservação.

Primeiro esta relação se dá em função da rede hidrográfica, onde 88% das propriedades têm relação direta com rios e córregos, sendo eles detentores, usuários, mantenedores e produtores de água. Nestas unidades produtivas existem cerca de 140 nascentes, maioria permanente, ou seja, verte água o ano todo. Em 91% dos corpos d'água (rios, córregos e nascentes) há a presença de área de preservação permanente (APP), das quais 45% com vegetação nativa, e em 85% das unidades produtivas existem fragmentos florestais nativos, mantidos como reserva legal (RL). Vale lembrar, que as áreas de preservação permanente e as reservas legais são os principais depositários e mantenedores de biodiversidade em paisagens agrícolas. Além disso, suas funções ecológicas estão intimamente relacionadas à proteção dos recursos hídricos, alvo prioritário de conservação, uma vez que a BHC é responsável pelo abastecimento hídrico de mais de um milhão de pessoas. O segundo ponto a ser considerado, diz respeito à alta diversidade agrícola nas unidades produtivas, tanto de produtos de origem vegetal, em sua maioria, quanto animal, como bovinos, caprinos, ovinos e aves. Ainda que o nível e a qualidade dessa alta produtividade afetem de forma significativa os recursos naturais, comprometendo a capacidade suporte natural das unidades produtivas, bem como sua continuidade na BHC, ela se aproxima das discussões em voga na literatura referentes à agricultura ecologicamente sustentável proposta por Veiga (2003). Além disso, ela se insere na temática da sociobiodiversidade, que agrega as relações entre bens e serviços gerados a partir do uso comum dos recursos naturais (MDA, 2011). Desse modo, o terceiro ponto nos remete ao *status* das áreas prioritárias para conservação na BHC, conforme proposto por Ferraz et al. (2009), onde 60% das unidades produtivas visitadas estão sobrepostas. Defende-se assim a ideia que áreas da agricultura familiar, como produtora de alimentos e atreladas à temática da sociobiodiversidade, passem a ser entendidas como áreas prioritárias para conservação em paisagens agrícolas, por servir de reservatório de biodiversidade nestas paisagens.

Algumas escolas de pensamento colocam a população humana como modificadora e degradadora do ambiente, outras defendem que pequenas sociedades são conservadoras do ambiente, e ao mesmo tempo criadoras de biodiversidade (SAMITH e WISHINE, 2000). Neste caso, na BHC por serem pequenas estas unidade produtivas tem um papel crucial na conservação, isso porque suportam e detêm mais biodiversidade do que as áreas com pastagens e cana-de-açúcar, além de causarem menos impactos nas áreas de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Partindo desta correlação e das características da agricultura familiar e suas relações com o ambiente, este trabalho sugere a possibilidade de desenvolver um campo teórico sobre a conservação em paisagens agrícolas com a inserção da agricultura familiar. Algumas proposições para que essa relação seja positiva podem vir na forma que os agricultores familiares participem dos processos e projetos de conservação, como por exemplo, restauração florestal ou adequação ambiental das unidades produtoras e mantenedoras de serviços ecossistêmicos. Kageyama (2003), diz que no Brasil, a preocupação com as famílias do rural de baixa qualificação é limitada à produção de bens públicos (serviços ambientais) e a áreas de preservação ambiental. No entanto, aponta que a preocupação central da política europeia para o meio rural tem-se voltado menos para subsidiar os agricultores, e mais para assegurar a conservação do ambiente, a produção de bens públicos correlatos (paisagem, espaço, hidrografia) e a prosperidade da população rural como um todo. Nessa linha, Martins (2005), afirma que do ponto de vista institucional, é fundamental que haja articulação entre as políticas ambientais e políticas agrícolas e agrárias na regulação dos usos do solo e da água.

Para Martins (2006), o desenvolvimento rural e a gestão ambiental nos territórios rurais são concebidos como momentos de um mesmo processo, compondo unidade indissolúvel diante das necessidades modernas de geração de renda e uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, a conservação ambiental das paisagens agrícolas devem priorizar critérios sociais e ambientais dos agricultores familiares, que por sua vez, são essencialmente entendidos como produtores de alimentos e promovem uma agricultura diversificada. Desse modo, os investimentos das propostas conservacionistas com o reflorestamento e a recuperação florestal na pequena propriedade, em curto prazo, não só incrementaria a renda e valorização da unidade produtiva, como também promoveria a longo prazo benefícios sociais e ecológicos na paisagem agrícola.

A agricultura familiar e a conservação das paisagens agrícolas no contexto das novas ruralidades.

Alguns autores como Abramovay (2003), Campanhola e Silva (2000) e Veiga (2001), abordam desenvolvimento e gestão dos recursos naturais nas áreas rurais, ou sobre a ótica das “novas” ruralidades, apontam estratégias de construção de políticas ambientais e de desenvolvimento rural associado. Atualmente as discussões entre conservação ambiental e desenvolvimento rural, atualmente em voga na literatura científica, referentes às relações sociedade/natureza tem tido muita ressonância em estudos rurais, especificamente da agricultura sustentável (ZANONI, 2000), de sistemas agroecológicos (ALTIERI, 2001; CAPOREAL, 2009), ou assentamentos rurais (FERRANTE e WHITAKER, 2009; BERGAMASCO et al., 2003). Schneider (2009), atenta, que foi a partir da década de 1990, que a pesquisa do que ele chama de rural *lato sensu* ganhou força nos debates acadêmicos com a temática ambiental e da sustentabilidade.

Para Gliessman (2000), o processo de transição de paisagens alteradas para agroecossistemas mais sustentáveis é complexo e exige um redesenho dos componentes dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológico e também sociais. No caso da BHC as análises e caracterização dos agricultores familiares, revelou a existência e importância deste grupo social e também foi possível demonstrar que este grupo ainda vem se mantendo, produzindo alimento, reproduzindo socialmente e tem fortes relações com a conservação ambiental, pelo simples fato de usarem e manejarem os recursos naturais. Além disso, os resultados sugerem que as unidades produtivas visitadas encontram-se próximas ou sobrepostas às áreas prioritárias para conservação ambiental. Segundo Youné e Garay (2006), é a partir da correta compreensão da complexidade das questões sócio-ambientais e, principalmente considerando as interações humanas, que a implementação de políticas públicas de cunho ambiental torna-se possível.

Segundo Brancalion et al. (2012), a produção de alimentos e restauração florestal não devem ser vistas como competidoras por áreas, mas como um caminho para ajudar a aumentar a produção de alimento, melhorando a qualidade de vida e promovendo um retorno econômico ao proprietário da terra. Ferraz et al. (2009) comentam ainda que, devido às limitações dos recursos, é necessário que sejam realizados estudos de seleção de áreas, para que o ganho ambiental seja o máximo. Neste sentido, nos projetos de restauração, a escolha

das áreas deve priorizar os agricultores familiares residentes nas unidades produtivas, gerando assim contribuições na produção de alimento, madeira, produtos não madeireiros e serviços ecossistêmicos. Outra proposta vem do Pacto da Mata Atlântica, que projeta a restauração de sete milhões de hectares de pastos degradados. Estudos apontam que, dez anos depois da implantação de modelos de restauração, as áreas restauradas tornam-se mais lucrativas que pastagens para gado (BRANCALION et al., 2012). Além disso, há outras formas de fomentar, contribuir e inserir os agricultores nas práticas conservacionistas, tal como as propostas agroecológicas e os sistemas agroflorestais, métodos técnico-científico reconhecidos e capazes de impulsionar uma mudança substancial e significativa no meio rural (ALTIERI, 2001; CAPORAL, 2009).

É nesse sentido que visualizamos a agricultura familiar com reais perspectivas para conservação de paisagens agrícola. Propondo que no espaço rural a restauração ou recuperação das funções ambientais devem ser priorizadas nas propriedades pequenas que comportam a agricultura familiar, possibilitando uma aproximação do meio rural com o meio ambiente. Desse modo, a agricultura familiar, por não ser voltada para o mercado, é menos agressiva ao meio ambiente. Por si só, isso justifica que a base de recuperação, restauração ou conservação dos recursos ambientais na Bacia tem por obrigação ocorrer primeiramente em unidades produtivas da agricultura familiar. Do mesmo modo, é relevante sua participação na produção, qualidade e manutenção as funções hidrológicas dentro das unidades produtivas, colocando o agricultor familiar no papel de produtor e conservador de água. Isso coloca a agricultura familiar da BHC no contexto da conservação ambiental e das novas ruralidades.

Considerações finais

Ao trazer a agricultura familiar para a esfera da conservação ambiental reconhecemos que na paisagem agrícola socialmente ocupada, este grupo tem ligações claras com os serviços ecossistêmicos e sua conservação. Se pesquisas sobre conservação ambiental em paisagem agrícola e as políticas ambientais sobre a gestão dos recursos naturais privilegiam a preservação e recuperação de vegetação nativa, seja por suas funções ecológicas ou ainda, pela manutenção da estabilidade dos ciclos hidrológicos e biogeoquímicos por estes darem as condições necessárias para a agricultura. Da mesma forma, as pesquisas e as políticas públicas ambientais deverão encontrar mecanismos eficientes de inclusão da agricultura familiar nas

questões de conservação em paisagens agrícolas, uma vez que este grupo representa 66% dos estabelecimentos rurais do estado de São Paulo.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 150p.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 110p. (Síntese Universitária, 54).

BRANCALION, P.H.S.; VIANI, R.A.G.; STRASSBURG, B.B.N.; RODRIGUES, R.R. Finding the money for tropical forest restoration. **Unasylva**, New York, v. 63, p. 41-50, 2012.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 190p.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: Imprensa, 2009. 30p.

CEAPLA, 2013. **Atlas Ambiental da bacia do Corumbataí**, disponível em www.rc.unesp.br/igce/ceapla

COMIN, F.H; GARAVELLO, M.E.P.E; GHELER-COSTA, C. Meio Rural da Bacia Hidrográfica do Corumbataí: interdisciplinaridade, uso e conservação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, TRABALHO E MEIO AMBIENTE, 1., 2011, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Editora da UFSCar, 2011. p. 33.

COMIN, F.H; GHELER-COSTA, C; VERDADE, L; GARAVELLO, M.E.P.E. Relações e conflitos na conservação ambiental da bacia do Rio Passa-Cinco – São Paulo – Brasil. **OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 9, n. 2, p. 254-258, 2009.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 205p.

DOTTA, G. ; VERDADE, L.M. Trophic categories in a mammal assemblage: diversity in an agricultural landscape. **Biota Neotropica**, São Paulo, v.7, n. 2, p. 287-292, 2007.

DOTTA, G. ; VERDADE, L.M. Felids in an agricultural landscape in São Paulo Brazil. **Cat News**, London, v. 51, p.???, 2009.

DOTTA, G.; VERDADE, L.M. Medium to large-sized mammals in agricultural landscapes of South-eastern Brazil. **Mammalia**, Paris, v. 75, p. 345-352, 2011.

FERRANTE, V.L.B.; WHITAKER, D.C.A. (Org.). **Retratos de Assentamentos**. 11. ed. Araraquara-SP: Nupedor/Uniará, 2009. 418p.

FERRAZ, S.F.D.; PAULA, F.R.; VETTORAZZI, C.A. Incorporation sustainability indicators on site selection for Forest restoration in the Corumbatai River basin. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 33, n. 5, p. 937-947, 2009.

GEIST, H.J.; LAMBIM, E.F. Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. **BioScience**, Washington, v. 52, n. 2, p. 143-150, 2002.

GHELER-COSTA, C.; VETTORAZZI, C.A.; PARDINI, R.; VERDADE, L.M. The distribution and abundance of small mammals in agroecosystems of southeastern Brazil. **Mammalia**, Paris, v.76, p.185 – 191, 2012.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 653p.

INCRA/FAO - Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em: 23 mar. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDO FLORESTAIS - IPEF. **Plano Diretor: Conservação dos recursos hídricos por meio da recuperação e da conservação da cobertura florestal da bacia do Rio Corumbataí**. Piracicaba: Vitor's Design, 2001. p300

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. 464p.

River, SP, Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, v.68, n.1, p.51-59, 2008.

JOLY, C.A. ; RODRIGUES, R.R. ; METZGER, J.P. ; HADDAD, C.F.B. ; VERDADE, L.M. ; OLIVEIRA, M.C. ; BOLZANI, V.S. Biodiversity Conservation Research, Training, and Policy in São Paulo. **Science**, Washington, v. 328, p. 1358-1359, 2010.

KAGEYAMA, A. Os rurais e os Agricultores de São Paulo no Censo de 2000. **Cadernos de Ciências & Tecnologias**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set/dez. 2003.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: Comparação internacional. Uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 336p.

_____. **A agricultura familiar: Comparação internacional. Do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. 348p.

MARTINELLI, L.A., FILOSO, S. Expansion of sugarcane ethanol production in Brazil: Environmental and Social Challenges. **Ecological Applications**, Washington, v. 18, p. 885-898, 2008.

MARTINS, R.C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. **Sociologias**, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 288 – 325, 2006.

MARTINS, R.C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 249-266, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Programa Nacional de Agricultura Familiar. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf.html> Acesso em: 04 out. 2009.

PERFECTO, I.; VANDERMEER, J.; WRIGHT, A. **Nature's Matrix: Linking Agriculture, Conservation and Food Sovereignty**. London: Earthscan, 2009. 272p.

SAMITH, E.A.; WISHINE, M. Conservation and subsistence in small scale societies. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 29, p. 493-524, 2000.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 295p.

SOULÉ, M. What is conservation biology? **BioScience**, Washington, v. 35, p. 727-734, 1985.

TURNER, B.L. II; MEYER, W.B. Global land use and land cover change: an overview. In: Meyer, W.B.; TURNER, B.L.II (Ed.). **Changes in land-use and land cover: a global perspective**. Cambridge University Press, 1994. p.149-169.

VEIGA, J.E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001.p 108 (Texto para Discussão,01).

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se imagina**. 2. ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2003. 112p.

YOUNÉS, T. **Ciência da Biodiversidade: questões e desafios**. In: Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais. Petrópolis: Vozes, 2001. 427p.

YOUNÉS, T.; GARAY, I. **As Dimensões Humanas da Biodiversidade. O desafio das novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2006. 483p.

ZANONI, M.M.; FERREIRA, A.D.D.; MIGUEL, L.A.; FLORIANI, D.; CANALI, N.; RAYNAUT, C. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 39-55, 2000.

Currículo dos autores:

Comin, F. H. - Biólogo, Especialista em Educação Ambiental, Mestre em Ecologia Aplicada e Doutor em Ciência pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada - ESALQ-CENA-USP. Atuou como Professor de Pós-Graduação nas Faculdades Anhanguera - ministrando aulas de Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental e Responsabilidade Social e Análise de Conflitos Ambientais. Atuou como Professor Substituto na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – RS ministrando aulas de Ecologia e Socioeconomia. Desenvolve pesquisas relacionadas aos temas: Sociedade, Natureza, Conservação, Gestão Ambiental e Responsabilidade Socio-Ambiental. As principais linhas pesquisas são Relações entre Sociedade e Natureza; Conservação Ambiental.

Gheler-Costa, C. - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), mestrado em Recursos Florestais pela Universidade de São Paulo (2002) e doutorado em Ecologia de Agroecossistemas pela Universidade de São Paulo (2006). Pós-doutorado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP. Atualmente é professora na Universidade Sagrado Coração, Baruru, SP. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia Animal, Ecologia Aplicada e Ecologia de Agroecossistemas.

Garavello, M. E. P. - Professora Associada na ESALQ, Universidade de São Paulo. Está vinculada à área de Ambiente e Sociedade no Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia da alimentação, antropologia e desenvolvimento, comunidades locais, políticas públicas, ecologia de saberes, etnoconhecimento e sustentabilidade socioambiental.

Verdade, L. M - Agrônomo e Mestre em Agronomia pela Universidade de São Paulo (respectivamente em 1985 e 1992) e Ph.D. em Wildlife Ecology And Conservation pela University of Florida (1997). Atualmente é Professor Associado III do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo e membro da coordenação do Programa Biota / FAPESP, da Comissão Paulista de Biodiversidade e da Species Survival Commission / IUCN. Pesquisa atual na área de Ecologia Aplicada, com especial interesse em manejo de fauna em paisagens agrícolas e processos adaptativos de vertebrados a alterações antrópicas.

AGRONEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA O CONVENCIMENTO SOCIAL E DOMÍNIO CAPITALISTA NO CAMPO BRASILEIRO

Victor Hugo Junqueira¹ e Maria Cristina dos S. Bezerra² /UFSCar.
victorhugo_geo@yahoo.com.br e cbezerra@ufscar.br
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Nos últimos anos, o país assiste a uma ofensiva discursiva do Agronegócio que se projeta como único modelo possível de produção no campo, objetivando apagar no imaginário social o que está na sua própria essência, a produção capitalista baseada na concentração de terras, na exploração do trabalhador e da natureza, com fins a reprodução ilimitada do capital. Para tanto, entre as suas estratégias discursivas está à incorporação da palavra sustentabilidade, como representativa deste “novo” modelo de produção agrícola, que fundado no uso intensivo de tecnologias, ciência e informação teriam ampliado a produtividade, sem causar efeitos adversos ao meio ambiente. Diante desta realidade discute-se as matrizes conceituais da sustentabilidade e sua inclusão no discurso das entidades representativas do agronegócio, a partir da análise das publicações da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP), em especial do Infomativo AGROnegócio, publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012. A análise destes materiais, a luz das referências bibliográficas revelam que está em curso uma intensificação da territorialização do capitalismo no campo, face à internacionalização da economia brasileira e a demanda mundial crescente por alimentos e energia. Neste cenário, a associação da sustentabilidade ao agronegócio busca o convencimento social a partir de duas intencionalidades não contraditórias, a primeira, relacionada ao apoio da população às suas necessidades imediatas como aprovação de leis (Transgênicos, Código Florestal) e acesso a políticas governamentais de crédito e infraestrutura; a segunda, definida por um trabalho educativo contínuo que almeja estabelecer um consenso social de que não há alternativa a produção no campo, para além do domínio do mercado.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) campus de Presidente Prudente. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCar.

Introdução

No Brasil, o termo agronegócio emerge nas últimas décadas com toda força nos discursos políticos, midiáticos e acadêmicos. Dados e informações são divulgados persistentemente comprovando a produtividade e rentabilidade deste “novo” modelo de produção da agricultura. Todavia, qual a lógica da inserção tão contundente e sistemática destes discursos?

Segundo Fernandes (2005) o agronegócio é uma construção ideológica que procura desconstruir a imagem negativa do caráter latifundista da agricultura brasileira presentes no imaginário social. Para o autor o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico.

Na mesma direção, Bruno (2009) aponta que o agronegócio apresenta-se como uma palavra política que pretende apagar simbolicamente as relações exploratórias e predatórias no campo, afirmando-se como sinônimo de sucesso e geração de riquezas; expressão da modernidade (contrapondo a ideia de atraso do latifúndio), presença na vida das pessoas e o único modelo possível de produção no campo.

Para afirmar-se como palavra político-ideológica o agronegócio vale-se da elaboração de um discurso que busca projetar as suas próprias necessidades políticas e econômicas como universais. Romão e Pacífico (2008) explicam que os discursos se apresentam como um movimento de sentidos em relação a um poder, dessa forma, a incorporação de determinados conceitos, símbolos e personagens torna-se num cenário de massificação da informação, um instrumento importante para persuadir ideologicamente a sociedade.

A inserção da palavra sustentabilidade, como representativa deste “novo” modelo de produção agrícola, compõe uma destas estratégias político-ideológicas, dado a urgência da questão ambiental na atualidade, e do falso consenso em torno da palavra sustentabilidade, como alternativa inequívoca as práticas ambientais degradantes.

As entidades representativas do agronegócio e seus asseclas ao vincular à sustentabilidade as práticas capitalistas da agricultura, constroem um enredo no qual o uso intensivo de tecnologias, ciência e informação teriam ampliado a produtividade, sem causar efeitos adversos ao meio ambiente. Entretanto, para afirmar estas ideias suprimem o processo histórico, fazem da exceção a regra e universaliza os interesses particulares,

projetando o agronegócio como elemento presente e necessário na vida de todos os brasileiros.

Diante destes novos componentes políticos e ideológicos da questão agrária brasileira, o presente artigo expõe as condições materiais de constituição do agronegócio no Brasil, para em seguida discutir as matrizes conceituais da sustentabilidade e sua inclusão no discurso das entidades representativas do agronegócio. Esta análise tem como foco de estudo as publicações da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP), em especial do Informativo AGRONegócio, publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012. A luz destas informações e das referências bibliográficas explica-se intencionalidades da valorização da imagem da agricultura, associado a suas bases de reprodução econômica.

Agronegócio: novo modelo para agricultura brasileira?

A reestruturação produtiva do capitalismo, a partir da segunda metade do século 20, representou profundas alterações nas relações sociais de trabalho, no papel do Estado, na organização dos diferentes setores econômicos e nas relações políticas internacionais.

Orientada pela necessidade do melhor aproveitamento de matérias-primas, das fontes energéticas e da força de trabalho; as empresas capitalistas aplicaram uma forte política de inovações científicas e tecnológicas, centradas na informática, na microeletrônica, na robótica e na biotecnologia. Esse processo resultou em uma verdadeira revolução tecnocientífica que, alicerçada na automação e na produção de artigos de alta tecnologia, modificou as formas de produção industrial, as relações de trabalho, a organização espaço-tempo e implicou em uma maior fluidez internacional de capitais. (HARVEY, 1992; SANTOS, 2008).

A emergência de um sistema técnico, articulado à veloz propagação da informação e dos capitais, regido pelo predomínio da economia financeira fez da produção e da circulação de mercadorias um processo mundializado, comandado pelos atores hegemônicos (países e corporações), detentores da tecnologia. Nesse sentido, os espaços nacionais passam, cada vez mais, a serem regidos por lógicas exógenas. Como afirma Santos (2008), os territórios nacionais transformaram-se em espaços nacionais de economia internacional.

Este conjunto de modificações não passou imune a agricultura, que intensificou os processos modernizantes e conservadores de domínio capitalista no campo, contudo, cada vez mais integrado, a uma lógica financeira internacional, que destina ao país, um antigo papel na divisão internacional do trabalho e na sustentação do capitalismo mundial, agora como uma plataforma mundial de exportação de *commodities*.

Para desempenhar este velho papel em um novo cenário econômico, com demandas cada vez mais internacionalizadas, a agricultura teve que ampliar ainda mais a sua capacidade de produção e sujeição da renda da terra. De acordo, com Santos (2008, p.88 e 89), também a produção agrícola quando se torna uma referência planetária, recebe a influência das mesmas leis que regem as outras áreas da produção econômica, como a competitividade, que “leva a um aprofundamento da tendência a instalação de uma agricultura científica”.

Ao analisar este processo, Elias (2003, p. 60) destaca que “a rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, alterando radicalmente as forças produtivas da agropecuária”. Desse modo, os limites antes impostos a acumulação ampliada no setor, pelos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia, etc.) são minimizados pela tecnologia e pelo capital, que passam a subordinar em parte a natureza, “reproduzindo, artificialmente, algumas das condições necessárias à produção agrícola, cada vez mais, dependente dos insumos gerados pela indústria” (ELIAS, 2003, p.61).

Esta nova realidade da agricultura capitalista passa a ser definida como agronegócio. Souza (2011) reconhece os fundamentos do termo nos estudos de John Davis e Ray Goldberg, professores da Universidade de Harvard (EUA) realizados em 1957 nos Estados Unidos e publicados no livro *Concept of Agribusiness*. Nesta obra definem o agribusiness como “a soma total das operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e dos itens derivados”. (SOUZA, 2011, p. 55)

No Brasil, esta concepção de agribusiness é utilizada desde a década de 1980, na formulação conceitual do Complexo Agroindustrial – CAI, entretanto, é na década de 1990, que o termo agronegócio passa a ser difundido na academia, na mídia e na política. Concorre para a difusão deste termo a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG),

criada em 1993 tendo a frente Ney Bitencurt de Araújo e Roberto Rodrigues³. (BRUNO, 2012)

A ABAG passou a reunir diferentes setores⁴ da produção agropecuária “antes e depois da porteira” (BRUNO, 2009), como os ligados a produção e comercialização de tratores, máquinas, sementes, agrotóxicos e fertilizantes; empresas responsáveis por armazenamento e processamento de produtos agrícolas; transnacionais do setor agrícola; além de bancos (públicos e privados), empresas públicas de pesquisa agropecuária e empresas diretamente ligadas ao capital financeiro internacional, tornando-se a principal entidade de representação do Agronegócio brasileiro.

Esta articulação entre diferentes capitais na agropecuária potencializada nos processos recentes de reestruturação produtiva do capital e financeirização da economia internacional, representa um novo estágio de desenvolvimento agrícola, sem precedentes na história, mas que conserva e aprofunda as bases de dominação capitalista no campo, a partir da qual se amplia a concentração de terras e poder, submete por meio do mercado os pequenos agricultores, intensifica a extração da mais-valia por meio da produtividade dos trabalhadores no campo e traz danos, ainda, incomensuráveis a natureza.

Nesse sentido, o agronegócio extrapola a dimensão das relações econômicas e sociais, e assume um caráter ideológico que procura mascarar as contradições decorrentes do processo de territorialização do capital no campo brasileiro e legitimar socialmente uma nova imagem da agricultura (FERNANDES, 2005; OLIVEIRA, 2003; SOUZA, 2011; THOMAZ JR, 2007).

A ideologia como explica Meszáros (2004, p. 65), não é ilusão nem tampouco superstição religiosa, é mais que isso. É uma forma específica de consciência social, que é ancorada e sustentada materialmente, não podendo, portanto, ser superada nas sociedades de classe. Segundo ele, a ideologia persiste por que é objetivamente constituída e constantemente reconstituída “como consciência prática inevitável das sociedades de

³ Produtor rural com fazendas em São Paulo e no Maranhão. Engenheiro agrônomo, Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisador Visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (janeiro de 2003 a junho de 2006). Foi Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG e da Sociedade Rural Brasileira - SRB. Atualmente, um dos principais ideólogos do Agronegócio Brasileiro, com centenas de publicações em livros, jornais e revistas.

⁴ Em 2013 a ABAG contabiliza 65 empresas e organizações mantenedoras. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.04.00>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”.

Com efeito, a ideologia do agronegócio, ancorada em determinadas relações sociais e nas práticas discursivas, pretende conformar e legitimar socialmente o domínio capitalista da agricultura em uma etapa de mundialização do capital. Constrói e difunde “uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de bem-estar coletivo” (ROMÃO, 2006, p.02).

Entre suas diferentes estratégias ideológicas-discursivas está a incorporação da palavra sustentabilidade, como representativa deste “novo” modelo de produção agrícola, que nega o passado de uma agricultura arcaica e predadora e aponta para um presente e um futuro de riqueza e prosperidade no campo, que por meio da ciência e da tecnologia resolveriam os impactos ambientais e promoveriam o bem estar coletivo.

Sustentabilidade remete a *desenvolvimento sustentável*, que emerge na segunda metade do século XX como tentativa de conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente. Costa (1999) explica que o termo sustentabilidade utilizado atualmente por diferentes correntes teóricas, notadamente as pós-estruturalistas, serve como instrumento de reprodução e manutenção do capitalismo em nível global. Valendo-se de Harvey (1996) a autora esclarece que “todo este debate em torno de ecoescassez, limites naturais, superpopulação e sustentabilidade é um debate sobre a preservação de uma ordem social específica e não um debate acerca da preservação da natureza em si”. (HARVEY, 1996, apud COSTA, 1999, p. 148)

Marx (2007) já advertia que as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes. Assim, apesar de o termo abrigar diferentes matrizes conceituais e intencionalidades políticas e ideológicas, é por não romper com a ordem estabelecida, que ele propaga-se, populariza-se e chega próximo a um estágio de sacralização.

As políticas institucionais e empresariais, os projetos educativos e as inserções midiáticas conferem um sentido incontestável à sustentabilidade, propagando a ideia de que por meio de pequenas ações, ou do desenvolvimento tecnológico, ou a tomada de consciência da degradação ambiental, possam se corrigir os problemas estruturais da sociedade vigente.

Assim, o agronegócio para se afirmar como uma nova e única forma de produção agrícola incorpora o discurso da sustentabilidade, que lhe possibilita garantir um consentimento social para o seu processo de expansão capitalista no campo, acesso a recursos governamentais, aprovação de leis em conformidade com os seus interesses, agregação de valor as suas mercadorias e maior acesso aos mercados com legislações ambientais mais rígidas.

Estratégias discursivas do Agronegócio na atualidade: Análise da ABAG/RP

A região de Ribeirão Preto-SP constitui uma das principais bases do agronegócio nacional sediando, inclusive, a maior feira do ramo, a Agrishow. Sedia também a principal associação do agronegócio na região - ABAG/RP, que se empenha em criar e difundir, no imaginário social, a grandeza do agronegócio e os seus benefícios para a população.

A ABAG/RP⁵ foi fundada em 2001, abrangendo uma área de 86 municípios nas regiões administrativas de Araraquara, Barretos, Ribeirão Preto, São Carlos e Franca. Desde sua criação o imperativo do convencimento social sobre a importância do agronegócio colocou-se como um objetivo estratégico, a partir do qual poderia obter cada vez mais, apoio governamental no atendimento as suas reivindicações. Este foi o tom dos discursos⁶ de criação da entidade em Ribeirão Preto. A fala do então presidente nacional da ABAG, Roberto Rodrigues é clara: “sem uma imagem positiva, não há políticas positivas”. Na mesma direção, a diretora-executiva da entidade nascente Mônica Bergamaschi⁷, defendia:

Enquanto a opinião pública for negativa em relação ao agronegócio, não haverá política nenhuma de apoio ao campo e nem mesmo condições favoráveis de negociação. Por isso, uma das principais missões da ABAG/RP é mudar a imagem do setor rural e do agrobusiness perante a imensa maioria do eleitorado. No Brasil, uma democracia em evolução, a opinião pública urbana vê a agricultura como um setor atrasado, indolente, explorador e incompetente. (BERGAMASCHI, 2001, p.04)

⁵ Informações disponíveis em: < <http://www.abagrp.org.br/conheca.php> > Acesso em: 05 de abril de 2013.

⁶ Trechos dos discursos de Roberto Rodrigues e Mônica Bergamaschi estão no Informativo AGROnegócio, nº2, ano 2, janeiro de 2001.

⁷ Engenheira agrônoma, entre 2001 e 2011 foi diretora-executiva da ABAG/RP. Em 2011 assumiu a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA)

Para corrigir a miopia da população em relação ao agronegócio, a entidade desenvolve uma Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio, na qual procura demonstrar a sua importância na vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país. A campanha realiza-se, por meio de inserções publicitárias nas principais redes de televisão na região⁸, pelo prêmio ABAG/RP de Jornalismo, pelas publicações do Informativo AGRONegócio e pelo programa Agronegócio na Escola. Nos últimos anos, intensificou a campanha de valorização da imagem do agronegócio, visando eliminar os “pré-conceitos” ao setor e a palavra Agronegócio, passa a ser difundida como sinônimos de AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia e AgroFuturo.

Este construto ideológico que se associa a trabalho, saúde, vida, energia e futuro procura apagar no imaginário social, os processos que estão nas raízes da formação econômica do país e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Uma das imagens a ser desconstruída pelo discurso do agronegócio é a que o associa a degradação ambiental, como ficou demonstrado em uma pesquisa realizada pela entidade no ano 2000, com formadores de opinião, sindicalistas, empresários, professores, religiosos, políticos, jornalistas, dirigentes e militantes de Organizações Não-Governamentais – ONGs. Quando questionados sobre a questão ambiental “mais de 90% dos entrevistados manifestaram sua preocupação com questões relativas ao meio ambiente como queimadas, desmatamento e poluição dos rios e da água; das 153 citações sobre o tema, 94 dizem respeito às atividades do agronegócio, particularmente o da cana” (AGRONegócio, nº 1, 2000, p. 03).

Desse modo, a associação espontânea do agronegócio com os problemas ambientais é considerado um mal a ser combatido, sobretudo, no contexto atual no qual o tema é sensível a população e os países da União Européia - principal mercado para o agronegócio brasileiro - exigem maior controle ambiental na importação de produtos primários.

Segundo Carfantan e Brum (2006) os países da União Européia, definem regras cada vez mais severas, para a importação de alimentos e matérias-primas, exigindo certificações e padrões de qualidade para o consumo de produtos cada vez mais seguros, que não agredam o meio ambiente e que sejam produzidos num ambiente socialmente justo.

⁸ De acordo com a entidade anualmente estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais. Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInstitucional.php>>. Acesso em: 23 de abril de 2013.

Nesse contexto, a incorporação da palavra sustentabilidade ao discurso da ABAG/RP carrega em si esta conotação ideológica, que mascara os reais processos de desenvolvimento capitalista, na ânsia de políticas públicas internas e garantia de mercados internacionais.

A sustentabilidade no discurso da ABAG/ RP

O conceito de sustentabilidade utilizado pela ABAG/ RP⁹ deriva da definição de desenvolvimento sustentável apresentada no relatório Brundtland¹⁰ (1987), e afirma que para um empreendimento ser sustentável é preciso reunir quatro requisitos básicos: ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

A análise do informativo AGROnegócio, publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012, evidencia como este discurso é construído e adaptado a circunstâncias específicas, seja determinado por objetivos imediatos ou por construções ideológicas mais amplas que almejam estabelecer um consenso social de que não há alternativa a produção no campo, para além do domínio do mercado.

Neste íterim, foram publicados 30 informativos, em todos eles há questões referentes à temática ambiental e/ou a tentativa de explicitar o agronegócio como atividade sustentável. Dado a multiplicidade de temáticas abordadas no período, organizamos a discussão da sustentabilidade em dois grandes campos, ainda que complementares.

No primeiro campo, reunimos as ações de caráter político mais imediato, tais como a ação da entidade na defesa da aprovação do Código Florestal, as discussões sobre as conferências internacionais ambientais e os congressos e eventos do setor. No segundo campo, estão as ações de valorização da imagem do setor, que se propõem a ter efeitos ideológicos potencialmente mais duradouros, tais como o programa Agronegócio na Escola e o Prêmio ABAG/RP de Jornalismo.

A discussão em torno da mudança do Código Florestal foi uma das principais agendas da entidade neste período, desde a formulação da proposta, passando pela tramitação no congresso nacional, aprovação presidencial, até a necessidade de se adaptar a nova legislação e as mudanças que ela ainda suscita.

⁹ Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br/agronegocioSustentabilidade.php>>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

¹⁰ No Relatório Brundtland o “desenvolvimento sustentável”, definido como sendo “o suprimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as próprias necessidades”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1988 p. 46).

Neste debate, a construção ideológica para aceitação social fundou-se nos argumentos da insegurança jurídica do setor e a criminalização dos produtores rurais; a defesa da ciência em oposição à ideologia, e no ataque dos inimigos: as ONGs internacionais e o Ministério Público.

O Informativo AGROnegócio nº 99 de fevereiro de 2010, por exemplo, apresenta os resultados da Audiência Pública sobre o Código florestal realizada em Ribeirão Preto que reuniu cerca de 2000 pessoas, entre representantes do agronegócio, ONGs ambientais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, estudantes e o Ministério Público Estadual. Neste informativo, a entidade critica a legislação ambiental brasileira, por ser arcaica e colocar o produtor rural (sem diferenciação) na ilegalidade. Neste evento, o inimigo foi definido pelo próprio relator da matéria, o deputado federal Aldo Rabelo (PC do B - SP) para quem “O Ministério Público é hoje o braço jurídico das ONGs, muitas internacionais, cujos interesses no Brasil extrapolam a esfera ambiental”. (AGROnegócio, 2010, p.02)

Este informativo traz ainda a publicação do *Manifesto de Ribeirão Preto e Região em Defesa do Meio Ambiente e apoio à modificação da Legislação Ambiental* assinado pelas principais entidades do agronegócio da região e do país. No manifesto, são apontados as principais ideias do setor para a nova legislação, mas destaca-se, novamente a questão da insegurança jurídica e a criminalização do produtor. Para as entidades do agronegócio que assinam o documento “a sensação de marginalidade está provocando êxodo rural e maiores danos ambientais com o inchaço das cidades”. Tratem-se de reescrever a história demográfica do país! O êxodo rural agora não é mais resultado da modernização conservadora e dos processos econômicos que tem expulsado o homem do campo desde a década de 1960, mas resultado, da sensação de marginalidade do produtor.

Mas, a conclusão do *Manifesto* é ainda mais espantosa:

Por fim, salientamos a urgência das modificações legais sob pena de haver um colapso rural no país que terá como consequência a ocupação insustentável dos centros urbanos, o aumento dos preços dos alimentos, da energia, dos combustíveis e a consequente queda da qualidade de vida do brasileiro. (AGROnegócio, nº 99, 2010, s/p.)

O tom ameaçador e as possíveis consequências da não mudança da lei, provavelmente causaram uma grande comoção à população dos 43 núcleos de favelas de

Ribeirão Preto¹¹, cidade que tem segundo a Fundação SEADE (2010) índice de urbanização de 99,72%.

O agronegócio utiliza-se também, na defesa dos seus argumentos, o que Bruno (2009) identificou como a “valorização de si e a desqualificação do outro”. No caso do debate sobre a proposta do Código Florestal, os opositores são desqualificados no seu argumento por serem ideológicos, enquanto o agronegócio baseia-se apenas na ciência. Segundo Bergamaschi, na edição nº 103 de julho de 2010 “impressiona o viés ideológico que vem sendo impregnado por pessoas e veículos descompromissados com a verdade. Travestidos de defensores do meio ambiente, vêm prestando um desserviço ao País, ao tentar ludibriar a opinião pública ao redor do globo”.

O argumento da ciência, como neutra e acima da sociedade é uma velha estratégia da burguesia na universalização dos seus valores como se fossem impessoais. Mészáros (2004, p. 245) adverte que “talvez a mais eficaz das maneiras pela qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão da neutralidade e incontestável objetividade seja o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada”.

Durante todo o período de tramitação do projeto no Congresso Nacional, os Informativos AGROnegócio destacaram a mobilização e pressão dos produtores rurais, para aprovação de um novo código que atenderia aos interesses de toda a sociedade por alimentos, energia e fibras, sem degradar a natureza.

Todavia, em artigo no jornal *Folha de São Paulo*, meses após a aprovação do novo código, Rodrigues escreve:

Claro que a demanda mundial por alimentos, energia e fibras determinada pelo crescimento das populações e da renda nos levará a ocupar áreas hoje florestadas, sobretudo com cerrado. E faremos isso com a melhor tecnologia tropical do planeta, e com a mais perfeita sustentabilidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de setembro de 2012)

O novo código aprovado em maio de 2012 (Lei 12.651 de 25/05/2012) foi comemorado em editorial assinado por Mônica Bergamashi na edição nº 122, junho de

¹¹ Segundo levantamento da Secretaria da Assistência Social, em 2007 foram cadastradas 3.109 famílias em 34 favelas contra 5.506 em 43 moradias em 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/856255-cresce-numero-de-favelados-em-ribeirao-preto-sp.shtml>> Acesso em 23 de abril de 2013.

2012. Nele a Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo afirma que, apesar dos avanços consideráveis do novo código, ainda seriam necessários novos encaminhamentos jurídicos para alavancar os investimentos no campo e quanto mais à população estiver bem informada, maiores serão os avanços.

Estes exemplos, ainda que insuficientes, explicitam a arquitetura discursiva do agronegócio, que busca universalizar os seus interesses particulares. Contudo, há outra dimensão discursiva da ABAG/RP que está além do apoio popular para políticas imediatas, mas procura estabelecer um consenso social duradouro de que a agricultura brasileira superou o seu passado arcaico e que não há alternativa ao domínio do agronegócio no campo.

A viabilização desta estratégia está presente na Campanha de valorização institucional do Agronegócio, que têm como pilares inserções publicitárias nas redes de televisão, o programa Agronegócio na Escola e o Prêmio ABAG/RP de Jornalismo.

O Prêmio ABAG/RP de Jornalismo é antecedido por um conjunto de atividades na qual estudantes de jornalismo visitam as empresas do setor, assistem a palestras com representantes do agronegócio e são estimulados a produzir conteúdos midiáticos que valorizem a imagem do setor. Nos últimos anos, a sustentabilidade têm sido um dos temas preferidos do prêmio. Em palestra de lançamento da terceira edição do prêmio, Roberto Rodrigues explicitou os objetivos da entidade com relação à iniciativa:

Se a população não entende o que o agronegócio significa e não se posicionar a seu favor, não haverá políticas positivas para o setor. É isto que estamos fazendo aqui: um esforço para que vocês, formadores de opinião, conheçam melhor o agronegócio, para informar melhor a população. Ao entender o setor, perceberão a necessidade de políticas públicas setoriais, que são importantes não apenas para o agronegócio, mas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. (AGRONEGÓCIO, nº 104, agosto de 2010)

Contudo, no programa Agronegócio na Escola a tentativa de vinculação do Agronegócio a sustentabilidade é ainda mais intensa. Na edição comemorativa (AGRONEgócio, nº 102, junho de 2010) de 10 anos do programa explica-se que a “sustentabilidade, tema recorrente em qualquer esfera do conhecimento, porém um conceito ainda em construção, foi abordado para desmistificar a impressão que agronegócio e preservação não caminham juntos”.

Para desmistificar esta ideia o primeiro passo da entidade é a negação das informações trazidas pelos livros didáticos e as informações distorcidas que estão

vinculadas ao setor, segundo a entidade “os livros não têm conseguido acompanhar as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo, e muitas vezes trazem informações distorcidas sobre as tendências desta nova geopolítica”. (AGRONegócio, nº 102, junho de 2010).

Em seguida, constrói-se o argumento da necessidade do Agronegócio para resolver o problema da falta de alimentos no mundo. Neste caso, o Brasil é um país privilegiado, pois há terras em potenciais para o uso agricultável; o índice de preservação de florestas primárias no país é superior aos da Europa; e a produção brasileira de grãos vem subindo a elevadas taxas percentuais, devido à aplicação de tecnologias no campo.

Com estes argumentos constrói-se um discurso que projeta o Brasil como potencial alimentador do mundo, sem destruir a natureza, tornando compatível agronegócio com a sustentabilidade.

Com o programa Agronegócio na Escola de “caráter preventivo, de efeito mais demorado e duradouro, pois envolve a educação de jovens” (ABAG, 2009) e as outras ações de valorização institucional, o agronegócio pretende formar uma geração de jovens que compactue com os seus ideais e apoiem as políticas para o setor, mas que em conjunto por um lado, desvinculem o agronegócio processos históricos que estão em suas raízes como o latifúndio, a monocultura, a exploração do trabalho e a degradação da floresta, e por outro, apontem para uma perspectiva que não há saída para o modelo vigente.

Considerações Finais

A reestruturação produtiva do capitalismo mundial intensificou os processos de *territorialização de monopólio e monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 2004, 2007). A utilização da engenharia genética, de modernos implementos agrícolas, previsão do tempo, utilização de agrotóxicos e fertilizantes em larga escala ampliou os ganhos de produtividade da agricultura.

Paralelo a isto, a internacionalização da produção, abriu novos mercados aos produtos brasileiros e facilitou a entrada do capital internacional (transnacionais agropecuárias, bancos, agentes financeiros, etc.) que passaram a dominar todas as etapas da produção e tornou o país uma plataforma mundial de exportação de *commodities*.

Entretanto, este processo não superou, como potencializou a concentração de terras, a sujeição do pequeno produtor ao capital, criou novas formas de expropriação e

exploração do trabalhador e continua a causar impactos ambientais, por meio da expansão da fronteira agrícola, do uso de agrotóxicos e da monocultura.

É materialmente ancorada nesta realidade que surge a palavra agronegócio, que vinculada à sustentabilidade procura legitimar socialmente uma nova imagem da agricultura capitalista, a partir de uma nova roupagem ao processo real de desenvolvimento da agricultura capitalista que pela sua lógica não pode superar os problemas que cria, e ao mesmo tempo, busca o apoio social a políticas imediatas para o setor e em longo prazo estabelecer um consentimento social de que não há alternativas, senão as já apontadas pelo mercado.

Desse modo, se quisermos apontar para outra direção que não a do falso consenso e da ordem capitalista, é fundamental estarmos dispostos a analisar e entender contradições deste modelo perverso, que no seu discurso da sustentabilidade não oferece respostas para suas próprias fissuras, pois simplesmente, não pode oferecê-las.

Afinal, como defender a sustentabilidade de um modelo que produz *commodities* e não alimentos? Que avança sobre áreas de floresta, cerrado e pantanal intensificando a concentração e estrangeirização de terras do país? Como ser economicamente viável para a população o domínio das transnacionais no controle da produção e distribuição das mercadorias agrícolas? Como defender o socialmente justo, com a adoção de relações de trabalhos precarizadas e degradantes? Como explicar o ecologicamente correto de uma agricultura monocultora e dependente de agrotóxicos?

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO - ABAG/RP. **Comunicação no AGRO**. Set. 2011. Disponível em: <www.abrapa.com.br/biblioteca/.../Comunicação%20no%20Agro.pdf> Acesso em: 10 de out. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO - ABAG/RP. **Informativo AGRONégocio**. Ribeirão Preto. Edições de nº 98, jan. 2010 a nº 127 nov./dez. 2012.

BRUNO, R. “Agronegócio, palavra política”. In: BRUNO, R. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro, MauadX/Edur, 2009.

CARFANTAN, Jean-Yves; BRUM, Argemiro Luís. O Agronegócio Brasileiro e as Novas Regras de Acesso ao Mercado da União Européia. **Desenvolvimento em Questão**: Editora Unijuí, ano 4, nº 8, p. 119-157, jul./dez. 2006. Disponível em: <

<http://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/download/133/89>> Acesso em: 24 de abr. de 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, H. S de M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, março de 1999, p. 55-71.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. [2005]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. Perfil Municipal: Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em 01 de maio de 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARX, K. & ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. Crítica a novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (1845-1846). 2007.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul/dez, 2003, p. 113-156.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U; MEDEIROS, M.I. (Orgs.) **O campo no século XXI**: territórios de vida, de luta e construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

RODRIGUES, R. Rumos do Agronegócio brasileiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de setembro de 2012. Opinião.

ROMÃO, L. M. S. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, p. 1-13, 2006.

ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, nº 12. p. 98 -107, jan/jun de 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SOUZA, S. M. R. de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. 2011. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JÚNIOR, A. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira). **Pegada**, Presidente Prudente, vol. 8, nº2, p.5-25, dez. 2007.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE ETANOL NA MICRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Cláudia Souza Passador, Antonio Carlos de Souza Vital, Lilian Ribeiro de Oliveira e
Claudionei Nalle Junior e João Luiz Passador
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade
de São Paulo (FEA-RP/USP).
Centro de Estudos de Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPUBLIC).
cspassador@usp.br
acsvital@fearp.usp.br
lilianroliveira@fearp.usp.br
nalle@usp.br
jlpassador@usp.br
Agência Financiadora: CAPES
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

Quando pensamos no desenvolvimento de uma sociedade, normalmente associamos este termo à quantidade de riqueza que esta sociedade produz, representada pelo Produto Interno Bruto (PIB). Outro indicador bastante utilizado é o PIB *per capita*, que é a divisão do PIB pelo número de habitantes, para se obter a renda média da população.

Em se tratando de uma sociedade desenvolvida, a utilização do PIB *per capita* para medir seu desenvolvimento dá uma noção mais palpável da realidade, pois as necessidades das diferentes classes sociais da população não são tão diferentes. Porém, quando uma sociedade é muito desigual, em que a renda fica concentrada, mascara-se assim a realidade. É o que acontece no Brasil, em que podemos perceber grandes discrepâncias sociais e econômicas entre as classes sociais.

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento e o progresso de uma sociedade baseiam-se principalmente na expansão das liberdades desfrutadas por sua população, e não no seu crescimento econômico, como normalmente são avaliados. A ideia de que o desenvolvimento é fruto do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), da industrialização, do rendimento pessoal, da modernização ou da tecnologia, por exemplo, são visões mais restritas de desenvolvimento. Embora estes aspectos sejam importantes para a expansão das liberdades dos cidadãos, ainda há outros fatores que devem ser

levados em conta ao se analisar o desenvolvimento de uma sociedade, como a disponibilidade de serviços públicos e assistência social, e os direitos civis.

Sendo assim, devemos primeiramente entender o processo histórico do desenvolvimento de uma sociedade, para podermos então entender quais são as reais necessidades de sua população, e para que o processo de desenvolvimento caminhe para buscar uma maior homogeneização dessa sociedade, diminuindo suas desigualdades sociais e econômicas.

Celso Furtado (2001) afirma que a modernização no Brasil é entendida como a tentativa de se aproximar das economias desenvolvidas, importando o que for moderno, como padrões de consumo, relações de trabalho, modelo de acumulação, métodos e processos produtivos. Estes aspectos são frutos de um longo processo histórico, em sociedades diferentes culturalmente, e a simples imitação deste modelo tem resultados totalmente diferentes dos esperados, sendo a consequência negativa mais importante a grande concentração de renda. Para o autor, os países latino-americanos tiveram um processo histórico de desenvolvimento totalmente diferente e posterior ao dos países do hemisfério norte, e, portanto, devem desenvolver seus próprios modelos estratégicos, pois sua sociedade, política e economia têm caráter próprio.

Este caráter próprio da sociedade brasileira foi identificado pelos autores que descreveram a formação do pensamento nacional, como Caio Prado Junior (2008), Sérgio Buarque de Holanda (1989), Florestan Fernandes (1972), Raymundo Faoro (1992), ao identificar uma sociedade marcada pela miscigenação (entre índios, portugueses, negros e imigrantes) e traços fortes de uma cultura escravocrata, cujo interesse econômico não se concentra na racionalidade técnica do uso da terra, e sim na manutenção de seu prestígio social através da posse da terra e sua marca de modernização conservadora, que sustenta importantes contradições fundiárias com base na força de classe dos grandes proprietários rurais; suas relações com o Estado, baseadas no patrimonialismo e na naturalização das desigualdades sociais e seu caráter autoritário, expresso, por exemplo, nas relações mantidas pelas usinas de açúcar e etanol com seus trabalhadores e mesmo com as instituições de regulação social e ambiental das atividades do setor (MORAES SILVA; MARTINS, 2010).

Atualmente, destaca-se no Brasil o agronegócio como um todo, que gera para o país 40% dos seus valores exportados, constituindo umas das principais fontes de renda do

Brasil. Isso demonstra quão forte é o agronegócio para a economia do país, com a presença também de políticas públicas federais e estaduais para o setor. Devido ao forte impacto que a agricultura tem na balança comercial brasileira, o governo tenta de todas as formas incentivar o desenvolvimento da mesma, pode-se notar isso ao verificar, por exemplo, nos financiamentos disponíveis para o setor no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2012).

O Agronegócio no país, assim como a produção de etanol, consiste em um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças, sendo que o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico com a presença de corporações transnacionais que trabalham e atuam em diversos outros setores da economia.

Portanto, dentro do Agronegócio brasileiro o que vem se destacando é setor sucroalcooleiro, devido ao fato do Brasil ter sido o pioneiro em produzir etanol através da cana-de-açúcar, cultura introduzida no país já no período colonial. O Brasil é o primeiro em produção de açúcar, responsável pela metade do açúcar comercializado no mundo e até 2019 a taxa média de crescimento será de 3,25%, colhendo 47,34 milhões de toneladas de cana, um acréscimo de 14,6 milhões de toneladas, quando comparado com 2008 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2012).

Esse grande crescimento sofre grande influência da promessa socioambiental existente nos biocombustíveis. Além disso, a produção de cana-de-açúcar sofre grande incentivo do setor automobilístico, que vem aumentando frequentemente a venda de carros “flex-fuel”, que subiu de 48 mil unidades em 2003 para 5.575 milhões em 2008 (ANFAVEA, 2008).

Toda essa produção de cana-de-açúcar está concentrada no estado de São Paulo, que abriga 60% de toda a cana produzida no país. Dentro do estado essa produção ocupa principalmente o interior, a grande região de Ribeirão Preto abriga 35 % da produção nacional de etanol, em uma área de 82 cidades encontram-se 40 usinas e muitas empresas de equipamentos para o setor (GALLIANO, VETTORASI; NAVARRO, 2012).

Neste contexto, o problema básico de pesquisa deste estudo é entendido pela seguinte pergunta: O crescimento econômico dos municípios produtores de etanol da microrregião de Ribeirão Preto está sendo refletido no desenvolvimento econômico e social de sua população? Portanto, o objetivo deste artigo é discutir os aspectos

socioeconômicos dos municípios produtores de etanol na microrregião de Ribeirão Preto, cidade conhecida como capital do agronegócio, cuja região abriga grande parte da produção de etanol (Canasat, 2012).

A microrregião de Ribeirão Preto localiza-se no nordeste do estado de São Paulo e é composta por dezesseis municípios: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataporá, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho. Após serem analisados os aspectos socioeconômicos dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto, os resultados foram comparados com a situação do estado de São Paulo.

A partir desta introdução, o trabalho está dividido em três sessões: a metodologia utilizada; a apresentação dos dados da pesquisa na microrregião de Ribeirão Preto e a conclusão sobre a mesma.

METODOLOGIA

Os dados analisados de 2012 contemplam indicadores sociais e econômicos dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Abaixo estão listados e descritos os indicadores socioeconômicos analisados no presente trabalho:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Indicadores de Econômicos e de Renda;
- Indicadores de Desigualdade;
- Indicadores de Educação;
- Indicadores de Segurança Pública.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): De acordo com o PNUD (2012), o IDH é obtido através da média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões renda (IDH-Renda), longevidade (IDH-Longevidade) e educação (IDH-Educação).

Indicadores de desigualdade

Pobreza - pessoas pobres (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), equivale ao percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* menor que R\$75,50, que corresponde a metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos compreende somente aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Pobreza - pessoas indigentes (%), 2000: De acordo com PNUD (2012), equivale ao percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* menor que R\$37,75, que corresponde a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Índice de Gini, 2000: De acordo com PNUD (2012), o Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar *per capita*. Seu valor pode variar de 0, quando não há desigualdade na renda de todos os indivíduos, a 1, quando a desigualdade é máxima, ou seja, um único indivíduo possui toda a renda da sociedade e a renda do restante dos indivíduos é nula.

Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, 2000: Segundo PNUD (2012), mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar *per capita*. É a comparação da renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico do universo de indivíduos com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres.

Indicadores de educação

Analfabetos – pessoas 7 a 14 anos, 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples.

Analfabetos – pessoas 15 anos e mais, 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas de 15 e mais anos de idade que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples.

Analfabetos – pessoas 25 anos e mais, 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas de 25 e mais anos de idade que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples.

População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (%), 2000: Segundo PNUD (2012), representa o percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que completaram o ensino médio e podem ou não estar frequentando outro nível de ensino.

Indicadores de segurança pública

Ocorrências Policiais: Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) (2012), correspondem as ocorrências criminais, ocorrências não criminais, como perda de documentos e brigas e ocorrências contravencionais, que não são caracterizadas como delito, registradas pelos distritos policiais. Acidentes de trânsito não são considerados aqui.

Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa: Segundo SSP-SP (2012), equivalem as ofensas causadas a integridade do ser humano.

Ocorrências de Crimes Contra o Patrimônio: Segundo SSP-SP (2012), equivalem as ofensas causadas ao interesse patrimonial, por sua vez, que representa um complexo de relações jurídicas, com valor pecuniário.

Resumidamente, a análise qualitativa começou com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas três variáveis, renda, longevidade e educação. Com a análise dos aspectos econômicos, foram utilizados os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

Para a análise da desigualdade foram utilizados os seguintes indicadores: Percentual de pessoas pobres e percentual de pessoas indigentes, Índice de Gini e razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

Para a análise da educação, foram utilizados os indicadores: Percentual de analfabetos entre 7 e 14 anos, Percentual de analfabetos com 15 anos e mais e Percentual de analfabetos com 25 anos e mais e Percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que completaram o ensino médio.

Em relação à segurança pública, foram analisados os seguintes indicadores: Taxa de ocorrências policiais, Taxa de ocorrências de crime contra pessoa e Taxa de ocorrências de crime contra o patrimônio. Após serem analisados cada um dos aspectos socioeconômicos através dos indicadores citados acima, a situação socioeconômica dos dezesseis municípios da microrregião de Ribeirão Preto foi comparada com a situação do estado de São Paulo.

O caso da Microrregião de Ribeirão Preto

A microrregião de Ribeirão Preto localiza-se no nordeste do estado de São Paulo e é composta por dezesseis municípios: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho. É uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do país, e possui uma população de 1.032.547 habitantes, segundo o relatório do censo demográfico do IBGE do ano de 2010 (IBGE, 2012).

Segundo dados do Canasat (2012), o Brasil colheu na última safra 2011/2012 um total aproximado de 8 milhões de hectares de cana-de-açúcar. Desse total, tem-se que 5 milhões de hectares foram colhidos somente no Estado de São Paulo. A região de Ribeirão Preto é o centro dessa produção, sendo a sua microrregião a mais importante do Estado em tal setor. Para se ter uma ideia, nessa são criados cerca de 200 mil postos de trabalho temporário em época de colheita; estima-se que a população regional não seja superior a um milhão e duzentos mil habitantes, ou seja, a população aumenta em quase vinte por cento.

Como apontado anteriormente, o crescimento econômico de uma determinada região nem sempre representa um bom desenvolvimento socioeconômico de sua população, pois quando há uma grande concentração de renda, esta região pode apresentar bons números absolutos de uma maneira geral, porém quando analisados mais a fundo, nota-se nestes dados uma outra realidade, com enormes diferenças sociais:

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Município	IDH - 2000	IDH Renda, 2000	IDH Longevidade, 2000	IDH Educação, 2000
Barrinha	0,766	0,670	0,777	0,850
Brodowski	0,805	0,734	0,809	0,872
Cravinhos	0,815	0,751	0,822	0,871
Dumont	0,802	0,742	0,794	0,871
Guatapar	0,776	0,684	0,792	0,851
Jardinópolis	0,808	0,738	0,808	0,879
Luís Antonio	0,795	0,717	0,777	0,891
Pontal	0,792	0,753	0,777	0,845
Pradópolis	0,798	0,713	0,808	0,872
Ribeirão Preto	0,855	0,823	0,823	0,918
Santa Rita do Passa Quatro	0,832	0,800	0,823	0,873
Santa Rosa de Viterbo	0,804	0,724	0,789	0,899
São Simão	0,801	0,732	0,777	0,895
Serra Azul	0,742	0,669	0,719	0,839
Serrana	0,775	0,686	0,777	0,863
Sertãozinho	0,833	0,772	0,823	0,904
Microrregião Ribeirão Preto	0,834	0,788	0,814	0,901
Estado de São Paulo	0,820	0,790	0,770	0,901

Fonte: Ipeadata, 2012.

Pode-se observar na tabela que o IDH médio da microrregião de Ribeirão Preto é um pouco melhor que o IDH médio do estado de São Paulo, sendo os valores de 0,834 para a microrregião de Ribeirão Preto e 0,820 para o estado de São Paulo. O município que apresenta o melhor IDH  Ribeirão Preto, 0,855, e o pior IDH apresentado é o do município de Serra Azul, 0,742.

Observando-se apenas a variável IDH-Renda, nota-se que a maior parte dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto possui valores piores que a média estadual. Uma exceção é o município de Ribeirão Preto, que tem um IDH-Renda de 0,823, sendo novamente o melhor apresentado. Por outro lado, o município de Serra Azul também possui o pior IDH-Renda apresentado, com 0,669.

Já em relação ao IDH-Longevidade, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta valores melhores que o estado de São Paulo, tendo os municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho com os melhores números, 0,823. O nico município com valor pior que a média estadual  Serra Azul, com 0,719.

Por fim, o IDH-Educação apresentado pela microrregião de Ribeirão Preto é igual ao apresentado pelo estado de São Paulo, 0,901. Serra Azul possui mais uma vez o pior valor entre os municípios estudados, com 0,839. O melhor número é novamente de Ribeirão Preto, com IDH-Educação de 0,918.

Tabela 2: Indicadores Econômicos

Município	PIB (R\$), 2009	PIB per capita (R\$), 2009
Barrinha	267.717.000	9.853,77
Brodowski	215.118.000	10.501,25
Cravinhos	425.250.000	13.784,88
Dumont	86.997.000	10.423,80
Guatapará	92.287.000	14.460,47
Jardinópolis	487.729.000	13.016,17
Luís Antonio	613.365.000	51.439,62
Pontal	581.387.000	14.804,08
Pradópolis	574.455.000	34.566,19
Ribeirão Preto	14.688.064.000	26.083,97
Santa Rita do Passa Quatro	355.026.000	12.883,34
Santa Rosa de Viterbo	425.776.000	17.704,56
São Simão	217.419.000	15.173,37
Serra Azul	73.476.000	7.259,78
Serrana	702.957.000	17.763,08
Sertãozinho	4.155.643.000	37.438,57
Microrregião Ribeirão Preto	23.962.666.000	23.207,34
Estado de São Paulo	1.084.353.000.000	26.202,22

Fonte: IBGE, 2012.

Pode se observar que a microrregião de Ribeirão Preto representa 2,21% do PIB total do estado de São Paulo, com quase R\$24 bilhões. O município de Ribeirão Preto é responsável por mais da metade do PIB de sua microrregião, com mais de R\$14 bilhões, e Serra Azul tem o menor PIB, com um pouco mais de R\$73 milhões.

Em relação ao PIB *per capita*, Luís Antônio apresenta um número muito acima da média da microrregião e do estado, com R\$51.439,62. Isto se deve pelo fato deste município possuir uma grande área geográfica, onde são sediadas muitas usinas sucroalcooleiras e indústria de papel e celulose. Já o município de Serra Azul apresenta o pior PIB *per capita* dentre os analisados, com R\$7.259,78.

Tabela 3: Indicadores de Desigualdade

Município	Pessoas Pobres (%), 2000	Pessoas Indigentes (%), 2000	Índice de Gini, 2000	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, 2000
Barrinha	20,32	8,07	0,47	10,70
Brodowski	9,60	2,71	0,43	8,38
Cravinhos	11,46	3,31	0,51	13,48
Dumont	11,94	3,94	0,49	12,39
Guatapar	23,47	10,64	0,51	14,62
Jardinópolis	12,16	3,11	0,51	13,40
Luís Antonio	15,87	6,37	0,52	14,80
Pontal	15,66	5,52	0,63	24,98
Pradópolis	13,84	4,84	0,44	8,77
Ribeirão Preto	8,58	3,63	0,56	18,30
Santa Rita do Passa Quatro	8,43	2,69	0,57	18,07
Santa Rosa de Viterbo	17,72	4,92	0,54	16,14
São Simão	17,08	6,01	0,53	15,88
Serra Azul	22,84	6,65	0,49	11,86
Serrana	15,93	4,58	0,45	9,47
Sertãozinho	10,01	3,65	0,52	14,33
Microrregião Ribeirão Preto	10,62	3,99	0,54	16,63
Estado de São Paulo	14,37	5,94	0,59	21,97

Fonte: Ipeadata, 2012.

Em relação a indicadores de desigualdade, pode-se verificar que as cidades de Barrinha, Guatapar e Serra Azul apresentamndices de pobreza superiores a 20% da população, sendo que a média da microrregião  de 10, 62% e do estado 14,37%. Estas mesmas cidades apresentam os maioresndices de pessoas pobres indigentes, também superando a média da microrregião e do estado de São Paulo. Em se tratando dendice de Gini que mede a desigualdade, em que o melhor número é mais próximo de zero e o pior mais perto de um, a média da microrregião  melhor do que a apresentada para o estado, sendo que as cidades mais desiguais são: Pontal com 0,63 e Santa Rita do Passa Quatro com 0,57. O melhor número é o de Brodowski com 0,43, sendo a cidade com menor desigualdade da região e que também apresenta a menor razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres.

Tabela 4: Indicadores de Educação

Município	Analfabetos Pessoas de 7 a 14 anos (%), 2000	Analfabetos Pessoas de 15 anos e mais (%), 2000	Analfabetos Pessoas de 25 anos e mais (%), 2000	População de 18 a 24 anos com Ensino Médio Completo (%), 2000
Barrinha	7,65	12,24	15,43	18,28
Brodowski	2,62	7,60	10,40	40,28
Cravinhos	4,98	9,05	10,05	33,59
Dumont	5,78	9,56	11,79	35,55
Guatapar	4,48	12,48	14,82	20,60
Jardinópolis	4,14	7,58	9,14	36,27
Luís Antonio	4,33	8,58	11,43	28,53
Pontal	8,30	12,32	17,43	15,89
Pradópolis	8,15	11,50	13,93	36,92
Ribeirão Preto	4,14	4,44	5,18	49,29
Santa Rita do Passa Quatro	4,84	8,43	8,91	55,53
Santa Rosa de Viterbo	4,12	7,31	9,69	33,97
São Simão	4,75	6,38	8,57	35,93
Serra Azul	6,23	12,85	15,14	26,77
Serrana	6,72	9,19	12,64	32,10
Sertãozinho	4,84	8,39	9,92	32,89
Microrregião Ribeirão Preto	4,70	6,43	7,81	42,23
Estado de São Paulo	5,16	6,24	7,93	41,88

Fonte: Ipeadata, 2012.

O número de analfabetos entre 7 e 14 anos na microrregião de Ribeirão Preto é de 4,70%, ficando abaixo da média estadual, que é de 5,16%. Brodowski tem o menor percentual de analfabetos entre 7 e 14 anos, com apenas 2,62%, enquanto Pontal tem o maior percentual, com 8,30%.

Já em relação as pessoas analfabetas com 15 anos e mais, a microrregião de Ribeirão Preto tem um percentual um pouco maior que a média estadual, com 6,43% e 6,24%, respectivamente. O município de Ribeirão Preto apresenta o menor percentual de analfabetos com 15 anos e mais, com 4,44%, e o maior percentual  do município de Serra Azul, com 12,85%.

Modificando a idade das pessoas analfabetas para 25 anos e mais, a microrregião de Ribeirão Preto passa a ter novamente um percentual menor que a média estadual, com 7,81% e 7,93%, respectivamente. O município de Ribeirão Preto apresenta mais uma vez o

menor percentual de analfabetos com 25 anos e mais, com 5,18%, e o maior percentual pertence ao município de Pontal, com 17,43%.

Em relação aos concluintes do ensino médio, Santa Rita do Passa Quatro apresenta o melhor número, com 55, 53% de concluintes, alcançando nível superior a média do estado de São Paulo.

Tabela 5: Indicadores de Segurança Pública

Município	Taxa de Ocorrências Policiais (1.000 hab.), 2007	Taxa de Ocorrências de Crimes contra a pessoa (1.000 hab.), 2007	Taxa de Ocorrências de Crimes contra o Patrimônio (1.000 hab.), 2007
Barrinha	52,01	13,65	15,02
Brodowski	74,62	23,97	27,62
Cravinhos	65,57	19,12	23,48
Dumont	45,19	16,58	12,53
Guataporã	52,68	15,79	23,54
Jardinópolis	99,28	25,86	29,77
Luís Antonio	23,66	7,18	9,66
Pontal	40,93	12,45	13,84
Pradópolis	64,28	20,08	19,62
Ribeirão Preto	83,45	17,47	34,29
Santa Rita do Passa Quatro	53,74	11,63	20,58
Santa Rosa de Viterbo	77,11	24,77	15,09
São Simão	60,37	21,89	17,50
Serra Azul	27,45	4,53	5,77
Serrana	84,88	21,50	26,96
Sertãozinho	68,94	19,82	23,97
Microrregião Ribeirão Preto	75,95	17,91	28,85
Estado de São Paulo	66,82	15,59	27,33

Fonte: Fundação Seade, 2012.

A taxa de números de ocorrências policiais por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto é bem maior que a média do estado de São Paulo, sendo de 75,95 para o primeiro e 66,82 para o segundo. Luís Antônio é o município que apresenta a melhor taxa de números de ocorrência policiais por mil habitantes, com 23,66, enquanto Jardinópolis aparece com a pior taxa, com 99,28.

Analizando taxa de ocorrências de crimes contra a pessoa por mil habitantes da microrregião de Ribeirão Preto, verifica-se sua média também é maior que a média do

estado de São Paulo, sendo de 17,91 para o primeiro e 15,59 para o segundo. Serra Azul é o município com a menor taxa ocorrências de crimes contra a pessoa por mil habitantes, com 4,53, enquanto Jardinópolis apresenta outra vez a maior taxa, com 25,86.

Já em relação a taxa de ocorrências de crimes contra o patrimônio por mil habitantes, a microrregião de Ribeirão Preto apresenta novamente valores maiores que a média estadual, com 28,85 para o primeiro e 27,33 para o segundo. Serra Azul apresenta também a melhor taxa ocorrências de crimes contra o patrimônio por mil habitantes, dentre os municípios analisados, com 4,53, ao passo que Ribeirão Preto apresenta a pior taxa, com 34,29.

Considerações Finais

Muitas vezes são noticiados os números sobre o crescimento econômico de uma determinada região, ou sobre o grande benefício financeiro que grandes corporações levam para os municípios em vão ser instaladas, além de muitas outras notícias desta natureza. Porém, nem sempre este desenvolvimento econômico é refletido na qualidade de vida da população local, pois pode haver grande concentração de renda, desigualdade social, serviços precários de saúde e educação, e muitos outros fatores que mascaram a realidade ao se mostrar apenas o aspecto financeiro.

Com base nisso, o presente trabalho buscou analisar se o crescimento econômico dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto/SP está sendo refletido na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e social de sua população.

O presente trabalho procurou mostrar um pouco da realidade dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, de uma forma mais profunda e crítica do que normalmente é revelada, com dados que as vezes acabam mascarando um pouco a realidade.

Ribeirão Preto é um dos municípios mais desenvolvidos do estado de São Paulo e do Brasil, e por conta disso é o principal responsável pelo desenvolvimento de sua microrregião. Ribeirão Preto centraliza praticamente todo o sistema de saúde e de ensino superior da microrregião, além de milhares de trabalhadores dos municípios vizinhos que viajam diariamente para Ribeirão Preto, principalmente no setor de serviços.

A maior parte dos indicadores socioeconômicos analisados na microrregião de Ribeirão Preto são similares a média do estado de São Paulo. Isto acontece porque, de uma forma geral, Ribeirão Preto é antagônico em relação aos outros municípios de sua

microrregião. Na maior parte das análises, quando Ribeirão Preto possui bons indicadores, quase todos os outros municípios possuem indicadores ruins, enquanto que quando Ribeirão Preto possui indicadores ruins, como segurança pública, quase todos os outros municípios possuem bons indicadores. Como Ribeirão Preto possui praticamente 50% da população de sua microrregião, os dados acabam sendo nivelados.

Ademais, as cidades ao redor, principalmente estas supracitadas não acompanham o desenvolvimento econômico e social, tornam-se empobrecidas, já que o PIB arrecadado por elas não permanece na cidade e sim é direcionado para outras regiões ou mesmo para Ribeirão Preto. Neste contexto, observa-se este fato como gerador de baixo desenvolvimento socioeconômico das cidades que circundam Ribeirão Preto, aumentando a dependência dessas cidades em relação à cidade centro.

Complementarmente, excluindo Ribeirão Preto da análise, percebe-se que apesar do PIB alto da região como um todo, as cidades apresentam dados preocupantes de educação e saúde, por exemplo. Nota-se que Ribeirão Preto concentra a oferta de serviços para região e serviços sociais, enquanto as cidades vizinhas apresentam pouca oferta de educação superior e altos números de analfabetismo. O que reforça o problema de pesquisa inicial no sentido de indicar que a produção de etanol não produz necessariamente desenvolvimento socioeconômico para toda região, concentrando riqueza e colaborando para a desigualdade social das cidades do em torno dependentes de Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFAVEA. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2008.html> Acessado em: 15 out. 2012.

BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt> Acesso em 15 out. 2012.

CANASAT. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html> Acesso em: 15 out. 2012.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. v. 6, n. 14, p. 7-22, abr. 1992.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Zahar Editores, 1972.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

GALIANO, André de Mello; VETTORASSI, Andréa; NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores. **Rev. bras. saúde ocup**, v. 37, n. 125, p. 51-64, 2012.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 05 set. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 05 set. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> Acesso em 15 out. 2012.

MORAES SILVA, Maria A; MARTINS, Rodrigo C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, v. 12 n. 24, pp. 196-240, 2010.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SSP). São Paulo. 2012. Disponível em <<http://www.ssp.sp.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2012.

DA AGRICULTURA CONVENCIONAL À PRODUÇÃO INTEGRADA DE HORTALIÇAS NA REGIÃO DO ALTO TIETÊ: AMBIENTE E OPORTUNIDADE

Diamantino Pereira / EACH-USP
diamantino@usp.br
Fapesp
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

A Região do Alto Tietê está localizada na Região Leste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e compreende 12 municípios. Neste trabalho, concentraremos nossa atenção em Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim e Salesópolis.

Existem nesses municípios aproximadamente 2900 UPAs (Unidades de Produção Agropecuária). 83% das propriedades apresentam menos de 10 hectares e a área plantada média dos cultivos temporários é de 4,2 hectares, tratando-se, portanto de pequenos e médios produtores. Trabalhadores permanentes e membros da família participam em porcentagens muito próximas do processo de trabalho - 53% e 47% respectivamente. (Projeto LUPA 2007/08).

“A produção de hortaliças nessa região é extremamente fragmentada e pulverizada por uma grande quantidade de produtores em áreas agrícolas muito diferenciadas em termos de tamanho e aspectos do meio físico. Além disso, as hortaliças apresentam um ciclo vegetativo extremamente curto, o que leva os produtores a escalonar sua produção para ter sempre produtos disponíveis para comercialização. Entretanto, a produção é muito afetada por fatores climáticos, sobretudo a presença de chuvas ou secas prolongadas, o que leva a considerar a informação sobre a dinâmica do tempo como estratégica e a utilização da irrigação artificial em grande número de propriedades, como forma viabilizar a produção. Os produtos são altamente perecíveis, com a melhor qualidade justamente no momento da colheita, o que coloca como necessidade a observação de normas adequadas para que a perda de qualidade seja minimizada até que o produto chegue ao consumidor final.

No mercado exige-se o fornecimento estável em relação ao volume, variedade e garantia de qualidade e, de preferência, tudo

isso determinado em contrato. A capacidade do produtor no atendimento a essas exigências é parte fundamental para a sua manutenção e competitividade dentro do processo comercial.” (Pereira e Abdo, 2012).

Mesmo se tratando de um ambiente onde predominam pequenos e médios produtores, a sua inserção no abastecimento da metrópole coloca a questão da vinculação com o mercado como uma oportunidade efetiva de viabilização de negócios, seja em venda direta, venda a atacadistas ou através de contratos de fornecimento.

A pressão desse tipo de vinculação comercial também vem alicerçada em outra característica da agricultura praticada na RMSP. O preço da terra e o custo da mão de obra constituem dois elementos importantes a serem levados em conta, na medida em que pressionam o sistema de custos. O primeiro relaciona-se com a pressão da expansão da mancha urbana e a utilização da terra para fins não agrícolas nas suas proximidades. O segundo coloca o emprego agrícola em competição direta com mercado de trabalho urbano e sua amplitude de ocupações e remunerações.

PRODUÇÃO, TRABALHO E TÉCNICA

Dessa forma, a manutenção de um estabelecimento agrícola em atividade coloca o produtor sob o dilema de se adaptar a essas circunstâncias. A opção de manutenção da pequena propriedade com base, sobretudo no trabalho familiar permite o escape da escassez e alto custo da mão de obra, mas coloca a questão da escala da produção.

A outra opção consiste em produzir em grande escala, perseguir ganhos de produtividade, agregar de valor à produção e buscar maior controle das operações em sua totalidade, tanto no que diz respeito à produção, quanto ao beneficiamento e destinação da produção.

Mesmo a opção familiar, não pode prescindir, entretanto da adoção de implementos e insumos que garantam a produtividade.

As hortalças folhosas, principalmente a alface necessita de um fornecimento frequente e abundante de água em função da amplitude de sua área foliar e das características de seu sistema radicular.

A disponibilidade de água coloca-se então como uma questão estratégica. Apesar do clima da região ser úmido, ele não apresenta a regularidade de pluviosidade necessária para

o desenvolvimento pleno das plantas nem na época das chuvas, e muito menos no inverno quando pode se ter meses inteiros se uma precipitação sequer. Mas a região é bem dotada de aquíferos, com a existência de muitos rios e córregos, com grande disponibilidade de água.

Apesar de existirem projetos e regulamentações que incidem sobre a utilização da água, tais como a necessidade de licenças ambientais, outorga para o uso da água e a previsão pelo seu uso, a efetivação dessas medidas ainda não se tornou uma realidade concreta na maioria dos casos.

Com a grande disponibilidade de água e sem custos pela sua utilização, o método mais frequente de irrigação na região é feito através de sistemas de aspersão, apesar de existirem métodos mais racionais em relação ao consumo de água, tais como o de gotejamento. Este apresenta ainda a vantagem de não molhar as folhas das plantas e, em função disso, contribuir para a menor proliferação de doenças, sobretudo as fúngicas.

A incidência de chuva direta sobre as folhosas é particularmente danosa para o seu desenvolvimento, sobretudo as chuvas intensas que são responsáveis por grandes perdas na fase de produção. Uma das alternativas para a garantia de uma produção constante sem o perigo de ocorrências dessas grandes perdas é a utilização de ambientes protegidos por telas.

A NUTRIÇÃO E PROTEÇÃO DAS PLANTAS

Elementos importantes também nesse processo estão relacionados com a disponibilidade de nutrientes para o desenvolvimento adequado das plantas. Na agricultura convencional que se pratica de forma hegemônica na região, a adubação química é predominante. Esse fato deriva dos bons resultados alcançados em termos de produtividade com esse método e também não menos importante menor exigência de mão de obra em relação a procedimentos de adubação e compostagem orgânicos que predominavam na agricultura tradicional.

Esse tipo de adubação deveria ser precedido de análise de solo e de recomendação (receituário) agrônômica, mas nem sempre ocorre dessa maneira. Pequenos e médios produtores grande parte das vezes não tem condições de contratar um agrônomo e “resolvem” essa limitação com a consulta ao agrônomo que é vinculado à revenda de

fertilizantes. Evidentemente, apesar de existirem funcionários que trabalham com critério, essa combinação entre a prescrição de um produto e a sua venda normalmente não é a mais isenta possível. Fica em aberto ainda a análise do solo e a sua interpretação.

Outro elemento importante para a manutenção da produtividade é o combate às pragas e doenças.

“Desde a II Guerra Mundial, a atitude comum diante de problemas com pragas, patógenos e ervas daninhas tem sido pulverizar as plantações com pesticidas (inseticidas, nematocidas, fungicidas, bactericidas e herbicidas). Afora os riscos que representam para a saúde humana e a vida selvagem, eles são, muitas vezes, caros e ineficientes”. (Conway, 2003).

Tornam-se mais caros ainda na medida em que a aplicação é feita de maneira excessiva. Não se espera que apareça uma doença ou que ela adquira o status de dano econômico para iniciar o ataque. As pulverizações são administradas de forma preventiva, ou seja, dependendo das doenças e pragas que são previstas para aparecer em determinada época do ano e em determinadas condições climáticas.

Dessa forma, a agricultura brasileira se tornou desde 2008 no principal mercado mundial de defensivos agrícolas, superando inclusive os EUA: “Na safra de 2011, nossa agricultura consumiu nada menos que 936 mil toneladas de insumos químicos, dos quais 80% foram destinados a cultivos de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar.” (Kugler, 2012).

As grandes culturas são as que apresentam os maiores índices de consumo de agroquímicos, entretanto, a prática agrícola baseada nos princípios da “revolução verde”, articulando melhoria de sementes, agroquímicos e irrigação tornou-se a prática rotineira da agricultura brasileira, mesmo entre os pequenos proprietários articulados que tenham alguma pretensão de colocar sua produção no mercado.

“No cenário de incremento da área irrigada cultivada com hortaliças, tanto nas novas fronteiras quanto nas zonas tradicionais, incluindo a produção familiar das hortas da periferia dos centros urbanos, impõe-se a questão da racionalização do uso de agrotóxicos e da água, de modo a minimizar os impactos sobre o meio ambiente e garantir a segurança alimentar. A adoção de tecnologias ambientalmente adequadas como os sistemas de produção integrada de frutas e hortaliças, já implementadas em culturas como melão e batata, são iniciativas estribadas em boas

práticas agrícolas e que contribuem para agregação de valor à produção.” (Melo e Vilela, 2007).

Mais do que isso, a racionalidade que se impõe é a do controle do processo produtivo como um todo. As pressões advindas de diversos segmentos da sociedade, tanto de consumidores, quanto de órgãos ambientais e governamentais, seguramente colocarão a prática agrícola em novos patamares de produção e controle. Mesmo que não se estabeleça uma regulação ostensiva e vinculante, permanecer nessa atividade com condições de competitividade irá requerer articulações para além da garantia da produtividade nas propriedades.

OS SUPERMERCADOS SE INSPIRAM NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Uma dessas articulações vinculantes tem vindo das redes varejistas, particularmente as grandes.

A estratégia de abastecimento das gôndolas dos supermercados serviu de inspiração para várias alterações no processo produtivo industrial introduzidas nas fábricas da Toyota no Japão a partir dos anos 60. Passava-se então da produção gerida centralmente para aquilo que Coriat (1994) de produção puxada, ou seja, a dinâmica do processo produtivo movimentada por decisões que partiam do consumo e subiam através das diferentes esferas de decisões até chegar à cúpula.

A adoção mundial dos princípios do Toyotismo levou a utilização intensa da terceirização, onde o processo produtivo passa a ser executado por empresas especificamente contratadas, desconcentrando a unidade principal, que se dedica sobretudo à montagem final.

A essa dinâmica devemos acrescentar o modelo produtivo do Just-in-Time, que consiste na eliminação ou redução drástica de estoques, tanto de peças, componentes e matérias primas, quanto dos produtos acabados. Dessa maneira, produzimos apenas o que vendemos, na quantidade pedida e no momento em que o cliente solicita. Essa prática estende-se aos fornecedores, que devem entregar apenas as quantidades de componentes que serão utilizadas no próprio dia da entrega, diretamente na linha de montagem.

Como consequência desses procedimentos, a montadora não mais acumula estoques de matérias primas e componentes para a fabricação de seus produtos e passa a

recebê-los de seus fornecedores de acordo com a programação do que vai ser produzido naquele mesmo dia. Os fornecedores devem então programar entregas diárias de seus produtos para que a produção não seja interrompida ou sofra atrasos.

Para gerir adequadamente esse processo, a empresa, ao invés de se relacionar com cada um dos fornecedores, passa a terceirizar a contratar empresas que façam o processo de integração, ou seja, montem subconjuntos completos e entreguem esses produtos montados na unidade fabril.

Na atualidade, as redes varejistas passaram a estruturar seu próprio sistema de abastecimento de hortaliças, desvinculando-se das compras individualizadas em centrais de abastecimento. Querem um fornecedor que seja capaz de oferecer um mix diferenciado de produtos e que isso seja entregue higienizado e embalado todos os dias nas gôndolas. Um produtor, por mais eclético que seja, teria muitas dificuldades para articular a produção em escala de produtos diferenciados que devem constar nesse mix e então, de apenas produtores, transformaram-se também em distribuidores.

Eles recebem produtos de dezenas de produtores independentes, submetem-nos à higienização e embalagem em seus galpões de processamento e fazem a entrega nos pontos de venda. Dessa maneira, eles podem fornecer todos os produtos do mix exigido pelo varejista sem ter que plantar todos eles. Os produtores-distribuidores podem ainda recorrer a esses fornecedores para suprir eventuais quebras de sua própria produção.

“Esse distribuidor, em muitos casos também produtor, para conquistar e permanecer no mercado necessita ter escala, produzir o ano todo, garantir a entrega diária aos seus clientes, em alguns casos, até duas entregas diárias para que o consumidor final tenha sempre a possibilidade de comprar produtos frescos, com boa apresentação. Os setores mais modernos de distribuição, como as redes de supermercados, impõem uma nova dinâmica ao mercado a partir da implantação de sistemas logísticos (embalagens plásticas laváveis e retornáveis com cobrança de locação, estrutura própria de entrega nos pontos-de-venda, entrega de produto pré-embalado em sacos plásticos para minimizar perdas), o que, para o produtor, implica possuir capacidade de suprir e custear a produção de uma variedade (mix) de produtos de forma planejada e contínua além de capacidade organizativa e gerencial.” (Souza, 2005).

As grandes redes já vão além desses patamares. Credenciam os seus fornecedores através de exigências de controle do processo produtivo, da colheita e do tratamento pós-

colheita. Impõem critérios mínimos de procedimentos para todas essas fases e fazem monitoramento em campo auditando o cumprimento dos critérios estabelecidos. Uma dessas grandes redes, por exemplo, solicita a apresentação dos seguintes documentos por ocasião da auditoria: registros dos procedimentos produtivos (desde o plantio até a entrega do produto); receituário agrônomo; registro das higienizações de instalações e equipamentos; capacitação técnica dos trabalhadores; registro das informações transmitidas para cada trabalhador; ficha de controle de EPI's.

A pressuposição de todas essas exigências está no estabelecimento de um sistema que apresente condições de rastreabilidade, ou seja, que permita o acesso a todas as etapas pelas quais o produto passou. É essa a função da primeira das exigências descritas acima: *“registros dos procedimentos produtivos desde o plantio até a entrega do produto”*.

Ocorre, entretanto, que todas essas exigências das redes varejistas estão atualmente focadas apenas nas propriedades e instalações do produtor credenciado, não se estendendo aos seus fornecedores. A independente disso, quando o produtor-distribuidor entrega seu produto para seus clientes, estabelece-se um sistema de responsabilidade relativa a eventuais insumos utilizados no processo produtivo que possam causar algum tipo de dano ou prejuízo aos consumidores. Note-se que, mesmo quando o produto leva a marca da rede de varejo, na maior parte das vezes ocorre a identificação do produtor na própria embalagem.

Para atender todas essas exigências, evidentemente é necessário que o produtor apresente uma capacidade técnica e financeira. Técnica em relação à produção propriamente dita que deve se afastar das práticas costumeiras da agricultura convencional, mas também em relação à implantação de um sistema administrativo, um sistema logístico e de controle de todos os processos. Financeira, pois se coloca a necessidade de investimentos, tanto em relação à contratação de serviços especializados, quanto à necessidade de implantar e manter uma infraestrutura adequada.

PRODUÇÃO INTEGRADA COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA?

Definindo parâmetros de para o processo produtivo como um todo e alicerçado em um conjunto de exigências que apresenta muitos pontos em comum com as normas estabelecidas pelas grandes redes varejistas para credenciar seus fornecedores, o Ministério

da Agricultura (MAPA) vem implementando há tempos a política pública de “Produção Integrada”.

O conceito de Produção Integrada foi estabelecido na década de 60 do século passado pela Organização Internacional para Controle Biológico e Integrado contra os Animais e Plantas Nocivas (OILB) como um

“sistema de produção que gera aumentos e demais produtos de alta qualidade, mediante a aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes e a garantia da sustentabilidade da produção agrícola: enfatiza o enfoque do sistema holístico, envolvendo a totalidade ambiental como unidade básica: o papel central do agroecossistemas; o equilíbrio do ciclo de nutrientes: a preservação e o desenvolvimento da fertilidade do solo e a diversidade ambiental como componentes essenciais: e métodos e técnicas biológicas e químicas cuidadosamente equilibradas, levando-se em conta a proteção ambiental, o retorno econômico e os requisitos sociais”. (Andrigueto e Kososki, 2002).

A produção Integrada apresenta como objetivos, entre outros, os de regular o ecossistema, preservar dos recursos naturais, minimizar os efeitos inconvenientes da atividade agrícola, assegurar o equilíbrio do ciclo dos elementos nutritivos e a fertilidade do solo. (Amaro, (2003).

Evidentemente, para que uma política se proponha a atingir todos esses objetivos, deve ser porque existe a pressuposição de eles não são observados na prática da agricultura convencional. De fato, como afirmamos anteriormente, a luta química indiscriminada contra as doenças e pragas tem trazido como subproduto a muitos casos a presença de resíduos desses elementos nos produtos agrícolas. Além disso, tem se registrado o aumento da resistência das pragas e doenças aos agrotóxicos, assim como muitos casos de contaminação dos aplicadores desses produtos.

No Brasil, a implantação do Sistema de Produção Integrada começou com as frutas (PIF) ocorreu em 2001 e até agora mais de uma dezena de frutas já tiveram aprovadas e publicadas as suas normas técnicas específicas. O início da implantação da PIF está relacionado com a dificuldade crescente e até mesmo a impossibilidade que o setor passou a experimentar em relação às exportações, particularmente para os países da União Europeia. Do ponto de vista técnico, o fato de se tratarem de culturas permanentes, facilita todo o processo.

Mas, como se configura na prática a Produção Integrada, pois até agora apenas citamos os seus objetivos gerais. São prescritos uma série de procedimentos que buscam conciliar a manutenção ou ampliação da produtividade, porém sem causar impactos significativos e irreversíveis tanto para o meio ambiente, quanto para os trabalhadores, além de controlar os riscos de contaminação por parte dos consumidores.

ARTICULAÇÕES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA (SAPI)

Como podemos observar na ilustração a seguir, cada um dos procedimentos produtivos é agora encarado de forma sistêmica e não mais de forma isolada. Assim, ao invés da simples pulverização de agrotóxicos, propõe-se o combate às pragas e doenças através do manejo integrado de todos os meios de combate (biológicos, culturais e químicos), sendo que a utilização de defensivos químicos deve ser limitada ao mínimo, só sendo utilizada quando for absolutamente indispensável. Nesse método, privilegiam-se os meios indiretos de combate às pragas e doenças com práticas, sobretudo de caráter preventivo com a intenção de criar condições desfavoráveis para o seu desenvolvimento. Amaro (2003) cita vários aspectos desse tipo de manejo, tais como o desenvolvimento de plantas resistentes, a introdução de inimigos naturais, a rotação de culturas e a utilização equilibrada dos recursos naturais no sentido de proporcionar o desenvolvimento ótimo das plantas que estariam então em melhores condições para resistir às pragas e infestantes que, com o conjunto de medidas já viabilizadas, não atingiriam a plantação de forma concentrada.

Dessa forma, os diferentes cuidados se articulam no conjunto. A nutrição integrada, por exemplo, não teria apenas o papel de zelar pelo aspecto nutricional da planta, mas ao criar essas condições obter uma planta saudável e resistente. Não se trata apenas de fornecer os nutrientes minerais disponíveis no solo, mas garantir que eles estejam disponíveis para as plantas e para isso é fundamental, por exemplo, a manutenção dos níveis adequados de atividade biológica.

Todos esses procedimentos devem estar devidamente anotados e aptos a se transformar em um banco de dados e informações para que se possa estabelecer um sistema de rastreabilidade total do processo produtivo. Dessa forma, torna-se possível uma avaliação dos procedimentos empreendidos pelo produtor em cada etapa do ciclo apenas

consultando esse banco de dados. Na medida em que ocorra algum problema com algum lote de produto, o sistema deve ser capaz de identificar exatamente onde e de que maneira esse problema teria ocorrido, possibilitando a sua correção.

A PRODUÇÃO INTEGRADA NA PRÁTICA

A esta altura o leitor já deve estar pensando que a adoção de todos esses princípios e metodologias (e olhem que citamos apenas alguns deles e de forma superficial) é de uma complexidade sem fim.

Realmente é, entretanto, a metodologia do SAPI está sendo desenvolvida justamente para identificar todos os passos e procedimentos culturais para orientar o produtor na sua adoção.

Dessa forma, em função de termos no território brasileiro diferentes características edafoclimáticas, não se pode definir a PI de uma planta para todo o território nacional, pois há que haver uma vinculação com a realidade específica e as características locais do desenvolvimento das culturas.

Para se chegar à formatação das denominadas notas técnicas específicas é necessário que se proceda a um processo de pesquisa e avaliação da cultura para a qual se quer estabelecer os princípios da PI em uma determinada região. Com a definição de todos os aspectos específicos da cultura em questão, os procedimentos culturais e de pós-colheita são sumarizados e devem estar, evidentemente, em consonância com os princípios gerais do SAPI.

A regulamentação específica da cultura é então instituída e se transforma em um manual de orientações para quem quer aderir ao sistema. Na prática, a definição de todos esses procedimentos significa um resgate do conhecimento secular dos produtores agrícolas, adicionado com os avanços técnicos da modernidade e submetidos à necessidade de proteção ambiental e da adoção de condições de trabalho minimamente aceitáveis.

Evidentemente se trata de uma mudança de paradigma produtivo que apresenta dificuldades na sua implantação, sobretudo por exigir procedimentos que foram soterrados pelo paradigma da “Revolução Verde”. Mas ao padronizar as práticas relativas à utilização de sementes e mudas, fertilizantes, defensivos, irrigação, instalações, colheita, pós-

colheita, galpão de processamento, condições de trabalho, aspectos ambientais, relação com terceiros, etc., teremos então um controle específico de todo o processo produtivo.

Qual a vantagem da adoção dessas normas pelo produtor? Bem, como vimos anteriormente, as exigências do mercado consumidor tem repercutido nas redes de varejo e esta as tem repassado aos produtores, sob a forma de exigências para se tornarem fornecedores.

A adesão ao SAPI acrescentaria mais alguns controles e procedimentos entre aqueles que já são exigidos pelas redes varejistas e, além disso, proporcionaria um reconhecimento da adoção de uma produção segura e sustentável através de certificação do sistema. Assim, o controle da segurança e qualidade dos produtos seria proporcionado a todos, do pequeno produtor ao produtor distribuidor. Além disso, no caso da ocorrência de perdas na produção que impossibilitem os produtores de uma região de cumprirem os seus contratos de fornecimento, a compra de produtos de outra área, mas que esteja também vinculada ao SAPI, não implicaria em nenhum problema de sua segurança do produto ou de perda da rastreabilidade.

Sem dúvida, isso tem um importante valor simbólico e justamente por isso um grande impacto comercial, sobretudo se houver adesão significativa dos produtores de uma determinada região, como é o caso do Alto Tietê.

REFERÊNCIAS

- AMARO, P. **A Protecção Integrada**, Instituto Superior de Agronomia, ISA/Press, Lisboa, 2003. Disponível em www.isa.utl.pt/files/pub/ISAPRESS.
- CONWAY, G. **Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente**, São Paulo, Estação Liberdade, 2003.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**, Ed. Revan, Rio de Janeiro, 1994.
- KUGLER, H. **Paraíso dos agrotóxicos**. Revista Ciência Hoje, nº 296, 13/09/2012. Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/296>, acesso em 09/2012.
- MELO, P. C. T. e Vilela, N. J. **Importância da cadeia produtiva brasileira de hortaliças**. Palestra apresentada na 13ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças / MAPA, 2007. Disponível em www.abhorticultura.com.br/downloads/cadeia_produtiva.pdf, acesso em 09/12.
- PEREIRA, D; Abdo, R. **Hortaliças e rastreabilidade**, Horticultura Brasileira, v. 30, n. 2, (Suplemento - CD Rom), Associação Brasileira de Horticultura, julho de 2012.
- PROJETO LUPA. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2007/2008. Disponível em: www.cati.sp.gov.br/projetolupa, acesso em 09/2012.
- SOUZA, R. A. M. **Mudanças no consumo e na distribuição de alimentos – O caso da distribuição de hortaliças de folhas na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2005.
- ANDRIGUETO, J. R. e Kososki, A. R. “ (orgs.). **Marco legal da Produção Integrada de frutas do Brasil**, Brasília, MAPA/SARC, 2002.
- SILVA, P. M. **Curso de Capacitação de Multiplicadores da PIBatata**, Universidade Federal de Viçosa, s.d. Disponível em www.prointegrada.ufv.br.

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

NOS INTERSTÍCIOS DOS CANAVIAIS: MEMÓRIA E HABITUS RURAL NO INTERIOR PAULISTA

Alice Miguel de Paula Peres/ UFSCar¹
aliceperes@hotmail.com
FAPESP
GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

A região de Piracicaba localizada no interior do estado de São Paulo consiste em uma área tradicionalmente canavieira. Deste modo, a ocupação da cana não apenas transformou a paisagem do meio rural, como a própria forma de viver na localidade. O Bairro de Anhumas vivenciou esta experiência. Um bairro no passado considerado tradicionalmente rural, atualmente o poder público local assim como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o denominam de área de urbanização específica em decorrência do aumento populacional e do acesso de seus moradores aos serviços urbanos como: luz, água, esgoto, coleta de lixo e o próprio pagamento do IPTU (Imposto Territorial Urbano). Apresentando uma configuração demográfica multifacetada composta por antigos e novos moradores e um cenário espacial com casas situadas lado a lado, há neste local uma realidade social onde a fronteira que distingue mundos rurais e urbanos não se visualiza facilmente. Este estudo trata-se de uma análise preliminar dos dados coletados para a pesquisa de Doutorado intitulada: (Re) descobrindo outros mundos rurais por detrás dos canaviais. Por meio da pesquisa de campo, dos relatos orais e das memórias dos moradores mais antigos, buscamos neste primeiro momento resgatar a história do bairro e identificar tanto o modo de vida pretérito como os processos que desencadearam as transformações vigentes. Antigos meeiros, filhos de antigos pequenos proprietários formam o contingente de uma população que continua neste espaço social trazendo consigo o *habitus* rural e o estranhamento diante das metamorfoses em curso.

1. Apresentação

O município de Piracicaba localizado no interior do Estado de São Paulo possui uma área de 1.378,5 Km² com uma população de 364.571 habitantes. Considerado um espaço urbano sua densidade demográfica atinge 264,77 ha/km² com apenas 7.000 dos residentes localizados nas áreas rurais, segundo o critério definido pelo IBGE (Instituto

¹ Formada em economia na UNESP (Araraquara) e mestre em desenvolvimento econômico, espaço e meio-ambiente no IE (Instituto de Economia) da UNICAMP (Campinas), atualmente doutoranda em sociologia na UFSCar (São Carlos).

Brasileiro de Geografia e Estatística).² O índice de pobreza deste município, segundo o IBGE, atinge 15% da população. Em números absolutos podemos dizer que existem 56.000 habitantes vivendo nesta situação. Cabe destacar que é neste município que está localizado o antigo bairro rural de Anhumas, que nos chamou atenção justamente porque, ao contrário de vivenciar o esvaziamento populacional, como a maioria dos bairros rurais do município referenciado, passou e vem passando, a cada dia, pelo aumento gradual no número de seus residentes. Diante deste cenário nossa preocupação consistia em conhecer qual o modo de vida dos moradores daquele bairro. Estávamos atentos, diante das metamorfoses em curso, em identificar a existência de uma ruralidade antiga ainda preservada.

É neste sentido que destacamos o conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu (2006; a, b). O conceito nos permite considerar elementos constituintes de um modo de vida antigo transmitido para a contemporaneidade. Bourdieu (2006; a, b) sinalizou que as condições objetivas (concretas) quando internalizadas são absorvidas de forma subjetiva por uma matriz de percepção, e o resultado se expressa em disposição a determinadas práticas nas formas de pensar e agir que podem ocorrer de forma voluntária e/ou involuntariamente. Neste sentido, o conceito de *habitus* nos ajuda a pensar sobre os aspectos que se perpetuam de geração a geração no processo social, seja no interior das famílias, entre os indivíduos, seja nos espaços de sociabilidade. O *habitus* nos mostra quem são e como vivem os indivíduos e nos ajuda a identificar as particularidades nas formas de sociabilidade no espaço rural do mundo contemporâneo³. Cabe notificar que este estudo

² A formação do povoado de Piracicaba foi impulsionada pelo crescimento do cultivo da cana a partir de 1750. Em 1775 foram contadas 235 pessoas habitando o local. Em 1822 havia 2.430 pessoas sendo 956 escravos. Em 1837 Piracicaba contava com 10.291 moradores saltando para 22.000 em 1856, sendo destes 5.000 escravos e 4.000 moradores residentes dentro da área do rocio. Vale lembrar que o município de Piracicaba apresenta em sua origem a marca dos latifúndios e da escravidão. Quanto ao processo de industrialização, a primeira indústria data de 1878. Uma indústria têxtil com 50 teares utilizava mão-de-obra nacional e de migrantes: ingleses, franceses, belgas e italianos. Na última década do século XIX o processo de modernização se intensificara e no município já havia telefone, sistema de iluminação elétrica, serviços de água, etc. No entanto, todos controlados por empresas privadas. A partir de 1930 o município de Piracicaba entra no circuito dos investimentos industriais tornando-se este o elemento dinamizador de algumas mudanças ocorridas. Em Piracicaba há um parque industrial em setores de bens de capital e o último investimento de envergadura realizado e que vem trazendo tensões nas relações sociais foi a construção da indústria automobilística Hyundai de capital estrangeiro. Quatro dias após sua inauguração, em novembro de 2012, o local foi palco de greves dos trabalhadores cujo objetivo era reivindicar melhores condições de trabalho. (BILAC&TERCI 2001); (MALUF, 1984, 1987); (PETRONE, 1968); (TERCI, 2001); (TORRES, 1995).

³ A importância de marcar a presença do *habitus* rural na sociedade contemporânea está vinculada a necessidade de não ignorar o passado, sobretudo onde os processos de apropriação do solo assim como as políticas públicas para o mundo rural ocorreram descolados das necessidades daqueles que viviam uma

trata-se de uma análise preliminar dos dados coletados para a pesquisa de Doutorado intitulada: (Re) descobrindo outros mundos rurais por detrás dos canaviais.

Com o intuito de compreender a realidade configurada no bairro em questão fomos a campo, entramos em contato com os moradores e por meio da pesquisa empírica realizamos uma etnografia do local. Utilizamos como técnica de pesquisa a observação participante e entrevistas. Colhemos tanto depoimentos como histórias de vida de antigos e novos moradores. A primeira fase da pesquisa empírica foi realizada no mês de maio e junho de 2012, quando nos aproximamos da realidade a ser estudada. Em 2013 a pesquisa de campo continuou no mês de março, abril e maio. Ao todo realizamos aproximadamente 60 horas de gravação de entrevistas, 10 horas de filmagens e mais de 500 fotografias. Todo material foi coletado pela própria pesquisadora que, para a realização da pesquisa se hospedou tanto na sede do município de Piracicaba – SP, locomovendo-se dia a dia para o bairro, como se hospedando no próprio bairro de Anhumas na casa de moradores. Do universo pesquisado e das questões complexas que dele emergiram para reflexão, buscamos delimitar para este texto os aspectos sobre o modo de vida antigo e os processos de transformações em curso. Isto se fez importante, na medida em que, para identificarmos o *habitus* rural, manifestação da tradição do rural em tempo presente, primeiramente se fez necessário resgatar elementos da ruralidade existente no passado. As perguntas que aqui buscamos responder foram: como viviam os moradores antigos? Quais os processos desencadeadores das mudanças?

Cabe esclarecer, entretanto, que não foi simples definir quem eram os antigos moradores do bairro. Como não havíamos definido um critério quanto ao tempo de vida necessário no bairro para que o depoente fosse considerado um antigo morador, foi no caminhar da pesquisa que percebemos, pouco a pouco, que antigos moradores não necessariamente eram apenas aqueles que sempre viveram no local. Nas entrevistas, embora os depoentes afirmassem: “*toda vida eu morei aqui*”, quando a conversa prosseguia, percebíamos que a infância e a juventude haviam sido no bairro vizinho. Outra situação também foi encontrada. Alguns moradores de lá saíram e para lá voltaram. Outros, de bairro em bairro, chegaram a Anhumas. Nesta perspectiva, diante das narrativas fomos

relação visceral com a terra. Neste sentido, as mudanças do modo de vida, a criação de estratégias de sobrevivência múltiplas vinculadas à luta pela vida trouxe para o mundo contemporâneo um campo de tensões onde o passado muitas vezes se esconde, dificultando uma reflexão mais cuidadosa sobre as mudanças em curso.

percebendo que, embora este constituísse um grupo heterogêneo em razão das particularidades nas trajetórias familiares e individuais, assim como na relação de propriedade que estabeleciam com a terra, havia algo em comum que os aproximavam. Suas lembranças. Lembranças que nos levaram a um mesmo modo de vida onde a terra, a família e o trabalho formavam unidade. Percebemos assim a comunhão em relação à percepção sobre o passado, sobre as mudanças em curso e o próprio compartilhamento de um *habitus rural* no presente.

Diante do que foi exposto e devido aos limites de páginas a serem respeitados neste artigo, nas partes que se seguem optamos primeiramente por trazer um breve relato do contato com o bairro e as percepções sobre a configuração sócio-espacial encontrada. No segundo momento trouxemos alguns depoimentos sobre o modo de vida antigo e as reflexões sobre sua composição. Em terceiro trouxemos as discussões sobre os processos de mudança, considerando algumas discussões já existentes na literatura. Por fim, elaboramos breves considerações finais sobre o problema abordado.

2. Relatos sobre o bairro rural de Anhumas

A partida se iniciara. O bairro de Anhumas localiza-se a 30 km da sede administrativa do município de Piracicaba. A estrada de acesso é pavimentada - estrada única de mão dupla. No caminho, na beira da estrada, vestígios de outros bairros rurais. Avistamos igrejas, escolas e vendas. Senhores com vestimentas típicas se encontravam nas vendas compondo a imagem do mundo rural. Mas, a predominância do canavial se sobrepunha a qualquer outra paisagem. Uma imagem monótona revelando o peso da monocultura canavieira na região estudada. Após relatos de moradores antigos pudemos reconhecer as diferenças que o tempo presente apresentava em relação ao passado. No lugar da cana, antigamente bairros rurais constituíam o palco de uma vida cultural rural intensa. Vale aqui apontar o estudo de Silva (2004) que ao tratar do caso da Fazenda Reunidas situada no estado de São Paulo, também lembrou a destruição de uma vila inteira chamada Dinízia, uma vila que fazia parte da organização social e econômica dos sitiantes. No município de Piracicaba, em locais próximos à Anhumas, também identificamos alguns bairros que desapareceram, como o bairro Cruz Alta. Em seu lugar, atualmente, encontra-se apenas a monocultura canavieira.

Na beira da estrada avistamos um alojamento de trabalhadores rurais cortadores de cana. Alojamento para trabalhadores migrantes provenientes do estado do Piauí, Pernambuco e Bahia. Máquinas colheitadeiras funcionavam. Após longo percurso chegamos ao bairro rural. Qual nossa surpresa? Anhumas era uma vila com ruas estreitas sem pavimentação e com casas construídas lado a lado, semelhantes ao ordenamento residencial dos espaços urbanos. Transeuntes caminhavam de lá para cá, usando vestimentas urbanas. Caminhavam até a padaria, até o mercado, ao vizinho, ao posto de saúde etc. Avistamos algumas senhoras e senhores sentados em frente ao portão de suas casas. Além da igreja católica, identificamos outras igrejas, sobretudo evangélicas. Ao todo contamos a existência de nove pequenas igrejas. Segundo relatos dos moradores e fiéis, o culto é realizado por moradores ou por um responsável que vem da cidade, duas vezes por semana. No bairro há um posto de saúde e um correio. Pequenas casas de comércio. Mas também observamos animais de pequeno porte como galinhas passeando livremente pelas ruas, pasto com animais de grande porte como vacas e boi fazendo fronteira com alguns terrenos. Casas com cercas de bambu e antenas parabólicas. Mas, um detalhe nos chamou atenção: tijolos posicionados em frente às moradas e marcas recentes de construção. Os muros estavam sendo erguidos e os terrenos estavam à venda. Estes elementos nos avisavam sobre as mudanças em curso. No horário da jornada do trabalho e da realização da pesquisa permaneciam na vila os moradores idosos e os estudantes.

Cabe aqui destacar que, devido ao seu contingente populacional atual e do acesso de parte de seus moradores aos serviços urbanos como: luz, água, esgoto, coleta de lixo e o próprio pagamento do IPTU (Imposto Territorial Urbano), o poder público local assim como o IBGE, denominam Anhumas de área de urbanização específica⁴. Assim, uma parte do bairro que hoje assume a forma de vila, já é considerada zona urbanizada. Em 2007 foi realizada a delimitação da margem do perímetro urbano no bairro e, a partir daí, o local começou a apresentar por meio dos registros oficiais uma distinção entre as populações dos espaços urbanos e rurais. Vale, no entanto, acrescentar que o debate sobre as definições sobre o que é rural e urbano não se esgota. Veiga (2003) se contrapôs às visões oficiais e contestou os procedimentos utilizados no Brasil para definição da urbanização. Ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) independente de sua

⁴ Nas entrevistas foi possível identificar que nem todos os moradores da vila tinham acesso à estes serviços. Muitos ainda se utilizam de fossa e eram responsáveis por puxar a energia elétrica até suas residências.

característica, construiu-se um cenário que não corresponde à realidade. O autor pontuou a necessidade de analisar outras variáveis para o alcance de uma maior precisão quanto ao diagnóstico da realidade estudada, tal como a densidade demográfica e a localização, já que as aglomerações metropolitanas impactam sobre os locais circundantes rurais. O problema desta abordagem, no entanto, é que não há nas colocações de Veiga (2003) considerações e discussões sobre a existência de um modo de vida específico no mundo rural.

Após a realização desta primeira etapa da pesquisa de campo conseguimos identificar quem eram os moradores do bairro. Lá estavam vivendo os descendentes de antigos pequenos proprietários de terras (sitiantes) que viviam no passado do trabalho familiar, os quais, pouco a pouco, desmembraram por herança e/ou loteamento parte de sua propriedade dando origem aos lotes e terrenos que permitiu a construção de casas situadas lado a lado para moradia; os antigos parceiros/meeiros de grandes propriedades rurais do local e regiões circunvizinhas que para lá se deslocaram e fixaram suas residências (também encontramos alguns provenientes do Paraná); trabalhadores temporários que em busca de trabalho se deslocaram para o bairro e são provenientes de outros estados do Brasil (Nordeste), assim como, um fenômeno mais recente, novos moradores provenientes das periferias urbanas do município referenciado. Neste sentido, podemos dizer que o bairro de Anhumas, considerado rural no passado, atualmente apresenta um cenário demográfico social/cultural heterogêneo e diverso. Esta nova configuração sócio-cultural-espacial, no entanto, é embalada e lacrada pelo selo da urbanização e carrega um cenário de tensões e contradições que precisam ser compreendidos. Segundo a assistente social que trabalhou muito tempo no Bairro os efeitos das mudanças vêm assustando moradores antigos que muitas vezes optam por se retirar do bairro. Em suas palavras:

É [...] mudou bastante [...] muita gente arrendou para as usinas e muitos mudaram de lá. Mudou o perfil de Anhumas. Hoje a violência chegou. Muitas brigas, roubo, drogas, prostituição. A droga está em estágio avançadíssimo. Lá tem escola, creche, posto de saúde [...] a igreja e, tem os moradores que continuam, né? Mas muita gente tem medo, já mudou para cidade ou colocam os filhos para estudar na cidade, entendeu? Quem tem um poder aquisitivo mais elevado acaba mandando os filhos para cidade. Tem até uma pessoa que veio trabalhar com a gente aqui no centro da cidade, ela

morava lá, mas o marido falou assim: em Anhumas não dá para criar filho, tem muita droga e muita violência.⁵

Por trás deste visível cenário de heterogeneidade sócio-cultural onde mundos rurais e urbanos se encontram, percebemos que esconde um elemento comum compondo as práticas de vida no cotidiano destes moradores. No antigo bairro rural encontramos os sujeitos sociais que foram, pouco a pouco, geração a geração, destituídos dos seus meios de vida. Foi este um dos processos responsáveis pela configuração atual. Atualmente são sujeitos que ocupam a mesma posição nas relações objetivas de trabalho. É neste bairro que residem parte dos trabalhadores do município canavieiro. Trabalhadores rurais e urbanos, trabalhadores agrícolas e de serviços, nas indústrias, trabalhadores do lar, trabalhadores permanentes e temporários. Trabalhadores aposentados. Ou seja, todo universo de subcategorias criadas para expressar a diversidade de especialidades encontradas no mundo do trabalho. Mas, porque estes trabalhadores estavam concentrados no bairro de Anhumas? Muitos trabalhadores são originários da própria região rural, do bairro ou de bairros rurais vizinhos e estabelecem uma relação de pertencimento e identidade com o local, outros, provenientes de áreas urbanas, encontram em Anhumas um custo de vida com preços de terrenos e aluguéis baixos e acessíveis em comparação ao nível de preços das áreas centrais⁶. Como há disponibilidade de transporte coletivo (ônibus circular) de hora em hora garantindo o deslocamento desta população para cidade, muitos trabalham nos centros urbanos. Estas constituem as condições favoráveis que se criaram no bairro e que por sua vez vem atraindo um contingente de famílias e trabalhadores rurais e urbanos.

3. O modo de vida antigo⁷

M: Nós carpíamos, plantávamos arroz. Plantávamos algodão, essas coisas. Tinha que socar o arroz, eu lembro. Se quiser comer tinha que ter o arroz para o almoço e para a janta. Socava assim uma boa quantia de arroz. [...]

⁵ Entrevista realizada no dia **21/02/2011** com a assistente social da secretaria de desenvolvimento social SENDS.

⁶ O município de Piracicaba assim como outros municípios e regiões do Estado de São Paulo viveram os efeitos da crise financeira e especulação imobiliária em 2008.

⁷ Cabe esclarecer que neste primeiro momento da análise optamos por ocultar os nomes dos depoentes, sendo que os fragmentos das entrevistas aqui tratados estão identificados apenas pelas iniciais dos nomes.

Morava numa casa lá para baixo. Não existe mais. Faz muito tempo. Acho que era de barro, parece que ela até caiu.

F: [...] A gente plantava de tudo. Algodão, feijão, arroz, vassoura, milho. A gente tirava uma parte para o gasto, e a outra parte a gente vendia. Na época tinham as pessoas que compravam [...]. Dinheiro como hoje só quando vinha aquela lavoura e vendia. Era de quatro meses, seis meses. [...] Naquela época tinha que conservar aquele dinheirinho, guardar, esconder, porque nem com banco a gente lidava, tinha até medo de lidar com banco. Guardava aquele dinheirinho para ir gastando alguma coisa quando precisava. Por exemplo: o açúcar, a gordura, o fósforo, o querosene, porque a gente não tinha luz, era lamparina. [...] A gente reservava o mantimento para entregar nos depósitos, o mesmo caminhão que vinha buscar o algodão e o arroz que a gente vendia, já trazia a mercadoria para gente. O açúcar a gente comprava de dois sacos grandes de 60 Kg, já era para o ano inteiro. Aí o querosene e a gordura a gente já comprava de lata de 18 litros, e vinham duas latas de querosene, duas latas de gordura. E guardávamos em casa. Quando ia faltando a gente ia comprando os litrinhos. E falava: ah agora acabou o dinheiro, agora não tem mais dinheiro, agora só quando vender a vassoura. Acabava e não tinha mais dinheiro. Só quando vendia a vassoura e o feijão. A vassoura e o feijão davam mais rápidos, quatro meses. Agora o arroz e o algodão era de seis meses, oito meses. Então, até colher, até vender. Tínhamos galinha, porco, então, essas misturinhas a gente tinha do sítio. Verdura, abobrinha, batatinha, mandioca. Tudo a gente colhia, graças a Deus! Fome a gente não passava. Tinha coisa para comer, mas não tinha o dinheiro. A roupa comprava uma vez por ano também. Quando vendia tudo, comprava roupa, sapato. Comprava mais quando a gente queria uma roupinha melhor para ir a uma festa, quase não tinha festa, mas um casamento, um aniversário [...].

I: Aqui tinha uns porquinhos que a gente engordava para comer, criava uma porca [...] tinha que fritar tudo e guardar. Naquele tempo era assim, não tinha geladeira, não tinha força, não tinha água. Aqui mesmo, nossa, os poços não davam água, era pouquinho. Tínhamos que pegar água de carroça lá de baixo do Ribeirão. Meu marido colocava os latões de leite na carroça e íamos, trazíamos água de lá. E para lavar roupa tinha que ir lá. Aí ele me levava na carroça, deixava lavando depois ia buscar. Ah era um sofrimento [...] Ah eu costurava, naquele tempo nem tinha para comprar feito, né? Agora ninguém faz mais, só compra feito, né? Eu que costurava, comprava o tecido na cidade mesmo, em Piracicaba. [...]

Por meio destes depoimentos é possível perceber como se viviam no passado no bairro de Anhumas. Estes elementos destacados pelos moradores nos permitem compor a

imagem da ordem social estabelecida no bairro pelas famílias do lugar e da época. Os indícios são expressivos de que lá, os elementos terra, trabalho e família articulados formavam unidade, que podemos aqui chamar de ruralidade antiga. Uma ruralidade que permitia a produção e reprodução da vida a partir de uma autonomia e relativo isolamento do bairro em relação às cidades circunvizinhas. Neste caso, podemos considerar que as necessidades orgânicas e sociais dos indivíduos eram satisfeitas diante das teias de relações familiares e de vizinhança. No bairro havia uma escola, uma igreja, assim como um mercadinho ou, uma venda. O porco, a galinha, a horta, a lavoura, em conjunto garantiam na propriedade os suprimentos necessários para a família. Poucos alimentos eram comprados. A prática de compra por meio do dinheiro ocorria apenas uma vez ao ano. Na casa, que também funcionava como uma unidade doméstica de produção, as mulheres costuravam as roupas depois de buscar os tecidos nas cidades. A água buscava-se no poço ou no rio, a iluminação vinha com o sol, ou uso de lamparinas, daí a necessidade de obter o querosene. Segundo a moradora: *A gente usava luz de querosene e amanhecia com o nariz todo preto. Agora tem tudo fácil. Tem água encanada, tem tudo!* Por meio da análise dos depoimentos notamos também uma aproximação entre a vida dos pequenos proprietários de Anhumas com os moradores que produziam em sistema de parceria nas grandes fazendas do bairro e bairros circunvizinhos. Ou seja, com os moradores camponeses que não eram proprietários de terras. Podemos considerar que os camponeses proprietários viviam um modo de vida semelhante aos camponeses parceiros/meeiros das fazendas. No passado estabeleciam relações sociais próximas e de solidariedade, ocorrendo também os casamentos entre os filhos, nos mostrando que havia uma identidade comum partilhada por estes grupos. O trabalho na terra, as relações familiares e de vizinhança, a ajuda mútua garantiam a reprodução material e simbólica da vida. Os indivíduos diferiam pouco entre si por partilharem dos mesmos sentimentos e valores. As crenças se davam em torno do catolicismo rústico, os métodos de cura com benzedadeiras. Todos estes elementos compunham no Bairro de Anhumas uma organização social com certa homogeneidade e impermeabilidade, e a identidade rural formando sua unidade. Os aspectos econômicos e simbólicos, sociais e psíquicos eram assim impulsionados por estes laços internos de sociabilidade. Havia o distanciamento entre os mundos rurais e urbanos. E este modo de vida rural antigo concebeu o ser social a partir destas experiências concretas. As condições objetivas formaram a consciência, as representações, que penetrou na subjetividade. Estes

sujeitos sociais passaram a sentir a partir também destes referenciais. Todavia, quando esta ordem social é invadida por influências externas que desorganizam as relações sociais, os sujeitos sociais passam também a internalizá-las, em um processo dialético de aceitação e negação onde as hierarquias de prestígio, os valores, são todos bagunçados pelos valores e referências da ordem capitalista e moderna. Isto ficou evidente quando nas falas dos depoentes a seguinte frase se repetia: *hoje temos tudo fácil, mas parece que antes era mais bonito!* Notamos assim a identificação com o tempo de outrora.

Para complementar esta discussão vale lembrar a contribuição de Candido (2001) que, ao estudar como viviam os caipiras e os parceiros no mundo rural paulista, atribuiu ao rural o desenvolvimento de um modo de vida típico. Definiu o que é um bairro rural a partir de pressupostos de sociabilidade que também eram utilizados e observados nos estudos de comunidades. Para o autor o rural apresentava similitudes em sua sociabilidade próxima ao que se verificava nas comunidades isoladas. Candido (2001) chamou atenção como elementos desta ruralidade a existência de um sentimento de pertencimento dos moradores e das práticas partilhadas de solidariedade provindas também do catolicismo rústico. A importância em recuperar a análise de Cândido (2001), se deve a possibilidade de compreender o conceito de modo de vida como uma totalidade, onde os aspectos econômicos e simbólicos, sociais e psíquicos, são formados a partir do interior destes laços de solidariedade e sociabilidade. A autonomia refere-se à certo distanciamento que havia entre os mundos rurais e urbanos, distanciamento, claro, que expressa um momento histórico específico em relação ao movimento das forças produtivas.

O que temos por meio dos depoimentos se não a expressão concreta do ser genérico mencionado por Marx, mas situado em um espaço social e tempo histórico específico? O ser social posicionado em um determinado momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas? O modo de vida rural antigo, a despeito de suas diferenças nas relações de poder, envolvendo gênero, raça/etnia, há união entre o ser social e a natureza. A própria casa em que as famílias moravam nos revela este aspecto. Em Anhumas, no passado, as casas eram construídas com barro, com galhos retirados da terra, com elementos do próprio local e pelos próprios moradores em sistema de mutirão. Em muitos depoimentos os moradores lembravam e contavam: [...] *fazíamos mutirão para barrear a casa e depois fazíamos uma festa. O dono da casa dava o que tinha para comer. As vezes um cantava o cururu, outros dançavam [...]*. Estas condições nos remetem há uma ordem social em que

a natureza e o ser social não haviam se alienado, nem o indivíduo de sua família e, o bairro expressava esta unidade grupal em dimensões ampliadas. Havia nas relações sociais a troca, mas não com a finalidade de acumulação. As trocas eram realizadas como respostas as necessidades de reprodução da família e da comunidade fortalecendo os laços de solidariedade partilhada.

No entanto, a partir da intensificação do processo de industrialização e urbanização Candido (2001) identificou elementos que revelavam os sinais de crise e desorganização social daquela estrutura social rural. Observando as mudanças sociais e a luta pela vida que o caipira se embrenhava, o autor vislumbrou a desorganização desta sociabilidade e modo de viver. Para compreender estas transformações, partiu de uma reflexão sobre a natureza das necessidades humanas buscando apreender como o mundo externo urbano circundante as tencionava, criando alteração dos padrões tradicionais, modificando, o que se podia chamar de economia auto-suficiente para uma economia e sociedade capitalista. Neste processo, contudo, o autor não deixou de perceber que sinais de uma estrutura antiga se perpetuavam no presente, estabelecendo continuidades entre as sucessivas etapas de um processo total.

4. O processo de expropriação e as transformações

As transformações da paisagem social rural do interior do estado de São Paulo a tempos desperta atenção de pesquisadores renomados. Anhumas é um bairro onde este processo se fez veloz. Onde havia uma vida social pujante, hoje, como dizem os moradores locais: *não tem mais nada, a cana acabou com tudo*. A expansão do agronegócio e outros processos desencadearam as mudanças. Atualmente a face visível da ruralidade local é identificada pelo agronegócio canavieiro e as preocupações centrais passam pela análise da produtividade do solo e competitividade na produção, deixando as condições de vida e relações sociais e de trabalho dos moradores rurais como questões de menor importância. Vale lembrar o depoimento de um sitiante sobre sua condição de morador rural: *quando vou à cooperativa dos fornecedores de cana, em Piracicaba, reclamar das queimadas e dos agrotóxicos, sabe o que eles dizem? Não sei o que o senhor ainda faz lá, vai embora, vai para cidade! Todos já foram só ficou o senhor!*⁸ Podemos, no entanto, apontar que a

⁸ Depoimento de um sitiante do Bairro de Anhumas no dia 9 de julho de 2012.

realidade demográfica configurada no município de Piracicaba/SP não é resultante de um processo natural, e assim resultante do impacto das políticas e legislações que sempre priorizaram a grande propriedade rural incentivando a produção para o mercado externo, o que ampliou os desafios da pequena produção agrícola e da reprodução da vida sócio/cultural rural. No município de Piracicaba – SP, podemos afirmar que o processo de modernização conservadora na agricultura brasileira produziu seus efeitos alimentando o êxodo rural e promovendo a redução do contingente da população que vivia no campo. Em Anhumas, embora o número de seus habitantes tenha aumentado, o modo de viver vem passando por profundas transformações. Com a expansão da cana e ampliação da dificuldade de manutenção da pequena lavoura para o próprio consumo e subsistência, antigos pequenos sitiantes e antigos parceiros se proletarizaram passando a trabalhar no corte de cana. Quanto às gerações seguintes, percebemos que a maior parte do trabalho é realizada na cidade, na medida em que o bairro não mais oferece oportunidades.

Vale aqui lembrar os esforços de reflexões já realizados, pontuando alguns processos detonadores das mudanças observadas. Silva (1999) aprofundou a compreensão sobre o processo de modernização conservadora na agricultura brasileira destacando dois instrumentos jurídicos criados na década de 1960 e sua eficácia sobre a extinção das relações de trabalho vigentes no campo paulista: o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963 e o Estatuto da Terra (ET) de 1964. Além de desvendar os mecanismos de atuação destes instrumentos jurídicos, a autora pontuou como conseqüências os efeitos sobre a vida dos sujeitos sociais que viviam no campo: [...] *Arrancaram-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. Produz-se, assim, uma relação de força simbólica [...], mediante a qual as condições subjetiva do ser são negadas* (SILVA, 1999: 66). Continuando, a autora pontua:

Muito embora o processo de acumulação primitiva tenha variações [...] ele provocou os mesmos efeitos: trabalhadores nus, desprovidos de suas condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto trabalhadores possuidores de direitos. Este último aspecto, caracterizado pela figura do volante, daquele não reconhecido pela lei, de *per se*, a especificidades deste processo. Ou seja, ao mesmo tempo que o trabalhador é produzido, ele é negado pelas relações jurídicas, que nada mais são do que expressões das relações de classes. Essas relações produziram a coerção interna e foram imprescindíveis à disciplina do trabalho instaurada em seguida. Foram os elementos responsáveis pela canalização das energias para o trabalho, na medida em que

forçaram os trabalhadores a se sujeitar às regras capitalistas. As leis impostas representavam uma verdadeira ética corretiva para o trabalho, um remédio eficiente para extirpar hábitos, valores prevalecentes nos sistemas de trabalho anterior, empobrecendo, assim, o mundo interior. [...] (SILVA, 1999: 17-18)

Com o avanço do capitalismo as influências externas que invadem a ordem social rural antiga são chamadas de “progresso” do mundo moderno. Todavia, este processo dialético produz realidades distintas e contraditórias no tempo e espaço. Então nos perguntamos: o que aconteceu com o bairro de Anhumas? As casas não são mais de barro. Há serviços de água e esgoto. A rede elétrica permite o uso de eletrodomésticos. A geladeira, o fogão a gás, o rádio, a televisão, trazem para Anhumas o espírito do progresso e a promessa de felicidade. Como os moradores mesmo dizem: Agora tudo é fácil! Mas, esta é a aparência, este é o caminho percorrido por toda análise oficial. O rural no mundo moderno. O modo de vida se transformou e os mecanismos de expropriação estão mais sofisticados, não deixam rastros. No caso dos moradores antigos, a modernidade chegou para expropriá-los. Expropriá-los de suas antigas relações sociais e de trabalho, dos vínculos que estabeleciam com a vizinhança, de sua sociabilidade solidária. Relações que formaram seu cognitivo e sua subjetividade. Só por meio desta interpretação conseguimos decifrar os momentos de sombra e silêncio encontrados na pesquisa de campo. Estamos aqui tentando compreender o desencontro entre fala e sentimento, quando os depoentes em tom de questionamento e afirmação comentam: Ah, hoje tem tudo fácil! E a moçada ainda reclama? No meu tempo que era difícil, tínhamos que fazer tudo! Podemos aqui refletir o seguinte ponto: não estariam os moradores antigos buscando expressar seu sentimento de indignação por não compreender porque, mesmo com melhorias nas condições materiais de vida, na medida em que tudo é fácil, o sentimento de contentamento não chega? Como quem pergunta, porque não somos felizes? O que nos falta? Os moradores antigos sentem-se expropriados, mas não revelam este sentimento pelos caminhos fáceis de uma fala clara e linear. O descontentamento, o estranhamento com o mundo contemporâneo, se revela pelo tom de voz. Percebemos de alguma forma que sentem que seu modo de vida havia sido distinto, mas sua história havia sido apagada. Apagada por que neste novo mundo aquele modo de vida não tinha valor. O passado fora descartado. Seus referenciais não importavam mais.

Muitos pequenos sitiantes viveram o processo de partilha da terra por herança. Com os pedaços de terras distribuídos pelo bairro, alguns foram vendendo parte dos terrenos formando os lotes, ou terrenos menores. Foi este processo de desmembramento das propriedades em lotes que permitiu a formação do desenho urbanístico atual do bairro. As casas, a despeito de seus grandes quintais, foram sendo construídas lado a lado, em torno da Igreja, da escola e das poucas vendas que existiam. A maior parte dos herdeiros continua morando no bairro de Anhumas. Em suas relações sociais ainda percebe-se a continuidade de *habitus* de um modo de vida rural antigo. Contudo, também percebemos que, pouco a pouco, a terra, a família, e o trabalho rural, neste bairro, desenlaçam-se, num processo dialético, produzindo realidades de difícil compreensão, pois seus processos desencadeadores são complexos e vão sendo soterrados. Os netos destes antigos moradores hoje são estimulados a procurarem trabalho na cidade. A cinco horas da manhã, antes do sol nascer, estes trabalhadores já estão posicionados em um ponto, esperando em fila o ônibus circular chegar para os levarem para a cidade. As mulheres geralmente trabalham de domésticas e os homens como operários das indústrias. Regressam ao bairro aproximadamente a sete ou oito horas da noite. Desta forma, nestes casos, o tempo de trabalho não é mais vivenciado no espaço rural.

5. Considerações finais

Que diversidade sócio-cultural é esta que se configura em uma sociedade moderna? O problema é que as formas de expropriação, exploração e dominação se sofisticaram, ao ponto de nos impedir-nos de detectá-las. Faz-se isso apagando o passado, levando embora seus rastros. Ao naturalizar os dramas da sociedade contemporânea como a pobreza, violência, medo, sobretudo as doenças manifestadas pelos indivíduos, desconsiderando seus processos desencadeadores, sua história, nada conseguimos fazer se não identificá-las, apontá-las, mas sem compreender sua especificidade temporal. O mesmo cuidado temos que ter quando salientamos a heterogeneidade e a diversidade do mundo rural formado em decorrência do impacto da modernidade. Antes existia um mundo heterogêneo e diverso, mas refletia um determinado momento histórico no desenvolvimento das forças produtivas, formavam assim uma totalidade em torno de seus lugares, pessoas e famílias, vivendo em comunidade com suas tradições. Isto não significa que não haviam hierarquias e relações

de poder. Todavia, a heterogeneidade e diversidade no mundo contemporâneo possuem outra natureza, revelam tempos e espaços entrelaçados, por uma lógica que avança e ocupa territórios, a lógica capitalista. O bairro de Anhumas em tempos de “Brasil moderno” apresenta um cenário violento. Esta violência não necessariamente significa o furto de um bem material precioso, embora isto também aconteça, haja vista a presença dos muros nas casas. Trata-se também de uma violência sentida como consequência da desorganização de uma ordem social precedente. O intruso expropria a história, o humano do gênero humano formando seres distantes de si, desconectados de seu passado, se sua história. Contudo, a despeito do processo de metamorfose rural, no bairro de Anhumas ainda foi possível visualizar sinais do *habitus* rural. A religiosidade, o pouso do divino, as práticas em lidar com os animais (galinhas e porcos) constituem ações que se perpetuam em algumas famílias e indivíduos.

6. Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BILAC, M. B. B.; TERCI, E.T. *Piracicaba: de Centro Policultor à Centro Canavieiro 1930-1950*. Piracicaba: MB Editora, 2001.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. A Dominação Colonial e o Sabir Cultural. *Revista de Sociologia Política*, v.26, p. 41-60, jun. 2006. (a)
- _____. O Camponês e seu Corpo. *Revista de Sociologia Política*, v.26, p. 83-92, jun. 2006. (b)
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- HOBBSBAWM, E. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e terra, 1981.
- MALUF, R. S. J. *Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho Urbano e Rural de Piracicaba*. Piracicaba: FINEP/UNIMEP, 1984.
- _____. *Evolução Recente do Emprego Urbano e Rural em Piracicaba*. Piracicaba: FINEP/UNIMEP, 1987.

MARX, K. A mercadoria. In *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. A Assim chamada acumulação primitiva. In *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PETRONE, M, T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.

_____. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

TAUSSIG, M. T. *O Diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

TERCI, E. T. (org.) *O Desenvolvimento de Piracicaba – história e perspectivas*. Piracicaba/SP: Editora Unimep, 2001.

TORRES, M. C. T. M. Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba – no tempo do império. Piracicaba: Academia Piracicabana das Letras, 1975.

TURISMO NO ESPAÇO RURAL CONTEMPORÂNEO: REDESCOBRINDO O PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz/ USP/ESALQ, Piracicaba, SP.
odaleiaq@terra.com.br; otmmquei@usp.br
Agência financiadora: FAPESP
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

O objetivo da pesquisa foi analisar o turismo no espaço rural contemporâneo, observando como o patrimônio socioambiental tem sido aproveitado nos solares portugueses e fazendas históricas paulistas. A pesquisa foi exploratória, qualitativa e descritiva, utilizando dados bibliográficos e pesquisa de campo, com entrevistas com os responsáveis pelos Solares Portugueses e visitas técnicas, levantando sua infraestrutura, e a gestão ambiental do meio de hospedagem. Os Solares Portugueses estão passando por processo de certificação com o estabelecimento de parâmetros de qualidade. A base teórica tem apoio na Teoria do Espaço de Milton Santos (1996), que oferece subsídios para explicar o processo de construção do espaço turístico. Houve também uma preocupação em analisar a realidade dos Solares Portugueses a luz do conceito de desenvolvimento sustentável. A revitalização dos Solares Portugueses por meio do turismo criou novas possibilidades socioeconômicas para as populações envolvidas, trazendo benefícios. Os Solares e as Fazendas Históricas Paulistas têm relevante identidade territorial, a sua valorização como patrimônio é uma estratégia de desenvolvimento local. Os territórios estudados tiveram trajetórias de desenvolvimento bem diferentes, os Solares Portugueses foram construídos em pequenas propriedades, muitas delas, especializadas em produção de uva e fabricação de vinhos. As fazendas históricas paulistas configuram-se como grandes propriedades com experiência em agricultura monocultora. Tanto os Solares como as fazendas passaram por período de decadência e, recentemente, estão em processo de recuperação. Em ambos os casos, o turismo tem sido adotado como uma das estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: Turismo; espaço rural; patrimônio; socioambiental.

Curriculum Vitae resumido

Turismóloga e Geógrafa, Mestre Geociências Meio Ambiente/ UNESP e doutora/ Engenharia Ambiental/ EESC, USP (2000). É docente da ESALQ- USP, coordenadora curso de G.Ambiental, e pesquisadora/ orientadora do PPGI Ecologia Aplicada/ CENA/ESALQ/USP. Em 2012 fez Pós Doutorado na Universidade de Lisboa, Portugal sobre O aproveitamento turístico dos patrimônios cultural e natural e seus impactos socioeconômicos e ambientais em espaço rural: o caso dos Solares portugueses.

Introdução

O turismo no espaço rural contemporâneo volta-se para o aproveitamento do patrimônio socioambiental existente. Esta pesquisa estudou os solares portugueses e as fazendas históricas paulistas em abordagens exploratória, qualitativa e descritiva, partindo de informações bibliográficas e investigação de campo para obter dados primários. Teve como pressupostos: A valorização e a revitalização dos Solares Portugueses como patrimônios culturais com implementação de turismo criou novas possibilidades socioeconômicas para as populações envolvidas, trazendo benefícios; Os Solares Portugueses e as Fazendas Históricas Paulistas têm relevante identidade territorial e o processo de sua valorização como patrimônio pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento local.

Os territórios analisados tiveram percursos de desenvolvimento diversos, os Solares Portugueses foram construídos em pequenas propriedades voltadas para a produção de uva e vinhos. As fazendas históricas paulistas configuram-se como grandes propriedades monocultoras (café e cana de açúcar). Os Solares e as fazendas entraram em decadência mas estão em processo de recuperação, tendo o turismo como opção econômica de revitalização, entre outras estratégias.

Muitos estudos têm sido feitos sobre o TER, fornecendo informações voltadas, principalmente, para a atividade como alternativa de desenvolvimento rural. Entretanto, sobre turismo que é implementado nos solares portugueses e nas fazendas históricas paulistas, analisando a infraestrutura, prestação de serviços e gestão ambiental, muito ainda pode ser pesquisado, razão pela qual debruçou-se sobre o tema.

2 Considerações teóricas

A base teórica apoiou-se na Teoria do Espaço de Milton Santos (1996), que oferece subsídios para explicar o processo de construção do espaço turístico.

Segundo Santos (1978), o espaço geográfico é definido por como a união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações e suas formas híbridas, apresentando-se como um conjunto de fluxos e fixos. Fluxos resultam de ações que passam e/ou se instalam nos fixos, mudando o seu significado e valor. Os elementos fixos de cada lugar permitem ações que o transformam, novos fluxos são criados ou renovados, havendo uma redefinição deste lugar.

Atualmente, a valorização do espaço acontece de diversas maneiras, às vezes até ultrapassando o financeiro, atingindo questões culturais e políticas (MORAES, 2002). Este processo de valorização e produção espaciais pode ser exemplificado por meio do desenvolvimento do turismo, em especial aquele segmento desenvolvido no espaço rural, onde os turistas podem descobrir pessoas que sempre moraram no campo e também aquelas que se deslocaram para lá, mais recentemente, em busca de outras oportunidades de trabalho e de qualidade de vida.

É importante ressaltar que o espaço produzido pelo turismo acarreta uma série de desdobramentos para o espaço em geral, envolvendo os agentes produtores e consumidores do mesmo como o poder público, a iniciativa privada, os moradores dos núcleos receptivos e os visitantes. Além disso, o turismo se apropria, por exemplo, dos sítios arqueológicos, cidades históricas, monumentos, estruturas básicas e também da natureza para que possa existir, transformando estes lugares em espaços turísticos (PAIVA e VARGAS, 2010).

Houve também uma preocupação em analisar a realidade dos Solares Portugueses a luz do conceito de desenvolvimento sustentável tido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMAD, 1988, p.48).

Introduzir esse conceito nas discussões sobre o TER (turismo no espaço rural) é relevante, pois o que se tem visto na maior parte das áreas onde são praticadas atividades turísticas é uma certa despreocupação com a conservação dos recursos naturais existentes, tratados, muitas vezes, apenas como uma mercadoria a ser consumida.

A adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável exige mudanças radicais na mentalidade e percepção das pessoas, para que a dimensão ambiental tenha um lugar privilegiado no cotidiano da população.

Sachs (1994) ressalta que a solução para o problema da pobreza e da destruição ambiental exige um longo período de transição de mais crescimento econômico, notadamente nos países dos hemisférios sul e leste. É dentro desse contexto de reformulação geral e de reorganização da economia em tempos de globalização, que o turismo, notadamente, o TER vem sendo encarado como uma das principais formas de desenvolvimento para as áreas rurais.

O estudioso Raffestin (1993) assegura que o território é delimitado por e a partir de relações de poder, sendo um espaço político por excelência, formando-se a partir do

espaço que já sofreu modificações por meio da ação de um agente, sendo este aquele que se apropria do espaço e o territorializa. É essencial explicar que a partir do momento em que o espaço é apropriado, transforma-se em lugar. Tal apropriação, dando-se por meio das ações socioculturais, torna o espaço um território.

Santos e Silveira (2008) consideram o território como uma extensão usada e apropriada, local de vivência e de reprodução, é unidade e diversidade.

O turismo é uma atividade econômica que vem interferindo nos territórios de diversas formas e escalas, obedecendo as iniciativas privada e pública. Knafo (1996) analisou a influência do turismo nos territórios apropriados pelo mesmo, destacando o papel do turista como o protagonista dessa atividade antrópica, indicando-o como o sujeito do fenômeno. O autor afirma que: a) há territórios sem turismo; b) há turismo sem território e c) há territórios turísticos. Estes são “territórios [...] produzidos pelos turistas [...] retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFOU, 1996, p. 72-3). Nos territórios turísticos desenvolvem-se as territorialidades sedentária (dos moradores locais) e a nômade (dos visitantes que por ali passam).

De acordo com Carlos (2007), o lugar conserva em si o dinamismo da vida, podendo ser percebido e compreendido por meio da memória, reproduzindo o global em um contexto específico, num certo tempo histórico e de acordo com os valores e costumes próprios. Nos dias de hoje, vem ocorrendo uma certa revalorização dos costumes e tradições de pequenas localidades, como algo diferente do massificado. Estes costumes têm sido apropriados pelo turismo compondo, em conjunto com a paisagem, atrativos a serem consumidos. É no lugar turístico que a atividade acontece, acarretando modificações e adaptações, surgindo outros fixos como os atrativos turísticos formatados e equipamentos de infraestrutura (meios de hospedagem, restauração, agentes receptivos e instalações para entretenimentos, e serviços de apoio como comunicações, transportes, segurança etc.). É no lugar turístico que acontece a produção e do consumo do produto turístico (FRATUCCI, 2000)

Entre os pesquisadores mais importantes sobre o tema, pode-se citar Bertrand, geógrafo francês, que afirma

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAN, 1971, p.2).

Pode-se dizer que a paisagem é resultado de uma acumulação de tempos. A sua forma é alterada ou pode até ser eliminada para dar lugar a uma outra configuração que atenda às novas necessidades da estrutura social (SANTOS, 1986, p.37-38).

O turismo é visto como um fenômeno histórico, nascido da extensão do tempo livre pela redução do tempo de trabalho (assim como o lazer), do estabelecimento de férias e finais de semana remunerados; do desenvolvimento dos transportes e do aumento dos salários, criando um novo modo de vida na sociedade moderna.

O presente período histórico sinaliza mudanças na forma de apropriação dos recursos existentes. Há uma necessidade de maior conhecimento a respeito dos espaços, uma redescoberta do mundo e uma revalorização das próprias atividades antrópicas e, ainda, uma mudança nas formas de abordagem e de análise. Neste contexto, cresce a importância do turismo como agente reorganizador do espaço.

O capital busca, incessantemente, locais mais rentáveis oferecendo maiores possibilidades à cada lugar voltado para o turismo de se afirmar e se diferenciar na região. Dessa forma, as diferenciações geográficas ganham uma importância fundamental o que significa uma redescoberta da natureza ou uma revalorização de cada lugar que recebe um novo papel, uma nova função e um novo valor (LACOSTE, 1977).

Santos (1996) explica que o espaço é formado por fixos que são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas, incluindo os homens. O conjunto de fixos é representado por objetos naturais e sociais. Os fluxos que, segundo o mesmo autor também compõem o espaço, são o movimento, a circulação, a distribuição e o consumo. A cada tipo de fixo corresponde um fluxo. Um fixo é, ao mesmo tempo, um objeto técnico e um objeto social, graças aos fluxos. Nos espaços usados para o desenvolvimento de atividades turísticas como os Solares Portugueses e as Fazendas Históricas Paulistas, os fixos são representados pelo equipamento turístico, ou seja, os patrimônios cultural e natural e sua infraestrutura, os serviços de recepção e restauração do local.

A melhoria dos transportes, entre outros fatores, tem acarretado um aumento do movimento, isto é, dos fluxos. Os fluxos turísticos também aumentaram, destacando-se, entre outros, aqueles que acontecem nas áreas rurais, criando-se uma corrente constante de população que usa seu tempo livre nos finais de semana, feriados e férias em deslocamentos para polos receptores de veranistas. Com o incremento do turismo de massa, muitos se veem impelidos a se deslocar do seu local habitual de residência para

usufruir das horas de lazer em alguma estação de montanha ou praia, ou ainda, junto a rios e represas ou praticando alguma atividade de lazer e recreação em áreas rurais.

O turismo é uma atividade ambivalente que tanto pode gerar riquezas, pode tanto valorizar espaços, promover novas relações entre os povos e culturas como, simultaneamente, tornar-se predador cultural, degradador ecológico e explorador econômico. O turismo, assim, é uma atividade de faces antagônicas, apresentando vantagens e desvantagens.

Luchiari (1998), em sua análise sobre os efeitos do turismo, afirma que o setor se incorpora às diferentes regiões, desconsiderando suas especificidades culturais, sociais e paisagísticas, transformando a natureza em simples estoque de recursos que pode ser manipulado de acordo com as tendências dos novos usuários oriundos, geralmente, de áreas urbanas regionais e dos maiores centros.

Nos pólos receptores, como os Solares Portugueses e Fazendas Históricas Paulistas, é onde se produz o espaço turístico ou se reformula aquele anteriormente ocupado, com implantação de infraestrutura ou objetos técnicos, intencionalmente concebidos e localizados para o exercício da recreação. A implantação do equipamento turístico acaba por gerar uma ordem espacial intencional (ou não-intencional) ou rearranjos espaciais que têm caracterizado o atual espaço geográfico de áreas usadas para o lazer e consumo. O turismo se configura como um complexo fenômeno com sérias e definitivas repercussões espaciais (TOLEDO JR, 1996).

O turismo enquanto atividade econômica, tem se diversificado muito nas duas últimas décadas, observando-se grande expansão do mercado e o surgimento inúmeros segmentos, buscando-se uma gestão adequada da atividade. Assim, são necessárias a estruturação, promoção e comercialização apropriadas às características particulares de cada segmento e região turística.

O turismo é reconhecido oficialmente pelas suas potencialidades como fator de desenvolvimento, em várias escalas, da local à nacional. São, com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (da produção alimentar e artesanal à prestação de serviços de lazer). Não surpreende [...] que seja [...] integrado nos programas de desenvolvimento territorial, nomeadamente nos espaços rurais. Cabe-lhe então um papel também significativo na conservação e gestão da diversidade das paisagens – naturais,

históricas e culturais, com suas aldeias e lugares – e do patrimônio edificado, com seus traços arquitetônicos próprios que são [...] motivos de atração turística [...].
[...] (CAVACO, 2001, p.26-27)

Turismo de habitação (TH) corresponde aos

estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que pelo seu valor arquitetônico, histórico ou artístico sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares [...] duas categorias de empreendimentos turísticos, os de Turismo de Habitação e os de Turismo no Espaço Rural (TER), que incluem casas de campo, turismo de aldeia, agroturismo e hotéis rurais (Decreto Lei no. 39/2008, Artigo 17/ DGT – Direcção Geral de Turismo).

Turismo Rural é desenvolvido em áreas rurais produtivas, com ou sem hospedagem na propriedade, onde o visitante pode participar das atividades agropecuárias locais. O conceito de Turismo Rural adotado pelo Ministério do Turismo baseia-se em aspectos relativos à atividade socioeconômica em si, ao território, aos recursos naturais e culturais.

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p.11).

3 TER Turismo em espaço rural

O turismo paulista emprega cerca de 1,7 milhões de pessoas que atuam em meios de hospedagem, alimentação e setores de compras e lazer. O Estado de São Paulo oferece mais de 5.000 meios de hospedagem, em seus 645 municípios. Destes, 67 são definidos como estâncias turísticas e 300 possuem potencialidade turística (MTUR, 2008).

Outros segmentos também despontam no território paulista, entre eles: sol e praia (marítimo, fluvial e lacustre), turismo de pesca, de aventura, ecoturismo, religioso, histórico-cultural, havendo também estâncias balneárias, climáticas e hidrominerais. (http://www.turismoemsaopaulo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=27&Itemid=30<accesssso25jan2012>)

A configuração de Fazendas Históricas Paulistas em processo de implementação do TER (Turismo no espaço rural) acontece por meio da valorização e adaptação de seus patrimônios material e imaterial, incluindo o cultural e o ambiental. O TER tem sido responsável pela produção de rearranjos socioespaciais, que podem ser locais, evoluindo para uma base regional em todo Brasil, notadamente, no espaço rural paulista. Esta área

sofreu inúmeras modificações nas últimas décadas, observando-se, atualmente, outros aproveitamentos dos recursos locais, evidenciando-se a sua apropriação pelo turismo. Identificam-se mudanças e adaptações onde o turismo acontece, destacando-se que este coexiste com outros fatores que intervêm nos núcleos receptores e possui inúmeras interligações, tendo como principal característica o fato de ser, antes de mais nada, uma prática social voltada para o consumo do espaço.

A implementação do TER em território paulista vem ocorrendo há quase duas décadas, inicialmente de maneira tímida, mas evoluindo com a implantação gradativa de equipamentos de infraestrutura, realização de adaptações voltadas para recepção de turistas. As fazendas históricas paulistas, principalmente aquelas ligadas à cana-de-açúcar e ao café, possuem atributos históricos, culturais e naturais preexistentes como casarões (casas sede), conjuntos arquitetônicos representativos (armazéns, tulhas, terreiros, antigas senzalas, estábulos etc) e os cursos d'água, o relevo, a vegetação que compõem o espaço com um valor paisagístico apreciado pelos turistas. “[...] os objetos geográficos contêm valores que podem *mudar* [...] com a situação e com os interesses dos atores sociais” (PEREIRA e OLIVEIRA, 2010, p.869).

O meio rural do interior paulista vem passando por profundas transformações e há muito deixou de ser considerado apenas como uma região de vocação agropecuária. Muitas atividades tipicamente urbanas passaram a desenvolver-se em espaços rurais, muitas vezes, complementando as atividades agrícolas (SILVA et al., 1997). As atividades não agrícolas têm sido formas alternativas de geração de renda, ao mesmo tempo em que promovem a fixação do homem no meio rural, destacando-se aquelas ligadas ao lazer e ao turismo. O desenvolvimento do turismo em espaços rurais pode tornar-se vetor de valorização do território, integrando-se a base biofísica e o desenvolvimento socioeconômico e para isso é necessária a construção de um novo projeto socioambiental, propondo-se a resolver o impasse da predação dos ecossistemas em geral, dentro de padrões sustentáveis.

As fazendas históricas paulistas possuem atributos históricos, culturais e naturais muito valorizados pelos visitantes atualmente, remodelando-se de acordo com os interesses dos atores sociais responsáveis pelas mesmas. A implementação do TER por meio da valorização e adaptação de seus patrimônios material e imaterial, incluindo o cultural e o ambiental é viável, mesmo apenas obedecendo aos moldes de gestão turística deliberados pela iniciativa privada, trazendo benefícios socioambientais.

Observa-se que o poder público, embora tenha algumas iniciativas, contribui de maneira limitada com o turismo em espaço rural em fazendas históricas paulistas.

O turismo em espaço rural em Portugal também tem sido encarado como uma opção de retomada do desenvolvimento. De acordo com Silva (2007), a área rural deste país, nos dias de hoje, apresenta duas tendências marcantes, uma grande diminuição da população residente e, por outro lado, uma busca dos moradores das cidades pelos recursos ali existentes com finalidades recreativas. Assim, o chamado turismo de habitação surgiu para combater o êxodo rural e também, ao mesmo tempo, receber os visitantes urbanos.

O turismo de habitação oferece estadia em casa senhorial e contato com elites. O agroturismo relaciona-se ao cotidiano rural, lavoura e pecuária. Casas de campo e turismo de aldeia proporcionam hospedagem em casas típicas. O turismo de habitação foi criado em 1978 em Portugal, em expansão desde então. Tal oferta de meios de hospedagem não se distribui de maneira homogênea pelo território português, concentrando-se na região norte do país. O governo central tem incentivado o setor, principalmente, regulamentando a atividade e dando incentivos financeiros, havendo também apoio de iniciativas comunitárias como o Programa LEADER. Este permitiu desenvolver o mundo rural respeitando as singularidades locais. As comunidades rurais colocaram em prática, a partir de 1991, as suas próprias estratégias de inserção numa perspectiva de futuro sem, mas não renunciaram ao seu património natural e cultural (SILVA, 2007)¹.

Os chamados “Solares de Portugal”, antigas casas apalaçadas, geralmente, localizam-se em quintas e herdades (mas podem estar também em cidades ou áreas perirurbanas) que ainda desenvolvem atividades agrícolas (SILVA, 2007).

De acordo com Calheiros (2012), o conceito de criação dos Solares de Portugal é único, tendo sido introduzido para promover uma hospedagem turística de qualidade em casas diferenciadas que guardam uma parte da história do país. O TH tem incentivado a manutenção de laços com a área rural, auxiliando muitas pessoas a permanecerem no campo, permitindo a recuperação dos imóveis, preservando seu valor histórico e a gastronomia tradicional, promovendo a pluriatividade da propriedade com outra alternativa de geração de renda.

Os Solares são exemplos da diversidade patrimonial do país, hospedando, principalmente, turistas estrangeiros. São divididos em três categorias conforme suas

características (relativas às suas dimensões, paisagem do entorno, jardins, decoração e valor histórico): Casas Antigas, Quintas e Herdades e Casas Rústicas.

As Casas Antigas caracterizam-se pela sua arquitetura, muitas delas construídas entre os séculos XVII e XVIII. Nas Quintas e Herdades, a atividade agrícola é uma das atrações para o visitante que pode conhecer o cotidiano da vida rural. As Casas Rústicas têm pequenas dimensões e são mais simples, construídas de acordo com os atributos e materiais locais.

A TURIHAB e a CENTER estão certificadas pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, com a ISO 9001/2008, e a rede Solares de Portugal com a ERS 3001 TH/TER (anexo).

(<http://www.solaresdeportugal.pt/PT/certificacao.php><Acesso31dez2011>).

4 Resultados da pesquisa

De acordo com o Turismo de Portugal (2009), funcionavam, em 2008, no país,

1.047 unidades de turismo de habitação e turismo no espaço rural [...]. As modalidades de turismo rural e turismo de habitação concentraram 56,8% das camas existentes no país.

O mercado alemão liderou, com 25% do total, as dormidas de estrangeiros. As regiões do Norte, Alentejo e Centro concentraram 75% do total de dormidas estimadas para o país, e as modalidades de turismo rural, turismo de habitação, casa de campo e hotel rural abrangeram 86% do total de dormidas [...]. Os residentes em Portugal que representaram 56% do total, [...] os estrangeiros 44% do total.

A taxa de ocupação-cama foi de 14,8% [...]. Ao nível regional, a Madeira (23,7%), Lisboa (22,0%) e o Algarve (21,1%) atingiram as taxas médias de ocupação mais altas.

“Estas casas distribuem-se de modo desigual” (SILVA, 2007, p.34) pelo território português, como pode ser observado nas figuras a seguir.

Fig. 1 Distribuição do Turismo de Habitação em Portugal em 2001

Regiões	%
Norte	43,8
Centro	21,8 (Lisboa:3; Alentejo:15,8; Algarve:3)
Região autónoma da Madeira	4,8
Região autónoma dos Açores	8
Outras	11,6

Fonte: TURISMO DE PORTUGAL (2001)

Org. QUEIROZ (2012)

Fig. 2 Distribuição do Turismo de Habitação em Portugal em 2011

Regiões	%
Norte	50,62
Centro	16,06 (Lisboa:4,95; Alentejo:9,46; Algarve:1,65)
Região autónoma da Madeira	4,11
Região autónoma dos Açores	5,34
Outras	23,87

Fonte: TURISMO DE PORTUGAL (2011)
Org. QUEIROZ (2012)

Observa-se que a região Norte de Portugal concentra a maior oferta de estabelecimentos de TH, em especial, na região do Minho-Lima. Nota-se também um aumento de quase 7% destes entre 2001 e 2011, número digno de nota. Este fato significa que o TH vem se consolidando enquanto segmento turístico na região norte do país, provocando reorganização dos espaços geográficos, marcando o território.

As ações dos atores sociais envolvidos com o turismo na região do Minho promovem mudanças nos objetos existentes no local, aproveitando o patrimônio arquitetônico e histórico das casas apalaçadas que vêm sendo, gradativamente, restauradas, revitalizando-se para receber visitantes em ambiente de TH. Em outras palavras, houve uma renovação de uso dos Solares de Portugal, evidenciando que no presente período histórico atualizou-se a função dos mesmos, unindo cultura e turismo de maneira quase simbiótica.

A distribuição dos Solares é bastante irregular pelo território lusitano, como já foi mencionado. A rede espalha-se por todo país, com significativa concentração no entorno de Ponte Lima, na região norte de Portugal, onde fica a sede da TURIHAB, Associação do Turismo de Habitação. Esta foi fundada em 1983, sem fins lucrativos, e tem abrangência nacional. É importante salientar que tal associação criou a marca Solares de Portugal em 1993, dez anos após seu início. Em 2009 criou também a marca Casas no Campo ou Agroturismo, para constituir uma rede de Turismo no Espaço Rural. Este segmento turístico incrementa atividades para aqueles que querem fugir dos centros urbanos e buscam vivências no cotidiano rural (TURISMO DE PORTUGAL, 2009).

A TURIHAB (Associação de turismo de habitação de Portugal), certificada pela ISO 9001 que garante a qualidade e genuinidade, procura salvaguardar a autenticidade da oferta do TH - Turismo de Habitação e do TER - Turismo no Espaço Rural em Portugal, integrando a rede do Mercosul Fazendas do Brasil e as redes européias da Europa das

Tradições – Europe Traditionae Consortium, todas com sede em Ponte de Lima. O suporte de comercialização é dado pela CENTER (Central Nacional do Turismo no Espaço Rural).

A presente pesquisa fez um recorte neste amplo universo dos Solares Portugueses (TH e TER) catalogados pela TURIHAB, aprofundando os estudos na categoria definida como Casas Antigas, pois estas habitações nobres apresentam certas semelhanças com as casas sedes das Fazendas Históricas Paulistas no tocante aos aspectos históricos e socioambientais.

Há 45 Casas Antigas associadas à TURIHAB, destas foram contactadas 11 (entre agosto e novembro de 2012), isto é, cerca de 20% do total, configurando-se assim a amostra de investigação (aquelas destacadas em negrito foram contactadas e visitadas; aquelas em azul foram apenas contactadas).

Por meio da visita às Casas Antigas citadas, informações gerais sobre estes Solares foram obtidas, observando-se características comuns entre elas: estilo barroco com a presença marcante de pedras e escadarias, jardins bem cuidados e áreas de lazer com piscinas e quadras esportivas.

Estes alojamentos de TH simbolizam parte da história de Portugal, guardam em seus diferentes aspectos arquitetônicos eruditos a memória de uma sociedade dos séculos passados, incluindo obras de arte que mostram as tradições locais. A implementação do TH é uma inovação contemporânea, ou seja, as Casas Antigas passaram a ter outra função, isto é, a de acolher visitantes que buscam hospitalidade e tranquilidade. Muitas das chamadas casas apalaçadas que estão classificadas como Casas Antigas foram construídas entre os séculos XVI, XVII e XVIII, observando-se uma certa concentração de tais edificações nos dois últimos, coincidentemente em pleno ciclo do ouro brasileiro.

Salienta-se este importante período da mineração no Brasil (apogeu entre 1750 e 1770), pois, justamente, nesta época, Portugal estava passando por severas dificuldades econômicas e essa riqueza da Colônia configurou-se como a grande alternativa de trabalho e nova fonte de renda. Havia cobrança de taxas e impostos e assim, aquele que extraísse o ouro no Brasil deveria pagar à Coroa Portuguesa por isso. Muitos portugueses migraram para o Brasil em busca de enriquecimento nesse período e tiveram êxito (FONSECA e PRADO FILHO, 2006).

A figura 3 enumera as onze Casas Antigas contactadas (amostra da pesquisa, sendo 5 delas localizadas na região do Minho; 4 no Douro e 2 outras em Lisboa e vale do Tejo).

Salienta-se que 6 delas foram visitadas. As outras 5 Casas foram contactadas (vias telefônica e eletrônica), mas não visitadas por razões diversas.

Solar/ Casa Antiga	Concelho/Região	Visitada / contactada
1 Paço de Calheiros	Ponte de Lima/ Minho	
2 Casa dos Pombais	Guimarães (centro)/ Minho	
3 Casa de S. Antonio de Britiande	Lamego/ Douro	
4 Casa das Torres de Oliveira	Vila de Mesão Frio/ Douro	
5 Casa dos Varais	Lamego/ Douro	
6 Casa de Vilarinho de São Romão	Sabrosa/ Douro	
7 Casa do Ribeiro	Guimarães/ freguesia de S. Cristovão do Selho/ Minho	
8 Paço de São Cipriano	Guimarães/ Minho	
9 Casa de Sezim	Guimarães/ Minho	
10 Quinta Vale dos Mourelos	Almada/ Lisboa e vale do Tejo	
11 Quinta da Praia das Fontes	Alcochete /Lisboa e vale do Tejo	

Fig.3 Casas Antigas de Portugal contactadas e visitadas (2012)
Elaboração de QUEIROZ (2012)

5 Considerações Finais

O objetivo inicial desta pesquisa foi desenvolver uma investigação sobre o aproveitamento turístico dos patrimônios cultural e natural e seus impactos socioeconômicos e ambientais em espaço rural. Em síntese pode-se dizer que quase todas as famílias envolvidas com TH nos Solares Portugueses receberam as propriedades como herança. Tais propriedades herdadas de antepassados que tiveram papel importante no desenvolvimento do meio rural do país, principalmente, ligados à produção de vinho na região norte, Minho e Douro. Provavelmente este fato contribuiu para o bom encaminhamento das restaurações dos Solares por meio da ajuda financeira do governo português e UE. Os atuais proprietários dos Solares possuem tradição em relação ao cultivo da terra e foram, gradativamente, adquirindo experiência prática em TH, sem formação específica. Foi observado também que as mulheres têm assumido, constantemente, a responsabilidade da direção dos estabelecimentos. Dos seis Solares visitados, quatro têm a gestão feita por mulheres.

A taxa de ocupação em TH, de acordo com os entrevistados, é baixa, concentrada mais nos meses de primavera e verão. Durante os meses de outono e inverno as Casas Antigas fecham suas portas, pois não há procura por causa das baixas temperaturas. Somente abrem em casos especiais e para grupos.

De maneira geral, a oferta de leitos em TH, por estabelecimento, é pequena, não ultrapassando doze UHs, algumas Casas oferecem apenas duas. Entretanto, possuem características requintadas e destinadas à hóspedes habituados com serviços diferenciados. Observou-se também que os turistas estrangeiros são os principais hóspedes dos Solares Portugueses, o cidadão do próprio país parece não frequentar muito TH, provavelmente, por razões relacionadas ao alto custo e pouca valorização deste segmento.

O aproveitamento do patrimônio arquitetônico e cultural das Casas Antigas pelo TER e pelo TH em Portugal foi excelente em todos os estabelecimentos visitados. Houve também concordância, entre os entrevistados, de que o turismo gera divisas e trabalho, porém não acarreta grandes dividendos, sempre funciona como um complemento dentro das propriedades que desenvolvem outras atividades econômicas relacionadas ao cultivo da terra que configuram-se como as principais.

Pode-se, então, dizer que o turismo é um vetor de desenvolvimento local e se incrementado dentro dos parâmetros da sustentabilidade provoca melhorias, incentiva o aparecimento de outras atividades. O TH e o TER são consideradas, ainda, atividades secundárias nas propriedades visitadas, mas podem ser ampliadas, dependendo muito das ações de divulgação e planejamento nos níveis municipal e regional. Em outras palavras, o turismo acarreta mudanças no modo de vida dos envolvidos, da comunidade e no espaço que sofre rearranjos para se adaptar às novas necessidades, às suas novas funções voltadas para o lazer.

O mesmo é percebido nas Fazendas Históricas Paulistas, ou seja, elas estão passando por inúmeras modificações para receber visitantes, indicando que possuem grande potencialidade para revitalização social, econômica, territorial. Por meio da atividade turística elas poderão criar as condições ideais para conservação de seus patrimônios arquitetônico, cultural e ambiental. Mas em relação a isso, é necessário um maior aprofundamento, propondo-se a continuidade destes estudos.

As principais semelhanças observadas entre os Solares Portugueses visitados e as Fazendas Históricas Paulistas, a saber: a base econômica principal é a atividade agrícola; a

atividade turística é complementar e considerada uma alternativa viável, embora ainda tímida; a potencialidade em termos de patrimônios natural e cultural são atrativos apreciados pelos visitantes; viajar para o campo não é a primeira opção, os destinos ligados à praia e ao sol ainda são os preferidos; a clientela de TH é refinada, exigente e pequena.

A grande diferença entre os espaços analisados é o tamanho do território, a escala a ser adotada, bem como, a forma de se encarar a preservação do patrimônio. Parece que essa última questão já foi bem resolvida com o auxílio financeiro dado aos proprietários dos Solares Portugueses que puderam recuperar seus edifícios e lhes dar outro uso voltado para o turismo. É um grande desafio a ser enfrentado pelos donos das Fazendas Históricas Paulistas, mas numa perspectiva de pluriatividade e sustentável existe viabilidade!

Os dados levantados são subsídios para o poder público, para orientação do desenvolvimento turístico sustentável, sendo também fundamental para a tomada de decisão, por parte dos empreendedores que investem neste segmento. Em síntese pode-se inferir que um dos caminhos para uma solidificação do turismo nas Fazendas Históricas Paulistas é a definição de uma marca no contexto deste território industrial. Turismo no espaço rural seria, então, um contraponto interessante neste cenário, passando também pela construção de relacionamentos firmes entre os envolvidos e a comunidade local, levantando-se os potenciais atributos da região, verificando as condições de acesso aos equipamentos, sinalização e infraestrutura de suporte. Trabalhar também com os potenciais atributos simbólicos, levantando os atrativos culturais da região, pesquisando as características da demanda, detectando seus gostos e desejos. Enfim, é necessário que os agentes regionais e os envolvidos com as Fazendas Históricas Paulistas entrem num acordo sobre o papel que lhes cabe ao gerir o território, definindo estratégias que permitam potencializar os imensos recursos locais, valorizando-os, transformando as fragilidades em oportunidades de melhoria para todos.

Referências (citadas e consultadas)

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. Revista IGEOG/USP, São Paulo: USP, n.13, 1971. Caderno de ciências da terra.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural:** orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo rural no Brasil. Brasília: 2003.

CARLOS, Ana Fani A. **O Turismo e a produção do não-lugar**. In: SOUSA, Célia e . **O lugar no/do mundo**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso <17 out. 2010>.

CAVACO, Carminda (Org.). Desenvolvimento rural desafio e utopia. Estudos para o planejamento rural e urbano. N. 50. Lisboa: UL/ CEG, 1999.

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo rural. São Paulo: Contexto, 2001.

COMISSÃO Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (CMAD). **Relatório Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, p.44-50, 1988.

FONSECA, Alberto F. C. E PRADO FILHO, José F. Um Importante Episódio na História da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: O Controle da Coroa Portuguesa Sobre o Uso da Água nas Minas de Ouro Coloniais. RBRH – Rev Bras de Recursos Hídricos. Porto Alegre, RS, Volume 11 n.3 Jul/Set 2006, 5-14.

FRATUCCI, A. C. **Os lugares turísticos**: territórios do fenômeno turístico. GEOgraphia. Nº.4. 2000.

Guia de Portugal V Trás-os-Montes e Alto Douro II - Lamego, Bragança e Miranda Trás - Os - Montes e Alto Douro I I: Lamego, Bragança e Mirandade [Vários](#). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

HARVEY, David. **From space to place and back again**. In: Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell. pp.291-326, 1996.

KNAFOU, R. **Turismo e território**. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

LACOSTE, Yves. **La geografia, una arma para la guerra**. Barcelona: Anagrama, 1977.
LIMA, Livia M. G. Turismo, cultura e velhice bem-sucedida : contribuições para a elaboração de atividades turístico-culturais para idosos no contexto de fazendas históricas paulista. Dissertação de Mestrado apresentada à Pós- Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010.

LUCHIARI, Maria Teresa D. P. Turismo e cultura caiçara no litoral paulista. In: LUCHIARI, Maria Teresa D. P. **Turismo e meio ambiente**. *Textos Didáticos*.Campinas, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário Estatístico. Brasília, 2008.

PAIVA, Ricardo A. e VARGAS, Heliana C. Os agentes produtores e consumidores do “espaço turístico”. III Colóquio [Inter]Nacional (CINCCI) sobre o comércio e cidade: uma relação de origem. S.Paulo, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr B. **Geografia e turismo**: Notas introdutórias. São Paulo: Edusp, 1991.

RODRÍGUEZ, B. B. El turismo rural en Galicia: análisis de su evolución en la última década. **Cuadernos de Turismo**, Murcia, 17: 25-49, 2006.

RUSCHMANN, Doris V. D.M. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, Nobel, 1994.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Luís. **Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal**. PASOS. Revista de turismo e patrimônio cultural. Vol. 5. no. 2. pp.31-46. 2007.

TIRADENTES, Leomar. Uberlândia, MG. **Da porteira para dentro: as práticas lusitanas nas transformações do rural e no fazer turístico da Microrregião de Vicoça, MG**. Tese de doutoramento. UFU (Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

TURISMO DE PORTUGAL. O turismo no espaço rural 2007. Lisboa: Turismo de Portugal.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

NOTAS 1 Programa LEADER (*Liaisons Entre Activités de Développement de L'Economie Rural* - significa Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural.

ÁGUA: AMBIENTALIZANDO O DISCURSO PARA PRIVATIZAR O RECURSO

Flávio José Rocha da Silva - Doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP
flaviojoserocha@gmail.com
CNPq
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre a mercantilização da água nas últimas décadas, período da hegemonia Neoliberal em vários países do mundo. Como bem comum essencial à vida de todos os seres vivos, a água vem tornando-se uma mercadoria negociada por multinacionais em muitas regiões do planeta. Tal fato acontece com o patrocínio de organismos internacionais como o Banco Mundial que, aproveitando-se do discurso da escassez, indica a valoração econômica da água e sua administração pela iniciativa privada como a única e possível solução para o problema do não acesso a mesma por milhões de pessoas devido a sua má distribuição. A defesa da privatização da água vem somando vitórias em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, e ganha defensores dentro e fora do governo brasileiro, abrindo caminhos para esta que é uma das ultimas fronteiras do capitalismo: o hidronegócio.

Palavras-chave: Água, Privatização da Água no Brasil, Hidronegócio

Abstract

This article discusses water mercantilization during the Neoliberal hegemony period in different countries during the last decades. As an essential common good needed by all living beings, water is becoming a commodity appropriated by multinationals in many regions of our planet. This is happening with the support from international organizations such as the World Bank. The use of the water scarcity speech highly suggests the idea of its monetary valuing and that the privatization of the water distribution systems in different parts of the world is offered as the only possible alternative for its accessibility. These ideas are winning supporters in many countries, including Brazil, with defenders inside and outside of the Brazilian government, and are opening avenues for one of the last frontiers of capitalism: the hydro-business.

Key Words – Water, Water Privatization in Brazil, Hydro-business

Introdução

Deve um bem comum essencial a vida de todos os seres do planeta ser privatizado, valorado economicamente e administrado em sua distribuição por alguns poucos grupos econômicos? Há algumas décadas, se esta pergunta estivesse relacionada a água, certamente a resposta seria não. Porém, não é isto que observamos em muitas partes do mundo atualmente. Basta comprovar como vários documentos nos fóruns, congressos e encontros mundiais sobre a água respondem a um dos mais importantes dilemas do nosso tempo: como promover o acesso a todos os habitantes do nosso planeta a água potável? Nestes documentos, que tem um número expressivo de países como signatários, estão sempre impressos (de forma nítida e sem subterfúgios linguísticos), que a água tem um valor econômico e assim deve ser tratada, e que se for privatizada será mais acessível a todos. Petrella (2002, p. 51) revela que uma das primeiras afirmações do documento resultante da Segunda Conferência do Fórum Mundial da Água, realizada entre 17 e 22 de março de 1999, em Haia, foi que “A água é um recurso econômico escasso, um bem vital econômico e social. Como petróleo ou qualquer outro recurso natural, deve ser submetido às leis do mercado e aberto à livre competição.”

A base para este discurso é que, sendo acessível de forma gratuita, a água não tem recebido o respeito que merece por parte da população mundial e está tornando-se escassa. Será verdade esta afirmação? É possível que muitas pessoas não valorizem, desperdicem e poluam os corpos de água doce do planeta, mas como veremos mais adiante, o maior desperdício não é feito pelo cidadão comum (embora este seja o protagonista de várias campanhas midiáticas como sendo o culpado pela propagada escassez da água), e sim pelas multinacionais do agronegócio em seus campos de plantações irrigadas.

O discurso protagonizado pelo Banco Mundial, e suas estratégias junto aos governos em relação a esta questão, tem levado a privatização do sistema de distribuição da água em várias cidades do mundo. Também é grande o avanço sobre as fontes de água mineral por partes de grupos econômicos que, em todo o globo, estão conseguindo apropriar-se de algumas fontes. No caso de alguns rios, estes estão sendo apropriados por grupos econômicos para a irrigação do agronegócio, que avança em um campo que é muito lucrativo para estas empresas e que tem gerado conflitos em vários países com as comunidades atingidas, pois são estas, em última instância, as grandes perdedoras com a

chegada destes empreendimentos que vetam o seu acesso aos rios, assim como os poluem deixando-os inapropriados para o consumo destas comunidades.

Uma breve história da privatização da água: de bem grupal a bem comum e de bem comum a bem privado

Nem sempre a água foi pensada como um bem comum a que todos tem direito. Esta concepção é algo muito recente na história da humanidade. A posse da água sempre foi muito importante para manter a hegemonia política e militar, principalmente onde ela não é tão abundante a exemplo da área geográfica onde se formaram os primeiros agrupamentos humanos com características comunitárias. Desde os primórdios, estes grupos humanos perceberam que a posse dos mananciais era também a posse do espaço territorial e uma arma poderosa para vencer os inimigos (CASTRO; SCARIOT, 2010). Segundo Rebouças (2002, p. 16),

Na Mesopotâmia, os registros de poços escavados e da construção de cidades fortificadas datam de 8 mil anos a.C., indicando que, desde muito cedo, havia necessidade de proteção contra o ataque dos povos vizinhos. Desde os primórdios das civilizações antigas, a posse da água representou um instrumento político de poder.

A relação que vários povos desenvolveram com as águas também é de extrema importância para sua evolução nos campos histórico e geopolítico. “O controle dos rios, como forma de dominação dos povos que habitavam os setores hidrográficos de jusante foi praticado desde, pelo menos, 4 mil a.C. na Mesopotâmia” (REBOUCAS, 2002, p. 17). Entender a dinâmica das águas dos rios transformou a história de muitos povos, a exemplo do povo egípcio, como revela Rebouças (2002, p. 17),

O controle das inundações do rio Nilo foi a base do poder da civilização Egípcia, desde cerca de 3,4 mil anos a.C.. Nos vales dos rios Amarelo e Indu, a utilização da água como forma de poder foi iniciada em 3 mil a.C., sendo exercida por meio de obras de controle de enchentes e da oferta de água para a irrigação e abastecimento das populações. O controle do rio Eufrates foi a base do poder da Primeira Dinastia da Babilônia, possibilitando ao Rei Hamurábi – 1792 a 1750 a.C. – unificar a Mesopotâmia e elevar sua região norte a uma posição hegemônica. Dessa forma, o poder que reinava

no sul da Mesopotâmia, desde o terceiro milênio a.C., foi deslocado para a região norte, onde permaneceu por mais de mil anos. Para alguns, a politização e centralização atuais do poder sobre a água teriam tido suas origens nessa época.

A expulsão dos Povos Originários de seus territórios, especialmente na América Latina, também está relacionada com o minério presente nos rios onde estes habitavam ou com a necessidade de tomar os reservatórios de água para a dessedentação animal. Este fato aconteceu, por exemplo, no Semiárido brasileiro, quando vaqueiros que escapavam do latifúndio açucareiro do Litoral nordestino apossaram-se de várias fontes de água que pertenciam aos povos que habitavam o Sertão por séculos, para dessedentizar as boiadas que transportavam (GARCIA, 1984).

No plano do desenvolvimento econômica industrial moderno, a água também teve papel importante. Segundo Weber (1974, p. 141), “A fábrica mais antiga, acionada por energia hidráulica, que se pode documentar, sem dúvida alguma é uma fabrica de sedas, em 1719, em Derwent, próximo a Derby, em virtude de uma patente, cuja invenção fora roubada na Itália, pelo proprietário”. Pode-se afirmar que a água foi uma peça fundamental para a expansão do capitalismo moderno até a chegada de novas tecnologias, relação que voltaria a protagonizar mais tarde com a invenção da energia hidroelétrica.

Sendo de extrema importância para o avanço do capital, a propriedade da água foi, também, âncora para a soberania territorial. Petrella, (2002, p. 34) afirma que, “A estatização da água, que acompanhou e seguiu os períodos de formação e consolidação dos estados nacionais a partir do século XVI, desempenhou um papel histórico de suma importância.” Não por acaso, rios e lagos dividem fronteiras de vários países e estados. Esta posição política sobre a água, isto é, sua apropriação pelo estado por ser um bem estratégico para o país começou a ser modificada depois da segunda metade do século XXI.

Em meados dos anos sessenta, a França instituiu um novo modelo de gerenciamento para o seu sistema hídrico que seria um marco na mudança das relações entre o estado e o patrimônio hídrico daquele país (MARTINS, 2011). De acordo com Petrella (2002, p. 107), “O sistema francês baseia-se no princípio de gerenciamento delegado de um sistema público a companhias privadas.” Assim, o governo daquele país repassou a distribuição da água para alguns grupos econômicos, argumentando que não se tratava de privatização e sim de concessão, embora o valor pago pelos usuários seja

estipulado pelas empresas, o que na prática lhes dá poder sobre o sistema. Petrella (2002, p. 109) nos alerta que, “Realmente, a experiência francesa deve nos fazer refletir sobre as aberrações éticas de uma política e de uma economia que permitem que os sujeitos privados lucrem com um patrimônio comum, vital e não-substituível da sociedade como um todo.”

Coube ao o Banco Mundial, a partir dos anos noventa, o papel de pressionar vários governos para que mudassem suas leis e assim possibilitassem que multinacionais tivessem permissão para atuar na área dos recursos hídricos. Para Martins (2011, p. 471),

Um marco importante para que o Banco Mundial delineasse efetivamente um posicionamento acerca dos rumos da gestão da água foi a Conferência de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, realizada em 1992. Ao final da conferência, um posicionamento já defendido pelo banco tornou-se um dos princípios fundamentais constantes na Declaração de Dublin para o reconhecimento internacional da água como um bem econômico.

Em 1993, essa mesma instituição publicou e divulgou um documento intitulado Water Resource Manegement. “O documento apresenta a ótica de mercado com novo olhar para o gerenciamento do recurso...” (MARTINS, 2011, p. 472). A partir de então, esta instituição passou a trabalhar em várias frentes para a flexibilização das leis e assim possibilitar a atuação de empresas transnacionais neste campo.

Entre os anos de 1997 e 2000 foram realizadas treze conferências mundiais e em 2003 foram cinco fóruns simultâneos sobre a água (PETRELLA, 2002). Isso demonstra o interesse pelo tema e a intenção de influenciar a opinião pública com relação a sua mercantilização. A questão da água passou a ser assunto corrente na Organização das Nações Unidas – ONU - com parte de seus burocratas defendendo a mesma visão do Banco Mundial.

Ambientalizando o discurso para privatizar o recurso

É a partir da década de noventa que a privatização do patrimônio hídrico ganhou fôlego com a chegada de governos neoliberais em várias partes do planeta. Privatização tornou-se um mantra para solucionar todos os problemas econômicos e sociais e a palavra

estatal passou a ser sinônimo de ineficiência e incapacidade para o gerenciamento dos bens públicos. Estava montado o cenário o para que a água começasse a ser vista como apenas mais uma commodity. Ainda faltava convencer os usuários de que esta seria a melhor solução. Para isso, surgiu o discurso da escassez da água. Amedrontar as populações com uma possível falta de água surtiu efeito, se não para o apoio, pelo menos para a omissão na discussão sobre o domínio das multinacionais sobre o patrimônio hídrico. Alguns movimentos sociais foram contra esta política, mas eles não estavam fortes o suficiente para deter a sanha neoliberal durante os anos noventa.

O apelo emocional a uma possível falta de um bem essencial a vida ganhou pulso, pois é evidente que todos sabem da sua importância para a sobrevivência da vida no planeta. Porém, “É muito raro alguém se lembrar de que o modelo das concessões privadas já foi experimentado em diversos momentos e situações do passado e que, frequentemente, fracassou, deixando as populações sem água.” (SIQUEIRA, 2010, p. 41). A utilização deste argumento saiu vitoriosa e prevaleceu a ideia da valoração econômica da água sem uma análise mais profunda com a população das causas desta possível escassez.

No contexto do discurso ideológico, a escassez, posta de maneira genérica e abstrata como risco global e iminente, induz à aceitação de um elenco de propostas gerais visando tornar eficiente a gestão da água, bem como racionalizar seu uso. De maneira mais ou menos sutil, introduz-se, como consequência lógica, a justificação da mercantilização da água, na medida em que a escassez lhe agrega, necessariamente, valor econômico. (SIQUEIRA, 2010, p. 40)

O discurso da escassez propagado aos quatro ventos pela mídia e corroborado, inclusive, por grandes Organizações Não Governamentais – ONGs - ambientalistas, quer remeter à preservação do patrimônio hídrico. A ideia a ser pretensamente difundida é que, uma vez valorada economicamente e administrada com uma visão da iniciativa privada (obviamente por grandes multinacionais), a água será preservada, pois o seu gasto irá diminuir. No entanto, esconde-se o fato de que um dos grandes problemas relacionados a diminuição da quantidade de água potável no planeta não tem como causa a sua diminuição de volume, mas sim a sua poluição. Também esconde-se da opinião pública quem são os grandes usuários de água do planeta. Segundo Petrella (2002, p. 54), “A agricultura (principalmente a irrigação) absorve uma média mundial de 70 por cento das provisões de água, uma porcentagem que aumenta para 80 a 90 por cento nos países

subdesenvolvidos; isso equivale a uma média de 20 por cento para a indústria e 10 por cento para o uso doméstico e outros.” Percebe-se então, que as campanhas midiáticas para culpabilizar os usuários domésticos tem como pano de fundo o interesse em esconder o verdadeiro vilão da história.

Uma breve história da privatização da água no Brasil

Os primeiros povoamentos no Brasil sempre estiveram relacionados com a presença da água. Cidades foram fundadas ao lados de rios, lagos, nascentes... “O ser humano, historicamente, construiu suas civilizações ao redor dos corpos d'água” (NEIMAN, 2010, p. 261). Muitos Povos Originários organizaram-se e depois foram exterminados ou expulsos de seus territórios em várias partes do Brasil para que a posse da água se desse por grupos sociais que dominavam o país àquela época. A ideia de que a água é um bem comum e direito de todos estava longe de ser uma realidade no passado.

Com 12% da água doce do planeta, o Brasil é detentor de um grande e valioso patrimônio hídrico. Sua distribuição se dá de forma desigual, pois 70% deste montante está na região amazônica, detentora de pouco mais de 10% da população nacional (CASTRO; SCARIOT, 2010). Logo, o Brasil sofre com a distribuição desigual de seu patrimônio hídrico. Porém, mesmo no Nordeste, região com o menor montante de água do Brasil, são mais de setenta mil açudes acumulando 37 bilhões de m³ de água (SUASSUNA, 2007). Com toda esta riqueza hídrica, estamos na circunferência de interesse das multinacionais que lucram cada vez mais com o mercado da água.

Foi somente em 1934 que o Brasil teve a sua primeira lei para o ordenamento do seu patrimônio hídrico. O presidente Getúlio Vargas sancionou o Código das Águas pelo Decreto 24.643 daquele ano. Embora fosse um avanço para a época e deixasse claro que a água era um bem de todos, o decreto já a tratava com uma visão unidimensional quando se tratasse dos interesses do país com relação a geração de energia hidroelétrica, por exemplo. O governo só voltaria ao tema da água em 1977, com o Decreto 19.367, para instituir o Padrão de Potabilidade da Água. A constituição de 1988 voltou a tratar do patrimônio hídrico brasileiro. Entretanto, muitas leis somente seriam regulamentadas anos mais tarde. Em 1989 o país teria uma Lei de Proteção das Nascentes e Rios, através do Decreto 7.754.

Vê-se pela carência de uma legislação, durante todas estas décadas, que o nosso patrimônio hídrico não era prioridade dos nossos legisladores e governantes.

A ideia francesa de organização do território através das bacias hidrográficas (MARTINS, 2011), somente tornou-se lei no Brasil em 1991, com o Decreto Lei 8.171, que tratou da política agrícola e da desertificação. Era o início da era Neoliberal no Brasil e “O governo Collor foi o primeiro a pregar, no bojo do discurso da eficiência, a privatização da prestação dos serviços de saneamento.” (SIQUEIRA, 2010, p. 42) As portas se abriam para a mercantilização da água no país.

O trato com a água com uma visão mercadológica intensificou-se com o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Foi o Decreto 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, e trouxe a ideia de valoração econômica da água pela primeira vez em uma lei. Começava, então, o caminho para a privatização do patrimônio hídrico brasileiro.

A situação agravou-se com a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, através do Decreto 9.984, no ano 2000. A lei possibilitou administrar a água como recurso econômico e instituiu a sua cobrança por parte da ANA. Também passou a exigir que cada estado da federação criasse uma Agência Estadual de Água para reproduzir o modelo federal. Esta lei citou as palavras cobrança, ou termos a ela relacionados como compensação financeira, arrecadação, receitas provenientes e pagamento, treze vezes em sua publicação. Todos estes termos estão relacionados com valoração econômica da água. Por sua vez, apenas uma vez a lei citou o termo conservação qualitativa de recursos hídricos. Tal constatação demonstra o real interesse na criação da Agência Nacional de Águas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Conclusão

O hidronegócio como última fronteira a ser desbravada pelo capitalismo é uma realidade vivenciada por várias populações em todo o mundo. Longe de resolver a questão, a mercantilização da água através de sua privatização, terá apenas um ganhador: os grupos econômicos que por ela são favorecidos.

O lucro gerado para estas multinacionais é imenso e não pára de crescer em seus balanços anuais, pois diferentemente de outros produtos, a água está pronta para a venda, necessitando apenas ser engarrafada e transportada.

Se devemos privatizar a água porque ela está cada vez mais escassa, a privatização do patrimônio hídrico em dois países que não sofrem com sua escassez como a França e a Inglaterra põe abaixo este discurso. De fato, a privatização da água nunca teve como foco a preocupação com a preservação de rios, lagos etc.. Posto que a lei do mercado é o lucro máximo para sobrevivência da empresa, a venda da água deverá aumentar de forma sempre crescente. Sendo assim, ao invés de favorecer a distribuição da água aos que dela necessitam, a privatização priorizará aqueles que podem por ela pagar. Os menos favorecidos da sociedade serão, mais uma vez, privados de um direito essencial à sua sobrevivência.

Referências

BRASIL. **Código das águas**. Brasília: Senado Federal. 2010.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu; SCARIOT, Aldicir. **A água e os objetivos do desenvolvimento do milênio**. In DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato Arnaldo (Orgs). **Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac. 2005.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.

MARTINS, Rodrigo Constante. **De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água**. In Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR. V. 2 n. 2 p. 465-488. Jul-Dez. 2012. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/92>

NEIMAN, Zysman. **Queremos nadar no nosso rio! O simbolismo da balneabilidade para a construção do conceito de qualidade de vida urbana**. In DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato Arnaldo (Orgs). **Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac. 2005.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água**. Rio de Janeiro: Vozes. 2002.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito, TUNDISI, José Galízia. **Água Doce no Mundo e no Brasil**. In REBOUÇAS, Aldo da Cunha, BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galízia (Organizadores). **Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora. 2002. pp. 1-37.

SIQUEIRA, José Eduardo de Campos. **Ideologia da água e privatização dos serviços de saneamento.** In DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato Arnaldo (Orgs). **Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade.** São Paulo: Editora Senac. 2005.

SUASSUNA, João. **As águas do Nordeste e o projeto de transposição do rio Francisco.** In Cadernos CEAS. Salvador: Loyola. 2007. p. 35-48.

WEBER, Max. **Historia Geral da Economia.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril. 1974.

TAPETE VERMELHO? O RURAL NO CINEMA BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

Célia Tolentino- FFC/UNESP – Campus de Marília
ctolen@uol.com.br

FAPESP

GT1: “Ruralidades e Meio Ambiente”

Tendo estudado a perspectiva cinematográfica sobre o rural brasileiro desde os anos de 1950, constatamos que no momento crucial da transição do país agrário para o urbano-industrial havia no pensamento social coletivo – expresso através do cinema – um mundo a ser superado. Tese subjacente mesmo quando se tratava das suas melhores e mais politizadas expressões. Pesquisas posteriores mostraram que no avançar do século XX o rural continuaria sendo um componente difícil da nossa modernidade insegura, aparecendo aqui e lá como algo distante ou ainda risível. Agora, em tempos de capitalismo avançado, inserção nacional no mercado mundial, cidades hiperdimensionadas, com questões de iguais proporções, que apreensão faz do rural brasileiro o cinema nacional dos anos 2000? A julgar pelas obras com maior sucesso de público da última década, o rural parece continuar “fora de lugar” e pensado como um outro, aquele que ficou num passado, no já perdido e que teria sido a nossa era da felicidade, da ingenuidade pura e simples dos causos, das crendices e dos filmes de Mazzaropi. O rural em tempo corrente parece não corresponder ao nosso imaginário, confirmando as lições de Raymond Williams de que às insatisfações com o presente corresponde o idealizado passado *virgiliano* das obras de cultura. Este texto propõe algumas questões observadas a partir da cinematografia nacional desta primeira década do novo século perguntando: que rural desenha a nossa sétima arte nos dias de hoje?

Num texto publicado em 2001, a partir da conferência de encerramento X Congresso Mundial de Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro em 4 de agosto de 2000, o sociólogo José de Souza Martins, importante e referencial pesquisador da área, faria uma candente autocrítica sobre a sociologia rural dizendo que esta, em todo o mundo, teria pesados débitos com as populações rurais. Comprometida com a lógica da modernização, os sociólogos não souberam compreender a visão de mundo e os importantes imperativos morais e sociais que produziam a integração das comunidades e da vida rural. Então conclui,

Há mais sociologia rural de alto refinamento em obras de Gabriel Garcia Marquez, Manuel Scorza, John Steinbeck, José Saramago, Juan Rulfo ou Guimarães Rosa do que em muitas de nossas análises complexas e elaboradas. (Martins, 2001, p. 31)

E diante desta autocrítica podemos nos perguntar: o que faz da arte, neste caso a literatura, um tipo de conhecimento capaz de perdurar no tempo mais do que a ciência, a ponto de gerar este imenso desconforto no sociólogo? Martins, reconhecendo que a modernização trouxe muito mais desagregação, infelicidade e sofrimento, comenta: nossa sociologia não participou de um projeto libertário, mas desconhecendo a relação entre o rural e o agrícola, tomou partido do segundo em detrimento do primeiro.

Sem entrar na questão específica da autocrítica do autor, por enquanto, observemos que esta ideia de que a arte pode revelar o mundo a partir de pontos que escapam ao cientista social já estava colocada por outros importantes pensadores. Para ficarmos entre os nossos, lembremos dos escritos de Octávio Ianni, quando insistentemente dizia que a sociedade latino-americana é um labirinto e que a sua literatura teria sido a única capaz de nele penetrar sem se perder, isto é, dando conta de nossos paradoxos e ambiguidades. Também muito tem sido dito, nas últimas décadas, que a literatura brasileira talvez seja a forma mais profunda de compreensão de nós mesmos. Isso é afirmado por Paulo Arantes (1992) textualmente em *O sentimento da dialética*, quando diz que mais que a filosofia, mais que a sociologia e as ciências, os nossos pontos altos em termos de compreensão da vida nacional, vieram da literatura e dos estudos literários. E aqui já é tempo de perguntarmos: por que?

Uma das teses importantes é a de que a arte é capaz de realizar a síntese do tempo histórico por sua capacidade de ser e estar do mundo. É de Lukács (1968) a assertiva de que enquanto a ciência busca observar a partir de categorias universais, tentando reduzir

ao máximo a influência dos aspectos humanos e sociais na apreensão dos fenômenos, o conhecimento estético procede do mundo humano e para ele está destinado. No antropomorfismo da arte estão contidas todas as típicas relações da vida humana, questões e problemas socialmente condicionados, colocados pelas forças produtivas e modificadas pelas relações de produção. Na vida prosaica, na cotidianidade, na existência concreta o conhecimento estético encontra a sua matéria, realizando aquilo que o teórico húngaro chama de particularidade. Isto é, uma real mediação entre o particular e o universal. Portanto, isso significa dizer, já de saída que a arte é fundamentalmente histórica, e que não existe uma essência supra temporal imanente à arte. Mas ainda assim, ela pode ser capaz de falar do tempo e inclusive comprometer-se com ele sem que o seu criador tenha a sensação de ter visto a história pelo foco equivocado, como sugere aqui a crítica de Martins.

Deste modo, é possível dizer que a arte no Brasil ao buscar-se enquanto manifestação de identidade, de compreensão de nós mesmos, acabou por chegar onde algumas das nossas reflexões acadêmicas não chegaram. E, podemos dizer aqui, justamente porque em um terreno de profundas ambiguidades, chamada em economia política de aliança típica de uma modernização conservadora, atraso e moderno, passado e presente, conservação e progresso sempre podem embaralhar as cartas e mudar de sinal, justificando as observações de Martins: ao tomar o partido da modernização, isto é, do agrícola em detrimento do rural, contribuímos para destruir o que havia de melhor em termos de coletivismo e, ao mesmo tempo, apostamos em uma utopia que não realizaria as suas promessas. Não embarcamos sozinhos neste projeto de futuro, pois internacionalmente, em direção à via capitalista ou socialista, a etapa de superação do atraso era considerada necessária. As transformações da história mostraram outros contornos e as consequências e falências do capitalismo mais excludente e violento, assim como os problemas complexos do “socialismo real” oferecem terreno para a autocrítica do nosso eminente sociólogo. Também a fala de Martins, se observada como uma narrativa poderá traduzir o tempo, assim como o *Ornitorrinco* de Chico de Oliveira e outras obras sociológicas destes anos 2000 que parecem repensar nosso lugar no mundo, mas também na produção da ciência social. Ou seja, as categorias da nossa disciplina estão forjadas no tempo social e imaginar uma neutralidade axiológica é impossível. E essa é a distinção epistemológica que faz a arte permanecer repondo problemas que nossas categorias não

podiam em certo momento absorver: mergulhada no mundo, no tempo e na história, não tem pretensões de distanciamento e pode deixar todas as indagações em aberto, realizando a particularidade em oposição à universalidade do conhecimento, supostamente nossa tarefa enquanto sociólogos. É Lukács (1968) quem faz esta proposição da arte como forma cognitiva.

Mas, se o balanço sociológico do Século XX parece dramático, a reorganização da política e da economia mundial neste início de Século XXI parece eleger-nos como o lugar de uma nova forma econômica e política, a potência mais ocidental nos chamados países emergentes, os BRICS. Em economia o termo em pauta é o eufórico neodesenvolvimentismo, cujas cifras biliardárias parecem dizer pouco aos nossos cotidianos, particularmente, aquele visto pelo nosso cinema que nestes anos elegeu como ícones dois dos temas caros ao cinema dos nossos anos 60: o sertão e a favela. E ainda que não chegue ao projeto politizado dos cinemas engajados da década de 60, nossos filmes acabam colocando em cena algumas questões muito instigantes para pensarmos o presente, parecendo seguir na contramão deste otimismo econômico.

Se a nostalgia é um dos elementos que demarcam o mal estar do presente de que fala Raymond Williams (1989), é emblemático que um filme de grande sucesso como *2 filhos de Francisco* (Breno Silveira, 2005), surpreenda o espectador ao seu final quando, ao contar a história de dois famosíssimos cantores do gênero sertanejo – a *pop music* rural na sua versão mais banalizada –, finalize com a afirmação de um deles dizendo que apesar de tudo, nunca tinha sido tão feliz quanto no tempo em que eram paupérrimos e agregados no sítio do avô. Típico docu-drama, a história desenhada nas telas mostra a luta hercúlea de um homem pobre rural, vivendo de favores na terra do sogro, para conseguir fazer com que os filhos aprendessem a tocar um instrumento e fossem cooptados pela rentável indústria cultural, de modo a saírem da miséria, da dependência e do ostracismo a que estão relegadas milhões de famílias como a sua. O drama quixotesco de Francisco não está na linha da resistência para salvar nada da sua condição de camponês, mas sim para evita-la como futuro aos seus filhos. Trabalhando no campo de sol a sol, mal conseguiria dar alguns anos de escolaridade à sua prole numerosa e suprir minimamente as necessidades básicas. Depois de fazer os dois filhos mais velhos aprenderem cantar e tocar quase à força, melhoraria a mísera renda da família com a atuação destes em shows regionais. O sucesso estrondoso viria vários anos mais tarde, sempre com empenho e alguma astúcia do

progenitor que nas franjas da cidade grande decodifica, na medida do possível, os mecanismos da indústria fonográfica e nela interfere para dar evidência aos seus meninos. É exemplar a cena em que Francisco revela ter gasto o salário de um mês de trabalho para fazer centenas de ligações telefônicas a uma rádio para que tocasse insistentemente o disco dos seus filhos. Cooptando os colegas de trabalho na construção civil para a tarefa, faria a dupla ganhar o primeiro lugar nas paradas de sucesso, tirando-os do ostracismo.

Melodramático, leva o espectador às lágrimas quando filma a incursão do abnegado Francisco no palco de uma das mais refinadas casas de espetáculo da megalópole paulistana durante um show dos filhos famosos, que não conseguem segurar o choro. É a vitória do outrora camponês, pobre, mal alfabetizado, relegado à franjas da cidade sobre a sociedade brasileira e seu escandaloso abismo social. E o espectador sai satisfeito com a “alma pura” de Zezé, o filho mais velho, que da cabine de sua picape importada observa o velho lugar da sua infância e declara que nunca fora tão feliz quanto na época em que vivera ali. Tendemos a argumentar que não é só um efeito de retórica.

Num outro gênero, onde a narrativa se fixa na própria memória cinematográfica e a combina (não sem prejuízo do resultado estético) com histórias populares dos narradores rurais, temos *Tapete Vermelho* (Luís Alberto Abreu, 2006). Bastante premiado, conta a trajetória de um trabalhador rural, micro proprietário do Vale do Paraíba, zona não muito distante da capital, obcecado pelo camponês imagético tal como consagrado pela narrativa cinematográfica-circense do ator e produtor Amácio Mazzaropi. Criando sua própria companhia, os filmes de Mazzaropi tiveram a maior bilheteria do cinema nacional durante as décadas de 60 e 70 ao recontarem sempre as peripécias do camponês, ou do sujeito de origem rural, atrapalhado com os códigos urbanos e/ou modernos. A pretexto de mostrar ao filho pequeno um destes filmes, o protagonista sai do seu lugar escondido entre os morros do Vale do rio Paraíba e parte para a cidade em busca de uma sala escura que lhe ofereça o saudoso espetáculo. E nessa trajetória vai mostrando ao espectador o caminho trilhado pela cultura nacional no último meio século: nas cidades pequenas, os velhos prédios que abrigavam cinemas tornaram-se pontos comerciais, e a maioria dos jovens locais não chega a imaginar onde possa haver sala de exibição nas redondezas, indicando aquilo que falávamos acima a propósito de a modernização técnica acabar com o melhor do atraso e não exatamente com o que havia de problemático. O consumo e o divertimento solitário eletrônico (os bares a beira do caminho onde passa o nosso protagonista têm

sempre à disposição dos mais jovens os ruidosos jogos eletrônicos do tipo fliperama), mais a onipresente rede televisiva, substituiu a maior parte das diversões coletivas, dos bailes rurais ao cinema nos vilarejos. À medida que se distancia da sua cidadezinha de origem e se aproxima das cidades maiores à beira da rodovia que leva a São Paulo mais os signos do consumo moderníssimo se fazem presente, tornando este sujeito com sua mulher, o filho e o burro ainda mais deslocados, provocando o riso por onde passam. Não linear, a tese subjacente é que o país dos homens simples, da sabedoria camponesa está em vias de desaparecimento, vivendo no máximo na memória de alguns obstinados como o protagonista em questão.

Depois de muitas peripécias em busca de uma sala de cinema, acabará chegando por vias tortas à capital, onde finalmente verá um filme do seu amado ídolo. Mas, não será porque a megalópole lhe faculta tal possibilidade, e sim porque tendo sido colocado na dimensão da luta por um casual encontro com o Movimento dos Sem Terra, aprende a usar a poderosa mídia televisiva ao seu favor. Desigual, colocando em cena um pouco de tudo, das narrativas tradicionais aos exemplos da medicina simpática e caseira, da moda de viola ao pacto com o diabo, da promessa para a santa padroeira ao uso estratégico da mídia televisiva, acaba desenhando o país de que estamos falando, onde a modernização não resolveu e ainda agravou os velhos problemas, habilmente desqualificando, através da máquina do consumo, os velhos e saudáveis hábitos populares. Terminamos por achar que o “tempo bom” foi aquele em que nosso ídolo era um velho camponês desajeitado, fazendo filmes baratos e divertidos, com uma linguagem circense em suporte cinematográfico. Entretanto, é importante observar que a memória do homem pobre rural desta narrativa não é aquela do lavrador Francisco, mas o desenhado pela narrativa *clownesca* Mazzaropeana, o que não deixa de ser um modo de dizer que este país já teve cinema, já teve caipiras, histórias e causos; uma cultura que só seria desencavada sob uma luta feita pela mesma mídia que tanto contribuiu para soterra-la. A onipresente televisão surge como o elemento simbólico de uma desagregação, do desejo da sala escura onde se ria o mesmo riso e chorava o mesmo choro, como se fosse um dos últimos rituais coletivos que a individualidade e o individualismo viriam destruir. Não falta alusão aos trabalhadores mobilizados e que, no concerto da narrativa, ensinam a brigar para retomar o já perdido, usando as armas da própria mídia que, e sobretudo, teria a última palavra. Espécie de filme baú, onde cabem matérias e memórias distintas, vê o presente com profunda desconfiança

mas acaba louvando o caipira imagético, ainda que afirme sua sobrevivência como pequeno sitiante no Vale do Paraíba. No saldo, resta dizer que, em 50 anos, sua lembrança fica no celuloide através de obras que muito contribuíram para o desaparecimento do seu modo de ser. Mais um paradoxo da compreensão sobre nós mesmos pois, naqueles idos de 60 o camponês mobilizado por reforma agrária seria o perdedor na luta, como nos lembra a narrativa de *Cabra marcado para morrer* (Eduardo Coutinho, 1984), e o caipira, sinônimo de atraso, pobreza, ignorância era uma identidade que não queríamos ter.

É interessante observar, entretanto, que estes dois filmes, *2 filhos de Francisco* e *Tapete vermelho*, com gêneros diferentes, tematizam questões muito similares: as trajetórias de homens pobres rurais em direção ao urbano e ao mundo da mídia. Enquanto um deles, inspirado mais no próprio cinema que na vida social nos sugere que houve um tempo de boa vida, que a ruralidade ingênua e pacífica podia ser feliz ao se divertir, depois de um dia extenuante de trabalho pesado, com um filme de Mazzaropi, o outro camponês, personagem com lastro real, nos dá a dimensão daquilo que se esconde sob o *Tapete Vermelho*. Na sua luta quixotesca para transformar os filhos em cantores de sucesso, explicita a certeza que para famílias como a sua o país em vias de modernização só reservaria a periferia das cidades, com tudo que havia e há de exclusão das vantagens do moderno, engajando-os como trabalhadores braçais das capitais em eterna expansão. Francisco e sua família vivem mal no campo, não só pela pobreza e trabalhos pesados, pela relação complicada com o proprietário que lhe cede a terra, mas também porque intui a exclusão de coisas fundamentais como a escola e a saúde para os filhos.

Em ambos os filmes, os protagonistas fazem um pacto com o diabo para obterem fama e sucesso. No caso de *Tapete Vermelho*, sempre muito próximo da farsa circense como estilo narrativo, o pacto deriva em dinheiro fácil para o violeiro medíocre que se faz exímio da noite para o dia, e encanta os transeuntes ao tocar na beira da calçada de uma cidade qualquer. Como reza a lenda, deverá pagar o acordo e, por isso, perderá o burro e o filho (temporariamente), levando-o a suspender o pacto junto à Santa Padroeira que, na economia do filme, contribuirá para o reencontro de ambos, casualmente, na imensa São Paulo. Em *2 filhos de Francisco*, entretanto, o genitor nem se sabe pactário, até porque não saberia com quem sê-lo. O demônio da fortuna, ou melhores condições de vida, ou da fuga da exclusão, tem muitas faces e, escolhendo a legalidade, Francisco encaminha os filhos ainda crianças para o “mundo do espetáculo”. Pelas mãos de um empresário cultural com

poucos escrúpulos, acabam explorados no trabalho como cantores infantis até que um acidente de trânsito ceifa a vida de um dos meninos. Ou seja, o custo para um homem pobre e sem parentela influente para alcançar as melhores condições de vida no Brasil continuaria alto no Século XX, e o trabalho duro num tempo de modernização acelerada não figurou entre as promessas de superação da miséria para os sujeitos que se recusavam aos projetos ilegais, como Francisco. O diabo da indústria cultural, do mercado futebolístico, como observa o próprio pai dos cantores famosos, seriam as únicas vias legais para um futuro promissor. Com acesso precário à escolaridade, à formação técnica, camponeses como ele teriam apenas as franjas da cidade e a magra compensação monetária do trabalho braçal. Foi vitorioso, nosso quixote camponês, mas o preço foi caro. Neste sentido, a tal saudade da vida simples do campo a que se refere o cantor rico e famoso, resta quase um enigma. E aqui talvez Raymond Williams tenha a melhor palavra: a louvação deste passado hipoteticamente idílico pode funcionar como uma crítica ao presente.

Filmes menos nostálgicos trazem o caminho da migração rural urbano como um dos marcos destes últimos anos. Vale lembrar que esta é uma temática cara ao cinema nacional desde o muito criticado *O canto do mar*, (Alberto Cavalcanti, 1953) ao justamente premiado *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, de 1963, feito com base na novela homônima de Graciliano Ramos. Como observa Walnice Galvão, no artigo *As metamorfoses do sertão* (2004), a amplitude do fenômeno durante todo o nosso Século XX influenciou e rendeu as melhores páginas da nossa literatura, nossa poesia e nela se inspiraram canções populares que restariam para sempre na memória nacional. O cinema bebeu nestas fontes e também acabou por nos legar algumas de suas mais importantes obras neste mesmo filão. Retornos e partidas ainda rendem bilheteria e sucesso como dão notícias *Central do Brasil* (dir. Walter Salles Jr, 1998) e os recentes *O céu de Sueley* (dir. Karin Aïnouz, 2006) e *Estômago* (dir. Marcos Jorge, 2007), filme que poderia ter sido denominado “o homem que virou sugo”, em homenagem à provocadora e seminal obra cinematográfica de João Batista de Andrade, *O homem que virou suco*, de 1981. Neste filme dos anos 80, um poeta nordestino, migrante em São Paulo, tentava resistir ao esmagamento das suas origens na cidade grande, enquanto era confundido com o seu conterrâneo que matava o patrão depois de ganhar o prêmio de operário padrão. Em *Estômago*, o migrante chega não mais a São Paulo, mas em Curitiba, onde não será

operário de fábrica mas trabalhador precário e invisível, até sucumbir à fragilidade das relações nestes tempos de individualismo exacerbado e, depois de assassinar o patrão e a amante, ir parar na cadeia. O filme sugere que há pouca diferença entre o mundo do subemprego e a prisão nesta sociedade de urbanidade e capitalismo avançados que continua esmagando sujeitos talentosos como o migrante Raimundo Nonato, assim como fizera com seu conterrâneo, o poeta cordelista Deraldo.

E o que buscam os novos migrantes do cinema brasileiro, ou o que problematiza nossa sétima arte nestes anos de urbanidade estatisticamente hegemônica? Um filme como *O caminho da nuvens* (Vicente Amorim, 2005), mais um “baseado em fatos reais”, conta a trajetória de uma família inteira que viaja 3000 quilômetros em bicicletas para sair do sertão profundo e chegar ao Rio de Janeiro em busca de um salário “digno”, capaz de dar sustento ao jovem casal e seus cinco filhos. Segundo este olhar narrativo, o migrante dos anos 2000 é menos empurrado para as cidades pela seca ou pela pobreza extrema e mais pelas promessas que a vida urbana lança diuturnamente através da nossa indústria cultural, desenhando com tintas fortes nossa entrada acrítica no tempo do capital avançado. Salta aos olhos a sedução exercida pelas possibilidades de uma vida de aventuras do pai de família que, apesar de carregar consigo a esposa e a prole, é filho de um tempo de individualismo. Sua mudança é desenhada pelo filme como se a história fosse somente sua e não mais de uma leva de indivíduos que partem em busca de melhores condições de vida. Neste filme, o sertão liga-se a cidade pelos signos do mercado cultural, além das estradas de rodagem e dos bens de consumo e, na sua estética e perspectiva, não há intenção de politizar a história deste homem: a solução individual marca sua trajetória e aos persistentes são reservadas as chances de mudanças. A sociabilidade do capital avançado diz isso e a competitividade exacerbada aqui desemboca exclusivo e aparente conflito edipiano entre filho e pai. No entanto, o país das desigualdades, da fome, do individualismo associado ao tradicionalismo moral, do coletivismo religioso ao lado da prostituição infantil e juvenil, das falsas pérolas culturais típicas e vendidas aos turistas, está no pano de fundo da narrativa, dando razão ao filme *Cinema, aspirinas e urubus* (Marcelo Gomes, 2005) quando sugere que desde os anos de 1940 as notícias da indústria mundial, não necessariamente suas benesses, poderiam imprimir novas necessidades nestes sujeitos subsumidos ao sertão e seu sistema de mandonismo. Algo ignorado mas que faz Sinhá Vitória, personagem de *Vidas secas*, a novela de 1938, dizer em nome do futuro:

“Por que haveriam de ser sempre desgraçados, fugindo no mato como bichos? *Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias*. Podiam viver escondidos, como bichos?” (Ramos, 2000, p. 123, grifos nossos). Ou seja, o progresso e o urbano, desde o fim da República Velha já imprimiam hipóteses de que a industrialização e o moderno pudesse nos trazer coisas extraordinárias, para falar com Sinhá Vitória. Tese que seria defendida com vigor pelo desenvolvimentismo dos anos de 1950, tese que o cinema do período, de certo modo, acabou por corroborar, tanto o de entretenimento quanto o engajado politicamente até 1964, ainda que no horizonte projetassem sociedades distintas, pois este último pensava em contribuir para um projeto de revolução em curso.

Mas, nem todo o cinema destes anos 2000 é desencantado, não faltam as comédias com o rural como o pitoresco, o típico, a cor local de cujos personagens rimos porque falam, vivem e se comportam de um modo distinto daquele hipoteticamente urbano. Ao lado deste filão e daquele que observa com desconfiança mas não politiza o tempo presente um filme chama atenção pela forma como repõe lucidamente o cinema como *lócus* de um debate sobre questões em curso. Um raro filme que pode ser chamado de engajado num tempo em que os críticos afirmam haver uma falta de profundidade no cinema nacional, apesar dos temas que levanta. Com *Serras da desordem* (2006), Andrea Tonacci, egresso do movimento do chamado Cinema Marginal, põe em cena de maneira emblematicamente complexa a trajetória de um indígena que se perde de sua família e seu grupo após um ataque de madeireiros à sua aldeia. Da linguagem estética ao idioma, do ritmo à montagem, tudo neste filme comenta a vida nacional apesar de falar da história de um único indivíduo, o índio Carapiru.



Serras da desordem, Andrea Tonacci, 2006 (imagem de divulgação)

Surpreendido por um ataque com armas de fogo em meio à floresta, quando perde parte de sua família, foge, apesar de ferido, conseguindo escapar aos agressores. Depois de vagar sem rumo por muitos meses, acaba acolhido por uma comunidade rural pobre do interior da Bahia, quase mil quilômetros distante do local do massacre. Junto aos pobres camponeses, viverá por muitos anos até ser resgatado por agentes do Estado, responsáveis pelas populações indígenas. Será reintegrado ao seu grupo, com a identidade fraturada, pois os parentes que encontra na aldeia já não correspondem aos que ficaram na sua memória, aquela traduzida como um tempo de total integração com a floresta.

Evidenciando as duas pontas do rural brasileiro nas suas faces mais opostas, o filme de Tonacci, ao narrar a história deste personagem também com lastro real, põe em cena o que há de mais nefasto no processo de expansão capitalista no campo, no qual os madeireiros comparecem como a ponta de lança de um processo complexo que termina na exploração dos territórios de florestas pelo plantio da soja ou do pasto para pecuária, até o que o há de mais bonito no atraso das comunidades rurais pobres: mantendo elementos coletivistas, num local isolado do interior baiano, os camponeses o acolhem como membro do grupo, aprendem com ele algumas palavras e dados da sua cultura, ensinam o português precário que eles próprios falam e o salvam da morte. Nesta obra, novo e velho, arcaico e moderno, expansão criminosa associada ao capitalismo legalizado, o coletivismo indígena e o coletivismo camponês, a mídia televisiva na melhor e na pior forma são os elementos

que comparecem formando o intrincado processo da modernização nacional e não um mosaico de tudo, com um suposto e equilibrado hibridismo, comum nas obras mais comerciais. Esse é um narrador é politizado e os sinais são outros. A potência da vida coletiva, indígena ou camponesa, estará sempre ameaçada pelos aviões que passam sobre as suas cabeças como na cena em que o índio ataca o aeroplano com arco e flecha. Aqui se pede reflexão sobre as perdas, pois, neste caso, os sujeitos eram felizes e sabiam, ainda que este possa parecer um termo excessivamente civilizado, pouco justo para quem não fratura a cultura e a agricultura, para falar com Hegel. Segundo entendemos, esta narrativa cinematográfica coloca em debate, de modo contundente, questões que encontram foro nesta reflexão de José de Souza Martins:

As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que existem fora do mundo rural. São uma reserva importante de um tipo de inovação e criatividade que tende a ser destruído e que pode desaparecer. (Martins, 2001, p. 35, grifos nossos)

Com *Serras da desordem* evidenciamos nossa entrada afoita e acrítica no tempo do mercado mundial cujo discurso impregna todos os ângulos da vida nacional, desde um certo ambientalismo cosmético que mascara as questões mais profundas que outro ambientalismo consequente denuncia, até a forma como resolvemos nossos problemas outorgando à mídia televisiva o conhecimentos de nós mesmos. Neste sentido, o filme *Narradores de Javé* (Eliane Caffé, 2003) é outra obra imperativa para refletirmos sobre represas, memórias e mídias na construção desta nossa modernização acelerada e celerada. Esta obra não toma nenhuma história com lastro real, mas é profundamente entranhada na história recente brasileira e nossa velha conhecida em Sociologia Rural, de Cocorobó e Canudos a Sobradinho, chegando às obras de Belo Monte, em pleno curso no Tocantins. Esta narrativa sugere a reflexão de que não temos nenhum respeito pelo patrimônio popular e coloca o dedo na relação entre produção de conhecimento acadêmico, chancela de patrimônio válido, e a forma como enquanto nação conferimos relevância às memórias. Não exatamente pelo que denuncia, já que toma um povoado fictício, mas pela forma como expõe o resultado da perda do hipotético povo do Vale de Javé: não se podia parar a represa, o progresso, o “avançar” da história. A questão está aberta pois, a hidrelétrica que deveria represar o rio na região do Tocantins e que encontra resistência dos índios, divide

opiniões. Para a comunidade indígena são as memórias que estão em questão, não como passado, mas como sustentáculo do presente e da sobrevivência do grupo.

Quase encerrando esta primeira década de 2000, outro filme retoma a questão: *Viajo porque preciso e volto porque te amo* (Karin Ainouz e Marcelo Gomes, 2009). De novo a tese do progresso na forma das águas de um futuro canal ameaça desorganizar comunidades, levando desagregação e miséria onde há seca e pobreza. Este é outro filme tão emblemático quanto o campanário de Canudos que emerge a cada ciclo de seca prolongada, dando notícias do povo do Conselheiro e nos lembrando que temos tradição em massacres de camponeses e alagamentos das suas e das nossas memórias. Em nome do progresso, do moderno, do sustentável: o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão. É preciso rever *Deus e o diabo na terra do sol* de vez em quando, pois parece que com linguagem do entretenimento ou politizada, nosso cinema não anda corroborando esta perspectiva neodesenvolvimentista no seu espantoso otimismo, colocando em cena sujeitos que, se nada tinham antes, agora perderam ou perderão também as suas esperanças. Em teoria significa dizer que perderam ou perderão a utopia. Creio que a cinematografia destes anos 2000, lida a contrapelo, como ensina Walter Benjamin nos convida a pensar sobre as questões da autocritica de José de Souza Martins.

Bibliografia

ARANTES, P. E. O sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas v. 1). São Paulo. Brasiliense. 1996.

GALVÃO, W. N. As metamorfoses do sertão. In *Revista de estudos avançados*, n. 18 (52), pp. 375 a 394.

LUKÁCS, G. Narrar ou descrever, in *Ensaaios sobre literatura*, Rio de Janeiro: Brasileira, 1968.

MARTINS, J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural, In *Estudos Avançados* vol.15, no. 43, São Paulo, Set./Dez. 2001/ doi: 10.1590/S0103-40142001000300004

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

RAMOS, G. *Vidas secas*. 113ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2010.

TOLENTINO, Célia A. F. *O rural no cinema brasileiro*, São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Cinematografia citada

2 Filhos de Francisco, dir. Breno Silveira, 2005.

Cabra marcado para morrer, dir. Eduardo Coutinho, 1984.

Central do Brasil, dir. Walter Salles Jr, 1998.

Deus e o Diabo na terra do Sol, dir. Glauber Rocha, 1964

Estômago, dir. Marcos Jorge, 2007

Narradores de Javé, dir. Eliane Caffé, 2003

O caminho das nuvens, dir. Vicente Amorim, 2003.

O canto do mar, dir. Alberto Cavalcanti, 1953.

O Céu de Suely, dir. Karin Aïnouz, 2006.

Cinema, aspirinas e urubus, dir. Marcelo Gomes, 2005.

O homem que virou suco, dir. João Batista de Andrade, 1981.

Serras da desordem, dir. Andrea Tonacci, 2005.

Tapete Vermelho, dir. Luís Alberto Pereira, 2006.

Viajo porque preciso volto porque te amo, dir. Karin Aïnouz e Marcelo Gomes, 2009.

Vidas Secas, dir. Néilson Pereira dos Santos, 1963.

SESSÃO 2

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AÇÕES COMUNICATIVAS E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SULⁱ

BINDA, Nilson – UFRGS* ; GEHLEN, Ivaldo – UFRGS**¹
nilsonbinda@yahoo.com.br; ivaldo@ufrgs.br

CAPES

GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

O objetivo do artigo consiste em contribuir no debate das transformações recentes do espaço rural brasileiro, buscando uma explicação sociológica a partir da análise de ações comunicativas em duas cooperativas agrícolas ecológicas do estado do Rio Grande do Sul: Ecovale e Sul Ecológica. Essas cooperativas se caracterizam pelas práticas de organização de agricultores familiares e pelo agenciamento da comercialização de produtos agrícolas exclusivamente orgânicos de base Agroecológica. O artigo apresenta, de forma descritiva, uma abordagem qualitativa de ações práticas a partir de estudo de cunho bibliográfico e de entrevistas semiestruturadas com agricultores e diretores associados e com profissionais prestadores de assessoria técnica às cooperativas. Inicialmente, descrição da realidade socioeconômica na qual as cooperativas agrícolas estão inseridas, desenvolvendo atividades de cooperação. Depois, apresentação de aspectos fundamentais da teoria da ação comunicativa de Habermas, enquanto referencial teórico do estudo; em que são relacionados os conceitos de sociedade civil, esfera pública, esfera privada e de mundo da vida. Em seguida, o artigo expõe o resultado da análise dos dados do campo empírico focado em ações comunicativas da esfera pública cooperativa, nos caminhos do desenvolvimento rural sustentável. Nessa parte, se arrola alguns itens relevantes acerca da agricultura familiar e do cooperativismo agrícola, ante o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esses itens relacionam-se às ações de inclusão social de parcela da população rural, à produção de alimentos de forma sustentável, sem a utilização de agrotóxicos, e à proteção do meio ambiente; no mundo da vida dos agricultores familiares, pelo agir comunicativo.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável. Ação comunicativa. Cooperativismo agrícola.

¹ * Doutorando em Desenvolvimento Rural, PGDR, e Mestre em Sociologia, PPGS, pela UFRGS.

** Doutor em Sociologia, Universidade X, Paris, e professor dos Programas PPGS e PGDR da UFRGS.

1. Introdução

O espaço rural brasileiro vem se transformando pela ação continuada de um sem-número de atores sociais engajados em inúmeras organizações da esfera pública na sociedade civil, bem como no mundo da vida dos agricultores no contexto da Agricultura Familiar (AF). A demanda por alimentos e pela produção de matéria prima desperta o desejo nesses atores de crescimento econômico e afirmação social. Entretanto, nem sempre se percebe em suas ações os investimentos esperados para a produção de alimentos saudáveis com o mínimo de impacto ambiental negativo. Nesse sentido, se tornou inevitável o confronto de duas ações estratégicas características da sociedade moderna: a ação instrumental técnica, centrada na produção e no crescimento econômico, sem considerar suficientemente aspectos determinantes da preservação do meio ambiente, e a ação comunicativa, livremente articulada pelos atores sociais na esfera pública; engajados no mundo da vida; espaço da esfera privada em que ocorrem as relações de intimidade e ressoam os problemas relacionados aos seres humanos e ao meio ambiente.

O objetivo do presente artigo é contribuir no debate das transformações recentes no espaço rural brasileiro, buscando uma explicação sociológica a partir da análise das ações comunicativas em duas cooperativas agrícolas ecológicas do estado do Rio Grande do Sul (RS): a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda (Ecovale) e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda (Sul Ecológica). Para a explicação sociológica serviram de referência as contribuições conceituais da Teoria Comunicativa de Jürgen Habermasⁱⁱ. Essa teoria, comumente aplicada a pesquisas na área da comunicação social também pode ser utilizada na esfera pública cooperativa.

As duas cooperativas ecológicas foram selecionadas num universo distinto de duas mesorregiõesⁱⁱⁱ do estado RS, Centro Oriental e Sudeste, com diferença significativa nos índices de desenvolvimento e de renda per cápita. Ao mesmo tempo, se observa características comuns às duas cooperativas, empenhadas em ações comunicativas de base Agroecológica. O artigo resulta do misto de um estudo bibliográfico e de levantamento de campo, no qual foram entrevistados associados e dirigentes das cooperativas, bem como profissionais da assistência técnica. Como resultado, alguns aspectos da pesquisa de abordagem qualitativa das ações comunicativas das cooperativas agrícolas engajadas no mundo da vida dos agricultores familiares.

Inicialmente, uma breve descrição da realidade socioeconômica na qual as cooperativas agrícolas estão inseridas. Depois, alguns aspectos fundamentais da teoria da ação comunicativa de Habermas, enquanto referencial teórico do estudo; em que são relacionados os conceitos de sociedade civil, esfera pública, esfera privada e de mundo da vida. Em seguida, a análise dos dados do campo empírico focado em ações comunicativas da esfera pública cooperativa, no caminho do desenvolvimento rural sustentável. Nessa parte, se arrolam itens relevantes acerca da Agricultura Familiar e do cooperativismo agrícola ante alguns programas governamentais para a agricultura. Esses itens relacionam-se às ações comunicativas de inclusão social de parcela da população rural, à produção de alimentos saudáveis de forma sustentável, sem agrotóxicos, e à proteção do meio ambiente; no mundo da vida dos agricultores familiares, pelo agir comunicativo.

2. Cooperativas Ecovale e Sul Ecológica: alguns aspectos de seu contexto socioeconômico

As cooperativas agropecuárias foram decisivas no processo de transformação do espaço rural do estado RS; primeiramente na indução da modernização agrícola ocorrida nas décadas 1960-70 e, recentemente, na organização da produção agrícola seguindo os princípios da Agroecologia. Esse último tema é aqui debatido, antes alguns aspectos socioeconômicos das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica.

Essas cooperativas estão localizadas em duas mesorregiões do estado do RS: a Ecovale na mesorregião Centro Oriental e a Sul Ecológica na Sudeste; com significativa diferença nos índices de desenvolvimento e de renda per capita. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) médio dos municípios da Ecovale é de 0,699, enquanto que o índice médio dos municípios da Sul Ecológica é inferior, de 0,654. A mesorregião Sudeste é mais pobre economicamente com renda per capita inferior. Enquanto os municípios da Ecovale registram a média de renda per capita de R\$ 24.203,05 os municípios da Sul Ecológica registram R\$ 11.989,15; pouco menos da metade (FEE, 2013), como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 1: Idese e Renda per cápita dos municípios das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica.

Cooperativa	Município	Idese/2009	Renda per cápita/2010	Média	
				Idese	Renda
Ecovale	Candelária	0,683	13.030,25	0,699	24.203,35
	Santa Cruz do Sul	0,778	40.671,53		
	Vale do Sol	0,616	15.438,03		
	Venâncio Aires	0,718	27.673,59		
Sul Ecológica	Arroio do Padre	0,581	10.802,39	0,654	11.989,15
	Canguçu	0,658	11.213,34		
	Cerrito	0,623	9.614,00		
	Herval	0,676	11.484,00		
	Morro Redondo	0,624	12.607,94		
	Pelotas	0,770	13.925,47		
	São Lourenço do Sul	0,695	12.674,70		
	Turuçu	0,601	13.591,36		

Fonte: Elaborado a partir de dados da FEE, 2013.

As diferenças não param por aí. Há de se considerar que a mesorregião Centro Oriental tem elevada concentração de pequenas propriedades produtoras de fumo e de empresas fumageiras; fator que talvez explicasse o elevado índice da renda per cápita. Já a mesorregião Sudeste concentra grandes propriedades produtoras de arroz, com aumento significativo no cultivo do tabaco em pequenas propriedades.^{iv} Entrementes, enquanto a mesorregião Sudeste concentra elevado número de assentamentos da Reforma Agrária (RA), a Centro Oriental tem um número reduzido de Projetos de Assentamento; nenhum nos municípios abrangidos pela Ecovale.

A sede da Ecovale está localizada na cidade pólo de Santa Cruz do Sul, na mesorregião Centro Oriental, enquanto que a sede da Sul Ecológica está localizada na cidade pólo de Pelotas, na mesorregião Sudeste. Apesar de localizarem em regiões diferentes, as duas cooperativas apresentam algumas características comuns, tais como: agirem exclusivamente dentro dos princípios da Agroecologia; terem como entidade apoiadora a instituição religiosa Igreja Episcopal de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e contarem com a assessoria técnica do Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (Capa), unidade de Santa Cruz do Sul e de Pelotas. As duas cooperativas são pequenas, com menos de trezentos associados, investindo no mercado institucional regional. O Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) são suas principais fontes de renda. As duas cooperativas foram constituídas no início da primeira década do século XXI. Além disso, elas têm atuação regional, investindo na organização social e política dos agricultores, executando ações multidisciplinares; concomitantemente ao trabalho de assessoria técnica à produção

agrícola e às agroindústrias familiares. A seguir, alguns aspectos sócio-históricos de cada cooperativa; focados no desenvolvimento rural sustentável.

A) Ecovale

A cooperativa Ecovale, fundada no ano 2000 atua em quatro municípios da mesorregião Centro Oriental (Candelária, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol e Venâncio Aires), entre os sócios fundadores, havia três mulheres. Desde o início a cooperativa motiva à participação da mulher – do casal – e dos jovens; esses estatutariamente podem se associar aos dezesseis anos. Os profissionais do Capa antes mesmo da constituição da cooperativa estimulavam aos agricultores a ações da Agroecologia, bem como para a sua organização social e política. O Capa, uma organização não-governamental mantido pela IECLB, desde 1978 contribui na prática social, prestando assessoria técnica multidisciplinar aos agricultores familiares e outros públicos ligados ao espaço rural. O conjunto de suas atividades é pela afirmação da AF como parte de uma estratégia do desenvolvimento rural sustentável, mediante a produção agrícola de base Agroecológica dos associados da Ecovale.

A Ecovale mantém uma loja e duas feiras ecológicas semanais de venda direta aos consumidores dos principais produtos orgânicos produzidos pelos seus associados. Além desses dois pontos de venda, a cooperativa também oferta produtos orgânicos para compor a merenda escolar das escolas da região e para outras cooperativas vinculadas à Rede Ecovida^v de Agroecologia, da qual faz parte, bem como para Lojas de Produtos Naturais e Ecológicos da região Metropolitana de Porto Alegre. A Ecovale é composta por cinquenta e três associados organizados em seis núcleos, ou grupos, com suas respectivas associações e especificidades na produção orgânica: núcleo da Erva Mate^{vi}; do Panifício, da Feira Ecológica; do Mel Ecológico, dos Cereais Orgânicos e núcleo da Farinha Ecológica. Esses núcleos se reúnem mensalmente, formando o Conselho Administrativo da Ecovale, com acompanhamento técnico do Capa. Nas reuniões fazem planejamento estratégico das ações produtivas e de logística, avaliando as práticas dos núcleos e da cooperativa. As ações dos técnicos do Capa nos núcleos ocorrem no sentido de avaliar as práticas Agroecológicas dos associados, desde o manejo do solo, a adubação verde, orgânica e o uso do fertilizante preparado biodinâmico supermagro. Eles também assessoram na seleção de sementes

orgânicas, no manejo natural dos insetos, bem como nas formas alternativas de conservação dos produtos e sementes e na reciclagem de resíduos agrícolas.

A produção da Ecovale tem o selo Produto Orgânico, sob a Auditoria Participativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A cooperativa, através de uma Comissão de Ética interna, de forma participativa anualmente emite às unidades de produção familiar *Certificado de Conformidade Orgânica*, qualificando-as a partir de normas e princípios estabelecidos pela Rede Ecovida de Agroecologia, em conformidade à Lei dos Orgânicos (10.831/03). Dessa forma, estabelece-se uma rede participativa de confiança entre produtores e consumidores ecológicos, intermediada por ações uma esfera pública coletiva e ecológica de participação e comercialização: a cooperativa.

B) Sul Ecológica

A cooperativa Sul Ecológica foi fundada em 2001, havia cinco mulheres entre os sócios fundadores. A Sul Ecológica é resultado de intenso trabalho de base do Capa e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos pequenos agricultores, durante as décadas 1980-90, congregando agricultores ecologistas produtores de alimentos orgânicos, seguindo os princípios da Agroecologia. A partir de sua sede no município de Pelotas atua em mais sete municípios (Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e Turuçu) da mesorregião Sudeste. Possui 253 associados aos quais agencia mercado para seus produtos orgânicos *in natura* e semiprocessados. Seus principais produtos *in natura* são hortaliças, cereais e frutas. Já os produtos semiprocessados principais são: mel, schmier e sucos de frutas e conservas.

Com o lema “*produzindo alimentos ecológicos, valorizando a vida*” a Sul Ecológica mantém uma loja e feiras ecológicas de venda direta aos consumidores. Ela também oferta produtos orgânicos para toda região Sul do estado RS através do mercado institucional, dos programas governamentais PAA e PNAE. Os associados encontram-se estatutariamente organizados em núcleos, de no mínimo cinco famílias. As ações práticas da cooperativa Sul Ecológica contemplam a organização social da produção orgânica, através do planejamento estratégico de produção de alimentos e da afirmação da AF. A Sul Ecológica atua dentro do Programa de Diversificação das Áreas de Cultivo de Tabaco, do Governo Federal, executando Projetos de apoio à produção de alimentos orgânicos,

consolidando processos de conversão produtiva do tabaco para alimentos; mais de 900 fumicultores encontram-se inseridos no Projeto.

A Sul Ecológica integra à Rede Ecovida de Agroecologia, emitindo de forma participativa o selo *Produto Orgânico* para seus associados. Além disso, participa ativamente em diversos espaços públicos de interlocução com as demais entidades da AF, como a *Rede Vida à Granel*, e governamentais, executando projetos de capacitação. Dentre esses, destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Sementes Orgânicas para os associados e demais agricultores. A Sul Ecológica surgiu com o objetivo de congregar os agricultores familiares ecológicos, agenciando mercado aos seus produtos. Em 2002, ela inseriu-se no mercado institucional do Projeto de Segurança Alimentar de Pelotas e em 2003 foi entidade pioneira no estado RS a participar do PAA do Governo Federal. Mediante os recursos disponíveis e em busca de novos recursos, ela promove exclusivamente a produção e comercialização de produtos orgânicos de seus associados. Um de seus projetos executados consiste na adequação de agricultores familiares ecológicos da região Sul do RS aos mecanismos de garantia de qualidade orgânica, a qual pode de forma participativa habilitar os agricultores ao certificado Produtor Orgânico.

O quadro social da Sul Ecológica é composto de agricultores familiares empobrecidos e descapitalizados. Entre os associados encontram-se assentados da RA, pequenos agricultores de grupos remanescentes de quilombos – os Quilombolas. Esses grupos sociais historicamente estiveram à margem da sociedade, excluídos de políticas públicas, sem documentos pessoais e da terra, permanecendo na invisibilidade social. A participação na cooperativa possibilitou a inclusão social, a regulamentação de documentos e o acesso aos recursos públicos, bem como à assistência técnica adequada a sua condição social, econômica e cultural, aprimorando suas condições de vida.

3. Alguns aspectos fundamentais da Teoria da Ação Comunicativa

A sociedade moderna possui procedimentos próprios de administração centrados em regras consensuais da maioria. A escolha democrática desses procedimentos decorre de pleitos eleitorais periódicos, respeitando a divisão dos poderes legislativo, executivo e judiciário constituídos. O processo recente de decisão dos governos tem se sustentado nas deliberações mediante a participação em fóruns amplos de debates e negociações na esfera

pública. É o que demonstra a Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas. O pensamento habermasiano oferece oportunidades de compatibilizar os ideais da modernidade com os problemas complexos da sociedade moderna.

Conforme Habermas (1997), a sociedade moderna se estruturou basicamente na ordem racional-legal de dois sistemas ontologicamente correlacionados: o sistema político e econômico, determinando a condição humana legitimada pelo Estado Democrático de Direito. Por vezes, os sistemas se confrontam na defesa de interesses individuais privados ou coletivos públicos. Cada um dos sistemas é formado por um conjunto de subsistemas que regem a sociedade civil organizada na esfera pública e privada. As regras desses sistemas são corroboradas em ações comunicativas no mundo da vida e em organizações da sociedade civil. Diante do colonialismo exercido pela ação instrumental do sistema econômico, atores do mundo da vida engajados na esfera pública atuam, manifestando os problemas individuais e coletivos da esfera privada, na tentativa de solucioná-los.

O sistema econômico é constituído basicamente pelo direito privado de propriedade; que desde Hobbes vai ao encontro das perspectivas egocêntricas do homem. Esse sistema é regido pelo *médium*^{vii} dinheiro, sendo a economia dirigida pelo trabalho, pelo capital e pelos mercados de bens. O seu “núcleo institucional é formado por associações e organizações livres não estatais” (HABERMAS, 1997, p. 99), às vezes estabelecendo relações diretas com o Estado constituído no sistema político. Sua forma racional de ação é a instrumental técnica, geralmente “invadindo os espaços do mundo vivido, desalojando e expulsando a ação comunicativa do seu *habitat* natural” (FEDOZZI, 2000, p. 46). Dessa forma, a ação instrumental tende a colonizar as ações no mundo da vida, destruindo relações de espontaneidade ali estabelecidas pela ação comunicativa.

O sistema político é constituído basicamente pelo Direito (leis, Judiciário), governos (executivo) e pelo parlamento (legislativo). Esse sistema mantém uma seleção de canais comunicacionais com a sociedade civil (partidos...) e com o sistema econômico, lidando com a imprevisibilidade dos eleitores. As funções do Estado visam ao bem comum, de forma simétrica, sendo regido pelo *médium* poder. A democracia forma um equilíbrio social do poder de tal modo que a política leve em consideração o que Habermas considera como “amplo leque de interesses simétricos” da sociedade civil (1997, p. 60).

A sociedade civil, por sua vez, é formada por um conjunto de “associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de

comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 99). Na sociedade civil organizada pessoas e entidades captam os ecos dos problemas ressonantes na esfera privada. Eles são condensados e transmitidos para a esfera pública especializada, a fim da legitimação das ações pelo poder do Estado.

A categoria esfera pública, conforme Habermas (2003) precisa ser explorada no vasto campo imputado à política; dentro dos limites de cada uma das disciplinas sociológicas. O objeto de sua investigação foi a esfera pública burguesa europeia concebida como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico de desenvolvimento da sociedade burguesa europeia. Nessa esfera, tudo se torna visível a todos. Em suas obras, Habermas alerta para a diferenciação do uso corrente de público e de esfera pública, com sua multiplicidade de significados. Inicialmente, ele identifica público a certos eventos em contraposição às sociedades fechadas: público *versus* privado. Em seguida, faz referência a prédios públicos, referindo-se simplesmente aos locais que abrigam instituições do Estado. O Estado, por sua vez é o poder público com o atributo de promover o bem público comum a todos os cidadãos. Os vários significados correlatos a público remetem ao sujeito da esfera pública, o qual seja: o público enquanto livre portador de opinião pública, com função crítica à sua publicidade.^{viii}

Conforme Habermas (1997, p. 99), a esfera pública, ou espaço público, pode ser descrita como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. A esfera pública funciona como uma caixa de ressonância dos problemas do mundo da vida, podendo ser trabalhados pelo sistema político. Ela se reproduz através do agir comunicativo, implicando o domínio de uma linguagem natural. A esfera pública constitui, principalmente, uma “estrutura comunicacional do agir comunicativo orientado pelo entendimento, enraizado no mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 92); que está relacionada ao espaço social gerado no agir comunicativo.

A esfera privada, ou íntima é o espaço demarcado pelas relações de intimidade. Na esfera privada ocorrem as “densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc.” (HABERMAS, 1997, p. 93). O espaço da vida privada é composto por biografias particulares, das pessoas privadas. O limiar entre esfera privada e esfera pública é definido

através de condições de comunicação modificadas, de um lado assegurando a intimidade e, de outro, a publicidade. Há, contudo, um fluxo contínuo de temas e de problemas entre uma esfera e outra, enraizado no mundo da vida, isso é central no pensamento habermasiano.

O conceito mundo da vida Habermas resgata da fenomenologia de Husserl, como um “pano de fundo cultural que permite aos indivíduos interagirem em um mundo predeterminado, ele não se limita apenas à ideia de um pano de fundo cultural, possui, como pano de fundo, normas e experiências subjetivas, assim como práticas e habilidades individuais”, segundo Fedozzi (2000, p. 46). Desse modo, o mundo da vida se constitui espaço de reflexividade da cultura, da linguagem comum, das normas e práticas institucionais. As funções da linguagem no mundo da vida se traduzem em ações práticas articuladas, mediante a participação no modo de operar de subsistemas de ação especializados, como a escola, para reprodução cultural e educacional, a família, para a socialização, e o direito, para a integração social. Desse modo articulado, eles desempenham também outras funções relacionadas à totalidade do mundo da vida.

O agir comunicativo, além de *médium* da reprodução do mundo da vida, também é *médium* para a reprodução da esfera pública. Ele se constitui estratégia adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões dos atores sociais do mundo da vida engajados na esfera pública. Os agentes sociais, através do agir comunicativo constroem livremente “interpretações negociadas cooperativamente, distinguindo-se daqueles que visam o sucesso” (HABERMAS, 1997, p. 92), como oportunistas. O agir comunicativo reforça os problemas sociais que repercutem nas biografias de pessoas particulares, constrói resistências às imposições de colonização do sistema econômico, apontando para a descolonização do mundo da vida e a restauração da sociabilidade, da espontaneidade e da solidariedade.

De posse de um entendimento da Teoria habermasiana do Agir Comunicativo é possível compreender a posição social que ocupa o cooperativismo agrícola na sociedade civil organizada na história recente do estado do RS, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, especialmente do cooperativismo com ações agroecológicas. De um lado, suas ações práticas podem reforçar as ações instrumentais técnicas do sistema econômico, impondo um processo de colonização do mundo da vida. A ação instrumental é a forma de ação técnica que aplica racionalmente os meios para a obtenção de determinados

interesses. Essa forma de ação é “típica da integração sistêmica, institucionalizando-se nos sistemas econômico e político” (FEDOZZI, 2000, p. 46). De outro lado, elas podem reforçar as ações comunicativas dos atores sociais engajados na esfera pública, fazendo ressoar os problemas sociais, econômicos e ambientais, no sentido de descolonizar o mundo da vida, emancipando os agricultores, através de práticas sustentáveis fundamentadas nos princípios da Agroecologia, no caminho do desenvolvimento rural sustentável. “A ação comunicativa se dá numa base interativa dos mundos objetivo, social e subjetivo, permitindo que os atores relacionam-se simultaneamente com: a) os fatos da natureza; b) com as pessoas e c) com suas pulsões interiores, expressando seus sentimentos e vivências (FEDOZZI, 2000, p. 46). Essas ações comunicativas se manifestam através da estrutura organizacional das cooperativas agrícolas ecológicas, fundamentadas na participação de seus associados na esfera pública.

4. As cooperativas Ecovale e Sul Ecológica ante o Desenvolvimento Rural Sustentável

As entrevistas com os associados, dirigentes e profissionais das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica evidenciam alguns dados empíricos passíveis de análise, possibilitando uma preliminar explicação sociológica. Primeiramente, há de se considerar que as ações comunicativas observadas encontram-se imersas no contexto da AF. Nesse contexto, os associados agricultores familiares agem com a mão de obra familiar escassa, devido à saída dos jovens do espaço rural. Nos casos investigados somente adultos e idosos estavam no ambiente familiar, confirmando as manifestações de que os jovens estão saindo do espaço rural. Em segundo lugar, esses agricultores descapitalizados são beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); fator fundamental de sua permanência no campo. O acesso aos recursos do Pronaf resolveu em parte os problemas relativos às atividades produtivas e comerciais. Alguns casos, somados a estiagem prolongada e o rigor do frio, o acesso aos recursos acessados gerou mais dívidas, aumentando a descapitalização do agricultor familiar. Para esses, a cooperativa foi um espaço para a comercialização de seus produtos orgânicos, percebendo rendimento maior que na venda de produtos convencionais, amenizando o problema financeiro.

Em terceiro lugar, as cooperativas agrícolas, além de trabalharem com os pequenos agricultores, trabalham com grupos sociais historicamente marginalizados, imersos na

exclusão social. A Sul Ecológica atua com assentados da RA e Quilombolas. Esses, através da cooperativa diversificaram as atividades com a assessoria técnica qualificada, planejando a produção para o mercado institucional; de simples beneficiários de programas governamentais, tornaram-se produtores qualificados, ofertando produtos. Inúmeros agricultores, antes da participação na cooperativa agiram coletivamente em associações e em grupos espontâneos; a cooperativa garante o mercado e a assistência técnica adequada, bem como capacitações, valorizando suas culturas. Essas ações das cooperativas conferiram visibilidade e mobilidade social e esses grupos.

Finalmente, em quarto lugar, o mercado institucional. O planejamento da produção para os programas PAA e PNAE ampliou a perspectiva de vida dos agricultores familiares no espaço rural. Eles organizaram sua produção, diversificando-a conforme as demandas desse mercado em ascensão. O desafio é alcançar a perenidade da produção a fim de ofertar produtos orgânicos durante o ano inteiro. Para isso, imprescindível o planejamento da produção, as inovações tecnológicas capazes de conservar naturalmente por mais tempo os produtos orgânicos *in natura*, bem como os processados em agroindústrias familiares.

Essas ações denotam a modificação do espaço rural, aliada à maior participação das mulheres nos processos produtivos, nas agroindústrias familiares e nas cooperativas; ainda que não se perceba a dos jovens. A motivação para a participação das mulheres nos quadros sociais, bem como nos postos de coordenação denota não somente inovação na gestão cooperativa, pois até recentemente só os homens participavam, mas, também um ato rumo à sustentabilidade multidimensional, contando com a sensibilidade das mulheres. Quanto à motivação à participação dos jovens a realidade é outra. A pouca participação desses denota profunda mudança no espaço rural e um problema social declarado quanto à sucessão nas propriedades no contexto da AF; problema esse manifesto em todas as esferas públicas e privadas, afetando os rumos do desenvolvimento rural sustentável.

5. Desenvolvimento Rural Sustentável, esfera pública e o agir comunicativo

As manifestações percebidas nas cooperativas ecológicas investigadas são ações comunicativas exercidas numa esfera pública coletiva, inserida no contexto da AF: a cooperativa. O cooperativismo, portanto, constitui-se um aglutinador de políticas públicas, visando o fortalecimento social, econômico e cultural de agricultores ecológicos e a

conservação do meio ambiente. As cooperativas ecológicas agem coletivamente ante as ações instrumentais individualistas do sistema econômico vigente. Não sem dificuldades, suas ações comunicativas tendem ao cultivo de práticas estabelecidas pelos agricultores ao longo de suas histórias particulares, no mundo da vida. As ações comunicativas das cooperativas ecológicas se manifestam nas reuniões dos núcleos (grupos) e do Conselho Administrativo, fundamentalmente em três direções, almejando a sustentabilidade: na direção da inclusão social, na direção da viabilidade econômica da produção de alimentos saudáveis e na direção da proteção do meio ambiente e das populações de seus ecossistemas.

As ações comunicativas de inclusão social encontram-se nas práticas coletivas exercidas com os pequenos agricultores geograficamente mais distantes, nos assentamentos da RA e nos grupos de Quilombolas. Nesse sentido, a cooperativa Sul Ecológica, além de trabalhar exclusivamente com ações da agricultura orgânica, caracteriza-se como esfera pública intermediária entre os Quilombolas e seu reconhecimento sociocultural. Por ela, eles puderam organizar sua produção agrícola, comercializá-la e regularizar documentos pessoais e da terra e manifestar sua cultura endógena, obtendo maior visibilidade social. As ações da Ecovale, não sem dificuldades imprimem socialmente a identidade do agricultor orgânico, de base Agroecológica, não só mediante a emissão de certificado de Produtor Orgânico, mas, mediante o reconhecimento da sociedade da conformidade com seus produtos; num contexto dominado pelo cultivo do tabaco a base de agroquímicos.

Quanto aos jovens, por que estão saindo do campo? De um lado, porque os próprios pais motivam os filhos ao estudo, para isso, necessariamente eles migram para as cidades. E, de outro, o impedimento legal de se exporem a trabalhos pesados, de risco os mantém longe das atividades agrícolas. Disso decorre que os projetos individuais dos jovens não vão de encontro aos da agricultura, especialmente os projetos das moças que saem mais cedo do espaço rural, gerando o fenômeno social do celibato rural masculino.

Para enfrentar a ação instrumental técnica das empresas privadas, os Conselhos Administrativos das cooperativas Ecovale e Sul Ecológica definiram a qualificação técnica, a participação política e a formação em gestão do quadro social e dos dirigentes como tarefas prioritárias e estratégicas de consolidação do cooperativismo e da Agroecologia. Elas constituem-se manifestações eficientes de ações comunicativas coletivas. Como estratégia de mercado, as cooperativas mantêm as lojas próprias, feiras

ecológicas específicas da AF e investimentos no planejamento produtivo para ampliar o mercado institucional do PAA e PNAE, comercializando exclusivamente produtos orgânicos e orientando as nutricionistas das escolas para aproveitar melhor os produtos orgânicos.

Dentre as ações comunicativas verificadas nas cooperativas ressalta-se a de produção agrícola orgânica no caminho do desenvolvimento rural sustentável. Essas ações vão desde o cultivo, e domínio das sementes, a produção de mudas, de adubos orgânicos, do manejo do solo, etc. até a preservação da agrobiodiversidade para um meio ambiente equilibrado. Em fim, o agir comunicativo, seguindo a racionalidade sustentável implica na opção por uma sociedade civil organizada para prevalecer uma maior equidade socioeconômica.

Considerações Finais

Apesar de as cooperativas estarem localizadas em mesorregiões distintas do estado RS, com diferentes índices de desenvolvimento e de renda per cápita, elas empenham-se na consolidação da agricultura orgânica, seguindo os princípios da Agroecologia, confrontando-se com as ações instrumentais do sistema econômico e as regras do mercado por ele instituídas. Imersas nesse contexto, tanto a Ecovale tanto a Sul Ecológica encontraram no mercado institucional legitimada pelo Estado, uma maneira de agir comunicativamente a fim de consolidar a viabilidade econômica de suas atividades, sustentar a organização social coletiva e programar práticas produtivas aliadas à preservação do meio ambiente. Sem a legitimação do Estado, através das políticas públicas e de programas governamentais, dificilmente elas poderiam concorrer com as grandes empresas estabelecidas em escala. O mercado institucional apresenta-se legitimado como um nicho seguro, fato esse que motiva as cooperativas a planificar a produção agrícola orgânica dos associados, seu processamento e conservação natural, para ofertá-la durante o ano inteiro. Essas ações expressas no contexto da AF no caminho do desenvolvimento rural sustentável dão visibilidade a grupos antes invisíveis socialmente, ampliando a produção de alimentos saudáveis aliada à conservação do meio ambiente, elo agir comunicativos.

Referências

FEDOZZI, Luciano. Orçamento participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. In: FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Orgs.). **Por uma nova esfera pública: a experiência do Orçamento Participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>> Acesso em: 28 abr. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/?secao=banco-de-dados&id=17>> Acesso em 28 abr. 2013.

SCHULTZ, Glauco. **Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ⁱ O artigo é recorte da pesquisa mais ampla em andamento em cooperativas agrícolas no RS.

ⁱⁱ Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão da Escola Crítica de Frankfurt atuou ao lado de Horkheimer, Adorno e Marcuse. Em 1961, ao publicar *A mudança estrutural da esfera pública* se distancia da Escola de Frankfurt, indo lecionar nos Estados Unidos. Em 1981, publica em dois volumes, *A teoria do agir comunicativo*.

ⁱⁱⁱ Mesorregião é uma subdivisão das Unidades Federativas criada pelo IBGE. Congrega diversos municípios com similaridades econômicas, naturais e sociais regionais. Ela é utilizada para fins estatísticos (FEE, 2013).

^{iv} Na década 2000-2010 houve crescimento de 216,17% na área plantada e 165,81% no volume da produção de fumo na Zona Sul do Estado RS (ITEPA, 2013).

^v A Rede Ecovida de Agroecologia, fundada em 1999, Florianópolis, estado de Santa Catarina é resultado do trabalho de organizações denunciando os impactos ambientais negativos da Revolução Verde. Sua constituição foi em torno da necessidade de um marco regulatório da certificação de produtos orgânicos (SCHULTZ, 2006, p. 78).

^{vi} A marca registrada da Erva-Mate da Ecovale *Jopói®* tem origem etimológica na língua tupi guarani e quer dizer: “a gente se ajuda”. A escolha da marca foi resultado da participação coletiva dos associados.

^{vii} Habermas (1997) chama a atenção de como o dinheiro e o poder influenciam na reprodução do sistema econômico e político, assim como o agir comunicativo na reprodução da esfera pública e do mundo da vida. Ele destaca a linguagem como *médium* do agir orientado pelo entendimento.

^{viii} A opinião pública consiste nas posições sobre assuntos de interesse de uma Nação, livres e publicamente expressas por pessoas não participantes do governo. As opiniões reivindicam para si o direito de influenciarem ou determinarem as ações a pessoas ou a estrutura de governo. Conforme Habermas (2003), a opinião pública está relacionada à “publicidade”, enquanto instância crítica no exercício do poder político e social, e à publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulativo; ambas concorrem na esfera pública e implicam na correlação de processos grupais.

CAPITALISMO COGNITIVO E PRODUÇÃO “ALTERNATIVA” NO CONTEXTO LOCAL DA REGIÃO DE ARARAQUARA

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

Licia Nara Fagotti²

GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo mapear e discutir o meio rural e o desenvolvimento de novos sistemas produtivos na região de Araraquara a partir das iniciativas de empreendedorismo rural que se fortalece com o apoio do SEBRAE e mais propriamente de um de seus programas específicos que é o AGROSEBRAE, dantes SAI - Sistema Agroindustrial Integrado. O desenvolvimento rural dessa região se relaciona à emergência de mercados diferenciados e a constituição de uma nova rede de consumo e ao saber produtivo desses produtores com as políticas do SEBRAE. O desdobramento de atividades que denominamos de produção “alternativa empreendedora” é foco deste trabalho. O conhecimento produtivo cristalizado neste tipo de produto é apontado como a principal força produtiva que tem nas ditas sociedades rurais e experiências de produção agrícola, terreno privilegiado. Conhecimento que possui “valor em si” que é validado pelo mercado, sugerindo a tese do “capitalismo cognitivo”. O AGROSEBRAE é um programa que fornece capacitação gerencial e técnica a esses pequenos e médios produtores, incentivando sua visão empreendedora.

¹ Sociólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/FCL/Ar e pesquisador FAPESP. E-mail: sapiacampos@yahoo.com.br

²Graduanda no curso de Ciências Sociais da UNESP/FCL/Ar, membro do grupo de estudos e pesquisa “Capitalismo cognitivo, pequena produção e ruralidade.” Bolsista FAPESP. E-mail:licianara@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Reconhecendo a heterogeneidade do meio rural no Brasil, o trabalho procura abordar o que denominamos de “novo rural” (SILVA, 1999), conceito que aplicamos a processos que estão ocorrendo na composição rural da região de Araraquara, interior de São Paulo. Historicamente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto, Araraquara se destaca como de vocação agrária (SILVA, 1999), especificamente como região potencializadora de vocação para pequenas e médias propriedades agroindustriais. (CAMPOS, 2010 a)

Na pesquisa, buscamos compreender o recente fenômeno social provocado pela fragmentação fundiária da região, e, o surgimento e desenvolvimento dos pequenos negócios agrícolas. É importante frisar que a fragmentação fundiária acontece de maneira acentuada na região principalmente pela transmissão e partilha de herança. (CAMPOS, 2010, a). Pode ser explicado também como a preservação da propriedade por questões afetivas ou mesmo valores tradicionais, que muitas vezes leva, os “novos proprietários”, em sua maiorias residentes de centros urbanos, a voltarem para o local de origem. Isso caracteriza um movimento novo de retorno e valorização do rural perante o urbano, inserido em uma dinâmica em ascensão pela busca de bem-estar e qualidade de vida que desponta diretamente na procura por espaços rurais.

Os debates contemporâneos acerca dessa nova realidade do meio rural brasileiro apontam para transformações em sua composição, e consequentemente nas formas de pensar e conceituar esses espaços. Nesse sentido, autores como José Graziano da Silva (1999) atentam para esse “novo rural” caracterizado pela constante diluição da antiga divisão institucional entre urbano e rural. Dessa forma, os espaços dantes vistos como irreconciliáveis, passam a ser definidos como territórios, que em sua substância possibilitam fluxos econômicos e sociais, formatando relações que se complementam. (CAMPANHOLA, SILVA 2000).

O rural não se restringe a atividades meramente agrícolas, conforme aponta Silva (1999), a renda das pessoas com residência rural passa a decorrer também de ocupações não-agrícolas. Assim, os espaços rurais são também palco de atividades tipicamente urbanas, como aquelas da pequena empresa; e o urbano, por sua vez, apresenta traços antes exclusivamente rurais, como a proliferação de pequenas chácaras em regiões periféricas

dos municípios. Assim, trabalhamos com a constatação empírica destes novos “espaços” produtivos, já constituídos, ou em vias de constituição e reconhecimento institucional.

É neste cenário que procuramos inserir no decorrer desse artigo os recentes desdobramentos nas pequenas e médias propriedades rurais da região de Araraquara.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA “ALTERNATIVA”: O CASO DE ARARAQUARA

A região de Araraquara está inserida num contexto de produção monocultora com complexos agroindustriais voltados para a produção da cana-de-açúcar e processamento do álcool e açúcar. As chamadas pequenas e médias produções e ou propriedades alternativas pululam interessantemente dentro desta região apontada como um “mar de cana”. (VEIGA, 2005). O impacto expressivo da produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo não exclui o importante papel na diversificação produtiva e alimentar do mesmo. Algumas pesquisas apontam a pluriatividade dos micros, pequenos e médios produtores que são capazes de mesclar atividades agrícolas e não-agrícolas.

Por produção alternativa entendemos um modelo de produção e desenvolvimento agrícola diferente do modelo dominante do agro negócio. Entendemos por “resistência” a iniciativa produtiva destoante do modelo hegemônico, isso porque baseada essencialmente num tipo de produção que evoca conhecimento, diferenciação, qualidade, escolha etc. Inserido, portanto, no contexto duma agricultura amparada à valores e fatores vitais como a crescente redução à agressão ambiental, valorização da biodiversidade, preocupação com o bem-estar dos animais, recuperação de sistemas econômicos até então considerados marginais, valorização da cultura e tradição local. Ou seja, uma agricultura que valoriza a multiplicidade de fatores, todos qualitativos e que por isso se distancia, apesar de se relacionar, com a agricultura massificada e convencional. (CAMPOS, 2010).

As experiências estudadas apontam para a constituição de um “novo mercado” e uma nova dinâmica do consumo que se contorna por dimensões qualitativas. Por exemplo: preocupações com a qualidade de vida e com o meio ambiente acarretando em distanciamento no uso de insumos químicos e de pesticidas. De qualquer maneira, implica entender a formação de uma nova agricultura construída pare passo com este novo mercado, que é, em princípio, “diferenciado”.

A pesquisa envolveu 19 cidades³ compreendidas dentro da região central do estado de São Paulo. Segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA 2007/2008, o número total de propriedades dessas 19 cidades é de 10.285, dentre as quais 7.902 são pequenas e médias unidades produtivas, ou seja, 76,83% do total.

A realidade destes municípios é bastante heterogênea. A pesquisa considerou cada um destes municípios como uma espécie de “micro totalidade” carregada de especificidades locais. A totalidade dos municípios estudados foi tomada como totalidade a partir do recorte feito pelo SEBRAE de um “módulo Araraquara” que compreende os dezenove municípios.

O CASO SAI – SISTEMA AGROINDUSTRIAL INTEGRADO DO SEBRAE

É perceptível a dificuldade com a qual se deparam os produtores em gerir e administrar seus negócios em aspectos relevantes como planejamento e gestão da produção e escoamento na agricultura familiar, devido principalmente à “falta de sistematização de conhecimento e ausência de informações codificadas”. Tais aspectos sintetizam a preocupação do SEBRAE sobre a inserção produtiva e de mercado dos pequenos e médios negócios.

Dentro do vetor de um novo mercado ou economia, existe o fator central da capacitação e qualificação como conhecimento. Um conhecimento que tem valor em si conforme pondera Gorz (2003) e que para sua validação e difusão no mercado deve sempre acontecer em fluxo cooperado conforme postulam Hardt e Negri (2005), ou então, um misto equilibrado de disputa e cooperação. Nesse sentido, concebemos a “capacitação”, principal política do AGROSEBRAE, como investimento e não mais como mera política compensatória. O AGROSEBRAE investe pontualmente no conhecimento como a principal força produtiva desses produtores rurais.

É importante pontuar que o histórico de formação do SEBRAE está ligado aos pequenos empreendimentos industriais, e por isso tem um caráter *sui generis* de apoio à qualificação profissional. Contudo, diferente da tradição sindical, do Estado, e da estrutura

³ Os municípios envolvidos: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

pública em geral, o SEBRAE, discute e promove a capacitação profissional via uma perspectiva “empreendedora”, (VEIGA, 2005).

Objetivamente, a proposta do SEBRAE é capacitar o pequeno e médio produtor rural, tendo como objetivo transformá-lo em pequeno e médio empresário, ou empreendedor rural por meio, principalmente, de informação e conhecimento.

O SEBRAE possui desde 1998 a linha específica de atuação voltada para o setor agroindustrial, dantes chamada SAI – Sistema Agroindustrial Integrado, atualmente AGROSEBRAE. Trata-se de programa desenvolvido no primeiro módulo, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e com o CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que na região de Araraquara na sua implantação abrangia os 19 municípios, anteriormente citados, e que desde 2007 passam a integrar outros da vizinha São Carlos, que visa apoiar e dar suporte técnico e profissional aos micros e pequenos empreendimentos.

Segundo o SEBRAE/SP (2011, p.5) o AGROSEBRAE⁴- programa dirigido a pequenos e médios agropecuários-, “atua por meio de uma metodologia sustentada em três pilares: melhoria de produto, melhoria de processo e acesso a mercados”. De maneira geral, é a partir do AGROSEBRAE e sua atuação que este trabalho procura entender e debater esta nova agricultura que esta em processo de redefinição no interior do estado de São Paulo. Procuramos entender como o AGROSEBRAE atua no sentido de captar, transformar e vender conhecimentos destes produtores empreendedores. Conhecimentos estes que são denominados neste trabalho de “conhecimento produtivo” (SAPIA, 2004).

Entendemos que políticas como esta feitas pela SEBRAE enriquecem o tecido social da pequena agricultura alternativa, e apontam para a redefinição ou re-contextualização do meio rural na “emergência de uma nova ruralidade” que dialoga e aproveita as antigas formas produtivas, mesmo colocando-se como novas (Wanderley, 2000).

SABER E CONHECIMENTO IMATERIAL

Conforme apontam Hardt e Negri (2005), nas últimas décadas do século XX o trabalho de tipo imaterial tornou-se hegemônico. Segundo estes autores, o trabalho

⁴O SAI foi substituído pelo AGROSEBRAE no início de 2011. Essa nova versão do SAI foi apresentada buscando sanar os problemas do programa anterior, por isso, a assistência técnica e gerencial passou a ser fornecida por funcionário do próprio Sebrae (SEBRAE/SP, 2012).

imaterial impõe uma tendência às demais formas de trabalho. Tempo de trabalho se confunde com o tempo de vida onde os indivíduos sendo donos dos meios de produção (conhecimento, saber, relações afeto, etc.), tornam-se empreendedores em tempo integral.

O conceito de “capitalismo cognitivo”, amplamente utilizado nesta pesquisa, é delineado pela ideia de produção de valor, principalmente, da capacidade em mobilizar recursos produtivos altamente dependentes do conhecimento. Resgatou-se também o termo de origem francesa *savoir-faire* para indicar um tipo de saber completamente distinto e que é típico do mundo rural. Trata-se de um conhecimento que se aprende apenas fazendo, ou no curso da vida. (GORZ, 2005)

Para entender a relação entre saberes partimos da ideia segundo a qual diferentes motivações subjetivas provocam esse processo de escolha e diferenciação ao consumir e/ou produzir, processo este que difere da produção e consumo padronizado. Nota-se que o desenvolvimento dessas atividades produtivas diferenciadas promove a formação de nichos específicos de mercado (ABRAMOVAY, 2006). Uma nova dinâmica de consumo e de mercado que abarca questões para além da abordagem econômica, como, dito anteriormente, questões ambientais, culturais e sociais (STEINER, 2006).

Os agentes sociais envolvidos nessa nova dinâmica de produção/consumo não são indivíduos racionais e customizados pela busca do lucro nos termos aventados pela economia clássica. São agentes de um “novo tipo” movidos por questões de cunho simbólico, estético, qualitativo, etc.. Isso caracteriza o surgimento de um novo tipo de produtor-consumidor que passa a fazer parte da cadeia produtiva agrícola, e que, portanto, atua em rede, buscando consumir um “modo de vida” diferente do padrão homogeneizado e massificado.

Ainda segundo Hardt e Negri (2005) o pequeno agricultor é agente social privilegiado em sua relação com elementos vitais como solo, ar, água. Na relação com tais elementos, historicamente utiliza esse tipo de trabalho baseado no conhecimento e escorado na inovação. Esse saber-fazer adquirido ao longo da vida carrega um grande potencial subjetivo produzindo comunicação e novas relações sociais e de cooperação produtiva baseado em elementos afetivos e comunicativos.

Segundo Gorz (2005), tal conhecimento possui um “valor em si”, sendo cada vez mais apropriado pelo próprio agente produtivo. O “capitalismo cognitivo” revela uma fonte

de valor diferente daquela capitalizada pelo capitalismo industrial, sendo este baseada em elementos subjetivos e imateriais sobre os quais não se tem controle absoluto.

O AGROSEBRAE ao oferecer assistência técnica e políticas de crédito, gerencia esse conhecimento específico dos produtores rurais, que ganha valor e se institucionaliza. O programa se sustenta principalmente por meio de hábeis mecanismos de sucção deste “conhecimento de tipo novo” que posteriormente é transformado de acordo com os interesses do mercado, é codificado, e re-proposto para os próprios agentes produtivos.

RÁPIDAS PERCEPÇÕES DO “CAMPO”

Elencamos aqui algumas primeiras “percepções de campo”, e que se constituem em antecipações dos resultados de pesquisa. Focamos o estudo de base empírica em casos voltados especificamente para pequenos e médios empreendedores agrícolas que estabeleceram contato com o SEBRAE. Alguns resultados já foram colhidos através das pesquisas de campo realizadas durante o ano de 2012. Foram entrevistados 34 pequenos e médios produtores dessa região, dentre os quais 35% adquiriram sua terra por meio de herança. O que permite entender, neste caso, a permanência e ao mesmo tempo metamorfose de algumas famílias de “tradição rural”. Por outro lado, 38% adquiriram suas propriedades por meio da compra, cerca de 8% eram arrendatários e demais formas de aquisição contabilizaram aproximadamente 17%.

Essas cidades apresentam graus de diversificação produtiva diferentes, Dobrada e Santa Ernestina, por exemplo, são casos de menor incidência de produção e iniciativas empreendedoras de tipo “alternativo”, em detrimento duma forte presença da monocultura canavieira

Verificamos ainda, segundo dados do LUPA 2007/2008 que das 112 unidades de produção agropecuária que compõe o município de Dobrada, 103 possuem produção de cana-de-açúcar, já em Santa Ernestina, de suas 98 unidades de produção, 89 são compostas pela produção canavieira, o levantamento apresenta poucos tipos de cultura desenvolvidas nessas cidades, apesar disso podemos perceber alguns casos de resistências, como algumas culturas de citros e olerícolas com os quais estamos trabalhando.

No tocante a formação e escolaridade, os agentes que têm ensino fundamental incompleto, contabilizam 17,64%. 11,76% declararam possuir ensino fundamental

completo. O nível mais representativo foi de “ensino médio completo” com 24,41%. 14,70% declaram ter concluído curso técnico. O ensino superior contabilizou 26,46% dos entrevistados, incluindo nestes alguns casos de pós-graduação.

Verificamos, portanto, a alta taxa de escolaridade dentre os entrevistados, o que sugere que estas atividades de tipo novo requerem acesso e sistematização do conhecimento. Indica que os “nichos de mercado”, bem como as atividades ditas alternativas são iniciativas preferenciais de agentes envolvidos com a produção agrícola e o meio rural com potencial produtivo ligado a informação e o conhecimento.

As origens dos produtores mesclam experiências variadas. Há casos em que os produtores sempre viveram de atividades agrícolas, mas encontramos também pessoas com nenhum contato com a produção agrícola e meio o rural e que nele se instalaram com o intuito de desenvolver alguma atividade produtiva. Pessoas oriundas de centros urbanos que “fugiram” da cidade em busca do “modo de vida” proporcionado pelo campo, e que enxergaram no meio rural um potencial de mercado maior, e acima de tudo diferenciado que as atividades produtivas em que se encontravam anteriormente.

Estamos em fase de elaboração de um “perfil” do agente produtivo empreendedor agrícola da região de Araraquara, e dum indicador produtivo para a região que destaque fatores positivos e negativos ao desenvolvimento de empreendimentos de tipo novo que tenham por base mais o saber e o conhecimento do que propriamente fatores materiais como a terra.

CONCLUSÃO

Apontamos a transformação do meio rural da região de Araraquara bem como sua transformação na diversidade, com alternativas pouco homogêneas e que carregam em comum a condição de alternativa. (produção orgânica, *fair trade*, agricultura ecológica, mandala). E, a recuperação de produtos e formas de produzi-los em sistemas alternativos constituídos, ou meramente engendrando novas identidades ou formas de produzir no interior do sistema convencional de produção. Entendemos o empreendedor agrícola ou rural como sendo um “agente de tipo novo”, capaz de produzir e organizar o conhecimento sem a necessidade da venda deste ou “venda de trabalho”. Um novo agente social ou agente produtivo que por meio de fatores subjetivos combina o desenvolvimento de seus

negócios com fatores de ordem qualitativa como genericamente podemos considerar “qualidade de vida”. O SEBRAE com sua capacitação técnica e gerencial aparece como expressão normativa dessa conjuntura, incidindo diretamente sobre o conhecimento típico de quem produz, resultando em produtos diferenciados, possibilitando a construção de “novos mercados” (ABRAMOVAY,2006).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **O mercado na Sociedade e a Sociedade no mercado**: Jornal Valor Econômico, 27 nov. 2006.

BAGNASCO, A. **Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa**. In Cocco, G; Urani, A; Galvão A.P. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP& editora,1999.

CAMPOS, R. L. S. **Capacitação rural: o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara**, 2010. Relatório de pós-doutorado – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CAMPOS, R. L. S. **Capitalismo Cognitivo e a Dinâmica da Pequena Produção Agrícola “Alternativa” no Contexto “Local” de Araraquara** – o caso do SAI – Sistema Agroindústria Integrado do SEBRAE/SP, 2010. Projeto Temático Jovem Pesquisador - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CAMPANHOLA, C., SILVA, J. G. **Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília: v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (Org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes, inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GORZ, A. L. **Imateriale: conocenza, valore e capitale**. Torino: BollatiBoringhieri, 2003.
HARDT, M.; NEGRI, N. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUPA. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo 2007/2008**.

Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.php>> Acesso em: 09/09/2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O encontro da agricultura familiar com a alimentação familiar**. Disponível em:

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/AF_alimentacao_escolar-FNDE.pdf> Acesso em: 09/09/2012.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Revista Agrosebrae: 1ed. maio de 2011.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sistema Agroindustrial Integrado – SAI**. Disponível em:

<http://antigo.sp.sebrae.com.br/Principal/Sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/desenvolvimento_territorial/programa_agronegocios.aspx> Acesso em: 26/10/2012.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Notícias**. Disponível em

http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Noticias/Noticias/Agronegocio/Paginas/Agronegocio_paulista_ganha_competitividade_com_novo_programa.aspx> Acesso: 15/02/2012.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp. IE, 1999.

VEIGA, J. E. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

VEIGA, J. E. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n.57, p.333-353, maio/ago., 2006

AUTOCONSUMO, DIVERSIDADE AGRÍCOLA E SOBERANIA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Henrique Carmona Duval¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²
GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

Introdução

Este artigo é produto de um ciclo de estudos sobre a relação assentamentos rurais e desenvolvimento, no qual a investigação sobre autoconsumo compõe um dos eixos temáticos. Temos investigado o papel da produção do autoconsumo nas estratégias das famílias assentadas na região de Araraquara/SP.

O estudo dos sistemas de produção dos próprios alimentos vem sendo realizado pelo viés da cultura e da mediação entre assentados e atores regionais externos ao assentamento. O principal objetivo é demonstrar o uso agrícola que as famílias fazem da terra, para dela tirar os alimentos para o próprio consumo, tendo por base seus gostos e preferências adquiridos cultural e historicamente em termos de alimentação. A partir daí, busca-se analisar o papel que a produção do autoconsumo tem nas estratégias de reprodução social e de desenvolvimento das famílias assentadas.

O presente artigo é centrado mais numa dimensão etnográfica e traz dados de uma pesquisa de mestrado (DUVAL, 2009), sobre os modos de vida dos sujeitos que possuem perfil de agricultura familiar e produzem parte do que consomem no assentamento rural Monte Alegre, esclarecendo-se que esse não é o único perfil possível no assentamento, nem em outros núcleos da região de Araraquara, e que possibilidades de mudança nas condições de produção/reprodução social apresentam-se com frequência para as famílias assentadas.

¹ Doutorando em Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP e Pesquisador do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

² Pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

Metodologia e técnicas de pesquisa utilizadas

Três autores com estudos já clássicos em comunidades rurais formam a base metodológica da presente comunicação: Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983). Para estes autores, realizar o estudo de um determinado agrupamento rural, pelos seus modos de vida e formas de reprodução econômica, implica caracterizar os processos históricos de constituição estrutural, marcados por leis e políticas macroeconômicas brasileiras, levando-se em conta as condições históricas (num plano regional) das relações de poder, de trabalho e da estrutura fundiária subjacente. Por outro lado, faz-se necessário um trabalho mais qualitativo e etnográfico de descrever os agrupamentos rurais enquanto processos sociais e suas especificidades, para analisar os meios pelos quais conseguem a subsistência e as transformações enfrentadas por essas populações tidas como “pobres rurais” frente ao processo de modernização social (e agrícola). O presente artigo é focado mais nesse segundo aspecto da pesquisa em comunidades agrícolas, a dimensão etnográfica³.

Para Ferrante (1994), as pesquisas em assentamentos rurais devem levar em conta a (re)construção de novos modos de vida. Isto implica, de uma perspectiva histórica, em caracterizar as famílias assentadas em suas origens (principalmente, aspectos culturais) e lutas sociais que as levaram ao assentamento. Empiricamente, um olhar atento também sobre o cotidiano e sobre todos os aspectos que envolvem a vida familiar no assentamento, o que leva, conforme já observamos, à constituição de um caleidoscópio de situações particulares dentre as famílias.

Assim, tomamos como referência, no presente estudo, os modos de vida daquelas famílias que produzem parte do que consomem, tendo em vista que esse não é o único traço possível de suas trajetórias a partir do assentamento, nem que essa situação não possa mudar a cada momento. Com isso, percebe-se que mesmo com origens e trajetórias sociais semelhantes e dependência de assalariamento externo, cada núcleo de assentamento tem um desempenho produtivo conforme suas próprias especificidades, mesmo porque foram criados em diferentes momentos, mas refletem as singularidades dos sujeitos (ou famílias) ali inseridos. No entanto, entende-se que este perfil escolhido é predominante, já que esta é

³ Os aspectos históricos de constituição dos assentamentos na região de Araraquara foram tratados na dissertação de mestrado (DUVAL, 2009).

uma exigência do processo de seleção das famílias assentadas quando de seu cadastramento no Programa de Reforma Agrária⁴.

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica a heterogeneidade do espaço. A dinâmica de mudanças das estratégias familiares não altera esta característica, da formação dos mosaicos na paisagem, uma vez que a fazenda constituída enquanto assentamento continua dividida entre as famílias ali assentadas. A construção desse espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isso em muito se deve à rica diversidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento (autoconsumo), relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes.

O que procuramos demonstrar a seguir são essas cinco escalas de diversificação agrícola, mencionadas pelas autoras supracitadas e observáveis dos assentamentos para dentro. Elas estão em relação: 1) ao contraste que os assentamentos fazem com a estrutura fundiária do entorno; 2) às especificidades de cada lote; 3) aos diferentes sistemas produtivos no interior de cada lote; 4) à diversificação em cada sistema (explícita, por exemplo, em práticas como consorciamentos de milho, feijão e abóbora, hortas e pomares diversificados); e 5) à diversificação da base genética de cada cultivo e mesmo das criações animais. Uma hipótese do presente estudo é que produzir o próprio alimento da família é a base da diversificação agrícola. Esta diversificação, por sua vez, traz benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas.

Para adentrar em cada uma dessas escalas de diversificação, foram usadas diferentes técnicas de pesquisa. Sob o ângulo das imagens de satélite aparece uma primeira escala de diversificação dos assentamentos em relação ao seu entorno espacial, pois eles formam mosaicos numa área homogeneizada pelo plantio de cana. Percebe-se pela figura a seguir que, se por fora da área do assentamento a paisagem é homogeneizada, em seu interior existem mosaicos formados pelos lotes.

⁴ Por exemplo, a família deve possuir antecedentes e trajetória em atividades agrícolas, projetos de atividades agrícolas específicas no assentamento, nos quais prevê a predominância de utilização de mão-de-obra familiar, dentre outros fatores.

Figura 1 – Imagem do assentamento Monte Alegre.



Fonte: Google, 2012.

A influência dos sistemas de poder atribuída a esse modo concentrador da produção, que predomina no entorno, é algo que não nos foge à análise, mesmo porque é a principal das influências na construção do território no interior do assentamento. Porém, tanto o poder local representado pelas administrações municipais, como as esferas estadual e federal de poder político e os padrões de organização econômica regional são fatores igualmente presentes nessa construção. As famílias assentadas recebem forte influência econômica dos complexos agroindustriais canavieiros que as envolvem, de forma que a dependência dos trabalhadores com relação às usinas perpassa a relação de trabalho que eles e seus familiares têm ou tiveram (historicamente) com elas. Existem nessa região municípios inteiros completamente dependentes do funcionamento das usinas no que se refere à geração de emprego e renda à população⁵. Mesmo os assentados que não

⁵ Cidades-dormitório expressam bem essa idéia, mas os municípios maiores, como Araraquara, também giram grande parte de suas economias em torno das usinas de cana-de-açúcar.

trabalham em usinas, que lutam por autonomia em seus lotes, podem sofrer a influência econômica delas e ter dificuldades na convivência social no assentamento⁶.

A Dinamização Referenciada em Mapas e Desenhos

Já um mapa sobre fotografia aérea, da microbacia na qual o assentamento está inserido, mostra melhor a diversificação numa segunda escala, que é a heterogeneidade existente na construção interior do assentamento (a diversidade de cada lote). Desta escala podemos afirmar que, em se tratando de um assentamento rural, cada lote agrícola comporta uma realidade. Como costuma dizer um dos assentados, informante desta pesquisa, a cada porteira existe uma realidade. Isso em muito se deve às origens e trajetórias muito específicas de cada família até a chegada ao assentamento, apesar do intenso fluxo migratório campo-cidade-campo, ao qual já nos referimos, comum à maioria. Por mais que as condições ecológicas, tanto quanto dos mercados de produtos agropecuários nos municípios do entorno sejam muito semelhantes para todas as famílias desse assentamento, sempre encontramos particularidades. Elas podem se referir a fatores que vão do número de braços da família às estratégias de produção adotadas e ao modo como cada membro da família emprega sua força de trabalho dentro e fora do assentamento.

⁶ Cerca de 80% dos assentados do Monte Alegre haviam assinado, em 2008, contrato de fornecimento de cana-de-açúcar com usinas da região, destinando para esse fim até 50% de seus lotes, o que dividiu os assentados entre os prós e os contra a parceria para plantio de cana. No assentamento Bela Vista do Chibarro, também em Araraquara, houve 11 reintegrações de lotes também no ano de 2008, dentre os motivos, o principal foi o plantio irregular de cana na forma de arrendamento. Sobre esse processo tenso e controverso, ver Ferrante e Barone, 2011.

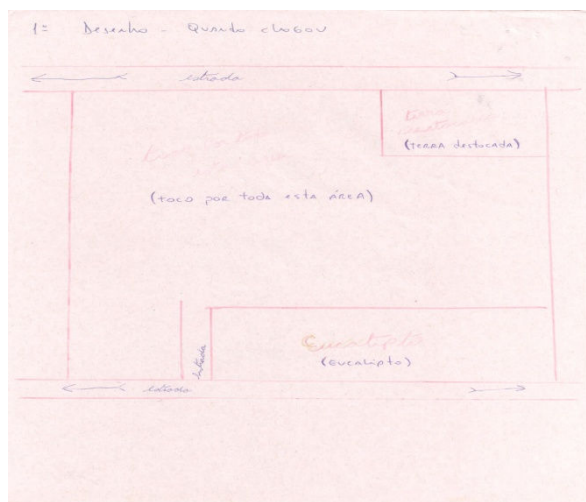
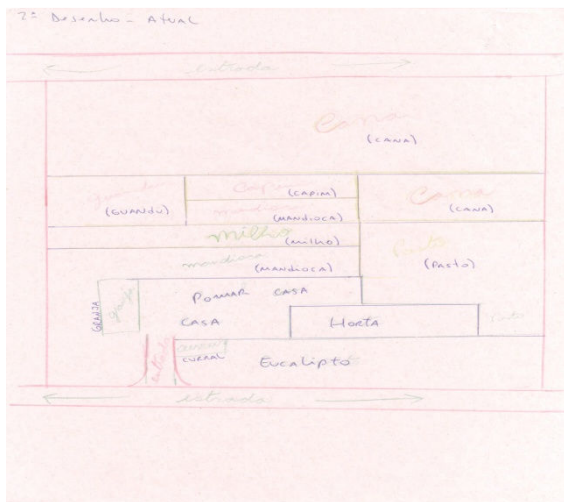
Figura 2 – Microbacia do córrego Monte Alegre⁷.



Fonte: Costa, 2006.

Nos desenhos a seguir, feitos por um assentado de seu lote em dois momentos diferentes, existe um claro exemplo do efeito da política de reforma agrária nesse espaço do lote. Ao estabelecer-se produtivamente, o território passou a servir a diversas funções: local de moradia, culturas diversas comerciais e para o autoconsumo, imprimindo, pois, a terceira escala de diversificação: a existência de vários sistemas num mesmo lote familiar, conforme desenhos a seguir.

⁷ Mapa dos lotes dos núcleos III e VI do assentamento, que estão no município de Araraquara. Mapa sobre fotografia aérea, feito pelo Engenheiro Agrônomo Pablo Carreira Torres.

Figura 3. Desenho de quando chegou ao lote.**Figura 4.** Desenho atual do lote.

Fonte: Duval, 2009.

Comparando-se os dois desenhos, vê-se que a diversificação faz parte da lógica das famílias assentadas e impõem a terceira escala de diversificação ao território. As estratégias adotadas por essa família se complementam na busca pela sua reprodução social e econômica. Nesse lote há presença de cultivos que podem ser prioritariamente comerciais (como o milho, a mandioca, o feijão guandú e o gado leiteiro), outros advindos de parcerias com agroindustriais (como a cana e a granja), como também há cultivos mais para o autoconsumo.

Tirando a cana agroindustrial, que se insere exclusivamente na cadeia produtiva de álcool e açúcar, todos os outros cultivos podem ser revertidos ao autoconsumo da família ou comercializados. A cana agroindustrial não, porque se a família fizer um caldo de cana, usará outra variedade plantada mais apropriada para isso. Percebe-se, pelo desenho do assentado, que ele distingue a cana de usina (na parte de cima do lote, ocupando quase a terça parte dele) da cana plantada para as criações, que é aquela pequena quadra logo acima do pasto. Essa, sim, uma cana mais apropriada para a garapa. O lote acima representado é um exemplo possível de convivência entre cultivos agroindustriais e outros que podem ser para comercialização ou consumo direto.

Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar, concentram-se formas de manejo que seguem princípios agroecológicos ou um tipo de agricultura mais caseira, cujas práticas pressupõem uso e reciclagem dos recursos do próprio lote. Mas o aproveitamento de materiais como esterco,

folhas, palhas, cascas e outros restos vegetais não se restringe a esses espaços de horta e pomar, já que todos os sistemas do lote estão integrados – a cama de frango da granja industrial, por exemplo, é espalhada por todo o lote, principalmente na cana agroindustrial, como também, a matéria orgânica proveniente do curral e das árvores.

Os sistemas agroindustriais são diferentes, na medida em que existe a imposição de todo um pacote agrícola para satisfazer a necessidade da agroindústria com relação à matéria-prima exigida. No lote representado no desenho acima, os frangos destinados à agroindústria são alimentados apenas com a ração fornecida pela empresa, são confinados em barracões com controle de temperatura e o assentado que implantar esse sistema fica proibido de possuir outras raças caipiras de aves em seu lote, pelo perigo de “contaminação” dos frangos industriais.

Já a cana agroindustrial acaba por gerar problemas ambientais e sociais no assentamento. Exige-se do assentado um pacote que vai do maquinário, do calcário, dos herbicidas, mata-matos e outros agrotóxicos à mão-de-obra e ao transporte, que são todos contratados junto aos usineiros, na maioria dos casos, além de outros investimentos que os assentados devem fazer individualmente. Há relatos de que funcionários da usina estavam fazendo serviços mal feitos em certos lotes, calculando errado a produtividade na hora da pesagem da cana e na medida da sacarose. Existem as queimadas e os despejos de insumos químicos por avião (este, nas fazendas do entorno) que prejudicam outros cultivos e criações em lotes do assentamento⁸. Além disso, os assentados afirmam que as parcerias agroindustriais da cana contribuem para fragmentar a sociabilidade no assentamento, porque existem uns contra e outros a favor delas, gerando disputas, acomodações e a perspectiva a deixar a prática da agricultura familiar.

Porém, não foi identificada, ainda, dentre as famílias investigadas, uma diminuição significativa da produção para o autoconsumo em benefício do aumento de cultivos agroindustriais – mesmo porque a portaria 077/2004, da Fundação Itesp, que regulamente as chamadas “parcerias”, estabelece um limite de até 50% de cada lote para essa finalidade. Afirmam alguns assentados que o dinheiro ganho com a cana ajuda a financiar a produção diversificada em outras partes do lote agrícola. Famílias assentadas com outros perfis

⁸ O assentado relatou que funcionários da usina fizeram testes com um pré-emergente (insumo químico que inibe a germinação de plantas espontâneas) nos lotes do assentamento e que, após a aplicação, não era para ninguém da família ir ao canavial, nem era para deixar animais irem até lá. Depois de uma semana teve uma vaca no seu lote que abortou e ele disse que a vaca não chegou nem perto do canavial. Ele acredita que a contaminação se deu através do vento.

podem estar tendo outras experiências⁹. Observamos acontecer o abandono ou a diminuição à agricultura familiar e à diversificação, por exemplo, quando mora no lote apenas o casal de idosos, que passa a diminuir sua jornada de trabalho na roça e prefere cultivos que dão menos trabalho (como a cana agroindustrial, passível de completa terceirização ou arrendamento), para com o dinheiro ganho comprar a maior parte dos alimentos¹⁰.

Inventários de Lotes: o Resgate do Diverso

A quarta escala de diversificação refere-se aos cultivos no interior de cada sistema agrícola do lote e é diretamente ligada à presença de cultivos para o autoconsumo familiar. Confere-se essa escala em inventários de lotes, nos quais constam todos os cultivos dos quais se faz uso alimentar, sem importar sua escala produtiva. O resultado é uma exaustiva relação que dá conta da diversificação que existe dentro de cada lote individualmente, a partir da qual podemos observar a grande oferta de alimentos que as famílias obtêm a partir do desenho agrícola do lote.

⁹ Reconhecendo-se aqui a diversidade de configurações que as famílias podem ter ao longo do tempo, bem como perfil de assentados que compraram o lote e o usam para passar o final de semana e têm maior disposição em arrendá-lo.

¹⁰ Casos assim têm sido identificados com pessoas que estão há mais de vinte anos no assentamento e seus filhos não deram continuidade à produção agropecuária no lote.

Quadro 1 – Inventário de lotes¹¹.

Lote 1 - Cultivos energéticos: milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. Cultivos proteicos: feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais): jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haiden e roxa), pitanga, jabuticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.
Lote 2 - Cultivos energéticos: mandioca, milho, batata, batata doce; cultivos proteicos: feijão (guandú e catador), criação de frango (agroindustrial), de gado leiteiro e porco; cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais): manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, maçã e “de fritar”), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabirolva, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, cebolinha japonesa, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjerição, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Duval, 2009.

A escolha em destacarmos alimentos energéticos, proteicos e fontes de vitaminas e sais minerais se deu na tentativa de delimitar um nível de segurança alimentar das famílias assentadas a partir do autoconsumo. Segundo Khatounian (2001), há uma tendência generalizada nos diferentes lugares do mundo de se produzir, prioritariamente, alimentos energéticos e proteicos. A base da dieta corresponde a uma combinação de alimentos energéticos e proteicos, o que seria um mínimo de reposição calórica frente ao despendido no próprio trabalho agrícola, o que pode ser considerado como um padrão de segurança alimentar primário. “Consideradas as necessidades nutritivas, essa sequência é lógica e nutricionalmente correta. O mesmo se observa na composição dos sistemas de produção para consumo doméstico ao largo do planeta” (KHATOUNIAN, 2001, p.253). Essa é uma tendência das dietas evoluídas em vários lugares, porém com produtos diferentes. Vale lembrar, que esse tipo de inventário prevalece dentre aqueles assentados com perfil de agricultura familiar.

¹¹ Nos inventários, foi solicitado aos assentados relacionarem todos os grãos e tuberosas, leguminosas e criações animais, frutas, legumes, hortaliças, temperos e plantas medicinais, dos quais se faz uso familiar, sem importar sua escala produtiva. Capins e pastos para as criações animais também foram relacionadas pelos assentados, pois sem eles não haveria proteína animal. Os inventários só puderam ser completos após a aplicação do questionário, que continha essa questão e com uma caminhada pelo lote, na qual os assentados iam se lembrando de plantas não mencionadas anteriormente.

Por fim, a observação direta e o registro fotográfico, junto com os inventários, podem dar conta da quinta escala de diversificação, conforme Whitaker e Fiamengue (2000), expressa nas variedades genéticas de cada sistema do lote. O feijão, por exemplo, é pouco cultivado comercialmente no assentamento como um todo, mas nos lotes de todos nossos entrevistados apresenta-se cultivado com alta variedade genética. Cada um dos assentados entrevistados declarou ter, pelo menos, duas variedades de feijão cultivadas, mas alguns chegam a ter até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e “bourbon”. Esta última, conforme explicou, uma variedade “lá da terra dele”, da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde andou. Porém, isso não tira a necessidade deles terem que comprar feijão no mercado ou no vizinho em alguma época do ano. Foi muito comum encontrar grande variedade genética também entre criações (galinha e porco), tubérculos, frutas e verduras, tais como: goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, ou seja, tudo misturado e aproveitando-se os recursos locais para sua consecução.

Conclusões

Ainda que a produção de autoconsumo não entre no cálculo de produtividade do assentado rural, bem como de técnicos e pesquisadores, representa importante estratégia para a reprodução social e econômica das famílias assentadas. Destacamos primeiramente a possibilidade de utilização de variedades de alimentos do gosto das famílias (por exemplo, certas variedades de feijão, raças de aves ou suínos), que, no assentamento, encontram um lugar no qual terá sua reprodução garantida (ou ao menos possibilitada), pois é lugar de ocupação permanente das famílias que as cultivam. Isto se relaciona aos gostos e preferências culturais das famílias e, ao nosso ver, a satisfação cultural é tão importante quanto a satisfação nutricional, devendo ser incorporada na discussão da segurança alimentar, principalmente para a reprodução social de um grupo que vem de um passado recente de trabalhador volante e passa a assentado rural.

Segundo Queda et al. (2009), a diversificação agrícola e a formação de mosaicos trazem muitos benefícios em termos ecológicos nos assentamentos rurais. Invariavelmente, a lógica de produção do autoconsumo na agricultura familiar leva em conta a produção de

uma cesta alimentar diversificada. Como percebido nos desenhos e nos inventários apresentados, essa produção é responsável pela maior diversificação de um lote agrícola e isso também é um fator estratégico para as famílias, pois se um determinado produto está com preço baixo, o agricultor conta com outros que podem lhe render algum dinheiro. Por outro lado, nos cardápios fica explícita a importância da produção de autoconsumo na alimentação cotidiana das famílias.

Além da diversificação, podemos afirmar que a produção de autoconsumo é propulsora de práticas de agricultura de base ecológica, uma vez que a produção do próprio alimento não prevê aplicação sistemática de insumos externos, como é o caso das produções mais comerciais. Outras práticas agrícolas como consorciamentos, rotação de culturas, receitas caseiras contra pragas e doenças, quebra-vento, compostagem, integração animal-vegetal e adubação orgânica foram identificadas neste tipo de produção. Procuramos demonstrar, ainda, que as produções comercial e empresarial convivem, no mesmo lote, com a produção do autoconsumo, não sem conflitos e consequências potencialmente devastadoras.

Com a metodologia empregada foi possível adentrar cinco escalas de diversificação. Com isso, alguns aspectos comumente “invisíveis” do autoconsumo vieram à tona. É certo incluir o autoconsumo como parte da renda monetária das pequenas propriedades familiares, porém pode-se cair num cálculo que deixa de fora dimensões de análises imprescindíveis, como o valor simbólico e cultural do alimento e da comida. O próprio cálculo econômico, além da renda monetária, deve incluir as redes de sociabilidade comunitária e as práticas agrícolas na dimensão econômica do autoconsumo, bem como a clivagem de gênero, no sentido de reconhecer e qualificar o papel das mulheres (FERRANTE, DUVAL, 2012). Portanto, a metodologia apresentada de análise dos sistemas produtivos e o seu papel na economia familiar deveria servir de sugestão para a atuação da assistência técnica.

A abordagem que se pretendeu neste trabalho não é contra a valoração monetária do autoconsumo; pelo contrário, acredita-se que ela interfere na dimensão econômica da propriedade, pois representa capacidade de poupança da família agricultora com alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. Representa também resistência e autonomia da família, porque a produção de alimentos tem várias destinações, ao contrário das canas, frangos, leites e eucaliptos com agroindústrias. Neste sentido, o próprio assentamento é um local de

resistência, no qual obrigatoriamente deve haver produção diversificada de alimentos e o autoconsumo colabora para isso. Por isso a opção de se adotar aqui outras dimensões de análise, que valorizam o autoconsumo na tessitura do modo de vida, através da pesquisa do cotidiano das famílias assentadas rurais. Ainda mais, são indícios claros de que há perspectivas de um outro modelo de desenvolvimento rural, mais próximo das necessidades e trajetórias das famílias assentadas, que caminha com os programas de compras governamentais.

Percebeu-se que as famílias agricultoras, ao habitarem num determinado território, acabam por construir um local para viver bem, não valorizado prioritariamente (ou pelo menos unicamente) pela dimensão econômica. As árvores que fornecem sombra e controlam a temperatura ao redor das casas, barram o vento, atraem passarinhos, rendem frutos e efetivamente aumentam a diversidade agrícola, ajudam a compor um lugar pleno de significações onde se tem maior qualidade de vida, no qual o autoconsumo tem, de fato e por direito, um papel relevante.

Referências

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade**: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 1996.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

COSTA, M.B.B. da. **Da Microbacia ao Agricultor Familiar**: uma releitura do agroecossistema. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2006.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Metodologia em Ação: a importância de se apreender invisibilidades nos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.01, Nupedor/Uniara, p.31-68, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; DUVAL, H.C. O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no estado de São Paulo. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD** (revista eletrônica), Araraquara, v.5 n.1, Unesp, FCL-Ar, 2012.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C.; GÊMERO, C.G. Sistemas produtivos e políticas públicas nos assentamentos em duas regiões do estado de São Paulo: similitudes e diferenças. 50º Congresso da SOBER, 22 a 25 de julho de 2012, Vitória/ES. In: **Anais...**, 2012.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H. C. Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012, João Pessoa. In: **Anais...**, 2012.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.89-122, 2007.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRISA, C. **A Produção “Pro Gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KHATOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

LEITE, S.P. **As Condições de Implantação e o Processo de Trabalho num Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais**: o caso de Araraquara-SP. 1986. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 1986.

LEITE, S.P. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar:** uma aproximação à experiência brasileira. Seminário de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em: <<http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>>. Acesso em: 30/05/2008.

LORENZO, H.C.; FONSECA, S.A.; BONOTTO, R.; TRALDI, D.C.; GRIGOLETTO, F. **Relatório de Pesquisa.** Relatório final de pesquisa sobre diagnósticos regionais e setores econômicos. Contrato/CRT/SP/N. 100000/2010 – INCRA/UNIARA, 2011.

ROY, G. **Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre:** qual construção para as experiências de reforma agrária? São Paulo, julho de 1991. (mimeo)

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara, p.47-68, 2009.

QUEIROZ, M.I.P. de. **O Campesinato Brasileiro.** Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. da UNB, 1997.

ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM QUATRO MUNICÍPIOS PAULISTAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Fábio Grigoletto (UNIARA); Helena Carvalho De Lorenzo (UNIARA); Sérgio Azevedo
Fonseca (UNESP-Araraquara)
baboletto@gmail.com; hclorenzo@uniara.com.br; saf@fclar.unesp.br
CAPES
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

1. INTRODUÇÃO

Este texto relata parte dos resultados de uma pesquisa realizada ao longo do biênio 2011-2012, que teve como objetivo principal avaliar fatores condicionantes ao apoio, por parte do poder público municipal, a atividades econômicas em assentamentos rurais no Estado de São Paulo. Apurou-se a existência de um heterogêneo padrão de apoios nos municípios da amostra – em número de quatro.

Para este trabalho delimitou-se o objeto à apuração das (eventuais) contribuições dos assentamentos para o desenvolvimento local sustentável nos quatro municípios da amostra, Apiaí, Iaras, Promissão e Mirante do Paranapanema, selecionados intencionalmente com base nos seguintes critérios: dois casos onde se evidenciaram, em pesquisa anterior, dinâmicas positivas de atuação das administrações públicas municipais no apoio aos assentamentos, a saber, Promissão e Mirante do Paranapanema; os dois outros, Apiaí e Iaras, nos quais essas dinâmicas se mostraram negativas ou problemáticas.

A análise dos dados foi feita com o apoio de uma lente teórica pautada na literatura referenciada nos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, além de alguns apontamentos referentes a contribuições do professor Sérgio Leite. Os dados empíricos revelaram uma aproximação entre os perfis genéricos dos assentamentos rurais e as noções visitadas, o que não implica que esta aproximação se materialize espontaneamente. A análise dos dados foi feita com o intuito de explorar em que medida essa aproximação ou possibilidade se efetivou em cada município.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ASSENTAMENTOS RURAIS

Para o entendimento acerca do significado do desenvolvimento sustentável, tal como preconizado por Ignacy Sachs, a primeira distinção a ser feita é entre crescimento econômico e desenvolvimento, duas dimensões diversas repetidamente apresentadas como sinônimos. O crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento, mas, em um plano ideal, passa longe de configurar uma finalidade em si só (SACHS, 2008). Conforme Celso Furtado, “só haverá desenvolvimento – que não deve ser confundido com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente” (FURTADO apud SACHS, 2008, p.9).

Segundo Veiga (2008, p.32), até 1970 o progresso material era identificado com o desenvolvimento. Quinze anos depois, com a publicação do 1ª Relatório de Desenvolvimento Humano, pela ONU, o panorama já havia se alterado, revelando-se a necessidade de reflexão sobre a natureza do desenvolvimento que se estava buscando. Nessa época começara a emergir a importância de se conceber as políticas de desenvolvimento em torno de valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica (VEIGA, 2008).

Mas quais seriam esses valores? Até aqui, embora não com profundidade, falou-se em melhoria da qualidade de vida da população e em projeto social subjacente aos objetivos de crescimento econômico. Revela-se uma primeira dimensão desses condicionantes às políticas e projetos de desenvolvimento. A dimensão social aparece como um imperativo ético, em resposta à manutenção histórica de padrões extremados de concentração de riqueza e renda entre as nações e dentro das nações. Como observa o professor Sachs:

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância (SACHS, 2008, p. 14).

A segunda dimensão valorativa presente na concepção do autor é a da sustentabilidade ambiental. Esta se baseia em um duplo imperativo ético de solidariedade: o primeiro, em sincronia com a reprodução social das gerações atuais; o segundo, considerando as expectativas de reprodução social das gerações futuras. O desafio é garantir a satisfação das necessidades presentes sem, contudo, inviabilizar ou comprometer a capacidade de satisfação das necessidades futuras.

Em síntese, o desenvolvimento sustentável objetiva um crescimento econômico que provoque impactos positivos em termos sociais e ambientais. Diante dessa complexidade e da permanência da noção em aberto, Veiga (2008) apresenta a ideia do desenvolvimento sustentável como a “quadratura do círculo”, distanciando-se dos já banalizados contorcionismos realizados na tentativa de promover um conceito paradigmático. Sachs (2008, p.11) apresenta a possibilidade de atender as expectativas anteriormente apresentadas no contexto de um contínuo de situações possíveis, configurado no par desenvolvimento/mau-desenvolvimento. Distanciando-se do mimetismo desenvolvimentista de outrora, coloca como base necessária ao desenvolvimento sustentável os quatro pilares da endogeneidade apresentados em um estudo da Dag Hammarskjold Foundation, organização sueca dedicada aos estudos do desenvolvimento. São eles: autoconfiança, em oposição à dependência; orientação por necessidades, em oposição à orientação pelo mercado; harmonia com a natureza e abertura à mudança institucional (DAG HAMMARSKJOLD FOUNDATION, 1975).

Superar condições de dependência, confrontar os interesses do mercado e propiciar ambientes de mudança institucional não são tarefas simples, menos ainda alcançáveis sem a presença do Estado. Assim, ainda com Sachs (2008, p.11), o Estado nacional contemporâneo é instado a congregar três funções principais: articular espaços de desenvolvimento desde o local, que deve ser fortalecido, até o transnacional, que deve ser integrado com cautela e de maneira seletiva, subordinado a uma estratégia de desenvolvimento endógeno; promover parcerias entre os atores envolvidos em torno de acordos negociados de desenvolvimento sustentável; harmonizar metas sociais, ambientais e econômicas.

Esta última função estatal objetiva a construção de um equilíbrio entre as diferentes dimensões da sustentabilidade pelo planejamento estratégico e gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade (SACHS, 2008). Para o autor, essas dimensões seriam:

1. Social: derivada da perspectiva de disrupção social que paira sobre os muitos lugares que apresentam situação de intensa vulnerabilidade, reúne motivação intrínseca e instrumental;
2. Ambiental: abriga os sistemas que provêm os recursos que sustentam a vida e recebem, como inevitável contrapartida, os resíduos derivados da ação humana;
3. Territorial: relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;

4. Econômico: a viabilidade econômica condiciona a efetivação dos objetivos do desenvolvimento sustentável;
5. Político: governança democrática é valor fundador e necessário (SACHS, 2008).

Fica claro que a construção de um processo que comporte esses condicionantes passa, forçosamente, por um duplo protagonismo, representado pela ação do Estado e pela mobilização da sociedade: o primeiro, detentor dos meios para estabelecer prioridades e diretrizes; a sociedade, portadora do poder de legitimação e beneficiária do desenvolvimento sustentável. Não que se atribua a esses processos de negociação um caráter homogeneizante e moderado, isento de conflitos e disputas: a correlação de forças instituída em cada localidade, permeada por assimétricas relações de poder, conduz ao inexorável conflito em processos de concertação que envolvem o Estado, a Sociedade e o Mercado.

Seguindo esse raciocínio, a inclusão se daria mediante o amplo acesso ao trabalho decente, alternativa que faria a ponte entre o econômico e o social. Conforme colocado por Sachs (2004, p. 1), “A dívida social que o Brasil enfrenta hoje resulta da combinação de várias décadas de crescimento rápido (porém socialmente perverso por ter adotado um padrão excludente e concentrador), seguidas de mais de duas décadas de quase estagnação”.

O conhecimento das potencialidades envolvidas na ampliação ou aprimoramento da participação dos pequenos produtores em todas essas dimensões da economia real é fundamental para que se possam construir ações de apoio ao fortalecimento das atividades dos mesmos, bem como das pequenas empresas, responsáveis pela maioria dos postos de trabalho na economia contemporânea.

Isso passaria pela capacitação para a melhoria organizacional, o empreendedorismo coletivo, a promoção de políticas de crédito adequado, entre outras, formando um feixe de políticas públicas que reforce mutuamente as ações (SACHS, 2008). É nesse contexto que se situa a agricultura familiar e, conseqüentemente, os assentamentos rurais da reforma agrária, cujos protagonistas, os agricultores familiares, demandam apoios para: o acesso aos mercados convencionais; a apropriação de tecnologias sociais, ambientais e econômicas, intensivas em conhecimento e poupadoras de capital e recursos; o aporte de serviços de extensão e capacitação eficientes; a obtenção de créditos para custeio e investimentos; o atendimento preferencial em mercados institucionais; a identificação de

nichos de mercados locais, entre outros (SACHS, 2008). Ainda pensando na questão da inclusão via emprego, Sachs (2004, p. 123) aponta o mundo rural como detentor de grande potencial para a criação de empregos e auto-empregos decentes, num percurso para reverter o processo de esvaziamento dos empregos no campo, seguido da absorção dos mesmos no meio urbano. Nesse contexto, a criação de assentamentos rurais e o apoio à agricultura familiar não se configura somente como uma política social, mas carrega em seu âmago um caráter de política econômica, revelando-se uma importante alavanca para o desenvolvimento (SACHS, 2004).

Essas estratégias não são uniformes, nem configuram modelos fechados e restritos. A diversidade socioeconômica e cultural deve ser considerada, para que sejam encontradas respostas para as especificidades de cada comunidade, transpondo gargalos que obstruam a utilização de recursos potenciais e ociosos, através da liberação das energias sociais, bem como da criatividade e imaginação. A construção desse processo demanda um planejamento territorial, tanto no nível municipal quanto micro e mesorregional (SACHS, 2004).

A catastrófica dívida social que o Brasil acumulou e as desigualdades sociais que o caracterizam colocam como questão central a geração de empregos e auto-empregos produtivos. A injustiça social não poderá ser reparada unicamente pela redistribuição da renda na margem e por políticas sociais compensatórias. Ela exige a modificação do padrão de distribuição primária da renda, que só será conseguida mediante a inclusão dos excluídos e semiexcluídos nos processos de produção e o aumento gradual da sua produtividade de trabalho (SACHS, 2001, p.79).

Estas colocações vão ao encontro das premissas assumidas neste trabalho, especialmente a de que os assentamentos rurais são peça chave na promoção do fortalecimento do tecido econômico brasileiro, bem como atores importantes na promoção de um padrão de desenvolvimento sustentável. No entanto, essa potencialidade dificilmente será consumada sem uma estratégica atuação do Estado, em todos os níveis, com destaque para a importância das instâncias locais nessa construção. Apresenta-se, na seção seguinte, uma reflexão acerca do conceito de desenvolvimento local, como referência analítica da pesquisa.

3.DESENVOLVIMENTO LOCAL E ASSENTAMENTOS RURAIS

Diante das mudanças que atingiram o mundo a partir da década de 70 do século passado, delineando não somente novos arranjos industriais e produtivos, mas alterando também as lógicas de reprodução social e a percepção da relação entre a existência humana e o meio ambiente, expressivas manifestações de urgência para a construção de novos parâmetros de desenvolvimento emergiram no plano local e regional. Essas expressões põem ênfase nas especificidades do local, negando o caráter homogeneizante da globalização. É nesse contexto que a noção de desenvolvimento passa a ser acompanhada do adjetivo local, representando uma importante dimensão no campo de disputa pela demarcação social do conceito. O desenvolvimento local surge como representação da ressignificação da importância do plano local diante do gigantismo e do caráter difuso das relações econômicas e de poder globalizadas. Mostra-se controverso, contudo pouco estudado, tanto no Brasil quanto em âmbito internacional (MARTINS; CALDAS, 2009).

Diversas concepções marcam o debate acerca da ideia. No tocante ao que interessa neste trabalho, aproximar-se-á do proposto por Santos e Rodriguez-Garavito (2002), que preconizam o local como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas, propício à construção de um desenvolvimento de base, “de baixo para cima”, em um processo coletivo protagonizado pela sociedade civil, onde o efeito econômico deve chegar à esfera política e produzir um ciclo de crescimento que contrarie a lógica de exclusão. Pontuam, ainda, a abrangência do local, relacionando-a não a uma questão de tamanho, mas sim ao conjunto de relações que se dão em um determinado ambiente territorial, seja ele uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades do lugar (SANTOS e RODRÍGUEZ-GARAVITO, 2002 apud MARTINS; CALDAS, 2009).

A noção de desenvolvimento local apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local (MARTINS; CALDAS, 2009, p.208).

Esta concepção tem foco na importância dos atores sociais da localidade, representados em sua diversidade e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e institucionais, condicionando as diferentes alternativas de atuação para a transformação e construção de um desenvolvimento local (MARTINS; CALDAS, 2009, p.208). A questão

é deslocada para o debate da cidadania, evidenciando o papel dos atores locais como, além de beneficiários, agentes do desenvolvimento local.

Bava (2000), tratando do tema, aponta o desenvolvimento local como a busca de um desenvolvimento sustentável, oposto à concepção dominante de desenvolvimento, apoiada em fusões entre empresas, concentrador de capital e renda, degradante social e ambientalmente e confundido com crescimento econômico. Associa, ainda, a promoção deste padrão dominante a políticas públicas promovidas por um Estado capturado pela lógica do modelo de globalização operado em várias escalas, incluindo o local. Para qualificar o local como espaço concreto para estas experiências, cita o geógrafo Milton Santos:

é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local [...] na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para a sua intervenção. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2000, p.110 apud BAVA, 1996).

Resta ainda uma indagação para consecução dos objetivos desta seção. Onde se situa o rural e, conseqüentemente, os assentamentos rurais, no âmbito do desenvolvimento local? A professora Maria Nazareth Wanderley (2001, p.33) argumenta que “o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante”. Assim, diante da perspectiva de que a relação urbano-rural caracterize um continuum onde as especificidades de cada polo são mantidas, um projeto de desenvolvimento local deve abarcar esta complexidade.

Portanto, pensar o desenvolvimento local como valorização das múltiplas dimensões de potencialidades – econômicas, sociais e culturais – da sociedade local, não pode supor o fim do rural. A abrangência e eficácia do desenvolvimento local estão diretamente relacionadas à sua capacidade de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2001, p 34).

4. IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS

Em uma série de textos produzidos pelos professores Sérgio Leite, Leonilde Sérvolo Medeiros e equipe, contribuições posteriormente condensadas em um livro, foram abordados e discutidos os possíveis impactos gerados a partir da instalação de assentamentos rurais em distintos contextos, através de uma abordagem multidimensional destas dinâmicas. Esses possíveis impactos apontados pelos autores foram utilizados como referencial nesta pesquisa e, por conta disso, serão sinteticamente apresentados nesta seção.

De acordo com os pesquisadores, “um dos temas ainda pouco estudados é o que os assentamentos têm representado no espaço econômico, social e político no qual se inserem” (LEITE, 2000, p. 43). Os estudos apontam que, em cada uma das fases dos assentamentos, essas dimensões – econômicas, sociais e políticas – pesam diferenciadamente. O primeiro momento, o da origem e constituição dos projetos, seria definido, principalmente, pelo histórico da região onde se localizam e dos conflitos que lhe deram origem. O segundo momento considerado, o da implantação e definição de um formato organizacional, seria condicionado, majoritariamente, pela ação do Estado, através da intervenção em conflitos, regularização ou desapropriação das terras, delimitação dos lotes dos assentados, fornecimento de créditos e apoios para instalação, entre outros.

A instalação de assentamentos abarca possibilidades de consolidação de direitos que, anteriormente, eram inacessíveis para alguns assentados. É seguindo esse raciocínio que os pesquisadores propõem uma dupla compreensão dos assentamentos: como ponto de chegada, entendimento que coloca a chegada ao assentamento como uma possibilidade de mobilidade e integração social para setores antes excluídos; e como ponto de partida, posto que tornar-se um assentado, condição daquele que conquistou o “seu” pedaço de terra, significa a possibilidade de implementar projetos produtivos, praticar uma nova sociabilidade no interior dos assentamentos e participar do jogo de disputas políticas almejando propiciando sua reprodução social.

Finalmente, o terceiro momento, definido pela consolidação do projeto, seria marcado pela instalação e reprodução social das famílias, implicando em novos desafios para os assentados: acessar créditos para produção, a imposição de formas produtivas associativas, encontrar mercados para escoar os produtos, carências em relação à saúde, educação e transporte, entre outros. Esses desafios inserem os assentados em novas redes

de relações sociais, gerando espaços de constituição de demandas, reiteração de antigas relações e formulações de outras (LEITE, 2000). Os desdobramentos destes processos foram abordados pelos pesquisadores como “impactos dos assentamentos” (LEITE, 2004).

Esses impactos não se restringem ao simples aquecimento da economia local, consequência do aumento na produção agropecuária, mas a um conjunto de mudanças políticas e sociais, alterando, muitas vezes, o eixo de poder e a correlação de forças locais e regionais (SAUER, 2005). A presença do assentamento, muitas vezes marcado por um histórico de lutas políticas e sociais, desperta nas comunidades locais processos reivindicativos, alimentando dinâmicas mais participativas por parte das comunidades que naquele local já existiam (LEITE, 2000). Essas constatações, por si só, revelam o redimensionamento da atuação política local, muitas vezes de forma desafiadora e com efeitos multiplicadores.

Por outro lado, não são só demandas adicionais que chegam com os assentamentos. A implantação destas unidades traz também recursos antes inexistentes que, muitas vezes, chegam através das prefeituras, promovendo disputas pela execução das atividades previstas para a utilização dos recursos. Os vários créditos acessados pelos assentados – PRONAF, fomentos e apoios – segundo indicações da literatura e da imprensa, podem provocar o aquecimento e dinamização dos mercados locais, especialmente em pequenos municípios, seja na compra de produtos relacionados à agricultura ou produtos de limpeza, alimentação e vestuário (LEITE, 2000).

As recentes políticas públicas de compras institucionais – PAA, PNAE e, mais recentemente, PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social) – formuladas e dotadas financeiramente no âmbito do governo federal, no caso das duas primeiras, e no âmbito do governo estadual paulista, no caso da última, abrem a possibilidade de construção de um canal direto de comunicação destes níveis com os governos municipais, responsáveis pela operacionalização destas políticas públicas no âmbito local.

Outro fator a ser considerado, relativo às dimensões ambientais e territoriais após a instalação dos assentamentos, é que os desdobramentos nesse âmbito não podem ser considerados apartados das políticas públicas que lhes originam, principalmente as referentes à seleção das áreas a serem ocupadas. Quando estas áreas não são suficientemente apropriadas para a prática da agricultura, resulta uma intensificação do desgaste do solo, limitando, conseqüentemente, as possibilidades de produção e

sobrevivência. Além deste fator, deve-se assumir o cuidado de examinar as implicações ambientais relativas à instalação dos assentamentos através de uma lente de temporalidade, posto que antes da implantação dos mesmos outros tipos de atividades foram realizadas nestes espaços. Neste sentido, variadas situações apontam para o redirecionamento da produção e a possibilidade de recuperação, mesmo que parcial, de recursos naturais, como aconteceu em alguns assentamentos implantados em antigas áreas de monocultura, gerando processos de diversificação. Este entendimento não implica desconsiderar que também é comum nos assentamentos a busca pela produtividade a qualquer preço, desnudando a influência do modelo agrícola da revolução verde (LEITE, 2000).

A dimensão demográfica também sofre alterações com a chegada de um assentamento a uma localidade, podendo implicar um aumento do mercado de trabalho e de consumo, dinamizando o comércio local, aumentando arrecadação de impostos e, por outro lado, um aumento na demanda por infraestrutura e serviços sociais, colocando os assentados em relação direta com as autoridades públicas. Nesse contexto, o aumento do contingente eleitoral também resulta em efeitos sobre as dinâmicas políticas locais (LEITE, 2000).

5.METODOLOGIA

Os municípios da amostra foram selecionados intencionalmente, através de experiência adquirida em pesquisa anterior. Foram selecionados dois municípios onde se evidenciou uma dinâmica positiva de atuação do poder público municipal no apoio às atividades econômicas nos assentamentos, a saber, Promissão e Mirante do Paranapanema, e dois municípios onde essa dinâmica se mostrou negativa ou problemática, a saber, Apiaí e Iaras.

Isto feito optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, delineada como estudo de casos múltiplos, com propósito descritivo, uma vez que, para que se possa compreender o fenômeno sob investigação, é necessário apreender as características essenciais dos agentes envolvidos. Os instrumentos de coleta de dados foram, essencialmente, a observação direta, por parte dos integrantes da equipe de pesquisa e roteiros semi-estruturados de entrevistas, ambos aplicados nos municípios constantes da amostra. A análise foi feita por meio do cruzamento e sistematização dos dados coletados.

6.RESULTADOS

Revelou-se que, na concepção dos interlocutores ligados às administrações públicas municipais em questão, os assentamentos rurais foram apontados como atores importantes no desenvolvimento dos municípios em que estão localizados somente em Mirante do Paranapanema. Em oposição, em Apiaí e Iaras, os interlocutores ligados às administrações públicas afirmaram que os assentamentos rurais pouco contribuem para o desenvolvimento dos municípios. No entanto, os resultados encontrados dialogaram com os apontamentos de Leite (2000), em maior e menor grau, em todos os municípios.

A possibilidade de aquecimento da economia local, em decorrência da instalação de um assentamento rural, seja motivada pelos efeitos produtivos desta instalação ou pelos créditos e fomentos acessados pelos assentados e gastos no comércio local, mostrou-se candente em todos os municípios. Esse “impacto” foi apontado pelos interlocutores, especialmente, em Mirante do Paranapanema e Promissão. No primeiro, os interlocutores chegaram a apontar a instalação dos assentamentos como fator decisivo no resgate da economia local de uma situação crítica, originada na crise da produção de algodão na região nos anos 80. Na segunda, foi mencionado um episódio em que o comércio fechou suas portas em solidariedade aos assentados que, naquela ocasião, ocuparam uma agência do Banco do Brasil, reivindicando a liberação de créditos que se encontravam barrados.

O despertar de processos reivindicativos e participativos nas comunidades locais, em decorrência da instalação de assentamentos rurais nos municípios, foi mencionado em Apiaí. Segundo um interlocutor, por influência das mobilizações políticas organizadas pelos assentados na cidade, a população local, após certo tempo, passou a se organizar e realizar manifestações políticas. Este processo de aprendizagem política, segundo Leite (2000), se daria por conta do histórico de lutas políticas dos assentados.

Os efeitos positivos no abastecimento do município, também abordados por Leite (2000), se evidenciaram em todos os municípios visitados, especialmente em Promissão e Mirante do Paranapanema. A constituição destes efeitos apresentou, em todos os municípios, relação direta com os programas de compras institucionais, principalmente o PAA. Como desdobramento destes efeitos e da relação deles com uma modalidade prevista no programa, a “doação simultânea”, configurou-se nos municípios impactos positivos na segurança alimentar. Isso se deu pela destinação dos alimentos a entidades filantrópicas e

associações de bairro, implicando uma melhora substancial na alimentação de comunidades carentes. Este efeito se mostrou candente em Iaras e Apiaí.

Em relação à dimensão ambiental, evidenciaram-se impactos positivos em Apiaí. Conforme apontado por Leite (2000), a implantação de assentamentos rurais em áreas com orientação produtiva ambientalmente predatória implica na possibilidade de recuperação de ambientes naturais, decorrência direta da reorientação produtiva ensejada no contexto. Localizado em uma área que já abrigou desde uma serraria até criação de búfalos, em meio aos maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, o assentamento rural localizado naquele município, um PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável – é certificado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os produtores do assentamento recebem um acréscimo de 30% no valor dos produtos que destinam ao PAA..

Em Iaras, uma restrição ambiental caracteriza um dos assentamentos do município desde sua instalação. Por conta de sua implantação em uma área que abrigava um horto florestal, o assentamento herdou tocos de pinus espalhados por toda sua extensão. Além do processo de destoca ser altamente dispendioso, geraria um alto impacto ambiental. Isso se daria graças a uma característica específica do solo na região, extremamente arenoso (popularmente conhecido como “areião”). Retirar os tocos resultaria numa ainda maior descompactação do solo.

Alterações na dinâmica demográfica se mostraram mais intensas em Promissão, Mirante do Paranapanema e Iaras. No primeiro município, a instalação dos assentamentos gerou um acréscimo de cerca de 5.000 habitantes, constituindo, atualmente, 14% da população local. Segundo um interlocutor ligado aos assentamentos, por conta da última eleição, os líderes dos assentamentos se reuniram com os três candidatos a prefeito, posto que os votos dos assentados pudessem definir qualquer eleição. Em Mirante do Paranapanema, foram implantados cerca de 40 assentamentos, constituindo uma população, somente de assentados, de cerca de 6.000 pessoas, sendo que a população total é de 17.000 pessoas. Em Iaras, de uma população total de cerca de 6.000 pessoas, 2.200, aproximadamente, são assentadas. As informações referentes ao tamanho da população assentada foram coletadas junto aos respondentes e, portanto, são aproximações. Já os dados referentes às populações totais, foram consultados na plataforma do IBGE cidades.

Com a compreensão sedimentada nos resultados encontrados e na bibliografia visitada, é possível afirmar que, nos municípios visitados, os assentamentos alteraram, em

maior ou menor grau, as múltiplas dinâmicas que envolvem o desenvolvimento destas localidades. Esta constatação se expressa nas alterações e reorientações nas dinâmicas econômicas locais; nas mudanças na correlação de forças políticas e no campo gravitacional dos campos de poder instituídos nos municípios; nas novas sociabilidades constituídas nos assentamentos, gerando efeitos sobre as dinâmicas sociais do entorno rural e também nos espaços urbanos; nos possíveis efeitos sobre o meio ambiente e sobre a alimentação da população, entre outras dimensões.

7.CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado nas seções referentes à revisão bibliográfica, é razoável afirmar que as múltiplas dimensões que envolvem a constituição de assentamentos rurais – políticas, sociais, econômicas, territoriais, entre outras – permitem uma aproximação dos mesmos às ideias e noções de desenvolvimento visitadas nesta pesquisa. Retomando, sucintamente, a noção de desenvolvimento sustentável apresentada, este último se constituiria mediante procedimentos economicamente viáveis que se sustentem, promovendo a inclusão daqueles que se encontram em situação de privação social, atendendo às necessidades gerais da sociedade atual sem comprometer esta mesma capacidade no futuro.

Ainda que a criação de assentamentos rurais se enquadre, de maneira geral, na definição genérica apresentada no parágrafo anterior, não cabe neste trabalho avaliar este ou aquele município com a finalidade de afirmar se tratarem ou não de casos de desenvolvimento sustentável, especialmente pela impossibilidade, substanciada a partir da bibliografia abordada, de conceber as noções visitadas enquanto modelos fechados ou paradigmáticos. O que está se apurando são as possibilidades de contribuição dos assentamentos para a geração de processos de desenvolvimento local sustentável a partir das potencialidades observadas na bibliografia visitada, possibilidades que se confirmaram, em maior e menor grau, nos municípios abordados.

No entanto, o processo de efetivação deste “amalgama de possibilidades” não é espontâneo. Além de estar sujeito as “trama de tensões” (FERRANTE et al, 2003) locais e regionais, complexos gargalos conjunturais e estruturais se apresentam como barreiras à plena consolidação das aspirações produtivas e distributivas imbuídas na criação de assentamentos rurais. Neste sentido, é premente a ação do Estado, nos mais diversos

níveis, com vistas a transpor os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos, impedindo a liberação das energias sociais (SACHS, 2004).

A liberação plena destas energias sociais nos assentamentos rurais passa pela implementação de feixes de políticas públicas, constituindo ações integradas que se reforcem mutuamente, sem gerar superposições. No contexto recente de redesenho do Estado no plano local, as municipalidades ganham relevância como operacionalizadoras de políticas públicas estaduais e federais, como o PAA e o PPAIS – Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social. No entanto, evidenciou-se a partir da pesquisa de campo, a enorme dificuldade que têm as administrações públicas municipais em planejar, formular e implementar políticas públicas locais.

Sem uma atuação positiva do poder público local, distancia-se a possibilidade da promoção da endogeneidade, conforme visitado em Sachs (2008). Essa noção consiste na plena utilização dos recursos potenciais e ociosos presentes no plano local, com vistas a sua mobilização e ativação, possibilitando a criação de processos de desenvolvimento endógeno. Este entendimento dialoga com o preconizado por Santos e Rodriguez-Garavito (2002) em relação à noção de desenvolvimento local, apresentado como um desenvolvimento de base, ou seja, “de baixo para cima”. De acordo com estes autores, o local se apresenta como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas, propício à construção de um desenvolvimento a partir de um processo coletivo protagonizado pela sociedade civil, onde o efeito econômico deve chegar à esfera política e produzir um ciclo de crescimento que contrarie a lógica da exclusão (SANTOS; RODRIGUEZ-GARAVITO, 2002).

Neste sentido, o cenário encontrado em Mirante do Paranapanema dialoga com o entendimento destes autores. Naquele município, o efeito econômico dos assentamentos rurais chegou à esfera política, permitindo que a administração pública municipal concebesse, em sua agenda política, os assentamentos rurais como agentes ativos do desenvolvimento do município. Essa concepção tem propiciado a geração de um padrão estruturado de políticas públicas de apoio aos assentamentos rurais, diferentemente dos outros municípios visitados, onde o efeito econômico dos assentamentos, embora tenha sido constatado, não alcançou a esfera política com a mesma intensidade observada em Mirante do Paranapanema.

Essas constatações não se apresentam com o intuito de penalizar as administrações públicas municipais como únicas responsáveis pelas dificuldades dos assentamentos rurais. São inúmeras as problemáticas envolvidas na constituição dos mesmos, revelando um caráter multidimensional de complexidades. No entanto, algumas inovações instituídas na Constituição Federal de 1988 aproximaram da ação pública municipal atribuições relativas à promoção do desenvolvimento local. Ainda que nessas inovações não exista qualquer determinação em relação aos assentamentos rurais, o esforço argumentativo sediado neste trabalho se deu no sentido de substanciar a aproximação dos assentamentos rurais das noções de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

Neste sentido, mostra-se razoável que os assentamentos rurais, especialmente por suas especificidades políticas e sociais, sejam considerados e contemplados na consecução das políticas públicas locais, em integração com as estaduais e federais e em consonância com o pacto federativo instituído no Brasil, sendo reconhecidos, dessa maneira, como objetos da ação pública local em direção ao desenvolvimento local sustentável, e não como enclaves externos tutelados pelo governo federal.

8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: **Fundação Banco do Brasil, Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 2004.

DAG HAMMARSKJOLD. What Now? Another Development. **Development Dialogue**. Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation, n. especial, 1975.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.272-308.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L. A. **Poder local e assentamentos rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. v. 24, n. 4 (96), out./dez. 2004.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, P.S (ed.) **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 21, 2000.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRA, R. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo/ Brasília: Ed. Unesp/ Nead, 2004.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L.; VAZ, J. C. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-90, Mai./Jun., 2010

MARTINS, R. D.; CALDAS, E. L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 10, n. 2, Dec. 2009.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n. 43, set./dez, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n. 51, 2004.

SACHS, I. **Trabalho decente**: a ponte entre o econômico e o social. Instituto de Economia da UFRJ, 2004. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/trabalho_decente_a_ponte_entre_o_economico_e_o_social.pdf. Acessado em 11/03/2013.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: **Assentamentos em debate**. Org: SPAVOREK, G; GALVÃO, C. F. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Brasília: NEAD; 2005. p. 57-74.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 25, n. 2 e 3, p. 37-68, mai/dez., 1995.

A AGROFLORESTA E O DISCURSO DA FLEXIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Matheus Sehn Korting

Lucas da Rocha Ferreira

Gustavo Ayres

Lisiane Brolese

GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

O presente trabalho visa discutir como as agroflorestas relacionam-se com a legislação florestal, tendo em vista uma crescente demanda em relação a uma outra forma de agricultura, esta que relaciona agricultura com florestas e que, do atual ponto de vista legal, sofre restrições pelas diferentes compreensões e valorações da natureza e, em especial, do uso do espaço rural. Esse tipo de iniciativa agroflorestal provém principalmente de agricultores que trabalham numa perspectiva agroecológica que utilizam espécies nativas em sua produção para alimentação e para beneficiamento e comercialização. No entanto, por detrás dessas práticas agroflorestais, o discurso produtivista e o discurso preservacionista acabam influenciando nas normativas florestais. Esses discursos derivados do mito do desenvolvimento e do mito da natureza intocada. O discurso dos movimentos sociais passa então pela questão da flexibilização da legislação ambiental, com a intenção de que suas práticas sejam legalizadas e de que sua atividade seja reconhecida. No entanto, há uma linha tênue entre o discurso do agricultor agroflorestal dentro dos movimentos sociais e o discurso da agricultura patronal, que prima pela produção em todo espaço da propriedade através de monoculturas e lavouras com milhares de hectares onde o fato das normas ambientais o aprisiona a não produzir mais sem pensar nas reservas ambientais que a lei obriga a ter.

Palavras-chave: Legislação Ambiental; Sistemas Agroflorestais;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a discutir a temática das agroflorestas – combinação entre espécies agrícolas e florestais – entendendo-a como campo que vem se ampliando dentro de espaços políticos, tais como Universidades, órgãos de extensão rural, de licenciamento florestal, movimentos sociais e agroecológicos, e que se vislumbra como uma possibilidade de fomento a outras formas de agricultura, com a utilização intencional de árvores nativas com possibilidade de comercialização de alimentos, concomitante à conservação de determinadas espécies, diferenciando-se de florestas protegidas sem contato com homem e dos monocultivos agrícolas, marcados por seus altos impactos ambientais.

Nesse sentido, os objetivos do trabalho são apresentar algumas incongruências entre legislação ambiental que se impõe aos agricultores e as práticas agroflorestais, bem como diferenciar o discurso pela flexibilização dessa legislação feito por agricultores e técnicos envolvidos com a temática agroflorestal do discurso desenvolvimentista. O discurso agroflorestal, argumentamos, apresenta-se como alternativo ao discurso preservacionista, enfatizado pelo mito da floresta intocada ou da natureza selvagem, e ao discurso produtivista, enfatizado pelo mito do progresso ou do chamado desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo alguns argumentos levam a crer que o discurso das agroflorestas passa por uma perspectiva “produtivista”, pois questiona as leis ambientais e acaba querendo a “flexibilização ambiental”, por razões que levam a uma linha tênue deste pedido de flexibilização pois este é a mesma solicitação que desenvolvimentistas direcionam-se ao se referir ao Novo Código Florestal. Haverá alguma diferença entre esses dois argumentos, tendo em vista que o discurso das agroflorestas e o discurso dos ruralistas provém de lugares diferentes?

Desse questionamento o trabalho propará a trazer a diferença desses discursos situando e reconhecendo a complexidade da questão do que signifique a flexibilização, da polaridade da discussão produção agrícola/proteção ambiental, ao mesmo tempo que se explicará o que se vem entendendo por agrofloresta tentando demonstrar alguns pontos em específico desse desejo ‘por flexibilizar’ exemplificado através do discurso agroflorestal.

O trabalho também concentra a atenção para dois mitos da modernidade, quais sejam, o mito do progresso e o mito da natureza intocada evidenciando que esses mitos

originam discursos que, num certo sentido, terminam de um lado sendo o ‘rolo compressor produtivo’ baseado, na questão da agricultura, em agronegócio e na comoditização da produção, assim como sendo contrabalanceado por forças subsidiadas principalmente pela legislação florestal, como que tentando impedir/controlar o avanço irrestrito e não sustentável da agricultura através de categorizações jurídicas tais como as áreas de preservação permanente, as reservas legais, as áreas de proteção integral, o licenciamento florestal e a penalização para quem desrespeitar essas normas.

E as agroflorestas, onde estão?

O MITO DO PROGRESSO, A NATUREZA INTOCADA E AS AGROFLORESTAS

A fundamentação que sustenta a proposta desse trabalho se dá na interseção de duas trajetórias: a do *mito do progresso* e do *mito da natureza intocada*. O primeiro relaciona-se com o conceito contemporâneo de progresso, herdado do positivismo, que é fruto da união da ideia naturalizada de evolução como transformação gradual e constante que passa uma sociedade com a de progressão indefinida para níveis cada vez mais elevados de riqueza material (DUPAS, 2006). O *mito do progresso* tem suas bases na crença na razão, na utilização do conhecimento técnico-científico como instrumento de dominação da natureza, nos avanços tecnológicos, na aceitação do valor de crescimento econômico e na convicção da superioridade da civilização ocidental. A busca pelo destino *certo e glorioso* é caracterizada pela crença na industrialização como meio de atingir níveis mais elevados de bem-estar e no caráter imutável da natureza, considerada como fonte infinita de matéria-prima (DUPAS, 2006; DIEGUES, 1992).

O *mito da natureza intocada*, por sua vez, expressa crenças antigas ao mesmo tempo em que congrega elementos da ciência moderna, de diferentes correntes das ciências naturais e do ecologismo preservacionista (DIEGUES, 1997). Esse mito pode ter sua origem já na concepção do Cristianismo de paraíso, mas ganhou fôlego no início do século XIX na Europa, com o respeito que os naturalistas adquiriram pelas áreas selvagens, não transformadas pela ação humana. Além disso, a idealização da vida no campo pela população urbana teve influência na concepção moderna de natureza selvagem. Os urbanos passaram a enxergar na natureza selvagem um lugar de contemplação e isolamento do ambiente urbano-industrial. Por último, destaca-se o papel dos escritores românticos na

Europa que procuraram o que restava de natureza selvagem, “o lugar da descoberta humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 1997, p. 320). Nesse sentido, o *mito da natureza selvagem* trata-se de uma representação simbólica, influenciada por diferentes períodos históricos, que relaciona a natureza intocada pelo homem a um estado de pureza. Essa representação ganhou fôlego e atingiu um *status* científico, principalmente, a partir das publicações da chamada ecologia profunda (DIEGUES, 1997).

Como não poderia ser diferente, ambas as ideologias chegaram ao Brasil. De um lado, a ideologia do progresso fundamentou a ideia de desenvolvimento econômico que, a partir de meados da década de 1960, se consolidou na construção de um projeto de modernização da base técnica produtiva da agricultura, com incentivos de crédito para compra de insumos químicos e máquinas e implementos agrícolas e aporte de recursos em centros de produção científica. Foi difundido um modelo de agricultura baseado na adoção de pacotes tecnológicos, que levou ao monocultivo em massa de *commodities*, com modificação acentuada das paisagens rurais e estreitamento dos limites entre setores agrícola e industrial. Por outro lado, a ideologia da natureza intocada subsidiou a criação de grandes reservas ou parques nacionais. Baseadas na criação norte-americana do parque *Yellowstone*, na América Latina, incluindo o Brasil, também foram destinadas grandes áreas a serem reservadas, subtraindo-as da expansão agrícola e sendo colocadas à disposição da população com fins turísticos e recreativos (DIEGUES, 1997).

Poderiam ser traçadas diferenças entre essas duas representações simbólicas, por exemplo, de como a modernização da agricultura influenciou na preservação de áreas naturais, ou na falta dela. Contudo, o objetivo aqui, como frisado anteriormente, é destacar a interseção entre ambas. Nesse sentido, tanto desenvolvimentistas como preservacionistas comungam de pelo menos uma crença em comum: a segregação. Os produtivistas e aficionados dos monocultivos preferem produzir, em determinada área, uma, e somente uma espécie, com a premissa de que assim se produz mais alimento. Os entusiastas da preservação da biodiversidade optam pela exclusão de áreas naturais do contato com qualquer tipo de atividade humana. Assim, onde há cultivo de café, por exemplo, não há qualquer espécie florestal, e onde há floresta não há café.

A priori parece mesmo que produzir uma grande quantidade de alimentos e preservar paisagens *pristines* seja o caminho ideal para se atingir um ponto ótimo nessa

equação. Contudo, nesse cálculo uma variável chave esta sendo esquecida: as comunidades tradicionais que habitam o rural. Essas comunidades não são segregacionistas. São comunidades indígenas, camponeses, quilombolas e outras que possuem diferentes modos de se relacionar com a natureza que as cerca. Nesse sentido, quando um banco somente concede crédito pra quem adota pacotes tecnológicos, ou quando comunidades são literalmente expulsas de seus territórios para implantação de uma Unidade de Conservação, muitos hábitos e saberes são perdidos ou dissipados. O pensamento segregacionista, portanto, acaba por coagir e excluir as práticas tradicionais e formas distintas de agricultura.

Cultivar de forma combinada árvores e plantas de interesse agrícola é uma tradição antiga realizada de diferentes formas por agricultores ao redor do mundo. Essa combinação já era feita na chamada agricultura de corte e queima, praticada na Europa e em diversos outros lugares do planeta, incluindo o Brasil (NAIR, 1993). Nesse sentido, Sistema Agroflorestal é um termo novo para designar práticas antigas, e se refere aos “sistemas de uso da terra em que há utilização intencional de espécies perenes lenhosas, manejadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais” (DUBOIS, 2008). A produção agroflorestal vem sendo incentivada na medida em que crescem as preocupações com questões ambientais, e por ser uma alternativa de uso e manejo dos recursos naturais em regiões tropicais, cumprindo funções importantes, tais como: diversificação da agricultura, aumento do nível de matéria orgânica do solo, fixação de nitrogênio atmosférico, ciclagem de nutrientes, modificação de microclimas e otimização da produção em função do rendimento sustentável (GLIESSMAN, 2002).

A valorização recente das práticas agroflorestais parece irreversível na medida em que essas práticas contribuem para manutenção de modos de vida das comunidades e para a conservação de formas de agricultura de base ecológica. Entretanto, por não se enquadrarem nos estereótipos preservacionistas ou desenvolvimentistas, agricultores e comunidades que manejam agroflorestas enfrentam dificuldades de manter suas formas de fazer agricultura e cultivar alimentos. Algumas diferenças da legislação e da realidade vivenciada pelos agricultores são traçadas na próxima seção do trabalho.

A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AS LIMITAÇÕES QUE AS AGROFLORESTAS ENCONTRAM

As agroflorestas – com sua diversidade e uso de espécies nativas – possuem restrições frente a legislação florestal e ambiental. As principais legislações são o Novo Código Florestal Nacional – Lei 12.651/12, o Código Florestal Estadual do Rio Grande do Sul – lei 9.519/92 e o Decreto Estadual 38.355/98, assim como a Lei da Mata Atlântica – Lei 11.428/06. Muitas de suas práticas são consideradas ilegais ou acabam tornando-se ilegais pela falta de licenciamento no corte e manejo de árvores nativas. O Código Florestal Estadual do RS determina que é proibido o corte, poda ou manejo das árvores sem o ‘devido pedido de licenciamento’ ao órgão florestal competente. Ressalta-se que essa é uma demanda em específico do Código Florestal ‘gaúcho’ e que determina maiores restrições ao uso de qualquer espécie nativa, onde, uma vez não havendo licenciamento no uso, no corte das espécies ‘via de regra’ quaisquer ações são passíveis de multa e prisão, cabendo a questão a Lei dos Crimes Ambientais – Lei 9605 de 1998, ou seja, muitas das práticas agroflorestais virariam ‘caso de polícia’. Assim é o artigo 6º do Código Florestal do RS:

Art. 6º - As florestas nativas e demais formas de vegetação natural de seu interior são consideradas bens de interesse comum, sendo proibido o corte e a destruição parcial ou total dessas formações sem autorização prévia do órgão florestal competente. (grifo nosso)

Esse é um dos principais artigos do Código Florestal Estadual que submete toda prática florestal a autorização pelos órgãos de controle estatal. No lado do licenciamento é deste artigo que, sistematicamente (FREITAS, 2002), saem os principais atos autorizatórios a nível estadual como o CIFPEN (Certificado de Identificação de Floresta Plantada com Espécies Nativas), o Alvará Florestal Estadual e o Cadastro Florestal Estadual dentre outros. Numa interpretação sistemática do direito, o artigo 6º é responsável pela produção jurídica, sendo assim as subseqüentes instruções normativas, decretos que propõe os atos autorizatórios em si são as execuções jurídicas (FREITAS, 2002), possuindo todos esses instrumentos jurídicos uma relação de dependência onde, conectados sistematicamente, se responsabilizam pela possibilidade do estado de controlar as florestas nativas e demais formas de vegetação natural.

Desse argumento, uma vez esses saberes conectados produzem uma verdade onde, numa perspectiva homogeneizante do direito – principalmente pois as florestas são de ‘interesse comum’ – os comportamentos em relação a floresta serão todos controlados e qualquer corte de floresta se declarará proibido até que um ato autorizatório estatal seja realizado. A partir do momento que qualquer corte é proibido até que algum ato autorizatório seja realizado, instaura-se um movimento de vigiar e punir (FOUCAULT, 1977) onde sua execução dá-se através da vigilância florestal refletindo-se no processo panóptico (BENTHAM, 2008) através do constante sentimento de estar sendo inspecionado ou submetido a possibilidade do estado de fiscalização, instrumento da modernidade para reprodução de um saber gerado a partir do direito, qual seja, o de preservação das florestas. O Direito por tanto, tendo o “direito de dizer o Direito” possui o monopólio dessa verdade reproduzida (BOURDIEU, 1989) e os fiscalizados o dever de ‘manter-se na linha’. Dessa forma, demandam-se do estado autorizações para fazer ‘uso das florestas’.

Gomez-Pompa & Kaus (1992) ainda numa leitura de Diegues (1997) enfatiza que “los habitantes de la zona rural tienen percepciones diferentes de las áreas designadas por los urbanos de Wilderness, y fundamentan su uso de la tierra en visiones alternativas.”

Desse sentimento de aprisionamento, de restrição e de punição em relação as florestas, representada através de um ideário de natureza intocada (DIEGUES, 1997) muitos agricultores relatam sobre a atuação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e principalmente da Patram – Patrulhamento Ambiental da Brigada Militar – tendo uma atuação truculenta e agressiva em relação aos agricultores, aplicando-lhes multas que por vezes custam mais do que a própria propriedade.

Após realizadas diversas visitas a diversas propriedades através do Projeto “Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul: formação de redes, etnoecologia e segurança alimentar e nutricional”, em conversas com os agricultores e com os participantes do projeto e, em especial, na apreciação dos autores do presente artigo, constatou-se que o nível de informação em relação a legislação florestal carece de explicações, confunde-se em suas diferentes demandas e anseios e, em ultima análise, são repassadas aos agricultores e aos técnicos ambientais de formas diferentes e, por vezes, arbitrárias. As informações a respeito das possibilidades dos atos autorizatórios – apregoadas na legislação como função do ‘órgão florestal competente’ - são tão

desencontradas que os próprios técnicos ambientais revelam não se sentirem seguros em fornecer assistência aos agricultores. Vários agricultores também relatam a dificuldade de comunicação com os órgãos ambientais e um sentimento de medo em relação a possibilidade de expor sua propriedade ao fiscalizador. O processo de controle panóptico revela-se mais complexo, tendo em vista o processo de fiscalização e punição (FOUCAULT, 1977) e a reprodução da legislação de forma ‘hibridizada’ ou desconexa (LATOUR, 2005) tanto por parte do fiscalizador como por parte do fiscalizado.

Mesmo com um conjunto de informações desencontradas, serão analisados alguns instrumentos que a legislação traz, ao mesmo tempo que trazendo algumas demandas levantadas pelo “Projeto de Fortalecimento das Agroflorestas”. Um dos principais mecanismos de licenciamento, o CIPEN (Certificado de Identificação de Floresta Plantada com Espécies Nativas), não se adequa ao interesse de uma agrofloresta além de que o CIPEN exige excessiva documentação – clássica reclamação dos agricultores. Dessa forma, contempla-se no Decreto 38.355 de 1998, em seu art. 11:

Art. 11 - Para obtenção do Certificado, o proprietário deverá apresentar ao Órgão Florestal Estadual os seguintes dados e documentos:

- a) requerimento solicitando o Certificado de Identificação de Floresta Plantada com Espécie Nativa - CIPEN;
- b) listagem e quantidade das espécies, área do plantio, ano de implantação, descrição dos tratos culturais realizados no plantio e manutenção do mesmo;
- c) planta da propriedade, localizando a área do plantio;
- d) cópia da matrícula do imóvel, no Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da respectiva circunscrição, atualizada em 90 (noventa) dias;
- e) quarta e quinta vias autenticadas da guia de recolhimento de taxas ao FUNDEFLO, nos valores constantes na Tabela de Incidência da Lei de Taxas de Serviços Diversos.

Este certificado não se adequa às agroflorestas pois tem como exigência o plantio em linha ou a contabilização de indivíduos contados e não considera a regeneração natural dentro de pomares e áreas de cultivo como sendo um plantio agroflorestal – fato presenciado em diversas agroflorestas – distanciando assim a possibilidade do procedimento autorizatório ‘adequar-se’ a ideia de agrofloresta.

Além disso, existe uma sequência de atos autorizatórios exigidos como por exemplo o Cadastro Técnico Federal, o Alvará Florestal Estadual e o Cadastro Florestal

Estadual, como no caso do extrativismo do fruto da palmeira juçara (*Euterpe edulis*) – espécie ameaçada de extinção presente no litoral norte do Rio Grande do Sul – que necessita dessas autorizações assim como um documento específico para transporte do produto que é o DOF (Documento de Origem Florestal).

O excesso de burocratização dessas ferramentas restringe as possibilidades dos agricultores de manejar suas agroflorestas. Mesmo para aqueles que possuem assistência técnica a dificuldade de ‘legalizar’ é grande, tanto pelo desuso e desconhecimento das ferramentas: agente ambiental, em palestra no I Seminário de Agroflorestas do Rio Grande do Sul, informou que no ano passado foram aceitos apenas 2 pedidos de CIFPEN em todo estado e estes não eram de agroflorestas.

No que tange a maioria das agroflorestas, os agricultores – em geral agricultores familiares – estariam dentro da possibilidade proposta pela Lei da Mata Atlântica no que tange a gratuidade, a celeridade e análise e julgamentos prioritários. Assim propõe o art. 6º da Lei da Mata Atlântica:

Art. 6º A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

Parágrafo único. Na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

No entanto muitos são os relatos feitos pelos agricultores de cobrança de taxas, de extrema burocracia e de não priorização destes quando realizam pedidos para os órgãos ambientais ou a própria ‘regularização’ de sua agrofloresta. Ou seja, mesmo que constando na legislação a obrigatoriedade de tratamento diferenciado para os pequenos produtores rurais, a execução da legislação acaba por não comportar suas próprias demandas.

Outra problemática presente nas agroflorestas e na legislação são algumas práticas agroflorestais que se utilizam de espécies nativas com a função, por exemplo, de sombreamento. Para tanto, as espécies são conduzidas através de manejos e podas constantes. Segundo a legislação inclusive essas práticas de podas também estariam sujeitas a liberação do órgão florestal competente, fato que limita ou constrange o

agricultor que tenha a intenção de manejar nas agroflorestas. Além disso, é de interesse de muitos agricultores a utilização de árvores nativas com a finalidade de comercializar madeiras como o pinheiro (*Araucária angustifolia*), o cedro (*Cedrela fissilis*), o louro (*Cordia trichotoma*) entre outras.

Dentro da perspectiva de que hibridizações ocorrem entre o ‘fiscalizador e o fiscalizado’, um dos ruídos dessa comunicação se deu numa das crenças que alguns agricultores tem de que ‘está liberado cortar até 12 m³ de lenha ou madeira a cada três anos para uso na propriedade. No entanto, não há na legislação quaisquer dispensa de ato autorizatório para esse tipo de atividade, devendo mesmo assim haver a devida licença através do Alvará Florestal Estadual, dependendo ainda em que local da propriedade esteja as espécies madeiráveis. Em outro panorama, é presente o discurso de que “é melhor plantar eucalipto para usar na propriedade pra se livrar do problema ambiental” ou até comprar eucalipto por fora sendo “mais negócio” do que “ir até a cidade, gastar gasolina pra pedir liberação para o órgão ambiental que pode não dar”.

Ampliando o conceito de hibridizações (LATOURE, 2005) estas também ocorrem de outras formas através de permissões, de esquecimento, de quando o agricultor mora longe dos espaços mais fiscalizados, de ‘vista grossa’ e da possibilidade do ‘bom senso’ por parte do técnico ambiental mesmo que receoso sobre a prevaricação – criminalização estatal ao fiscalizador que não realizar seu trabalho de fiscalizar e multar quando ‘observa através da possibilidade panóptica de vigiar’ a ocorrência do ‘crime ambiental’ – onde Bentham (2008) denominaria o ato de prevaricar como a atuação do ‘guarda dos guardas’.

Diferentes instituições acabam também estudando e incentivando as agroflorestas, assim como cooperativas e associações são formadas e realizam suas atividades em canais curtos de comercialização via feiras e pequenas trocas e comércios, mesmo que sem as ‘devidas licenças’. O próximo tópico tratará justamente do argumento pelas quais existe as solicitações pela flexibilização dessas ‘devidas licenças’, em diferentes níveis.

A FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: ARGUMENTOS NÃO DESENVOLVIMENTISTAS

De um lado, agricultores – tanto os que praticam monocultivos quanto os agroflorestais – que solicitam a ‘flexibilização’ das legislações ambientais, de outro lado,

técnicos ambientais que são contratados para fiscalizar/monitorar/orientar/multar os agricultores, principalmente aqueles que estão em volta de áreas protegidas tais como áreas de proteção integral, tendo em volta parques e reservas que abrangem grandes extensões de florestas – em especial no Rio Grande do Sul – a Mata Atlântica. Quando questionado a um agricultor sobre sua relação com os órgãos ambientais, este responde: “Eu nunca pedi nada para eles e eles nunca me negaram”, numa clara ironia como que afirmando que quanto mais longe a fiscalização estiver da propriedade dele, melhor será.

Fato é que “mesmo um conjunto de regras aplicadas por coerção um certo tempo nunca deixa o corpo social intacto” (BOURDIEU, 1989, p. 245), onde na intenção de preservar florestas as ‘regras ambientais’ intensificam o processo de êxodo rural pela dificuldade de legalizar e de usar espécies nativas e por vezes geram efeitos outros que não o de preservar – como no caso do avanço das monoculturas em áreas de proteção – acabando com iniciativas como as das agroflorestas mesmo que sem a intenção pelo Estado.

Dito isso, a consequência da produção da verdade através da lei é a universalização jurídica, aqui no caso presente baseada em ‘estratégias de preservação contra estratégias de produção’. Nesse sentido o direito orienta o poder e a verdade como mantenedora de uma dada estrutura social, dependente e articulada entre si apegada a um lado da linha que constitui o direito oficial, competente a distinguir o legal e o ilegal e que desconsidera o ‘outro lado da linha’, pois este se apresenta como um território a-legal. “O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa, (...) e esta coincidiu historicamente com um território social específico: a zona colonial” (SANTOS, 2010, p. 35), que aqui ousaria incluir as experiências agroflorestais.

Nessa linha, o direito oficial possuem em relação a agrofloresta talvez um ‘não-olhar’, que significa que suas experiências nem são regulamentadas como tal e acabam por estar submetidas a um ‘olhar’ oficial que está submetida a um ideário preservacionista ou produtivista.

O discurso dos movimentos sociais passa então pela questão da flexibilização da legislação ambiental, com a intenção de que suas práticas sejam legalizadas e de que sua atividade seja reconhecida. Contudo, há uma linha tênue entre o discurso do agricultor agroflorestal dentro dos movimentos sociais e o discurso da agricultura produtivista, que

prima pela produção em todo espaço da propriedade através de monoculturas e lavouras com milhares de hectares onde as normas ambientais são vistas como inimiga da produção agrícola. Em que pese a diferença do uso da terra e do discurso sobre a flexibilização das leis ambientais, o discurso da flexibilização é complicado pois ‘abrir’ a legislação para uns significa ‘abrir’ a legislação para todos, num retrocesso ambiental danoso e não desejado, havendo portanto dois discursos de flexibilização. O desejo pela flexibilização ambiental dentro das agroflorestas tem um caráter diferenciado do desejo pela flexibilização ambiental dos desenvolvimentistas.

De um lado, dá-se no intento de ampliar suas áreas de produção para seguir seus monocultivos e poder ampliar as fronteiras agrícolas em nome do ‘desenvolvimento’ do país e da ampliação do PIB brasileiro, onde as ‘barreiras ambientais’ fazem com que a utilidade da terra para produção seja diminuída.

De outra banda, o desejo pela ‘flexibilização’ por parte dos produtores agrofloretais e agroecológicos se dão muito no intento de reconhecer que existam usos e práticas que transcendem o preservacionismo ao mesmo tempo que não é o discurso de produção pela produção, tendo em vista que a floresta é parte integrante do seu modo de vida, de sua reprodução ao mesmo tempo que elementos florestais são beneficiados para que o sistema agroflorestal como um todo possa existir juntamente com espécies produtivas agrícolas, sendo a propriedade um espaço que possui elementos de preservação, de produção mas de forma não linear e não tão disciplinada como nos monocultivos e também não como uma ‘natureza intocada’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com a discussão proposta nesse trabalho demonstrar que de um lado preservacionistas veem na agricultura um inimigo do meio ambiente, do outro os produtivistas veem no meio ambiente um inimigo do crescimento econômico. Ao largo dessa discussão, entretanto, agricultores e comunidades que tem como hábito e tradição cultivar espécies agrícolas em meio a fragmentos florestais ou em consórcio com espécies florestais nativas, tem suas práticas inviabilizadas tanto pela atuação de um regime da modernização da agricultura que atua na concessão de crédito rural e seguro agrícola, por exemplo, e que prioriza o investimento e concede benefícios para plantações em monocultivos ou pelos regimes legislativo e fiscalizador, que inibem ou coíbem a

utilização de espécies nativas, mesmo em caso de um uso específico, tradicional, por parte daqueles que também dependem da conservação de espécies para subsistência de seus modos de vida.

Trata-se de traçar um quadro crítico para sublinhar que sem alimento o homem não se sustenta, logo a agricultura não pode e nem deve ser vista como “inimiga” ou alvo de sanções e punições referendadas por um preservacionismo profundo. A legislação que homogeneiza acaba por contribuir para o êxodo rural e reforçar a expansão de cultivos exóticos. Isso não significa, no entanto, que flexibilizar a legislação para o fomento de práticas agroflorestais e novas formas de agricultura seja o mesmo discurso de flexibilização produtivista, que visa à abertura de grandes áreas florestais para posterior monocultivo de *commodities*.

A questão principal dentro do presente foi a de questionar a possibilidade de reconhecimento de práticas, que são por essência biodiversas e heterogêneas entre si, afora dos discursos mais presentes tais como o do preservacionismo e o do produtivismo. A produção de uma verdade pelo Direito dificulta outras formas de saberes numa relação de ‘comando-controle’ dentro de um ideário preservacionista, que tenta barrar o mito produtivista extremo ao mesmo tempo que acaba coibindo outras experiências e saberes existentes. É clara a dificuldade das agroflorestas relacionarem-se com a legislação e com os órgãos fiscalizadores principalmente pela questão de que subsiste uma outra relação entre homem e a natureza, não alicerçada pelo mito do progresso nem pelo mito da natureza intocada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENTHAM, J. **O Panóptico**. Organização de Tomaz Tadeu. 2ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva. v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun., São Paulo, 1992.
- DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: Castro, E., Pinton, F. **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. 1997.
- DUBOIS, J. L. Classificação e breve caracterização de SAFs e práticas agroflorestais. Capítulo 1, p 97-126. In: MAY, P.H.; TROVATTO, C.M.M (Coord.). **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 196 p. 2008.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. **Verdade e Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1997.
- FREITAS, J. **A interpretação Sistemática do Direito**. 3º ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio sobre antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.
- NAIR, P. K. R. **na introduction to Agroforestry**, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 499 p. 1993.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

INTERVENÇÕES E OBJETOS TÉCNICOS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO AGROFLORESTAL DE AGRICULTORES ASSENTADOS

Manoel Flores Lesama (UFPR Setor Litoral), Tatiana C. G. Kaminski (UFPR), Luiz Paulo
G. Salmon (UFPR Setor Litoral)
manoel.lesama@ufpr.br; tatikaminski@yahoo.com.br; lpsalmon_88@hotmail.com;
CAPES
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Os sistemas Agroflorestais (SAFs) reúnem muitas das condições preconizadas para uma gestão e desenvolvimento ambientalmente sustentável. Oferecem inúmeros benefícios ecológicos e ambientais, protegem fluxos de água, solos, a produção animal e vegetal, e, estimulam a biodiversidade, contribuem para a captura de carbono e atenuam até mesmo os efeitos das alterações climáticas. Do ponto de vista social e econômico, estes sistemas criam postos de trabalho, ampliam a renda, desenvolvem mercados alternativos, contribuem à percepção positiva da opinião pública sobre agricultura e atividade florestal e valoriza as paisagens. Evidentemente com todo esse potencial, também se desenvolveram os mais variados princípios e fundamentos do trabalho agroflorestal (Steenbock, et al., 2012) não obstante, neste artigo faz-se referência a experiência da Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta - cujo trabalho iniciado em 1996 está fundamentado nos conceitos, metodologias e trabalho de Ernest Götsch

Os sistemas agroflorestais multiestratos sucessoriais (doravante SAFs), desenvolvidos pela Cooperafloresta, apresentam um acúmulo de experiências com comunidades quilombolas e agricultores familiares. Experiências sistematizadas começam a ser utilizadas como referência consolidada na superação da exclusão social e da degradação dos recursos naturais e são replicadas por outras organizações em outras regiões. Neste contexto, as ações da Cooperafloresta baseiam-se em uma prática ancorada em metodologias participativas, que têm buscado privilegiar o protagonismo e o empoderamento das famílias agricultoras e quilombolas. Ao mesmo tempo, oportuniza o diálogo entre o conhecimento acadêmico e científico e o saber popular, na busca de uma

síntese que contribua para a definição de estratégias para a ampliação da prática agroflorestal. (SILVA, R. O., STEENBOCK, 2013).

Para apreender a problemática das formas de intervir na assessoria técnica aos agricultores visando lidar com a crescente complexidade da gestão no processo de desenvolvimento das suas operações, este estudo enfatiza o conceito de apropriação pelos agricultores em situação de trabalho coletivo no sentido de Cuvelier & Caroly (2009), e toma como referência a Ergonomia da Atividade. Neste sentido, na estreita ligação da técnica com a cultura coloca-se a questão da apropriação dos objetos técnicos, a qual não se esgota na sua função manifesta, desempenhando também uma função latente, já que estes alteram o ambiente e o coletivo nos quais emergem e se situam. A técnica, enquanto mediadora e construtora da nossa relação com o mundo e enquanto quadro da nossa ação e compreensão do mesmo, caracteriza-se não só pelos recursos, mas também pela apropriação dos procedimentos e apropriação de gestos técnicos que ela possibilita através da participação dos sistemas técnicos nas mutações sociais em curso.

Assim, procuramos nos basear em questionamentos que guiam a análise: Como novas ferramentas e novos procedimentos de trabalho são apropriados pelos agroflorestadores? Quais são os elementos que facilitam ou dificultam estes processos de apropriação?

A noção de apropriação

Apropriação das ferramentas e gênese instrumental

No sentido de refletir sobre o fato de que a inovação técnica na condução de sistemas agroflorestais, na concepção do coletivo de trabalho e do trabalho coletivo, e na transferência tecnológica, se enraíza ao contexto cultural, social ou cognitivo pré-existente, em maneiras de fazer “já estabelecidas”, Béguin (2008) propõe um modelo de apropriação baseado na teoria instrumental desenvolvida por Rabardel (1995, 1997). De acordo com esta teoria, o autor constatou que a forma como se concebem e analisam as relações com os instrumentos, tanto nas abordagens tecnocêntricas como nas antropocêntricas, pressupõe a existência de modelos triádicos, em que um dos polos desta tríade corresponde ao sujeito (utilizador, trabalhador, agrofloresteiro); o segundo ao instrumento (ferramenta, máquina, produto, sistema, cortar o capim); e o terceiro ao objeto sobre o qual se dirige a ação (matéria, objeto da atividade de trabalho do sujeito, se dirigir a outro sujeito, atividade de

manejo do SAF). Neste sentido o instrumento é um conjunto constituído de um artefato (objeto fabricado de natureza material ou simbólica) e por um componente relacionado à ação, denominada "esquema de utilização", resultado da própria construção do sujeito, autônoma, ou de apropriação de esquemas sociais de utilização já formados exteriormente a ele (FOLCHER, V., RABARDEL, 2007). A apropriação das ferramentas destina-se, então, sob a abordagem desenvolvimentista para a construção dos instrumentos (Vigotski, 1985). Se assumirmos, com Rabardel (1995) que é necessário utilizar os artefatos e mobilizar esquemas para adquirirmos um instrumento, estamos em condições para perceber o processo de **gênese instrumental** que se refere precisamente ao modo como os sujeitos desenvolvem os seus instrumentos. Quando se analisa essas gêneses, Béguin (2008) destaca que os processos pelos quais os operadores se apropriam de uma novidade técnica e a constituem como recurso para suas ações, revelam-se sob duas formas distintas: ou o operador desenvolve novas técnicas a partir daquelas que ele dispõe; ou ele adapta, modifica, transforma os dispositivos para conformá-lo às suas próprias construções. Este é um dos principais resultados dos trabalhos realizados sobre o escopo da gênese instrumental, que constitui, portanto, fontes de inventividade dos operadores. Face à novidade, eles podem fazer evoluir as formas de suas ações, mas eles podem também atribuir ao artefato uma função que não estava prevista pelo técnico. A introdução de uma novidade técnica, numa dada situação, permite resolver antigos problemas, mas ela modifica a natureza da tarefa e cria novos problemas para os quais novas formas de ação serão necessárias¹. Destacamos, portanto a questão dos desenvolvimentos possíveis ou impossíveis da atividade e não somente a do desenvolvimento da novidade técnica. O debate sobre o prescrito e o real revela que tanto o excesso como a falta de prescrição têm efeitos danosos para aqueles que trabalham. Na busca de conciliar objetivos, às vezes contraditórios, a organização do trabalho mobiliza os trabalhadores como principal fonte de produtividade, de qualidade e de adaptabilidade dos sistemas. Dessa forma, os trabalhadores encontram-se ao mesmo tempo diante de um excesso ou de falta de prescrições. Na situação de transformação abrupta do sistema de trabalho que nos interessam, outras dimensões da atividade são realmente convocadas: através do desenvolvimento de instrumentos, operadores se apropriam também de novos procedimentos, e na interface com as prescrições e dos novos dispositivos técnicos de

¹ ver Béguin, 2010: De l'organisation à la prescription: plasticité, apprentissage et experience. Agir en clinique du travail

trabalho, estes desenvolvem novas competências e constroem novos gestos profissionais (Cuvelier e Caroly, 2009).

Apropriação dos procedimentos e aplicação da prescrição

No parágrafo anterior a abordagem instrumental foi descrita no sentido de caracterizar tanto os aspectos dos artefatos físicos quanto simbólicos, e neste as regras, normas, procedimentos ou instruções tomam uma posição de destaque. O modelo de apropriação anteriormente exposto, portanto, pode incluir as prescrições "que representam de fato uma forma particular de instrumento". Classicamente em ergonomia, a relação com a prescrição se observa pela diferença entre "tarefa prescrita" (tarefa concebida/projetada por aquele que comanda a execução) e a "tarefa efetiva" (resultado da aprendizagem do operador) (Falzon, 2007). Esta última envolve "a tarefa compreendida", ou seja, a que o operador acha que se pediu a ele para fazer (em função da apresentação das instruções, da inteligibilidade e de seus próprios modelos implícitos) e a "tarefa apropriada", ou seja, especificada pelo operador a partir da tarefa compreendida e estimada, por ele, mais adequada em função do conjunto de seus próprios valores e prioridades. A ergonomia, também, destaca que no exercício profissional, um funcionamento nunca é idêntico, até mesmo em situações estabilizadas. Uma repetição é sempre única, e o mesmo funcionamento acolhe, na atividade real, diferentes funcionalidades (Clot, 2010). Segundo Clot (2001), este é o processo pelo qual a experiência vivida torna-se um meio de viver outra experiência. De acordo com Clot (2007):

A atividade se define por referência à tarefa. Essa tarefa se desenrola em função de um objetivo a atingir em certas condições ou restrições. Para atingir esses fins, o operador desenvolve uma atividade, isto é, recorre à sua capacidade técnica, faz gestos, organiza seu trabalho numa sequência de operações. (CLOT, 2007, p. 65)

Assim, a tarefa aplica-se à prescrição (trabalho prescrito), é o que deve ser feito, ao contrário da atividade, que é o que se faz, ou seja, o trabalho realizado. Porém, o que se pode considerar como a atividade realizada, é apenas uma das atividades realizáveis na situação onde ela aparece (Clot, 2001). Para Clot (2001), o real da atividade é também o que não se faz, o que se tenta fazer sem conseguir, o que poderia ser feito, o que se pensa

fazer depois, e até mesmo o que se faz para não fazer o que deve ser feito. Para o autor, isto é decorrente de uma reorganização das tarefas pelo coletivo de trabalho. Nas palavras de Clot:

Para nós, não existe um hiato entre a prescrição social de um lado e a atividade real de outro. O que existe, ao contrário, entre a organização do trabalho e o próprio sujeito é um trabalho de reorganização da tarefa pelos coletivos profissionais, uma recriação da organização do trabalho pelo trabalho de organização do coletivo. Designamos este trabalho como o gênero social do métier, o gênero profissional. (CLOT, 2001, p. 18).

A aplicação dos procedimentos para (Mayen & Savoyant, 1999) "comporta sempre uma escolha" e constitui-se uma atividade completa. Esta escolha de respeitar procedimentos pressupõe um conhecimento das causas e os princípios que fundamentam as regras, como também maneiras de fazer e de agir podem ser qualificadas como "normas antecedentes" (Schwartz, 2000), na medida em que elas serão frequentemente colocadas em movimento pela novidade técnica. Em ergonomia, uma especial atenção se coloca sobre os processos de elaboração das regras (Caroly, 2002). Eles refletem os fenômenos de aprendizagem, de apropriação, mas também de transmissão e desenvolvimento da atividade.

Apropriação dos gestos e desenvolvimento das competências

Desde os estudos das "trajetórias de uso" dos objetos técnicos, objetos de produção e/ou sistemas de trabalho, a apropriação de gestos técnicos e profissionais evidenciam sua dependência com relação à utilização das ferramentas e prescrições.

Estudar a relação entre experiência e gestos de trabalho sob o ângulo da transmissão dos saber-fazer visa mostrar que há uma verdadeira questão social em torno do gesto, assim como da experiência no gesto. Esta questão merece ser reafirmada porque, de certo modo, o trabalho manual perdeu visibilidade social. Neste sentido o papel da experiência no desenvolvimento dos gestos pelos agroflorestadores são determinantes nas estratégias de trabalho segundo a história de vida de uns e outros. Para Clot, 2007, a técnica, no senso estrito de um "ato tradicional eficaz" que se dá a esta noção, não se refere só a utilização de instrumentos, ferramentas ou máquinas, mas também o uso do corpo. Estas "técnicas do corpo" são transmissíveis, aprendidas, em estreito contato com a cultura. O papel da aprendizagem e experiência neste desenvolvimento, leva em conta ao mesmo tempo as

margens do sistema que permitem, mais ou menos, a realização do próprio gesto. A experiência é aqui encarada como recurso para desenvolver um gesto (Clot, 2010). Esta aprendizagem precisa de tempo, pois, a apropriação de um gesto também está sujeita à experiência. Yves Clot salienta que, para que um gesto “seja efetivamente apropriado por mim - e é preciso de tempo e cometer erros – é preciso que ele torna-se apropriado por mim. [...] Um gesto realmente transmitido, ou seja, apropriado, não é mais o mesmo gesto” (Clot, 2007). Ele foi reconstruído, transformado, convertido em “recurso interno para o seu próprio desenvolvimento”.

A “gestualidade” segundo Chassaing (2007) é um registro de competências específicas, ou seja, características do uso do corpo, intimamente ligadas ao polo “Si Mesmo” da atividade profissional. É algo pessoal, especialmente porque os usos do corpo são individualizados. A noção de competência, tal como é definida por Weill-Fassina & Pastré (2007), é mais geral que a de “gestualidade”: as competências não se reportam unicamente aos gestos. Portanto, a “gestualidade” enfatiza as competências associadas ao corpo e aos gestos no trabalho onde o agroflorestandor apresenta um papel ativo na construção de suas habilidades e na apropriação de estratégias gestuais.

Descrição do contexto da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada junto ao grupo agroflorestandor Gralha Azul, localizado na gleba Pantanal do assentamento Nhundiaquara², no município de Morretes-PR. A formação do grupo Gralha Azul é resultado das ações do projeto Agroflorestar, conduzido pela Cooperafloresta. Esta iniciativa foi selecionada no Programa Petrobras Ambiental 2010 e teve no seu escopo de ações a formação e capacitação em sistemas agroflorestandos, gestão dos recursos naturais e adequação ambiental; assessoria técnica e fomento à produção de produtos agroflorestandos; pesquisa e geração de indicadores e metodologia de fixação de carbono; educação ambiental e estímulo ao consumo consciente e responsável. As ações do projeto no assentamento acontecem desde o início de 2011, quando foi convocada uma reunião na qual foi apresentada uma introdução aos princípios dos sistemas agroflorestandos multiestrata sucessionais (SAFs) e os objetivos do projeto Agroflorestar. Em seguida foi marcada uma visita dos agricultores interessados para conhecer a experiência da Cooperafloresta na Barra do Turvo, com a intenção de sensibilização e

² O assentamento Nhundiaquara foi criado através da Portaria do INCRA/P Nº 571 de 1986.

mobilização inicial visando à formação de um coletivo de trabalho através do contato com o saber-fazer de um grupo agroflorestal já constituído. Após essa sensibilização, o grupo Gralha Azul foi formado. Naquele momento, o grupo apresentava 20 agricultores divididos em quatro (04) subgrupos, com um agente multiplicador em cada. Entretanto, atualmente o grupo é constituído por três subgrupos com quatro agricultores cada. Para facilitar a denominação dos subgrupos, os mesmos resolveram intitular-se como “grupo do morro”, “grupo da baixada” e “grupo dos acampados”. Após a formação do grupo, os agentes multiplicadores participaram de uma sequência de capacitações. A intenção era a de que os agentes apreendessem a complexidade dos princípios técnicos e filosóficos da agrofloresta e se sentissem capazes de transmitir os novos conhecimentos aos demais agricultores do grupo. Assim, foi dado início aos mutirões de implantação das áreas dos agentes com a participação da equipe técnica da Cooperafloresta, para depois na continuidade as ações fossem coordenadas pelo agentes multiplicadores em relação aos subgrupos e os respectivos mutirões, em meados de setembro de 2011.

Escolha da situação de trabalho

O desenho do SAF é composto por linhas de agrofloresta e entrelinhas de capim. Essa prescrição é considerada o cerne do modelo produtivo difundido pela Cooperafloresta. A grande novidade vinda com a agrofloresta, além do desenho da área e da conformação das espécies agrícolas e florestais que respeitam uma lógica de sucessão vegetacional, está no manejo do próprio sistema. A implementação das gramíneas (capim) nas entrelinhas da agrofloresta, com o objetivo de produção de matéria orgânica para alimentar o sistema e de fornecer cobertura de solo gerou muita polêmica. Havia ali uma contradição em relação ao modo como os agricultores estavam acostumados a praticar agricultura, pois o capim sempre havia sido visto como algo a ser combatido, exatamente o oposto do que agora era proposto. Mesmo relutante, o grupo aceitou a prescrição da tarefa, e seguidos mutirões foram realizados visando a implantação de agroflorestas em cada um dos lotes. Como as áreas geralmente ofereciam pouca matéria orgânica para fazer a implantação da agrofloresta costumava-se importá-la de outros locais. Com as sequências de mutirões e a necessidade permanente da realização de manejos dentro dos SAF, os agricultores foram de apropriando de todo o aparato conceitual e prático contido neste

novo saber-fazer, através de permanentes renormalizações acerca das recomendações sobre como proceder em relação à oferta de matéria orgânica destinada à agrofloresta.

Técnicas de análise

As observações da situação de trabalho desta pesquisa foram realizadas visitas com observações mais específicas junto a nove agroflorestadores e participação em todos os mutirões realizados. Particularmente realizamos regularmente (aproximadamente uma vez por mês) "cartografias" das estratégias desenvolvidas durante o manejo das entrelinhas no mutirão, a fim de cruzar as observações com as características das situações de trabalho, tanto dos indivíduos quanto do coletivo. Além de aportar conhecimento sobre a atividade real, estas observações serviram de suporte para produzir explicitações por parte dos agroflorestadores. Entrevistas individuais foram realizadas informalmente, geralmente durante os intervalos dos mutirões. Os dados foram recolhidos por anotações manuais cotidianas do agente e quinzenalmente por meio da pesquisa participante de um estudante de mestrado. Em um segundo momento foram realizadas duas entrevistas de grupo. Dos nove agroflorestadores participantes foram selecionados três tomados como base para generalização dos resultados observados.

Resultados

O uso das gramíneas das entrelinhas para o manejo do canteiro

A atividade consiste em agir sobre o manejo e instalação de uma parcela de SAF (o objeto) a fim de realizar o aporte de matéria orgânica aos SAFs por meio do uso de capim nas entrelinhas (um objetivo) e dar forma concreta ao estabelecimento de um SAF “bem instalado” (um motivo). No entanto, a relação entre sujeito e objeto não é direta. Ela envolve a mediação através de um terceiro elemento: o instrumento (esquemas de uso das técnicas de implantação e manejo do estágio de poda, altura do corte do capim nas entrelinhas e como arrumar esse material dentro do canteiro). Nessa relação mediada, estabelecida pelo sujeito, o instrumento possui uma dupla face: (i) de um lado, um artefato material ou simbólico produzido pelo agroflorestador e pelos agentes envolvidos; (ii) de outro, vários esquemas de utilização associados, resultantes da construção ou apropriação de elementos sociais no trabalho coletivo e no coletivo de trabalho.

Vamos, somente, nos concentrar em caracterizar os “artefatos” em uma perspectiva material (esquemas de uso das técnicas de implantação e manejo do estádio de poda, altura do corte do capim nas entrelinhas e como arrumar esse material no canteiro), para evidenciar essa mediação. Desde o primeiro dia da mudança técnica identificamos três estratégias de utilização das entrelinhas no SAF às quais são:

Agricultor 1. Nos primeiros mutirões de implantação dos SAFs utilizava-se como fonte de matéria orgânica o jasmim (*Hedychium coronarium*) para fazer a cobertura dos canteiros, o qual precisava ser colhido em áreas pouco distantes dos canteiros, exigindo esforço e tempo de deslocamento para efetuar a implantação e manejo. Nos mutirões seguintes plantou-se capim-elefante (*Pennisetum purpureum*) nas entrelinhas, no entanto o agricultor se utilizou da estratégia de não manejar o capim individualmente, dedicando tempo de trabalho à sua própria área somente nos dias de mutirão. Sua justificativa para o coletivo é que na região não é preciso plantar capim, já que existe o jasmim em abundância e próximo as parcelas.

Agricultor 2. Nas primeiras implantações o agricultor questionava o espaçamento recomendado (3,5m a 4,5m) quando da instalação do plantio das entrelinhas de capim. A argumentação do agricultor colocava ênfase em que a área nas entrelinhas destinada para o plantio de capim era grande e isso representava um desperdício de área útil que poderia ser aproveitada para plantio de plantas de interesse para o agricultor. Nos primeiros canteiros implantados, a estratégia foi utilizar um espaçamento de 2m nas entrelinhas e como fonte de matéria orgânica importar o jasmim (*Hedychium coronarium*) para fazer a cobertura dos canteiros. No decorrer do tempo, a experiência e aprendizagem do agricultor com o manejo do capim nas entrelinhas o levou a constatar que a baixa quantidade de matéria orgânica nos SAFs não permitia o desenvolvimento pretendido das plantas, além do tempo e esforço físico disponibilizado para buscar o jasmim. O resultado desta percepção foi refletido no aumento do espaçamento das entrelinhas, até chegar a média de 4m a 4,5m, cuja largura é até superior a recomendada pelos técnicos e agentes no início dos trabalhos.

Agricultor 3. Nas primeiras implantações o agricultor também questionava o espaçamento das entrelinhas, com a mesma argumentação de desperdício de área. O espaçamento utilizado foi em média de 2m nas entrelinhas. O agroflorestador, ao analisar sua experiência, também constatou a importância da cobertura dos canteiros. Assim, desenvolveu a estratégia de plantar uma campineira em uma área separada externa à

agrofloresta. As áreas implantadas com capineiras foram em pastos abandonados de uma anterior criação de vacas leiteiras. Com o capim das entrelinhas não sendo o suficiente, o agricultor começou a cortar o capim da capineira, com o uso do triturador elétrico, picando-o e levando-o para que as galinhas ciscassem e estercassem o capim. Depois, o agricultor recolhia o material e o devolvia aos canteiros, agora adicionado de esterco das galinhas. Este procedimento provoca várias tarefas a mais ao dispositivo prescrito, no entanto o agroflorestador julga pertinente em vista da indisponibilidade de reordenar as parcelas do seu SAFs dentro do seu sistema de produção.

Apropriação do artefato

Essas "diferentes maneiras de utilização das entrelinhas" correspondem à mobilização de diferentes esquemas orientados para o manejo e instalação de uma parcela de SAF e cujo significado é dado pela noção de um SAF bem feito. Assim, estes são esquemas de ação instrumentada (Rabardel, 1995). Estes são implementados pelos agroflorestadores dentro de "uma situação realmente nova" uma vez que envolve o uso de novos artefatos (estádio de corte, altura de corte do capim, distribuição dentro do canteiro) as quais as novas transformações devem ser aplicadas (capim nas entrelinhas). Esses novos esquemas de uso das técnicas dirigidos para a tarefa principal determinada pelo objetivo, exige progressivamente uma mudança/transformação nas maneiras de "fazer", uma vez que ela se apropria de novos esquemas de uso refletido nos gestos e desenvolvimento das competências dos agroflorestadores. Exemplo disso é a progressiva reorganização da largura das entrelinhas, cortar o capim na altura para não atrasar seu rebrote, cortar o capim no estágio vegetativo e não maduro e incorporar o capim picado ao esterco.

Por outro lado se constata que apesar dos instrumentos serem concebidos para uma determinada utilização, eles, nos casos relatados, nem sempre são utilizados da forma como os agentes prescreveram, pois durante a ação os operadores exploram, interpretam, utilizam, transformam o seu ambiente técnico, social, cultural. "E é no seio desta atividade em situação que o artefato, material ou simbólico, é desenvolvido pelo utilizador, como instrumento da sua atividade." (Folcher & Rabardel, 2007). Os agroflorestadores, quando questionados sobre a defasagem entre o prescrito e o realizado, argumentam razões que contribuem, de alguma forma, para explicar a situação, o qual não parecem suficientes para os agentes e técnicos compreender a ambiguidade do discurso entre a vontade de

produzirem com plantas mais vigorosas e achar que o que conhecem é amplamente suficiente para a sua «arte de agroflorestador». Por outro lado, a questão não parece ser a não utilização do artefato em si, mas a sua utilização para além das funções consideradas mais básicas, já que muitos dos agroflorestadores manejam e usam o capim nas entrelinhas, semanalmente, no contexto real e todos tiveram a pressuposição de experimentar outras formas e de conhecer a sua lógica de funcionamento. Isto significa que o artefato só se torna um verdadeiro instrumento quando se inscreve numa utilização, quando é um meio para o utilizador poder realizar um determinado objetivo.

A apropriação como função do objetivo individual de desempenho

Os diferentes modos de inserção dos pesquisadores nos mutirões, seja em observações ou em vivências, revelaram em primeiro lugar que as modalidades de apropriação de uma estratégia técnica e operacional na implantação e condução da agrofloresta cumprem metas de desempenho (eficácia e eficiência) que são atribuídas pelos próprios agrofloresteiros. Durante o mutirão as metas são estabelecidas de acordo com as prescrições das tarefas a serem realizadas, somadas às renormalizações do agricultor em relação a elas durante a atividade de trabalho. Estes objetivos podem ser apresentados de acordo com os três pólos da atividade de trabalho, ou quais são frequentemente definidos em ergonomia como: o polo “Sistema”, o polo “Si mesmo” e o polo “Outros” (Clot, 2007; Weill-Fassina e Pastré, 2007).

Os objetivos definidos no polo 'Sistema' incluem as prescrições da Cooperafloresta, os objetivos do mutirão, a escolha de critérios de eficiência produtiva, e os meios de que se dispõe para a realização das tarefas. Nesta categoria, um primeiro objetivo citado pelos agrofloresteiros é de “fazer o trabalho render”, numa referência direta de antecipar, de planejar o plantio e manejo das linhas e entrelinhas antes que elas efetivamente sejam feitas. Um segundo objetivo diz respeito à organização do trabalho coletivo no decurso da ação. A divisão de tarefas, o uso de ferramentas, e a definição da logística de trabalho na área de agrofloresta. Esses são elementos a serem alocados considerando objetivos do polo Sistema para cada situação específica.

Os objetivos definidos de acordo com o polo "Si Mesmo" se refere aos aspectos pessoais da atividade, partindo de noções subjetivas e expressas na maneira como o agricultor desempenhará sua atividade perante o coletivo e perante si mesmo. Pode se

tratar de objetivos de preservação de saúde individual ou o desejo de exercer a atividade de acordo com a “sua própria concepção de agrofloreiro”. Pois o sentido que cada agrofloreiro coloca nesta ideia de uma implantação e manejo bem feitos é geralmente muito específica: “o capim é fonte de adubo pro canteiro do agrofloreiro”; “no canteiro não é lugar do adubo brotar, lá ele tem que apodrecer pra virar adubo pra goiaba, jabuticaba, banana, laranja, e até pra floresta futura”; “a poda tem que ser feita por ‘embaixinho’, pro cepo não brotar e não tirar a força do capim que vem depois”.

E finalmente, o polo “Outros” procura mostrar que os objetivos individuais de desempenho são definidos em relação aos “outros”, ou seja, em relação aos participantes do mutirão, à existência de uma hierarquia técnica ou a outros mutirões. Estes objetivos podem ser percebidos em comparações que partem de si em relação aos outros membros deste coletivo ou até outros coletivos. Por exemplo, um agricultor considera o impacto de sua atividade no trabalho de seus colegas. Sendo assim, ele não quer ser o primeiro a terminar de preparar um canteiro, por outro lado, ele também não quer que seus colegas esperem por ele. Além da questão do tempo depositado no desempenho da atividade, o agrofloreiro também pode importar-se com a qualidade de seu trabalho, pois sabe que um canteiro mal roçado e com pouca cobertura pode resultar na necessidade futura de uma capina manual. A equação entre o tempo e a qualidade do serviço pode resultar no ganho de reputação perante o grupo, e incentivar outros agricultores a seguirem regras bem sucedidas sobre como proceder em relação à agrofloreira.

Outro exemplo dos objetivos constantes no polo ‘Outros’ diz respeito à hierarquia pautada no argumento técnico. O fato de uma recomendação vir de uma instância técnica superior à do agricultor, essa pode tanto inibi-lo a manifestar seu pensamento quanto instigá-lo a recriar seus próprios argumentos através da experiência e da experimentação. A busca pela definição de diferentes estratégias de conduta mostra um leque de variabilidades onde cada objetivo manifesta um impacto complexo sobre a apropriação de cada um dos três pólos. As sequências de acontecimentos embutidas nas normas e nas renormalizações são plásticas, dotadas da capacidade de tomar forma de cada coletivo de trabalho, pois considera de maneira ampla e ao mesmo tempo localizada as tomadas de decisões feitas durante o trabalho.

Apropriação com função das exigências de cada situação de trabalho

Para além do objetivo de desempenho de um bom SAF, a apropriação de uma estratégia de manejo do capim nas entrelinhas também diz respeito às características de cada situação de trabalho que constituem restrições ou recursos no desenvolvimento da atividade. Utilizamo-nos mais uma vez, das modalidades de apropriação que podem ser agrupadas de acordo com os três polos da atividade. O polo “Sistema” reagrupa as exigências ligadas ao trabalho coletivo, seu objetivo, frequência e ao acordo das tarefas a realizar. Neste caso o compromisso de retribuir ao colega a realização semanal dos mutirões, a construção dos objetivos da jornada e a organização das tarefas reforçam os processos de solidariedade, ajuda mútua, fortalecem a confiança e coesão do grupo, pois no ato de doar-se existe mais que uma mera troca, existe todo um simbolismo presente que reforça valores humanos além dos valores pessoais envolvidos. Essa relação entre as características do mutirão e apropriação de uma estratégia de manejo do capim nas entrelinhas foi observada no campo. Por exemplo, as estratégias utilizadas por um agroflorestandor durante o mutirão reforçam o discurso das prescrições do coletivo, mas contudo não garante que elas sejam utilizadas em seu próprio SAF.

As características relacionadas ao polo “Si Mesmo” incluem as características físicas e de tempo disponível de cada um e as competências e as estratégias desenvolvidas com experiência. Aqui estão três exemplos: 1) Possuir um triturador que permite aumentar a velocidade e uniformidade da picagem e um menor tamanho das partes das plantas, pois “fica mais fácil carregar o mato em sacos pra aqui e prá lá”. 2) Aumentar o espaçamento das entrelinhas permite distribuir o capim tanto para um lado e quanto para outro e “não preciso abrir outra área e me dá mais tempo para cuidar dos canteiros”. 3) No mutirão as tarefas mais grosseiras são resolvidas como “cortar o capim-elefante é uma tarefa mais dura, assim dedico mais tempo [quando sozinho no seu lote] para cuidar das minhas plantas”.

Finalmente, o polo “Outros” também é constituído de características específicas para cada situação de trabalho. No âmbito do grupo Galha Azul, cada agroflorestandor sabe como seu vizinho maneja o capim, e, querendo, é possível desfrutar das opiniões e conselhos dos colegas durante os mutirões: “eu acho que é melhor você aumentar a largura das entrelinhas para manter as plantas bem fortes que vierem ano que vem”. Assim, a apropriação de uma técnica não é apenas em função de uma diversidade de objetivos a

alcançar, mas também está presente uma variedade de impedimentos e recursos relacionados às características do trabalho, a cada indivíduo, a cada momento de produção, ou seja, está nas exigências de cada uma das situações de trabalho.

Nenhuma das diferentes modalidades de apropriação de uma estratégia operacional de trabalho aparece estática na estratégia de manutenção e desenvolvimento das entrelinhas, e para cada agroflorestandor, o desenvolvimento de uma, de outra, ou de mesmo de várias no seu sistema depende de uma combinação única e evolutiva destas modalidades. Nos discursos, nenhuma das estratégias parece prevalecer sobre a outra, apesar das prescrições dos espaçamentos e técnicas de manejo de corte dos capins serem as mesmas: em cada modalidade há "sua vantagens e suas desvantagens"; o "bom método é pessoal, e depois cada um tem sua forma de fazer"; "a estratégia de manejo das entrelinhas é individual".

Discussão

Uma das características do manejo do capim nas entrelinhas é o fato de carregar em si a função a que ele se propõe – aportar matéria orgânica aos SAFs, ou seja, o instrumento deve servir para um determinado objetivo – e desse modo a descrição das modalidades de apropriação mostra como sucessivamente a técnica do manejo do capim foi utilizada e transmitida ao longo da história dos mutirões. Portanto, os agroflorestandores se apropriaram do artefato. Mas uma análise mais fina das tomadas de informação mostra, contudo, o caráter paradoxal desses resultados.

A forma como se articulam e se combinam as diferentes modalidades de apropriação descritas estão em função das exigências de cada situação de trabalho e dos objetivos de rendimento fixados pelos sujeitos individualmente, mas também ligados diretamente à manutenção do coletivo de trabalho. A apropriação da técnica, enquanto mediadora e construtora da nossa relação com o mundo e enquanto quadro da nossa ação e compreensão do mesmo revela-se, assim, essencial para a utilização dos instrumentos e procedimentos técnicos, pelo que deve ser pensada no momento da concepção dos mesmos.

Neste sentido parece consensual pensar numa atividade de trabalho duplamente dirigida, tanto pelo sujeito, quanto pela tarefa a realizar. A questão que emerge é a de saber qual o papel que está reservado aos outros na atividade profissional. Assim, reconstruir a

dinâmica individual dessas modalidades será necessário por meio de acompanhamentos individuais mais frequentes durante os processos de mudança técnica.

Neste texto, nos focalizamos, sobretudo, à dimensão temporal. Entretanto, a organização de uma concepção dialógica não reside somente na dimensão temporal. Ela reside também nas relações de poder e nos valores mobilizados pelos atores. Não se trata da existência de uma oposição, pois a atividade dos outros não é «inimiga». A nossa atividade é que se define, cristaliza, organiza na atividade dos outros, com a atividade dos outros, contra a atividade dos outros, apoiando-se ou aproximando-se da atividade dos outros. Mas se a atividade do sujeito resulta na do que os outros fazem, em contrapartida, esta atividade também vai agir e interferir sobre as atividades dos outros, ou seja, atividade do agroflorestador constrói-se sempre no universo da atividade dos outros. Estes desenvolvimentos ocorrem em situações em que, por um qualquer motivo, um trabalhador se confronta com um imprevisto e é obrigado a inventar uma solução. São estas invenções individuais que correspondem ao estilo profissional. Contudo, elas só são possíveis porque existe um patrimônio, ou seja, a solução é inventada a partir do meio, é um trabalho que se faz partindo da conformação de um gênero profissional dito agroflorestral construído, neste caso, exclusivamente da complexidade de relações entre um coletivo de trabalho.

Referências

- BÉGUIN, P. (2008). *Argumentos para uma abordagem dialógica da inovação*. *Laboreal*, 4, (2), 72-82. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112341787:352:81>
- BÉGUIN, P. De l'organisation à la prescription: plasticité, apprentissage et experience. agir en clinique du travail. IN: CLOT, Y., LHUILIER, D. *Agir en clinique du travail*. Toulouse: ERES, Collection, Clinique du travail, février 2010, 333 p.
- CAROLY, S., CLOT, Y. (2004). *Du travail collectif au collectif de travail : développer des stratégies d'expérience*. Formation Emploi, n°88, 43-55.
- CHASSAING, K. (2007). Elaboração, estruturação e realização de “gestualidade” de trabalho: os gestos na montagem de automóveis e na cofragem de pontes de auto estrada. *Laboreal*, 3, (2), 82-84. http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223423_24977536:2
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- CUVELIER, L., CAROLY, S. (2009). *Appropriation d'une stratégie opératoire : un enjeu du collectif de travail*. *Activités*, 6 (2), pp. 57-74. <http://www.activites.org/v6n2/v6n2.pdf>

FOLCHER, V., RABARDEL, P. Homens, artefatos atividades: perspectiva instrumental. In: FALZON, P. (ed.). *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007. p. 207-222

RABARDEL, P. (1995). *Les hommes et les technologies, approche cognitive des instruments contemporains*. Paris: Armand Colin.

RABARDEL, P. (2005). Instrument subjectif et développement du pouvoir d’agir. In P. RABARDEL, P., PASTRE, P. (Eds.), *Modèle du sujet pour la conception. Dialectiques activités développement* (pp. 11-29). Toulouse: Octarès Editions.

SILVA, R. O., STEENBOCK, W. Aspectos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem de agrofloresta no âmbito da Cooperafloresta. In: Steenbock, W., *et al.*; *Agrofloresta, ecologia e sociedade* —Curitiba : Kairós, 2013. 422 p.

VIGOTSKI, L. S. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEILL-FASSINA, A., PASTRÉ, P. As competências profissionais e seu desenvolvimento. In. FALZON (org.) *Ergologia*, (p.175-190). São Paulo: Blucher, 2007.

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO, SP

Keila Cássia Santos Araújo Lopes¹ – Unesp/Rio Claro, SP.
keilacaraujo@yahoo.com
Solange Terezinha de Lima Guimarães² – Unesp/Rio Claro, SP
hadra@uol.com.br
Paulo Rogério Lopes³ – Esalq/USP, Piracicaba, SP
biocafelopes@bol.com.br
GT1- Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

O objetivo da pesquisa consistiu na análise da multifuncionalidade da agricultura em assentamento rural da reforma agrária paulista. Os assentamentos estudados pertencem à área rural do município de Teodoro Sampaio/SP e encontram-se localizados no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo, denominados de Santa Rita da Serra e Vale Verde. O instrumento metodológico para o desenvolvimento deste trabalho constituiu-se na aplicação de questionários fechados, formados por blocos temáticos, os quais continham questões referentes à multifuncionalidade da agricultura (reprodução social e econômica das famílias rurais, promoção da segurança alimentar, manutenção do tecido social e preservação e conservação dos recursos naturais) nas áreas de estudo. Os resultados obtidos demonstraram que as unidades produtivas inseridas nos assentamentos rurais em torno do Parque Estadual Morro do Diabo, desempenham múltiplas funções, que vão além da produção agrícola somente. A agricultura local contribui com a conservação da biodiversidade e com a segurança alimentar e econômica das famílias. Além da produção voltada para o consumo, os assentados escoam o excedente de sua produção para o PAA (Projeto de Aquisição de Alimentos). Um fator importante observado nos assentamentos do entorno da área protegida se refere aos serviços ecossistêmicos, que tem sido fundamental para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica desenvolvida pelos agricultores.

¹ Geógrafa pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco (FASF), Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (USFCar) e Doutoranda em Geografia pela UNESP/Rio Claro.

² Geógrafa, Mestre e Doutora pelo Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Professora Adjunta do Departamento de Geografia (IGCE) da Unesp (Campus/Rio Claro, SP), Livre-Docente em Interpretação e Valoração de Paisagens.

³ Biólogo pelo Centro de Ensino Superior e Pesquisa de Machado, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Doutorando em Ecologia Aplicada pela ESALQ/USP, Piracicaba/SP.

Introdução

Durante a década de 90, principalmente após os anos de 1950, houve profundas transformações na produção agrícola no Brasil. A introdução de máquinas e novas técnicas de cultivo baseadas na utilização de insumos químicos geraram incentivos e priorização do desenvolvimento do agronegócio, ou seja, a intensificação da prática das monoculturas, com o intuito de exportação de commodities agrícolas.

A modernização dos meios de produção agrícola, por outro lado, propiciou uma reorganização do espaço rural, especialmente para os pequenos agricultores. Apesar de perturbações históricas sofridas nos contextos sociais, econômicos e ambientais, especialmente após a modernização no campo, a agricultura familiar ainda permanece em constantes processos reprodutivos e se destaca por desempenhar múltiplas funções que se estendem além da produção de alimentos.

Nesse contexto, Maluf (2002), analisa a noção de multifuncionalidade da agricultura através de um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, sob a ótica da reprodução social e interação entre as famílias e seus territórios.

Os primeiros estudos sobre o tema, multifuncionalidade da agricultura, foram iniciados na França na década de 90, através de seu reconhecimento pelas políticas públicas com a Lei de Orientação Agrícola (LOA) e posteriormente se tornou objeto de um número crescente de investigações.

No Brasil, a promoção da multifuncionalidade da agricultura (MFA), atribui o papel das famílias rurais a produção agroalimentar e a reprodução das famílias rurais. Porém, a importância atribuída à produção alimentar deve ser acompanhada com a constatação de que a reprodução econômica das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guarda uma relação linear com a atividade agrícola somente, pois a maioria das famílias obtém incrementos de renda por outras fontes que não apenas sua produção agrícola mercantil (CAZELLA et al., 2009 p.49).

No Brasil, estudos realizados por Carneiro e Maluf (2003), apontam quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira, sendo que a manifestação das quatro funções apresentam características diferenciadas de acordo com o contexto social ou territorial, conforme seguem abaixo:

- Reprodução Sócio-Econômica das Famílias Rurais: diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais se manterem no campo em condições dignas.
- Promoção da Segurança Alimentar das Famílias Rurais e da Sociedade: a segurança alimentar é aqui considerada no sentido da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade nutricional destes.
- Manutenção do Tecido Social e Cultural no campo: essa contribuição da agricultura decorre das anteriores e também de fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais. A agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade e condição de inserção social das famílias rurais brasileiras.
- Conservação e Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem Rural: Refere-se às relações humanas (produção agrícola) com o meio, realizadas de maneiras sustentáveis, permitindo a conservação e preservação dos recursos naturais, bem como a conformação da paisagem rural.

A OCDE em 1998 analisou que além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade sócio econômica em várias áreas rurais. Assim, “a agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos” (SOARES 2000/2001, p.41).

O presente trabalho teve como objetivo analisar a existência da multifuncionalidade da agricultura nos assentamentos rurais Santa Rita da Serra e Vale Verde, localizados no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo, município de Teodoro Sampaio/SP, região do Pontal do Paranapanema.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada em áreas de assentamentos rurais da reforma agrária paulista, localizados no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo, município de Teodoro Sampaio/SP, região do Pontal do Paranapanema. O assentamento rural Santa Rita da Serra é composto por 40 lotes e área total de 837 ha e o Vale Verde por 50 lotes, com área total de 1011 há, ambos implantados no ano de 1997. Essa região do Pontal do Paranapanema situa-se no extremo oeste do estado de São Paulo e pertencente a região administrativa de Presidente Prudente (SILVA et al 2006).

A altitude local é de 321 metros, embora o Morro do Diabo apresente 599,5 metros. Com relação ao relevo destaca-se a unidade denominada Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná. Os solos apresentam textura arenosa, retêm pouca água e nutrientes, possibilitando erosões e o município ainda pertence a bacia hidrográfica do Paraná, situado entre dois grandes rios, Paraná e Paranapanema (SILVA et al 2006)

Na coleta de dados utilizou-se da abordagem quantitativa e qualitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados, ou seja, composto por perguntas fechadas e abertas, as famílias assentadas. Os questionários foram compostos por blocos temáticos os quais continham questões fechadas referentes às quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura nos assentamentos estudados.

Com relação à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural foram abordadas questões sobre as práticas agrícolas adotadas, questões relacionadas à conservação do solo e água, além da influência do Parque Estadual Morro do Diabo em seus lotes. No quesito reprodução sócio econômica das famílias rurais verificou-se quais são os tipos de mão de obra utilizados para a produção, proveniência da renda do lote, dentre outros aspectos. As questões referentes à segurança alimentar se concentraram nas diferentes atividades agrícolas desenvolvidas (pecuária, produção de hortifruti para consumo e/ou comercialização). Na manutenção do tecido social e cultural foram abordadas questões sobre associações, trocas de serviços e/ou favores e continuidade da família no lote. Os dados serão apresentados de forma descritiva.

Resultados

- Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem Rural

Os agricultores utilizam o sistema de cultivo convencional, embora façam o uso de diferentes práticas agrícolas que contribuem com a preservação dos recursos naturais. Dentre as práticas agrícolas utilizadas pelos agricultores podemos citar que 22,3% dos agricultores adotam o sistema de rotação de culturas, cobertura morta do solo e quebra-vento e 44,5% deles realizam o consórcio de culturas em seus lotes.

A utilização de compostos vegetais e animais nas culturas também são utilizadas por 88,9% dos agricultores, visto que a criação de gado é uma das principais atividades realizadas pelos assentados.

Pode-se observar que 22,3% dos assentados utilizam adubos verdes nas entrelinhas dos cultivos e apenas 11% em áreas separadas.

Quando indagados sobre a qualidade do solo, 66,7% dos agricultores apontaram que o solo é de boa qualidade. A demonstração da qualidade dos solos pode ser expressada nas falas abaixo.

“Aqui é uma terra boa que não foi tão explorada. Tem vida, o solo tem vitamina”.
“Aqui a lavoura cresce, sai bem”.

Mas, para 22,3% dos assentados o solo tem qualidade mediana e 11% alegaram que o solo é ruim para os cultivos agrícolas. As percepções sobre a qualidade do solo seguem abaixo.

“A terra é muito areiosa, tem muita formiga”.
“Ah....a gente sempre tem que mexe, senão a terra fica fraca. Num chega a cê ruim, mas a gente sempre tem que mexe”.

Os agricultores afirmam terem conhecimento do que é erosão (88,9), enquanto 11% responderam não saber do que se trata.

Verificou-se que 44,5% conheciam plantas indicadoras de solo, e citaram anjico, assa-peixe, amendoim de brejo, coração de negro como as principais plantas indicadoras.

Observou-se que 66,5% dos agricultores fazem análise de solo, enquanto 33,5% nunca fizeram essa análise. E nenhum dos agricultores entrevistados nunca fizeram análise da água que utilizam.

Com relação à presença de uma área protegida por lei (Parque Estadual Morro do Diabo), no entorno dos assentamentos, 78% dos agricultores mencionaram ser positivo essa proximidade dos lotes à área florestal. As falas dos agricultores entrevistados demonstram essa afirmação.

“ O ar fica melhor”.
“ A mata puxa mais umidade pro lote”.
“ O verde é melhor que o seco, dá mais oxigênio”.

- Reprodução Socioeconômica das Famílias Rurais

Com relação ao tipo de mão de obra no lote, 44,5% afirmaram que somente a família trabalha no lote, enquanto que 55,5% responderam que além da mão de obra da família contratam temporariamente trabalhadores para alguns serviços específicos realizados nos lotes.

Com relação à contratação de mão de obra externa 77,7% dos agricultores afirmaram que contratam apenas um trabalhador, e que geralmente isso ocorre em épocas de colheitas de mandioca ou para a realização de capina manual dos cultivos. No início da implantação dos assentamentos prevalecia o sistema de troca de diária e mutirões. No entanto, com a chegada das usinas canavieiras na região que contratam os assentados para prestação de serviços esse sistema de antigo de trocas de dias de serviços foi abandonado.

Dos agricultores entrevistados 44,5% buscam outras fontes de complementação de renda fora do lote. Essas são as chamadas atividades não-agrícolas. Dentre as atividades realizadas pelos assentados podemos citar: pedreiro, operador de máquina na usina, motorista da usina, auxiliar de serviços gerais. Há também assentados que possuem bares e pequenos mercados dentro do assentamento (22,2%). Estas se caracterizam por atividades não-agrícolas dentro do lote. E 33,3% dos agricultores sobrevivem apenas das atividades realizadas em seus lotes. As principais atividades desenvolvidas nos lotes dos agricultores assentados são a pecuária de leite e corte, horticultura, produção de mandioca e apicultura.

- Promoção da Segurança Alimentar das Famílias Rurais e da Sociedade

Os assentados entrevistados cultivam uma variedade de produtos em seus lotes. Essa produção é comercializada para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). O

programa governamental tem por finalidade fortalecer a agricultura familiar através da comercialização direta dos produtos de agricultores assentados.

Os produtos mais cultivados são milho, alface, abóbora e quiabo correspondendo cada item a 88,9%, seguido de mandioca (77,8%) e feijão (66,6%), além de outros como cebola, chuchu, batata-doce, berinjela e pepino (55,5% cada item), tomate e pimentão (44,5% cada item), e embora menos expressivo o café (11%). Todos os produtos destacados são para o consumo das famílias e comercialização.

Com relação a produção de frutas destaca-se a produção de mamão e banana (100%), abacaxi, limão, melancia e manga (88,9% cada item), goiaba, jaca, abacate (77,7% cada item), acerola (66,6%), laranja e caju (55,5%) e jabuticaba (44,4%). Além dessas frutas destacadas 44,4% dos agricultores mencionaram terem em seus lotes outras frutas para o consumo, dentre as quais podemos citar: amora, pitanga, pinha, maracujá, graviola, dentre outras.

As frutas utilizadas para comercialização são mamão, manga, banana, limão, jaca, caju e abacate.

- Manutenção do Tecido Social e Cultural

Constatou-se que 44,4% dos agricultores entrevistados participam de associações nos assentamentos. Nos assentamentos há realização de festas religiosas, como as quermeses, festas junina, torneio de sinuca, torneio de futebol e folia de reis.

Quando indagados sobre a possibilidade de venda das benfeitorias nos lotes, todos os agricultores entrevistados afirmaram que não venderiam. As falas dos agricultores abaixo demonstram por que não venderiam as benfeitorias realizadas nos lotes.

“ Ah...eu fui criado no sítio”.

“ Na cidade num tem sossego”.

“ Aqui é uma herança do meu pai”.

“ Minha casa é aqui, so mudo pra última da minha vida”.

“ Por dinheiro nenhum. Toda vida morei na roça. Vou ficar aqui até velhinha, até o dia que Deus quise. Deus me livre morá na cidade.”

Ao questionar os agricultores assentados se desejam que os filhos continuem morando no lote dando continuidade ao trabalho da família 44,4% responderam positivamente, enquanto 44,4% responderam que não e 11% não têm filhos.

Com relação ao desejo dos pais que os filhos permaneçam no lote obtivemos as seguintes explicações:

“ Porque foi nascido e criado aqui. Hoje em dia o povo ta estudando demais. Não vai tê emprego pra todo mundo e vai ter que voltá tudo pra roça mesmo ”.

“ Porque nasceu e criou aqui, é aqui o futuro deles ”.

“ Porque aqui produz alimento ”.

“ Porque tem vida digna ”.

Os pais que não desejam que os filhos permaneçam no lote dando continuidade ao trabalho da família argumentaram que:

“ Eu queria que meus filho ficasse perto de mim. Nasceram e criaram aqui, mas sobrevive daqui num dá. Cada um tem que caçou seu destino, seu trabalho na cidade ”.

“ Eu queria que meus filho formasse, fizesse alguma coisa ”.

“ Estudá pra consegui profissão melhor fora do lote ”.

Nos assentamento os vizinhos realizam a troca de semente entre si, sendo que 33,3% responderam que o fazem sempre e às vezes, respectivamente e 33,3% disseram que nunca trocam sementes com vizinhos.

Nos assentamentos também a troca de favores com a vizinhança e 44,5% responderam que sempre trocam favores, 22,2% às vezes e 33,3% disseram que nunca necessitam de favores dos vizinhos.

Considerações Finais

Tomando por base os dados obtidos na presente pesquisa e a conceituação das expressões da multifuncionalidade no Brasil, considera-se que os agricultores dos assentamentos pesquisados embora ainda pratiquem a agricultura de modo convencional, adotam práticas em seus cultivos que são sustentáveis e contribuem para a preservação dos recursos naturais. Demonstrou ter conhecimento dos processos que comprometem a fertilidade dos solos, recurso importante para a produção agrícola.

É considerável a porcentagem de agricultores (44,4%), que obtém o sustento das famílias apenas com a renda obtida no lote. Embora haja agricultores em que algum membro da família busca atividades fora do lote (atividades não-agrícolas) para garantir o sustento da família. Um fator que propicia o desenvolvimento dessas atividades na região dos assentamentos é a presença das usinas de cana-de-açúcar que emprega mão-de-obra de trabalhadores rurais advindos das áreas de assentamentos.

Considerando o quesito segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade verificou-se que os agricultores pesquisados cultivam produtos básicos para a alimentação e sobrevivência de suas famílias, como feijão, milho e mandioca, além de muitas olerícolas (alface, chicória, repolho, couve, brócolis, inhame, cará, cheiro verde, beterraba, cenoura, pimentão, tomate dentre muitas outras), ricas em fibras e vitaminas. Além disso, comercializam o excedente, proporcionando garantia de alimentação para os moradores das áreas urbanas.

Com relação à manutenção do tecido social e cultural das famílias rurais, observou-se em alguns quesitos que há um sentimento de negação dos agricultores entrevistados pelo rural, especialmente quando indagados sobre o desejo dos filhos permanecerem no local.

Contudo, observou-se que há realização de festas religiosas, trocam sementes, torneios, que garantem a aproximação dos moradores do local.

Analisar a multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais e verificar quais são os modos de vida, os anseios, as expectativas, bem como as dificuldades presentes no cotidiano dessa população rural é de grande importância, especialmente considerando os objetivos pela qual essas áreas foram implantadas, que se destaca não somente pelo abrigo, mas também para garantir renda e vida digna as famílias brasileiras que vivem no campo. Isso evidencia as múltiplas dimensões da agricultura expressas nas áreas de assentamentos rurais.

Referências Bibliográficas

CAZELLA, A.A; BONNAL, P; MALUF, R.S. (Org.). Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, II CA, 2009. 301p.

MALUF, R. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In LIMA, D. M de A. & WILKINSON, J. (org). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**, Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

CARNEIRO, M.J; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro. Mauad, 2003, p. 135-152.

SILVA, A.A.FERNANDES, B.M; VALENCIANO, R.C. Relatório de Impactos Socioterritoriais – RIST. 1ª Ed. NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária), INCRA. Presidente Prudente, 2006.p. 376.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. Revista Proposta, n.87, ano 29. Rio de Janeiro: FASE, 2000/2001.p.40-49.

A COMPATIBILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BIOMA PAMPA

Jefferson Marçal da Rocha, Francis Casagrande Zanella, Rafael Cabral Cruz
(Universidade Federal do Pampa)
jeffersonrocha@unipampa.edu.br
franciszanella@gmail.com
rafaelcruz@unipampa.edu.br
CNPq; FAPERGS
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Nesta pesquisa o objetivo foi analisar a distribuição de terras e as principais estratégias produtivas adotadas nos assentamentos rurais da Metade Sul do RS, considerando a compatibilidade socioambiental com o tamanho dos lotes. Utilizou-se de questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes qualificados relacionados à questão agrária na região, além da análise de documentos e bibliografias. A região estudada teve em sua formação um processo de transformação ambiental que constituiu o bioma Pampa, adaptado aos fatores antrópicos ligados à forma do manejo, principalmente do gado de forma extensiva, condicionando a existência da biota adaptada. No decorrer do século XX este sistema sofreu forte influência do conjunto de estratégias e técnicas produtivas agrícolas ligadas à expansão do agronegócio, que provocaram perdas significativas da biodiversidade. Na década de 1980, a partir de pressões sociais pela reforma agrária na região, surgiram políticas de assentamentos com a perspectiva de estimular uma estratégia para o desenvolvimento da Metade Sul. Nestes loteamentos as terras foram divididas em módulos rurais que variam entre 15 a 25 hectares. Os resultados demonstram que o método utilizado na distribuição aliado a práticas agrícolas convencionais não garantirá a preservação ambiental do bioma e não viabilizará a reprodução socioeconômica das famílias a médio e longo prazo. A partir desta análise fica evidente que os lotes distribuídos, condicionados a trama socioeconômica e cultural já existente na região, levarão ao aprofundamento da perda da biodiversidade e das desigualdades sociais. Este processo só poderá ser revertido com métodos coerentes de distribuição e a prática de uma agricultura compatível, nas bases do desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável; reforma agrária; políticas públicas; Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Jefferson Marçal da Rocha: Economista, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, Bolsista Produtividade CNPq.

Francis Casagrande Zanella: Acadêmico do Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Pampa, Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/Fapergs.

Rafael Cabral Cruz: Ecólogo, Doutor em Ecologia, Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, Bolsista Extensão CNPq.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo se analisam as transformações ocorridas no meio rural da Metade Sul¹ (Bioma Pampa) do Rio Grande do Sul (RS), que provocaram mudanças no cenário socioeconômico e ambiental, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, período onde houve mudanças mais efetivas da ocupação fundiária.

Por meio de uma análise histórica percebe-se que a ocupação humana na região esteve vinculada a exploração pecuária. Esta prática entrou em estagnação econômica a partir da segunda metade do século XX. A partir desta época a região passou por fortes transformações no uso da terra, por meio de um modelo de produção que ao mesmo tempo, trouxe ganhos econômicos para os grandes proprietários rurais, seguindo a lógica do mercado exportador de grãos, mas manteve as desigualdades sociais, acarretando ainda perdas na biodiversidade e na cobertura vegetal características do bioma Pampa. A expansão de monoculturas agrícolas e a inserção de monoculturas florestais, já nos últimos anos deste século, aprofundaram esse processo.

Os assentamentos da reforma agrária foram criados na região a partir da década de 1980, em um contexto que possibilitaria uma transformação dessa realidade histórica, por trazer novas perspectivas em suas políticas: justiça social, desenvolvimento da agricultura familiar sustentável, soberania e segurança alimentar. Analisar se o método de distribuição de terras e a trama socioeconômica e cultural do contexto regional viabilizaram estas perspectivas, é o que se propõe este trabalho. Utilizou-se de questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes qualificados, além da análise de documentos e bibliografias.

Esse texto está dividido em oito tópicos além desta introdução: nos três primeiros faz-se uma análise da formação do Bioma Pampa e do desenvolvimento da MS, no 4º e no 5º tópicos se analisa o contexto da reforma agrária na região. Nos tópicos 6º e 7º é feita uma análise das principais estratégias produtivas adotadas pelos assentados, caracterizadas como: agricultura monocultora e pecuária familiar, considerando suas possibilidades e limitações para um desenvolvimento rural sustentável. Por fim, nas considerações finais, a

¹ No contexto deste trabalho iremos considerar o termo Metade Sul (MS) como sendo a região que abrange a fronteira-oeste, a região sul e a parte central do estado do Rio Grande do Sul. Esta definição será usada como uma configuração socioeconômica e geopolítica. Já o termo Bioma Pampa, que se refere ao ecossistema que compõe esta região, será utilizado ao referir-se aos aspectos físicos e ecológicos desta mesma.

partir do contexto empírico estudado, se sintetizam as perspectivas de sustentabilidade da reforma agrária na região.

FORMAÇÃO DO BIOMA PAMPA

O Bioma Pampa é o ecossistema que constitui a paisagem que se estende da Metade Sul (MS) do RS até o Uruguai e norte da Argentina. Tem como característica peculiar paisagem aberta e vegetação campestre. Estas vastas extensões de campos que dominam a paisagem rio-grandense, contêm traços de uma relação de ocupação humana e um manejo utilizado que proporcionou adaptações ambientais, com níveis de estabilidade e perturbações. Essa dinâmica foi mais fortemente alterada a partir da última metade do século XX (CRUZ e GUADAGNIN, 2011).

Pode-se afirmar a partir da sistematização da história ambiental do bioma, abordada por Cruz e Guadagnin (2011), que houve uma coevolução entre seres humanos e a biodiversidade local resultando em adaptações mútuas condicionadas pelo manejo proporcionado pela ocupação humana, caracterizando transformações socioambientais adaptativas entre as espécies.

Passado um período de mais de sete mil anos após a extinção da megafauna da região ocasionada pelos primeiros humanos ocupantes, os padres missionários jesuítas trouxeram novos grandes herbívoros para o Bioma Pampa, onde se destacam os bovinos e equinos. As primeiras notícias das Missões em território rio-grandense datam de 1605 e a partir de 1626 as Missões Jesuíticas espanholas se estabeleceram e fundaram as chamadas reduções (ROCHA, 2011).

A ocupação da região pelas missões jesuíticas se deu num período de vários conflitos entre as coras portuguesas e espanholas durante boa parte do século XVII, contudo o legado dos padres missionários foi à inserção de grandes herbívoros exóticos no RS. Ao abandonarem o território, forçados por conflitos entre as duas coroas, deixaram uma considerável quantidade de rebanho, que com o passar dos anos multiplicou-se livremente formando imensas reservas de gado bem adaptado ao ambiente (ROCHA, 2011).

Isso deu início a uma nova fase de transformações ambientais ao mudar novamente o manejo sobre os ecossistemas com um diferente regime de perturbações na retomada da

pressão pelo pastoreio, através de um rebanho que teve grande expansão em curto período de tempo (CRUZ e GUADAGNIN, 2011).

A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme Rocha (2011) a ocupação espacial portuguesa da MS se deu com interesse político-militar em meados do séc. XVIII, organizada pela Coroa Portuguesa que distribuiu grandes lotes de terra, as denominadas sesmarias, com a finalidade de garantir o domínio político do vasto território no sul da América.

Os “estancieiros”, primeiros ocupantes, na sua maior parte ex-militares aproveitados pela Coroa Portuguesa para ocuparem o território, estabeleceram a pecuária extensiva como principal atividade agropecuária, possibilitada pela ampla multiplicação do gado abandonado pelas Reduções Jesuíticas.

A diversificação da matriz produtiva não foi uma necessidade dos estancieiros da região. Para Rocha (2011) a baixa demanda por mão de obra e a facilidade para incorporar novas terras favoreceram principalmente atividades vinculadas à criação de bovinos e ovinos como a melhor opção de reprodução socioeconômica.

A economia da MS encontrou no início do século XIX, com a implantação em território rio-grandense da indústria de salgamento da carne, as denominadas charqueadas, um canal de escoamento para seus rebanhos que até então, só eram comercializados para a retirada do couro, para o transporte de cargas, e para alimentação na região das minas de ouro na região central do Brasil (ROCHA, 2011).

Porém, mesmo com o incremento do comércio de gado ocasionado pela indústria do charque, não houve alteração nas formas de produção dos rebanhos nas estâncias da MS até o início do século XX.

Na forma em que essa relação entre seres humanos e ambiente influenciou as relações socioeconômicas, estabeleceram-se também as bases culturais da tradição gaúcha no RS, na medida em que a sociedade local se relacionava com o meio, elucidando a coevolução entre transformações ambientais e sociedade, o que constituiu o Bioma Pampa (CRUZ; GUADAGNIN, 2011).

QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO: TRANSFORMAÇÕES DA TRAJETÓRIA CAPITALISTA

Com o declínio na comercialização do charque e as limitações na adaptação ao mercado de carnes frigorificadas, já na segunda década do século XX, se iniciou a estagnação econômica na MS oriunda da crise do modelo de produção pecuária (ROCHA, 2011; PICCIN, 2012). Na metade do século XX, começa uma nova fase de transformações ambientais no bioma, constituído pelo avanço da agricultura industrial, que iria causar fortes transformações aos ecossistemas da região, descaracterizando o “sistema campo” (CRUZ e GUADAGNIN, 2011).

Isso se deve a formas produtivas ambientalmente insustentáveis implantadas na região especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os princípios da Revolução Verde e a exigência mercantil por altos índices de produtividade tanto na pecuária como principalmente na produção de grãos (*commodities* agrícolas), levaram a densidades de lotação e áreas cultivadas superiores à capacidade de suporte do bioma.

As atividades relacionadas à agricultura monocultora ganharam maiores proporções na MS a partir da segunda metade do século XX. A rizicultura foi o principal cultivo em larga escala desenvolvido pela lógica mercantil. No início do século XXI continua sendo um dos setores mais capitalizados do Estado.

A superfície cultivada com arroz irrigado no Rio Grande do Sul já na safra de 1921/1922 era de 79.120 hectares (ha). No período entre 1921 a 1990, ao longo de 69 anos, houve um incremento de 712.130 ha cultivados. No período mais recente, entre 1990 a 2011 ao longo de 21 anos, houve um incremento de 379.288 ha cultivados, alcançando a marca de 1.170.538 ha cultivados na safra 2010/11 (IRGA, 2011).

Outras atividades agrícolas de cunho mercantil são desenvolvidas no RS em sua área agrícola de mais de 20 milhões de hectares, ocupando posições de destaque também na MS, sobretudo na produção de soja, também de milho e trigo. No Estado o cultivo de soja ocupa 4.021.778 ha, o de milho 1.151.397 ha e de trigo 2.182.667 ha (IBGE, 2012).

Um dos novos fatores da expansão agrícola no RS foi o aumento da área de cultivo de soja no Bioma Pampa, no final do séc. XX e nas primeiras décadas dos anos 2000. Esse processo denominado de “despecuarização” da MS se deve aos preços mais acessíveis de

terras da região em relação às terras do planalto rio-grandense, tradicionalmente ocupado pela produção de soja.

Políticas silvícolas também estão contribuindo para mudanças ambientais e socioeconômicas na MS. Estas políticas incentivam o plantio de árvores exóticas, especialmente os eucaliptos, e passaram a ser encaradas nas últimas décadas como um fator economicamente viável por muitos agentes de desenvolvimento do Estado. A principal justificativa é a necessidade imediata de investimentos na MS. Este processo foi claramente uma alternativa condicionada a pressões de grandes empresas de capital estrangeiro, que perceberam variáveis mercantis favoráveis à expansão de seus negócios na região, em especial o preço das terras agrícolas, a mão de obra disponível e barata, e as facilidades tributárias que alguns municípios lhes ofereceram. Um desses programas para desenvolvimento florestal no RS é o Pró-Flora, que identifica um milhão de hectares no Estado como meta inicial para a expansão silvicultural (CRAWSHAW et. al., 2007). Nas últimas décadas do século XX, percebe-se uma forte expansão de atividades ligadas à agricultura industrial e ao plantio de árvores no RS.

Os principais impactos ambientais identificados para esses cultivos estão ligados à depreciação da paisagem natural, barreira à fauna, alteração dos ciclos hidrológicos (redução dos mananciais hídricos), destruição do banco de sementes de espécies vegetais nativas e endêmicas, alteração da microbiologia e comprometimento da biodiversidade como um todo (BRACK, 2007, p.8 apud IBGE, 2010).

A partir de dados do IBGE é possível identificar impactos iniciais dessa expansão em relação à cobertura de pastagens no RS. Num período de 36 anos, entre 1970 e 2006, ocorreu no RS supressão de áreas com pastagens naturais em 41% (IBGE, 2012). Nesse período o rebanho bovino aumentou no RS e o rebanho ovino diminuiu. Entretanto, a pressão de pastejo do rebanho bovino é maior em relação ao ovino, e ao levar em conta que as áreas com pastagens naturais e cultivadas diminuíram em 37% em 36 anos no RS (1970 a 2006), com isso se pressupõe uma maior pressão sobre os campos (IBGE, 2012).

Pode-se afirmar que os campos do RS estão condicionados a maiores densidades de pastoreio, de forma crescente em relação aos últimos 40 anos. Halford et al. (2008) analisaram uma mesma vegetação ao longo de 20 anos e confirmaram que a alta intensidade de pastejo, a longo prazo, modificou significativamente a composição da

pastagem, formando áreas de sobrepastejo homogêneas caracterizadas por um conjunto específico de espécies (HALFORD et al., 2008 apud CARVALHO et al., 2009).

No bioma Pampa ocorreram mudanças significativas nas últimas décadas do século XX, e até certo ponto ainda pouco compreendidas, ao considerar as formas de manejo influenciadas pelas relações econômicas capitalistas na região. Além disso, estas mudanças em torno de um modelo de desenvolvimento trouxeram, além de impactos ambientais, efeitos socioeconômicos que pouco modificaram a conjuntura socioeconômica da MS. Esta formada por uma elite rural monocultora (grandes proprietários rurais), que dominou a economia e a política da região por séculos e, de outro lado, uma classe social desprovida dos meios de produção com poucas perspectivas de trabalho (trabalhadores rurais), demonstrando uma forte concentração de riquezas nas mãos de poucos.

A crise econômica da região ficou mais evidente a partir do pós guerra e foi identificada através da participação da Região Sul no PIB do RS: em 1939 a região gerava 38,33% e passou a gerar apenas 17,20% em 2000 (BANDEIRA, 2003; ALONSO, 2003). Demonstrando um forte declínio, especialmente se comparado à expansão econômica da região norte do estado neste mesmo período.

Nota-se que o foco da produção agropecuária na MS sempre foi voltado para o mercado externo de produtos primários. Esses produtos são geralmente oriundos de grandes propriedades concentradoras de bens e riquezas. A falta de indústrias e o baixo valor agregado à exportação da produção agropecuária tem influência sobre a diminuição do PIB e distribuição de renda na Metade Sul.

Alonso (2003) comenta que outros setores entraram em declínio ao serem atingidos negativamente pela crise. Em algumas cidades da Campanha e da Fronteira Oeste, a participação no produto industrial do Estado foi reduzida de 12,81% em 1990 para 9,60% em 2001. O comércio teve reduzida sua participação no PIB comercial do Estado de 18,62% para 15,07% no mesmo período.

MUDANÇA DE PERSPECTIVA: CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Na estrutura fundiária resultante da trajetória de desenvolvimento da MS a pequena agricultura familiar é praticamente ausente até os anos de 1980, quando começam os

primeiros assentamentos rurais. Nesta época, também os movimentos sociais ligados à luta dos pequenos agricultores pelo direito à terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), passaram a atuar mais efetivamente na região.

Para as organizações ligadas a reforma agrária no país (MST, INCRA, MDA, entre outras) a emergência de encontrar colocação para a população excedente da área rural da região norte do Estado, devido ao resultado da subordinação ao capital agroindustrial que gerou êxodo rural, aliada à estagnação econômica e formação latifundiária na MS, além das pressões exercidas pelos movimentos sociais pela terra para desapropriações na MS, foram fatores determinantes para as políticas de assentamentos implantadas nesta região a partir dos anos de 1980.

Para Buth e Corrêa (2006), desde a década de 1980, os movimentos sociais ligados ao campo, especialmente o MST, começaram a direcionar suas ações na busca de uma reterritorialização na MS. A partir da redistribuição de terras em áreas de latifúndios improdutivos e áreas subutilizadas (propriedades rurais que não cumprem sua função social), configura-se uma nova política de desenvolvimento rural num redirecionamento das estratégias de desapropriação para reforma agrária no RS, da região norte para a região MS.

Atualmente no RS estão assentadas aproximadamente 13.000 famílias, dispostas em 330 projetos de assentamento (INCRA, 2011). Na MS os agricultores assentados se apresentam como novos agentes sociais em uma região conhecida por sua estagnação socioeconômica e agricultura de monocultivos.

No Rio Grande do Sul, as unidades de tipo familiar representam 86% do número total e apenas 31% da área total, mas contribuem com 54% do Valor Bruto da Produção e participam com 81% da ocupação de mão-de-obra (FRANÇA et al., 2009).

Nesse contexto a agricultura familiar apresenta as características peculiares para um desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, faz-se necessário analisar nos assentamentos da MS o método utilizado para distribuir as terras com o objetivo de entender sua compatibilidade. Outro fator a ser considerado são as principais estratégias produtivas adotadas pelos assentados, para buscar indícios de sua compatibilidade com o tamanho dos lotes no contexto local, ambiental, socioeconômico e cultural.

MÉTODO DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS PARA ASSENTAMENTOS RURAIS: A COMPATIBILIDADE DO TAMANHO DOS LOTES NO BIOMA PAMPA

No Brasil o Estatuto da terra e as políticas de utilização fundiária tem origem em meados de 1960, em meio ao pensamento da economia neoclássica de conceitos tipicamente produtivistas. A Revolução Verde era difundida numa perspectiva de tornar os camponeses novos empresários agrícolas, a partir de sua inserção no mercado de insumos e agroindústrias (MELLO, 2007). Esse paradigma norteou a maior parte das políticas formuladas nesse período.

A distribuição de terras para criação de assentamentos rurais é realizada pelo conceito de propriedade familiar, que se materializa nos módulos rurais. Este tipo de módulo segue alguns princípios para definir o espaço mínimo de um lote. No Estatuto da Terra de 1964 consta que as terras para fins de reforma agrária poderão ser distribuídas apenas sob a forma de propriedade familiar. Esse tipo de propriedade é definido nesta mesma lei, no artigo 4º, Inciso II, como:

O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

O Módulo Rural é a área fixada nos termos da propriedade familiar. Essa unidade de medida leva em consideração ainda os critérios determinados pelo artigo 11 do Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965:

Art. 11. O módulo rural, definido no inciso III do artigo 4º do Estatuto da Terra, tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

Parágrafo único. A fixação do dimensionamento econômico do imóvel que, para cada zona de características ecológicas e econômicas homogêneas e para os diversos tipos de exploração, representará o módulo, será feita em função:

- a) da localização e dos meios de acesso do imóvel em relação aos grandes mercados;
- b) das características ecológicas das áreas em que se situam;
- c) dos tipos de exploração predominantes na respectiva zona.

Nesses critérios a legislação admite os fatores geográficos e o aproveitamento econômico de forma coerente com o tamanho do imóvel, respeitando ainda fatores ambientais, comerciais e regionais. Apesar disso, para operacionalizar essa lei foram

criadas tabelas fixando tamanhos de módulos de acordo com tipos de exploração: hortigranjeiro, de cultura permanente, de cultura temporária, de exploração pecuária, de exploração florestal ou de exploração indefinida. Essa tabela é aplicada a todos os municípios do país, sendo que através dela boa parte dos biomas é homogeneizada em sua capacidade de ocupação ou índice de produtividade.

Os valores definidos na década de 1980 estão ainda sem os devidos estudos de compatibilidade local e sem reavaliação para atualização dos mesmos. Na medida em que os estudos sobre os biomas avançam, principalmente no bioma Pampa, surgem novas evidências que poderiam redefinir as estratégias para assentamentos.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS: AGRICULTURA MONOCULTORA (SOJA)

A agricultura monocultora de produção de soja é tomada como opção imediata de obtenção de renda pelos assentados logo nos primeiros anos do assentamento, muitas vezes sem a devida avaliação de riscos. Essa prática é comum tanto para aqueles agricultores oriundos da região norte do estado, onde esses métodos foram amplamente difundidos para pequenos, médios e grandes produtores desde o início da atividade na década de 1970, quanto por aqueles oriundos da própria região, onde esta monocultura está em expansão, possuindo meios de comercialização consolidados.

Esta prática entre os agricultores assentados é resultado também de uma forte pressão do entorno cultural, numa trama socioeconômica que influencia a tomada de decisão por esse tipo de cultivo.

No Brasil a produção de soja tende a se expandir e se concentrar na região centro-oeste em grandes propriedades. Esse é um dos motivos pelos quais esse cultivo não representa uma alternativa viável aos pequenos agricultores na MS, pois ao exigir altos investimentos e crescentes áreas de terra para expansão colocará em risco a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares assentados. Na década de 1970, por exemplo, na região do planalto rio-grandense a especialização dos agricultores na produção de soja e trigo aliada a subordinação ao capital agroindustrial, via capital financeiro, resultou num processo de diferenciação social que induziu uma grande quantidade deles a abandonarem a agricultura (FRANTZ, 1982:129 apud ANDREATTA et al. 2009).

Considera-se que para uma agricultura sustentável na MS não se deve repetir o mesmo sistema produtivo da agricultura convencional que levou ao êxodo rural em décadas anteriores. Nesse caso, os agricultores assentados, ao cultivarem soja aos moldes do agronegócio perdem a autonomia na produção, dependem de processos industrializados, ficam expostos aos agroquímicos e passam ter suas colheitas subjugadas a lógica do capital mercantil. Além disso, na medida em que ocorre a especialização na produção para atingir maiores lucros de escala, é posta em risco a segurança alimentar das famílias assentadas.

Sob o aspecto ambiental são também inúmeros os impactos reais e potenciais do cultivo de soja no bioma Pampa. O impacto inicial é a perda de cobertura vegetal e potencial de utilização da biodiversidade local na substituição do campo nativo por cultivos agrícolas intensivos. Deve-se considerar que uma boa parte dos solos da metade sul são altamente suscetíveis a erosão. Na remoção de cobertura vegetal e inserção da agricultura mecanizada se potencializam processos erosivos. A utilização de agrotóxicos é outro impacto evidente das monoculturas. A soja transgênica tem causado externalidades negativas em assentamentos entrevistados, onde as lagartas migraram para outras plantações de vizinhos nas proximidades, inviabilizando produções agroecológicas.

A deficiência hídrica na MS é uma limitação climática à produção em monocultivos. Conforme Matzenauer et al. (2002) na maior parte dos anos, a frequência e a intensidade das chuvas no período do desenvolvimento da soja, que ocorre entre novembro e março no Rio Grande do Sul, são insuficientes para que a cultura manifeste seu potencial produtivo (apud MELO et al., 2004, p.1168). Por esse motivo, o clima é o principal fator responsável pelas oscilações de produtividade e frustrações da cultura da soja no Estado conforme Melo et al. (2004, p.1168). Estima-se que 93% das perdas na safra de soja ocorram em razão das estiagens (Berlato e Fontana, 2003 apud MELO et al., 2004, p.1168).

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS: PECUÁRIA FAMILIAR

Na Metade Sul do RS a pecuária familiar é uma atividade tradicional que envolve cerca de 50.000 famílias. Elas vivem no campo e têm a criação de bovinos de corte/ovinos como sua principal fonte de renda ou ocupando a maior parte do seu estabelecimento rural,

sendo que realizam também alguns cultivos de subsistência (EMATER/RS, 2009). Esse modelo de exploração é mantido pelos pecuaristas familiares em propriedades de até 300 hectares consideradas pequenas, pois a renda monetária familiar com a atividade principal muitas vezes não ultrapassa 10 mil reais anuais (FOCHEZATTO, 2004).

A lógica produtiva utilizada a partir de uma pecuária de baixa lotação e alta produtividade de carne também torna o tamanho da propriedade um fator determinante para a sustentabilidade. Conforme já discutido nesse artigo, houve um processo de coevolução entre o manejo da pecuária e a adaptação ambiental, que em níveis de lotação adequados proporcionou a manutenção da biodiversidade do Bioma Pampa. Estes produtores mantêm suas práticas de pecuária de baixa lotação sustentável por um período superior a 200 anos. Entretanto, Netto (2009) afirma que a pecuária estaria fadada a desaparecer se depender de uma análise puramente econômica sobre seu desempenho, principalmente se comparada a outras alternativas de utilização da terra.

Nabinger et al. (2009) propõem formas de manejo para utilizar o potencial produtivo animal com base no campo nativo no bioma Pampa. A premissa básica é que o manejador deve ajustar a carga animal em função da disponibilidade de pasto. Isso significa controlar o nível de oferta de forragem, ou seja, a quantidade de pasto que cada animal deve encontrar diariamente a sua disposição. “Ainda que para que possamos aumentar a oferta de forragem por animal tenhamos que diminuir a lotação isto não significa que, ao termos menos animais na área, haja prejuízo no ganho por área (NABINGER et al., 2009). Isso quer dizer que o grau de produtividade é obtido a partir da relação entre carga animal e disponibilidade de pasto no manejo adequado, e não simplesmente a partir de um alto grau de lotação, sem o adequado acesso a pasto.

Partindo dessa análise de produtividade animal em campos do bioma Pampa, o modelo de pecuária familiar tem fortes limitações para ser replicado em lotes com 15 a 30 hectares nos assentamentos de reforma agrária no bioma Pampa. Esses lotes não viabilizam rebanhos do ponto de vista econômico e ambiental devido à incapacidade de suporte das pastagens em pequenas propriedades, sendo que os ganhos econômicos e produtivos na pecuária dependem de sua conservação e disponibilidade. Considera-se que boa parte dos assentados de origem cultural pecuarista tem o saber para praticar esse tipo de exploração, a mais adaptada aos fatores ambientais locais, pois a manutenção do Bioma Pampa com pecuária representa a melhor opção de uso sustentável para fins de produção de alimentos

(NABINGER et al., 2009). Porém, as limitações pelo tamanho da propriedade inviabilizam a prática de uma pecuária familiar de corte como principal renda econômica de uma família.

Nesse sentido a principal estratégia adotada, relativa à prática da pecuária nos assentamentos, está ligada a produção de leite. Diferente da produção da carne que tem comercialização geralmente sazonal ou por necessidades econômicas, o leite é vendido mensalmente e garante renda bem distribuída ao longo do ano para as famílias.

No caso dos assentamentos no município de Santana do Livramento a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda. (Coperforte) se fortaleceu a partir da integração dos assentados na produção e comercialização do produto (ROCHA et al., 2012). Entretanto, ainda não foram tomadas estratégias de maior agregação de valor do leite nessa cooperativa. Outra experiência cooperativada é a dos assentados do município de Pedras Altas, que demonstra uma estratégia diferenciada de agregação de valor na produção de leite, através da produção de queijos finos com resultados promissores. Esses tipos de estratégias, no conjunto dos assentamentos da região, ainda é pouco significativo, mas abre possibilidade de se constituírem em alternativas compatíveis com a sustentabilidade das famílias assentadas na região (ROCHA et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises realizadas percebeu-se que o tamanho dos lotes (15 ha a 30 ha em média) torna inviável a manutenção econômica, a sustentabilidade ambiental e a reprodução social dos agricultores assentados, quando estes praticam atividades agrícolas incompatíveis com os aspectos ecológicos do bioma Pampa. Ao utilizarem em seus lotes a produção de monoculturas (sobretudo soja), ou tentar reproduzir a mesma lógica da produção de gado de baixa lotação dos pecuaristas tradicionais da região, os agricultores assentados reproduzem uma racionalidade pouco compatível com o tamanho do lote na sua manutenção ambiental e do sustento da família, inviável economicamente a médio e longo prazo.

Tanto a produção de soja quanto a pecuária de corte são condicionantes da trama socioeconômica e cultural que já existia na região, porém não deve ser replicada nos pequenos módulos rurais, pois apresenta riscos ambientais, sociais e econômicos.

Pode-se afirmar que a reforma agrária na região será viável a partir de estudos para reavaliação da compatibilidade dos módulos rurais em relação às peculiaridades socioambientais do bioma Pampa, evitando avaliações homogêneas sob o ponto de vista ecossistêmico, como é o caso das tabelas que definem o tamanho dos módulos.

É necessária uma ampliação do sentido da “função social” da terra. Pelo Estatuto da Terra ela é avaliada para desapropriação a partir de níveis de produtividade. Entretanto, o resultado social do trabalho, onde o uso da terra pela pequena agricultura familiar gera benefícios sociais, deveria ser o maior fruto da Reforma Agrária. Neste contexto a valorização do trabalho na agricultura familiar, deveria ser o principal argumento na aplicação mais justa da função social da terra no Estatuto da Terra no Brasil.

Apesar da incoerência constatada de algumas políticas públicas, a reforma agrária no bioma Pampa tem um potencial de unir os interesses produtivos com os interesses sociais e de preservação ambiental. Assim como em outros biomas, sua preservação pode ser ligada ao manejo extrativista da biodiversidade. Ao revisar os processos de formação deste bioma entende-se que sua conservação está ligada e depende do manejo eficiente da criação pecuária. Essa perspectiva de produção baseada em procedimentos construídos com características locais propõe expectativas de produção compatíveis com a região, respeitando a heterogeneidade e biodiversidade do bioma Pampa e a cultura e tradição da Metade Sul.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, J. A. F. O Cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre-RS, v. 31, n. 3, p. 97-118, nov. 2003.
- ANDREATTA, T.; BEROLDT, L.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. A. Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2009, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009. v. CD-ROM.
- BRASIL. Decreto nº 55.891 de 31 de Março de 1965. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 08 de abril de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55891-31-marco-1965-396186-publicacaooriginal-43811-pe.html>>. Acesso em: 12 março 2013.
- BRASIL. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 de nov. de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 10 junho 2012.

- BUTH, F.; CORRÊA, W. K. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.
- CARVALHO, P. C. F.; SANTOS, D. T.; GONÇALVES, E. N.; PINTO, C. E.; NEVES, F. P.; TRINDADE, J. K.; BREMM, C.; MEZZALIRA, J. C.; NABINGER, C.; JACQUES, A. V. A. Lotação Animal em Pastagens Naturais: políticas, pesquisas, preservação e produtividade. In: PILLAR, V. P. P.; MULLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Org.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009, v.1, p. 215-228.
- CRAWSHAW, D.; DALLAGNOL, M.; CORDEIRO, J. L. P.; HASENACK, H. . Caracterização dos campos sul-rio-grandenses: uma perspectiva da Ecologia de Paisagem. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 33, n. 1, p. 233-252, dez. 2007.
- CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria-RS: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, v. 1, p. 155-179.
- EMATER/RS. Associação riograndense de empreendimentos, assistência técnica e extensão rural (EMATER/RS) – Associação sulina de crédito e assistência rural (ASCAR). Programa Estadual de Pecuária Familiar. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/pecuaria.php>>. Acesso em: 12 março 2013.
- FOCHEZATTO, A.; TRICHES, D.; HERRLEIN JR, R.; STÜLP, V. J. Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: 2o Encontro de Economia Gaúcha, 2004, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS: PUCRS, 2004. v. 1. p. 1-20.
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília-DF: MDA, 2009. 96 p.
- IBGE. Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1996, 2006, 2010 e 2012 - Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: 04 maio 2012.
- IBGE. Levantamento e Classificação do Uso da Terra: Uso da Terra no Estado do Rio Grande do Sul. Relatório Técnico. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2010, 152 p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 11/RS. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/file/708relatorio-de-gestao-2010-sr11-rs?start=20>>. Acesso em: 18 novembro 2011.
- IRGA. Instituto Rio-grandense do Arroz. Arroz irrigado no RS - Área, produção e rendimento. Porto Alegre – RS. 2011. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/uploads/1318871736PRODARRS___serie_historica.pdf>. Acesso em: 07 maio 2012.
- MELLO, P. F. Módulo de assentamento para o Rio Grande do Sul. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2007, Porto Alegre-RS. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/164.pdf>>. Acesso em: 12 março 2013.
- MELO, R. W.; FONTANA, D. C.; BERLATO, M. A. Indicadores de produção de soja no Rio Grande do Sul comparados ao zoneamento agrícola. **Pesquisa agropecuária brasileira**, Brasília-DF, v. 39, n. 12, p. 1167-1175, dez. 2004.

- NABINGER, C.; FERREIRA, E. T.; FREITAS, A. K.; CARVALHO, P. C. F.; SANT'ANNA, D. M. Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, V. P. P.; MULLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Org.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009, v.1, p. 175-198.
- NETTO, C. G. A. M. O futuro dos Campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. P. P.; MULLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Org.) **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009, v.1, p. 380-390.
- PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.
- ROCHA, J. M.; ZANELLA, F. C.; CRUZ, R. C.; WENCESLAU, F. F. Sustentabilidade e Desenvolvimento nas Políticas dos Assentamentos Rurais da Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES), 2012, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro-RJ: UFRJ, 2012. v. CD-ROM.
- ROCHA, Jefferson Marçal. **As Raízes da Crise da Metade Sul**: Estudo da formação econômica do Rio grande do Sul. Jaguarão-RS: Fundação Universidade Federal do Pampa, 2011. 192 p.

CONFLITOS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO RICO, JABOTICABAL-SP

Flavia Mazzer Rodrigues¹, Teresa Cristina Tarlé Pissarra¹, Anildo Monteiro Caldas¹,
Beatriz de Oliveira Costa¹, Renata Cristina Araújo Costa¹

¹Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agrárias
Departamento de Engenharia Rural
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

Os estudos de caracterização, diagnóstico e prognóstico de bacias hidrográficas visando o manejo dos recursos naturais têm sido realizados para compreender e implantar práticas conservacionistas no sistema produtivo agrícola. Este trabalho teve como objetivo caracterizar ambientalmente a bacia hidrográfica do Córrego Rico utilizando técnicas de geoprocessamento. Nas áreas de preservação permanente foram identificadas as ocorrências de conflito de uso, tendo como referência a legislação ambiental. No que refere a sua degradação ambiental, vem ocorrendo uma diminuição na cobertura vegetal original nos mananciais, causada pelo desmatamento da mata ciliar decorrente da expansão da área urbana, e um abandono destas áreas na área agrícola. Em algumas regiões ocorreram reflorestamentos, tanto nas nascentes como ao longo da rede de drenagem. Do total de 34,51 km² relativos às áreas de preservação permanente, 6,16 km² (17,87%) estão sendo ocupados por mata, 8,40 km² (24,35%) ocupados pela cana em estágio inicial e 3,9391 km² (11,41%) cobertos por cana no estágio maduro. A metodologia empregada permitiu obter um conjunto de informações georreferenciadas, possibilitando a caracterização ambiental da bacia hidrográfica para a tomada de decisão quanto à exploração do solo e as áreas prioritárias para a recomposição vegetal.

Palavras-chave: Áreas Conflitantes, Legislação Ambiental, Ordenamento Territorial.

ABSTRACT

The characterization, diagnosis and prognosis studies on watersheds aimed to manage the natural resource have been performed to understand and implement conservation practices on agricultural production system. This study aimed to characterize the environment of the Córrego Rico watershed using geographic information system techniques. In the permanent preservation areas were identified areas of land use conflict, with reference to Brazilian environmental legislation. In terms of its environmental degradation, there has been a decrease in vegetation cover in the watershed caused by deforestation of riparian vegetation due to the expansion of the urban area, and an abandonment of these areas was observed. In some regions reforestation occurred in both the springs and along the drainage network. Of the total area, 6.12% are occupied with permanent preservation area totalizing 34,51 km². Of these area 17,87% was occupied by forest, 24.35% was occupied by sugarcane at an early stage and 11.41% covered by sugarcane in the mature stage. The methodology yielded a set of georeferenced information, enabling the characterization of environmental watershed for decision making regarding the exploitation of the soil and the priority areas for conservation management.

Keywords: Conflicting Areas, Environmental Legislation, Spatial Planning.

INTRODUÇÃO

A degradação das áreas de preservação permanente, em especial as formações ciliares, não pode ser discutida sem considerar a sua inserção no contexto do uso e da ocupação do solo brasileiro. No Brasil, a degradação destas áreas foi e continua sendo fruto da expansão desordenada das fronteiras agrícolas e áreas urbanas não planejadas. Esta tem se caracterizado pela inexistência (ou ineficiência) do planejamento ambiental prévio, que possibilite delimitar as áreas que deveriam ser efetivamente ocupadas pela atividade agrícola e as que deveriam ser preservadas em função de suas características ambientais ou mesmo legais.

O Código Florestal de 1965 institui as Áreas de Preservação Permanente (APPs) com intuito de proteger a diversidade biológica e garantir a qualidade ambiental dos ecossistemas, principalmente no tocante à integridade dos solos e à disponibilidade dos recursos hídricos. Estas áreas funcionam como filtros, retendo defensivos agrícolas, poluentes e sedimentos, que seriam transportados para os cursos d'água, afetando diretamente a quantidade e a qualidade dos corpos d'água e consequentemente a fauna aquática e a população humana.

Para o Novo Código Florestal, 2012 - Áreas de Preservação Permanente (APPs) são locais vulneráveis, como beira de rios, topo de morros e encostas, que não podem ser desmatados. Atualmente, produtores devem recompor 30 metros de mata ciliar para rios com até 10 metros de largura. O texto prevê redução para 15 metros de recuperação de mata para rios com largura de até 10 metros - a mudança foi feita na Câmara. A novidade no Senado foi à obrigação, aos proprietários com até quatro módulos fiscais - o módulo varia entre Estados de 20 a 440 hectares -, de não exceder a recuperação em 20% da área da propriedade. Para propriedades maiores que quatro módulos fiscais em margem de rios, os conselhos estaduais de meio ambiente estabelecerão as áreas mínimas de matas ciliares, respeitando o limite correspondente à metade da largura do rio e observando o mínimo de 30 metros e máximo de 100 metros.

Este trabalho teve como objetivo principal caracterizar ambientalmente a bacia hidrográfica do Córrego Rico, utilizando técnicas de geoprocessamento, delimitar as APPs e identificar a ocorrência de conflitos de uso, tendo como referência a legislação ambiental.

MATERIAL E MÉTODOS

A Bacia Hidrográfica do Córrego Rico (Figura 1) está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, constituída pelos Municípios de Jaboticabal, Taquaritinga, Monte Alto, Guariba e Santa Ernestina, ocupando uma área de aproximadamente 563 km², com posição geográfica entre as coordenadas UTM, longitudes 762.000 e 766.000 m E, latitudes 7.664.000 e 7.945.000 m N, MC 51°W Gr, com altitude variando entre 754 a 498 metros, (PISSARRA et al. 2009).

O Córrego Rico é um tributário de 6ª ordem, (Pissarra, 2002) da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraná localizado no norte do estado de São Paulo. Ele atravessa cinco municípios e percorre cerca de 60 km até encontrar o Rio Mogi Guaçu. Ainda em seu alto curso o Córrego Rico recebe parte da descarga de esgoto tratado da cidade de Monte Alto (45 mil habitantes). No seu médio curso ele abastece parte da cidade de Jaboticabal (70 mil habitantes) e recebe o efluente de esgoto tratado, justificando a importância de estudos nesta área.

O clima da região é classificado como Aw (Sistema de Köppen), com precipitação média entre 1.100 mm a 1.700 mm anuais e temperaturas médias do mês mais quente 22°C e do mês mais frio 18°C, (CEPAGRI, 2013).

A área encontra-se na província geomórfica V - Planalto Ocidental do Estado de São Paulo. Nas cotas superiores da bacia, os solos que predominam são os Argissolos Vermelho-Amarelos (PVA) cujo material geológico é constituído de arenitos com cimento calcário, classificado como Formação Bauru e, nas cotas inferiores, predominam os Latossolos Vermelhos (LV) originários das rochas efusivas básicas da Formação Serra Geral, (SÃO PAULO, 1974).

As unidades de solos segundo a classificação da Embrapa (1999), Latossolos (LV-distroférricos/distróficos, A moderado e proeminente, textura argilosa, relevo suave ondulado) e Argissolos (PVA3-relevo suave ondulado, textura arenosa/média e média, A moderado e eutróficos e PVA4-relevo suave ondulado e ondulado, abrupto, textura arenosa/média, A moderado e eutróficos) que aparecem, respectivamente, nas cotas inferiores, intermediárias e superiores da bacia, (POLITANO, 1992).

As áreas com fragmentos remanescentes da cobertura original são compostas por Floresta Tropical Latifoliada, Cerradão e Cerrados, (ROMARIZ, 1968).



Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, Jaboticabal – SP.

A Bacia Hidrográfica do Córrego Rico foi selecionada neste estudo, tendo em vista ser de grande importância na área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu e por apresentar áreas urbanas e agropecuárias. Com base nos resultados apresentados poderá ser previstos ações sintonizadas na melhoria da qualidade da água e do solo da bacia hidrográfica, bem como incentivar as boas práticas de manejo da comunidade produtiva, com vistas à sustentabilidade ambiental rural, no intuito de minimizar o impacto negativo ao recurso hídrico, na proposta de recuperar a área ao longo da rede de drenagem, analisar o uso e ocupação do solo, aprimorar a educação ambiental e a reversão do cenário de degradação.

Foram utilizadas cartas planialtimétricas digitalizadas do IBGE (1971), Datum horizontal Córrego Alegre, MG; e Datum vertical marégrafo Imbituba, MG. Projeção Universal Transversa de Mercator – UTM, com origem da quilometragem no Equador e

Meridiano 51° W Gr., acrescidas as constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente. Equidistância das curvas de nível 20 metros.

As cartas foram adicionadas no ArcGIS 10, versão ArcMap 10.1, (ESRI ArcGIS 10®). Após esta etapa foi realizado o Mosaico das cartas. O limite da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico foi realizado por vetorização.

O limite da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico e o Mosaico das cartas devem estar na mesma projeção.

As imagens de satélite do ano de 2010 foram obtidas do Programa Indiano de Sensoriamento Remoto (IRS), do sistema *Linear Self-Scanning System III* - LISS III, na versão aprimorada do sensor a bordo do IRS 1-D com quatro bandas espectrais (Vermelho, Verde, Infra-Vermelho Próximo e *Short Wave Infrared*), todas com 23,5 metros de resolução, faixa de imagem de 141 km, (MIRANDA et al. 2011).

O recorte da imagem da área da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico foi realizado com base no *BASIN* realizado pelo ArcGIS 10, versão ArcMap 10.1 (ESRI ArcGIS 10®). Segundo Caldas, (2007) o modelo digital de elevação gerado contribuiu para a delimitação da microbacia hidrográfica, definição da drenagem, elaboração do mapa de declividade e delimitação das unidades de mapeamento de solos.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste na aplicação de recursos do geoprocessamento para a constituição de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), na organização de bases georreferenciadas da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, no processamento digital de imagens para análise ambiental e na confecção de mapas temáticos que retratam os resultados obtidos.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) foram delimitadas pelos critérios estabelecidos pela Lei 7.803, de 18 de julho de 1989, que alterou a redação do Novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, (BRASIL, 1965).

De acordo com os critérios estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro foram consideradas APPs, as florestas e demais formas de vegetação natural, situadas ao longo dos rios ou qualquer curso de água, desde o seu nível mais alto em uma faixa marginal variável (30 a 500 metros) em função da largura do curso e nas encostas com declividade superior a 45°, (BRASIL, 1965).

Para a delimitação das áreas de preservação permanente foi utilizado o sistema de informação geográfica ArcGIS 10, versão ArcMap 10.1, (ESRI ArcGIS 10®).

Após adicionar o Mapa de Hidrografia da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, a delimitação das áreas de preservação no entorno das nascentes (50 metros) e das faixas ao longo dos cursos d'água (30 metros para ambas as margens), conforme legislação ambiental.

Foi criado um *layer* Nascentes, no qual foram vetorizadas todas as nascentes existentes na área de estudo. Posteriormente os pontos representativos das nascentes foram dissolvidos em uma única linha.

Com esta etapa cumprida, foi realizada uma análise de proximidade, também conhecida como operação de *Buffer* que consiste em gerar subdivisões geográficas bidimensionais na forma de faixas, cujos limites externos possuem uma distância fixa, neste caso 50 metros. Para o *layer* Cursos d'água o procedimento repetiu-se, apenas sendo colocado na caixa de diálogo *Buffer* o valor de 30 metros.

Na prática, sabe-se que algumas áreas de preservação permanente se sobrepõem, como é o caso da APP das nascentes com a APP do início dos cursos d'água. A área gerada da APP das nascentes foi calculada e subtraída da APP do início dos rios.

Os dados obtidos individualmente no mapeamento de cada classe de APP foram agrupados em um único plano de informação, obedecendo a uma ordem de prioridade: APPs_Nascentes e APPs_Cursos d'água. Do agrupamento destas classes em um único plano de informação, foi obtido o mapa final das áreas de preservação permanente sem que exista uma sobreposição de áreas.

Para o cálculo das áreas de APPs (nascente e curso d'água) em relação à área total de APPs, foi selecionada a opção *Field Calculator* e por meio de uma fórmula relacionando ÁREA e o somatório da área total das APPs sem sobreposição, chegou-se ao resultado. Para o cálculo da porcentagem das áreas de APP em relação à área da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico foi realizada os mesmos procedimentos, apenas modificando na fórmula o valor da área de estudo.

A partir da elaboração do mapa das APP's de acordo com a legislação vigente e do mapa de uso e ocupação do solo foi possível elaborar o mapa de conflitos na APP. O respectivo mapa foi elaborado mediante uso do SIG ArcGIS 10, versão ArcMap 10.1 (ESRI ArcGIS 10®) através da sobreposição dos mapas de uso do solo e de APP's.

As áreas de “conflito” são as que apresentam usos antrópicos localizados em área de preservação permanente. Foi considerada como “conflito” a região que, de acordo com a classificação, não correspondia à classe de uso da terra esperada na zona delimitada; por exemplo, agricultura na área de proteção permanente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Artigo 225 da Constituição Federal (1988) aponta o direito ao Meio Ambiente equilibrado e incumbe ao Poder público e a todos a sua manutenção e defesa, e aponta ainda os territórios e seus elementos que devem ser protegidos, proibindo sua utilização imprópria. A delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) representa o marco legal para a correta priorização das ações e programas governamentais. Para tanto é preciso proceder a um mapeamento acurado das áreas a serem protegidas, (RIBEIRO, 2002).

A dificuldade na delimitação de APPs através de métodos convencionais implica no não cumprimento da lei e explica o motivo pelo qual, apesar de passadas quatro décadas da promulgação do Código Florestal Brasileiro, ainda não há qualquer demarcação oficial das Áreas de Preservação Permanente no Brasil. Fatores como a morosidade, o alto custo e a baixa confiabilidade inerentes à delimitação manual das Áreas de Preservação Permanente impõe, assim, a busca por outras soluções que contemplem, necessariamente, a automatização desses procedimentos, (RIBEIRO, 2002).

O uso de geotecnologias, entre as quais o Sensoriamento Remoto, que possibilita a aquisição de informações sobre o uso atual do solo, e os Sistemas de Informações Geográficas, instrumentos destinados à análise e modelagem do espaço geográfico, têm mostrado bastante eficiente na delimitação de APPs, (GONÇALVES, 2009).

Assim, num país de dimensões continentais como o Brasil, torna-se imprescindível a delimitação confiável dessas áreas para auxiliar na aplicação e cumprimento das leis, bem como para a proteção dessas áreas.

Para tanto, na Bacia Hidrográfica do Córrego Rico pode-se visualizar a distribuição das áreas de preservação permanente, o que esta seguindo a legislação ambiental brasileira, ou seja, as áreas de preservação presente ao longo dos rios apresentam uma faixa de mata ciliar mínimas de 30 metros estipuladas pela legislação, pois grande parte da malha hídrica da bacia apresenta rios menores ou iguais a 10 metros, no entanto os rios que influenciam na maior contribuição para o deflúvio hidráulico da bacia que deve ser preservada.

A categoria de nascentes apresenta um formato circular com raio de cobertura para faixa de mata ciliar de 50 metros, totalizando uma área de 1,63 km² para todas as nascentes representando 4,72% da área total de preservação permanente.

Segundo Skorupa, (2003) áreas onde existe nascentes, a vegetação evita que a chuva atinja diretamente o solo e este sejam gradativamente compactadas, garantindo, assim, a sua porosidade. Esta, por sua vez, juntamente com o sistema de raízes das plantas, facilita a absorção da água das chuvas que alimentam os lençóis freáticos, evitando o escoamento superficial excessivo, pois o mesmo pode carregar partículas de solo e resíduos tóxicos para os cursos d'água, assoreando-os e poluindo-os.

Verifica-se que um total de 32,88 km² de área sendo com área de preservação permanente marginal aos cursos d'água. Estes dados formariam o mapa legal de área de preservação permanente da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico.

Ainda segundo Skorupa, (2003) as APPs nas margens dos cursos d'água garantem a estabilização do solo evitando que partículas do mesmo sejam levadas para o leito dos cursos. Esses “filtros” impedem que a qualidade da água seja afetada, aumentando, assim, a vida útil de reservatórios, instalações hidroelétricas e sistemas de irrigação. A vegetação funciona também no controle hidrológico de uma bacia hidrográfica, através da regulação do fluxo de água superficial e subsuperficial.

Segundo Castro et al. (2009) o estudo realizado na microbacia do ribeirão Pouso Alegre – Jaú (SP) mostrou que o uso inadequado da terra em áreas de preservação permanente é consideravelmente alto, pois o uso antrópico (inadequado) chega a 80,15% das APPs,

Em relação à área total da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico (563,13 km²), observa-se que 6,12% deveriam estar ocupadas com áreas de preservação permanente.

Desta forma, este trabalho demonstra sua importância ao servir como subsídio aos municípios na elaboração do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental, necessário para a implantação da Lei Específica, evitando o comprometimento significativo do manancial de abastecimento de água da região.

De maneira geral, para melhor visualização das áreas de preservação permanente que estão sendo impactadas na área, foi gerado o mapa de conflito entre área de preservação permanente e uso do solo, onde demonstra o uso indevido do solo nas faixas de preservação de cada categoria de área protegida, estando essas áreas em desacordo com

a legislação, resultantes de ações antrópicas. Contudo, apenas as classes pertencentes ao sistema antrópico caracterizam o conflito de uso, pois resultam da intervenção humana.

Do total de 34,51 km² relativos às áreas de preservação permanente, 6,16 km² (17,87%) estavam sendo ocupados por mata, 8,40 km² (24,35%) ocupados pela cana em estágio inicial e 3,93 km² (11,41%) cobertos por cana no estágio maduro. Pode-se então verificar que o uso da cana soma-se aproximadamente 60% em áreas de preservação permanente. Isto demonstra a falta de preservação do solo e o descumprimento da legislação referente ao uso do solo em áreas de preservação permanente dos cursos d'água, nascentes. Por esses resultados evidencia-se, assim, a necessidade de um plano de recomposição da vegetação dessas áreas, pois o desmatamento e outros usos incorretos do solo refletem diretamente na qualidade e quantidade da água da bacia hidrográfica e para isto deve ter conhecimento e base na legislação ambiental vigente.

Em estudo desenvolvido por Soares et al. (2002) em uma microbacia localizada no Município de Viçosa, MG, a análise do uso do solo indicou que 24,56% da área encontrava-se em conflito de uso.

Segundo Valle Junior, (2008) a análise da classe de conflitos mostra que 363,80 km² da Bacia do Rio Uberaba (15,03%) apresentam conflito classe 1 - (terras que apresentam riscos ou limitações significativas quando usadas para culturas anuais e pastagem), 43,92 km² (1,82%) classe 2 - (terras impróprias para cultivos intensivos, mas ainda adaptadas para pastagem, reflorestamento ou preservação ambiental) e 5,41 km² (0,22%) classe 3 - (terras impróprias para cultivos intensivos e pastagem, mas ainda adaptadas para reflorestamento ou preservação ambiental).

Oliveira, (2009) observou que as áreas de preservação permanentes apresentaram-se em conflito principalmente com a cana-de-açúcar e solo em preparo que ocupam 73,4% da área total do município e 60,2% da área de preservação permanente (APP). O uso inadequado da APP foi quantificado em 59,5% da área total, (Figura 2).

Estima-se que uma parcela considerável das terras atualmente destinadas à produção agropecuária situe-se em Áreas de Preservação Permanente, fato que caracteriza crime ambiental pela Lei 9.605/98. Por isso, faz-se necessário a clara delimitação dessas áreas de preservação a fim da aplicação correta da lei, facilitando as atividades de fiscalização e planejamento territorial, e consequentemente o aumento e a proteção da qualidade ambiental para a região, (WERTZKANOUNNIKOFF, 2005).

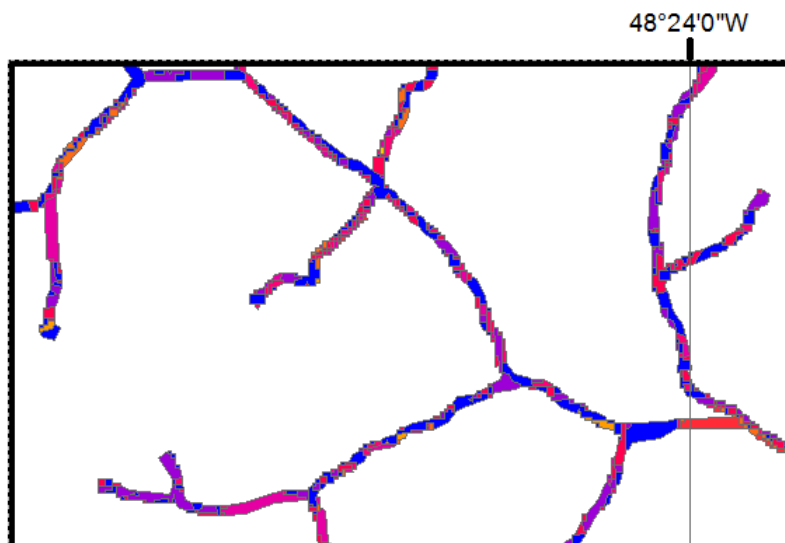


Figura 2: Zoom das Áreas de Conflitos nas APPs da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, Estado de São Paulo.

Infere-se deste estudo que é fundamental dar importância ao zoneamento ambiental e a caracterização da área como instrumento do planejamento ambiental porque contribui nas ações corretivas e preventivas quanto à degradação do meio ambiente.

Conclui-se ainda que esse instrumento esteja aliado ao contexto da sociedade, natureza e desenvolvimento diante do planejamento ambiental. Percebe-se a necessidade de organizar as cidades, para evitar possíveis problemas ambientais.

A atuação antrópica provoca profundas alterações no uso e ocupação do solo que modificam os comportamentos hidráulicos e hidrológicos das bacias hidrográficas. Este processo de transformação da bacia pode ocorrer muito rapidamente, gerando impactos na qualidade das águas, nos níveis e frequência de inundações e no transporte de sedimentos, (BARROS, 2004).

Segundo Silva et al. (2011) os diagnósticos realizados demonstram que existe um passivo da ordem de 83 milhões de hectares de áreas de preservação ocupadas irregularmente, de acordo com a legislação ambiental em vigor. Estima-se que o impacto da erosão ocasionado pelo uso agrícola das terras no Brasil é da ordem de R\$ 9,3 bilhões anuais, que poderiam ser revertidos pelo uso de tecnologias conservacionistas e pelo planejamento de uso da paisagem, gerando benefícios ambientais.

O diagnóstico ambiental proposto contribui não apenas para o mapeamento e análise da situação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), na Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, mas também possibilitou a aquisição de informações necessárias para uma posterior análise ambiental pontual da bacia.

A distribuição da extensão da abrangência dos estados de erosão da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico durante o período analisado indica a potencialidade que esse mapeamento apresenta em termos de fiscalização ambiental no que tange à legislação brasileira de conservação do solo. Tem-se observado, ao longo dos anos, aumento significativo no estado de erosão intensa 1: sulcos raros ou ocasionais em detrimento do estado de erosão laminar: ligeira/moderada. Esse cenário reflete a diferença entre o impacto causado anteriormente nas práticas agrícolas e nos processos naturais e a crescente perda de solo no meio. Os estados de erosão intensa 2: sulcos comuns e erosão muito intensa 3: sulcos frequentes/muito frequentes também foram crescentes, refletindo o manejo inadequado na área e a suscetibilidade ao processo erosivo mais intenso. Tal fato foi observado, principalmente, nas áreas a montante da microbacia, em relevos mais acidentados, (RODRIGUES et al. 2011).

As técnicas de geoprocessamento mostraram-se eficientes no mapeamento e identificação de áreas em desacordo com o Código Florestal, pois permitiu a quantificação total das categorias de APPs segundo as legislações ambientais vigentes, onde o resultado final da classificação de uso do solo das imagens para o ano de 2010, assim como o conflitante entre APPs e uso do solo, foi considerado satisfatório, permitindo a real situação da área no ano analisado.

Realizando uma comparação com o Antigo Código Florestal e o Atual Código Florestal de 2012, pode-se verificar que ocorre uma alteração na largura da APP para rios até 5 metros de largura, reduzindo de 30 metros para 15 metros, mantendo a largura de 30 metros das APPs para os rios entre 5 e 10 metros de largura e as demais metragens para rios maiores iguais ao estabelecido no código vigente, (BRASIL, 2012).

Outro ponto a ser observado é que no Antigo Código considera-se área de preservação permanente ao longo dos rios desde o seu nível mais alto em faixa marginal e no Novo Código é desde a borda do leito menor. Observa-se que desta maneira deixa-se de levar em consideração que os solos e a vegetação nas zonas de influência de rios e lagos são sistemas de reconhecida importância no condicionamento de fluxos, na regulação de

nutrientes minerais e condicionamento da qualidade da água, no abrigo da biodiversidade, com seu provimento de serviços ambientais e na manutenção de canais.

Vastas regiões são submetidas a inundações periódicas (na Amazônia, um estudo estimou área inundável em 11,9% do total), estando essas áreas protegidas no Antigo Código e com a transposição pelo Novo Código das faixas ciliares da água mais alta para o leito menor, as áreas inundáveis perderiam, na Amazônia, até 60% de sua proteção. A perda de proteção em 60% das áreas inundáveis e o desaparecimento das APPs ciliares indica o significativo impacto da alteração proposta, (SILVA et al. 2011).

Ainda segundo Silva et al. (2011) os rios de primeira ordem, que chegam até a 5 m de largura, compõem mais de 50% em extensão da rede de drenagem. Com o Novo Código, a redução da faixa ripária de 30 para 15 metros nesses rios resulta numa redução bruta de 31% na área protegida em relação ao código vigente.

Neste estudo da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico e em outras áreas se faz necessário uma fiscalização mais rígida com técnicos capacitados para efetuar as medições e esclarecer para o proprietário as novas regras legais. Os mapas confeccionados irão auxiliar na identificação das áreas irregulares e cabe os Poder Público treinar esses fiscais, pois a lei ainda possui muitas falhas em conceitos e entendimentos.

De acordo com Carrega, (2011) o diagnóstico em APP da Bacia do Rio Capivara, Município de Botucatu, SP aponta a necessidade urgente de uma intervenção vinculada ao plano de proteção ambiental que vise recuperar as áreas degradadas retirando os conflitos de uso e permitindo a regeneração natural da vegetação e em casos de maior urgência efetuando a revegetação com espécies nativas da região.

Tendo como base as novas modificações da legislação ambiental, torna-se possível observar que de um modo geral, a fiscalização para o cumprimento da lei dependerá da quantidade de módulos fiscais que a propriedade possui e suas condições particulares como, por exemplo: área de Reserva Legal, condições da bacia hidrográfica, como será a recomposição, exploração econômica entre outros.

CONCLUSÕES

1. Da área total da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, 6,12% são áreas de preservação permanente, embora não são ocupadas conforme a legislação ambiental.

2. Do total de 34,51 km² relativos às APPs, 6,16 km² (17,87%) estavam sendo ocupados por mata, 8,40 km² (24,35%) ocupados pela cana em estágio inicial e 3,93 km² (11,41%) cobertos por cana no estágio maduro. Pode-se então verificar que o uso do solo com a cultura da cana soma-se aproximadamente 60% em áreas de preservação permanente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Diário Oficial da União**, Brasília: 18 de Setembro de 1965. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Brasília, 2012. Acesso em: 20 jan. 2012.

CALDAS, A. M. **Solos, antropização e morfometria da microbacia do Prata, Recife, PE**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

CARREGA, E.F. B.; CAMPOS, S.; DE BARROS, Z. X.. Diagnóstico de conflitos em áreas de preservação permanente na Bacia do Rio Capivara, Botucatu, SP. **Revista Energia na Agricultura**, Botucatu, v. 26, n. 4, 2011.

CASTRO, L. I. S.; CAMPOS, S.; ZIMBACK, C. R. L.; DE BARROS, Z. X.; DE BARROS, B. S. X. Sig aplicado no conflitos de uso da terra em áreas de preservação permanente. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2009, **Anais...**Natal. p. 3651-3656.

CEPAGRI - Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura. Classificação de clima. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_060.html>. Acesso em 15 set. 2013.

COSTA, R. C. A.; RODRIGUES, F.M.; MAXIMO, B.C.; PISSARRA, T.C.T. Impacto da degradação das áreas de app em bacias hidrográficas. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE DESASTRES NATURAIS, 2012, **Anais...**Rio Claro. p1-10.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro, 1999. 412p.

ESRI – Environmental Systems Research Institute. ArcGIS Professional GIS for the desktop, versão 10.1. 2012.

GONÇALVES, A.B. **Delimitação automática das Áreas de Preservação Permanente e identificação dos conflitos de uso do terra na sub-bacia hidrográfica do rio Camapuã/Brumado**. 2009. 57f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **Carta do Brasil**. Escala 1:50.000. 1971.

MIRANDA, E. E. de (Coord.). **Brasil em relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 23 mar. 2011.

OLIVEIRA, F.G.. **Diagnóstico da Expansão da Cultura Canaveieira e dos Conflitos Ambientais de Uso do Solo no Município de Barra Bonita/SP**. 2009. 57f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2009.

PISSARRA, T.C.T. **Análise da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico na sub-região de Jaboticabal, SP: comparação entre imagens TM-Landsat 5 e fotografias aéreas verticais**. 2002. 132f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2002.

PISSARRA, T.C.T. **Informações básicas para o planejamento ambiental: Município de Jaboticabal** -- Jaboticabal: Funep, 2009. 70 p.

POLITANO, W. **Estudo da adequabilidade do emprego de bacias hidrográficas de 3, 2^a e 1^a ordem de magnitude na análise morfométrica aplicada a solos**. 1992. 331f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 1992.

RIBEIRO, C.A.A.S. **Delimitação automática de áreas de preservação permanente em topos de morro e em linhas de cumeada: metodologia e estudo de caso**. In: SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO EM SENSORIAMENTO REMOTO E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS APLICADOS A ENGENHARIA FLORESTAL, 5., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: FUPEF, 2002.

RODRIGUES, F.M.; PISSARRA, T.C.T.; CAMPOS, **Análise temporal dos processos erosivos na microbacia hidrográfica do córrego da Fazenda Glória, Taquaritinga, SP, Brasil**. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.35, n.3, Edição Especial, p.745-750, 2011.

ROMARIZ, D. A. A Vegetação. In: AZEVEDO, A. **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.1. 1968. p.521-572.

SÃO PAULO. Instituto Geográfico e Geológico. **Mapa geológico do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Geográfico e Geológico - IGG, 1974. Esc.1: 1.000.000. Color.

SILVA, J.A.A.; NOBRE, A.D.; MANZATTO, C.V.; JOLY, C.A.; RODRIGUES, R.R.; SKORUPA, L.A.; NOBRE, C.A.; AHRENS, S.; MAY, P.H.; SÁ, T.D.A ; CUNHA, M.C.; RECH FILHO, E.L. **O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo.** São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, 2011. 124p.

SOARES, V. P. et al. Avaliação das áreas de uso indevido da terra em uma microbacia no município de Viçosa-MG, através de fotografias aéreas e sistema de informação geográfica. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v.26, n.2, p.243-251, 2002.

SKORUPA, L. A **Áreas de preservação permanente e desenvolvimento sustentável.** Jaguariúna: Departamento de Meio Ambiente da EMBRAPA, 2003. Disponível em: <http://cediap.ourinhos.unesp.br/material/apps_e_desenvolvimento_sustentavel_-_embrapa.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2012.

VALLE JUNIOR, R. F. do. **Diagnóstico de áreas de risco de erosão e conflito de uso dos solos na bacia do rio Uberaba.** 2008. 222f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2008.

WERTZKANOUNNIKOFF, S. A. **Forest policy enforcement at the Amazon frontier: the case of Mato Grosso, Brazil.** 2005. 141f. Tese (Doutorado) - Institute for Environmental Economics, University of Heidelberg, Heidelberg, 2005.

RURALIDADES ENTRE MIGRANTES EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NAS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO- NORTE DE MINAS GERAIS

Thaís Dias Luz Borges Santos (CPDA/UFRRJ); Andrea Maria Narciso Rocha de Paula
(UNIMONTES)

tatadlbs@hotmail.com; andreapirapora@yahoo.com.br.

Financiamento: Fapemig; CNPq.
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO: O procedimento migratório é um processo socioespacial. São os espaços, os objetivos dos que migram. São os espaços, os sonhos dos que retornam das migrações. São os espaços, que dão forma e conteúdo ao processo da experiência migratória. São nos espaços, que as pessoas constroem suas identidades e modificam e/ou permanecem em suas ruralidades. O “estar aqui” pode não significar nos tempos e nos espaços de uma geografia simbólica, que se é um sujeito sertanejo e “que o ficar” no sertão o torna um sujeito rural. O “partir do sertão” rumo às cidades médias ou grandes centros, ou em lavouras de trabalhos sazonais de plantio ou colheita, em regiões de desenvolvimento urbano não significa que ao “deixar o rural” e “estar no meio urbano”, transforma o sujeito rural em sujeito urbano. Identidades que são, feitas e re-feitas nas representações sociais e culturais, que criamos e transmitimos e que permite a compreensão da representação cotidiana, das temporalidades reconhecidas e diferenciadas, identificadas na diversidade do viver entre os símbolos, os significados, as ruralidades, os espaços sociais.

PALAVRAS-CHAVES: migração, ruralidades, espaço e tempo, sujeito, campo-cidade.

ABSTRACT: The migratory procedure is a social and spatial process. The aim of migrant people and the dreams of these people are the spaces. The spaces fit the process of the migratory experience. They contribute for people build their identities and change or maintain in their rural ways. The “to be here” might not to mean in the times and spaces of a symbolical geography whether is a rude citizen and “the stay” on the interior become him a rural citizen. The “to go away from interior” in direction to middle or big cities or farmings of seasonal works of locations of urban development doesn’t mean the “to leave interior” and “to be in urban center” will transform the rural citizen to urban citizen. The identities are made and re-made in the social and cultural representations that we create and transmit permitting the comprehension about quotidian representation, recognized and specific season; identified in diversity of the lifetime among symbols, the meanings, the rural ways, social spaces.

KEY WORDS: migration, rural ways, space and time, citizen, country-city

1-INTRODUÇÃO

Saí, vim destes meus Gerais; voltei com Diadorim. Não Voltei? Travessias...Diadorim, os rios verdes. A lua, o luar; vejo esses vaqueiros que viajam a boiada, mediante o madrugada, com lua no céu, dia depois de dia. Pergunto coisas ao buriti; e o que ele responde é; a coragem minha. Buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água___ carece de espelho. Mestre não quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Por que é que todos não se reúnem, para sofrer e vencer juntos, de uma vez? Eu queria formar uma cidade da região. Lá nos confins do Chapadão, nas pontas do urucuia. O meu Urucuia vê, claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes.(GUIMARAES ROSA, 1986, p..270-271.)

O Norte de Minas é considerado área do Polígono das Secas^[1], pelas condições climáticas adversas. A "seca" sempre foi assinalada por diversos segmentos sociais, como a causa principal do subdesenvolvimento da região. Em função desse discurso estatal, são instaladas políticas compensatórias onde os governos atendiam, periodicamente, a população enviando alimentos, abrindo frentes de trabalho e construindo açudes, em épocas críticas.

É no final dos anos sessenta que o capitalismo consolidou no campo norte-mineiro, com a intervenção direta do Estado, por intermédio de órgãos como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco – CODEVASF.

Os principais pontos da política desses órgãos na região, foram programas de incentivos fiscais e financeiros. O Estado centrou seus incentivos em quatro linhas para incrementar a "economia regional": (a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; e, (d) projetos de irrigação.

Essas ações não conseguiram gerar número significativo de empregos, capaz de reter a mão-de-obra antes dedicada à agricultura de subsistência e propagou o êxito rural na região e fora da região e a degradação do bioma cerrado.

Hoje, observamos que as mudanças na base técnica da agricultura não vieram acompanhadas de modificações nas relações capital/trabalho, isto é, continua a predominar relações informais, já que a maior parte dos empregados não dispõe de vínculos formais de emprego.

^[1] O Polígono das Secas (ocorrência de secas periódicas), que faz parte do semi-árido brasileiro (representa 18% do território nacional), possui uma área estimada em 1.083.709,7 km², engloba a região Nordeste do Brasil e o norte e Nordeste de Minas., Conferir em PAULA, 2006,p.128.

Os números que apresentamos na Tabela. 1, mostram o deslocamento da população brasileira do rural para o urbano. Mas esses dados não traduzem o quanto às expectativas de qualidade de vida ou de sobrevivência mínima nas cidades não são alcançadas..

**TABELA 1-Brasil-População residente, por situação do domicílio.
(1940-2000)**

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485
1996	157.070.163	123.076.831	33.993.332
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211

FONTE; População presente -"Estatísticas Históricas do Brasil" Volume-3 - Rio de Janeiro: IBGE, CENSO 2000

Em espaços e tempos curtos, podemos observar um grande deslocamento da população. Entre 1970 e 1980 os indicadores populacionais invertem do rural-urbano, para urbano-rural, e os habitantes das cidades passam a ser maioria da nossa população. A dependência do campo continua, mas agora com o seu sustentáculo na sujeição do homem rural. Muitas vezes, apenas consumidores no rural e subempregados no urbano.

O modo urbano de vida perpassa toda a população brasileira. Não apenas nas cidades, mas no meio rural. Sendo, portanto, referencial ideológico na busca das relações sociais e de produção, bem como, de bens culturais e econômicos para qualquer faixa etária das populações.

Os números começam a demonstrar, também, uma mudança no perfil do processo migratório. Muitos são os migrantes que retornam às suas regiões e municípios de origem.

Muitos são os migrantes que migram dos grandes centros urbanos para as cidades menores do interior do seu estado.

As migrações de retorno são confirmadas no Censo 2000-IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico). Entre 1995 e 2000 a região do Nordeste e o estado de Minas Gerais são os que mais receberam migrantes. E são também as mesmas regiões e os mesmo estados que mais receberam emigrantes. Ou seja, as populações locais estão retornando as suas regiões de origem.

Mas a diminuição de população em grandes metrópoles, não altera os problemas estruturais das desigualdades socioespaciais entre o rural e o urbano. As migrações mudam de perfil, mas os deslocamentos continuam agora mais interestaduais e intra-regionais. O deslocamento espacial continua, com novas formas, em novos espaços, motivado pela sobrevivência das famílias rurais, mais pobres e com menor grau de escolarização.

Continuam também as ruralidades do homem e da mulher do campo. Camponeses e camponesas que migram, que vivem em trânsito entre lugares, mas que mantêm presentes, as manifestações, os valores, os ofícios, as crenças, os laços de reciprocidades e sociabilidade entre grupos de vizinhos e familiares que fazem o mundo rural.

2- BEIRA RIO, BEIRA SERTÃO: SUJEITOS MIGRANTES

Nosso cenário de pesquisa é na Bacia Hidrográfica do São Francisco², que abarca sete unidades da Federação, com extensões e ambientes variados: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal. Em toda a Bacia existem 36 afluentes e se divide em 03 regiões: 1-Alto São Francisco: das nascentes do rio em São Roque de Minas (MG) até a cidade de Pirapora (MG) incluindo os afluentes; 2--Médio São Francisco: da cidade de Pirapora (MG) até a região onde se encontra as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE); 3- Baixo São Francisco - da região de Juazeiro (BA) até a foz.

Estamos às margens do Rio da Integração Nacional: o rio São Francisco, na Bacia Hidrográfica do São Francisco. Rio que tem sido alvo dos grandes debates nacionais em função do “Projeto de Transposição” de suas águas. Polêmica e divergência de opiniões entre governos e entidades ambientalistas. Quase nenhuma discussão com as populações ribeirinhas e sertanejas.

² Dados fornecidos pela FRANAVE-Companhia de Navegação do São Francisco em Pirapora em setembro de 2004, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes responsável pela navegação do Médio São Francisco com 1.371 km de extensão, ligando os portos de Pirapora/MG e Juazeiro/BA-Petrolina-PE.

Rio que tem sua vazão diminuída gradativamente em função do grande volume de águas para irrigação, dos sérios problemas de resíduos tóxicos depositados em suas águas por grandes empresas, pelo desmatamento em suas margens que causam o assoreamento no leito do rio.

Na Bacia do Rio São Francisco, vive cerca de 15,5 milhões de pessoas. A população urbana representa 77% da população total. Na fração que iremos estudar no Médio São Francisco, a população urbana é representada por 55%, de acordo com Neves (1998).

As populações ribeirinhas que vivem na margem do rio, guardam na memória a ocupação do território, a diversidade de etnias massacradas pelos colonizadores, a navegação fluvial de gente e cargas, as ferrovias e a chegada do “desenvolvimento” e a ruralidade.

Estamos analisando a ruralidade como um processo social. Onde a compreensão do ser rural, da identidade do sujeito do meio rural, bem como, todas as questões referentes ao mundo rural, são singulares e onde as ações sociais, fatos sociais, moral comunitária, relações sociais e de produção são mediadas nos modos de vida e de trabalho vinculadas aos processos sociais, espaciais e históricos da sociedade.

O processo de ruralidade tem seu lócus na religiosidade, nos mitos, nas tradições, nas festas, nas lendas, nas culturas de vazante, na seriema, nas matas, nos peixes, nas águas do Velho Chico. Características do sertão e do sertanejo, da cultura dos cerrados, da cultura ribeirinha, que foram modificadas ao longo dos processos de espacialização e territorialização do rural.

Os efeitos são visíveis tanto para as populações locais, bem como, para os espaços de construção e reconstrução da vida cotidiana. Modificam-se drasticamente as relações com o ambiente na cultura, tanto no sentido de pluralidade humana, como também de diversidade agrícola.

Neste trabalho, o *locus empírico* da pesquisa compreende municípios que se localizam no Médio São Francisco: Pirapora, Buritizeiro, Ibiam. Nossa ênfase na análise é o processo de ruralidade junto aos sujeitos migrantes retornados nas comunidades e nos grupos de pescadores, remeiros (aposentados), assentados e ocupados em propriedades rurais, trabalhadores rurais e pequenos proprietários agrícolas.

Pirapora - Norte de Minas Gerais, originada no início do século XX em função das relações de produção capitalista de algodão pelo transporte fluvial. Cidade onde se inicia o trecho navegável do rio. Onde residem mestres na arte de fazer carrancas. Pescadores, lavadeiras e também grandes industriais e indústrias voltadas para o comércio exterior.

Buritizero - Noroeste de Minas Gerais, quinto município em extensão territorial do estado e atualmente um dos grandes produtores de monoculturas de soja e café no cerrado. Cidade de pescadores, rezadeiras, mulheres que vivem do beneficiamento dos produtos do cerrado, cidade de famosas rodas de São Gonçalo, de vaqueiros e de contadores de histórias do sertão.

Ibiai - com cerca de 7.350 habitantes, de acordo com o censo 2000-IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, têm como atividade principal a agricultura. O município não tem subestação de energia elétrica e a atividade de pesca no Rio São Francisco está diminuindo cada vez mais, muito em função da alta mortalidade de peixes em função da contaminação do rio por resíduos tóxicos lançados nas águas do rio por mineradoras nacionais situadas na região.

A navegação pelas águas do São Francisco iniciou-se na segunda metade do século XIX, desempenhando importante papel no povoamento de suas margens na construção de uma identidade natural e cultural, caracterizando os moradores das beiras desse Rio. Cultura rica em musicalidade, lendas, tradições, artesanatos, danças, amores e ritos, sintetizando a história da vida das águas e dos homens e das mulheres na ribeira.

O declínio da navegação do rio São Francisco a partir da década de 50 teve início com a construção de rodovias e de hidrelétricas, como Paulo Afonso e Três Marias, consequências da adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico fundamentado na industrialização. Surgiram assim, grandes problemas de degradação para o Rio e para as populações ribeirinhas que continuam e permanecem. Ocorreram mudanças no perfil da migração, que se daria através de novos modelos de transporte, ferroviário e rodoviário, não somente fluvial. Não muda o lugar de vida, mas muda o lugar de trabalho.

A navegação fluvial que começa em Pirapora-MG atualmente tem sido pouco expressiva e os efeitos dos grandes projetos com incentivos públicos tem causado ao rio e a sua população local efeitos devastadores como: assoreamento, desemprego, fome, mortalidade de peixes, aculturação e subempregos.

As modificações no modo de vida e trabalho das populações ribeirinhas podem ser visualizadas através dos dados IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), na Tabela 2. Observamos que índices de equipamentos modernos como televisão, geladeira, luz elétrica são mais acessíveis, ao mesmo tempo as diferenças estruturais entre a região e as demais continuam. Analfabetismo, mortalidade infantil, proporção de pobres. São dados que mostram e informam que as políticas estatais são excludentes e compensatórias.

Evidenciamos também que quanto mais voltado o município é para atividades no meio rural, maiores são as dificuldades para a qualidade de vida. Dos municípios que estamos pesquisando Ibiai é o mais voltado para atividade agrícola e pesca artesanal, é o município onde encontramos os menores em relação ao IDH. Em Buritizeiro, um dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais em extensão territorial, os índices de IDH são baixos e bem diferentes dos mostrados para Pirapora. No município de Pirapora a economia é baseada na industrialização, serviços e tem quase toda a população vivendo no meio urbano.

Os dados são heterogêneos em índices que mostram o simulacro da sociedade moderna e são homogêneos ou bem próximos em índices de sobrevivência humana. As ações antrópicas ao longo do rio modificam a região profundamente isolada das outras regiões brasileiras em um contexto sócioespacial de mudanças e permanências.

Na linha do tempo foram se firmando políticas públicas desenvolvimentistas que não beneficiam o povo ribeirinho que sentem os efeitos da região árida e quente dominada antes por velhos coronéis de oligarquias mineiras e hoje por modernos donos de terra e de trabalho humano em abundância.

TABELA 2- INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Indicadores	Minas Gerais	Médio São Francisco ^{3[3]}		
		Pirapora	Buritizeiro	Ibiaí
IDH Municipal	0,773	0,758	0,659	0,687
IDH Educação	0,850	0,879	0,777	0,757
Taxa de Analfabetismo	14,8	13,3	26,0	32,6
IDH Renda	0,711	0,655	0,548	0,523
Renda per capita média (R\$ 2000)	276,6	197,1	104,0	89,5
Proporção de pobres (%)	29,8	41,4	60,3	70,4
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000%)	27,8	30,4	49,7	23,5
Esperança de vida ao nascer	70,5	69,4	64,2	71,8
Taxa de fecundidade total	2,2	2,2	2,8	3,0
Água encanada	89,5	91,4	67,3	59,1
Energia elétrica	95,6	97,2	88,4	82,4
Coleta de lixo – somente domicílios urbanos	92,2	95,0	78,8	36,4
Geladeira	83,6	83,9	66,0	47,0
Televisão	88,5	90,0	73,7	56,3
Telefone	40,3	40,2	8,0	12,2
Computador	9,2	6,2	0,8	0,2

FONTE: Adaptado por PAULA, Andréa M.N.R. de. Pela Fundação João Pinheiro- FJP - Atlas do Desenvolvimento, 2000.

O crescimento econômico da região, nas últimas décadas, foi consequência da ação direta e ativa do Estado. De 1985-1995, o PIB do Norte de Minas cresceu a taxas superiores à da economia brasileira e ao estado de Minas Gerais. Nesse período, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,28%; de Minas Gerais 2,45% e do Norte de Minas 3,70%. Contudo, observamos que a economia estrutural local, não modificou e continua a grande desigualdade de condições de vida entre os segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto nas urbanas e o baixo desenvolvimento da região com relação às demais do estado de Minas Gerais.

Assim a modernização agrícola, os investimentos do estado continuam aumentando

^{3[3]} Com os índices apenas dos municípios onde estamos desenvolvendo a pesquisa de campo para o doutorado em geografia na Universidade federal de Uberlândia.

a possibilidade de o homem dispor tecnicamente da natureza, de alcançar novos resultados, transformando através de um processo de exaustão, onde a novidade é cada vez menos nova, e onde a noção de progresso como o único ideal da realização da técnica, da ciência, do mercado, deixa os valores, as tradições e as coletividades colocadas à margem desprezadas em relação à sociedade capitalista, desigual, provocando o individualismo e o empobrecimento da maioria da população.

Neste contexto de “correr contra o tempo” o homem faz a chuva, o homem muda as águas, o homem modifica o tempo. “A sociedade é o domínio dos homens, a natureza, o das coisas”. (MOSCOVICI, 1975, p.7). Nestes tempos são os interesses do indivíduo, do mercado do capital, da globalização perversa que vão dominar e promover o viver entre e com os humanos e a natureza.

Realidade que provoca mudanças no mundo rural e entre tempos e espaços plurais, onde os sujeitos migrantes continuam rurais, entre idas e vindas através do processo de ruralidade.

3-MUNDO RURAL E RURALIDADES: TEMPOS E ESPAÇOS ENTRE AÇÕES, RELAÇÕES SOCIAIS E LAÇOS DE RECIPROCIDADE

[...] passando dos fatos objetivos aos fatos humanos que, com eles se relacionam, descobre também que os equilíbrios materiais, sem serem expressamente e racionalmente desejados pelos homens, não são obtidos cega e mecanicamente, mas provém de uma consciência difícil de ser apreendida e, mais ainda, de ser definida. Curiosa combinação de prudência, iniciativa, desconfiança, credibilidade e costume: a sabedoria camponesa, (LEVEFVBRE, 1986, p.p.144-145).

O processo migratório revela as formações sociais em forma e conteúdo estratificados e desiguais, entre oportunidades desiguais em meio àqueles que são expropriados de suas terras e lugares de vida e que, portanto são caminhantes em busca de novos lugares, espaços de trabalho e na esperança que seja também um espaço de vida! “Rugosidades” no dizer de Milton Santos (1999) que faz com que em tempos e espaços de pós-modernidade tenhamos processos de supressão, de acumulação e superposição das coisas sobre as pessoas.

Concordamos com Martins (2002), que nos diz que no mundo do camponês é parcial e residual quando trata de “lutar” contra a expropriação capitalista, em função dos vínculos e laços de reciprocidade e solidariedade com grupos primários de socialização.

Mesmo que cada vez mais alcançado pela dispersão e pelas migrações que a pobreza e o caráter cíclico da produção combinados viabilizam e induzem, a família e a comunidade continuam sendo grupos sociais de referência do trabalhador rural. Mesmo definitivamente na cidade e fora da agricultura, quem saiu do mundo rural continua por longo período ainda mantendo essas referências sociais... O mundo do camponês e a identidade do camponês não são necessária ou fundamentalmente constituídos por antagonismos internos à situação social. (MARTINS, 2002, pp.79-80-81).

Portanto, nossa análise perpassa as reflexões sobre a ruralidade, onde buscamos o re-conhecimento do rural, com suas relações internas e singulares, tanto com as suas relações com o urbano. Entendo as ruralidades, para compreender os contornos, das especificidades e as representações deste espaço rural. Conjugamos a interpretação que a ruralidade é uma construção social.

Como cualquier otra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan. (DURÁN, 1998, p.77)

Os camponeses foram expropriados da terra e conduzidos para antigos e novos lugares que habitamos, aos espaços que são produzidos, elaborados, e que vira o simulacro do real para assim divulgar a superação das tradições enquanto sinônimo de velho e antigo e propagar o moderno como o novo, o tecnológico, o urbano. O moderno e o tradicional são categorias conceituais que auxiliam na compreensão das fronteiras dos modos de vida tradicional, que continuam presentes em comunidades rurais, ribeirinhas e no enfrentamento dos modos de trabalho da modernidade.

As transformações são profundas, mas o rural não se “perde” nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Nos dizeres de Maria Nazareth Baudel Wanderley, “as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural; mas para a emergência de uma nova ruralidade”.(grifo da autora) (WANDERLEY, 2000, p. 4)

Os tempos da sociedade para os migrantes da região do Norte de Minas Gerais, região basicamente rural, e onde os migrantes são em sua maioria oriundos do meio rural, são representados no espaço como: os “antigos tempos”, caracterizados como tempos de fartura, de “boa vida”, de muita terra e de “prato cheio”; o campo era o tempo anterior, do passado. A cidade era local para “fazer a feira” e, de vez em quando, para “ir ao médico”

ou ver “novidades”. Os espaços rurais e urbanos eram completamente separados, caracterizados e delimitados.

*“São tempos que não voltam. Hoje a gente vem, sabe onde termina a cidade. A roça acho que nem existe mais. Pelo menos, aquela com gado, comércio, professora. E minha família toda junta, criando galinha, porco, fazendo queijo, plantando roça. Quando a seca vinha, sempre tinha um patrão para empregar a gente como peão. Agora, tudo é máquina”*⁴. Depoimento de um trabalhador rural

As atividades de produção no tempo antigo eram caracterizadas como atividades de subsistência e possibilidade de permanência no campo. As relações de trabalho relatadas não se baseavam apenas nas leis de mercado. As ações econômicas dos indivíduos baseavam-se também em trocas entre as famílias, parentes, vizinhos, imbricando valores de cooperação, solidariedade e reciprocidade.

Podemos pensar junto com Martins (1975), que a introdução do capitalismo no campo brasileiro provoca a sujeição do rural para favorecer o crescimento econômico. A economia mercantil, a economia de mercado exclui a economia de subsistência e a economia do excedente: “Uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades,” (MARTINS, 1975, p.45).

É assim que o modo de produção capitalista torna-se o símbolo da modernidade para os agricultores, camponeses e trabalhadores rurais no meio rural através da introdução dinâmica, ágil e rápida do modo urbano de vida, transformando a população rural em consumidores e logo expropriados de suas terras e do trabalho rural para viver nas cidades em condições subhumanas e grande parcela de trabalhadores oriundos do campo, trabalha em condições arcaicas e escravistas.⁵

A ideologia da modernização, como é caracterizada pelo autor modifica as relações sociais nos espaços e nos tempos rurais. A máquina vira símbolo da modernidade, e as pessoas no campo adotam objetos e ações do modo urbano de vida e trabalho. Assim a questão agrária brasileira fundamentou-se na propriedade privada da terra, que segrega, separa e vende os espaços: a terra. E assim, provoca a mobilidade espacial das pessoas através da expropriação do trabalho e dos lugares, provocando a busca de novos espaços: de terra e de trabalho.

Os dias de hoje, como muitos chamam o presente, são “outros tempos”. De acordo com os depoimentos dos trabalhadores já “*não existe nenhuma*” possibilidade de permanecer no meio rural. Os tempos vividos pelos homens e mulheres nos espaços no Norte de Minas Gerais, em

⁴ Os depoimentos de migrantes retornados padronizamos em itálico, e em acordo com as normas de citações.

^{5[2]} Conferir como se procedeu a introdução do Capitalismo no Campo Brasileiro no livro Tradicionalismo e Capitalismo de Jose Souza Martins.

especial, pelos trabalhadores e trabalhadoras migrantes revelam dois tempos distintos: os de ontem e o de hoje. Em uma lógica diferente da modernidade efêmera, onde os tempos são ‘eventos’ e ‘intemporais’.

As utilizações dos espaços do campo e da cidade também são bem distintas. No rural que pode ser para um pescador à beira de um rio em uma pequena cidade, como Pirapora. Ou no rural que para um pequeno agricultor rural, é a comunidade da Piedade, composta de 45 famílias, (onde ele mora com os pais em um pequeno sítio de propriedade da família), na Serra do Cabral no município de Lassance a 3 horas de distância da sede, são os lugares do ser.

A cidade representa o espaço do estar, ou seja, estar para trabalhar em cidades grandes ou propriedades de outros, trabalhando de forma provisória.

Você me pergunta qual é o morador mais velho daqui. Eu não sei dizer. Mas sei qual é a casa mais velha. É a do Juca. Aqui na Piedade, os sítios são passados de pai para filho, e a gente não vai embora nunca. Então são sempre as mesmas famílias, nas mesmas casas. Quando um morre, tem o cemitério, enterramos. Quando um nasce e volta da cidade o batismo é na igreja daqui. Aqui tem pouca coisa, mas tem um pouco de tudo. E agora vai ter luz! Há... Tem os chegantes, mais são só três que já tem uns 30 anos tão aqui com a gente. (Relato feito para autora desse trabalho em julho de 2006, por Dionísio, 45 anos, agricultor rural na comunidade da Piedade, que já migrou três vezes para São Paulo para trabalhos em Lavoura e sempre retorna).

Os pescadores com os quais conversamos, vieram da Bahia para aqui fazerem “a vida”. Hoje são senhores de 50 e 60 anos, com filhos, netos. Família extensa e também já migraram para trabalhar em outras regiões. Explicam que só foram para outras regiões porque não tinha jeito:

“O rio seco, o prato vazio, o jeito é ir pra estrada e voltar com algum. Como o rio os tempos são assim: às vezes rio acima, contra a correnteza, outras vezes rio abaixo, a favor da correnteza”, (Relato de pescadores em conversa em beira de rio, no fim de tarde em Pirapora em julho de 2006). Gentes diversas, em espaços plurais, com saberes diferentes que vivem no sertão dos Gerais e que entre tempos e espaços, sistemas de objetos e ações, com formas-conteúdos fazem à cultura e o ambiente.

Os saberes das populações tradicionais demonstram, mostram as partilhas e parcerias dos sistemas comunais dos recursos da natureza. São assentados que dividem a terra em lotes, são pescadores que, com o sistema de horários no rio, partilham os locais de boa pesca. São as benzedadeiras e benzedeiros que cultivam com as rezas os valores da fé que promovem o respeito aos mais velhos e que fazem com que os laços solidários nas comunidades sejam revitalizados.

Nossas lembranças, nossos ritos, nossas recordações, vontades, sonhos, práticas são o mundo da vida que representam e identificam o nosso ser no mundo e a nossa essência de ser. As representações, os imaginários das populações tanto rurais e urbanas, demonstram que é os saberes tradicionais que pouco respeitados e referenciados pela ciência promovem a construção de uma identidade e de um modo de vida e de trabalho entre e com sujeitos plurais em espaços diversos.

Na fronteira das tradições, entre o espaço da identidade, na reciprocidade entre grupos de trabalhadores, entre comunidades rurais, sertanejas e ribeirinhas, mesmo que pontuais mais que continuam presente e resistente no início do século XXI através da cultura, do fluxo de histórias, vivências e experiências dos migrantes que vivem nas cidades do Vale do São Francisco. E na fronteira da modernidade que cada vez está mais presente e atuante nas formas e técnicas de trabalho, na hiper-utilização dos recursos naturais, vivemos tempos e espaços onde distâncias são “segundos” quando pensamos em espaços de fluxos (CASTELLS, 2005). Espaços e tempos em transformação, fragmentação e segregação mundializada. Relações sociais que vivemos no mundo globalizado e interconectado para obtenção de “coisas materiais”.

As redes de comunicação, de inter-relação, de organização de sentidos e percepções do lugar, bem como, os laços de reciprocidade e solidariedade que existem entre os habitantes das comunidades de “beiras de rio e sertão” que estamos estudando, demonstram nas práticas de trabalho e do cotidiano que muitos do que retornam a região, vêm em função do processo de ruralidade que fazem parte da identidade do sujeito rural e com ele/elas migram e retornam, sendo uma representação permanente entre espaços diversos. Fazendo com que homens e mulheres sertanejos/as ribeirinhos queiram voltar a viver em suas comunidades e lugares e/ou região de origem mesmo com todas as contradições que convivem entre as mudanças e as permanências do modo de viver do presente.

As ações humanas, transformando o ambiente e o ambiente transformando o humano provocam reconstruções, modificações, permanências nos processos socioculturais, espaciais e ambientais no mundo rural que fazem, refazem as especificidades das formas no tempo e no espaço, que então denominamos ruralidades. “Podemos falar de um mundo camponês, não no sentido dessa realidade constituir um

mundo isolado, mas em função de sua extraordinária variedade e de suas características próprias”, (LEFEVBRE, 1986, p.p.163).

É o espaço o promotor das transformações: o meio. E o homem é o produtor dessas transformações: a cultura. Meio e cultura que fazem o *continuum* dos processos rurais e dos processos urbanos. E são as organizações que modificam, segmentam e separam os espaços, que os transformam em lugares, em regiões, em territórios constituídos de paisagens e gentes que provocam os processos de deslocamentos populacionais, ou seja, os processos migratórios, que são o foco central de nossos estudos.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Homens e mulheres, famílias inteiras que entre urbano e rural, entre lugares que se transformam em espaços e espaços que se modificam em lugares vivem o sertão, convivem entre e com as músicas, as rezas, os ritos, as tradições e assim preservam e resistem entre o real e o simbólico, entre a memória em ter uma percepção ambiental não só como utilização do espaço, mas como representação do eu, do outro, dos nós neste espaço. Migrantes que estiveram em grandes capitais, em corte da cana, em outras regiões, que já migraram varias vezes. Que já foram com outros familiares na esperança de encontrar um espaço de vida, mas que sempre retornam a região do sertão ribeirinho norte mineiro.

Pescadores, agricultores, pequenos produtores rurais, acampados e assentados rurais, remeiros (aposentados), trabalhadores rurais são todos nossos acompanhantes nessa viagem de investigação pelo sertão mineiro, nas margens do Rio São Francisco. Todos e todas são camponeses que ou já exerceram atividades agrárias e agrícolas, ou exercem. Ou já tiveram seus trabalhos voltados para o rural.

São os sujeitos diversos que fazem à vida nos lugares. E são essas pessoas que possuem saberes, ideologias, *ethos* e visões de mundo que como nós fazem o seu mundo, o nosso mundo, as nossas dimensões sociais.

E criam e re-criam uma identidade camponesa e ribeirinha. São as águas a ligação do homem ribeirinho com o imaginário através de mitos e lendas como caboclo d'água, a mãe d'água, a proteção das carrancas na proa do barco para evitar maus espíritos e trazer boa pescaria.

Mas as águas do rio são principalmente o espaço de produção para o desenvolvimento da pesca, o meio de produção para os pescadores que baseados em saberes tradicionais permitem a sobrevivência das muitas famílias ribeirinhas.

O Rio do grande sertão, o rio-estrada, o Rio dos Currais, o OParapitinga (águas claras), o Opará - rio-mar, o São Francisco que é sempre o centro de todas as transformações no sertão. São Francisco, divisor de águas, cultura e identidade sertaneja.

Riqueza e miséria entre migrantes de categorias sociais e espaciais diferentes. A análise do processo migratório, bem como, do ser rural entre os ribeirinhos traça uma categoria analítica do espaço, da memória, da tradição, da cultura do povo ribeirinho, que mesmo com a modernidade excludente e perversa do campo brasileiro, persistem em trilhas, pequenas travessias, em caminhos de arvores retorcidas do cerrado, nos cenários e paisagens da ribeira procurando constituir uma geografia singular entre o vivido, o vivo, o imaginário, onde o significado da ruralidade é representado entre o espaço natural e lugar sociocultural do grande sertão. “Digo: o real não está na saída nem na chegada ele se dispõe para a gente é no meio da travessia, (JGROSA, 1986, p.52)”.

5-REFERENCIAS:

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Redes**. Volume I. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DE PAULA, Andréa M.N. Rocha. **A Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho: A esperança de Melhoria de Vida!** Uberlândia-MG, 2003, 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária) Instituto de Geografia Rural-Universidade Federal de Uberlândia.

DURÁN, Francisco E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudios Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO/ **Sinopse Preliminar Do Censo Demográfico 2000**. Volume 7: Rio de Janeiro: 2001.

_____, **Censo Demográfico**, 1970; 1980; 1991 e 1996.

LEFÈBVRE, Henri. PROBLEMAS DE SOCIOLOGIA RURAL. In: MARTINS, Jose de Souza (org). **INTRODUÇÃO CRÍTICA A SOCIOLOGIA RURAL**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA RURAL**. In: MARTINS, Jose de Souza (org). **INTRODUÇÃO CRÍTICA A SOCIOLOGIA RURAL**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. *Estudos Sobre As contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____, **A Sociedade Vista do Abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra Natureza**. Petrópolis: Vozes, 1975.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais**. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (org). Montes Claros: Unimontes, 2000. p 105-170

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar. 2000. Fotocópia.

SESSÃO 3

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA (BA) NA SECA DE 2012/2013 - CONFLITOS ENTRE O ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS E A SOBREVIVÊNCIA DO SERTANEJO

Janice Rodrigues Placeres Borges
Campus do Sertão – UFAL/ CCA – UFSCar
GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

Introdução: a título de contextualização

A seca que vem afetando o sertão nordestino desde 2011 é considerada a maior dos últimos 40 anos. Já provocou impactos socioambientais de grande monta, principalmente, no meio rural, isto em uma região marcada por um equilíbrio natural instável e por políticas públicas – desde o último quartel século XIX – equivocadas.

A grande maioria dos corpos d'água e açudes secaram comprometendo o abastecimento de água humano e dos rebanhos, que morreram de sede e fome ou foram abatidos antes do tempo, levando a situação de risco à pecuária de corte e leiteira e a uma séria crise agrícola.

Água, hoje, só há para consumo humano e, mesmo assim, escassa. Não há dados confiáveis se a quantidade de litros, por dia, por pessoa, obedece a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 40 litros.

No campo, as culturas mais afetadas são a do feijão, milho, mamona, palma, arroz e o algodão.

Obras anunciadas contra a seca, como o polêmico Canal do Sertão, não foram concluídas. Contudo já somam 1 bilhão de reais empregados, somente no estado de Alagoas. Recentemente, a Presidente Dilma Rousseff, inaugurou, no alto sertão alagoano, 95 km, do total de 250 km de extensão, que terá o Canal do Sertão em sua parte alagoana, obra que foi projetada desde os anos 1990.

A disseminação de cisternas, ao longo de anos, ressuscitou os carros-pipa, ícone da chamada indústria da seca. E que tem um profundo reflexo político na manutenção do poder oligárquico.

Por outro lado, o uso e ocupação do espaço biogeográfico e cultural sertanejo denominado Caatinga tem sido um palco histórico de conflitos socioambientais sobre os sentidos e vocações de seus elementos. Atualmente, emblemática do que ocorre no Bioma Caatinga é a área da Estação Ecológica Raso da Catarina e seu entorno, localizada na região nordeste do estado da Bahia, entre os municípios de Paulo Afonso, Jeremoabo e Rodelas.

Atualmente, a Esec é classificada como área de extrema prioridade de conservação da biodiversidade. Criada em 1984, como reserva ecológica, em 2001, a referida unidade de conservação passa a categoria de Estação Ecológica (Esec), respaldada em sua relevância ecológica para o bioma Caatinga.

Contudo, populações tradicionais quilombolas, indígenas, pequenos criadores de gado e agricultores familiares, vivem e sobrevivem não somente na, mas, *da* Caatinga.

Recentemente, uma tensão entre os gestores da Esec e as comunidades do entorno, que já tem sido reforçada com a proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso e ocupação do solo num perímetro de 258.527 km, abrangendo 269.130 ha., agravou-se com a atual seca.

O Bioma Caatinga: caracterização geral

Em termos biogeográficos, o domínio da Caatinga se estende no Brasil por 844.453 km², ocupando 13% do território nacional, abarcando 56% da população nordestina e 16% da população brasileira, estendendo-se pelo Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, até uma pequena porção de Minas Gerais e do Maranhão.

De acordo com o Probio (2000) quase 50% de seu território apresenta-se degradado, devido às atividades e ações antrópicas.

Apesar do clima semiárido, o bioma possui uma rica biodiversidade composta por centenas de espécies de plantas, mamíferos, aves e peixes - endêmicas ou não. Os rios que cortam a Caatinga são intermitentes, em sua maioria. Mas, como 50% das terras são de

origem sedimentar, são ricas em águas subterrâneas. A temperatura varia de 24 a 28°C. A precipitação média é de 250 a 1000 mm e o déficit hídrico é elevado durante todo o ano.

Sua vegetação é constituída, especialmente, de espécies lenhosas e herbáceas, de pequeno porte, geralmente dotadas de espinhos, perdendo suas folhas no início da estação seca, em geral, são cactáceas e bromélias.

Porém, a lista de espécies existentes na Caatinga é incompleta devido à falta de estudos na região. De acordo com Tabarelli et al. (2000), mais de 40% desse ecossistema ainda não foi amostrado, cerca de 80% das áreas estudadas foram sub-amostradas e as áreas protegidas, como as Unidades de Conservação e outras, totalizam menos de 1% de todo ecossistema.

A Caatinga apresenta um histórico de ação antrópica antigo, iniciado desde o período colonial, com o processo de avanço da expansão econômica do litoral em direção ao interior, através da procura por ouro e pedras preciosas, via regime de sesmarias e com o sistema de capitanias hereditárias (RIBEIRO, 1995).

A ação do homem, por meio de suas atividades, já modificou de 60 a 70% da vegetação original. Atividades como queimadas para o preparo do solo, para a agricultura, substituição da vegetação nativa por pastagens e retirada de lenha, são tidas como as principais agressões e causas das modificações ocorridas (ANDRADE-LIMA, 1981; TABARELLI et al., 2000). Moradores locais são apontados como os principais responsáveis por essas atividades.

Dados recentes estimam que, nos últimos 15 anos, 4.000.000 ha de Caatinga foram devastados devido à interferência do homem na região, transformando-se em deserto (SISTEMA, 2007). De acordo com dados do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SISTEMA) da Bahia, 100.000 ha são devastados anualmente.

Contudo, a Caatinga também tem sua identificação cultural. De acordo com Acelrad (2004), as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhe são específicas como os modos de apropriação do mundo que lhe correspondem. Essa apropriação pode ser dividida em estamentos variados: entre práticas de apropriação da técnica, ou seja, modos de uso, transformação biofísica, etc., práticas de apropriação social, através da qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir de distribuição desigual do poder sobre os recursos e práticas de

apropriação cultural do mundo material em que o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, a partir do qual se constrói o mundo social.

Historicamente, a região da Estação Ecológica Raso da Catarina é possuidora de fatos históricos como a Guerra de Canudos, Lampião e seu bando, a história da saga do governo militar desenvolvimentista na ânsia por construir infra-estrutura, para atrair o crescimento econômico, com a construção, por exemplo, da Barragem de Paulo Afonso (CHESF), entre tantos outros projetos hídricos de grande porte e fatos históricos marcantes para a região e para a nação.

No que concerne à região da Estação Ecológica Raso da Catarina, com a mudança da Corte portuguesa para o Brasil e necessidade de apoio das elites para governar, explicitamente no Nordeste, o reforço aos espaços políticos locais beneficiou grandes proprietários de terra e favorecendo a formação de figuras marcantes no contexto político e econômico regional.

É dessa época a criação do atual município de Jeremoabo, situado na região do Raso da Catarina. Uma faixa territorial habitada por indígenas mongoiós e cariacás, pertencentes à etnia Tupinambá, que, no século XVI foi conquistada pelo português Garcia D'Ávila, que a recebeu de D. João III como sesmaria. Assim, durante quatro gerações os Ávilas estenderam seus domínios de terras em alguns estados nordestinos.

Em 1688, Jeremoabo, uma das mais antigas fazendas de criação extensiva de gado bovino passa a categoria de “julgado”, tornando-se Freguesia de São João Batista de Jeremoabo do Sertão de Cima, transformando-se em cidade em 1925.

Em 1725, outro bandeirante português, Paulo Viveiros Afonso, também, recebeu uma sesmaria na região, no território correspondente aos atuais municípios de Glória e Paulo Afonso.

Com o tempo, tornaram-se evidentes as diferenças política, econômica, social e cultural entre o interior nordestino e o litoral (FURTADO, 2001; RIBEIRO, 1995; CALAZANS, 2007).

A sociedade que surgiu na zona semiárida tinha como traço característico a dispersão espacial dos camponeses, que dependiam totalmente dos proprietários de terras.

Segundo Facó (1980), o contexto da tensão causada pela fome e pela miséria favoreceu tanto a constituição do cangaço, com a histórica figura de Lampião, que passou tempos na região do Raso da Catarina, no fim de sua vida, assim como o surgimento de

movimentos religiosos no Nordeste, a exemplo daquele fundado por Antonio Conselheiro, em Canudos (BA), município do entorno da Esec do Raso da Catarina.

A região semiárida era então a periferia da faixa litorânea. Segundo Furtado (1997), a influência da economia litorânea na região semiárida deu-se em duas vertentes. De um lado, criou a demanda por criação de animais, de outro, gerou uma oferta de pessoal capacitado para promover a ocupação territorial.

Dessa forma, a ocupação do sertão nordestino realizou-se com pequeno esforço financeiro e centrou-se, desde o início na pecuária extensiva, o que constituiu a base da organização socioeconômica.

A atualidade do contexto sociocultural e econômico na região do Raso da Catarina pode facilmente ser correlacionada a esses aspectos culturais e históricos. Algumas questões persistem, sobretudo, aquelas relacionadas aos processos da seca, da pobreza e da exclusão social, cultural e econômica que ainda vigoram em todo o Nordeste e são acentuadas na região estudada (VILLA, 1999).

Diante desse quadro, pesquisas que tenham como tema avaliar a perturbação antrópica no entorno da Esec Raso da Catarina e na própria Esec são de suma importância para a conservação da área, assim como, do próprio bioma caatinga. O trabalho aqui apresentado traz os resultados preliminares de um dos objetivos de um projeto temático que tem por objetivo central realizar uma avaliação da perturbação antrópica nessa Unidade de Conservação e em seu entorno, qual seja: realizar um estudo das estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares e dos pequenos pecuaristas do entorno da Esec Raso da Catarina, tendo como estudo de caso os moradores dos Povoados São José e Lagoa Grande, localizados na área externa vizinha da Estação Ecológica, no município de Paulo Afonso, BA, identificando as principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados no intuito de garantir a sua sobrevivência e revelar o processo interativo decorrente dessas estratégias, entre o homem e o meio ambiente, assim como, os conflitos socioambientais resultantes dessa interação.

Metodologia

Metodologicamente, procurou-se através da bibliografia existente, refletir sobre os métodos que estão mais aproximados das necessidades deste estudo. Para tanto, optou-se

pelo estudo de caso, tendo como alvo de estudos a população dos Povoados São José e Lagoa Grande, por estarem localizadas bem próximas à Esec Raso da Catarina.

Assim sendo, foram adotadas, nessa etapa dos trabalhos, a observação direta, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e documentação fotográfica.

A Área de Estudo

Entre outras Unidades de Conservação implantadas na Caatinga, situa-se a Estação Ecológica Raso da Catarina, localizada no estado da Bahia, entre os municípios de Paulo Afonso, Jeremoabo e Rodelas, constituindo-se uma das principais unidades de conservação situadas nesse bioma, com a importante atribuição de preservar remanescentes dessa tipologia vegetal e todos os organismos nela associados.

A Esec Raso da Catarina é a única unidade de conservação federal de proteção integral inserida na região nordeste do estado da Bahia e que representa, exclusivamente, o bioma Caatinga.

Criada pelo decreto no. 89.268, de 3 de janeiro de 1984, como reserva ecológica Raso da Catarina, sofreu uma mudança de categoria, passando a se chamar Estação Ecológica Raso da Catarina, a partir de 11 de janeiro de 2001. A mudança foi respaldada em sua relevância ecológica para o bioma Caatinga, no seu estado de conservação e em sua privilegiada inserção geográfica, além da proteção de espécies criticamente ameaçadas de extinção, como a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus lear*).

No documento “Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga” (MMA, 2002), a Estação Ecológica do Raso da Catarina é classificada como de extrema prioridade, pois, sua classificação para os temas de flora, anfíbios e répteis é de “muito alta importância”; para o de invertebrados é “insuficientemente conhecida”, mas de provável importância; e para os de aves e mamíferos é de “extrema importância”.

A Esec possui uma superfície de 99.772 ha, perímetro de 135.279 ha, limitando-se ao norte com a Terra Indígena dos Pankararé, ao leste com as comunidades rurais moradoras dos municípios de Paulo Afonso e Jeremoabo, ao sul com a Serra Branca e a malha de drenagem do rio Vaza-Barris e ao oeste com propriedades rurais dos municípios de Canudos, Rodelas e Macururé.

A implementação de uma zona de amortecimento (ZA) proposta pelo Ministério do Meio Ambiente é de 269.130 ha e o seu perímetro aproximado é de 258.527 km, constituindo-se em um raio aproximado de dez quilômetros de entorno da Estação Ecológica. A ZA se insere nas terras pertencentes aos municípios de Canudos, Glória, Jeremoabo, Macururé, Paulo Afonso e Santa Brígida.

As Populações Residentes na Região da Esec Raso da Catarina

Na região de influência da Estação Ecológica Raso da Catarina habitam algumas comunidades quilombolas. Jeremoabo, que é o município mais antigo. No século XIX possuía grandes fazendas de pecuária extensiva com mão-de-obra escrava. O Barão de Jeremoabo possuía 61 propriedades distribuídas entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe.

Populações indígenas são encontradas em cinco áreas pertencentes às etnias Tuxá, Kantaruré, Xukuru-kariri e Pankararé. A terra indígena mais próxima da Estação é a dos Pankararé, residentes na zona de amortecimento da Esec. Os demais residem nos municípios que configuram a região de influência.

Vários povoados, também, se localizam na área vizinha da Estação Ecológica.

As áreas estratégicas externas (AEE) são “relevantes para a integração da Unidade de Conservação com sua região, especialmente sua Zona de Amortecimento, que apresentam situações específicas (ameaças/oportunidades) para as quais serão direcionadas estratégias visando reverter ou aperfeiçoar o quadro” (GALANTE et al., 2002).

Para a Esec Raso da Catarina foram definidas cinco *áreas estratégicas externas* (AEE): 1) AEE Colônia – km 40; 2) AEE Comunidades Vizinhas da Esec; 3) AEE Bacia do Rio Vaza-Barris; 4) AEE Cidade de Paulo Afonso e 5) AEE Cidade de Jeremoabo (Figura 1).

Os Povoados São José e Lagoa Grande, encontram-se na AEE Comunidades Vizinhas da Esec.

Quadro 1: Povoados existentes na zona de amortecimento e limítrofes à Esec

Povoados	Coordenadas geográficas
Brejo do Burgo (Pankararé)	09 ⁰ 20'37,7" S e 38 ⁰ 28'23,9" W
Araras – “Campo Grande”	09 ⁰ 42'26,0" S e 38 ⁰ 22'21,9" W

Várzea	09°32'58,1" S e 38°26'15,3" W
Cara Feia	09°41'54,5" S e 38°26'33,5" W
São José	09° 38'36,8" S e 38°21'48,2" W
Lagoa Grande	09°33'58,7" S e 38°26'40,4" W
Serrote	09°32'44,4" S e 38°24'22,9" W
Alagadiço	09°33'16,2" S e 38°23'10,1" W
Macambira	09° 31'56,0" S e 38°22'31,0" W
Nambebé	09°30'27,7" S e 38°22'14,6" W

Fonte: CSC, Ibama, 2007.

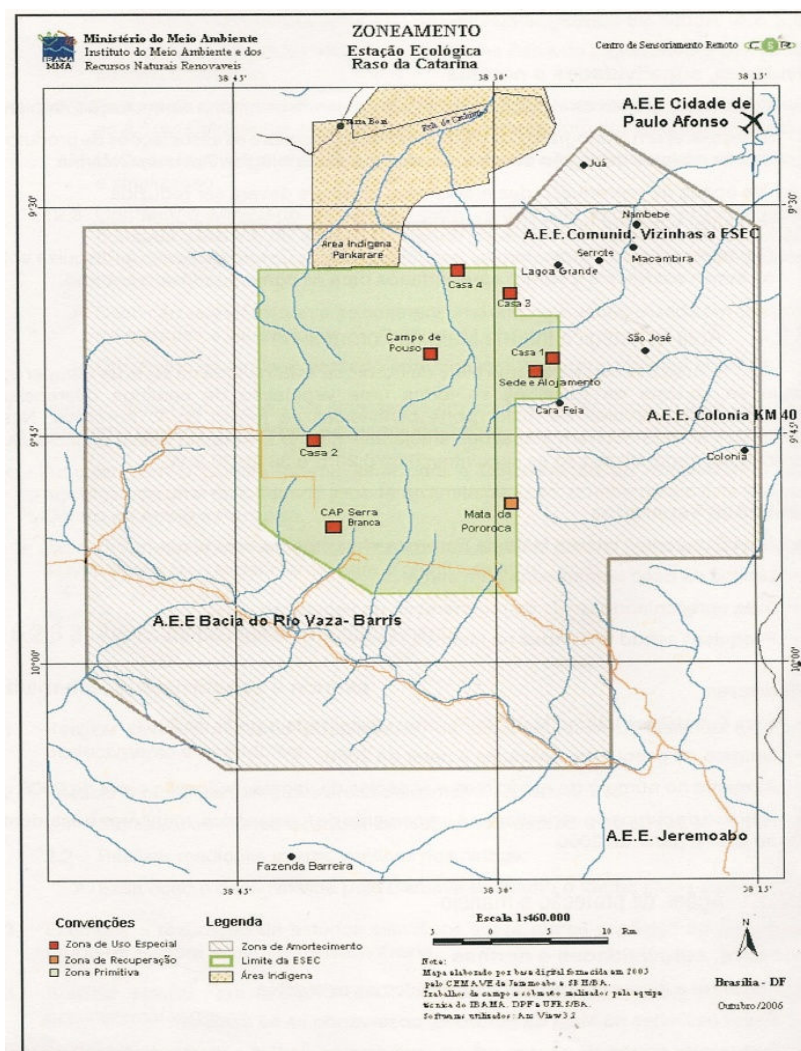


Figura 1: Povoado São José e Povoado Lagoa Grande, localizados em uma das Áreas Estratégicas Externas situadas na área proposta com Zona de Amortecimento da Esec. Fonte: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2007.

Características dos Povoado São José e Lagoa Grande

Os Povoados São José e Lagoa Grande, localizam-se na zona rural do município de Paulo Afonso. A comunidade São José possui 231 domicílios e 743 moradores. A comunidade Lagoa Grande possui 134 domicílios e 356 moradores (IBGE, 2010).

A história dos povoados se confunde com a própria história de divisão de terras na região e das mudanças ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, CHESF.

Resultados Preliminares

Diante desse breve quadro, que expõe a importância e fragilidade do Bioma Caatinga e do processo de mudanças que, historicamente, vem afetando a caatinga, assim como, apresenta a Esec Raso da Catarina e as comunidades e os povoados do seu entorno (Quadro 1 e Figura 1), trazendo a luz fatos históricos e fatores sociais, políticos, culturais e econômicos da região, que tanto inibem quanto estimulam sua proteção/preservação, essa Unidade de Conservação transformou-se em centro de um conflito entre diferentes segmentos sociais que se relacionam e se apropriam do meio, com lógicas diferentes.

Os resultados preliminares apontam que as principais formas de estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela população das áreas de estudo são a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, com baixos índices de desenvolvimento. De acordo com as falas dos moradores, essa fragilidade econômica se deve, em parte, aos períodos prolongados de seca (no momento dessa fase da pesquisa, a região estava passando por uma estiagem que não se via há mais de 40 anos) e ao solo arenoso. A fragilidade se deve também à política agrícola para o pequeno produtor brasileiro e aos Programas governamentais que chegaram com dois anos de atraso, como por exemplo, o Bolsa Estiagem.

Assim como em outros lugares do sertão nordestino, a pecuária extensiva de gado bovino, a criação de caprino e ovino é historicamente significativa na economia regional. A preferência dos produtores da região de estudo pela pecuária, segundo as falas, leva em consideração o clima, os tipos de solo e a quase inexistência de água. Isso talvez explique porque no Nordeste e, sobretudo, na Depressão Raso da Catarina, uma região inóspita, se

crie gado em grandes extensões de terras. Fato que possibilita que o gado (bovino, caprino e ovino) se alimente da vegetação arbustiva, das pastagens e das espécies de folhas suculentas.

Assim, em uma área tão frágil é desejável que o pecuarista disponha de terra para fazer rodízio de pasto, o que torna os lotes de até 10 hectares inadequados, fazendo com que na seca o rebanho seja levado à adentrar a área da Esec Raso da Catarina. A criação de caprinos é destacada nas áreas de estudo.

Os roçados de subsistência, também, fazem parte das atividades desenvolvidas e os produtos excedentes gerados são responsáveis pela complementação da renda familiar. Os cultivos não variam muito entre as propriedades. Os agricultores plantam milho, mandioca, feijão de corda, abóbora, batata doce e inhame. Os frutos dos roçados e dos quintais são geralmente usados para consumo do grupo familiar.

A apicultura é recente nas áreas de estudo. Mas, já geram uma certa renda.

Além desses produtos comestíveis, ainda plantam palma, para alimentar o gado

Contudo, com a atual seca, as palmas só vingaram nas áreas irrigadas.

As atividades conflitantes são a caça de tartaruga, tatu (que se encontra na lista de risco de extinção), corte seletivo de madeira, para produção de carvão, e pastoreio extensivo de bovinos, ovinos e caprinos. Em suas falas, os entrevistados negam realizarem essas práticas na área da Esec.

Contudo, “a criação de animais e a existência de “aguadas” (pequenos açudes construídos por fazendeiros e criadores) dentro da Estação Ecológica é outro grande problema para a Esec. Na época da seca, estima-se que milhares de cabeças de gado (muar, bovino, ovino e caprino) adentram a Estação Ecológica.

A captura e tráfico de animais silvestres é um grave problema apontado por Paes e Dias (2008), pois, a riqueza de diversidade da avifauna aguça o interesse dos traficantes de animais e admiradores de pássaros, pois, favorece a existência permanente de várias opções de animais para comercialização nas feiras. Os entrevistados falam dessa prática, apontando as “pessoas de fora” da área, que adentram a Estação, para tais finalidades.

De acordo com Acselrad (2004) esse conflito é resultado da constatação de que o meio ambiente não é um ente uno, externo às relações sociais, mas “atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. E, portanto, no processo de sua reprodução os grupos sociais se confrontam, em certos momentos, a diferentes projetos de

uso e significação de seus recursos ambientais. Vista por esta perspectiva, a questão ambiental é intrinsicamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público” (FLEURY, 2008: 61).

Verifica-se que, a falta de alternativas econômicas, falta de consciência ambiental e a deficiência da fiscalização, devido à falta de contingente, como fatores que estimulam comportamentos que ferem os objetivos dessa unidade de conservação.

Contudo, a possibilidade de presença de espécies exóticas é um grande risco à manutenção das espécies nativas da Unidade de Conservação. No entanto, trata-se de uma atividade que se adapta bem ao bioma local, trazendo um complemento de renda aos moradores.

Considerações finais

No estudo das principais estratégias de sobrevivência dos agricultores e pequenos pecuaristas dos Povoados, foi possível detectar que algumas estratégias variam de importância, quanto a serem consideradas como principais ou secundárias. A principal atividade econômica identificada é a criação de gado (bovino e caprino).

A respeito de suas relações com os elementos naturais da caatinga, no entorno da Estação Ecológica Raso da Catarina, pelos dados analisados e pela literatura consultada, até o presente momento, pode-se afirmar que as relações sociedade, natureza, conflitos socioambientais e conservacionismo, estão intimamente relacionados a uma construção social do que venha a ser danoso ao ambiente e até o que se entende por natureza, vocação da caatinga e qual o papel de uma unidade de conservação na sua região de moradia. Isso tudo, pode ainda diferir entre os grupos e segmentos sociais e culturas, variando de acordo com o momento histórico e as experiências de vida da população da área de estudo, assim como de suas necessidades de sobrevivência, principalmente, na seca.

Os moradores dos Povoados não ignoram a existência da Unidade de Conservação. Mas, não possuem consciência de sua importância ambiental e social.

Assim, os conflitos existentes só serão mitigados, por meio de políticas públicas efetivas, especialmente, na época da estiagem, e , através, de um trabalho de conscientização ininterrupto, com apoio da Educação Ambiental formal e informal, para contornar práticas de uso e ocupação, históricas, da Caatinga.

Enfim, existe a necessidade de um estudo mais aprofundado, para poder-se entender esse complexo universo e sua relação com a questão ambiental e conservação do Bioma Caatinga na Esec Raso da Catarina e seu entorno, para conservação e preservação do mesmo, assim como, para a sobrevivência do sertanejo e continuidade de sua cultura.

Referências bibliográficas

- ACSERALD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume-Demará, 2004.
- BOJUNGA, C. Raso da Catarina, sem água, sem misericórdia. **Revista Good Year**. Premio Aberje, São Paulo. 1989.
- BOURDIEU, P. 1979 - **O Desencantamento do Mundo**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- _____. 1980 – “Strutures, Habitus, Pratiques”. **LE SENS PRATIQUE** Paris, lês editiones de minuit.
- _____. 1987 - **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- CALAZANS, R. AMBIVALÊNCIAS: o nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. **RBCS**, vol.22, no. 64, jun., 2007.
- DIEGUES, C.A. **Etnoconservação: Novos rumos de conservação da natureza nos Trópicos**. São Paulo: HUCITEC. 2000
- DRUMOND, J.A. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. In: Bursztyn, M. (org.) **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2001.
- FACÓ, R. **CANGACEIROS e fanáticos: gênese e lutas**. Civilização Brasileira. 1965.
- FLEURY, L. **Cerrado para ser o que?** Representações sociais e conflitos ambientais entorno do Parque Nacioanl das Emas, Goiás. UFRGS, 2008 (Mestrado).
- FREYRE, G. 1989. **Nordeste**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro, Record.
- FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Ed. UFRJ, 2001.
- FURTADO, C. **A FANTASIA DESFEITA**. Tomo II. São Paulo: Paz e terra. 1997
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 1986.
- IBAMA. **Plano de Manejo da Estação Ecológica do Raso da Catarina**. 2008

MATTEUCCI, M.B.A. **HÓSPEDES de si mesmos:** um estudo socioambiental sobre a Unidade de Conservação Parque Estadual de Terra do Ronca/GO. Tese (Doutorado). UNB. 2003

RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 2^a. Ed. , 1995

VILLA, M.A. **Canudos:** o povo da terra. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999.

A INTERAÇÃO ENTRE AMBIENTAL E SOCIAL NA LEITURA DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS DA TEORIA GEOSISTÊMICA

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira – Professora da Universidade Estadual Paulista –
UNESP – DEPGEO/NEA-IGCE-Rio Claro

Cristiane Dambrós – Doutoranda da Universidade Estadual Paulista – UNESP –
PPGGeografia/NEA-IGCE-Rio Claro

darlene-ferreira@uol.com.br

cristianedambros@gmail.com

CAPES - Bolsa de Doutorado

GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Introdução

Conforme apontam alguns geógrafos a paisagem deve ser entendida como um polissistema socioecológico no qual interagem os sistemas naturais, sociais, de produção econômica, de representação cultural, etc., cuja lógica interna se estrutura em três unidades: ação/produção, tempo e lugar. Nossa proposta é de utilizar a paisagem como instrumento de análise do espaço rural, valorizando, além da agricultura (ação/produção), os aspectos econômico-culturais e naturais (tempo e lugar). Fundamentamo-nos na teoria Geossistêmica, em três níveis de análise do sistema GTP-Geossistema (base física/lugar); Território (relações socioeconômicas/ação/produção no tempo histórico); Paisagem (dimensão sociocultural/identidade). Estes elementos de análise foram aprofundados tendo como referência a paisagem rural, a partir de pesquisa empírica realizada em 347 pequenas propriedades rurais do município de Rio Claro-SP. No nível G descreve-se o meio natural e nos níveis T e P teremos as informações coletadas nas propriedades rurais sobre o sistema da agricultura (aspectos produtivos, econômicos e políticos-culturais).

Neste texto apresentamos alguns resultados empíricos tendo como fio condutor o Sistema GTP. Para tanto, inicialmente apresentamos alguns pressupostos teóricos de entendimento do Sistema para, em seguida descreveremos empiricamente alguns elementos do Sistema encontrados na área rural do município de Rio Claro.

O Sistema GTP (Geossistema/Território/Paisagem) e a paisagem rural

A Teoria Geossistêmica defendida por BERTRAND, BERTRAND (2007) identifica as distintas áreas como unidades de paisagem que possuem diferentes escalas representadas pelos níveis taxonômicos zona > domínio > região > geossistema > geofácies > geótopo. Na análise da paisagem o sistema GTP (Geossistema/Território/Paisagem) é passível de integração em estudos que relacionam sociedade e natureza.

Autores como Rodrigues (2009) e Vieira (2011) destacam que a unificação de três conceitos (GTP) complementa e amplia as possibilidades de compreensão dos processos e das dinâmicas naturais, socioeconômicas e culturais do fenômeno/paisagem em análise. Portanto, o GTP trabalha com um sistema conceitual tripolar e interativo (Figura 1) que possibilita “uma estratégia tridimensional, em três espaços e três tempos”. [Onde,] “o tempo do geossistema é o da natureza antropizada. O tempo do território é do social e do econômico (do mercado ao desenvolvimento durável).” [E,] “o tempo da paisagem é o tempo do cultural, do patrimônio, do identitário e das representações.” (BERTRAND, BERTRAND, 2007, p. 284)

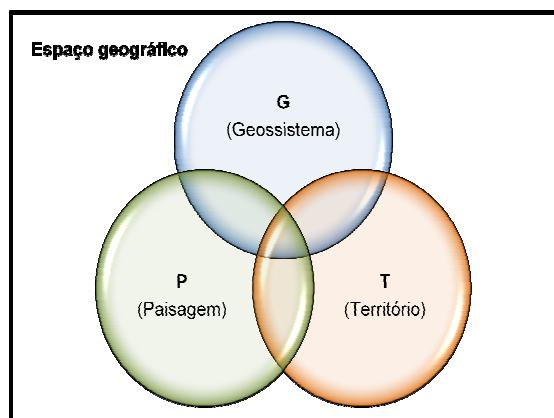


Figura 1: Esquema de raciocínio do sistema GTP proposto por Bertrand e Bertrand (2007)
Org.: DAMBRÓS, C.

Segundo Vieira (2011) um diagnóstico do espaço geográfico a partir da ótica do GTP, permite analisar o objeto do ponto de vista sistêmico, na perspectiva da complexidade. Portanto, o sistema GTP surge como uma possibilidade integradora de questões conceituais e metodológicas que até então mantinham caráter específicos e análises fragmentadas (Figura 2).

Considerando que o desvendar do espaço geográfico é “complexo e indefinível demais para ser apreendido a partir de um único conceito e de um único método” (BERTRAND, BERTRAND, 2007, p. 284), o sistema GTP apresenta-se como uma estratégia interativa e tridimensional, levando em consideração o tempo e o espaço de cada unidade. Os autores destacam que o sistema GTP é apenas uma ferramenta, um meio, uma etapa e sua função é: [...] relançar a pesquisa ambiental sobre bases multidimensionais, no tempo e no espaço, quer seja no quadro de disciplinas ou mesmo nas formas de construção da interdisciplinaridade. Sua vocação primeira é favorecer uma relação epistemológica e conceitual e, na medida do possível, desencadear proposições metodológicas concretas. (BERTRAND, BERTRAND, 2007, p. 272).

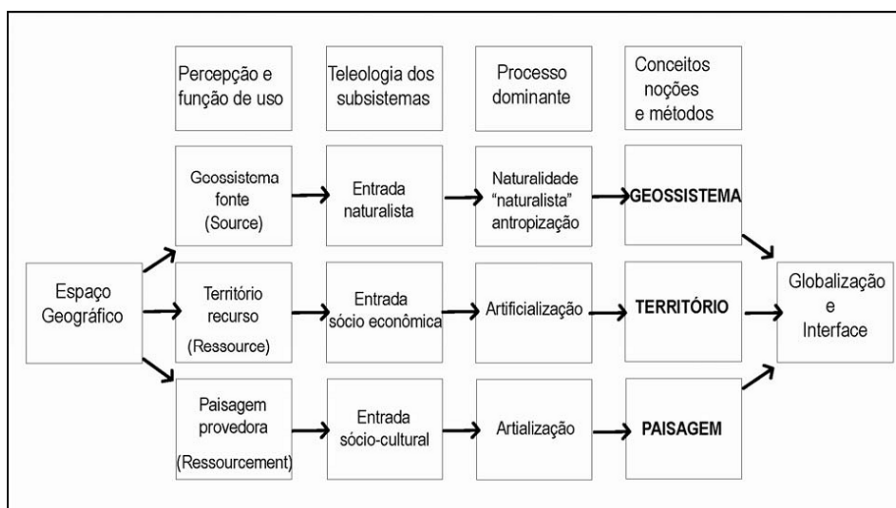


Figura 2: Esquema do Sistema GTP. Adaptado de Bertrand, Bertrand (2007, p. 299).
Fonte: PISSINATI, ARCHELA (2009).

O envolvimento do espaço rural no sistema GTP é realizado pelos próprios mentores desta proposta, Bertrand, Bertrand (2007), considerando que o espaço rural quando relacionado com o espaço urbano comporta maior interação entre os elementos naturais e socioculturais. Destacam que, “seus componentes naturais [do espaço rural] não podem ser impostos como uma dádiva prévia, mas como uma realidade vivida, às vezes dominante, às vezes dominada, combatida e utilizada no interior de uma organização social e econômica” (BERTRAND, BERTRAND, 2007, p. 128).

A relação entre agricultor e natureza, tendo como resultado a melhoria da qualidade de vida vai ao encontro das reflexões levantadas por Bertrand, Bertrand (2007) quando destacam que no momento em que o agricultor substitui a sua relação com os recursos

naturais pelo domínio da técnica, preocupando-se apenas com a exploração, dá-se início à uma série de instabilidades. Um exemplo destas instabilidades é o êxodo rural, decorrente da mecanização da agricultura.

Salienta-se que o sistema GTP pode contribuir para estudos rurais, calcando-se na identificação e proposição de diretrizes que visam o desenvolvimento rural. Consideram como funções principais de ordenamento, além dos aspectos econômicos também os sociais e os ambientais.

A necessidade de manutenção do homem no meio rural, bem como a conservação e recuperação do solo, água e vegetação, ocasiona a busca de funções alternativas para a propriedade. Verifica-se que a atuação pode ocorrer em escalas diferenciadas, por exemplo, a reorganização da propriedade no que diz respeito às funções que ela desempenha e, em âmbito regional a proposição de unidades de conservação, com diferentes restrições de uso. Portanto, mesmo que as finalidades sejam distintas, ambas visam à preservação e o uso sustentável dos recursos naturais pelo homem (GALVÃO, VARETA, 2010; PANZUTTI, 2011).

A importância do uso do GTP na análise da paisagem rural está no fato de ele oferecer uma leitura tripolar, que evidencia e representa o que é o meio rural, um conjunto físico/natural, econômico/social e político/cultural.

Efetuamos a partir daqui a descrição de alguns elementos que representam o GTP na paisagem rural de Rio Claro-SP.

Os elementos do GTP na paisagem rural de Rio Claro-SP: primeiros resultados

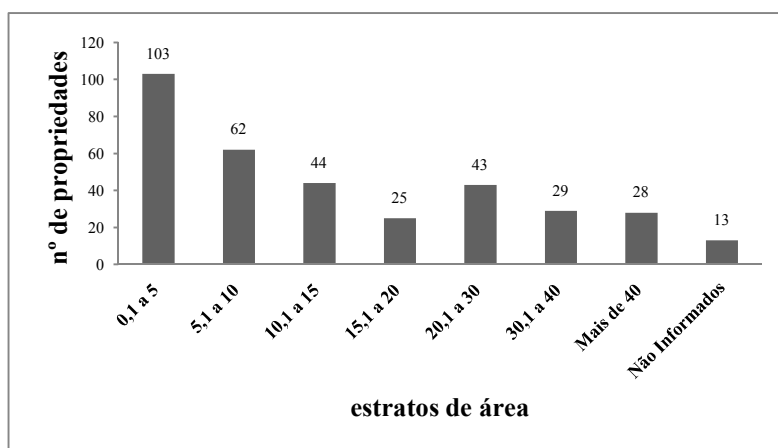
Caracterizada como uma região urbano-industrial sob a influência da monocultura canavieira, as unidades familiares de produção na zona de *cuestas* e Depressão Periférica Paulista, na qual se insere o município de Rio Claro, vêem sua capacidade de trabalho e desenvolvimento limitada, mas nem por isso, grupos de pequenos produtores deixaram de buscar alternativas de permanência, ainda incipientes, mas que geram ocupação para a mão-de-obra da família e contribuem com a geração de renda.

A paisagem da área rural estudada apresenta elementos que a tornam um vazio em alguns setores, diversa em cultivos e atividades em outras, numa descontinuidade espacial que transborda riqueza e pobreza. A produção de alimentos vem chamando a atenção dos

agricultores do município, amparada por políticas como o PNAE e o PAA; a existência de mananciais e a presença da água nas propriedades é outra característica/função ecológica que precisa ser trabalhada; patrimônios históricos estão dispersos e abandonados na área rural podem ser incorporados como geradores de renda no turismo.

As características da propriedade estão vinculadas ao seu tamanho e localização: são parcelas em que predominam o extrato de 1,0 a 5,0 hectares, localizadas em sua maioria há 20 minutos do centro da cidade de automóvel. O total de propriedades foi dividido em estratos de área, conforme a Figura 3. São as menores propriedades que dominam no grupo estudado. As unidades de até 10 hectares representam 47% do total pesquisado.

Figura 3 - Número de propriedades por estrato de área (em hectares)



Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

No plano fisiográfico (GTP) o fator de identificação pode ser considerado a zona de *cuestas* do estado de São Paulo, como Rio Claro, Corumbataí, Brotas, Analândia, etc. No entanto, fímbrias dessa unidade geomorfológica penetram pelo espaço desses municípios, possibilitando o surgimento de vales e cachoeiras, pela grande diversidade de altitudes e movimentação no relevo, favorecendo a exploração agrícola e turística em propriedades rurais. Sendo assim, o papel da água nestas propriedades é fundamental e no sistema natural (GTP), a água é o elemento de maior impacto nas propriedades. Detectou-se que 87% delas faz uso de água subterrânea, sendo que em 84 existem nascentes. A Tabela 1 demonstra a origem da água utilizada nas propriedades.

Tabela 1 – Formas de Abastecimento de água para a propriedade

Abastecimento de água	Total
Branco	1
Chuva	1
Córrego	3
DAAE	46
Mina	24
Não há casa na propriedade	1
Nascente	63
Nenhum	4
Poço artesiano	179
Poço caipira	38
Represa	3
Reservatório/traz água da cidade	1
Rio	20

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

No quadro 1 observamos que o uso da água está vinculado ao abastecimento doméstico e para a atividade pecuária e piscicultura.

Quadro 1 - Recursos hídricos, tipo de uso e atividades existentes nas propriedades

Recurso hídrico	Utilização	Atividade
Córrego	Água para o gado	Pecuária
Lagoa	Doméstico, Água para o gado, Criação de peixes, Irrigação,	Agricultura, pecuária, piscicultura
Nascente	Doméstico, Água para animais/gado, irrigação, mineração, Lazer, Extração de água	Água para o caseiro, pecuária, Horta e animais, cerâmica, Engarrafamento de água
Represa	Doméstico, Água para animais/gado, Armazenagem de água de chuva, Criação de peixes, Irrigação, lazer, Pesqueiro	Pecuária, piscicultura
Rio	Doméstico, Água para o gado, Casa e cerâmica, Extração de areia/mineração, Irrigação, Lazer, Olaria	Cerâmica, Pecuária, atividade canavieira, piscicultura
Tanque	Criação de peixes	piscicultura

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Uma das atividades que se destacam é o uso da água para o lazer que ocorre em várias propriedades cortadas por córregos e rios (tabela 2 e Figuras 4 e 5). Esta prática é frequente entre os cidadãos do município.

Figuras 4 e 5 - Água para o lazer

Foto: FERREIRA, D.A.O., 2011.

**Tabela 2 – Tipos de atrativos naturais existentes nas propriedades
(continua)**

Qual atrativo natural?	Total
Branco	15
Animais	1
Cachoeira	4
Conjunto da paisagem	6
Córrego	1
Frutas raras	1
Gruta	2
Lago	7
Campo de futebol	1
Mata nativa	13
Jequitibá	1
Nascente	5
Montanha	1
Não há atrativo	273
Paisagem rural	2
Pesqueiro	1
Represa	6
Reserva florestal	1
Reserva florestal; rio	1
Rio	12
Viveiro de mudas	1

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

No nível territorial (GTP) identificamos que não há interesse dos produtores em perder suas propriedades e que para o desenvolvimento da agricultura a posse da terra é fundamental (tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Frequência dos motivos que levariam à venda das terras

Venderia suas terras para	Total
Branco	16
Ajudar um filho em dificuldade financeira	7
Comprar outras maiores em outro lugar	15
Comprar outras maiores em outro lugar; não venderia	1
Comprar outras melhores ainda que menores	6
Mudar-se para a cidade e desenvolver outra atividade	13
Não possui terras	104
Não venderia suas terras por nenhum motivo	175
Outros; aplicaria em outras coisas	1
Outros; comprar imóveis na cidade	2
Outros; dificuldade em manter a propriedade	2
Outros; pagar as despesas médicas	1
Outros; se houvesse uma boa oferta	1
Outros; separação judicial	1
Outros; somente se necessário	1
Outros; venderia parcialmente	1

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Tabela 4 – Situação da família do entrevistado em relação à propriedade

O entrevistado é?	Total
Administrador	5
Amigo	3
Arrendatário	12
Caseiro	76
Empregado	9
Filha do caseiro	1
Filho (a)	8
Herdeiro	2
Inquilino (a)	6
Locatário	2
Membro da família	18
Morador	3
Proprietário	199
Sem morador	1
Serviços gerais	1
Sócio	1

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Os tipos de cultivos e criações principais encontrados estão indicados nas tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Tipos de cultivo

Cultivo	Total
Arroz	12
Cana de açúcar	145
Feijão	16
Frutas	128
Hortaliças	46
Legumes	65
Mandioca	155
Milho	89
Silvicultura	56

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011

Tabela 6 - Tipos de criação

Exploração animal	Total
Avicultura	83
Bovinocultura	195
Apicultura	5
Suinocultura	40
Sericicultura	1
Ovinos	10
Equinocultura	45
Piscicultura (tanques)	11
Outros	3
Não informado	254

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Observa-se a presença do cultivo da cana de açúcar, aliado às culturas de frutas e citrus (laranja e limão). Como culturas tradicionais das pequenas propriedades, encontramos a mandioca e o milho, sendo que a primeira apresenta grande expressividade. A silvicultura com o plantio do eucalipto ainda é modesta, apesar de incentivada pela Secretária Municipal de Agricultura que por diversas vezes, nos últimos anos trouxe palestras e cursos de orientação para os proprietários.

Nas criações o destaque é para a pecuária bovina de corte e leite e o frango. A presença de diversos pesqueiros faz da criação de peixes um negócio em atividade.

A produção pequena, aliada à não permanência na propriedade, fazem do autoconsumo uma prática pouco presente. A produção é, segundo os entrevistados, dirigida para feiras, varejões, supermercados e, no caso específico da cana de açúcar, para as usinas.

Na dimensão sociocultural/identidade evidenciamos pelos dados levantados que há uma perda de identidade dos produtores em relação ao rural, quando afirmam que a função da agricultura familiar e o papel do agricultor na sociedade hoje, restringe-se à produção de

alimentos, preservação do ambiente e fonte de renda. O patrimônio histórico e cultural não é citado (Tabela 7) e são poucos as propriedades que apresentam este aspecto (Tabela 8).

Tabela 7 – Função da agricultura hoje segundo os entrevistados

Função da agricultura hoje	Total
Branco	22
Produção de alimentos; exportação	1
Produção de alimentos; preservação do meio ambiente	20
Produção de alimentos; preservação do meio ambiente; manutenção das tradições culturais	2
Produção de alimentos; preservação do meio ambiente; manutenção das tradições culturais; fonte de renda para família	2
Produção de alimentos; preservação do meio ambiente; fonte de renda para família	8
Produção de alimentos; fonte de renda para família	10
Produção de alimentos; apoio do governo	1
Preservação do meio ambiente; fonte de renda para família	4
Preservação do meio ambiente; desenvolvimento do país	1
Fonte de renda para família	68
Fundamental para desenvolvimento de outros setores	1
Manutenção das tradições culturais	3
Não sabe responder	4
Preservação do meio ambiente	60
Produção de alimentos	120
Todas	20

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Tabela 8 – Tipos de construções arquitetônicas e históricas existentes nas propriedades

Qual construção?	Total
Branco	18
Barracão da FEPASA	1
Capela	7
Casa antiga	7
Casa antiga/150 anos	1
Casa antiga/ambiente italiano	1
Casarão	3
Cruz	1
Gruta	1
Gruta/casa antiga	1
Igreja	7
Igreja/casarão	1
Não há construção	296

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Em seus aspectos demográficos identificamos que o número de pessoas por família nas propriedades mais frequente é 4, não esquecendo que encontramos muitas propriedades nas quais apenas duas pessoas residem e na maioria dos casos, idosos (Tabela 9).

Tabela 9 – Frequência de número de pessoas por família

Nº de pessoas	Total
Branco	2
1	21
2	74
3	70
4	78
5	55
6	16
7	5
8	6
9	5
10	5
11	2
12	3
13	2
14	2

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Nossos entrevistados são majoritariamente homens, católicos e proprietários em idade na faixa dos 30 a 60 e mais de 60 anos, ficando a menor frequência com as faixas infantis, conforme tabela 10.

Tabela 10 – Sexo dos membros das famílias entrevistadas

Sexo	Total
Branco	4
Feminino	603
Masculino	703

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Dessa forma, a escolaridade dos membros não ultrapassa o primeiro ciclo do ensino fundamental, encontrando-se ainda analfabetos e no outro extremo, cursos superiores completos. A aposentadoria é uma realidade e fonte de renda para grande parte das famílias. As atividades rurais estão presentes, mas os jovens estão se dedicando a um conjunto de atividades de caráter urbano ligados ao comércio, à indústria e à prestação de serviços.

É importante observar que muitos dos entrevistados são pais ou mães dos proprietários, o que consolida a afirmação de estar no campo uma população mais idosa.

As condições materiais das famílias definem propriedades com casas de alvenaria, preponderando cinco cômodos com vaso sanitário e água encanada (70%) nas quais existem computadores em menos de 30% delas, geladeiras, rádios e televisores em mais de 70%.

Para locomoção estas famílias utilizam automóvel (75%), bicicleta (0,86%), caminhonete (24,5%), carroça (13%) e moto (16%). Algumas delas também possuem Jeeps e caminhões. As famílias fazem em média três refeições por dia e no caso de doenças vão ao médico, mas aproximadamente 50% delas regularmente visitam o médico, e apenas 118 delas pagam planos de saúde. A sociabilidade é evidenciada pela amizade entre as famílias (Tabela 11) e pelas festas religiosas que reúnem estes grupos. As festas (Tabela 12) realizadas na área rural são as típicas juninas e ocorrem em um número restrito de propriedades (16) ao longo do mês de junho. Elas são festas familiares, ligadas à religiosidade, pois são realizadas em devoção a diferentes santos e não geram renda para as famílias.

Tabela 11 – Tipos de relações sociais mantidas pelos proprietários (continua)

Relação com a vizinhança	Total
Amizade	225
Amizade/compadrio/parentesco	2
Amizade/parentesco	39
Compadrio	1
Conhecidos/clientes	1
Parentesco	51
Parentesco/compadrio	1
Sem relação	27

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Tabela 12 – Tipos de festas realizadas nas propriedades

Quais festas?	Total
Branco	310
Culto	3
Encontro brasileiro de frutas raras	1
Festa do peão	7
Festa junina	16
Festa junina/grupo de oração	1
Leilão de gado	1
Missa	6
Quermesse	1
Retiro	1

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Buscando ainda o perfil cultural (GTP) dos entrevistados que, como vimos, são em sua maioria proprietários, os indagamos sobre aspectos políticos e associativos (tabelas 13 e 14). Nos casos estudados constatamos que o noticiário sobre o meio rural é acompanhado com frequência por menos de 50% dos entrevistados, sendo que eles (61%) não têm a prática da associação a clubes, sindicatos, cooperativas, etc., apenas 69 dos entrevistados é associado do sindicato rural de Rio Claro-SP.

Tabela 13 – Frequência de acompanhamento do noticiário pelos entrevistados

Acompanha noticiário sobre meio rural?	Total
Branco	4
De vez em quando	116
Não	78
Sim	149

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Tabela 14 – Tipos de vínculos associativos dos entrevistados

(continua)

Associado a	Total
Branco	27
Clube	19
Igreja	3
Nenhuma instituição	214
Partido político	4
Sindicato	69
Sindicato; clube	7
Sindicato; cooperativa	2
Sindicato; igreja	2

Fonte: Trabalho de Campo – Abril a Dezembro de 2011.

Indagados sobre qual seria a função a agricultura hoje a resposta mais frequente foi a produção de alimentos, seguida da visão de ter tal atividade como geradora de renda para a família. Ainda tratando do tamanho das propriedades como suficiente para a reprodução da família, 65% dos entrevistados afirmou sim e as justificativas foram as mais variadas.

Sabendo que em Rio Claro-SP a insegurança na zona rural vem crescendo, solicitamos que nossos entrevistados opinassem sobre os problemas que enfrenta quem reside no campo; a resposta mais frequente foi a violência (45%), seguida da falta de infraestrutura e da dificuldade de acesso à cidade (13%).

Outra questão procurou saber o ponto de vista dos entrevistados em relação aos aspectos que possibilitam o sucesso na agricultura. Três respostas se destacaram: trabalhar na própria terra (23%), ter acesso à máquinas para trabalhar (19%) e ter assistência técnica regularmente (10%).

Para concluir esta parte, verificamos qual a prioridade dos entrevistados em caso de lucratividade na produção e em quais situações venderiam suas terras. Não fugindo ao padrão esperado, em se tratando de pequenas propriedades e famílias produtoras, as respostas mais frequentes (25% e 23% respectivamente) foi a compra de terras, seguida da compra de imóveis na cidade em caso de lucratividade e a afirmação de que não venderiam suas terras por nenhum motivo (50%).

Detectamos ao longo da pesquisa a presença de propriedades com cachoeiras, matas nativas, que poderiam ser utilizadas no verão em atividades turísticas. Considerando-se possíveis atrativos para o turismo é a paisagem rural ou natural o atrativo que mais foi citado. A presença de atrativos naturais ou paisagísticos nas propriedades é destacada pelos próprios entrevistados, bem como, em menor número o artesanato tradicional (10 casos encontrados), a culinária (26 casos), a arquitetura antiga ou religiosa (38 casos) e algumas práticas esportivas, principalmente, o futebol acontece em 28 propriedades. Apesar de duas experiências de roteiro de turismo rural realizadas no município de Rio Claro, ainda não há políticas específicas neste sentido e nosso diagnóstico poderá indicar caminhos para isso.

A prática de atividades não agrícolas está presente entre nossos entrevistados e é característica nas famílias pesquisadas. Em apenas 50 do total de 347 não encontramos membros realizando atividades não agrícolas, em sua maioria, fora da propriedade. Esse aspecto é importante quando consideramos que o município de Rio Claro é urbano-industrial, com economia voltada para os setores industrial e serviços. Esta característica faz da zona rural uma área de pouca ocupação agrícola, bastante vazia e quando olhamos para a renda obtida com tais atividades, constatamos que ela é destinada ao consumo familiar (33%), ou seja, a complementação de renda é necessária e são chefes de família e filhos que as realizam.

Considerações Finais

Para se compreender o verdadeiro papel da agricultura e suas implicações econômicas, sociais e culturais no cotidiano das famílias de pequenos agricultores em Rio Claro/SP/BR devemos considerar diversos fatores e analisá-los como pertencentes ou resultados de processos socioeconômicos complexos. A paisagem da área rural estudada a partir do referencial GTP – Geossistema/Território/Paisagem nos permitiu identificar que a agricultura no município teve um papel de destaque ao longo da história, passível de observação quando rugosidades do passado estão incrustadas na paisagem. Por outro lado, o meio natural dá ao campo rioclarense uma fisionomia singular que articula natureza, cultivos e arquitetura em tempos distintos.

A utilização do sistema GTP com sua característica tripolar permite relacionar elementos de distintas ordens e que refletem o que é fundamental para a leitura geográfica do espaço: a relação sociedade/natureza.

Bibliografia

- BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.
- GALVÃO, M. J.; VARETA, N. D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Cadernos Curso de Doutorado em Geografia**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP, Portugal 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8282.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2012.
- PANZUTTI, N. da P. M. Desenvolvimento, multifuncionalidade e território. **Informações Econômicas**, SP, v. 41, n. 4, abr. 2011.
- PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geossistema território e paisagem - método de estudo da paisagem rural sob a ótica bertrandiana. *Geografia* - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – UEL, Departamento de Geociências. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em: 23/03/2013.
- RODRIGUES, A. M. A abordagem ambiental unificada as Geografias? In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L. L; SILVIA, M. da. **Espaço e Tempo**: complexidades e desafios de pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009. p. 166 – 180.
- VIEIRA, L. P. As análises ambientais na Geografia: o sistema GTP e suas possibilidades. **Anais... Encontro Baiano de Geografia**. 16 a de agosto de 2011.

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: A NATUREZA PRECIFICADA COMO “NOVA” FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO (RURAL) SUSTENTÁVEL NO ACRE?¹

Manuela Finokiet², Marlise Dal Forno³ e Luciano Silva Figueiredo⁴
GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. A partir de então, começou a se legitimar como o maior desafio deste século quando Gro Harlem Brundtland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a caracterizou como “conceito político” perante a Assembleia Geral da ONU de 1987 (BRUNDTLAND, 1987). A definição mais conhecida é o da Comissão Brundtland (1987) segundo a qual o desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas. Interessante perceber que este conceito nos responsabiliza a “decidir” o que será sustentável às próximas gerações.

A lembrança da gênese do desenvolvimento sustentável remete a um questionamento curioso proposto por Veiga (2006): o que fez com que um restrito conceito da biologia populacional⁵, que permanecia ignorado pela maioria dos mortais até o início da década de 1990, passasse rapidamente a ser usado com tanta desenvoltura para

¹ Trabalho a ser apresentado no II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente.

² Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. E-mail: manufnkt@jc.iffarroupilha.edu.br

³ Professora no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marlise.forno@ufrgs.br

⁴ Professor da Universidade Estadual do Piauí e colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lucfigueiredo@uol.com.br

⁵ Até o final dos anos 1970, a sustentabilidade foi um conceito relacionado a biologia populacional – usado, principalmente, em pesquisas sobre manejo da pesca e de florestas. Pode ser fácil explicar e entender o sentido da palavra sustentabilidade quando aplicada ao manejo da pesca, mas isso deixou de ser verdade desde que foi transferida, por analogia, para o processo de desenvolvimento como um todo (VEIGA, 2006).

qualificar o desenvolvimento? Uma das possíveis respostas é apresentada por Diegues (2003, p.1):

“O desenvolvimento sustentável acabou se transformando no Brasil numa dessas poções mágicas destinadas a curar todas as enfermidades crônicas de que sofrem as sociedades modernas. No entanto, como todo conceito fundamentalmente político, cada grupo de interesse ou classe social o define segundo suas próprias perspectivas. Assim muitos empresários e financistas pensam no desenvolvimento sustentável como um meio de alcançarem “lucros sustentáveis”, certos governos rotulam suas políticas públicas de sustentáveis, frequentemente como estratégia para conseguir apoio financeiro de instituições financeiras internacionais; determinados grupos ambientalistas definem sustentabilidade como princípio inerente à natureza, independentemente de sua relação com a sociedade.”

O fato é que o discurso da sustentabilidade⁶ emerge no discurso teórico e político da globalização a partir da crise ambiental que propõe reflexões e questionamentos sobre os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionam o crescimento econômico que nega a natureza e a cultura (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). A sustentabilidade surge como uma condição de sobrevivência da humanidade para reconstrução da ordem econômica que inclua as externalidades ambientais (destruição ecológica e degradação ambiental) desconsideradas até então (LEFF, 2006).

A crise ambiental é vista por muitos como resultado da falta de direitos de propriedade (privada) e do fato de não se atribuírem valores (mercado) aos bens comuns. Questão recentemente reforçada a partir da Rio+20⁷ que colocou no centro das atenções a “economia verde”, apresentada como alternativa necessária (e única) capaz de minimizar as “mudanças climáticas” e combater a pobreza no mundo. Os pagamentos por serviços ambientais⁸ surgem nesse contexto de ampla discussão e preocupação com questões ambientais. Ancorado em diferentes justificativas, os serviços ambientais, passam a ser apresentados como uma “solução sustentável” a diversos problemas como redução de emissões de gases do efeito estufa, desmatamento, mudanças climáticas, perda da biodiversidade. Assim, em razão da necessidade de apresentar experiências ditas exitosas

⁶ Reflexões acerca da “Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável” podem ser obtidas em Almeida (1999).

⁷ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) ou, como é conhecida, Rio+20, ocorreu no Brasil de 20 a 22 de junho de 2012.

⁸ Para maiores detalhes ver: Santos *et al.* 2012 (Marco regulatório sobre pagamentos por serviços ambientais no Brasil); Forest Trends, Grupo Katoomba, e PNUMA 2008 (Pagamentos por Serviços Ambientais: Um Manual Sobre Como Iniciar); Wunder *et al.* 2011 (Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal).

na promoção do desenvolvimento sustentável alguns programas no Acre⁹ aparecem como referencia positiva de desenvolvimento econômico e preservação da floresta e do modo de vida de seus habitantes.

Diante desse cenário alguns questionamentos passam a fazer sentido. Como os programas que envolvem pagamento por serviços ambientais desenvolvidos no Acre são construídos e propostos às diferentes comunidades? Será que eles representam uma “nova” estratégia de desenvolvimento aos povos e comunidades envolvidos? Eles representam uma solução sustentável?

Nesse contexto é que o presente artigo objetiva discutir, a partir de uma perspectiva histórica, possíveis implicações dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) sobre a autonomia de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares no estado do Acre. Para tanto, a partir de bibliografia especializada, será realizada uma breve retomada sobre a constituição do estado do Acre contextualizando assim o ambiente onde os pagamentos por serviços ambientais estão sendo implementados. Serão apresentados também os programas e as discussões sobre PSA que vem sendo desenvolvidos no estado. Por fim, serão discutidas as possíveis implicações da implementação de programas no Acre que visam pagamentos por serviços ambientais sobre a autonomia das comunidades envolvidas.

ACRE: POVOS, TERRITÓRIOS E NATUREZA CATIVOS

O Acre, localizado na Amazônia brasileira, tem sido apresentado para o Brasil e para o mundo como um modelo exitoso de capitalismo verde¹⁰ onde o desenvolvimento econômico, conservação e preservação da floresta e do modo de vida dos seus habitantes ocorrem de forma harmoniosa. Assim, para que seja possível compreender porque o estado é apresentado dessa forma é preciso que tomemos emprestado um pouco da interessante história de disputas (entre Europeus e Peru/Bolívia/Brasil) e espoliação (HARVEY, 2005) do território acreano até os dias atuais.

⁹Para detalhes acessar: <http://www.riobranco.ac.gov.br> onde pode ser vista reportagem sobre o Prêmio Eco-Cidade 2011 recebido pela capital do Acre, Rio Branco. Também, de acordo com o site: <http://www.agencia.ac.gov.br> o Acre é hoje apontado como o Estado que está mais à frente em estudos e práticas sustentáveis, tornando-se ao mesmo tempo protagonista e modelo de sustentabilidade para os estados brasileiros.

¹⁰ Esse modelo exitoso seria resultado de uma ampla aliança entre Estado, bancos, grandes ONGs (Organizações não Governamentais) e organizações sociais.

É improvável que se possa compreender o contexto atual do Estado do Acre - ou de qualquer outro espaço - buscando apenas entender as dinâmicas que se deram a partir da sua divisão geopolítica. No entanto, para fins de atender aos objetivos deste ensaio é que se propõe um recorte histórico a partir dos anos de 1900 - sem desconsiderar e reconhecer a importância da história das populações indígenas que originalmente ocuparam e ocupam o território.

A história recente do Acre pode ser dividida em três momentos/fases importantes¹¹. A primeira delas pode ser considerada a “*fase do desenvolvimento*” onde a disputa pela borracha aparece como primordial. A “Revolução Acreana”¹², como foram denominados os conflitos territoriais na fronteira Brasil/Bolívia/Peru, resultou na anexação do atual estado do Acre ao Brasil no início do século XX. Este processo de anexação do território ao Brasil se deu num contexto de intensas disputas entre grupos estrangeiros, e oligarquias regionais a eles aliados, pelo controle da produção e comercialização de borracha mundial.

Segundo Zhouri & Laschefski (2010), os conflitos ambientais territoriais colocam em jogo racionalidades diferentes sendo difícil o estabelecimento de consensos ou compromissos entre grupos com modos diferentes de apropriação do meio. Estes conflitos revelam modos diferenciados de existência que discutem o próprio conceito de desenvolvimento expressando a luta pela autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade urbano-industrial e às instituições reguladoras do estado moderno.

Indígenas sobreviventes do genocídio praticado durante a conquista e migrantes do Nordeste constituíram a força de trabalho mobilizada para trabalhar nos grandes latifúndios seringais os quais eram estruturados num sistema de exploração e relações mercantis (PAULA, 2005). Nos anos 40 ocorre a crise da borracha e no início da década de 1970 a expansão da frente agropecuária desencadeou intensos conflitos sociais que marcaram a segunda fase do processo de conquistas daquele território.

A partir de meados dos anos 60, a Amazônia passou a constituir-se em urna “nova fronteira” a ser incorporada ao processo de acumulação capitalista. A segunda fase, que se inicia a partir de 1964, é a da “*expansão agropecuária*” onde a floresta surge como um entrave/obstáculo ao desenvolvimento. Nesse momento 70% da população do Acre era

¹¹ O artigo: *Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas* de Elder Andrade Paula (2012), apresenta detalhes dessa retomada histórica.

¹² Os bolivianos denominaram este processo de “La Guerra del Acre”. De acordo com Elder Paula este termo melhor sintetiza o episódio de conquista e incorporação desse território ao processo de acumulação capitalista internacional.

rural e 30% urbana. Seringueiros, 15 povos indígenas e camponeses que viviam de uma agricultura de subsistência e venda de excedentes são vitimados pela expropriação em massa. Esta fase é caracterizada por uma tentativa de integração da Amazônia à nação brasileira através de um conjunto de políticas centralizadas pelo "Estado desenvolvimentista" que destinavam-se a promover a "modernização" econômica em harmonia ao novo ciclo de industrialização inaugurado no país logo após o golpe militar de 1964 (PAULA, 2012). Assim, em razão da crise dos anos 1970/80 com intensa migração para as cidades e para a Bolívia, o governo militar cria projetos de colonização para amenizar os conflitos sociais em torno das disputas territoriais na região e dar seguimento à "modernização" via migrações dirigidas de camponeses - com diferentes trajetórias socioculturais e políticas – do sul e sudeste para a Amazônia.

Deste modo, os conflitos ambientais aparecem envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes de práticas exercidas por outros grupos (ACSELRAD, 2005).

Nesse contexto, outras formas de lutas e mobilizações coletivas surgem. Conforme destaca Paula & Silva (2008, p.88):

“É na luta de resistência dos seringueiros, notabilizada na figura de Chico Mendes (Presidente do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Xapuri) que se afirma em meados da década de 1980, uma oposição frontal ao processo de modernização em curso. Essa luta acabou encontrando ressonância nas organizações e movimentos ambientalistas internacionais que denunciavam a devastação na Amazônia, que acabariam resultando em alianças que influenciariam decisivamente na trajetória do campesinato, não só no Acre, como em toda Amazônia brasileira”.

Esse movimento de resistência propunha a regularização jurídica dos seringais com a manutenção da estrutura original de posse e uso da terra por parte de seus ocupantes (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nestas áreas) como alternativa para o desenvolvimento regional¹³. Assim, se consolida nos anos 1980 a noção de uso sustentável da natureza e da existência dos “povos da floresta” que se tornaram protagonistas na história de superação da dicotomia sociedade-natureza e promoção do desenvolvimento sustentável (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

¹³ As Reservas Extrativistas ou RESEX foram denominadas de “reforma agrária dos seringueiros”.

Nesse sentido, esse movimento representa uma inversão na lógica de apropriação dos “recursos” naturais onde a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público e não para especulação (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Sua utilização deveria levar em conta tanto as demandas sociais das populações da região, quanto às preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta valorizando conhecimentos e práticas dos seringueiros no convívio com a floresta. A partir daí, é possível verificar duas vias distintas de “desenvolvimento”: a do capital - com a expansão da pecuária extensiva de corte e exploração madeireira - e a do movimento dos povos da floresta baseado na defesa das RESEXs¹⁴ (PAULA, 2005).

Na terceira fase as *florestas*, de obstáculos, são vistas como uma “*oportunidade de negócio*”. Passa-se a ter um olhar mercantilizado sobre os “recursos naturais” ou o potencial da “biodiversidade” regional, que começa a orientar as políticas e estratégias colocadas em prática pelos diversos agentes econômicos e atores sociais, visando a implantação de um suposto “desenvolvimento sustentável”.

De acordo com Paula (2012), isso ocorre mediante um reordenamento institucional (por imposição do Banco Mundial) que amplia a privatização do Estado e dos bens naturais adaptando o Acre ao novo ciclo de mercantilização da natureza. Além disso, o mesmo autor destaca as condições políticas para a consolidação desta estratégia que consistem na rearticulação do bloco do poder – novas e velhas oligarquias - subordinação dos movimentos sociais e adesão subordinada à matriz neoliberal e aos agentes financiadores e investidor.

Outro aspecto importante foi a reconfiguração do Território pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), articulado com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (assessorado pela World Wildlife Fund) para fins de adaptação à economia verde (PAULA, 2012). Com o ZEE buscou-se divulgar os avanços na área ambiental, representados pela criação de Unidades de Conservação de domínio público. No entanto, os povos indígenas e comunidades camponesas que vivem nessas unidades vem sofrendo fortes pressões originadas nesse novo ciclo de espoliação onde a apropriação da natureza

¹⁴ Paula (2012) destaca cinco elementos decisivos nos desdobramentos das lutas de resistência protagonizadas pelo sindicalismo rural: 1- sua vinculação orgânica com o Partido dos Trabalhadores (PT); 2- formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); 3- aproximação com ONGs ambientalistas nacionais e internacionais; 4- assassinato de Chico Mendes em 1988; 5- ascensão ao poder executivo estadual em 1999 de uma ampla coalizão partidária liderada pelo PT.

esta destinada à apropriação privada por meio da exploração madeireira, biodiversidade e serviços ambientais.

O ACRE DE HOJE: ALGUMA MUDANÇA?

O Acre possui atualmente cerca de 732.793 habitantes (14.318 indígenas) em uma extensão territorial de 164 mil Km² com 16.422.136 ha com aproximadamente 88% do seu território coberto por florestas nativas, das quais cerca de 50% encontram-se em áreas naturais protegidas¹⁵. Os limites do Estado são formados por fronteiras internacionais com Peru (O) e Bolívia (S) e por divisas estaduais com os estados do Amazonas (N) e Rondônia (L).

Mais da metade da população, ou seja, 72,61%, residem na zona urbana e 27,39% na zona rural (IBGE, 2010) e aproximadamente 60 mil famílias são beneficiárias do programa bolsa família. No Estado, as duas atividades mais predatórias, pecuária extensiva e exploração madeireira triplicaram em apenas uma década assim como houve aumento no desmatamento (VEROCAI *et al.* 2012). Além disso, 66% dos domicílios recebem até um salário mínimo e 2,9% recebem mais de cinco salários mínimos (IBGE, 2010). Entre os nove indicadores que compõem as 15 metas do milênio previstas pela ONU para serem atingidas até 2015, o Acre alcançou apenas uma delas: eliminar a disparidade entre sexos na educação. Também, o Acre apresentou a maior desigualdade da região norte¹⁶ e a segunda maior do país (PAULA, 2012).

As desigualdades em relação a estrutura fundiária também são preocupantes. Teixeira (2011) destaca que em 2010, 583 grandes propriedades¹⁷ detinham 6,2 milhões de hectares, enquanto 23.500 minifúndios e pequenas propriedades¹⁸ somavam apenas 1,4 milhões de hectares. Em apenas sete anos, a grande propriedade teve um incremento de mais de 100% na sua área total. Além disso, é importante destacar a situação de descaso com as terras indígenas no Acre. De um total de 38 terras indígenas, 25 foram registradas e

¹⁵ O conjunto de todas as Unidades de Conservação (UC) existentes no Brasil constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000.

¹⁶ O Índice de Gini, usado mundialmente para medir a desigualdade, foi de 0,61.

¹⁷ Imóveis com área superior a mil hectares.

¹⁸ O minifúndio foi instituído no Inciso IV, do art. 4º, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e definido no art. 22, inciso I, do Decreto nº 84.685/1980, como o imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal que no Acre varia de 50 a 100 hectares. A pequena propriedade encontra-se definida no Inciso II, do art. 4º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, como o imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais.

nenhuma homologada até o momento. Desde 2000, todos os processos de demarcação de terra indígena encontram-se paralisados (PADILHA, 2012).

Tendo em vista o que foi exposto fica evidente que o Acre deixa muita a desejar em termos de bons indicadores socioeconômicos e ambientais. O que se observa atualmente é o avanço e a continuidade do processo de espoliação e expropriação do ambiente e das comunidades que vivem no estado. Dessa forma fica o questionamento, a partir dos dados apresentados, será que o Acre pode ser tomado como modelo de desenvolvimento sustentável a ser seguido?

COMO O ACRE SE INSERE NOS PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS?

Ao longo dos anos 90 cria-se um novo discurso político-cultural favorável a implantação da Economia Verde e PSA. Justificado e impulsionado pelo *discurso de desenvolvimento* (ESCOBAR, 1995), o modelo de economia estadunidense, de consumo e produção em massa, baseado principalmente na queima de combustíveis fósseis, se multiplicou no mundo inteiro iniciando assim um processo de usurpação e ataque à natureza e às sociedades consideradas “subdesenvolvidas”.

Em âmbito nacional e regional alguns fatos podem ser usados para reforçar e dar legitimidade ao processo de desvinculação natureza/ser humano fazendo da natureza a base de um novo sistema de acumulação conhecido como Economia Verde. Entre eles é possível destacar a Eco-92¹⁹ com a “promessa” de um desenvolvimento sustentável, o início da atuação do governo de Jorge Viana ou governo da Floresta/Florestania em 1999 (MACA, 2012), também o uso da imagem de Chico Mendes como patrono da floresta (MORAIS, 2012) e a chegada de Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente (SCHMIDLEHNER, 2012).

Os pagamentos por serviços ambientais no Acre²⁰ são apresentados positivamente como alternativa “sustentável” a crise ambiental vivenciada. Além disso, como destaca Schmidlehner, 2012. p. 17:

¹⁹ Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

²⁰ O Estado tem uma posição de destaque nas discussões internacionais, sendo considerado pioneiro na implementação de REDD (Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação) e serviços ambientais (Schmidlehner, 2012).

“Existe uma rede de atores que promovem as ideias da economia verde, com a qual o Governo do Acre está bem articulado ou mantém parcerias, entre eles: os grandes bancos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco BNDES, a Cooperação Técnica do Governo da Alemanha (GIZ), diversas instituições do governo federal do Brasil, ONGs ambientalistas como World Wildlife Fund (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (IPAM), Forest Trends, Woods Hole Research Center e empresas como por exemplo a Biofilica Investimentos Ambientais”.

Paralelo a esse cenário as Convenções da Diversidade Biológica (CDB), de Clima, Conferências das Partes (COP) são cada vez mais apropriadas como fóruns multilaterais de negociação, atrasando a implantação dos objetivos das mesmas através de políticas sob responsabilidade dos Estados/Nações. Nestes espaços, as discussões giram principalmente em torno da mercantilização dos bens comuns e da natureza (água, terra, ar, biodiversidade), através de propostas corporativas e de mercado com a criação de instrumentos como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o que oficializa o mercado de carbono, o REDD (Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação) e o TEBB (Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade). Estes são claramente mecanismos²¹ que transferem para o mercado o cumprimento dos objetivos de redução de emissões, o uso sustentável e a conservação da natureza e da biodiversidade.

Tais mecanismos têm como objetivo desviar o foco do consumo desenfreado do modelo industrial dos países desenvolvidos do Norte e das elites do Sul, principais responsáveis pelas emissões e degradação do ambiente. Por exemplo, o REDD está ancorado na redução dos gases do efeito estufa nas florestas, encontradas em sua maioria na faixa equatorial, no entanto, o desmatamento contribui com algo entre 11 e 20% da emissão global de gases do efeito estufa. Parece obvio que os países desenvolvidos transferem dessa forma sua responsabilidade para os países ditos subdesenvolvidos e também se apropriam da gestão de suas florestas e territórios.

O Acre se insere oficialmente e decisivamente nos Serviços Ambientais a partir da criação do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA)²² e Programa de Incentivo a Serviços Ambientais (ISA) em 2010 através da Lei 2.308/2010. Cabe destacar, segundo Schmidlehner, a forma como as populações participaram da elaboração da Lei:

²¹ Sobre TEBB, REED E MDL ver artigo da Terra de Direitos Agosto/2011.

²² Esta lei prepara a base legal para a comercialização dos serviços ambientais.

“O processo de consultas públicas a respeito da Lei foi questionado, entre outros, por um grupo de 30 organizações da sociedade civil num manifesto intitulado Carta do Acre²³. A atuação do governo acreano junto aos indígenas, discutindo a implementação do SISA em suas terras, foi denunciada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no Ministério Público Federal. Ofuscando estes fatos, as informações do governo acreano que o EDF divulga no mundo afora, descrevem o SISA como produto de um amplo processo de consulta de longo prazo, que teria incluído a revisão do projeto pela sociedade civil”(Schmidlehner, 2012. p. 17).

Após a elaboração da lei, a qual dá embasamento legal aos serviços ambientais, também em 2010, o governo do Acre celebra um Acordo de Cooperação com a Califórnia (EUA) e Chiapas (México) para comercialização de créditos de carbono. Esses acordos são apresentados de diferentes formas (Schmidlehner, 2012). De um lado como um passo para a solução da crise climática e ambiental e de outro como causador de conflitos e problemas de saúde para comunidades de baixa renda.

Outro programa que acaba por fortalecer a Economia Verde no Estado é o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais instituído pela Lei 12.512 de 14/10/2011. O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, denominado “Bolsa Verde”, que tem a natureza jurídica de pagamento por serviços ambientais e é um programa governamental de incentivo econômico temporário que, de acordo com a legislação, visa aliar fatores sociais e ambientais. Seus objetivos, conforme consta em seu art. 1º são: incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º²⁴; e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

²³ Trata-se de uma crítica sobre o modelo de desenvolvimento em curso no Acre. Pode ser encontrada em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Carta-do-Acre.pdf>.

²⁴ O artigo define que poderão ser beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação nas seguintes áreas: I- Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais; II - projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; III - territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e IV - outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo. Também destaca que o Poder Executivo definirá os procedimentos para a verificação da existência de recursos naturais nas áreas de que tratam os incisos I a IV e que o monitoramento e o controle das atividades de conservação ambiental nas áreas elencadas nos incisos I a IV ocorrerão por meio de auditorias amostrais das informações referentes ao período de avaliação, ou outras formas, incluindo parcerias com instituições governamentais estaduais e municipais, conforme previsto em regulamento.

Fica claro que, muito embora o aparato legal pareça beneficiar os agricultores familiares, camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais estes passam a ser identificados como fornecedores ou prestadores de serviços ambientais. Isso certamente traz grandes implicações em relação a seus modos de vida e identidade como sujeitos políticos autônomos e portadores de um projeto alternativo de sociedade, reconhecido socialmente graças as suas atividades de lutas históricas. Assim, por um lado avança a construção de mecanismos que garantem a expansão da apropriação das terras e dos “recursos” naturais pelo mercado, e por outro, aumenta a paralisia das políticas públicas de acesso à terra e ao território para as comunidades e povos tradicionais.

A lógica que se estabelece é que as populações de agricultores e comunidades tradicionais conservem e preservem o ambiente para que os compradores de serviços ambientais possam continuar poluindo. O comprador do título verde fica autorizado a continuar produzindo degradação e poluição e ainda lucra com a especulação destes novos ativos florestais no mercado financeiro.

Estes mecanismos de pagamentos por serviços ambientais acabam por enfraquecer a soberania do país, dos povos e das comunidades locais sobre a gestão de seus recursos naturais, florestas e territórios uma vez que a assinatura de contratos de PSA, do modo como vem sendo tratado no Congresso Nacional, faz com que o “fornecedor do serviço” ceda seus direitos de uso sobre a área contratada, autorizando o LIVRE ACESSO ao comprador-pagador por no mínimo 15 anos (servidão ambiental²⁵). Em troca do pagamento é autorizada a emissão de um título de carbono (CREDD) ou de outro título que represente a floresta nativa da área (CRA) ao comprador-pagador do “serviço ambiental”, para ser negociado na bolsa de valores. Fica evidente a inserção da natureza no mercado financeiro, assim como a apropriação dos territórios nas mãos do agronegócio e dos agentes de mercado. E assim continua o velho tripé do modelo de “desenvolvimento”: privatização, mercantilização e financeirização dos bens comuns, dos territórios e recursos naturais.

MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA: SOLUÇÃO?

²⁵ A **servidão florestal** voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, a direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, localizada fora da reserva legal e da área com vegetação de preservação permanente. O prazo mínimo de servidão é de 15 anos e deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis responsável, após anuência do órgão ambiental estadual competente, sendo vedada, durante o prazo de sua vigência, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade (Terra de Direitos, 2011 p.17).

O ambiente ecologicamente equilibrado, a alimentação nutricional adequada, o acesso a terra, ao território, o trabalho, a saúde e a educação são Direitos Humanos que devem ser acessados por todos e todas, por dever constitucional do Estado e não através da assinatura de contratos, por tempo determinado, com financiadores privados. É preocupante entregar às empresas e ao mercado financeiro o poder de decisão e de intervenção sobre os territórios, através da acelerada modificação e flexibilização de marcos legais (Código Florestal) e políticas públicas.

De acordo com Wunder (2009), um dos criadores da teoria do PSA, o conceito de PSA pode ser compreendido como uma transação voluntária, na qual um serviço ambiental bem definido ou um uso da terra que possa assegurar este serviço é comprado por, pelo menos, um comprador de, pelo menos, um vendedor sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço. Os PSA existentes, segundo Wunder (2009), compreendem serviços ambientais associados a uma das quatro categorias que são representadas: pela retenção ou captação de carbono; conservação da biodiversidade; conservação de serviços hídricos e conservação de beleza cênica. O Acre adotou as quatro categorias, mas, o autor afirma que, somente a primeira é economicamente viável na Amazônia.

O mesmo autor também aponta condições²⁶ que precisam ser consideradas para o funcionamento dos PSA e que um critério chave de impacto ambiental de PSA a ser considerado é a **adicionalidade**. Esta corresponde ao grau de sucesso de um programa de PSA em aumentar a provisão de serviços ambientais em comparação com um cenário sem PSA. Assim, para obter adicionalidade, um programa de PSA deve apresentar os custos de transação (gestão, monitoramento, contratos) e oportunidade (valor que se deixa de lucrar por não exercer uma atividade econômica) menores do que os valores dos serviços/benefícios. Observa-se que o Acre não dispõe de estudos que demonstrem que estes serviços ambientais apresentam potencial efetivo de adicionalidade ainda mais sob as fortes restrições e condicionalidades impostas a provedores, especialmente nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

²⁶ A condição econômica refere-se a existência de uma externalidade que vale a pena ser compensada. A condição cultural consiste em que os provedores de serviços ambientais respondam positivamente a incentivos econômicos. A condição institucional diz respeito a confiança que deve ser estabelecida entre os usuários e provedores dos serviços. As condições informacionais estão relacionadas à necessidade de definição dos serviços ambientais pelos quais os provedores seriam compensados, bem como monitoramento de sua provisão e negociação de contratos.

Outro aspecto a ser considerado é que a Constituição Federal garante aos povos indígenas o usufruto exclusivo sobre o território, bem como a **autonomia dos povos** na gestão dos recursos naturais dos territórios. Dessa forma, a Lei 2.308/2010 que cria o SISA e institui o ISA e demais programas de serviços ambientais desrespeita os artigos 231 e 232 da Constituição Federal. A flexibilização de marcos legais, inclusive constitucionais, representa o retrocesso social e violação de direitos humanos e dos direitos dos agricultores, povos e comunidades tradicionais, como é o caso da PEC 215, que pretende alterar a constituição para que seja de competência exclusiva do legislativo a possibilidade de titulação dos territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação.

As comunidades e povos acabam perdendo sua autonomia sobre seus territórios e sobre o modo como interagem com os estes. Isso em razão dos compromissos assumidos perante os financiadores dos “serviços” ambientais, onde é extremamente complicado “dominar” o aparato técnico e escapar das teias da burocracia. Esta lógica impõe um conhecimento científico-técnico em oposição aos saberes e ao modo de vida local, que passam a ser desvalorizados, ignorados e até criminalizados.

O Estado, através da redução do orçamento e aparato administrativo para a promoção da reforma agrária, flexibilização de marcos de proteção ambiental, abrandamento do licenciamento ambiental e aceleração da implantação de megaprojetos acaba por desviar o foco da discussão contribuindo para que políticas públicas estruturantes destinadas ao fortalecimento dos agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais sobre seu território e ambiente fiquem em segundo plano ou não aconteçam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a sustentabilidade possa ser compreendida como um processo pelo qual as sociedades lidam com as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que regem a distribuição dos “recursos” ambientais (ACSELRAD, 1999) observa-se que é difícil incorporar a dimensão ambiental, cultural e social às práticas do desenvolvimento e o que se percebe é que a crítica ecológica ao modelo econômico não tem levado a desconstrução da racionalidade econômica dominante (que nega a natureza e a cultura) e as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais.

Na perspectiva neoliberal a crise ambiental não é vista como um efeito da acumulação de capital e as causas econômicas dos problemas ecológicos desaparecem.

No Brasil é possível observar que os conflitos ambientais surgem quando os despossuídos passaram a reclamar (após a ditadura) maior acesso a recursos como água, terra fértil, estoques pesqueiros denunciando o comprometimento de suas atividades pela queda da produtividade dos sistemas biofísicos de que dependiam e pelo aumento do risco de perda de durabilidade da base material necessária à sua reprodução sociocultural (ACSELRAD, 2005). O autor destaca ainda que os conflitos atuais se baseiam em duas concepções complementares de “natureza”: uma que pretende conservar (onde as comunidades tradicionais devem fazer parte) e uma natureza “ordinária” (a ser exposta aos apetites econômicos).

Os serviços ambientais (REED, Bolsa Verde) são a expressão de um novo “consenso” em torno de um “desenvolvimento” (dito) harmônico que conjuga crescimento econômico e conservação da floresta, chamado de capitalismo verde ou economia verde. É um modelo que tem como base alianças constituídas por bancos, organismos de Estado, grandes ONGs e setores sociais aliados e/ou representantes do capital nacional e internacional com o discurso retórico de conservação da natureza. No entanto, na prática o que se observa é que este modelo visa satisfazer os interesses do capital monopolista nesta nova fase de acumulação, baseada agora na espoliação da natureza.

Países centrais e seus aliados criaram mecanismos de manutenção de seus padrões de produção, consumo e poluição. Os pagamentos por serviços ambientais surgem, então, como uma forma de corrigir os “erros” do modelo capitalista sem questionar as bases que o fundamentam. Neste contexto, os papéis se confundem e os grandes destruidores e poluidores se transformam em defensores/salvadores da natureza enquanto aqueles que historicamente garantem a sua conservação são criminalizados e excluídos de seus direitos e seus modos de vida na floresta.

Como consta no Documento de Sistematização das Convergências do Grupo Carta de Belém (extraídas do seminário sobre REDD+ e Pagamento por Serviços Ambientais X Bens Comuns, 2011) nas últimas décadas, organizações camponesas e de agricultores(as) familiares, de agroextrativistas e de povos indígenas vêm construindo instrumentos coletivos para assegurar e consolidar seus territórios e seu modo de vida. Dentre estes, se encontram a sistematização e atualização de suas técnicas em torno do manejo

agroecológico, dos sistemas agroflorestais e extrativismo, manejo comunitário da água. Também o manejo dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos naturais, como os ofícios de cura das rezadeiras, benzedadeiras e parteiras, a construção de sistemas comunitários de garantia da qualidade de seus produtos, alguns já reconhecidos em Lei, como os Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade (SPGs, previsto na Lei de Orgânicos); a construção das redes de bancos familiares e comunitários de sementes; dos sistemas de trocas de recursos genéticos e conhecimentos, das feiras, encontros e reuniões; assim como as formas de solidariedade comunitária com as trocas de trabalho e realização de mutirões e puxirões. Enfim, uma série de mobilizações que historicamente vem ocorrendo no sentido de fortalecer a luta dos povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e povos indígenas.

Falar em “transição para uma economia verde” parece desconsiderar toda a cultura e amadurecimento social ao longo das décadas em torno de assuntos tão complexos como desenvolvimento econômico-social, uso sustentável e direitos humanos. Tal proposta economicista e de mercado não pode substituir ou se propor a ser a grande política salvacionista deste período de crises do capital, em detrimento de todos os outros instrumentos que vêm sendo construídos pelos povos em seu amadurecimento social na luta por direitos, sob pena de se empreender um grave retrocesso social, ambiental e inclusive econômico. Essas populações e povos cuidam da biodiversidade, das águas, dos solos, das florestas não porque recebem pagamento por serviços ambientais, mas porque esses cuidados decorrem do seu modo de viver e produzir.

É necessário que o Estado do Acre realize um amplo diagnóstico sobre PSA e atuais programas como o Bolsa Verde, e que novos instrumentos legais e mecanismos de gestão democrática e participativa sejam incorporados. Além disso, é preciso estudos sobre a adicionalidade desses serviços. No entanto, antes de pagamentos por serviços ambientais, é prioritária a implementação de políticas públicas estruturantes como reforma agrária, demarcação e homologação de terras indígenas, políticas de transição agroecológica, respeito a autonomia dos povos e comunidades tradicionais e fortalecimento da gestão participativa dentro dos territórios que fortaleçam seus modos de viver e produzir, como alternativas concretas e que historicamente apresentam-se como sustentáveis e produtivas.

O próprio Censo Agropecuário de 2006 demonstra isso ao apontar a agricultura familiar como responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como

importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, por exemplo. A partir do que foi brevemente relatado neste artigo fica evidente, como destaca Diegues (1992), que “*existem diferentes sociedades com modos particulares, história e cultura que se relacionam de diferentes maneiras entre si e em relação aos ecossistemas*”. Fica claro que para que a sustentabilidade, que tem como um de seus princípios a utilização e conservação da natureza, seja mais que um discurso é preciso (re)inventar formas de entender a humanidade como parte da natureza.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Lei 2.308 de 22 de outubro de 2010. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências.

ACSELRAD, H. A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate europeu. In: *Cadernos de Debate 5*, Projeto Brasil Sustentável, FASE, 1999.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2005. p. 13-35.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. p. 33-55.

BRASIL. Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. DOU. Seção 1, de 17 de outubro de 2011. p.1-3.

BRUNDTLAND, G.H. (Org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

ESCOBAR, A. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the third World*, Princeton University Press: Princeton N.J., 1995.

HARVEY, D. *O novo imperialismo* Edições Loyola, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo da população* Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em : 02 de janeiro de 2013.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555p.

MORAIS, M. J. *Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”* In: Dossiê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 2012.

MOVIMENTO ANTICAPITALISTA AMAZÔNICO. *Participação popular e democracia no Acre: entre a força e a farsa* In: Dossiê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 2012.

PADILHA, L. D. *Povos indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras* In: Dossiê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 2012.

PAULA, E. A. *(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PAULA, E. A. *Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas* In: Dossiê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 2012.

PAULA, E. A. & SILVA, S. *Floresta, para que te quero?* Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. Revista NERA, Ano 1. No 12. São Paulo. 2008.

SCHMIDLEHNER, M. F. *A Função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde* In: Dossiê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) 2012.

TEIXEIRA, G. *Agravamento do Quadro de Concentração da Terra no Brasil?* Disponível em: <http://www.dihitt.com.br/n/politica/2011/06/22/gerson-teixeira-agravamento-da-concentracao-das-terra>. Acesso em : 04 de janeiro de 2013.

VEIGA, J. E. *Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação*. São Paulo em Perspectiva (Seade), 2006. v.20, n.3, p. 83-94, jul./set.

VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA. *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II. Expansão da Economia Florestal. Relatório de Avaliação Ambiental e Social (Versão Final)* (2012).

WUNDER, S., BÖRNER, J., TITO, R.M. & PEREIRA, L. *Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal* 2ª ed., rev. Brasília: MMA, 2009. 144 p.

ZHOURI, A & LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. p. 11-33.

LAS EMPRESAS COMUNALES COMO FACTOR PARA EL DESARROLLO LOCAL Y EL MANEJO DEL MEDIO AMBIENTE. EL CASO DE DOS COMUNIDADES INDÍGENAS EN MÉXICO*

Francisco Javier Lemus Yáñez**
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

Resumen

A la par con las modificaciones en la concepción del desarrollo, en el último cuarto del siglo XX, en México las comunidades indígenas con vocación forestal dieron una importante lucha para lograr la autonomía en el aprovechamiento y manejo de sus bosques; finalmente, además de las pertinentes reformas legales, se logró que hubiera apoyo por parte del gobierno federal. Así mismo organizaciones de la sociedad civil tuvieron una participación importante no sólo para que dichas comunidades pudiesen aprovechar sus recursos, sino también para que lograran iniciar empresas con un marcado carácter social, que sin dejar de lado las ganancias, han priorizado la generación de empleo y el cuidado de los recursos tanto maderables como no maderables, en ocasiones integrándolos a la explotación económica.

A pesar de que la apertura económica de mediados de los años 90's del siglo pasado tuvo un impacto negativo en la mayoría de las empresas forestales comunales, las que ya se habían consolidado para ese momento han logrado sobrevivir con distintos grados de diversificación productiva. Independientemente de este factor, dichas empresas tienen impactos considerables en el desarrollo local, aportando sobre todo bienes públicos, promoviendo mejores condiciones de vida, así como un cuidado y monitoreo constante de los recursos naturales en su territorio.

Palabras clave: Silvicultura comunitaria, desarrollo local, recursos naturales, empresas comunales, indígenas.

*El autor agradece el apoyo otorgado por el Programa de Posgrado en Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM para poder asistir a este seminario, así como a Beatriz Medeiros de Melo por toda su ayuda.

**Licenciado en Economía por la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (UMSNH), actualmente cursa la maestría en Estudios Políticos y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

1. Introducción

Tras la Segunda Guerra Mundial, el desarrollo económico cobró relevancia, primero de la mano de los Estados nacionales y la industria de corte fordista, factores que se han modificado en las últimas décadas, con lo que el espacio local y sus actores han comenzado a protagonizar el desarrollo, a la vez que el medio ambiente se ha convertido en una de las principales preocupaciones con relación a las actividades productivas.

2. Los cambios en la concepción del Desarrollo Económico

Con el agotamiento del modelo de Estado intervencionista que se fortaleció tras el fin de la Segunda Guerra Mundial, y el inicio de una nueva crisis económica estructural en el último cuarto del siglo XX, el desarrollo se ha ido modificando de forma gradual, en buena medida porque los espacios locales han cobrado relevancia. El desarrollo tiene múltiples adjetivos, pero a últimas fechas algunos como Local, Regional, Territorial o Endógeno.

Un punto de coincidencia es la idea de que el desarrollo no debe verse dividido en sectores, sino parte de espacios en donde se encuentran además de factores tangibles como actores sociales (empresarios, trabajadores), tierra y capital, también hay factores intangibles como las instituciones y valores que corresponden a cada espacio determinado, que en buena medida son parte de lo que Putnam (1993) denomina Capital Social y que a decir de otros teóricos como Fukuyama y Ostrom han sido el factor determinante en el éxito de unos espacios y el fracaso de otros.

Boisier (1999:13) explica que el desarrollo es cada vez más un proceso endógeno “debido a su estrecha asociación con la cultura local y con los valores que ella incluye”, particularmente debido a que la mayoría de los valores involucrados en el proceso de desarrollo se encuentran en las sociedades locales. Un tema que está relacionado con la ideal del capital social (Putnam 1993)¹ que en esencia es un factor que favorece instituciones sólidas para el desarrollo.

¹Como señalan Ostrom y Ahn (2004:156) este concepto contempla sobre todo temas como “confianza y normas de reciprocidad, redes y formas de participación civil y reglas o instituciones tanto formales como informales” que habían sido desestimadas por la economía clásica.

2.1 Desarrollo Económico Local (DEL)

El espacio local es el lugar donde sucede el desarrollo, donde la sociedad convive y construye instituciones para que suceda el desarrollo y actúe de manera positiva en la vida colectiva e individual de sus pobladores. El sólo concepto de local, al igual que el de región, implica debate, ya que no se reduce a espacios municipales, tampoco debe verse como antítesis de lo global, sino como su contraparte dialéctica, en donde una con otra se complementan, ya que la globalidad se conforma de localidades y lo local sólo tiene sentido dentro de un contexto global.²

Concretamente, Vázquez Barquero (2000) explica el DEL como el proceso de crecimiento y cambio estructural que, mediante la utilización del potencial de desarrollo del territorio, conduce a la mejora del bienestar de la población de una localidad y/o una región. Alburquerque asegura que los objetivos de dicho desarrollo (1997:313) son “el mejoramiento del empleo y la calidad de vida de la población de la comunidad territorial correspondiente, y la elevación de la equidad social”, para lo cual considera necesario se incremente la eficiencia y competitividad del sistema productivo local, promover tanto la diversificación como el valor agregado de las actividades económicas locales, así como procurar una sostenibilidad ambiental de dichas actividades. Una idea similar, pero más reciente, es la de Blakely y Greene (2010:141) señalan que el DEL es una posibilidad para “preservar y mejorar el nivel de vida de una comunidad a través de un proceso de desarrollo físico humano basado en los principios de equidad y sustentabilidad”, sustentabilidad con carácter social y ambiental.

Vale remarcar aquí la importancia del territorio, enteramente relacionado con elementos de innovación tecnológica, como señala Dahl (2001:6) al citar a Dosi, “la innovación se encuentra correlacionada con la localización” sobre todo debido a que la complejidad y altos costos que conlleva, pueden ser en cierta medida amortiguados por la cooperación que lleven a cabo los diversos actores locales (empresas, gobiernos y centros de investigación), a la vez que el aprendizaje se “derrama” (*spillover*) con mayor facilidad tanto por el “aprender haciendo” en un espacio determinado, como por la disminución de

² El pedagogo Paulo Freire (1999) explica esto de manera excepcional cuando afirma que “así como es un error permanecer adherido a lo local, perdiendo la visión del todo, también es un error flotar sobre el todo sin referencia a lo local de origen”.

los costos del transportar o comunicar la información.³ Vázquez Barquero (1999) señala que es precisamente a partir de procesos endógenos, que las localidades tienen la capacidad de integrarse de manera exitosa al contexto de una competencia productiva cada vez más intensa.⁴

La reflexión del desarrollo local permite vislumbrar la potencialidad que se encuentra en estos espacios y cómo los activos que se encuentran en el territorio son claves para el mejoramiento de las condiciones de vida de quienes lo habitan. Por lo que en el caso concreto de las comunidades forestales hay una importancia determinante no sólo de los recursos naturales, sino de la cultura de sus poblaciones y la forma en que consideran a éstos como elementos que definen su forma de vida, por lo que la preservación de su entorno pasa necesariamente por el cuidado de dicho medio ambiente.

3. El contexto forestal mexicano

A pesar de contar con sólo el 1% de la superficie del planeta, México cuenta con una décima parte de la biodiversidad al contar con 25,000 especies de plantas vasculares y 1,352 de animales vertebrados, de los que 81% y 75% respectivamente, se ubican en alguna de las cuatro formas de bosques que hay en el país (Bray et al., 2007). Estos bosques y selvas representan el 32.75% del total del territorio nacional, un total de 63.6 millones de hectáreas, de las cuales más de la mitad de esos bosques se encuentran en regímenes de propiedad social (ejidos o comunidades).⁵ De acuerdo con diversas fuentes las comunidades con bosque o selva en México varían de entre 7,000 a más de 9,000 (Alatorre, 2000 y Bray et al., 2007), también hay controversia entre cuáles de ellas hacen algún tipo de explotación, de acuerdo con Alatorre (2000) podrían ser más de 5,000. El mismo autor señala que de ellas sólo en 479 la actividad forestal es relevante, de ellas casi

³ Dahl reconoce que esto puede ser paradójico debido a que cada vez es menos costoso intercambiar información (Ibíd., p.12).

⁴ Esto porque factores claves actúan sinérgicamente: la difusión de las innovaciones y el conocimiento entre las empresas y organizaciones, la adopción de formas más flexibles de organización de la producción, el desarrollo de las economías de urbanización y la densidad del tejido institucional.

⁵ Esto es en buena medida consecuencia de que muchas veces los bosques representaron un refugio para las poblaciones indígenas tras la llegada de los españoles, a la vez que hasta finales del siglo XIX estos no fueron valorados económicamente. Finalmente tras la Revolución Mexicana, la propiedad de la tierra, sobre todo de los bosques, fue promovida por el Estado.

la mitad (40%) son rentistas, lo que significa que no participan de modo alguno en la explotación, mientras que 20% vende madera en rollo, otro 20% vende madera aserrada, 19% procesa la madera que comercializa, y sólo el 1% vende productos de madera acabados.⁶

4. Los casos de estudio

Las comunidades que aquí se analizan han efectuado procesos de desarrollo local que son palpables en su vida cotidiana, empero, que tienen diferencias notables en la forma en que dichos procesos se han llevado a cabo. Los casos son la Comunidad Indígena de Nuevo San Juan Parangaricutiro (CINSP) en el estado de Michoacán y de Capulálpam de Méndez en Oaxaca, y sus respectivas empresas forestales, que si bien han surgido en contextos diferentes, cuentan con algunas coincidencias, la más importante: ser producto de la lucha de los pueblos por reapropiarse de sus recursos naturales, ya sea frente a las vedas, que lejos de proteger a los bosques, promovieron su depredación clandestina; o bien por causa de la presencia de una empresa paraestatal que funcionaba como único ente autorizado para realizar dichos aprovechamientos.

En el primer caso, la empresa de la CINSP es considerada desde la década pasada como la empresa forestal comunal (EFC) más exitosa que hay en México en un universo que va de siete mil a nueve mil comunidades forestales (Bray y Merino, 2004), la segunda cuenta con reconocimientos internacionales, sobre todo al ser la primera en México al ser certificada por *Rainforest Alliance*; en ambos casos, buena parte de sus promotores han logrado ocupar puestos importantes dentro de espacios de la administración pública vinculados con los temas forestales. En el primer caso además de contar con un bosque de grandes extensiones, la empresa se ha convertido en parte integral de la vida comunitaria, mientras que en el segundo caso además de un bosque reducido, la empresa es parte vital de la comunidad, más no un eje económico local, ya que la mayoría de los habitantes carecen de incentivos para laborar en ella, a pesar de ello tiene rendimientos económicos importantes

⁶México es el cuarto país con mayor biodiversidad en el mundo, pero también es el cuarto en deforestación. Mientras que es el décimo país en cobertura forestal, es el número 26 en producción en este tema (Vargas, 2010). Pero tal vez lo más preocupante es que la riqueza que hay en esos bosques, convive con los altos índices de pobreza de quienes habitan en ellos, que en 1995 sumaban 18 millones de personas.

que podrían explotarse de una mejor manera a través de diversos mecanismos en los que se integren los comuneros.

Nuevo San Juan Parangaricutiro

San Juan es una comunidad famosa por haber sido testigo del surgimiento del volcán Parícutín, el cual destruyó el antiguo pueblo y obligó a la comunidad a cambiar de ubicación a mediados de la década de los 40's, algo que creó nuevos lazos de confianza y que habrían de rendir frutos en los años siguientes. A mediados de la década de los 70's, tanto comunidades forestales como organizaciones de la sociedad civil fueron finalmente contemplados por el gobierno federal dentro de la política para el manejo de los bosques, en un contexto de conflictos sociales derivados de la inconformidad de los dueños de los bosques⁷ ante los malos manejos realizados tanto por empresas paraestatales como por empresarios locales y ajenos. En este contexto fue que surgió una primera organización en la que diversas comunidades y ejidos de la Meseta Purépecha fueron integrados en una organización que les permitió acceder por primera vez a los recursos forestales.⁸ Dentro de dicha organización San Juan rápidamente comenzó a despuntar sobre todo al convertirse en el principal proveedor de material celulósico de la entonces paraestatal Celulosa y Papel de Michoacán S.A. (Cepamisa), relación que eventualmente le permitirá adquirir su primer aserradero.

La empresa forestal de la CINSJP a finales de los 70's se dedicaba exclusivamente a la obtención de la madera en rollo, generando bajo valor agregado, así como a la extracción de material celulósico, de igual modo de escaso valor, pero que era una de las principales motivaciones del gobierno federal al impulsar esta organización, ya que México se ha caracterizado hasta la fecha por tener déficit en producción de papel. Para cuando se realizó su primer estudio dasonómico correspondiente a 1979, San Juan contaba con 19,121 hectáreas (ha), lo que la convertía en la comunidad con mayor extensión de las que se encontraban en la unión de ejidos y comunidades, además de que se le autorizó extraer

⁷ El 80% de dichos bosques se encuentran en espacios de propiedad social de acuerdo con una cifra del INEGI que se ha vuelto aceptada en todos los ámbitos (Bray y Merino, 2004), por ello la importancia de estudiar el fenómeno de la silvicultura comunitaria.

⁸ Dicha organización fue la Unión de Ejidos y Comunidades Indígenas Forestales de la Meseta Purépecha "Luis Echeverría Álvarez" (Uecifomet-LEA).

40,000 metros cúbicos (m³) de pino y 15,000m³ de encino, los cuales no se ejercieron debido a problemas administrativos (Bofill, 2005).

En 1980 la situación es aún peor, ya que no se llevan a cabo los aprovechamientos, esto a pesar de que los dirigentes de la unión regional son oriundos de San Juan, pero carentes del apoyo de la comunidad que los asocia con malos manejos. Dicha situación agrava la relación de San Juan con la unión regional, a la que consideraban se había convertido en un “botín político”, por lo que deciden abandonarla a pesar de la inconformidad de autoridades federales como Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano,⁹ entonces titular de la Subsecretaría Forestal y de la Fauna de la Secretaría de Agricultura y Recursos Hidráulicos (SARH).

A partir de la salida de San Juan de dicha unión, empieza un proceso de neta autogestión del desarrollo tanto de la empresa como de su relación con la comunidad, aunque esto tuvo un fugaz paso por un nuevo intento de desarrollo dirigido desde el Estado, el resultado final fue la gestación de un proceso de desarrollo local endógeno (Lemus, 2010) que ha tenido un impacto insoslayable en la vida de la comunidad. Pero tampoco se puede pasar por alto el apoyo que la comunidad recibió en el arranque de la empresa por parte de los gobiernos estatal y federal emanados del Partido Revolucionario Institucional (PRI), pues desde que la empresa se gestó su proyecto político estuvo vinculado al partido de Estado, así como de organizaciones afines a él, como la Confederación Nacional Campesina (CNC), de la que líderes de San Juan formaron parte importante en algún momento (Bofill, 2005).

Además de la férrea voluntad que mostraron algunos de los dirigentes comunales desde inicios de los 70's para promover que la comunidad realizara los aprovechamientos por sí misma y evitara la intromisión de empresarios ajenos, se debe señalar que en la edificación de la empresa también participaron jóvenes profesionistas (Bofill, 2005; Bray y Merino,

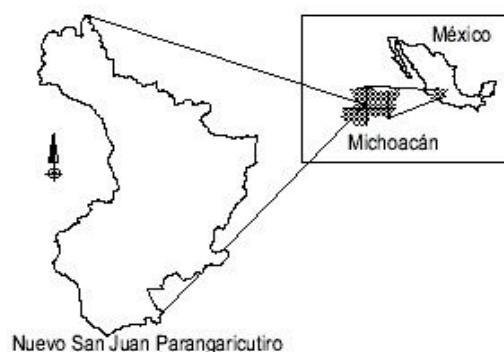


Figura 1. Ubicación de Nuevo San Juan

⁹ Cárdenas Solórzano es hijo del Gral. Lázaro Cárdenas y en ese entonces está impulsando su carrera política, en la siguiente década habría de ser gobernador de Michoacán y más tarde principal líder de la oposición.

2004; Lemus, 2010) que de igual modo actuaron con decisión para hacer de la empresa un caso de éxito en términos tanto económicos como sociales.

Para 1983 ya empresa logró la adquisición de su primer aserradero, esto gracias a una relación de cooperación con Cepamisa, que pagó por adelantado el material celulósico de tres años, así fue posible para la empresa agregar valor a su producción al producir tablas de cortas y largas dimensiones.¹⁰ Para el ejercicio correspondiente a 1984-85, la empresa obtiene la autorización de ejercer 85,000m³ de material maderable (frente a los 55 mil del primer ejercicio), obteniendo de ello ganancias netas de alrededor de 40 millones de viejos pesos¹¹ (Bofill, 2005). Mientras que con la venta de rollo obtenían solamente el tres por ciento de ganancias, con la producción de tabla estos rendimientos se triplican (Ibídem).

A lo largo de la década de los 80's la empresa va desarrollando su capacidad instalada de reserva, adquiriendo además de un segundo aserradero, una máquina astilladora, estufas de secado y finalmente a inicios de los 90's, una destiladora para la transformación de la resina¹² en aguarrás y brea, que hasta la fecha se caracteriza por su alta calidad, algo que le permite mantener su competitividad frente a la producción de países como Brasil y Venezuela. Los 90's implicaron un cambio en la inercia de la empresa, primero por la entrega de la resolución presidencial, documento que legalizaba la ya de por sí legítima propiedad comunal de los bosques sanjuanecos, pero también por la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) que implicó un revés para la empresa, tanto en términos comerciales, como de la política forestal. Esto último afectó sus finanzas al grado que optó por deshacerse de uno de sus aserraderos vendiéndolo (junto con el apoyo de capital humano) a la comunidad hermana de Památacuaro (Bofill, 2005; Lemus, 2010).

La entrega de la resolución presidencial significó el inicio de una nueva lucha que pasó a los tribunales para que así la comunidad, con el poder económico de su empresa ya consolidada, pudiese ir recuperando tierras que habían sido escrituradas de manera ilegítima. Mientras tanto la empresa se iba consolidando como un ejemplo de manejo

¹⁰ Para ello se invirtieron más de tres millones de viejos pesos (Bofill, 2005).

¹¹ El 1° de Enero de 1993 se eliminaron tres ceros al peso mexicano, por lo que 1,000 pesos se convirtieron en un “nuevo” peso.

¹² Que, hasta la construcción de la empresa, fue la principal actividad forestal de la comunidad, mientras que actualmente 70% del bosque de la comunidad se encuentra bajo resinación.

forestal sustentable, pues lejos de perder superficie forestal (como sucede prácticamente en toda la Meseta Purépecha),¹³ entre 1974 y 1996, la empresa ganó dos por ciento de territorio boscoso, a la vez que obtuvo distintos reconocimientos nacionales e internacionales, incluyendo el de *Rainforest Alliance* y el apoyo de *Greenpeace*.

A pesar de que la empresa dejó de contar con los gobiernos priístas tanto a nivel federal en 2000 y a nivel estatal en 2001, la empresa no cesó en su éxito, contrario a lo que algunos críticos del proyecto político de la empresa hubiesen augurado. Las administraciones locales, que siempre que sean de corte priísta, cuentan con cuadros de la empresa en sus oficinas, han ido cobrando mayor importancia para la gestión del desarrollo; pero cuando son de partidos contrarios, suelen entorpecerlo.¹⁴

Actualmente la empresa ha diversificado su producción hasta ser la principal proveedora de servicios privados en la comunidad, ya que desde el transporte público (que es más económico que en el resto del estado de Michoacán) hasta una supermercado y la renta del *telecable* son propiedad de la empresa, que así mismo cuenta con una empresa ecoturística que ofrece viajes al Paricutín y las ruinas del antiguo pueblo de San Juan. Emplear a los comuneros se volvió la prioridad desde el arranque de la empresa, actualmente además de ofrecer empleo, ofrece posibilidades de emprendimientos independientes, así como apoyos para la formación de recursos humanos para el trabajo en la empresa.

La profesionalización que ha llevado a cabo la empresa no ha estado exenta de problemas y en la actualidad ha llegado a generar algunos conflictos entre pobladores del municipio y de algunos comuneros que han sido excluidos de los beneficios, sobre todo por no integrarse al partido político. Silvia Bofill (2005) da cuenta de algunas de estas diferencias y los conflictos que ha ocasionado, mismos que en muchas ocasiones se ven reflejados en la derrota del PRI en las elecciones municipales.

¹³ Se estima que en la región se han perdido 20,032 ha de bosque entre 1976 y 2005, en buena medida para dar paso al cultivo de aguacate.

¹⁴ Como señalara en una charla una de las comuneras que laboran en la empresa, “podemos tener gobiernos de otro partido (que no sea el PRI) en la presidencia o en la gubernatura, pero cuando la presidencia municipal es de otro partido es cuando tenemos problemas” [comunicación personal]. En 2007 la empresa tuvo que dejar de trabajar dos meses debido a una “denuncia” realizada por la presidencia municipal de una supuesta intromisión en el parque nacional de Tancitaro por parte de la empresa, algo que afectó la economía de toda la comunidad y que se considera fue responsable de la derrota del PRD en la siguiente elección (Lemus, 2010).

Capulálpam de Méndez

A diferencia de la irracional veda impuesta en todo el territorio michoacano, Oaxaca y particularmente la sierra Norte se encontraba bajo un régimen de explotación forestal que inicio desde mediados de los 50's con la instalación de la denominada Fábricas de Papel de Tuxtepec (Fapatux) que pasó de ser una empresa canadiense a paraestatal y a la cual le fueron concesionados los bosques de 24 municipios de Oaxaca (y uno de Veracruz) entre los que se encuentra la comunidad indígena de Capulálpam. Debido a la concesión estas comunidades obtuvieron de manera acelerada sus resoluciones presidenciales, sin embargo ello no redundó en un beneficio real para las comunidades, pues se encontraron totalmente supeditados a los intereses de Fapatux.

A diferencia de San Juan Nuevo, Capulálpam cuenta con tan sólo 7,300 ha de extensión, y que de las cuales 1,700 (casi una cuarta parte del territorio) se encuentran bajo disputa con otra comunidad, por lo que en este espacio no se realizan aprovechamientos pero sí trabajo de conservación. Menos del 20% del territorio de la comunidad (1,329 ha) son las que se encuentran



Figura 2. Ubicación de Capulálpam

bajo explotación comercial, de las cuales se podría generar una explotación promedio de 4,000 m³ anuales, de los cuales, en su afán conservacionista la comunidad autoriza cada año alrededor de 1,500, mismos que en muchas ocasiones no son ejercidos cabalmente debido a problemas administrativos (Bray y Merino, 2004). Además de que hay temporadas del año en que es inaccesible el bosque, el aserradero de la empresa trabaja por debajo del 50% de su capacidad instalada y con 45 trabajadores de los cuales la mitad son permanentes. Vale señalar que a pesar de los obstáculos a los que se enfrenta la empresa, en el año 2000, logró ingresos por un millón de pesos, de los cuales un 50% resultaron en ganancias. Para 2013 la empresa calcula que en promedio por cada peso producido la

utilidad es de 44 centavos (0.44 pesos), a la vez que su producción sigue rondando el millón de pesos.¹⁵

En 1956 inicia la explotación del bosque por concesión de Fapatux (entonces de capital canadiense) y durante esa década y la siguiente, la comunidad prácticamente no tuvo injerencia en el aprovechamiento, por lo que una primera inconformidad que se hizo latente fue la de los comuneros que exigían que la mano de obra laborando en la extracción de madera fuese de la comunidad, lo que se tradujo en una “huelga” que inicio en 1967 y llegó a su punto más álgido en 1972 cuando se logró cerrar la empresa por 40 días, logrando así que los comuneros de Capulálpam pudiesen integrarse a la explotación forestal, sin embargo esto fue sólo en puestos bajos, mientras que los técnicos continuaron siendo empleados de la empresa, por lo que la comunidad no tenía conocimiento ni control sobre el nivel de extracciones que se realizaban (Alatorre, 2000).

Ante una serie de irregularidades que habrían de devenir en el “descremado”¹⁶ del bosque, las inconformidades se fueron haciendo más frecuentes, a pesar de ello Fapatux inició en 1979 las gestiones para extender la concesión por 25 años más, lo que fue concedido - incluso de manera indefinida- por una resolución presidencial en los últimos días de noviembre de 1982, lo que generó intensas movilizaciones en la entidad para rechazar la decisión. Dichas movilizaciones se presentaron en concordancia con el ambiente nacional, pues al mismo tiempo hubo movilizaciones con la misma finalidad en otros espacios de vocación forestal como Guerrero y Milpa Alta en el Distrito Federal.

El conjunto de inconformidades hacia *la papelera* provocó que a inicios de los 80's, tanto Capulálpam y sus comunidades vecinas de Ixtlán y La Trinidad, que tenían por igual sus bosques concesionados a Fapatux, optaran por poner fin a la concesión por medio de un amparo que gestionó la Organización para la Defensa de los Recursos Naturales de la Sierra de Juárez (Odrenasij) obteniendo así el éxito que les permitió que a partir de 1982 el aprovechamiento forestal sea ejercido por la comunidad de Capulálpam, que dos años más tarde pudo adquirir su aserradero (Alatorre, 2000; Bray y Merino, 2004).

¹⁵ En estos momentos el aserradero está recuperándose de una contingencia derivada de una plaga que atacó los bosques, lo que provocó un año de ejercicios con pérdidas cercanas a un cuarto de millón de pesos, en lugar de ganancias.

¹⁶ El descremado en términos forestales se refiere a la extracción de los mejores especímenes, afectando entonces la calidad genética del bosque.

Actualmente los ingresos de la empresa se destinan sobre todo a la realización de actividades festivas, ya sean religiosas o derivadas del nombramiento de Pueblo Mágico, a la vez que constantemente aportan recursos para las escuelas de la localidad y las obras públicas, así que el grueso de sus ganancias se convierten en bienes públicos de los que es difícil excluir a cualquier persona, comunero, avecindado¹⁷ o en algunas ocasiones visitantes externos. Es así que laborar dentro de la empresa no implica percibir grandes beneficios de la labor, algo que en el caso de San Juan Nuevo sí sucede.

Los datos dan cuenta de la preocupación de la comunidad por la conservación de su bosque, algo en lo que sin duda han tenido bastante éxito, el cual no se ha logrado replicar en lo concerniente a la producción. En el año 2000 la empresa tenía autorización para extraer 5,580 m³, de los cuales se extrajeron menos de la mitad; mientras que de los 2,800 m³ de especies latifoliadas autorizadas, tan sólo se ejercieron 800 m³ (Bray y Merino, 2004:170). Tendencia que se ha mantenido en los últimos años y que está relacionada con la tercerización de las actividades económicas de la comunidad, ya que desde inicio de la década pasada ha realizado esfuerzos para explotar su vocación turística, además de contar con su empresa ecoturística, la comunidad recibió en 2007 el nombramiento de “Pueblo Mágico”, algo único en todo el estado de Oaxaca. Lo que ha favorecido la idea de que el bosque es un atractivo paisajístico que debe permanecer prácticamente intocable, a la vez que el dedicarse al turismo presumiblemente implica una menor capacitación, por lo que cualquiera en la comunidad es un potencial prestador de servicios que puede hacerse de beneficios particulares, mientras que la empresa forestal (como todas las de la comunidad) genera ante todo, bienes públicos de los que cualquiera es beneficiario. Finalmente es importante señalar que las mejoras en los niveles de vida de la comunidad han hecho que un jornal básico (como el de un mozo o peón en el campo) sea de 150 pesos, casi tres salarios mínimos nacionales, y aunque los sueldos de la empresa comunal son un poco más altos, son poco atractivos, no sólo ante la posibilidad de la migración, sino también porque laborar en la empresa implica mayores responsabilidades no sólo con el jefe directo, sino con toda la comunidad.

A pesar de ello, quienes se encuentran más cercanos a la empresa, sin recibir ningún beneficio privado de ella, consideran que los aportes de ésta a la comunidad son muy

¹⁷ El término avecindado hace referencia a las personas que han llegado a vivir a la comunidad y que no cuentan con el estatus de comunero, o sea que no cuenta con derechos como el de propiedad.

valiosos y la población no tendría motivos para considerar su cese de operaciones. Por lo pronto a inicios de 2013 se ha aprobado por la asamblea un nuevo decenio de aprovechamientos, decisión siempre revocable, pero que da cuenta de que la confianza en la actividad de la empresa y en la importancia de los beneficios públicos que genera.

5. Principales impactos en el Desarrollo

En ambos casos las comunidades hacen un esfuerzo importante no sólo por generar empleos para sus agremiados, por ejemplo llevando a cabo una gestión de la tecnología desde sus condiciones endógenas. San Juan Nuevo a pesar de su importante producción maderable utiliza un aserradero de los años 80's, pero ello responde al interés que tiene la empresa en generar tantos empleos como le sea posible y cambiarlo por uno con mayor tecnología implicaría desplazar trabajadores. Generalmente la implementación de nueva maquinaria es para la diversificación de la producción y generar nuevos puestos de trabajo. En el caso de Capulálpam sucede algo similar, ya que muchas veces la producción se realiza con lentitud deliberada para así garantizar que los empleados tengan trabajo la mayor parte del año. Aquí la producción no rebasa la producción de madera aserrada, pues la carpintería de la empresa es esencialmente artesanal y si se pone en marcha para pedidos especiales y para que los empleados tenga una actividad alternativa en caso de que el aprovechamiento haya sido transformado en su totalidad.

El tema de la educación es clave en ambos casos, Capulálpam cuenta con un bachillerato tecnológico-agropecuario desde la década de los 70's, lo que la ubicó como un centro de atracción de jóvenes de toda la región, a la vez que elevó el nivel de capacitación de la población desde esa época. San Juan se ubica muy cerca de Uruapan, un centro de agronegocios de importancia estatal, e incluso nacional debido al cultivo de aguacate, ello, sumado a la accesibilidad que ha caracterizado a la Universidad Michoacana, ha permitido que desde la década de los 70's tenga cuadros profesionales. A la fecha San Juan apoya a los jóvenes de su comunidad para que asistan a universidades y se capaciten para laborar en ella, lo que en este caso es muy atractivo para muchos de ellos.

En ambos casos, la extracción de recursos forestales ha servido como detonante de otras empresas, ecoturísticas, purificadoras de agua, prestadoras de servicios en el caso de San

Juan, una extractora de material pétreo en el caso de Capulálpam, a la vez que ha permitido que muchos de los pobladores locales busquen otras opciones productivas. En ambos casos, los directivos de la empresa han ingresado con éxito a dependencias gubernamentales relacionadas con la actividad forestal, en el caso de San Juan, incluso han logrado cargos públicos de relativa importancia, como diputaciones federales.

San Juan da cuenta de ser, junto con Uruapan, el único municipio de la región que no cuenta con elevados grados de marginación, por su parte Capulálpam se encuentra rodeado de comunidades que han hecho un aprovechamiento eficaz de sus recursos naturales, pero además de los avances que han logrado en infraestructura turística, que haya sido el primer pueblo de la región en tener acceso a *internet* es una muestra de sus avances.

El medio ambiente no está supeditado al desarrollo en ambas comunidades, sino que más bien el desarrollo sólo se comprende articulado con la preservación de los recursos naturales, ambas comunidades lucharon por tener el control de esos recursos, la endogeneidad del proceso no fue algo que les llegó por decreto, sino que fue un logro de la lucha organizativa, por lo que en la ideología de los pobladores, el cuidado del bosque como entorno de vida, de cultura y tradiciones, es un imperativo que ninguna actividad empresarial puede pasar por alto, pero justamente las empresas entienden que se deben a la existencia de dichos recursos y a que sus comunidades dieron la lucha por su apropiación.

6. Conclusiones

Las empresas forestales comunitarias de México pueden ser un claro ejemplo de los nuevos esquemas de desarrollo que se sustentan en los activos locales, ya sean recursos humanos, naturales, institucionales, culturales o tecnológicos, pero que han tenido que luchar para poder hacer de ello una realidad, lo que seguramente favoreció para que se crearan lazos más sólidos, mismos que se traducen en capital social, factor central de estos procesos. Los casos aquí analizados han seguido rutas distintas y hoy tienen características diferentes, que sin embargo se unen por el hecho de tener origen indígena, estar ubicadas en zonas boscosas y haber luchado por gestionar el desarrollo de sus comunidades. De igual modo es común a ellos, que la explotación forestal tuvo su inicio en una época similar, que han tenido que enfrentar la apertura comercial y que de sus

empresas forestales surgió la semilla para nuevas opciones productivas y donde la tercerización de las actividades se está volviendo cada vez más común.

El recurso natural no es un simple medio para el desarrollo local, sino que es un elemento central de la vida comunitaria, de las tradiciones, cultura y valores, por lo que su preservación está por encima de cualquier actividad, pero en algunos casos esta visión puede generar decisiones que entorpezcan la acción empresarial, mismas que deben ser soportadas, pues a final de cuentas en ello radica la legitimidad de las empresas. Éstas han mostrado no sólo que las comunidades pueden llegar a acuerdos que les permitan hacer un aprovechamiento eficiente del recurso, sino también detonar todo un proceso de desarrollo, todo ello sin atentar contra la biodiversidad, sino incluso tomando acciones para su preservación.

Bibliografía

Alatorre Frenk, G. (2000). *La construcción de una cultura gerencial democrática en las empresas forestales comunitarias*. México, DF: Casa Juan Pablos - Procuraduría Agraria.

Albuquerque, F. (1997). Metodología para el Desarrollo Económico Local [Electronic Version]. *ILPES/Cepal*, de <http://www.ugd.edu.ar/materias/desarrollolocal/Procesosdesarrollolocal/docs/Albuquerque.pdf>

Blakely, E., & Green, N. (2010). *Planning local economic development: theory and practice* (4th ed.). Thousand Oaks, California, EEUU.: SAGE publications.

Bofill Poch, S. (2005). *Bosque Politico*. Zamora, Mich: Colegio de Michoacán.

Boisier, S. (1999). Desarrollo (Local) ¿de qué estamos hablando? [Electronic Version],

Bray, D. B., & Merino Pérez, L. (2004). *La experiencia de las comunidades forestales en México*. México, DF: Semarnat – INE.

Bray, D. B., Merino Pérez, L., & Barry, D. (2007). *Los bosques comunitarios en México*. México, DF: INE, Semarnat.

Dahl, M. (2001). *What is the essence of geographic clustering?* Paper presented at the DRUID Nelson and Winter Conference.

Freire, P. (1999). *Pedagogía de la Esperanza. Un reencuentro con la Pedagogía del Oprimido*. México, DF., Siglo XXI.

Lemus Yáñez, F. J. (2010). *Empresas comunales como factor de Desarrollo Local*. Tesis de licenciatura. Facultad de Economía “Vasco de Quiroga”. UMSNH. México.

Ostrom, E., & Ahn, T. (2003). Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. *Revista Mexicana de Sociología*, 65(1 (Enero-marzo)), 155-233.

Putnam, R. (1993). *Making democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University.

Vargas Paredes, M. S. (2010). *Entre bosques y reformas de gobierno*. México, DF: Universidad de Quintana Roo-Miguel Ángel Porrúa.

Vázquez Barquero, A. (2000). Desarrollo Económico Local y Descentralización. En *Desarrollo Económico Local. Textos Cardinales*. Morelia, Mich: UMSNH.

USO DOS RECURSOS NATURAIS PELAS CATADORAS DE MANGABA EM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA EM SERGIPE

Dalva Maria da Mota, Embrapa Amazônia Oriental; Amintas da Silva Junior, Bolsista CNPq/Embrapa Amazônia Oriental; Heribert Schmitz, Universidade Federal do Pará; Luis Fernando Cardoso, Universidade Federal do Pará; Noemi Miyasaka Porro, Universidade Federal do Pará; Josué Francisco da Silva Júnior, Embrapa Tabuleiros Costeiros.
dalva.mota@embrapa.br; amintas.silvajr@gmail.com; heri@amazonet.com.br;
luiscardt@gmail.com; noemi@ufpa.br; josué.francisco@embrapa.br.
Agência Financiadora: Embrapa, CNPq e Universidade Federal do Pará
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

Neste artigo tratamos de mulheres extrativistas em Sergipe, autodesignadas de catadoras de mangaba. Elas são portadoras de identidade coletiva referida a recursos de uso comum com baixo impacto ambiental (CASTRO, 1997; MOTA et al., 2011) e, recentemente, reconhecidas formalmente como pertinentes a um grupo culturalmente diferenciado (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2011). Em contraste, enfrentam uma onda crescente de diminuição dos recursos, nos quais praticam o extrativismo, em decorrência da privatização e do impedimento do acesso às áreas e do corte das plantas por empresários e cidadãos para outros fins como agricultura, pecuária, carcinicultura e implantação de infraestruturas turística e imobiliária (SCHMITZ et al., 2010).

Tendo em conta essa problemática, o artigo trata da superposição das ordens jurídicas quanto ao uso dos recursos naturais por um grupo denominado tradicional reconhecido legalmente como um grupo culturalmente diferenciado no Estado de Sergipe.¹

A partir da promulgação da Constituição de 1988, grupos com identidades coletivas de base étnica, tais como povos indígenas, comunidades quilombolas e grupos portadores de identidades políticas referidas a recursos de uso comum. Outros grupos, como os pescadores, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses e catadoras de mangaba foram

¹ Foi aprovada uma lei estadual (Lei n.º 7.082, de 16 de dezembro de 2010) que reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado e estabelece o autorreconhecimento como critério do direito.

reconhecidos como sujeitos de direitos específicos. Não obstante, o direito formal não conseguiu responder de forma satisfatória às demandas desses grupos, organizados em movimentos sociais que emergiram no espaço público principalmente a partir da década de 80 do século XX. Em decorrência, persistem dificuldades jurídicas operacionais em se “enquadrar” às situações por eles vivenciadas aos modelos preexistentes, que norteiam e estruturam todo ordenamento jurídico (PORRO; MOTA; SCHMITZ, 2010; SHIRAISHI NETO, 2007).

A análise de processos recentes relativos aos diferentes grupos, ilustra bem as limitações do ordenamento jurídico formal em açambarcar as particularidades em meio à tendência universalizante das políticas destinadas a atendê-los. Shiraishi Neto (2009) toma como exemplo dessa tendência a inadequação do modelo de reserva extrativista, desenvolvido a partir da experiência dos seringueiros do Acre, para a realidade das quebradeiras de coco babaçu. Schmitz et al. (2010) analisam a proposição de uma Reserva Extrativista no Litoral Sul de Sergipe cujos atores envolvidos, aí incluídos as catadoras de mangaba, têm entendimentos e preocupações diferenciados quanto ao papel de uma unidade de conservação dessa categoria face as suas diferentes experiências.

A aludida reserva não foi a única iniciativa empreendida no sentido de assegurar o acesso às mangabeiras pelas catadoras em Sergipe nos últimos anos. As mulheres extrativistas, organizadas no Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), tentaram garantir por meio de uma disputa jurídica sem sucesso o acesso livre e comum às plantas que exploraram durante décadas em um estabelecimento privado de cerca de 160 hectares. Trata-se de um estabelecimento nas adjacências dos povoados de Capoã e Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, na zona metropolitana de Aracaju. Nesses dois povoados residem 87% das catadoras entrevistadas.

O insucesso da desapropriação do imóvel mencionado se deu em um contexto no qual as catadoras de mangaba vivenciam o crescente impedimento do acesso às áreas em todo o Estado de Sergipe. Consequentemente, a condição de extrativistas dessas mulheres encontra-se ameaçada. Isso acarreta uma tensão entre o direito local, que norteia suas práticas, e o jurídico formal que, ao mesmo tempo em que institui normas que deveriam favorecer as catadoras, é acionado pelos seus antagonistas que, em geral, conseguem tirar mais vantagem das relações de poder existentes (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2011). Nesse contexto, novas relações têm sido estabelecidas entre as catadoras de

mangaba e o responsável pelo estabelecimento citado por intermédio da compra dos frutos. Tendo em conta essa problemática, o objetivo do artigo é analisar a superposição das ordens jurídicas quanto ao uso dos recursos naturais em uma das últimas áreas de ocorrência de mangabeiras nativas no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe.

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, com uma abordagem predominantemente qualitativa, no entorno do referido estabelecimento, caracterizado por elevada ocorrência de mangabeiras nativas, nas quais, tradicionalmente, as catadoras de mangaba praticavam o extrativismo em regime de acesso livre até 2008. Foram levantados dados primários e secundários que constituíram objeto de análise neste estudo. Os primeiros, constantes na documentação produzida pelo INCRA no tocante ao processo de desapropriação do imóvel. Os segundos, obtidos por meio de entrevistas com 23 mulheres autodesignadas catadoras de mangaba. Destas, 21 coletam frutos no referido estabelecimento. Técnicos e pesquisadores também foram envolvidos em entrevistas informais.

A área onde se realizou a pesquisa, Município de Barra dos Coqueiros, é alvo de intensa especulação imobiliária após o funcionamento da ponte Construtor João Alves² que liga a capital do Estado, Aracaju, ao referido município e ao litoral norte do estado desde 2006. Em decorrência da proximidade da sede do Município de Barra dos Coqueiros de apenas 3 km, por via rodoviária, de Aracaju, o mercado imobiliário se aqueceu com a construção de condomínios de luxo e de loteamentos nas áreas ocupadas com vegetação nativa da qual parte da população local dependia para sobreviver.

As catadoras de mangaba, participantes dessa pesquisa, são mulheres que se dedicam ao extrativismo em territórios que ocupam há várias gerações, nos quais praticam diversas atividades (coleta no manguezal, pequenos comércios, faxinas, dentre outras), a partir de diferentes arranjos, variáveis no tempo e no espaço, assegurando assim a obtenção dos meios que subsidiam a reprodução social de suas famílias (MOTA et al., 2011). Atuando sob as constrições e oportunidades inerentes a distintos sistemas de acesso aos recursos, as catadoras criaram um conjunto de regras consuetudinárias que norteiam a atividade extrativa em torno da qual organizam seus modos de vida e constroem sua identidade. Estas regras, entretanto, estão sob questionamento mediante a mudança do regime de propriedade do principal lugar de coleta no município, tema a que nos

² A travessia do Rio Sergipe que divide os Municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros era realizada via barcos de passageiros e balsas para veículos até 2006.

dedicamos neste artigo. Em Barra dos Coqueiros, como em todo o Estado, as formas de apropriação dos recursos se restringem cada vez mais àquelas que envolvem relações mercantis. Diminui assim o acesso livre para o extrativismo condicionado a uma permissão simbólica concedida pelo proprietário, segundo relações de amizade e compadrio que vigorou até poucos anos atrás.

ORDENS JURÍDICAS EM ANTAGONISMO?

De maneira similar à descrita por Cardoso, Schmitz e Mota (2010) para grupos denominados quilombolas na Ilha de Marajó, Estado do Pará, as catadoras de mangaba não possuem regras de direito ao território escritas, mas nas suas memórias. Estas regras orientam e são orientadas pelas relações sociais cotidianas dos sujeitos quando vivenciam as suas práticas. Não obstante, como apontam os referidos autores, a ordem jurídica local se constitui a partir de múltiplos entrelaçamentos com outras ordens jurídicas constitutivas do mundo social e de interpretações que os sujeitos produzem a partir da confluência destas várias ordens. Em decorrência, coexistem nesse ordenamento regras internas à comunidade, regras instituídas no âmbito estatal, além de regras propostas ou impostas por outros grupos sociais com os quais mantêm relações, como os fazendeiros locais.

Para efeito analítico, priorizamos nesse artigo, duas ordens jurídicas distintas entre as catadoras de mangaba e o proprietário: i) aquela que rege localmente o extrativismo da mangaba, fundada nas suas referências culturais; e ii) aquela formal, por meio da qual elas tentam garantir o usufruto do recurso que tradicionalmente exploram, acionada pelo proprietário para fazer valer os seus direitos.

Estas duas ordens foram também identificadas por Shiraishi Neto (2009). O referido autor contrapõe duas tendências. Uma decorrente da emergência dos movimentos sociais que reivindicam a manutenção e a garantia dos direitos dos grupos que representam, diante do avanço da exploração econômica sobre seus territórios, que coloca em risco as formas tradicionais de uso dos recursos. Outra, evidenciada pelas ações do Estado para promover o desenvolvimento por meio de "[...] medidas que objetivam 'incorporar' a natureza ao mercado, racionalizando o seu uso [...]" (SHIRAISHI NETO, 2009, p. 4).

O lugar em disputa, a disputa pelo lugar

As análises realizadas acerca do extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros há quase uma década - antes do funcionamento da ponte - já destacavam as ameaças à atividade em face da crescente especulação imobiliária (SANTOS, 2007). Diante das evidências, as catadoras de mangaba começaram a reagir e uma das primeiras ações enquanto sujeitos de direitos específicos, legitimados por uma identidade política coletiva construída a partir do uso comum da mangaba, foi a reivindicação do estabelecimento em destaque, que chegou a ser decretado de interesse social para fins de reforma agrária (BRASIL, 2008). As suas convicções eram amparada pela ideia de que as plantas não tinham dono porque eram obras “de Deus” e não produto do trabalho humano. Segundo depoimento de uma entrevistada em 2010, o dono não colheu mangaba e nunca plantou mangabeira durante 30 anos.

Em face da mobilização das catadoras para assegurar o acesso aos recursos que exploravam há décadas na área desse imóvel, técnicos do INCRA emitiram laudos de fiscalização, vistoria e avaliação favoráveis à desapropriação que, contudo, esbarrou no elevado valor atribuído à indenização pelo imóvel, decorrente das tendências do mercado à época, sujeito a acentuada especulação imobiliária.

Em uma audiência pública realizada exclusivamente para discutir a situação do referido estabelecimento, as catadoras foram surpreendidas pela presença do proprietário, não conseguiram apresentar argumentos relacionados ao histórico de seu uso da área e saíram com a impressão de derrota. Além disso, a decisão favorável ao proprietário foi posteriormente acatada com passividade pelas catadoras (SCHMITZ et al., 2011).

Apesar dos esforços empreendidos pelo MCM e de técnicos de instituições aliadas favoráveis a sua causa, o processo foi paralisado. Concomitantemente, o proprietário do imóvel parcelou-o dificultando a desapropriação. Posteriormente, após o êxito obtido nesse embate, ele condicionou a coleta da mangaba a novas regras contratando um “fiscal” para controlar a entrada das pessoas que vão coletar a mangaba no estabelecimento e receber o pagamento por balde de fruto coletado.

Analizamos que após essa tentativa frustrada de assegurar o acesso livre às mangabeiras, o conceito de propriedade foi reinterpretado pelas catadoras em Barra dos Coqueiros, em um posicionamento de defesa de um tipo de propriedade absoluta, livre e

desembaraçada de qualquer tipo de ônus (SHIRAISHI NETO, 2009), diferente da legislação, devido à inobservância do princípio da função social. Embora queixas sejam recorrentes quanto à obrigação do pagamento pelos frutos no presente, antes inexistente, o entendimento expresso pelas catadoras é de que “ninguém pode mexer no que é dos outros”. Essa compreensão parece se estender agora às árvores, também entendidas como objeto de propriedade privada, em evidente contraste com o entendimento registrado em estudo anterior de que “a terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém” (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009).

Em decorrência, a coação exercida com o objetivo de impelir a observância das normas consuetudinárias referentes à coleta da mangaba, por meio de censura aos transgressores (CARDOSO; SCHMITZ; MOTA, 2010), parece estar deixando de ser papel exclusivo das catadoras, na medida em que estas exigem que o proprietário e seus funcionários cobrem seu cumprimento de quem entra no estabelecimento para coletar os frutos. O extrativismo, anteriormente praticado em área privada, mas de livre acesso, segundo uma noção de que “as plantas não foram plantadas por ninguém” parece ter sido substituído por uma relação mercantilizada entre proprietário e catadoras após uma derrota judicial das mesmas que reivindicavam a desapropriação do imóvel.

Curiosamente, a ordem jurídica formal anteriormente acionada pelas catadoras para tentar a desapropriação é a mesma que atualmente norteia as relações entre as catadoras e o proprietário, quando estas entendem que o direito à propriedade privada deve ser respeitado.

O dono dita as regras!

As regras que devem ser observadas para efetuar o extrativismo da mangaba, relatadas pelas catadoras em Barra dos Coqueiros, incluem: a inexistência de impedimento do acesso às árvores a quem quer que seja, de forma que qualquer pessoa pode coletar os frutos; a proibição da quebra premeditada dos galhos; a interdição da coleta de frutos verdes e do corte das árvores; a prioridade na coleta a quem chegou antes embaixo da árvore e o pagamento por volume coletado. Este conjunto de normas consuetudinárias coincide com aquelas identificadas na literatura acerca do tema, com exceção do pagamento (SCHMITZ; MOTA; SILVA JUNIOR, 2011).

Os funcionários não orientam formalmente as catadoras no tocante ao que é permitido ou não dentro dos limites do estabelecimento, apenas recomendam que não quebrem galhos das árvores e tirem frutos verdes. “Ele [o proprietário] só não quer que pegue as verdes e quebre as galhas”. As entrevistadas informam que não há fiscalização quanto ao cumprimento das restrições mencionadas. A inação do proprietário no sentido de coibir práticas consideradas predatórias é recorrentemente criticada, assim como a irresponsabilidade do público que frequenta o estabelecimento. “Se você cuidasse melhor, todo mundo não pegava melhor? Mas num fazem isso, os primeiros a bagunçar são eles mesmos [o povo que cata]”.

As catadoras que se mostram descontentes com o comportamento inapropriado de suas colegas de atividade não se sentem à vontade para repreendê-las oralmente, meio tradicionalmente empregado para reprimir práticas predatórias (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009). Desta forma, as regras mencionadas, antes vigentes entre as catadoras por meio da repreensão oral, não mudaram substancialmente com a nova conjuntura, mas a obrigação de garantir o zelo pelas plantas é gradativamente transferida das extrativistas para o proprietário, que agora auferir lucros com a atividade. Não obstante, há um entendimento de que o proprietário não assume o papel que lhe caberia a partir da mudança do sistema de acesso ao recurso: “Lá num tem isso, num tem uma pessoa acompanhando a gente. Pode quebrar galho, tirar verde, num tem ninguém pra reclamar, só querem saber da quantidade que você apanhou. Isso eu acho um erro”.

A princípio, as permissões e interdições que constituíam o conjunto de regras não se alteraram com o início da cobrança pela produção coletada. Entretanto, a universalidade do acesso parece ter sido reformulada pelas catadoras no novo contexto.

Todo mundo pode catar, desde que pague!

Quando se queixam da redução das frutas na propriedade, as catadoras geralmente se remetem à concorrência de quem entra sem autorização e, conseqüentemente, não paga. A partir dessa perspectiva, subentende-se que haveria mais frutos disponíveis se incidisse uma fiscalização eficaz sobre quem não paga. “Lá [...] é mangaba pra você apanhar o ano todo, se fosse possível, mas ela não aguenta quatro meses, o pessoal [que entra sem autorização] devora tudo”. Em decorrência, os funcionários são cobrados no sentido de

tomar providências para refrear a ação predatória de algumas pessoas que pagam, mas também de coibir o furto cometido pelas pessoas que entram furtivamente. Contudo, as catadoras alegam não serem atendidas em ambas as solicitações: “O pessoal que não paga, pega. Pega, esculhamba e ele [o proprietário] não controla”.

Mota e Silva Júnior (2003) compreendem que a gestão dos campos de mangaba efetivada pelas catadoras inclui o acesso indiscriminado de todos os habitantes a qualquer planta para coletar frutos. Para algumas catadoras, essa perspectiva persiste em Barra dos Coqueiros, como o depoimento a seguir evidencia: “Poderia estar melhor se diminuísse a quantidade de pessoas, só que todo mundo precisa, então não pode tirar as pessoas”. Para estas, o direito de usufruto do recurso por todos mantém muito das suas características e continua sendo central no extrativismo da mangaba (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009). Todavia, para outras, as queixas relacionadas à entrada não autorizada apontam para uma reformulação da regra, de forma que o acesso deve ser restrito para aqueles que podem pagar pelos frutos, inclusive independentemente de residirem em territórios vizinhos. De um modo ou de outro, as catadoras entrevistadas reconhecem a importância da área para a sobrevivência do conjunto da população e, como entendem que não se deve negar a alguém a possibilidade de obter o próprio sustento e de sua família, concebem o impedimento da entrada de transgressores como uma estratégia para reduzir a pressão sobre o recurso. Importante destacar que a quantidade de mangabeiras foi drasticamente reduzida pela transformação da paisagem em decorrência da urbanização.

A mudança de percepção daquelas catadoras que pagam pelos frutos que coletam se dá em um quadro no qual emergem novos tipos de disputas internas ao conjunto das catadoras, com a perspectiva de desrespeito às regras consuetudinariamente construídas (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2011) e de abandono dos meios tradicionalmente acionados para fazê-las obedecidas (CARDOSO; SCHMITZ; MOTA, 2010).

Propriedade particular: só entre quando autorizado!

No passado recente, anterior à mobilização para a desapropriação, as entrevistadas indicam que o aspecto de abandono do estabelecimento e a ausência do proprietário e de funcionários responsáveis estimulavam a entrada não autorizada na área, à revelia da existência de cercas precárias, em consonância com as constatações de Schmitz, Mota e

Silva Júnior (2011). Não obstante, recentemente, as catadoras expressam nos depoimentos um sentimento de vergonha em relação à entrada nas propriedades alheias que perpetravam anteriormente. Em decorrência, muitas catadoras se sentem mais à vontade nos dias de hoje com o pagamento pelos frutos, condição que as isenta do risco de constrangimentos vivenciado quando adentravam furtivamente na área. Analisar como os adversários das catadoras de mangaba influenciaram nestes sentimentos, se constitui um desafio.

Nos depoimentos colhidos em Barra dos Coqueiros não surgiram questionamentos quanto à legitimidade da propriedade. “Lá, o pessoal estava querendo invadir, estava querendo tomar do dono. Acho que quando a pessoa é dono, merece porque é de herança, né? [...] Por exemplo, essa terra aqui era de minha avó, é herança, é da gente. A gente vai querer que alguém venha tomar? Não vai, né?”.

Contudo, a propriedade estudada, uma das poucas áreas remanescentes de mangabeiras nativas em Barra dos Coqueiros, é de importância vital para as estratégias de reprodução social de moradores de todo o município. Em consonância, a imprescindibilidade da área para um considerável número de famílias é consenso entre todas as entrevistadas, explicitado em diversos momentos: “Por isso é ruim fazer condomínio ali, muita gente vive dali. Se acabar [as mangabeiras no estabelecimento], acaba todo mundo”. Em alguns depoimentos, o papel do imóvel no provimento das famílias chega a ser contrastado com o proveito desmesurado do dono: “É muita gente que tira mangaba ali”. A benevolência divina também é mobilizada para corroborar o valor da área: “Foi naquele lugar que Deus, na sua infinita sabedoria, decidiu pôr as mangabas”. “A sorte da gente é catar mangaba”.

Embora os depoimentos tragam à tona o reconhecimento de um interesse coletivo incidente sobre a área, ao qual a função social da propriedade está constitucionalmente subordinada, as entrevistadas abdicam do direito daí decorrente, em favor do proprietário, cujo direito à propriedade não é questionado. Concomitantemente, as árvores e seus frutos, assim como a terra que as nutre, são passíveis de apropriação privada, motivo pelo qual as frutas passam a lhes pertencer somente quando as compram: “Agora ele [o proprietário] passou a tomar conta, eu mesmo não entro pra roubar”.

Desta forma, a compreensão anteriormente vigente no direito local, que sugeria regimes de propriedade distintos para a terra e para as frutas, parece estar perdendo lugar para o caráter absoluto da propriedade privada, em um cenário no qual as cercas se

multiplicam em profusão. Mas agora, o dono assumiu o controle do estabelecimento e do acesso ao mesmo por meio dos seus funcionários, diferentemente da longa época anterior. Isso motivado pela valorização da área e da expectativa criada pelo aquecimento do mercado imobiliário na região amparado também em políticas públicas de expansão de turismo.

CONCLUSÕES

Em Barra dos Coqueiros, uma das ameaças que paira sobre os campos nativos de mangaba decorre da crescente expansão imobiliária, intensificada a partir da construção da ponte que liga o referido município à capital, Aracaju. A população local possui cada vez menos terra e a dinâmica dos povoados se parece muito com aquela característica de áreas urbanas. A progressiva redução da área de remanescentes de mangabeiras compromete não apenas a diversidade biológica de ecossistemas frágeis, mas também o repertório de saberes acumulados ao longo de gerações pela população que pratica o extrativismo nesses ambientes. Nesse contexto, o malogro da tentativa de assegurar o acesso livre às mangabeiras no município aponta para perdas irreparáveis.

A análise dos dados, a revisão de literatura e a consulta a documentos indicam que diante da mobilização das catadoras e do novo contexto político jurídico, ocorrem mudanças nas regras que norteiam o extrativismo e uma alteração drástica da forma de acesso ao recurso, mas coexistem perspectivas distintas quanto à sua função. Para as catadoras, a mangaba é o sustento, para o proprietário, uma oportunidade de auferir lucros enquanto mantém o domínio sobre a área. “O dono pega o dinheiro e não liga pra nada. Ele só fez isso [autorizar a entrada mediante pagamento] pra não tomarem dele, daí ele meteu a cara e conseguiu contornar a situação. Mas ele não zela não, nem vejo a cara dele”. Ao proceder com a mudança na forma de acesso ao recurso, o proprietário conferiu legitimidade à condição profissional das catadoras, que não se envergonham mais de atuarem na base da transgressão. Em decorrência, validou também sua condição de proprietário do imóvel, que não foi questionada em nenhum momento no decorrer das entrevistas.

Embora reconheçam o proprietário como um indivíduo ganancioso, a maioria das catadoras prefere a nova conjuntura, devido à inexistência dos constrangimentos comuns

no passado, decorrentes da catação clandestina. Os poucos posicionamentos divergentes, mas não necessariamente opostos, aludem a um passado em que a entrada não autorizada, embora também não interdita, reduzia o número de frequentadores no local, com menor pressão sobre o recurso.

A derrota no embate descrito reforçou o caráter absoluto do conceito de propriedade privada: “Ninguém pode mexer no que é dos outros”. O proprietário saiu fortalecido, em um contexto no qual as catadoras contam com a área disponível para coleta da mangaba em franco declínio no município. Embora saibam que sua sobrevivência está atrelada ao acesso às mangabeiras, as extrativistas se resignam, tanto diante da possibilidade de venda da terra, quanto da ruptura do atual acordo: “Daqui um tempo, os donos não vão querer vender pra gente mais. Vão querer vender direto pra fábrica”.

Os percalços encontrados no decorrer da tentativa de assegurar o controle sobre o recurso pelos meios jurídicos formais contrastam com a persistência das regras consuetudinárias, mesmo diante das mudanças no sistema de acesso. A exceção diz respeito à possibilidade de apropriação privada da mangaba, outrora impensável, mas atualmente incontestável, porque compartilhada com o dono. A partir do momento em que compram, as catadoras são donas dos frutos, como aquele que os vendeu também foi até a concretização da transação. Em consonância, as extrativistas compreendem que as transgressões ainda praticadas dentro do estabelecimento e mesmo o descumprimento das normas tradicionais persistentes não prejudicam apenas o proprietário, mas a si próprias também: “Porque lá não tem empregados [em número suficiente para fiscalizar toda a área], se tivesse isso não aconteceria [as práticas predatórias], fora os que roubam por traz, a gente paga e os outros roubam. É assim que acontece”.

Além disso, o posicionamento das catadoras no tocante ao imóvel estudado se caracteriza pela passividade no questionamento da preponderância dos direitos do proprietário sobre os seus, embora no novo reposicionamento dos atores, que agora se relacionam enquanto vendedor e compradoras, estes se confundam. O conjunto de regras permanece quase o mesmo vigente no passado, embora a responsabilidade pela sua observância seja entendida cada vez mais como uma atribuição do proprietário que, por sua vez, não parece interessado em repreender os transgressores.

O histórico do estabelecimento estudado, tanto nos seus aspectos fundiários, quanto naqueles relacionados ao uso dos recursos pelas catadoras de mangaba, evidencia a

imprescindibilidade do extrativismo na reprodução social da população local. Não obstante, há ainda uma importância histórica e cultural que reside na preservação da memória das pessoas. Não se trata apenas de salvaguardar um recurso ou assegurar a subsistência das pessoas, mas também de preservar um dos centros irradiadores da atividade para o restante do estado.

Entretanto, se a ordem jurídica formal é reinterpretada pelas catadoras de forma a referendar as novas relações estabelecidas entre elas e o proprietário e o direito absoluto à propriedade, ao invés de questioná-la, quem irá levantar a bandeira da legalidade para reverter o quadro de crescente degradação ambiental e disparidade social vivenciado pelas catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos; Decreto de 7 de maio de 2008.** Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda São José do Arrebancado". Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11572.htm> Acesso em: 03 jun. 2008.

CARDOSO, L. C. C.; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Direitos entrelaçados: Práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó – PA. **Campos**, v. 11, n. 1, p.9-29. 2010.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente.** Belém: Cejup, 1997, p. 263-283.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes**, v. 22, n. 2, p. 73-81. 2003.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, n. 31, p. 123-146. 2011.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. S. As senhoras da mangaba. In: MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. (Eds.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 105-137.

PORRO, N. M.; MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. **Raízes**, v. 30, n. 2, p.111-126, jul.-dez. 2010.

SANTOS, J. V. dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v.12, n.2, p.273-292, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR., J.F.; JESUS, N.B. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n.1, p.157-178, jan.-jun. 2010.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Mangabeiras cercadas e soltas: formas de acesso, coleta e gestão das plantas. In: MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. (Eds.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 171-202.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; RODRIGUES, R. F. A.; BATISTA, N. J.; PEREIRA, E. O. Conflitos e movimento social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. In: MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. A. (Eds.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 251-290.

SHIRAISHI NETO, J. A Particularização do universal: povos e comunidades tradicionais face às Declarações e Convenções Internacionais. In: SHIRAISHI NETO, J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007. p. 25-52.

SHIRAISHI NETO, J. Redefinições em torno da propriedade privada na Amazônia: ecologismo e produtivismo no tempo do mercado. **Agrária**, n. 10/11, p. 3-19, 2009. [On line]. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/151/151>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO SOCIO POLÍTICA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL¹

PANZUTTI, N.P.M.; CHABARIBERY, D; MONTEIRO A.V.V.M.; PETTIR.H.V.
GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

Dentre as questões ambientais, uma das mais importantes em relação à produção agrícola é a contradição que se estabelece entre a necessidade de conservação de importante patrimônio biofísico com restrições às práticas agropecuárias e agroflorestais e a sobrevivência de comunidades que vivem em estreita relação de dependência com a natureza. O objetivo deste artigo é discutir o percurso social e político de núcleos de população formados por agricultores familiares antigos, tradicionais e não tradicionais, residentes em área de preservação ambiental e que, embora venham há muitos anos lutando para a regularização de sua permanência no local, ainda não encontraram uma solução que defina seus destinos. Foram utilizadas, como base as informações e análises contidas em trabalhos anteriores sobre o local, (PANZUTTI, 2001; PANZUTTI, 2002 em que foram focalizados, principalmente, os impactos causados pela criação Estação Ecológica Juréia Itatins – EEJI (1986) e o modo de vida da população de um dos núcleos – Itinguçu, situados dentro da Unidade de Conservação). Para análise dos encadeamentos da Lei 12.406 de 2006 que criou o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins vigente até 2009, foram estabelecidos novos roteiros e, vinte (20) entrevistas semi estruturadas foram colhidas (de julho a outubro) de 2007 entre os moradores, lideranças locais, organizações governamentais, não governamentais e representantes políticos municipais (Peruíbe) e estaduais. Agora em 2013, é assinada nova Lei Estadual, recriando o Mosaico das Unidades de Conservação da Juréia-Itatins. O acompanhamento das discussões sobre o Mosaico, feito através de participação presencial em audiências públicas na Câmara Municipal de Peruíbe e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, permitiu agregar outros elementos às informações colhidas *in loco*. Os eventos de revogação e recriação do Mosaico foram acompanhados através de contatos, mídia e redes. A conclusão sobre os eventos que sucederam a criação do Mosaico, a revogação da Lei (12.406) que o instituiu, e mais recentemente, aprovação de Lei Estadual no.14.982, em 08.03.2013 de autoria do Poder Executivo, recriando o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, indicam que a possibilidade dos moradores continuarem habitando em seus locais de origem continua em debate. Isto posto, pode-se dizer que as soluções para os conflitos de interesses entre moradores, Estado, organizações e sociedade ainda terão muitos desdobramentos. Portanto, no momento atual a população permanece ainda sob ameaça de expulsão de suas terras..

Palavras-Chave: Conflitos Socioambientais, Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia Itatins, Sustentabilidade, Mata Atlântica, Estação Ecológica Jureia-Itatins; Recursos Naturais, Proteção Ambiental

¹ Registro SIGA NRP 3817 Multifuncionalidade: teoria e prática

INTRODUÇÃO

As múltiplas funções da agricultura familiar não são comuns ao seu conjunto, como também são distintos os serviços prestados à sociedade. Tendo como base a evolução de seu papel na sociedade, essa categoria da agricultura tem estreita relação com a segurança alimentar, enquanto provedora de alimentos básicos de baixo custo para a população.

Segundo SOARES (2001:44) “a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar vai além da produção primária. Sua característica de distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições de acessar os alimentos. Grande parte da insegurança alimentar provém da inviabilização da agricultura familiar. O descaso histórico com esse setor da agricultura, seja através da falta de financiamento adequado, falta de infra-estrutura de produção e comercialização, ausência de políticas públicas de saúde e educação, parece estar se invertendo na última década, como forma de manter cada vez mais os agricultores no campo. Em estudo realizado PANZUTTI (2002) foi constatado o processo de deslocamento de população do nordeste do País, para regiões economicamente mais desenvolvidas.

O objetivo deste artigo é discutir o percurso social e político de núcleos de população formados por agricultores familiares antigos, tradicionais e não tradicionais, residentes em área de preservação ambiental e que, embora venham há muitos anos lutando para a regularização de sua permanência no local, ainda não encontraram uma solução que defina seus destinos. O núcleo de população estudado, começou a se formar na década de 70. Vieram em busca de terra agricultável e se estabelecem nesse local que, depois em 1986 passou, por decreto, a fazer parte da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

Embora haja diferenças entre os 23 núcleos residentes na Estação Ecológica Juréia Itatins, todos estão sob as normas restritivas da legislação da Unidade de Conservação. Retomamos o caso do núcleo Itinguçu, como forma ilustrativa de uma realidade compartilhada por todos, no que se refere à posse da terra; a falta de autonomia para gerir suas atividades de subsistência – planos de manejo para caça, pesca, extração de palmito, caixeta, impossibilidade de reformar casas, plantio de roças, etc...

Com exceção das famílias de “barraqueiros²”, os demais vivem da agricultura de subsistência. Os sítios têm entre 10 e 20 alqueires. A roça é a única alternativa de vida da maior parte dos moradores.

² Denominação dada aos moradores que praticam o comércio local.

A produção agrícola da região³, no início, tinha as características comuns às do restante do País no que se refere à organização e estrutura das unidades produtivas determinada pela organização da família conjugal. Na maior parte das vezes organizavam-se em grupos de vizinhança estabelecendo relações sociais mínimas entre si, formando o bairro. Produziam com técnicas primitivas e uso extensivo do solo o que requer a disponibilidade constante de terras. À época da criação da Estação, a banana estava com um bom preço e os agricultores conseguiam boa renda. Não havia limitação de áreas. As roças ficavam entremeadas umas com as outras. Fazia-se o rodízio de áreas numa agricultura itinerante. Quando da transformação em Estação, começaram as restrições e delimitações de áreas; na prática do cultivo, proibindo-se o uso de herbicidas e adubos, o que era de se esperar numa área destinada à preservação. A produção “comercial” de banana gradativamente foi se extinguindo.

O meio natural do bairro é variado e dependendo da localização do sítio o solo e o relevo são melhores para certos plantios. A faixa de baixada é boa para a agricultura, daí as afirmações de alguns moradores de que “tudo que se plantar dá”. Entretanto, está longe de uma produção comercial. Procedimentos como a pulverização e a adubação são restritos pelas características da Estação e a forma “natural” de produção não oferece condições para uma produção competitiva. Já os sítios localizados na faixa de serra não proporcionam nem as condições naturais para produção, pois a erosão torna difícil qualquer agricultura. Os entraves à produção e a falta de condições para colocar o produto no mercado fazem com que a população não se sintam estimulada a reivindicar mais terra, mas lutam para permanecerem nos seus sítios. Devida a força da pressão representada pela legislação que passou a reger a área, as discussões técnicas de adequação das práticas agrícolas pouco apareceram na esfera das organizações.

A esperança de produzirem algo comercial está presente no horizonte desses moradores, assim como a transformação da categoria da Unidade de Conservação (Estação Ecológica) em Reserva Extrativista, idéias trazidas pelo Sindicato da Agricultura Familiar, com o qual mantêm estreitas relações.

Dentre as questões ambientais, uma das mais importantes em relação à produção agrícola é a que se estabelece entre a necessidade de conservação do patrimônio biofísico e as restrições às práticas agropecuárias e agroflorestais, desembocando na marginalização

³ Sobre a produção agrícola na região do Vale do Ribeira, consultar PETRONE, 1996

das comunidades que vivem em estreita relação de dependência com a natureza. Dadas as dificuldades de acesso a terra para produção, esta população corre o risco de descaracterizar-se enquanto grupos de agricultores familiares. O objetivo central de sua luta é dado pela identidade enquanto agricultores, mesmo com todas as restrições à produção agrícola. Garantindo a permanência na terra e a continuidade de sua relação de interação com a natureza, as questões técnicas irão se definir.

Várias tentativas foram feitas pelos moradores organizados há mais de 30 anos, no sentido de inclusão e inserção socioeconômica local, no entanto, todos os agentes envolvidos: não encontraram, até agora, uma solução satisfatória aos moradores que compatibilize homem, natureza e Estado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os resultados almejados neste trabalho, tomou-se como base as informações contidas em trabalhos anteriores sobre o local (PANZUTTI, 2001; PANZUTTI, 2002) referentes aos impactos causados pela criação da Estação Ecológica Juréia Itatins – EEJI (1986) e ao modo de vida da população de um dos núcleos - Itinguçu, que compartilha das mesmas restrições de outros núcleos, enquanto “*territórios*” situados dentro da Unidade de Conservação com preservação integral.

Em 12 de dezembro 2006, foi decretada a Lei de nº 12.406, que instituiu o *Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins*, alterando a Lei de criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. (vide mapa) Esta nova Lei englobou unidades de conservação de diferentes categorias, mas teve vigência até 2009). Para esse período (2006 -2007) levantamentos foram realizados com entrevistas semi estruturadas, colhidas nos meses de julho a outubro de 2007, com duração média de 1:30h cada uma. Foram entrevistados os moradores, lideranças locais, organizações governamentais, não governamentais e representantes políticos municipais (Peruíbe) e estaduais. Entre os entrevistados estão lideranças ou representantes da Federação da Agricultura Familiar (FAF), Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania (IDESC), Consórcio de Segurança Alimentar (CONSAD), Programa da Terra Assessoria, Pesquisa e Educação Popular PROTER e Câmara dos Vereadores de Peruíbe, Fundação Florestal (FF), Instituto Florestal (IF)

As discussões sobre o Mosaico e sua revogação, foram avaliadas com observação presencial em audiências públicas na Câmara Municipal local e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, acompanhamento da mídia e redes locais, permitindo agregar outros elementos às informações colhidas *in loco*. Os eventos de revogação e recriação do Mosaico foram acompanhados através de contatos, mídia e redes.

Mais recentemente, em 08.03.2013 é aprovada Lei Estadual no.14.982, de autoria do Poder Executivo, recriando o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, possibilitando, desta forma a retomada do processo de implantação do Mosaico, iniciado em 2006.

ORGANIZAÇÃO SOCIO POLITICA

A organização sociopolítica supõe a construção progressiva, e a junção das partes que a compõe, lentamente no passar do tempo. Observando a historia do núcleo Itinguçu durante as décadas de 70, 80, 90 e a primeira década do novo século, pôde-se apreender os diferentes e diversos elementos de resistência assim como do conjunto de comunidades que residem nessa área de preservação ambiental. Anos após anos formaram-se e combinaram-se os elementos sociais, políticos, econômicos e ambientais, oferecendo ao observador um conhecimento de suas causas e razões de ser que os caracterizam. Para isto reportou-se ao momento em que foram operantes esses fatos, com o intuito de compreender e trazer outros dados sobre os elementos que agiram, e produziram os efeitos que produziram.

Nesse universo habitam agricultores familiares que a despeito das dificuldades de anos vem exercendo uma atividade agrícola; e declaram-se, ainda hoje, agricultores.

Defenderam, desde sempre, suas posses na área através da organização social e política, onde se destacam, a União de Moradores da Juréia- UMJ. e outras que atuam conjuntamente, como a Federação da Agricultura Familiar (FAF), Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania (IDESC), Consórcio de Segurança Alimentar (CONSAD), Programa da Terra Assessoria, Pesquisa e Educação Popular PROTER e Câmara dos Vereadores de Peruíbe mantendo uma forte atuação junto à Assembléia Legislativa (ALESP), Fundação Florestal (FF), Instituto Florestal (IF).

A Juréia é área em que moram 23 comunidades. As comunidades caiçaras, tradicionais, não tradicionais e outros advindos, viviam do extrativismo do palmito, da caixeta, da pesca, da agricultura, do artesanato. Em 1986, com a criação da Unidade de Conservação, a população moradora foi informada que, embora fosse a área transformada em santuário ecológico, as comunidades tradicionais iriam ficar. Mas, a partir da aprovação da lei, esses moradores foram impedidos de continuar suas atividades. Ficaram sem a comida, sem a roça de subsistência, sem a pesca, sem poder consertar suas casas, sem poder limpar as trilhas, etc. Sem alternativas começaram a ir pra cidade, mas logo retornavam, pois, devido ao seu modo específico de vida, não encontraram, na cidade, condições de trabalho e sobrevivência. Começaram então a se organizar em torno da luta que é o principal objetivo da entidade: pelo direito às suas terras, à sua cultura, que requer a terra, o meio ambiente em que eles vivem. No entanto, a realidade- a existência de população local- na Lei de criação da Estação Ecológica, enquanto Unidade de Conservação Integral, não foi considerada pela Lei não é possível manter essa população em seu “ habitat” natural

A principal atuação política da organização é a questão da mudança de categoria de unidade de conservação. Uma atuação que requer a presença constante em reuniões na assembléia legislativa, nas câmaras municipais, com prefeitos e várias outras pessoas representantes de entidades, colegiados, etc. A compreensão da importância dessas lutas, assim como o caminho traçado e o objetivo das ações é muito clara nas comunidades.

Para os povos da Juréia esta se encontra ainda preservada, porque as comunidades ainda estão lá dentro, “quando não tem comunidade as pessoas de fora invadem, e não tendo o mesmo modo de vida só querem se beneficiar dos recursos, não querem a terra pra viver, melhorar de vida, criar seus filhos, criar seus netos, eles querem ir lá usufruir dos recursos naturais e ir embora”. Por isto que, dentro dessa linha da permanência das comunidades, haveria que mudar a lei, e foi por isto que a União dos Moradores da Juréia, foi traçando seus caminhos no sentido de chegar ao objetivo, pelo qual tem se batido, que é a mudança de Lei (extraído de depoimento)

Após muita luta, inclusive para a criação da “União dos Moradores da Juréia”, conseguiram as “autorizações” para plantar, e essas têm que ser renovadas sempre. Continuam pedindo as “autorizações” para plantar, mas, nem sempre conseguem, pois existe muita dificuldade para consegui-las. Portanto, declaram-se agricultores, têm essa

identidade, e gostariam de ter maior liberdade/segurança para exercerem suas atividades agrícolas.

As lideranças das organizações são mais pluriativas exercendo diversificadas atividades, tais como: monitor ambiental, servente de pedreiro, pescador, auxiliar de pesquisa entre outras. Tem um que já foi vereador em Peruíbe. Muitas vezes, exercem várias dessas atividades ao mesmo tempo, além de *tocarem suas próprias roças*.

Não se identifica, no entanto, nenhum tipo de organização sócio técnica para a produção agrícola. Declaram não haver apoio para a agricultura no bairro ou qualquer outra forma de extensão rural. A pressão para não exercerem a agricultura na área coexiste com a falta de avanços das discussões técnicas e com a instabilidade de continuar ocupando e produzindo na área.

Todas as vezes que se dirigem à autoridade da Unidade de Conservação, na Sede Administrativa - quando dizem procurar o “Sr. Joaquim” é para resolver problemas, quase sempre para obtenção de “autorização” para plantar roça, fazer alguma reforma no sítio, ou sobre alguma multa que receberam. O engajamento dos agricultores na organização local se dá a partir da participação na associação União dos Moradores da Juréia- UMJ, que mantém estreito contato com a CUT, o Sindicato da Agricultura Familiar, entre outras.

Reúnem-se periodicamente (não é muito precisa a periodicidade a qual se referem: pode ser mensal, de 2 em 2 meses, ou de 4 em 4 meses) e a forma de convocação para as reuniões é informal: sempre passa alguém chamando para uma reunião, mas declaram que nem sempre participam. No entanto existe um representante dos moradores que participa do Conselho e que é sempre acionado quando esse se reúne, comunicado através do Diretor do Escritório Local.

Com relação à estruturação da UMJ eles dizem que “as ações para o lugar” são coletivas, partindo das organizações representativas dos habitantes do Bairro Itinguçu. As decisões são sempre tomadas em assembléias e reuniões que ocorrem nos vários bairros existentes na Juréia. Em cada uma das 23 comunidades tem uma liderança local, que no estatuto jurídico da União de Moradores da Juréia é denominado de Agente Regional. Quando ocorre alguma reunião fora da Juréia, na qual alguma decisão importante deve ser tomada, após debate em Assembléia sobre a questão que está sendo colocada, uma posição é assumida e o representante da comunidade é que terá voz e voto conforme o que foi decidido por todos.

Muito pouco restou do saber-fazer da população local. Pelo fato de os moradores não terem mais atividades produtivas em que predominavam os laços de solidariedade, como o mutirão, o adjutório, eles deixaram de realizar as festas associadas a estas atividades, como dançar o Fandango, em que participavam o tocador de Rabeca e de Viola. Muito do que sabiam fazer, como a construção da rabeca e da viola, já se perdeu.

Atualmente, tem um projeto da Associação de Jovens da Juréia para criar um Centro da Cultura Caiçara na Barra do Ribeira.

As principais demandas e reivindicações dos agricultores hoje, concentram-se na mudança da lei e na questão da propriedade da terra. Apesar de considerarem que foi um avanço a criação do Mosaico da Juréia, comunidades, como Itinguçu não foram contempladas com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que é o que eles almejam.

Quando indagado sobre qual a diferença entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e o Parque Estadual, um líder da “União dos Moradores da Juréia” esclarece que a grande diferença é que o Parque é uma unidade de conservação de proteção integral, para pesquisa científica e visitação. Não pode morar ninguém, não pode fazer tanque de piscicultura, não pode fazer criação de peixe, não pode fazer manejo de palmito, não pode fazer manejo de caça, não pode fazer manejo de caixeta, não pode fazer manejo de nada(extraído em entrevista).

Já dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, existem alternativas desde que em conformidade com um plano de manejo de forma que não venha trazer impacto socioambiental.

Entre os temas dominantes nas entrevistas e reuniões, referem-se invariavelmente ao fato de serem *posseiros*, com direito à terra, e querem ter liberdade com relação a essa terra. Identificam-se como agricultores e não como “moradores” de Unidade de Conservação. Essa denominação lhes foi *atribuída* quando da criação da Estação Ecológica na década de 80. Existem várias demandas da comunidade em relação a infra-estrutura: comunicação telefones públicos de uso comunitário, além de estradas, pois, sendo de terra, quando chove é intransitável; comunicação. A situação de permanente ameaça de expulsão em que vivem desloca o foco das questões técnicas de produção para as questões da terra e moradia.

Bem ilustra o pronunciamento de um *posseiro*, por ocasião da inauguração do Núcleo de Visitação (2007), na presença do Secretário do Meio Ambiente do Estado de

São Paulo, o Prefeito de Iguape, entre outras autoridades:

“Senhor deputado, eu peço para Vossa Excelência a palavra (morador do Itinga Grande), Como é que vai ficar nossa situação aqui na Juréia? O governador já conhece nós aqui... esteve várias vezes aqui, quando era Deputado Federal. Eu queria que vossa excelência desse essa palavra aqui pra todos os moradores daqui da Juréia. Como vai ficar nossa situação? Nós não sabemos como fica... nós estamos aqui, sem direito a nada, nós moramos aqui há 35 anos .Só isso que eu queria, só sua palavra.”

(Intervenção de um Deputado, intermediando o diálogo entre o posseiro Justino se dirigindo ao Secretário de Meio Ambiente: “Ele é morador aqui do Itinguçu, a comunidade que formou esse núcleo; ele mora após o rio, é agricultor, e após o rio é uma Estação Ecológica. Aqui nós temos um Parque. no projeto que nós fizemos... que os moradores fizeram. No Mosaico, só duas comunidades foram agraciadas com a RDS, as outras ficaram como Unidades de Conservação de Proteção Integral... a preocupação deles é com o futuro”... Continuando Justino

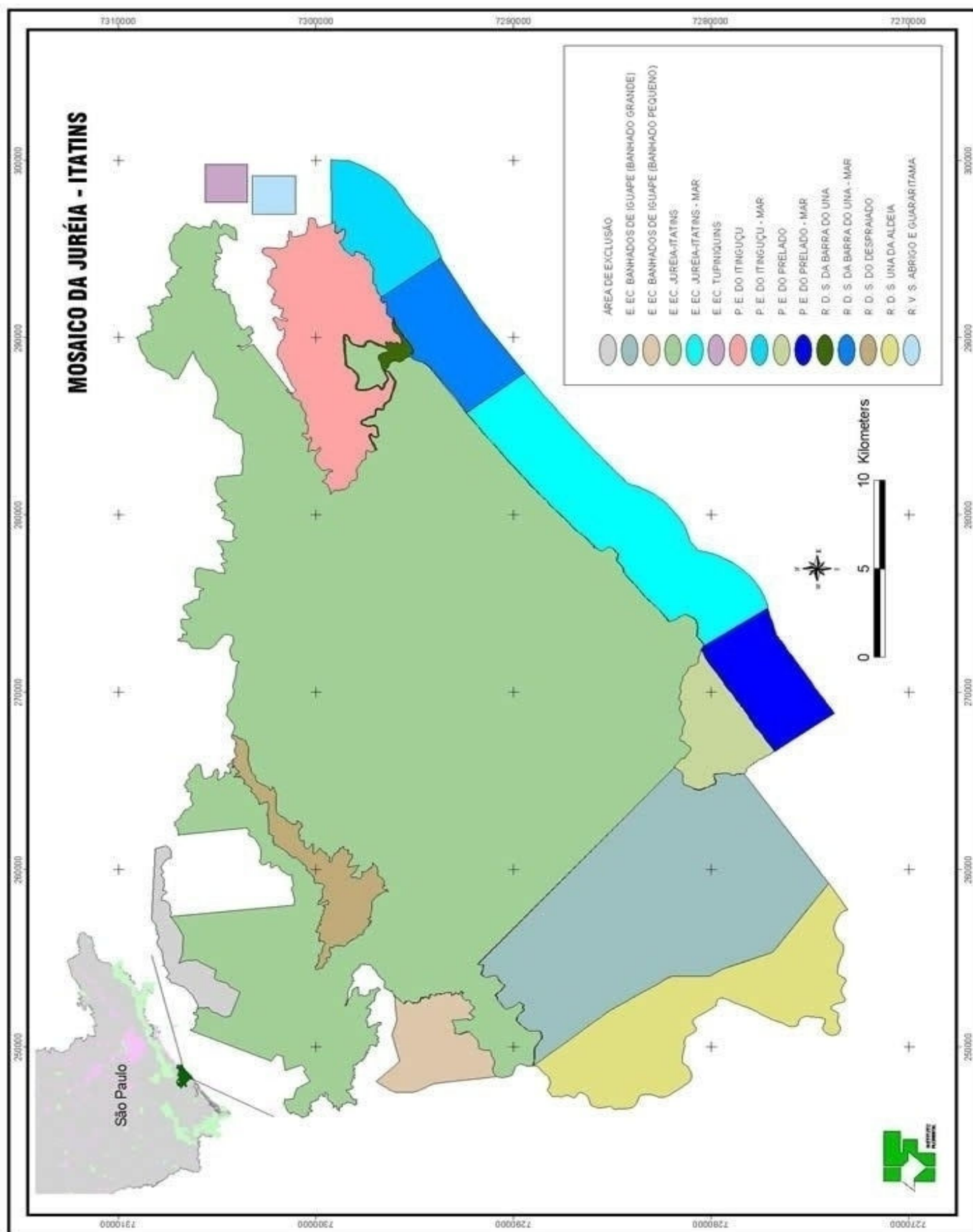
*...
“A gente não pode construir porque tem um contrato assim: depois que o governo foi pra lá não paga à gente (houve um período que eles recebiam uma ajuda por não poder plantar).A minha família está tudo passando fome, estou sozinho nesse mato, (os filhos) tá tudo lá em São Paulo, porque largou..., não tem mais direito aqui, falaram que a gente não tem direito; não somos donos da terra Nós não somos donos... e nossos trinta e cinco anos que moramos aqui? É muita coisa isso aí, a gente se esgota, e vai piorando tudo isso aí, nós estamos sem esperança Agora nós queríamos (uma palavra de) esperança de Vossa Excelência e do Governador... que olhe para nós” .*

A principal reivindicação dos moradores nesta nova oportunidade com o Mosaico é a ampliação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de forma a garantir a permanência da maior parte das 300 famílias que vivem na região. Da forma como está atende apenas a 112 famílias. Outra reivindicação é que as comunidades administrem de forma partilhada, a exploração turística da região, ou seja, os moradores reivindicam compartilhamento com o Estado na gestão da área.

O MOSAICO, UMA TENTATIVA DE COMPATIBILIZAR HOMEM-NATUREZA?

A Estação Ecológica da Juréia Itatins foi criada como unidade de proteção integral, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, por definição legal, não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O enquadramento legal desta área, com a criação da EEJI, não admite nem moradores na área, que já estava habitada desde a década de 70.

O *Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins* de 12 de dezembro de 2006 foi instituído pela Lei nº 12.406, alterando a Lei nº 5.659, de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, conforme **Figura 1**



Assim, o Mosaico aponta um novo caminho para a solução das questões locais. Propondo a exclusão, reclassificação, incorporação de áreas e regulamentação da ocupação. A nova conformação passou a ser denominada de **“Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins”**. As alterações são resultado de um processo que envolveu, desde a organização e participação de moradores ao longo do tempo, até a necessidade de atendimento a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O destaque principal foi dado à criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mas o impacto prático na vida das populações tradicionais abarca as áreas transformadas em Parques; as comunidades que permanecem residindo dentro dos limites da Estação Ecológica

O projeto inicial desta alteração deveria excluir dos limites da Estação todas as áreas ocupadas pelas populações, mas ao final, mesmo com os debates e organização das populações envolvidas a delimitação das áreas abarcou apenas parte destas, estabelecendo a seguinte denominação das áreas:

As áreas reclassificadas como RDS correspondem a 10,7% do mosaico; a área conhecida como Despraiado, situada no município de Iguape, passou a ser denominada RDS do Despraiado (equivalente a 1,7% da área do mosaico); a área conhecida por Vila Barra do Una acrescida de parte do mar costeiro e do Rio Una, como RDS da Barra do Una, incluindo a área denominada Una da Aldeia (equivalente a 8,6% da área do mosaico) e a área denominada Refúgios Estaduais de Vida Silvestre, nas ilhas marítimas do Abrigo ou Guaraú e Guararitama (equivalente a 0,4% do mosaico).

Foi incorporada aos limites da EEJI a área da Estação Ecológica dos Banhados de Iguape, passando a área do mosaico correspondente à Estação Ecológica a representar 78,4% da área total do mosaico (92.223 ha), e abarcando áreas onde já existia população antiga de agricultores.

Foram reclassificadas como Parques Estaduais áreas que correspondem a 10,9% do mosaico; as áreas conhecidas por Tocaia/Camboré, Morro do Itu, Parnapuã/Praia Brava, Guaraúzinho, Barro Branco, Teteqüera do município de Peruíbe, e Itinguçu e Itinguinha do município de Iguape, acrescidas de mar costeiro passou a ser denominada Parque Estadual do Itinguçu; a área situada junto à Praia da Juréia, no município de Iguape acrescida de parte do mar costeiro passou a denominar-se Parque Estadual do Prelado.

Com a criação das RDS as famílias que vivem nessas áreas retomam algumas das condições de vida que usufruíam quando da criação da Estação Ecológica, justificada pelo modo de vida das mesmas, uma vez que, o sistema pelo qual se manteve a sobrevivência dos grupos de moradores nestes espaços se pautou ao longo do tempo por uma relação de sustentabilidade, que foi construída na relação com este ambiente e na luta destes agricultores pelo direito de permanecer nessa terra.

Ganharam também destaque nestas alterações as áreas denominadas Itinguçu e Barro Branco que passaram a constituir “zonas especiais de interesse ecoturístico”, com salvaguarda legal de que os trabalhos e atividades nelas desenvolvidas seriam desempenhados prioritariamente por moradores residentes no Mosaico de Áreas Protegidas.

A forma de organização e desenvolvimento dos trabalhos nestas zonas especiais impõe a necessidade de discussão por parte dos moradores do mosaico, pois a legislação prevê uma participação mais ampla do que a dos moradores locais de cada área original.

Outro fator a se considerar com essa alteração legal corresponde aos Termos de Permissão de Uso. No caso dos moradores dos Parques Estaduais e da Estação Ecológica as áreas serão concedidas a título precário através do Termo de Permissão de Uso, não excedendo 10 ha, desde que sigam os requisitos de serem sucessores ou estarem incluídos no cadastro previsto por legislação no ano de 1990; tenham moradia habitual na área ou nela mantenham ocupação efetiva; dediquem-se à cultura de subsistência, prestação de serviços ou outras atividades previstas no plano de manejo da unidade de conservação onde está inserido. O plano de manejo da unidade de conservação é específico, o que resulta em soluções, busca de alternativas e discussões exclusivas para cada grupo ou comunidade que não estão situadas nas áreas de RDS. No caso das áreas incorporadas a EEJI, a outorga para obter a permissão de uso prevê a comprovação de posse da área por um período mínimo de 5 anos.

Nas áreas de RDS, que são consideradas áreas de domínio público, e cuja posse e uso devem ser reguladas por contrato de concessão de direito real de uso e termos de compromisso firmados entre o Estado e os ocupantes, os planos de manejo para estas áreas devem atender ao SNUC e garantir a participação das populações de cada área e dos organismos de representação dos moradores da Juréia, além de considerar as condições, necessidades, sustentabilidade e modos de vida das populações residentes.

As possibilidades de condições de vida que se apresentaram para as populações residentes na área do mosaico, especificamente, para os moradores de Itinguçu, que teve parte da população residindo em área do Parque Estadual e parte em área da Estação Ecológica, em relação à manutenção de seu modo de vida e o fortalecimento/ recreação/ estruturação dos trabalhos ligados ao ecoturismo, com esta nova estrutura acena a alternativa de geração de trabalho para os moradores que estão com suas atividades impedidas pelas restrições ambientais decorrentes da legislação anterior e que se estende aos impedimentos de habitabilidade dos moradores no local.

No entanto, antes da efetivação das modificações, através de ação judicial do Ministério Público em 2009, foi invalidada a Lei que criou o Mosaico da Juréia, sob a alegação de: a) vício de iniciativa- porque a proposta não foi de autoria do executivo (Governador), mas sim do Legislativo e b) havia, segundo o Ministério, insuficiência de estudos técnicos.

Desta forma a Juréia-Itatins em 2009 volta a ser Estação Ecológica ficando inviabilizados o Parque e a RDS. Apesar das alterações propostas no mosaico não atenderem as reivindicações de todas as comunidades, era um avanço. A invalidação promovida pelo Ministério Público mostrou as dificuldades de negociação apesar do longo processo de organização e participação da população, denotando o conflito de interesses e divergências no entendimento da preservação ambiental. Esse debate é amplo o suficiente para trazer grandes complicações sobre possibilidades e definições que incorporem à preservação uma relação homem natureza. Ficaram assim as comunidades da EEJI novamente sujeitas as antigas restrições legais previstas para áreas de proteção integral.

Após um processo de mais de oito anos desde a apresentação do primeiro projeto é aprovado o PL 60/12 na forma de emenda aglutinativa. Nestes termos, exclui dos limites da Estação Ecológica Juréia-Itatins as seguintes áreas: Morro do Itu, Parnapuã/Orais Brava, Guaraúzinho, Barro Branco, Tetequera, situadas em Peruíbe; Itinguçu e Itinguinha, em Iguape, cujas áreas serão reclassificadas e denominadas de Parque Estadual do Itinguçu, com área de 5.040 hectares. Está fora do limite da Estação também a área do Prelado, situada junto à praia da Juréia, em Iguape. Reclassificada e denominada Parque Estadual do Prelado, com área de 1.828 ha. A Vila da Barra do Una e parte dório Uma, em Peruíbe, passam a compor a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, com 1.487ha. e a do Despraiado, em Iguape é reclassificada como Reserva de

Desenvolvimento Sustentável do Despraiado, com área de 3.953ha. É excluída a área situada ao norte da Unidade de Conservação, localizada em Miracatu, com área de 237 ha.

As áreas de Itinguçu e Barro Branco, integrantes do Parque Estadual do Itinguçu passam a constituir zonas especiais de interesse ecoturístico, cujos trabalhos e atividades serão desempenhados prioritariamente por moradores tradicionais residentes no Mosaico de Areas Protegidas. Incorporam-se ainda aos limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins as áreas do Banhado Pequeno e do Banhado Grande.

Consta na emenda aglutinativa também, os planos de manejo, o termo de permissão de uso e de compromisso a ser firmado entre as comunidades tradicionais e o órgão gestor da unidade. Entendendo se como tradicionais aquelas cuja população vive em estreita relação com o ambiente natural, dependente de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

Em 8 de abril deste ano de 2013, fomos contemplados com a Lei Estadual no.14.982 que institui novamente o Mosaico da Juréia-Itatins., ampliando, nesta oportunidade, a área de proteção – Estação Ecológica de 79.240 hectares para 84.425ha. e institui áreas de atividades socioambientais e ecoturismo, com dois parques (Itinguçu e Prelado) duas Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde é permitido haver moradia de população tradicional já residente (Barra do Una e Despraiado), um Refúgio de Vida Silvestre, além de anexar a APA Marinha Litoral Sul. De acordo com essa nova Lei, Itinguçu passa a fazer parte do Parque Estadual que leva seu nome. (<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece>)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida referente a criação do Mosaico das Unidades de Conservação da Juréia-Itatins em seus processos de instituição (12.12.2006), desinstituição (10.06.2009), reinstituição (08.04. 2013) denota que apesar da mobilização, organização sócio-política local e da resistência de longos anos contra a exclusão social, econômica e política, essa população não logrou êxito em suas empreitadas. Não parece haver na proposta do Mosaico, um plano que leve em conta essa população excluída.

As políticas públicas encetadas na área correm sempre em paralelo com as reivindicações dos moradores e nunca se encontram. Em outros termos, inúmeras providencias foram tomadas a partir de 2006 para a implantação do Mosaico .no que se refere

à infra-estrutura local. No entanto essas ações foram locadas para a base do novo Portal da Juréia, onde existem instalações sanitárias e outras para “cantinas” que serão terceirizadas. Diga-se de passagem, que no caso de Itinguçu-Cachoeira Paraíso, concorrerão com as “barracas” (quiosques) dos antigos moradores. Desta forma, a população que vivia do turismo, do comércio local, certamente sofrerá mais este impacto. Sem a agricultura a que estavam afeitos, sem a prestação de serviço, esgotam-se para esses “moradores-posseiros” as possibilidades de obtenção de qualquer “renda” e sobrevivência local.

A princípio pode-se dizer que a alteração da categoria de Unidade de Conservação para o local seja uma alternativa de compatibilização homem-natureza. No entanto, conforme se depreende, mais recentemente, dadas a complexidade e peculiaridades da população que ali habita; dados os interesses das instituições governamentais e não governamentais em jogo, as propostas alternativas não parecem conduzir a uma solução satisfatória para os agentes envolvidos. Existe uma questão fundamental nesse contexto conflituoso, que nunca foi considerado de forma inclusiva. É a *existência* de população morando nessas áreas.

Da parte das famílias moradoras entrevistadas, pode-se observar que o impacto que essas transformações provocarão em suas condições de vida está conduzindo a um “esgotamento” – nas palavras do “posseiro”, e desmotivação no sentido de continuar a luta.

A desintegração observada na comunidade de Itinguçu, com a falta de inserção socioeconômica da população, principalmente da população mais jovem, termina no desemprego e na marginalização. Não há qualificação necessária aos empregos existentes nas cidades mais próximas. Novas formas de inserção deverão ser consideradas, como medidas mitigadoras.

Após observações, acompanhamentos e análise, chega-se a conclusão que a organização social da população desta área de proteção ambiental e a luta travada nesses longos anos, não foram suficientes ainda para transformar essa realidade de exclusão social e pobreza. Nem mesmo a ação social de resistência na ocupação de seu espaço pôde mudar essa situação histórica.

BIBLIOGRAFIA

- DURHAN, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- INSTITUTO FLORESTAL *Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins*, (http://www.iflorestal.sp.gov.br/unidades_conservação/Informativos)
- PANZUTTI, N. P. M.. Agricultura familiar em Itinguçu: Estação Ecológica Juréia – Itatins, Estado de São Paulo. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU, 2 (9):11-27, 2002. PANZUTTI, N.P.M. **A caminho da terra: a mata**. Campinas, SP, 2002 (<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000266951>)
- PETRONE, P. A Baixada do Ribeira: estudo de Geografia Humana, São Paulo, USP/FFLC, 1996 (Boletim n. 283).
- SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, nº 87, Dezembro/Fevereiro de 2000/2001.

ABSTRACT

SOCIOPOLITICAL ORGANIZATION IN ENVIRONMENTAL PRESERVATION AREA

At the heart of an important environmental issue related to agricultural production lies the contradiction arising, on the one hand, from the need to conserve relevant biophysical heritage with restrictions to agricultural and agroforestry practices and, on the other, the survival of natural-resource dependent communities. This article analyzed the social and political path taken by population cores comprised by traditional and non-traditional farmers living in a conservation area who, despite their efforts to regularize their permanence in the localities, have not yet found a solution to their destiny. To that end, we drew on information and analyses from previous works on this issue, (Panzutti, 2001; Panzutti 2002), mainly focused on the impacts caused by the creation of the Juréia Itatins Ecological Station (EEJI), in 1986, on the life style of the Itinguçu group, which resides in this conservation area. To analyze the impact of Law 12,406 of 2006, which created the Juréia-Itatins conservation units network and was enforced until 2009, we created twenty semi-structured scripts that were administered to residents, local leaders, government agencies and NGOs, as well as local political (Peruíbe) and state agents in 2007. Now, in 2013, a new state law has recreated the Juréia-Itatins conservation units network. Our monitoring of the debate on this the new law, by personal attendance to public hearings at Perúibe's city hall and São Paulo's legislative assembly threw a new light on our field data. We also followed the events regarding the revocation and re-creation of the network through contacts, the media and networks. Our conclusion about the events that ensued the network's creation, the repeal to Law 12 406, which established it and, more recently, the approval of state law no.14.982 of 3 August 2013 –enacted by the executive bodies, recreating the Jureia-Itatins units network – indicate that whether or not these residents will remain in their places of origin is still under debate. Thus, we can say that the solutions to

the conflicts of interests between residents, state organizations and society are still unfolding and, therefore, this population presently remains under threat of eviction from their lands.

Keywords: Socio-Environmental Conflicts, Juréia Itatins Conservation Units Network, Sustainability, Atlantic Forest, Jureia-Itatins Ecological Station; Natural Resources, Environmental Protection

A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM LONDRINA/PR

Daniel Delatin Rodrigues – CPDA/UFRRJ
danieldelatin@gmail.com

CNPQ

GT1 - Ruralidades e Meio ambiente

I - Introdução

Este trabalho pretende apresentar algumas reflexões acerca dos limites e dos potenciais para conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira a partir de um enfoque que privilegia os arranjos locais – sem, evidentemente, ignorar as articulações mais amplas – e territoriais de uma parte deste Bioma. Os últimos anos foram de uma ampla expansão das questões e problematizações relacionadas a temática ambiental, mas da qual não podemos afirmar que tenha tido saldo muito positivo, como demonstrado pelo desmonte do Código Florestal. A pesquisa realizada em Londrina/PR no período de 2009-2010, busca problematizar as estratégias de áreas protegidas no Brasil a partir de uma região cujo entorno é predominantemente agrícola, e na qual os esforços delineados concentram-se na manutenção dos fragmentos florestais existentes e na perspectiva de ampliação da área florestada através da recuperação/restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das Reservas Legais (RLs) em áreas privadas. Mais do que focarmos o processo da criação da UC, iremos problematizar a própria estratégia como ação isolada, e o cenário amplo que ela ignora.

II - A construção política da gestão ambiental

A discussão sobre a gestão ambiental tem aqui um objetivo muito preciso à cumprir: para além de uma mera contestação moral (condenação de um excesso), as implicações que a questão ambiental geram e exigem, transcende o campo antes restrito de cientistas e ambientalistas e se torna parte das práticas de diferentes setores e atores sociais (Viola e Leis, 1995). Podemos perceber esta dinâmica como a trajetória concreta que estas questões passaram a ter, colocando em evidência os dilemas e contradições que se colocam

ao modo e aos valores a partir dos quais foram até agora tratados. Vem se impondo aos atores que tomam parte destas discussões uma preocupação de ordem mais pragmática, “pela explicitação e avaliação crítica das *pré-condições de viabilidade de enfoques realmente operacionais para uma gestão integrada e antecipativo-preventiva dos problemas ambientais*” (Vieira e Weber, 2000, p. 17); a gestão neste caso surge como um dos componentes essenciais do processo de regulação das inter-relações entre os sistemas socioculturais e o meio ambiente biofísico, resgatando a diversidade de representações cognitivas dos atores sociais em jogo e a variabilidade envolvida nas diferentes escalas espaciais e temporais, bem como as incertezas e controvérsias científicas que marcam a busca de compreensão da dinâmica evolutiva dos *sistemas sócio-ambientais* contemporâneos (Vieira e Weber, 2000).

A hipótese que defendemos aqui é que uma política que visa a conservação da biodiversidade por meio das UCs em uma área de vegetação predominantemente fragmentada e esparsa, requer a promoção de ações que viabilizem a conservação e o fornecimento de serviços ambientais e torne-se o centro de disseminação para a estruturação de outras ações que possibilite o suporte para sua manutenção e ampliação: mais do que apenas conservar, torna-se necessário “identificar e promover os processos sociais que permitem as comunidades locais conservar e aumentar a biodiversidade como parte de seu modo de vida” (Pimbert & Pretty, 2000, p. 196). Desta maneira, além de garantir no processo de elaboração de um planejamento da gestão a coerência de suas formulações, é fundamental assegurar a participação e o engajamento dos atores sociais que se encontram envolvidos no processo, direta ou indiretamente. Para Ollagon (2000) estes atores devem se tornar ‘estrategistas da demanda de qualidade’ e gestores da qualidade da natureza na medida em que todos a influenciam.

Torna-se necessário conceber esta intervenção da parte das organizações da sociedade civil como um meio efetivo de desestabilizar as relações de forças existentes entre as instituições, visando deflagrar uma nova dinâmica de aprendizagem e de deliberações coletivas que seja mais favorável, do ponto de vista da organização de uma gestão prospectiva e integrada dos recursos e do meio ambiente. O desafio consiste em obter uma modificação das relações existentes entre essas instituições, alterando assim o quadro de referências que orienta os padrões de comportamento dos atores individuais. Esta mudança só pode ser realizada por meio da construção de espaços de participação

não-tutelada e da prática de uma negociação incessante; de acordo com o que foi dito até aqui, este processo de negociação, ou pelo menos a legitimidade do conflito que se estabelece se origina da diversidade em que elas emergem e das condições onde o meio ambiente e as questões da gestão dos recursos naturais são vivenciadas. Em consequência da configuração que assume, as questões referentes à gestão ambiental invalida a pretensão de se tomar a ideia de gestão integrada como forma de construção de uma super-racionalidade que pudesse dar conta das várias perspectivas presentes no processo; ao invés disso torna-se necessário que o próprio campo institucional assegure o exercício da pluralidade e represente uma abertura à possibilidade de organização de grupos desarticulados politicamente. É evidente que tal proposta traz o risco inerente ao conflito, observado principalmente na sobreposição de grupos já organizados e com poder de influência consolidado.

III - Fragmentação Florestal e áreas agrícolas em Londrina/PR

A fragmentação florestal é um fenômeno associado com a expansão da fronteira agrícola (VIANNA; AMADOR, 1998), colocando aos trabalhos de conservação a necessidade de se articular a construção de redes de conservação da biodiversidade por meio da ligação entre os fragmentos florestais dispersos assim como das próprias UCs em Londrina (TOREZAN, 2003); este fator implica na exigência de delimitação do território em questão, apontando suas características, atividades predominantes (zona rural) e potenciais contidos em um projeto de sustentabilidade para o município.

As estratégias de conservação por meio das áreas protegidas exigem um planejamento para que estas não se tornem refúgios isolados, ilhas de conservação num mar de insustentabilidade. A importância destas áreas é fundamental para os objetivos de conservação da biodiversidade se forem capazes de romper os limites de suas áreas cercadas, numa realidade onde estão pressionadas pela expansão urbana (caso do Parque Arthur Thomas), e onde o total dos remanescentes da vegetação somam apenas 7% da área do município (SOS MATA ATLÂNTICA, 2009). Apostar na desocupação dos moradores do seu entorno, ou em uma adequação forçada decorrente unicamente das políticas de *comando e controle* é manter-se preso à lógica da incompatibilidade intrínseca entre os objetivos de produção no meio rural com os de conservação ambiental e ignorar as consequências sociais que a violência institucional – amparada por ‘evidências’ científicas

– podem trazer. Os conflitos com as comunidades locais no entorno das UCs ou mesmo no seu interior, e as insuficiências institucionais para sua administração apontam que, mesmo constituindo-se como a base para as estratégias de conservação, elas precisam ser complementadas por meio da gestão das demais áreas do seu entorno e região. A conservação é um problema humano e deve ser entendida em seus contextos históricos, socioculturais e políticos (SCHWARTZMAN, 2000).

No caso do município de Londrina, de ocupação recente ou de reocupação (TOMAZI, 1997), os esforços manifestam-se de forma distinta, já que a cidade ‘nasceu’ a partir do desmatamento massivo do território para sua conversão futura em lavoura e pastos. Todas as UCs ficam ao sul da área urbana do município, assim como o um dos principais mananciais de abastecimento, a Bacia do Cafezal, representando 40% de toda água captada (TOREZAN, 2003). A conservação da biodiversidade no município passa, portanto, pela capacidade de fomentar na zona rural estratégias que visem a uma gestão sustentável integrada destes recursos. Além das UCs, deve haver também investimentos e esforços diversificados, incluindo a educação ambiental, formação dos corredores ecológicos e fiscalização, além da implementação de instrumentos econômicos de incentivo e gestão que contribua na conservação de áreas privadas (DRUMMOND et al, 2010).

A criação de áreas protegidas no Brasil obedeceu, ao longo da sua história, critérios relativos à preservação de espécies, às paisagens cênicas e aos espaços de interesse ecológico e recreativo. Hoje, os aspectos sociais, econômicos e culturais aparecem como essenciais a serem avaliados para os estudos de viabilização, bem como relevantes à própria gestão destas áreas. Para paisagens fragmentadas, os remanescentes de habitat original apresentam alto valor ecológico, como retenção da biodiversidade, papel nos ciclos hidrográficos e no clima regional (TOREZAN, 2003). Desta forma, o enfoque ecossistêmico, ao mostrar a inter-relação entre diferentes aspectos de um mesmo espaço que colaboram ou não na manutenção de suas funções ecológicas, suscita a necessidade de ampliação das escalas do planejamento. Para Arruda (2006), conceitos como o de gestão biorregional seriam adequados para a aplicação em regiões extensas e comportariam ações que incidiriam sobre distintos aspectos desta região, entre elas, a promoção de manejos alternativos, a estrutura de corredores ecológicos e zonas-núcleo, o envolvimento dos atores sociais, a integração inter-institucional e o diálogo de saberes. O enfoque

biorregional visa neste sentido integrar as políticas de conservação com as de desenvolvimento e uso da terra em relação à conexão dos fragmentos florestais dispersos, podendo ocorrer por meio de estratégias distintas e de acordo com os instrumentos legais já existentes. No tocante aos Corredores Ecológicos, desde 1993 é feita menção no Decreto federal nº750/93, proibindo o corte de madeira em áreas que tenham por função formar corredores de remanescentes de vegetação primária. O SNUC (Lei nº. 9.985/2000) estabelece como diretriz em seu Art. 5º inciso VIII, a proteção “por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas” (BRASIL, 2000).

A conexão destes fragmentos, de certa forma, já estava previsto desde o Código Florestal (Lei nº 4.771/65) por meio das Áreas de Preservação Permanente (APP). Além das APPs, poder-se-ia apontar que as áreas de Reserva Legal (RLs) poderiam cumprir este papel se implementadas com tal propósito. A recuperação das matas ciliares contribuiria para a ligação entre fragmentos isolados com o intuito de garantir o fluxo genético entre as populações de animais e de plantas e a continuidade do processo ecológico (CASES, 2006), mas não seria suficiente para garantir os propósitos que os corredores pretendem cumprir, sendo que, neste caso, esta recuperação deveria ser encarada como ação complementar (TOREZAN, 2003). Os fragmentos florestais não podem ser considerados auto-sustentáveis, sendo que sua degradação resultaria da interação entre fatores inerentes ao processo de fragmentação, como a redução da área, a maior exposição ao efeito de borda, isolamento e pressão antrópica (VIANNA; PINHEIRO, 1998).

Segundo Cases (2006), podem-se diferenciar três estratégias de corredores ecológicos a partir do espaço que abrangem, assim como dos objetivos que propõem e das dimensões que agregam. Os *corredores lineares* trabalham com dimensões espaciais menores e procuram garantir principalmente a conservação da biodiversidade; os *corredores em formato de mosaicos de habitats* trabalham com espaços maiores e agregam aos objetivos de conservação da biodiversidade a busca pelo desenvolvimento sustentável; e por último, os *corredores de biorregiões* abrangem milhões de hectares de áreas protegidas e, além de buscar a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, buscariam também uma distribuição equitativa de bens e serviços ambientais.

A diferença entre a segunda e terceira estratégia reside, sobretudo, na dimensão. Ao incorporar outras regiões aos propósitos de planejamento e gestão, inevitavelmente as diferenças (ou assimetrias) quanto ao acesso aos recursos presentes em cada região estariam sujeitas à problematização pública acerca da sua distribuição, como por exemplo, o abastecimento de água e energia.

As estratégias, portanto, devem orientar-se a partir do espaço de abrangência e dos objetivos delineados, e estes dependem da consideração de diversos fatores e atores para que possam ser realizados. Grande parte dos remanescentes florestais estão em propriedades privadas, ficando vulneráveis a contínuos distúrbios, requerendo não apenas proteção, mas um manejo ativo (VIANNA; AMADOR, 1998). A intensa fragmentação dos remanescentes florestais em Londrina pode ser compreendida como resultado do parcelamento do solo em pequenos lotes na época de sua ocupação e das atividades intensivas realizadas. Neste sentido, também os esforços para a conservação desta biodiversidade deverão levar em consideração referidos aspectos. Se aproximadamente 83,8% das propriedades rurais são áreas de até 50 ha (Londrina, 2011), esta estrutura fundiária contribuirá tanto para a manutenção do isolamento dos fragmentos ou quanto à sua conexão; no segundo caso, várias condições precisarão ser atendidas para que esta estratégia seja viável, entre elas, a recuperação das APPs e Reserva Legal, assim como pela alteração no uso da terra. No que concerne às propriedades maiores, esta recuperação passa igualmente pelo cumprimento da legislação ambiental, mas as diferenças serão exploradas abaixo.

Este cenário aponta para a necessidade de efetivação de um manejo onde estes fragmentos encontram-se inseridos, com a finalidade de ampliar suas alternativas e sensibilizar a população local para a importância da cobertura vegetal nestas áreas. A eficácia destas estratégias, por sua vez, dependerá da identificação dos fatores de degradação e da elaboração de alternativas de manejo e uso dos recursos naturais para minimizar o processo de degradação e recuperar a estrutura dos fragmentos florestais, conservando assim a sua biodiversidade (VIANNA; PINHEIRO, 1998). Todas estas medidas exigem o envolvimento dos atores, apoio técnico e incentivos. Em relação aos incentivos, estes podem ser diretos, como a modalidade de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), ou outros, como o auxílio à comercialização de produtos que atendam a amplos aspectos de conservação ambiental. Quanto a uma mudança no uso da terra,

fomentar práticas conservacionistas na produção rural implica igualmente na necessidade de ampliação dos trabalhos de extensão rural assim como de assistência técnica a estes agricultores.

A importância dos fragmentos florestais na composição da cobertura florestal em áreas intensamente cultivadas permite defini-los como elementos chave para a recuperação qualitativa destas áreas visando à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida (VIANNA, PINHEIRO, 1998). Porém, assim como se abordou a respeito de ações como a recuperação das matas-ciliares, deve ficar claro que apenas o plantio de mudas não é o bastante para a alteração significativa sobre a forma como se lida com os recursos naturais e no modo como a natureza é percebida e vivida. Se a noção de ‘natureza selvagem’ e de áreas especialmente protegidas surgiu em decorrência de uma percepção urbana da degradação ambiental, bem como orientada a partir daquilo que se considera necessária a sua conservação – incluindo a expulsão de moradores – uma mudança na gestão destas áreas passa pelos trabalhos de extensão, assistência técnica e educação ambiental no campo, e não apenas na cidade (GÓMEZ-POMPA & KAUS, 2000).

Quando ressaltamos que a diversidade é condição, seja da riqueza dos ecossistemas, seja como pré-requisito as práticas inovadoras de gestão, o motivo desta insistência não reside na tentativa de naturalizar os atores sociais. Diegues (2000) argumenta que, se antes, a defesa da diversidade cultural era feita exclusivamente em relação às culturas indígenas, hoje ela se estende a outras culturas locais não-indígenas; para o autor, mesmo organizações internacionais, argumentam “no sentido de que a diversidade biológica não pode subsistir sem a diversidade cultural” (DIEGUES, 2000, p.411). A questão reside, sobretudo, na necessidade de se avaliar se as condições colocadas para gestão atendem a aspectos concretos de viabilidade, incluindo aí a própria diferenciação de suas modalidades; conforme abordado neste trabalho, não há uma única forma para se estruturar sistemas de gestão, mas podem haver sistemas de gestão que se estruturam por uma única visão. Ao buscar o envolvimento de uma variedade de atores e grupos é essencial procurar múltiplas perspectivas de uma situação problemática (Pimbert e Pretty, 2000).

Talvez mais adequado do que a expressão ‘educação ambiental’ para o processo de participação dos agricultores, seja o de *envolvimento sustentável* a partir da definição que dele faz Viana (2004, p.31) buscando ressaltar com isso a necessidade de se criar “condições favoráveis para um manejo mais cuidadoso, feitos por indivíduos que vivem,

convivem, apreciam e conhecem as sutilezas dos ecossistemas naturais”. Complementar aos pontos acima apresentados acima, acrescentam-se outros elementos, dentre eles, uma metodologia definida e um processo sistêmico de aprendizado cumulativo por todos os participantes (aprendizado e ação); processos de aprendizado em grupo; enfoques flexíveis para lidar com contextos específicos e múltiplos atores e especialistas facilitadores e participantes (Plimbert e Pretty, 2000). Estes trabalhos podem ser encarados como um processo de transição, que combinam uma organização produtiva que traga rendimentos satisfatórios com uma gestão equilibrada dos recursos naturais (BRANDENBURG, 1996). Os projetos devem adequar-se aos contextos locais, e para isso é importante resgatar o conhecimento histórico e etnobiológico da região, além de avaliar o grau de envolvimento das comunidades, proprietários e instituições relacionadas a estes fragmentos. Será a partir da consideração que se faz dos grupos relacionados à floresta como elementos-chave que será possível traçar as estratégias de atuação para a conservação e formulação de políticas públicas.

IV – Conclusão

A partir de trabalhos de campo realizados em Londrina e partindo de uma questão localizada – a criação de um UC – nos deparamos com questões que exigiam uma avaliação e um alcance muito maior. O local e o território revestem-se de importância fundamental, pois serão ali que as opções por formas alternativas de gestão e das atividades produtivas poderão ser construídas, porém ao invés de uma mudança imposta, coloca-se a participação criativa (LEFF, 2006) como imprescindível aos objetivos. A diversificação das atividades produtivas a partir da consideração dos potenciais contidos nos recursos disponíveis passa pela avaliação de sua viabilidade, e da manutenção das opções de uso no futuro. Os órgãos ambientais, assim como uma extensa rede de instituições e entidades, devem orientar os esforços para a construção das condições onde estas alternativas se tornam possíveis. As ações ainda incidem de forma pontual sobre extenso território. A própria criação da nova UC (denominado Parque João Milanez) acabou por relevar o âmbito restrito em que se movem os atores envolvidos. Quanto a isso, argumenta-se que diversos entraves impõem-se às ações mais efetivas: falta de clareza quanto aos meios necessários; falta de articulação entre os atores que se colocam com propósitos semelhantes, e pouca inserção em grupos e organizações que, mesmo não tendo

o enfoque prioritário na conservação podem contribuir para a disseminação de alternativas às formas de gestão atuais.

O número reduzido de atores envolvidos no processo de criação da UC é significativo a respeito do lugar que este patrimônio possui para a cidade. Mas neste caso ao invés de repudiar-se a falta de envolvimento, deve-se perguntar o porquê disso. Mais do que omissão, deve-se buscar compreender de que modo a relação com este ambiente se dá. E ao invés de tomar-se a cidade como um todo, deve-se apreendê-la nas relações diferenciadas que se estabelecem de modo concreto com este ambiente e da importância que podem assumir na reprodução de uma atividade produtiva e de um modo de vida. Ao colocarmos que a viabilidade para a *conservação da biodiversidade no município passa pela capacidade de se construir bases sustentáveis às atividades ligadas à agricultura*, apontamos como justificativa justamente o território onde estas UCs localizam-se. Esta viabilidade está ancorada em recentes pesquisas que exploram tal hipótese e como tal, dependem do envolvimento político de diversos atores para construção da sustentabilidade.

A manutenção de uma abordagem preservacionista deixará intacta a dicotomia e a noção de incompatibilidade; para alterá-la, é necessário que alternativas sejam dadas à construção de outras relações, de complementariedade. Para isso, a investigação deve incidir na análise das condições ecológicas das áreas, assim como nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos, avaliando as possibilidades de uma inventividade produtiva ancorada na noção de gestão participativa, tentando-se com isso alcançar a outro patamar capaz de redefinir os lugares posto nesta dicotomia entre Natureza e Cultura. Ou tais UCs contribuem para uma transição à sustentabilidade ou elas mesmas sucumbirão à insustentabilidade onde estão inseridas.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Moacir Bueno. Corredores ecológicos no Brasil: o enfoque ecossistêmico na implementação da Convenção da Biodiversidade. In: ARRUDA, Moacir Bueno (org.). **Gestão integrada de ecossistemas aplicada a corredores ecológicos**. Brasília: MMA/ IBAMA, 2006.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ongs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: set. 2012.

CASES, Maria Olatz. Papel do planejamento nos corredores. In: ARRUDA, Moacir Bueno (org.). **Gestão integrada de ecossistemas aplicada a corredores ecológicos.** Brasília: MMA/ IBAMA, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Saberes Tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos.; VIANA, Virgilio M. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** São Paulo: Hucitec/ NAPAUB/USP, 2004.

DRUMMOND, José Augusto; ROCHA, Leandro; GANEM, Roseli. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, nº 36, p. 205-226, jun. 2010.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 2000.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/ NAPAUB-USP, 2000.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LONDRINA. **Perfil do Município de Londrina/PR 2011.** Londrina: PML, 2011.

OLLAGNON, Henry. Estratégia patrimonial de gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 2000.

PIMBERT, Michael P.; PRETTY, Jules N.. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos

(org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/ NAPAUB-USP, 2000.

SCHWARTZMAN, Stephan. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/ NAPAUB-USP, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**”: história e fantasmagoria. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba/ PR.

TOREZAN, José Marcelo Domingues. **Fragmentação florestal e prioridades para a conservação da biodiversidade**. 2003. Universidade de São Paulo. São Paulo/ SP.

VIANA, Virgílio M.; PINHEIRO, Leandro A. F. V.. Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais. **Série Técnica IPEF**, v. 12, nº 32, p. 25-42, dez.1998. Disponível em: < <http://www.ipef.br/publicacoes/tecnica/nr32/cap03.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2012.

_____; AMADOR, Denise B.. Sistemas agroflorestais para a recuperação de fragmentos florestais. **Série Técnica IPEF**, v. 12, nº 32, p. 105-110, dez. 1998. Disponível em: < <http://www.ipef.br/publicacoes/tecnica/nr32/cap10.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2012.

_____. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: DIEGUES, Antônio C.; VIANA, Virgílio M. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/ NAPAUB/USP, 2004.

VIEIRA, P. F. e WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector R..A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 1995.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA VISÃO DOS MORADORES DA ZONA DE ENTORNO DE UMA FLORESTA NACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS¹

Bethânia Gabrielle dos Santos²,
Eliane Siqueira Câmara³,
Leonardo Barbosa Rangel⁴,
Letícia Maria Vieira⁵
GT1 – Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

No entorno da Floresta Nacional de Ritópolis estão localizados povoados da Zona Rural dos Municípios de São João del-Rei, Ritópolis, Coronel Xavier Chaves e Resende Costa, todos situados no sudeste de Minas Gerais. Este estudo teve como principal objetivo entender como os moradores dos povoados de Penedo e Prainha - Ritópolis e Colônia José Teodoro - São João del-Rei percebem esta Unidade de Conservação (UC) e a conservação dos recursos naturais. Identificamos algumas falhas de gestão nesta UC: não há, por exemplo, indício de proximidade entre a população local e a UC. Constatamos a necessidade de se estabelecer medidas de aproximação entre gestores e população para que se realize um manejo adequado de seus recursos naturais e culturais.

Palavras Chave: Gestão, Recursos Naturais, Unidades de Conservação, Zona de entorno.

¹ Este artigo representa um recorte temático do Projeto de Extensão “Percepção ambiental da FLONA de Ritópolis: uma visão dos moradores da zona de amortecimento sobre a conservação dos recursos naturais”, onde se realizou um diagnóstico fundiário-ambiental das propriedades do entorno da FLONA de Ritópolis e uma análise da percepção dos moradores sobre a conservação dos recursos naturais para reconstrução da história ambiental da região. Projeto financiado por FAPEMIG (PIBEX-UFSJ).

² Graduanda em Ciências Biológicas. UFSJ. bethania.biologia@hotmail.com

³ Graduanda em Ciências Biológicas. UFSJ. elianecamara@ymail.com

⁴ Graduando em Ciências Biológicas. UFSJ. leobr6@hotmail.com

⁵ Orientadora. Doutora. Professora Adjunta. Departamento de Ciências Naturais/UFSJ. leticia@ufs.br

1. INTRODUÇÃO

Uma unidade de conservação instituída como Floresta Nacional (FLONA) caracteriza-se como área de manejo de uso múltiplo (SNUC, 2000), que dá oportunidade a uma utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo água, vida selvagem, pastagem para gado, extração de madeira, turismo e pesca (PRIMACK e RODRIGUES, 2002). A Floresta Nacional de Ritápolis foi criada a partir de decreto de 21 de setembro de 1999 em área integrante da histórica Fazenda do Pombal. Neste local nasceu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes⁶. Essa UC de Ritápolis está situada no município de Ritápolis, na região do Campo das Vertentes, microrregião de São João del-Rei. Sua área abrange 89,50ha de extensão entre as coordenadas 21°03'30"S e 44°16'25"O, em área de mata atlântica, denominada como floresta seca estacional semidecídua pelo sistema fitogeográfico (IBGE, 1992). Os dados de uso e ocupação do solo revelam uma composição de 36,94ha de floresta estacional semidecidual; 25,93ha de campo sujo e cerrado; 2,00ha de reflorestamento com espécie *Eucalyptus saligna*; 8,72ha de área de empréstimo e de bota fora; 5,51ha de sede administrativa, núcleo residencial e remanescentes históricos; 10,03ha utilizados pela ferrovia (BRASIL, 2005).

Atualmente, gerida pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), é inegável a importância dessa unidade para a conservação dos recursos naturais e patrimônio histórico, assim como para a sensibilização quanto às questões ambientais num contexto regional (BRASIL, 2005). Essa UC tem cumprido um papel de guardião das ruínas da casa onde nasceu Tiradentes, bem como tem sido utilizada para a produção de mudas de espécies florestais e ornamentais, que possibilitam a execução de parte das atribuições exigidas a uma unidade de conservação da categoria de Floresta Nacional.

Segundo o plano de manejo da FLONA de Ritápolis, no que tange à população residente no entorno desta UC, compreendendo os povoados de Glória, Penedo, Tapera, Prainha, Colônias do Bengo e José Teodoro, Água Limpa, Tabões e Invernada, destacam-se as atividades de pecuária leiteira, produção de milho e agricultura. Parte das unidades

⁶ Em 1948, a Fazenda do Pombal foi adquirida pelo Ministério da Agricultura. Em 1984 é decretada como área do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e se torna uma Estação Florestal de Experimentação (EFLEX). Em 1999, a Unidade de Conservação passou para a categoria de FLONA, administrada pelo IBAMA (BRASIL, 2005). Passando a ser gerida pelo ICMBio em data posterior.

produtivas está voltada para o mercado e outra parte está envolvida na agricultura de subsistência. Tendo em vista o modo como os moradores percebem esta unidade de conservação, o plano de manejo existente constata a falta de vínculo destes com a FLONA e o seu desconhecimento quanto aos objetivos e finalidades da UC, percebendo o IBAMA⁷ apenas como órgão repressor, fiscalizador e de postura punitiva.

Desde 2005, quando foi elaborado o Plano de Manejo da FLONA de Ritápolis, nenhum outro estudo socioambiental foi realizado na região. Tomando isso como base, o presente estudo tem sua importância justificada ao propor uma análise da percepção que estes moradores têm sobre a implantação da unidade de conservação e sua relação com a mesma. Tal análise mostra-se fundamental na medida em que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva e, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público, no processo de sua reprodução, as sociedades se confrontam com diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais (ACSELRAD, 2004). Durante a realização deste estudo, a partir do recolhimento de relatos atuais da população dos povoados citados anteriormente, foi possível compreender os modos de perceber dos moradores. Esperamos, com isso, poder contribuir para que uma gestão mais adequada desta UC seja realizada.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado nos povoados de Penedo, Prainha e Colônia José Teodoro, sendo estes dois primeiros pertencentes à zona rural do município de Ritápolis e este último a zona rural do município de São João del-Rei, ambos situados no entorno da Floresta Nacional de Ritápolis.

Durante a primeira etapa da pesquisa de campo, com duração de dois meses, ocorreram as visitas às propriedades. As entrevistas aconteceram nos meses de julho e agosto de 2012. Foram realizadas 23 entrevistas em Penedo, 20 entrevistas no povoado de Prainha e seis no povoado de José Teodoro. Essas entrevistas foram realizadas a partir de um questionário, elaborado para a realização de um diagnóstico socioambiental das propriedades rurais e percepção ambiental dos moradores da zona de entorno da FLONA

⁷ Nome pelo qual os moradores ainda denominam a UC.

de Ritápolis, sobre a conservação dos recursos naturais. A dinâmica para aproximação dos moradores e realização de tais entrevistas foi: um morador do povoado, funcionário do ICMBio e cedido pelo órgão, indicou as pessoas com um maior conhecimento sobre a região. Dessa forma foram identificados os sujeitos da pesquisa a serem entrevistados (Figura 1). Este morador que contatamos primeiramente também nos acompanhou durante a aplicação do questionário, para que o primeiro contato entre entrevistador e entrevistado se desse de maneira mais efetiva (Figuras 2 e 3).

Num segundo momento, foi realizada a análise do questionário. Primeiramente se deu a análise dos dados obtidos a partir das questões fechadas, referentes ao diagnóstico socioambiental das propriedades rurais. Posteriormente, foram analisados os relatos sobre a percepção ambiental dos moradores, obtidos a partir das questões abertas. Para tal, os relatos foram transcritos de modo literal. Os instrumentos utilizados foram o questionário, aplicado na residência dos moradores entrevistados, gravador para registro de áudio e máquina fotográfica para o registro de imagens.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando recorremos ao histórico regional, percebemos que nas Minas Gerais do século XVIII destacam-se as atividades de pecuária e agricultura de subsistência. Nesse contexto distinguem-se as fazendas ao redor da cidade de São João Del-Rei, à margem do rio das Mortes, por possuírem terras férteis e grandes extensões de terras inóspitas. Destacam-se a Fazenda São Miguel, Fazenda Mato Dentro e, principalmente, a Fazenda do Pombal, que se tornou referência para o distrito de Santa Rita do Rio Abaixo, onde está localizada atualmente a cidade já emancipada Ritápolis (GUIMARÃES et al, 2008). Tal propriedade foi tombada pelo patrimônio histórico através do processo nº 832-70, de 21 de setembro de 1971, número de Inscrição 433, 30.11.1937, pelo decreto-lei de nº 25 (BRASIL, 2005). Em 1948:

A Fazenda do Pombal foi adquirida pelo Ministério da Agricultura, já com a área reduzida a 89,50 hectares. Supõe-se ter sido comprada a parte que continha a sede principal, da qual ainda restam as ruínas da sede e do engenho. De 1945 a 1950 a Fazenda do Pombal passou por uma mudança drástica: o terreno foi terraplenado em toda área que um dia fora construída a casa de senhores, para a instalação de um posto fixo

agropecuário com plantação de peral, mangueiral, criação bovina, suína, etc. (BRASIL, 2005).

O Povoado da Prainha tem início no século XIX quando, no período pós-abolição da escravidão, fazendeiros da região de Ritópolis doaram terras de suas propriedades para este fim. Já o povoado de Colônia José Teodoro tem início no século XIX, quando o governo brasileiro cria políticas de incentivo para atrair imigrantes estrangeiros para substituir a mão de obra escrava. Rybeirrolles (1980), diz que neste período muitos proprietários rurais e várias companhias foram subvencionados e receberam prêmios pró-imigrante. Deste modo, muitas famílias italianas foram trazidas ao país, sendo São João del-Rei uma das cidades onde se formaram núcleos de colonos. Guimarães et al. (2008), afirmam que a instalação deste núcleo se deu por ordem do Ministério da Agricultura nos terrenos da antiga Fazenda do Marçal, situada na várzea do Marçal e da antiga fazenda de José Theodoro na margem esquerda do Rio das Mortes. Os autores ainda acrescentam que:

Com muito custo, as casas simples, de pisos de chão batido, foram finalmente construídas e, juntamente com os terrenos, distribuídas às famílias sofridas de imigrantes. Naquele momento, nascia uma nova fase na colônia. Eles imediatamente iniciaram plantações de arroz, feijão, milho, batata inglesa, café, mandioca, marmelo, trigo, laranja, manga, figo, maçã, pêssego e hortaliças. (GUIMARÃES ET AL., 2008. 100p.)

Com relação ao povoado de Penedo, os autores supracitados afirmam que:

Por volta de 1940 com a exploração mineral do manganês, surge o povoado de Penedo. A estrada de ferro do Oeste se expande e vai até o Penedo, passando pela Fazenda do Pombal, para o escoamento de minerais. Localizado a 6 km de Ritópolis, o povoado de Penedo possui casas típicas da época da mineração. (GUIMARÃES ET AL., 2008. 70p.)

No entanto, os próprios entrevistados relatam a existência do povoado em datas anteriores, nos períodos das grandes fazendas do século XIX.

Considerando os dados referentes à moradia nas três comunidades, percebemos que os moradores entrevistados nos povoados de Penedo, Prainha e Colônia José Teodoro, em sua maioria, não são os primeiros ocupantes da área em que residem, de modo que 46,9% (n=49) destes não possuem documentação da área (Tabela 1). Ainda assim, 98% (n=49) dos entrevistados classificaram sua residência como propriedade privada (Tabela 2), e 67,35% (n=49) ocupam a área há mais de 30 anos (Tabela 3).

Em Prainha, os atuais moradores não são os primeiros ocupantes da área, pois receberam o terreno onde residem como herança de pais e parentes que não possuíam documentação do mesmo, o que reflete na situação de não legalização, onde muitos ainda não possuem qualquer tipo de documento que comprove a unidade territorial como propriedade privada. A Colônia José Teodoro apresentou nos últimos anos um aumento do número de propriedades de veraneio em situação ilegal. Seus proprietários não residem no local, fato que dificultou a realização de entrevistas com os mesmos. De modo distinto daquele primeiro povoado, majoritariamente os entrevistados possuem documentação da área, pois os residentes locais, em sua maioria, são remanescentes das famílias de colonos italianos que receberam doações do governo brasileiro. Em Penedo, os moradores são herdeiros de antigas fazendas, tendo adquirido sua propriedade por divisão de terras de pais e parentes. Sendo assim, muitos também não possuem documentação da área. Já aqueles que possuem, afirmam ter adquirido a propriedade através da venda de lotes pela prefeitura, ou por terceiros.

Como grande parte dos entrevistados reside na região há mais de trinta anos, tendo desenvolvido uma relação de pertencimento ao território, eles afirmam serem os proprietários da terra mesmo quando não possuem certificação legal para tal. Podemos compreender esse fato a partir da definição de território dada por Milton Santos (2006):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2006. 174p.)

A grande maioria dos entrevistados não mais explora a área tornando-a produtiva. No entanto, ainda é comum a criação de animais e o cultivo de hortaliças para o consumo próprio⁸. O abandono da produção agropecuária na região pode estar relacionado às dificuldades encontradas pelo pequeno produtor em receber incentivos do Governo Federal, bem como à legislação ambiental que muitas vezes impede estes agricultores de

⁸ Em algumas propriedades da região, ainda é uma atividade presente a criação de um ou dois suínos e alguns bovinos para o consumo da carne e leite. Na maioria das propriedades, foi possível observar a criação de aves (galinhas, galos) para consumo de carne e ovos.

realizarem atividades costumeiras em sua relação com a terra, como o roçado, o pasto, ou o corte de árvores nativas para construção de casas, feitiço de cercas e uso como lenha.

Sendo assim, muitos destes ao abandonar as atividades no campo têm como principal meio de sustento a aposentadoria ou outro benefício advindo da previdência social, característica essa comum entre os moradores mais velhos. Entre os mais jovens (filhos e netos dos entrevistados) tornou-se corriqueiro deixar o ambiente rural e buscar oportunidades de emprego na cidade.⁹ Alguns poucos desenvolvem novas atividades como o artesanato, mas encontram dificuldades em dar seguimento devido à escassez, ou limitação, no uso de alguns recursos naturais para o feitiço de suas peças¹⁰.

Especificamente no povoado de Penedo, parte da população tem sua força de trabalho absorvida na atividade de mineração. Em Penedo, a atividade mineradora iniciada na década de 1940, com a extração de cassiterita e manganês. Mas, a mineração no povoado se encerrou nos anos 1990, deixando um contingente de pessoas desempregadas (BRASIL, 2005). Apesar disso, através dos relatos atuais pode-se constatar que atualmente a extração de minério voltou à ativa (Figura 4).

Durante a realização das entrevistas, em diversos momentos, os moradores relataram os impactos ambientais gerados pela mineradora, como a ameaça constante da perda do fornecimento de água para as casas, já que esse empreendimento se localiza muito próximo a principal nascente que fornece água para o povoado. Além disso, afirmam que o lençol freático está sendo atingido, comentam sobre o excesso de poeira provocado pelas carretas que transportam o material, apontado como algo prejudicial à saúde da população. Fato que torna a situação complexa, pois ainda assim acreditam que sem a existência dessa atividade econômica, o povoado iria “empobrecer” e sem emprego as pessoas acabariam indo embora.

“Precisa ater o que está fazendo, principalmente lá do outro lado, que tem uma mina d’água, desde criança eu vejo que tem aquilo lá. Em certo ponto aquela água vai terminar, vai acabar... acho que isso não esta

⁹ Não foi nossa intenção analisar as causas e consequências dessa mobilidade. Indicamos que há uma bibliografia na Sociologia e Antropologia Rural que foca a análise da mobilidade dos camponeses. Alguns estudiosos da mobilidade camponesa apontam, em linhas gerais, que as causas dessa mobilidade advêm tanto da pressão direta da grande propriedade e/ou do Estado expropriador, quanto da própria lógica interna da reprodução da agricultura camponesa. Ver, por exemplo, Wanderley, 1996.

¹⁰ Em relação ao conceito de recurso, Castro (1993) assegura-se que os diferentes grupos sociais percebem e atribuem valores distintos ao mesmo.

certo também não. Dá serviço, mas estraga.” (Entrevistado 1, morador do Penedo)¹¹

A relação paradoxal entre os impactos gerados pela mineradora de cassiterita e a relação de trabalho das pessoas que são atingidas pelo impacto pode ser atribuída ao fato de que a maioria dos moradores do povoado já trabalhou ou tem parentes que já trabalharam na mineração do Penedo:

“Também dá prejuízo e benefício, porque o benefício é que emprega parte dos moradores da população, entendeu, e o prejuízo é que tá deixando rastro de degradação sujeito até a acabar com a água do povoado” (Entrevistado 2, Morador do Penedo)

Após entender as relações socioeconômicas na região, partimos para a análise da percepção ambiental dos moradores no que diz respeito ao papel da UC na região. A obtenção de relatos e depoimentos fundamentados na percepção de atores sociais como alternativa para estimular diálogos entre os múltiplos saberes, dentre estes o popular e o científico é sugerida por Maroti (2002). Com a utilização dessas ferramentas, os sujeitos da comunidade tornam-se atores na ruptura da relação “sujeito-objeto”. A importância dessa ruptura é que nos leva a uma sociedade mais justa, bem como proporciona outras perspectivas sobre a natureza e sobre os próprios sujeitos.

Faggionato (2007) ressalta que o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância. Por meio dele, é possível conhecer cada um dos grupos envolvidos, facilitando a realização de um trabalho com bases locais, partindo da realidade do público alvo, para conhecer como os indivíduos percebem o ambiente em que convivem, suas fontes de satisfação e insatisfação. Bousquet (1989) ampliou esta consideração ao enfatizar a necessidade dos programas de conservação serem estabelecidos em função de imposições sociais, econômicas, culturais e ecológicas e da percepção que as populações envolvidas têm do ambiente. A importância da pesquisa sobre percepção ambiental para a gestão ambiental foi ressaltada na proposição da UNESCO (1973), que diz: “uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes”.

¹¹ Ao longo do texto, as declarações dos moradores serão transcritas *ipsis litteri*. A identidade dos mesmos será mantida em sigilo, por motivo de acordo entre os entrevistados e entrevistadores.

Com relação à FLONA de Ritópolis, percebemos que foi atribuído à mesma o papel de responsável pela preservação ambiental e fiscalização, local de produção de mudas e guardião do patrimônio histórico (ruínas da casa de Tiradentes). Observamos que alguns moradores denominam UC como IBAMA (órgão governamental responsável por sua gestão até a criação do ICMBio), enquanto outros como Fazenda do Pombal, nome que remete ao caráter histórico do local. Para além da forma de se referirem à FLONA, os moradores citam que a mesma possuía utilidade para os moradores da região somente na época em que o terreno pertenceu ao Estado, quando gerido pelo Ministério da Agricultura, isto é, quando funcionava como posto produtor de sementes agrícolas.

“Fazenda do Pombal é uma coisa muito importante que é uma lembrança de Tiradentes né... Dizem que ele foi nascido lá. Que ele morou lá eu sei, que tinha até uma parede. Não sei se eles derrubaram.” (Entrevistado 3, morador de Prainha há 89 anos)

“Serve assim, é uma reserva para os bichos. Para nós... de primeiro plantava muita fruta, verdura. Mas, agora não. Então, que é mato... para bicho, né. Agora, lá dentro eu não sei como que é, o que movimenta lá, não posso te falar.” (Entrevistado 4, morador de Prainha há 80 anos)

“O Colônia(...) hoje cê não pode nem cortar um mato mais, eu já falei que nós vai virar é índio. Vai ficar só dentro do mato. É mesmo, uai! A gente não pode nem roçar pasto mais. De primeiro dava muito serviço pra nós lavrador por aqui, agora nem serviço, lá vai tudo pra cidade agora. (...) Eu não vou, eu vou quando juntar os pé.” (Entrevistado 5, morador da Colônia José Teodoro há 54 anos)

Quando se discute especificamente o estado de Minas Gerais, percebemos que a ocupação de seu território teve início no final do século XVII, com a descoberta de ouro e pedras preciosas na região estudada. Com isso, a expansão das áreas de mineração levou ao povoamento de todas as regiões do estado, com exceção dos vales dos rios Doce e Mucuri. A necessidade de abastecimento dessa população impulsionou a realização das atividades agropecuárias (MARTINS, 2007). No que se refere à implantação de UCs no Brasil, o início foi em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. Somente a partir da década de 60, com o avanço das fronteiras agrícolas, estas áreas foram ampliadas (DIEGUES, 2001). Portanto, tais unidades foram criadas em locais já habitados há muito tempo por populações extremamente dependentes da terra, e que em sua maioria percebem esta ação como uma arbitrariedade.

Palsson (1996) ressalta que a dicotomia moderna natureza / sociedade é muitas vezes tomada como certa. Baseada no modelo norte-americano de criação de unidades de conservação, onde se preza a natureza intocada, ou natureza selvagem (Wilderness) destinadas à recreação e visitas públicas sem moradores e sem uso dos recursos naturais. Dicotomia esta na qual se baseiam alguns modelos de conservação da natureza, como por exemplo, a corrente preservacionista que é caracterizada por relações de proteção da natureza intocada. Sobre a resistência das populações atingidas pela criação das UCs no Brasil, Pereira (2007) aponta que a criação e gestão destas áreas ainda tem se dado de forma centralizada com decisões “de cima para baixo”, limitando a participação pública.

Deste duplo olhar sobre o meio natural surge o conflito. De um lado está o produtor rural, que percebe a terra como um recurso e outros componentes ecossistêmicos como empecilhos à sua produção. Na outra extremidade está o Estado que visa proteger a biodiversidade local. Este conflito de interesses foi também constatado por Brambilla (2007) que descreve uma percepção negativa às restrições de utilização das áreas do entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul. Haddad e Pedlowski (2009) mostraram que agricultores do assentamento Antonio de Farias, em Campo do Goytacases, estado do Rio de Janeiro, criticam a perda de área útil da propriedade que poderia ser destinada ao cultivo. Da mesma forma, Fontana et al. (2004) verificaram a existência de conflitos na região do entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, no Espírito Santo, onde a população que depende da agricultura, mesmo reconhecendo a importância desta Área de Preservação, vê na reserva um limitante ao reduzir as áreas cultiváveis e restringir o uso do solo e das práticas normalmente utilizadas. Portanto, Palsson (1996) sugere o paradigma do comunalismo, com sua ênfase na prática, reciprocidade e comprometimento, como um caminho para fora dos dilemas ambientais atuais.¹²

Quando avaliam a relação da gestão da UC com a população local, a maioria dos entrevistados afirma não haver qualquer tipo de relação com os gestores da FLONA de Ritópolis. E apesar de alguns destes ainda afirmarem ter algum contato, percebemos que este se dá de maneira esporádica, em raras reuniões, ou somente com o funcionário do ICMBio morador da região. Ainda, dentre aqueles que afirmaram não ter relação com o

¹² O paradigma do comunalismo difere dos paradigma do paternalismo por rejeitar a separação de natureza e sociedade e as noções de certeza e monólogo, enfatizando, ao invés disso, contingência e diálogo.

órgão, alguns entrevistados apontam o IBAMA como um órgão severo e que aplica multas aos pobres.

“Não pode fazer nada, não pode cortar um graveto, não pode nada... passarinho está em tempo de voar para dentro de casa e dormir na cama com agente. Não pode dar uma pedrada, não pode para matar, o que é isso? Que mundo vai ficar isso daqui? (...) Esse negócio de IBAMA, depois que eles criaram esse troço de IBAMA, virou uma droga. Porque, olha, diz que não pode buscar nem lenha seca, fogão gasta lenha seca. A lenha está apodrecendo no chão lá, não pode pegar porque o IBAMA vem em cima. Negócio esquisito.” (Entrevistada 6, moradora de Prainha há 71 anos)

“Só que eu acho eles meio severos, tem muita coisa aí que eles multam uns pobres que não estão podendo pagar. Inclusive meu tio, o neto dele estava fazendo uma cerca que precisa de fazer... Eles vieram e multaram eles, multaram porque cortaram árvore pra fazer a cerca né. Eu acho assim, que cortar coisa atoa, não sendo pra ter atividade nenhuma, aí está certo multar, mas a pessoa... Uma coisa que a pessoa está precisando de fazer, cortar mourão pra botar na cerca, não tem problema não. Na minha cabeça num tinha problema nenhum não né?!” (Entrevistada 7, moradora de Prainha há 68 anos)

Ao discutir a conservação ambiental, Oliveira (2005) diz que a criação de uma UC, primeiramente deve se pautar em um plano de manejo participativo e sustentável baseado em um trabalho em conjunto, o qual utilizaria a educação ambiental como um “instrumento para fomentar a gestão participativa”. Diegues (2001) ainda aponta que esta deve ser vista como projeto coletivo, mas também precisa ser igualmente assimilada como projeto individual ou familiar. Na verdade, mudanças (de práticas, de valores, de percepção) e novidades (procedimentos, regras, restrições) precisam ser assimiladas pelas pessoas, pois, nenhuma ação intencional do ser humano sobre a natureza é iniciada sem representações ou ideias que, em essência, refletem as condições de existência humana.

Com relação à visitação do local, a grande maioria dos entrevistados já visitou a sede, no entanto, muitos não sabem dizer como seria a paisagem da região sem a UC, sendo que os demais apontam que haveria uma menor fiscalização ambiental, perda da importância histórica regional, de um posto de trabalho para os moradores locais, ou ainda que não haveria mudança.

Daqueles entrevistados que afirmam já ter visitado o órgão, muitos realizaram a visita em período anterior à instalação do IBAMA na Fazenda do Pombal, no período do Ministério da Agricultura, quando se utilizavam do seu maquinário para pilar arroz, ou

quando crianças em visitas com a escola dos seus povoados, para atividades de lazer. O fato de grande parte desses afirmar não saber responder quando indagados sobre como seria a região sem a UC, pode ser explicado quando um número expressivo de entrevistados não terem convivência com a gestão desta UC, e desconhece o seu papel na região.

“Olha eu fui uma vez, mas já tem tanto tempo isso... Eu fui com turma de escola. Quando eu trabalhava na escola eu fui lá. Mas, deve ter o que... uns, de uns 28 anos por aí. Muito tempo atrás.” (Entrevistada 8, moradora de Prainha)

“Quando eu estudava eu ia lá. (...) Já faz muitos anos. Já fui com a escola lá um monte de vezes. Depois disso eu já fui lá duas vezes.(...) Passear...” “Quando eu estudava na minha época eles iam mais lá, naquela época não tinha ônibus era caminhão(...) A gente ia fazer um piquenique lá, daí leva as coisa de comer era tão bom.”(Entrevistada 9, moradora do Penedo há 51 anos)

“Eu te pergunto o que ela faz por aqui, o que você sabe e possa me dizer para eu te responder...(.) Porque eu não tenho conhecimento com ninguém lá, sabe?! Se alguém dissesse ela faz isso, isso, isso, assim e assim aí eu teria argumento para te responder. Mas eu falar uma coisa que eu não sei não tem cabimento, num é?!”. “Não digo pelo pessoal, eu digo por mim que eu não tenho o conhecimento. Não é culpa deles, é culpa minha que eu não tenho conhecimento. Porque as vezes fazem, as vezes tem, mas...” (Entrevistado 10, morador do Penedo há 12 anos)

Moraes (2006) fala que a integração da população na gestão dos recursos naturais atua não somente como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa. Por meio dos relatos obtidos e da análise dos mesmos, percebemos que a gestão da FLONA de Ritópolis apresenta pouco envolvimento com a população local de modo que essa não construiu com a administração da UC uma relação de pertencimento. Esse quadro se repete em muitas das demais UCs deste país como reflexo de gestões baseadas no SNUC que, em seu plano atual (Projeto de Lei n.º 2.892/92), traz uma visão extremamente conservadora da questão da conservação ambiental no Brasil. Modelo este duramente criticado pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), que propõe normas para a conservação baseadas na indissociável relação sociedade/ambiente.

Faxina (2011) discute que os interesses do poder público prevalecem aos interesses dos proprietários rurais, ao se definirem normas sobre uso dos recursos naturais no meio rural, ou na criação e gestão de UC:

Aparentemente, os interesses do poder público ou da sociedade organizada prevalecem aos interesses das comunidades e, mais precisamente, dos proprietários rurais, ao se definirem normas sobre uso dos recursos naturais no meio rural, ou na criação e gestão de UC, que é também uma forma de restrição ao uso da terra. Mesmo tratando-se de políticas revestidas de um discurso do benefício coletivo de toda a sociedade, não há como negar que os que vivem do e no campo são os primeiros a serem atingidos de forma mais direta. (FAXINA, 2011. 239p.)

Ainda sob este cenário, acreditamos que como afirma McNeely (1992) na Conferência Introdutória ao IV Congresso Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas:

A relação custo/benefício de conservar uma área protegida deve no final ser positiva para a população local se se aspira a prosperidade dessa região e para isso essas populações devem ser envolvidas no planejamento e manejo das áreas protegidas. (MCNEELLY, 1992)

Para Salinas (2005), áreas naturais protegidas devem ser manejadas com a participação ativa da população habitante circunvizinha e usuária. Pois, como afirma Bensusan (2006), tudo o que ocorre fora da área a ser protegida influencia o seu interior. Neste viés, Leff (2004) afirma que a gestão ambiental participativa propõe a possibilidade de integração da população marginalizada num processo de que satisfaça suas necessidades fundamentais, aproveitando os recursos ambientais e respeitando as identidades coletivas. De modo que, esta nova racionalidade produtiva se baseie no manejo múltiplo, integrado e sustentado dos recursos naturais, adaptados às condições ecológicas e culturais particulares de cada região.

5. CONCLUSÕES

Diante do exposto e dos depoimentos analisados neste estudo, fez-se a constatação de que desde a realização do Plano de Manejo desta UC em 2005 não houve mudança significativa na percepção ambiental dos moradores do seu entorno quanto ao papel que a FLONA de Ritópolis deveria exercer na região.

Cabe à gestão da FLONA de Ritópolis uma maior aproximação com as comunidades dos povoados e uma reformulação do plano de manejo para que se incluam os dados recentes sobre as questões socioambientais, bem como sobre os impactos ambientais gerados nas zonas de amortecimento e entorno dessa unidade de conservação.

Por parte das empresas geradoras de impactos, há a necessidade de serem implantadas medidas mitigadoras ou compensatórias, como forma de diminuir os impactos gerados pela utilização dos recursos naturais naquela região.

A gestão da FLONA de Ritápolis apresenta pouco envolvimento com a população local de modo que esta não construiu com o ambiente desta UC uma relação de pertencimento. Torna-se necessário romper com a hegemonia dos valores preservacionistas, surgidos no ambiente urbano, sobre o cotidiano do Brasil rural. Revela-se a necessidade de aproximação entre a população dos povoados de Penedo, Prainha e Colônia José Teodoro e a atual gestão da UC, com a implantação de programas de visitação mais efetivos e que atendam aos anseios da população local. Os moradores do seu entorno podem e devem participar da gestão desta Unidade construindo um Conselho Consultivo atuante.

Consideramos, por fim, inegável o potencial turístico regional e de desenvolvimento de atividades artesanais pela população estudada, o que poderia contribuir para o desenvolvimento local e desta Unidade. Somente assim esta será capaz de cumprir, além da conservação da biodiversidade, o seu papel social.

6. AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha equipe de trabalho: à Orientadora Professora Dra. Letícia Maria Vieira, à co-orientadora Dra. Carmen Andriolli e aos graduandos em Ciências Biológicas Eliane Siqueira Câmara e Leonardo Barbosa Rangel. Agradeço, também, o auxílio prestado pelos funcionários do ICMBio-FLONA de Ritápolis.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004, 294p.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 176p.
- BOUSQUET, B. Elements de base pour une politique de conservation des espaces naturels dans le cadre des projets de développement. In: **MALDAGUE, M.; MATUKA, K & ROLAND, A (eds)**, Environment et gestion des ressources

naturelles dans la zone africaine de l’océan Indien: Comores, Madagascar, Maurice, Réunion (France), Seychelles. Séminaire International Sur la Gestion de L’environnement Tomasina, Madagascar 25 Sep. – 02 Oct., Paris, Unesco, pp. 305-328. 1989.

BRAMBILLA, M. **Percepção ambiental de produtores rurais sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS) na perspectiva do desenvolvimento local.** 2007. 70p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local Campo- Universidade Católica Dom Bosco, 2007.

BRASIL, 2000. Lei Federal Nº 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL., 2005. Plano de Manejo da FLONA de Ritópolis. MMA - Ministério do Meio Ambiente/ IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Brasília.

CASTRO, C. F. A. **Algumas considerações a respeito do manejo visando ao rendimento sustentado de recursos florestais.** Cuiabá: SEMA, 2000, v.1, 8p.

DIEGUES, S. C. A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Editora Hucitec, 2001, 169p.

FAGGIONATO, S. Percepção ambiental. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em: 18 mar. 2013. FAXINA, F.; TREVIZAN, S. D. P. Conservação Ambiental no Campo ou estratégia de transferência de Recursos do Rural ao Urbano. **Sociedade e Natureza**, ano 23, n. 2, p.237-247, 2011.

FONTANA, A.; IRVING, M. A.; SILVA, H. P. Percepção ambiental do entorno da estação biológica de Santa Lúcia, Santa Tereza – ES: resultados preliminares. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. I, 2004, Curitiba.

GUIMARÃES, B.M.M.; FILHO, J.A.C.; LEAL, M.C. **Paisagem das Vertentes:** Caderno 1. São João del-Rei: UFSJ, 2008, 100p.

HADDAD, L. N., PEDLOWSKI, M. A. Explorando a tensão entre proteção ambiental e reforma Agrária: o caso das áreas de preservação permanente e de reserva legal do Assentamento Antonio de Farias, Campos dos Goytacazes, RJ. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. pp. 1-22, 2009, São Paulo.

IBGE, 1992. Manual técnico da vegetação brasileira. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF. 91p.

- LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 494p.
- MAROTI, Sérgio Paulo. **Educação e Interpretação Ambiental junto à comunidade do entorno de uma Unidade de Conservação.** São Carlos: UFSCAR, 2002. 145 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.
- MARTINS, L.M. **História e Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007, 144p.
- MORAES, E. A. Áreas protegidas, inclusão social e turismo. In: II Seminário Brasileiro para áreas Protegidas e Inclusão Social – II SAPIS, UFRJ. 2006, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, I. A. Gestão de conflitos em parques: estudo no caso do contorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2006. 269p. Tese. Doutorado de Pós-graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis, 2005.
- PÁLSSON, G. Relações Homem – ambiente Orientalismo, paternalismo e comunalismo. in: P. Descola & G. Pálsson “Nature and Society: Anthropological Perspectives. Routledge, London & New York, p.63-81, 1996.
- PEREIRA, D. B. Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In:Zhour, A; LASCHEFSKI, K; Pereira, D. (Org’s). **A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais.** Belo Horizonte: Autentica, p.119-142, 2005.
- PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação.** Londrina: Planta, 2007, 327p.
- RIBEYROLLES, C. **Brasil Pitoresco.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, 239p.
- SALINAS, M. F. P. **La participación en el manejo de áreas naturales protegidas.** Cuernavaca: Universidad Autónoma de México, 2005, 327p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006, 174p.
- UNESCO. Rapport final du group d’experts sur le project 13: la perception de la qualité du milieu dans le Proramme sur l’homme et la biosphère (MAB). Unesco, Paris, 79 p. (Série des rapports du MAB 9). 1973.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinto brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 1996.

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS DO CLIMA NAS ZONAS RURAIS DA GUINÉ-BISSAU¹

Boaventura Santy - NEPED/UFSCar - PPGSEA/USP
vazsanty@yahoo.com.br

CAPES

GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

RESUMO

Este artigo teve como propósito o debate dos desafios da implementação de políticas relacionadas às alterações ambientais nas zonas rurais da Guiné-Bissau, tomando como recorte a ilha de Formosa, habitado majoritariamente por comunidades tradicionais de etnia Bijagó. A partir do conceito de vulnerabilização procurei analisar a problemática das mudanças do clima na Guiné-Bissau e os desafios que estes representam e poderão representar para as comunidades mais vulnerabilizadas. Busquei também problematizar as possíveis tensões e conflitos que poderão surgir em decorrência de implementação do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau (PANA-GB). Estes tensões e conflitos poderão se manifestar na forma como se defini o problema e nas soluções preconizadas, tendo em conta que os atores envolvidos possuem arcabouços diferentes, nomeadamente o saber tradicional- leigo- e o saber perito - técnico-científico.

Boaventura Santy: possui graduação Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente é doutorando em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar).

¹ Agradeço imensamente a Professora Norma Valencio pelas sábias contribuições ao artigo.

INTRODUÇÃO

A temática das mudanças do clima tornou-se um assunto premente na Guiné-Bissau, sobretudo a partir dos meados da década de 2000. Grupo de técnicos, uns afetos ao Estado e outros ligados às ONGs nacionais e internacionais que atuam no país, têm se dedicado às pesquisas e ao debate da temática das mudanças do clima, suas possíveis consequências negativas, bem como as propostas de adaptação às mesmas, a serem executadas nas regiões mais suscetíveis do país. O debate que ocorre a nível nacional é, em grande medida, reflexo do que vem ocorrendo a nível internacional, em particular, nas Conferências das Partes (COP), organizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC).

Neste artigo o meu propósito é apresentar os desafios de construção e implementação de políticas de adaptação às mudanças do clima em zonas rurais da Guiné-Bissau, tomando como recorte territorial de análise a ilha de Formosa no Arquipélago dos Bijagós. No texto apresento, primeiramente, o debate sociológico sobre a problemática das mudanças do clima, a partir do qual propus pensar o caso guineense. Em seguida, apresento à problemática guineense das mudanças climáticas e a análise a partir das categorias analíticas oferecidas pelo debate sociológico.

A problemática das mudanças do clima sob o ponto de vista das Ciências Sociais

As projeções das mudanças do clima prevêem um cenário de aumento significativo de eventos severos e extremos a nível global (IPCC, 2007). Os fatores de ameaça, contudo, poderão desnudar um conjunto de crises sociais cujas intensidades e consequências poderão variar conforme as condições sociais existentes. Por se tratar de possíveis cenários de crises sociais que configuram situações de desastres sociais, optamos por uma leitura desde o ponto de vista da sociologia dos desastres.

Os estudos sobre desastres são relativamente novos (QUARANTELLI, 2005). Os primeiros foram realizados no início do século XX. No entanto, só vieram a intensificar a partir da segunda metade do mesmo, ao longo do período subsequente a II Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria. Tal intensificação, contudo, possibilitou o surgimento de várias abordagens analíticas sobre o desastre, criando um dissenso entre

os principais autores em relação à definição do conceito desastre (GILBERT, 1998; QUARANTELLI, 1998, 2005; VALENCIO, 2009, 2010).

Gilbert (1998) procurou sistematizar as diferentes perspectivas que abordam o tema dos desastres. De acordo com o autor, existem três perspectivas teóricas por meio dos quais os estudos em desastres seriam orientados, a saber: desastre como algo deflagrado por um agente externo ameaçador, desastre como expressão social da vulnerabilidade e desastre como estado de incerteza das instituições.

1) *Desastre como algo deflagrado por um agente externo ameaçador* - parte de perspectiva de que desastre é resultado da interação conflituosa entre agentes externos, o lugar e a comunidade que ali reside. Sendo os primeiros desencadeadores de agressões, as quais, a comunidade, de forma organizada, responde em caráter de autodefesa. Por conta disso, as explicações sobre desastres são buscadas na origem externas às comunidades afetadas, por exemplo, nos eventos naturais como chuva, altas temperaturas, maremoto, etc.

2) *Desastre como expressão social da vulnerabilidade* - segundo Gilbert (1998), é a concepção segundo a qual desastre seria resultado de relações sociais construídas no interior das comunidades. A ocorrência do desastre seria, segundo tal concepção, expressão da vulnerabilidade subjacente às relações sociais nas comunidades impactadas. Implica dizer que o desastre social e suas repercussões vão depender muito do modo como os indivíduos se organizam diante de eventos adversos. A partir desta concepção, de acordo com Valencio (2008), poderia se entender porque eventos extremos da mesma natureza, como por exemplo, furacões da mesma intensidade, em geral, provocam diferentes efeitos e danos em países como Haiti e Estados Unidos.

3) *Desastre como estado de incerteza das instituições* – segundo Gilbert (1998), é a concepção segundo a qual desastre seria um fenômeno sempre presente no imaginário social, com a possibilidade de ocorrer a qualquer momento devido às incertezas geradas pelas instituições. Segundo o autor, de acordo com tal perspectiva, a incerteza seria decorrente do alto nível de especialização tecnológica e da falta de conhecimento dos perigos aos quais as comunidades estão sujeitas, devido, em grande medida, a ausência de uma melhor comunicação entre a comunidade e as instituições. A utilização, pelos peritos, dos códigos de linguagens desconhecidos pela maioria da comunidade

funcionaria como empecilho à possibilidade de diálogo entre os mesmos, fazendo com que os perigos reais sejam desconhecidos pela maioria da comunidade.

As três perspectivas serão problematizadas. Contudo, a segunda perspectiva será problematizada em maior profundidade, na expectativa de que nos ofereça elementos analíticos para pensar o caso guineense. Para isso, lançaremos mão de debates sobre a vulnerabilidade e/ou a vulnerabilização relacionadas às mudanças do clima. Propostos de forma mais profundo por autores como Neil Adger e Kelly (2000), O'Brien *et al* (2004) Henri Acselrald (2006), entre outros.

De acordo com Adger e Kelly (2000), os estudos sobre a vulnerabilidade relacionada às mudanças climáticas poderiam ser resumidos em duas abordagens teóricas e metodológicas, quais sejam: vulnerabilidade como “ponto final” e vulnerabilidade como “ponto de partida”.

A vulnerabilidade como “ponto final”

De acordo com Adger e Kelly (2000), esta perspectiva tem como propósito o estudo da dimensão natural e física das mudanças climáticas, a saber: projeções de futuras emissões, desenvolvimento de cenários climáticos e impacto biofísico. Busca identificar as possibilidades de adaptação e, por fim, avaliar o grau de vulnerabilidade do sistema. Nesse caso, a vulnerabilidade é determinada, em grande medida, pelos eventos físicos ameaçantes, por isso, a necessidade de uma especial atenção em relação aos mesmos. As consequências adversas ocorridas na interação dos eventos com o sistema social definem o grau de vulnerabilidade deste, ou seja: a vulnerabilidade é medida pelo número de mortos, o nível de destruição das infraestruturas, o impacto na economia, etc. Diante disso, a avaliação de vulnerabilidade deveria ser condicionada a estimativa do potencial de mudança do clima e as respostas adaptativas (ADGER; KELLY, 2000).

De acordo com O'Brien *et al* (2004), o diagnóstico dos eventos biofísicos relacionados às mudanças do clima constitui a principal preocupação desta perspectiva. Geralmente, as soluções proposta pela mesma tendem a ser as seguintes: reduções de emissões de gases de efeito estufa e redução da sensibilidade dos diversos agentes econômicos, setores sociais e ambientais etc. Ainda segundo os autores, as Ciências

Exatas e Naturais teriam um papel central nesta abordagem, na medida em que elas constituem os principais instrumentos de diagnóstico dos problemas ambientais, bem como os principais provedores de soluções desta natureza. Soluções estas que passam pela promoção de adaptações técnicas, através de produção e transferência de tecnologia de países menos suscetíveis para os mais suscetíveis; aumento de fonte de financiamento, bem como o foco em questões de equidade e compensação (O'BRIEN et al, 2004).

A vulnerabilidade como “ponto de partida”

Diferentemente da primeira abordagem que compreende a vulnerabilidade a partir da capacidade de adaptação, a abordagem “ponto de partida” avalia vulnerabilidade independente de previsões de comportamento adaptativo, ou seja, do que vai ocorrer após o impacto (ADGER; KELLY, 2000). Sua análise concentra-se na avaliação de provável sensibilidade do sistema, o que inclui a sua capacidade de resposta diante dos efeitos adversos. Este passo, de acordo com Adger e Kelly (2000), constitui o ponto de partida para qualquer análise de impacto. Todavia, a análise de vulnerabilidade deverá estar sempre ligada a um risco específico ou um conjunto de riscos. Em outras palavras, pode-se dizer que a exposição é um dos principais determinantes da vulnerabilidade e, embora sejam autônomos, não existe um sem o outro. A vulnerabilidade diz respeito à capacidade dos indivíduos e grupos sociais de responder a - ou seja, para lidar com, recuperar ou adaptar-se - qualquer stress externo colocado em seus meios de subsistência e bem-estar, com foco no desenvolvimento sócio-econômico e restrições institucionais que limitam a capacidade de responder de forma eficaz (ADGER; KELLY, 2000). A adaptação, nesse caso, dependerá da capacidade de redução de vulnerabilidade no período anterior ao impacto do evento adverso previsto. Em geral, esta abordagem procura avaliar a capacidade de resposta de indivíduos e grupos frente a um stress específico, ao identificar as sensibilidades que, porventura, possam limitar ou aumentar a sua capacidade de resposta.

Acselrad (2006), por seu turno, prefere problematizar a forma como a vulnerabilidade é construída, o que o mesmo denominou de processo de vulnerabilização. O autor sugere que os vulnerabilizados sejam concebidos “como

vítimas de uma proteção desigual” (ACSELRAD, 2006, p.1). Ao se focar na responsabilidade e na capacidade de resposta do Estado e não dos indivíduos, poder-se-ia compreender os mecanismos que contribuem para que um sujeito se torne vulnerável e, só assim, se poderá alterar as formas de relação e processos decisórios políticos que servem de mecanismos de vulnerabilização dos menos protegidos. Para o autor, é importante deixar patente, a priori, que a proteção aos cidadãos é da inteira responsabilidade dos Estados nacionais, assim um dos principais variáveis de análise, quando se requer compreender o processo de vulnerabilização, deveriam ser, os processos pelas quais a “capacidade de defesa” dos grupos sociais é diminuída, por um lado, e as medidas do Estado com vistas à proteção deste mesmo grupo, ou seja, que ações estão sendo empreendidas visando minimizar o processo de vulnerabilização, por outro lado. Esta constitui a “relação de vulnerabilidade”. Segundo Acselrad (2006, p.2):

[...] se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais, para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que haja mudança nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos.

Significa dizer que avaliar os mecanismos de distribuição de proteção do Estado entre os diferentes grupos sociais é essencial para encontrar formas de respostas eficientes para diminuir o processo de vulnerabilização. Ante o processo de vulnerabilização, as exigências de tomada de medidas concretas por parte do Estado variariam conforme o contexto e o grupo social. Conforme salienta Acselrad (2006, p.3): “Sabemos que os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis”. Em outras palavras, os grupos socialmente menos favorecidos tendem a se conformar com medidas paliativas e pouco efetivas, na medida em que constituem uma parcela da sociedade altamente destituída tanto de recursos materiais, como de recursos simbólicos, o que inclui sua capacidade de vocalização política. Tais relações produzem o que o autor denomina de “superposição de carências”. Vulnerabilidade como ponto de partida é essencial para a compreensão da vulnerabilidade relacionada às mudanças do clima. A

nossa análise das relações que produzem ou poderão produzir e/ou intensificar as vulnerabilidades será balizada pelo conceito de vulnerabilização.

Ao pensar a vulnerabilização a partir da relação dos grupos sociais com o Estado, diríamos que no caso da Guiné-Bissau, existe atualmente uma relação de vulnerabilização “generalizada”, na medida em que a violência e as instabilidades políticas e militares têm estruturado a vida social do país nos últimos quinze anos, o que tem repercutido de forma deletéria no processo de estruturação do recente e já frágil Estado moderno guineense. O papel de promoção do bem estar social na Guiné-Bissau tem sido cada vez mais apropriado pela sociedade civil, através de ONGs e outras instituições independentes cujo poder e a capacidade de atuação em temas estratégicos como, por exemplo, as mudanças do clima, tem aumentado substancialmente. Nesse sentido, pensar a relação de vulnerabilização na Guiné-Bissau, em alguns casos, significa extrapolar o escopo do Estado, em grande medida pelas suas limitações, o que nos permite pensar as relações entre as comunidades e os atores que se “apropriam” do papel do Estado. Penso apropriação entre aspas, tendo em conta que estes atores, em geral, atuam em temáticas pontuais, de modo que não conseguem suprir todas as carências decorrentes da debilidade e relativa ausência das instituições do Estado, o que ocorre, sobretudo nas zonas rurais, que vivem numa relação de significativo abandono por parte do Estado.

Sobre a Guiné Bissau

A Guiné-Bissau é um pequeno país, situado na costa ocidental da África, entre o Senegal e a Guiné-Conacry. Possui uma população de 1.579. 632 habitantes (ONU, 2012) e uma área total de 36 544 km² (GUINÉ-BISSAU, 2009). Por volta de 55% da população do país vive em zonas rurais (ONU, 2012). O país é constituído por duas regiões: a parte continental e a insular. A região insular engloba o Arquipélago dos Bijagós e algumas ilhas espalhadas pelo território nacional. Três províncias constituem a divisão administrativa do país, quais sejam: norte, sul e leste. As três juntas englobam oito regiões. As regiões de Bafatá e Gabu situam na província leste. Bolama-Bijagós, Quinara e Tombali situam na região sul do país. No norte encontram-se as regiões de Cacheu, Oio e Biombo, mais o Setor Autônomo de Bissau, a capital do país.

De acordo com o último relatório do PNUD (2012), a Guiné-Bissau encontra-se entre os 10 países com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), num universo de 169 países que compõem o ranking. Dados do II Inquérito para Avaliação da Pobreza (ILAP) (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2011), indicam que, aproximadamente, 70% da população guineense vivem em condição de pobreza, sendo 33% em condição de pobreza extrema.

Nos últimos quinze anos, o país tem se mergulhado num ciclo de instabilidade, que teve início em 1998 com uma guerra civil com a duração de onze meses. De lá para cá, as fantasmas da guerra e da violência têm se feito presente. Vários golpes de Estado e atentados mal sucedidos ocorreram. O último golpe ocorreu em abril de 2012. A direção do país encontra-se atualmente na mão de um presidente e um governo de transição e dos militares que constituem um poder de fato. Desde 1994, altura em que foi realizada a primeira eleição democrática, os sucessivos governos nunca conseguiram terminar o seu mandato.

A Ilha de Formosa

A ilha de Formosa faz parte do Arquipélago dos Bijagós. Esta e mais duas ilhas, Nago e Chediã, formam o complexo Urok, o qual desde 2005 foi atribuído oficialmente o estatuto de Área Marinha Protegida Comunitária “AMPC” (IBAP, 2007). O complexo Urok possui uma superfície de 94 200 ha, incluindo 14 700 ha de terras emersas, sendo a Formosa a maior e a principal ilha do complexo. O estatuto de AMPC permitiu a configuração de uma estrutura governativa compartilhada entre as comunidades locais, o Estado e a ONG Tiniguena, sendo esta última a coordenadora do processo. Em Formosa, existe uma relativa presença do Estado, no entanto, seu funcionamento é muito limitado se comparado com a capacidade e abrangência de atuação da ONG. Contudo, ainda que haja necessidade de observar as particularidades do lugar, é possível pensar a relação de vulnerabilização pela atuação ou pela omissão do Estado. Dois elementos que quando combinados podem ter efeitos fortemente deletérios, que são a inexistência de saneamento básico e água potável para consumo humano. Estes dois fatores ainda são grandes responsáveis por doenças de veiculação hídrica, que, num contexto de intensificação dos eventos extremos da natureza, que constituem fatores de

ameaça, podem revelar uma situação de crise social aguda (VALENCIO, 2013). Mais preocupante é fato do sistema de saúde a nível local e nacional ser deficitário, não possuindo o país condições de oferecer suporte efetivo em casos de emergências. Em Formosa, como na maior parte da Guiné-Bissau, não existe defesa civil.

A ilha de Formosa é habitada majoritariamente por indivíduos da etnia Bijagó, um grupo tradicional cujo modo de vida e a relação com a natureza abordaremos a seguir.

Os Bijagós e o saber tradicional

Os Bijagós constituem um dos grupos étnicos da Guiné-Bissau. Residem majoritariamente no arquipélago dos Bijagós cujo nome foi colocado em homenagem aos mesmos, reconhecidos como os mais antigos residentes das ilhas.

De acordo com os relatos orais, as comunidades Bijagós foram formadas por Irãs² que, durante sua viagem por mundo afora, encontraram nas ilhas um lugar propício para manterem a sua residência e fundarem as suas comunidades. Eram diferentes Irãs, alguns deles pertencentes à mesma família e que representariam uma geração cada um deles. O sistema de geração constitui um elemento importante para definição de pertencimento dos Bijagós. Por meio dele, defini-se, sobretudo, a relação de “posse” da terra e a sucessão no regulado ou do Balobeiro³!

Para se fixarem nas ilhas, os Irãs teriam estabelecido um pacto com a terra e com a natureza do entorno, o qual lhes permitiu manipular a terra e produzir a sua subsistência. Este contrato inicial estrutura ainda hoje a relação do Bijagó com a natureza. Significa dizer que o uso da terra e dos recursos naturais ainda hoje é mediado por ritos propiciatórios sem os quais tais usos não seriam possíveis, segundo os relatos dos mesmos. Em geral, para o Bijagó da ilha de Formosa não existe uma diferença entre o mundo da natureza e o mundo social, entre os dois existe, sim, um *continuum*, uma relação sagrada baseada no pacto estabelecido entre os ancestrais e a terra, ou seja, a natureza é compreendida como uma entidade. Este pacto é mantido pela comunidade

²Entidade sagrada de práticas espirituais animista, existente na maioria do povo tradicional da Guiné-Bissau.

³Líder espiritual animista. Constituem descendentes diretos das gerações representadas por Irãs. Todas as aldeias Bijagó têm o seu Balobeiro ou Balobeira.

por meio dos líderes espirituais, os *Balobeiros (as)*, cujos poderes conferidos pela comunidade e com a ajuda dos *Irãs*, conseguem relacionar e manipular a terra e os eventos da natureza. Essa compreensão não só estrutura a relação do Bijagó com a terra, mas também a vida social como um todo. Para os Bijagós, as transformações no ambiente natural, por exemplo: a diminuição do período de chuva e sua consequente repercussão na sua reprodução produtiva de subsistência – agricultura de subsistência – têm a ver com problemas no cumprimento do pacto estabelecido pela comunidade com a terra no início de sua formação. Em outras palavras, muitos ritos e cerimônias religiosas que propiciam o uso da terra e de outros recursos da natureza teriam deixado de serem realizados, devido a problemas dentro da comunidade relacionados, sobretudo ao êxodo dos membros para centros urbanos e a desvirtuação da tradição. Estes problemas sociais, contudo, teriam refletido no comportamento da natureza que tem punido a comunidade por falta de cumprimento dos seus deveres. Para os Bijagós, entretanto, a resposta para os problemas reside num processo de reorganização social, de reafirmação da cultura tradicional e na recorrência ao Irã, cujo poder pode inverter a situação a favor da comunidade. Ao fazer isso, poderão continuar a reprodução de seus ritos propiciatórios e estabelecer uma relação mais harmoniosa com a natureza, evitando consequências negativas para ambas as partes envolvidas na relação.

Implica dizer que os discursos e as práticas dos Bijagós não são orientados no sentido de buscar a dominação da natureza em resposta a uma situação que configuraria uma incerteza natural, uma variabilidade não controlável da natureza. Isso porque para os Bijagós o motivo da “variabilidade” é bem sabido, não só sabido como “solucionável”. A natureza é representada como uma entidade que provê a subsistência da comunidade, no sentido de que esta os permite maximizar os recursos a partir de uma relação de reciprocidade, este último constitui em última instância o segredo da relação.

Em seguida, passo a falar da política nacional de adaptação às mudanças do clima, onde faço uma análise de como foi construído e as possibilidades de tensões e conflitos na sua implementação em lugares considerados mais susceptíveis, de acordo com os documentos oficiais da Guiné-Bissau.

O Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas da Guiné-Bissau (PANA-GB)

A construção da política nacional de adaptação às mudanças do clima na Guiné-Bissau origina de uma demanda coletiva dos países em desenvolvimento em fóruns multilaterais reservados para a discussão sobre a temática. Mediante a constatação de que os países não industrializados constituiriam os mais susceptíveis aos possíveis efeitos deletérios das mudanças do clima projetadas por um conjunto de cientistas, dos quais um número significativo participa do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças do Clima (IPCC na sua sigla em inglês), em 2001, durante a 7ª Conferência das Partes (COP7), ocorrida em Marrakesh, Marrocos, as partes acordaram um apoio financeiro, através do Fundo Mundial do Ambiente (FMA/GEF) a estes países, para a elaboração de um plano de ação a curto, médio e longo prazo que fosse fazer frente às ameaças das mudanças do clima. Esse plano foi denominado Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA/NAPA, este último na sua sigla em inglês). Neste documento, as nações deverão destacar a necessidade de avaliação dos efeitos ambientais e das consequências socioeconômicas das alterações climáticas, indicando o melhoramento da compreensão pública e política da questão (VALENCIO, 2009). Entre os países contemplados, afigura um grande contingente de países africanos, destacando-se os da África subsaariana, entre os quais a Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau, o documento síntese do PANA foi concluído no final de 2006. Neste, é apresentado um conjunto de diagnósticos sobre a situação socioambiental do país, com especial atenção às zonas rurais, bem como propostas de soluções técnicas vigorosamente recomendadas em resposta aos desafios das mudanças climáticas. Em geral, os diagnósticos apontam os setores de produção de subsistência, quais sejam: a agricultura, a pesca e a pecuária como os principais objetos do impacto deletério das mudanças do clima, o que poderá implicar em um grave risco à produção social de subsistência dos potenciais grupos afetados. Os impactos potenciais, de acordo com PANA/NAPA-GB (2006) incluem: a perda de terras aráveis devido à salinização (subida de nível do mar) e por acidificação (por falta de chuvas); redução de rendimentos das culturas agrícolas em cerca de 20 a 30%, inundações/cheias prolongadas; falta de pastos e pontos de água para os animais; mudanças nas rotas dos

cardumes dos peixes. Ainda de acordo com o mesmo relatório, isso levará, entre outros, a acentuação da deterioração do modo de vida das populações, sobretudo no meio rural;

No documento, contudo, é privilegiada uma abordagem das ciências naturais. É notável uma significativa ausência das dimensões política, socioeconômica, cultural, entre outras.

De acordo com Valencio (2009, p. 229-230):

[...] o [PANA] NAPA/GB, na sua versão atual, ainda não conseguiu envidar esforços para delimitar adequadamente as ocupações humanas que, na nação guineense, se referem a identidades territorializadas. Por conseguinte, os vieses étnicos e religiosos que perpassam as representações coletivas dos fenômenos ambientais e as práticas sociais correspondentes na produção social do lugar ainda são pouco sabidos pelo poder público a fim de fazer face às singularidades das demandas locais que serão feitas no suporte externo na manutenção da sobrevivência e reprodução coletiva no local.

No PANA, a vulnerabilidade a aparece fortemente na chave da vulnerabilidade como ponto final, ou seja, pensada a partir de uma avaliação da capacidade das comunidades se adaptarem em caso de concretização da ameaças representadas pelos eventos da natureza. Tanto que o projeto se propõe a pensar as medidas de adaptação, em lugar de uma proposta de redução das vulnerabilidades diante dos fatores específicos de ameaça, ou pensar o contexto desde o ponto de vista da vulnerabilização, ou seja, da qualidade das relações que as comunidades mais vulnerabilizadas mantêm com o Estado e com as demais instituições que atuam na promoção do bem estar social nestes lugares.

A concepção tradicional, aqui representada pelos Bijagós de Formosa, sobre as alterações ambientais encontra-se, em grande medida, na contramão do que vem sendo a concepção técnica e oficial sobre as mudanças do clima presentes no documento síntese do PANA. Os saberes locais baseado em um acervo tradicional e religioso e o saber perito baseado principalmente no conhecimento técnico-científico tensionam e conflitam no processo de definição do mundo objetivo e simbólico. A diferença na concepção ou na definição do problema a ser enfrentado pode implicar descompasso na resolução dos mesmos, o que poderá em última instância deteriorar a condição dos grupos mais vulnerabilizados.

Conforme Valencio (2009, p. 227):

[...] o arcabouço cultural da tradição pode, por um lado, ser visto como um recurso pouco válido para gerar respostas adaptativas na mesma celeridade como o contexto adverso vier exigir, suscitando situações coletivas de anomia, como a desesperança e prostração; ou, de outro lado, ser reafirmado ou renovado para compor, a partir do acesso, respeito e reiteração dos fundamentos de sua cultura, novas soluções para os novos desafios que o espaço apresentar.

No caso dos Bijagó, por exemplo, há um saber que diz respeito a sua relação com a natureza que, em grande medida, ordena a sua vida social, sobretudo no que toca a sua produção de subsistência e o modo como concebe a sua existência histórica. Os novos fatores de ameaça poderão suscitar novos desafios e com eles, novos questionamentos no interior do grupo que poderão colocar em xeque as instituições sociais estabelecidas. Neste contexto, uma possível “desqualificação” do saber tradicional que estrutura e ordena a sua vida social e a adoção de saberes que não fazem parte do repertório cultural do grupo poderá acarretar em uma crise social cuja intensidade é desconhecida. Ao pensar o desastre como uma crise social (VALENCIO, 2013). O que significa dizer que este é construído a partir de relações sócio-históricas, políticas e culturais. Acredito que é muito importante deslocar o grande foco nos fatores de ameaça e concentrá-los nos possíveis fatores de vulnerabilização, ou seja, nas relações sociais que envolvem os diferentes grupos de interesse no entorno desta temática, buscando entender a capacidade de vocalização que os grupos possuem; compreender e respeitar o entendimento das partes envolvidas e principalmente das pessoas ou comunidades que constituem “objetos” da política, no sentido de que possam participar ativamente na definição do problema e na construção e execução das soluções nas quais elas tenham participado.

PARA CONCLUIR

As políticas relacionadas às mudanças do clima exigem um olhar, um discurso e uma prática alternativa. Na Guiné-Bissau, assim como em boa parte dos países africanos, o Estado de direito ainda está em um lento processo consolidação. Significa dizer que o desafio de redução da vulnerabilização é grande. A vulnerabilização poderá ser maior ainda, caso se desconsidere a necessidade urgente de desvelar e problematizar as relações que a constituem e a perpetuam, em lugar de concentrar todos os esforços na

“compreensão” ou possível “controle” dos fatores de ameaça. Não proponho que se abandone o estudo dos eventos da natureza que poderão desvelar as vulnerabilidades, mas sim, que isso não se torne o centro, no sentido de evitar a negligência das principais causas da vulnerabilização.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 5. p. 49-60.jan./jun. 2002. Editora UFPR.

_____. **“Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas”**. In: HERCULANO, Selene, e PÁDUA, José Augusto (org). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Demará, 2004. p. 22.

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social: o papel da pesquisa**. II SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES. CFP; CRP, BRASILIA, 2011.

ADGER, W. N; KELLY, P. M. **Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation**. Climatic Change 47. 2000.

ADGER, N. W. **Vulnerability**. Global Environmental Change, Elsevier, v. 16, p. 268–281, 2006.

DIEGUES, A. C. **Conhecimento e manejo tradicionais**; Ciência e Biodiversidade. São Paulo, NUPAUB-USP. 2000.

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E.L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.11- 18.

O'BRIEN, K. ERIKSEN, S. SCHJOLDEN, A. NYGAARD, L. **What's in a word?** Conflicting interpretations of vulnerability in climate change research. CICERO Working Paper. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Indicators on Population. In United Nations Statistics Division. Demographic and Social Statistics. Statistical Products and Databases. Social Indicators, 2011. Acesso em: abril de 2013. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/default.htm>

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. **Impactos, adaptação e vulnerabilidade**. Bruxelas, 2007c.

PERRY, R.W.; QUARANTELLI, E.L (orgs). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris Press, 2005.442p.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In:_____(Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998. p.1-7.

REPÚBLICA DA GUINE BISSAU. MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE. **Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau (PANA)**. Bissau: PNUD, 2006 a.

_____. MINISTÉRIO DE ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)**. Bissau. 2005b.

_____. MINISTÉRIO DE ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO. **II Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)**. Bissau. 2011 a.

_____. **II Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza**. Bissau. 2011b.

_____. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS (INE, 2009).

_____. **Prestação de Serviços Sociais Básicos num Contexto de Fragilidade Estatal e de Transição Social**. Banco Mundial, 2008.

_____. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau 2007 – 2011**. Bissau, 78 pag. 2007.

SANTY, B. **As representações sociais das mudanças do clima e suas implicações no processo de territorialização: os Bijagós da ilha de Formosa, Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012. 142 f.

VALENCIO, N. **O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados**. Revista Cronos, Natal, v. 8, n. 1, p. 81-100, 2007.

_____. **Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2008, 28p.

_____ **Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre.** In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 3-18.

_____ **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa, 2009.280p.

_____ **Defesa civil num contexto multiétnico e multireligioso: Uma contribuição sociológica nos caminhos para assistência humanitária em Guiné-Bissau.** In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 227-234.

_____ **A Crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema.** In Sociologia dos Desastres. Construção, interface e perspectivas no Brasil. Volume III. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

AS RECONFIGURAÇÕES DAS IDENTIDADES DE TRABALHADORES RURAIS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA – SERGIPE

Gregorio C. Schettino, Dr. Marcelo A. Ennes Universidade Federal de Sergipe
gregcs87@gmail.com, m.ennes@uol.com.br
Fundação de Apoio à pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
GT1 - Ruralidades e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um conjunto de estudos ligados ao grupo de pesquisa Sobre Processos Identitários e Poder (GEPPIP/UFS) que desde 2007 vem estudando os impactos e consequências socioambientais da criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) sobre vários aspectos da vida dos moradores dos povoados do entorno do parque. Nessa pesquisa nosso principal objetivo é compreender as transformações identitárias produzidas pelas atividades de trabalhadores rurais após a criação do PARNASI.

O PARNASI, foi criado por Decreto Presidencial s/n em 15 de junho de 2005, com o objetivo de conservar os ecossistemas existentes de remanescentes de Mata Atlântica que apresenta duas espécies endêmicas dessa região, abrange área de 79,99 km², que se estende por seis municípios do estado de Sergipe, são eles: Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Campo do Brito, e Malhador. Nele encontram-se a Serra de Itabaiana, Serra do Cajueiro e Serra Comprida (MMA, 2011). O Parque Nacional Serra de Itabaiana está localizado a 46 km do município de Aracaju. Por suas belezas e recursos naturais, o PARNASI atrai turistas e outros visitantes cujas atividades vão além de passeios e registros fotográficos.

Na condição de Unidade Conservação (UC), os Parques Nacionais permitem em seu interior, apenas atividades sustentáveis. Tanto sua implantação quanto sua gestão é desenvolvida considerando, além da biodiversidade, os aspectos socioculturais e econômicos da área (SNUC, 2000). Desse modo o Parque Nacional deve levar em conta os interesses das comunidades atingidas. Isto é, deve ser um recurso de integração ao invés de

ruptura por prever a participação comunitária. Essa integração deveria abrir caminhos para a consolidação do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, apesar dos Parques Nacionais legalmente permitirem maior flexibilidade e diálogo entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹, e as comunidades de seu entorno, não é isso o que ocorre nos povoados próximos a Serra de Itabaiana. No Parque Nacional da Serra de Itabaiana, permanecem os usos insustentáveis de seus recursos naturais por olarias, fazendas, visitantes e moradores. O IBAMA não tem condições estruturais de fazer valer suas restrições somente pela fiscalização (SCHETTINO *et al*, 2009).

O problema se agrava, pois o plano de manejo do PARNASI, que deveria estar pronto no máximo até cinco anos após a criação da UC, mas ainda não foi elaborado. Desse modo os limites do parque não foram demarcados, impossibilitando determinar legalmente quais propriedades estão dentro do ou fora do parque. Além disso, tem impedindo a desapropriação e a indenização pelo Estado das propriedades do entorno².

Apesar das indenizações não terem sido pagas e os limites do parque não estarem totalmente claros, o IBAMA fiscaliza a região e autua os proprietários dessas terras. Entretanto a fiscalização não é eficiente, pois o IBAMA não tem pessoas suficientes para fiscalizar todas as atividades de impacto ambiental no parque (SCHETTINO *et al*, 2009). De modo que não consegue inibir por completo tais atividades. Mesmo assim, as ações do IBAMA juntamente com os demais órgãos ambientais como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)³, e a Administração Estadual de Meio-Ambiente (ADEMA)⁴, tem gerado conflito com a comunidade local, que tem como fonte de renda o trabalho com a terra tanto na agricultura e pecuária como nas atividades de extração mineral e vegetal (SCHETTINO *et al*, 2009).

A criação do PARNASI traz consigo toda uma legislação ambiental referente à utilização de recursos naturais em um Parque Nacional que é posta em vigor na região. As cerâmicas locais que utilizam esses recursos buscam seguir essa legislação que é nova para a localidade. Contudo os pequenos agricultores, pecuaristas, oleiros e extratores de pedra e de areia não conseguem se regularizar perante os órgãos ambientais e são colocados como

¹ Órgão fiscalizador do cumprimento da legislação ambiental

² Vale ressaltar que em um Parque Nacional é vetado à posse de áreas particulares e muito menos residência em seu interior (SNUC, 2000).

³ Órgão responsável pela gestão do PARNASI.

⁴ Órgão estadual responsável por emitir licenças ambientais.

ilegais. A legislação acaba por tratar de forma igual realidades desiguais reforçando e recriando hierarquizações sociais.

Estudos realizados sobre alguns dos povoados do entorno do PARNASI (ENNES, 2010) demonstra a criminalização de trabalhadores rurais do entorno que se utilizam dos recursos naturais ou simplesmente habitam dentro dos supostos limites do parque, colocando sobre estes, um rotulo/estigma (GOFFMAN, 2004) de degradadores do meio ambiente. Deste modo esta pesquisa tem como finalidade de averiguar se a criação do parque está contribuindo para o deslocando das identidades dos trabalhadores por meio, por exemplo, deste estigma. O trabalho rural praticado pelas gerações anteriores era visto como honesto e pesado e agora passa a ser tratado como ilegal.

Em estudo anterior (ENNES, 2010) verificamos a existência de um quadro de desigualdades sociais nas comunidades do entorno da UC. O estudo revelou, no entanto, a entrada do elemento “ilegalidade” tem acentuado e recriado desigualdades nos povoados reforçando a condição de exclusão e subordinação dos trabalhadores.

Os conflitos ambientais envolvendo UC's abarcam vários aspectos, que vão além do biológico incluem as dimensões econômica, social e a cultural. Os conflitos, por exemplo, foram produzidos em razão da implementação do PARNASI desconsiderar que as áreas das serras serviam como fonte de renda para parte da população.

Nos questionários⁵ aplicados nas comunidades identificou-se que muitos moradores nem sabem o que é um parque nacional, mesmo que estejam próximos ou dentro de um. A grande maioria não teve conhecimento ou não se recorda das reuniões entre comunidade e órgãos ambientais antes da criação do parque. A participação da comunidade na criação do PARNASI parece que foi mínima, não representando realmente o grupo dessas pessoas.

Espera-se que o estudo de problemas envolvendo comunidades e UC's pode contribuir para a discussão de como pode ser elaborado e planejado a implementação das UC's e o seu manejo de forma a minimizar os possíveis conflitos com as comunidades locais.

O estudo do problema específico do PARNASI e da comunidade serve como registro e denuncia do caráter contraditório de iniciativas preservacionistas que podem reproduzir relações assimétricas de poder reforçando assim a desigualdade social.

⁵ Foram aplicados questionários pelos pesquisadores do grupo de estudos GEPIIP nos povoados de Rio das Pedras, Ribeira, Bom Jesus e Bula Cinza no ano de 2012, acerca dos aspectos econômicos, das relações dos moradores com a área protegida e do PARNASI.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender as implicações da criação do PARNASI sobre as relações dos trabalhadores com as comunidades do entorno a presente pesquisa se utiliza da contribuição da abordagem teórica dos Estudos Culturais com as discursões acerca das identidades e de hibridismo. Busca analisar os processos identitários nos quais se produz a condição de trabalhador nos povoados do entorno do PARNASI. Para tanto, nos valem das contribuições de autores como Hall (2002; 2003; 2011) Woodward (2011) e Silva (2011) que reinterpretem a noção de identidade do início da modernidade, ao criticar as concepções que a considera como uma essência e unilateral. No lugar, propõem uma perspectiva relacional que entende a identidade como processo dinâmico, mutável, construído e reconstruído dentro das relações sociais e de poder na qual a diferença é um de seus elementos constituidores. (HALL, 2002; SILVA, 2011; WOODWARD, 2011; CUCHE 2006).

Nessa pesquisa, portanto, usaremos o conceito de “processos identitários”, pois este conceito remete a ideia dos Estudos Culturais que a formação de identidades é fruto de um processo relacional, mutável por meio de relações assimétricas de poder.

Esse trabalho ainda se utiliza da interseção do conceito de identidade de Manuel Castells (1999) com a dos Estudos Culturais. Esta interseção é possível já que as duas teorias trabalham com a relação de poder como fator de formação das identidades. Os processos identitários são formados nas relações sociais que são transpassadas pela relação de poder. Castells (1999) enfoca as relações de poder na produção de identidades, ponto fundamental que a pesquisa usará para esclarecer melhor as relações sociais que ocorrem na formação de identidades nos povoados estudados.

No que diz respeito aos Estudos Culturais, a discursão sobre “hibridismo” ou “hibridação” feita por Canclini (2006) é bastante útil para atingirmos os objetivos propostos na pesquisa que deu origem neste artigo. Os trabalhadores estão em uma posição híbrida o fato de viverem no entorno de uma UC e explorar alguns dos recursos naturais do local os colocam na fronteira da ilegalidade. A discussão do não lugar (CANCLINI, 2006) ou do terceiro espaço (BHABHA, 1996) será o caminho para entender como é produzido e onde é o local desses trabalhadores nesse contexto. As divisões binárias não conseguem mais explicar as novas produções fruto das interações culturais, que não era percebido tão

claramente, questionando a pureza dos grupos sociais, pois tudo de certa forma é produto de miscigenações (CANCLINI, 2006). O espaço híbrido é a recombinação de culturas diferentes para criar uma nova cultura (CANCLINI, 2006).

Canclini (2007) nos auxilia a pensar as diferenças e desigualdades da comunidade, os grupos além de diferentes possuem forças e acessos desiguais aos recursos. Ponto chave para a posição dos indivíduos nas disputas. No contexto do parque o acesso aos recursos, tais como lenha e barro entre olarias e cerâmicas são desiguais, já que essas últimas são mais capitalizadas tanto financeiramente, quanto em termos de conhecimento sobre a legislação.

METODOLOGIA

O artigo foi desenvolvido com base em dados extraídos de questionários aplicados pelos estudantes que compõem o grupo GEPIIP em 2012 em cinco povoados do entorno. São eles: Rio das Pedras, Bula Cinza, Serra, Bom Jardim e Ribeira. O uso de questionários junto das entrevistas se faz necessário para atingir um número maior de moradores para averiguar a impressão sobre o parque e a relação destes com trabalhadores e o próprio parque.

O recorte empírico serão trabalhadores rurais que residem nos povoados do entorno do parque que de alguma forma seu trabalho está ligado à extração de recursos naturais: como extratores de pedra ou areia, olarias, carroceiros que transportam areia da serra, ou agricultores e pecuaristas em terras dentro dos limites do PARNASI, considerados pelo IBAMA.

A intermediação entre o pesquisador com os atores sociais da comunidade está sendo feita por meio de outros pesquisadores do grupo de pesquisa Sobre Processos Identitários e Poder (GEPIIP) que trabalham com os povoados do entorno do PARNASI desde 2007 e já produziu pesquisas acerca dos impactos e conflitos entre os povoados do entorno e a criação do parque.

Além dos dados quantitativos, estamos nos apoiando em técnicas qualitativas, pois é o mais apropriado para responder perguntas sobre “o como” e/ou entender o processo pelo qual tal fenômeno ocorre (GOODE & HATT, 1979), no caso a compreensão dos processos identitários. A pesquisa visa compreender como os trabalhadores rurais da região do

entorno se autoidentificam, como são identificados pelos interlocutores mais imediatos e caso ocorram como se deu a realocização social desse grupo na comunidade a partir da ilegalidade de seu trabalho apontado após a criação do PARNASI.

As entrevistas de caráter qualitativo está sendo realizada por meio de roteiros semi-estruturadas, em que o pesquisador terá mais liberdade para conduzir as entrevistas (GOODE & HATT, 1979). Formulando perguntas no decorrer da narrativa, dependendo da fala do informante, acerca das informações relevantes a atender as perguntas da pesquisa. A entrevista tem sido gravada, quando permitido pelos entrevistados, para um melhor registro dos detalhes (BEAU & WEBER, 2007). Vale ressaltar que a pesquisa esta em curso e que todas as entrevistas não foram realizadas. Apenas três entrevistas realizadas, duas no povoado Rio das pedras com donos de pequenas olarias e uma no povoado Ribeira com uma agricultora que tem um filho que trabalha na extração de pedras.

DISCUSSÕES

A partir das entrevistas e questionários até aqui realizadas os dados dos moradores mostram que os entrevistados concordam com a importância da conservação do meio ambiente e acham a ação necessária, entretanto discordam em parte das ações do IBAMA. Para eles o IBAMA permite que as indústrias extraiam grande volume de recursos por pagarem altos valores pelas licenças ambientais e que as autuações só ocorram para os pequenos trabalhadores que não podem pagar por licença e esses trabalhadores só fazem a retirada ilegal por necessidade e em um volume muito menor.

Aos olhos das comunidades estudadas os órgãos ambientais são rígidos com os pequenos que são os menores causadores de impacto apenas por não pagarem taxas caras de legalização, ou seja, na visão da comunidade o IBAMA não prioriza o meio ambiente já que permite as atividades das indústrias da região.

Em todo relato da população aparece um, se assim se pode dizer, mito sobre taxas da legalização, é unanime que o valor pago pelas cerâmicas é exorbitante e que “só os grandes podem pagar”. Entretanto sabe-se que não existem tais taxas no processo de licenciamento da ADEMA, o que ocorre é um boato nas comunidades e eles acreditam piamente, pois pessoas de “confiança” de cada entrevistado foram quem os informaram. O que denota a

necessidade de uma conscientização sobre o processo de regularização ambiental para esses trabalhadores.

A maior parte dos moradores, que responderam ao questionário⁶ desconheciam que houvesse tido reuniões acerca da criação do parque antes de sua implementação. Entretanto professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que participaram do projeto de implementação do parque afirmaram que existiram reuniões anunciado por carros de som, mas que houve pouco comparecimento da população. Seja pela divulgação limitada ou por interesse dos moradores, a ausência da população nas reuniões mostra que faltou ou não foi possível fazer um dialogo eficiente entre os responsáveis pela criação do parque e os trabalhadores que vivem nos povoados.

Para Hall(2002) as identidades estão passando por um deslocamento devido a modernidade tardia onde as alterações e a simultaneidade do sentimento de pertencimento e despertencimento social se aceleram possibilitando que seja identificado (HALL, 2002). Dessa forma os processos de formação de identidades ocorrem em todos os grupos sociais, inclusive nos povoados. Entretanto a ilegalidade posta pelas leis ambientais é mais um fator que vai se somar a esse movimento.

Nos depoimentos de trabalhadores que extraem areia pode-se verificar que esta atividade tem sido realizada a noite, a resistência de agricultores em responder aos questionários, além dos relatos que extratores de pedras tiveram seus equipamentos confiscados mostra que de fato existe a ideia de ilegalidade nas atividades desses trabalhadores. O trabalho honesto e pesado que sempre os diferenciava dos desocupado ou criminoso, agora passa a ter um peso de ilegal. O discurso de alguns dos trabalhadores é que sabem que é errado, mas é a única alternativa para sustentar a família. O trabalho é tido como errado é uma alteração do valor do trabalho.

O local social dos indivíduos, ou seja, o sentimento de pertencimento/despertencimento a grupos sociais que os identifiquem é criado nas relações com os outros integrantes da comunidade e está sujeita as relações de poder que envolve as disputas dos grupos por bens simbólicos e materiais (HALL, 2011; SILVA, 2011; CUCHE, 1999; CASTELLS, 1999). A ilegalidade desse grupo posta pela legislação que trata de UC funcionaria como um marcador de identidade (WOODWARD, 2011; SILVA, 2011; CUCHE, 1999).

⁶ Foram aplicados 240 questionários em cinco povoados: Rio das pedras (81 questionários), Bom Jardim (60), Ribeira (48), Serra (32), Bula Cinza (19).

Nos contatos preliminares⁷ com a comunidade a fala dos donos das cerâmicas é de que elas estão dentro da lei diferentemente das olarias. Aparece então a ilegalidade como demarcador de identidade entre olaria e cerâmica. As olarias não conseguem se legalizar devido sua situação precária e ausência de recursos, ou seja, há uma relação de forças desiguais nas disputas que o conceito de “processos identitários”, é o que Canclini (2007) e de Castells (1999) nos permitem pensar quando falam de desigualdade de poder.

Caso parecido ocorre entre os pequenos agricultores e as plantações de eucalipto, pois no “pé” das serras que formam o parque, ou seja, dentro do que seria o parque é fácil avistar plantações de eucalipto uma planta que além de exótica não é recomendado em áreas de preservação, pois extrai grande quantidade de nutrientes do solo podendo causar seu empobrecimento. A presença desta espécie indica que na serra se fazem presentes atividades de agricultura seguindo práticas não sustentáveis ecologicamente.

A imposição de identidades ocorre quando um grupo detém o poder de nomear e/ou renomear os demais grupos (HALL, 2002). A ilegalidade dos trabalhadores pode ser entendida como uma imposição dos órgãos ambientais, onde uma norma é imposta nesse contexto. Os trabalhadores não conseguem sair da situação de ilegais, a qual é reafirmada na disputa com as cerâmicas e diante da comunidade em geral.

Um dos processos pelo qual forma a identidade para Castells (1999) é a imposição feita por instituições dominantes que são legítimos para nomear chamada de “identidade legitimada”. A ilegalidade das atividades dos trabalhadores rurais perante os órgãos reguladores ambientais podem ser vistas como um exemplo desta “identidade legitimadora”.

O conceito de “estigma” de Goffman (2004) nos ajuda a discutir a situação da ilegalidade e que pode ser utilizado com o conceito de “processos identitários” já que as identidades que são nomeadas pela identidades dominantes são colocadas em situação próxima ao conceito de estigma. A ilegalidade dos trabalhadores funciona como uma rotulagem uma marca exterior ao qual não podem sair, ou seja, um processo estigmatizante recai sobre os trabalhadores.

No estigma um grupo sofre desvalorização, pelos demais grupos, por alguma/s característica específica que possuam (GOFFMAN, 2004), no caso, não estarem de acordo com a legislação. No caso estudado, os trabalhadores rurais não tem conseguido romper

⁷ Informação extraída dos questionários.

com o estigma que pode ser entendida com expressa de uma identidade legitimadora (CASTELLS, 1999). Deste modo, absorvem o discurso de ilegalidade auto-desvalorizando-se. Este processo revela um quadro de disputas sociais desiguais.

As cerâmicas se utilizam do discurso para evidenciar diferenças de suas atividades. Procura, assim, se diferenciar das olarias. Já a comunidade dos povoados do entorno não absorve por completo, existe uma aceitação da ideia de que os trabalhadores fazem um trabalho ilegal, mas tem uma compreensão sobre a situação, pois declaram que estes trabalhadores fazem por necessidade e que o IBAMA é injusto com estes.

Como os processos identitários são um local de pertencimentos a grupos sociais o conceito de hibridismo ou hibridação serve para entender como é produzido e qual é o lugar dos trabalhadores entre o legal e ilegal. A posição dos trabalhadores não está no binarismo ilegal/legal, mas no que poderia ser chamado de “não lugar”, ou melhor, no local híbrido, local que escapa das divisões binárias (CANCLINI, 2006). As estruturas de desigualdades da região não se fundem com a ilegalidade, mas se reorganizam e reproduz/recria outras estruturas de desigualdades. Assim como o conceito de “processos identitários”, o “hibridismo” ou “hibridação” entendem que a desigualdade, nesse caso dos trabalhadores rurais, impossibilita-os de sair da identidade que é imposta pela ilegalidade.

A reação dos trabalhadores e comunidade local a ilegalidade se limita, até então, ao afirmar que seu trabalho é realizado por necessidade e não por desrespeito ao meio ambiente e que os órgãos ambientais, se referindo ao IBAMA, não agem com justiça com eles ao vetar seu trabalho e permitir o impacto ambiental das cerâmicas.

Muitos dos trabalhadores já viviam em situação de pobreza, em trabalhos exaustivos e sem direitos trabalhistas, trabalho já desvalorizado. Situação que aparece nas entrevistas quando se pergunta se querem que os filhos continuem no trabalho que eles exercem, a maioria responde que “gostariam que fizesse outra coisa que estudasse tivesse um emprego de carteira assinada”. A ilegalidade só acentua um trabalho já marginalizado. É mais uma desigualdade que se soma a situações de desigualdade recriando uma nova forma de desigualdade.

. Apesar do deslocamento do trabalho como fator central na vida dos indivíduos (GORZ, 1987; HALL, 2002), no caso desses trabalhadores um dos marcos de identidade é a ilegalidade de seu trabalho. Não que seja o único marcado, mas está como um dos principais.

A situação dos trabalhadores diferencia sobre cada tipo de trabalho e suas particularidades. A situação dos agricultores e pecuarista está ligada a ausência de desapropriação e indenização, impossibilitado aparentemente pela falta do plano de manejo com as delimitações do PARNASI. Já os extratores de recursos minerais e olarias a dificuldade está em regularizar a extração junto a ADEMA. A população não conhece o papel da ADEMA e do ICMbio, para eles o IBAMA é o único órgão responsável pelo parque. Esse é outro ponto que aponta a necessidade divulgar informações sobre como funciona o parque as leis e como viver em suas proximidades.

CONCLUSÃO

A partir da discussão feita é possível perceber que a criação do PARNASI e a leis ambientais colocam em cheque as identidades desses trabalhadores. Há algumas reações feitas pelos trabalhadores e a comunidade sobre o estigma de ilegalidade.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores declaram que é importante proteger o meio ambiente, veem como desigual o trabalho do IBAMA para com eles, pois na percepção destes as cerâmicas fazem grandes estragos a natureza, mas são legalizados, já os pequenos causam pouco impactos e são punidos. A logica do IBAMA na concepção destes é liberar para quem tem dinheiro e pode pagar caro pela liberação.

Outro ponto levantado por quem trabalha na extração de recursos minerais é quem mesmo sabendo que estão errados, mas continuam já que precisam sustentar suas famílias. A comunidade simples compartilha dessa ideia não tendo os trabalhadores como criminosos, é melhor trabalhar nessa situação do que cometer delitos.

Esses trabalhadores estão em um local hibrido não são criminosos, mas também não são mais os trabalhadores como antes, pois tem em seu trabalho uma relação tensa com os órgãos ambientais. A ilegalidade é mais um elemento que se soma a desigualdade de uma comunidade simples com trabalhos em situação precária.

Outras ações poderiam ter sido feita pelo governo como forma de minimizar o impacto da criação do parque. Como criar atividades de educação para instruir os trabalhadores rurais sobre como regularizar suas atividades perante a ADEMA.

Muitos dos conflitos que aparecem com a implementação do PARNASI poderia ter sido minimizada se tivesse sido realizada um dialogo com a participação efetiva das

comunidades do entorno. Outra ação crucial é a criação do plano de manejo para que seja possível delimitar o parque e permitir que ocorram as desapropriações e indenizações devidas. Essas ações são o primeiro passo para minimizar o impasse. As desapropriações, mesmo que indenizadas, ainda causariam impactos na vida dos trabalhadores onde estes teriam que mudar de área ou de atividade.

O que até o momento da pesquisa pôde-se verificar que o estigma de ilegalidade recai sobre os trabalhadores por estes não conseguirem se adequar a legislação devido a falta de recursos. A legislação trata da mesma forma realidades sociais diferentes, ou seja, o processo para se obter a permissão das atividades são os mesmos tanto para as olarias quanto para pequenos trabalhadores, como se todos tivessem os mesmos recursos/condições.

O estigma produzido pela criação do parque contribui para a reconfiguração/deslocamento das identidades, colocando-os em uma identidade híbrida. A ilegalidade se soma a situação de pauperismo dos trabalhadores e acaba por produzir uma realidade marcada por novas e velhas formas de desigualdade.

BIBLIOGRAFIA

BEAU, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, RJ.

BHABHA, H. “O Terceiro Espaço” entrevista de Jonathan Rutherford. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 24. P. 35 – 41. 1996, BR.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, RJ.

_____. **Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade**. 4ª ed. 1ª remp. São Paulo: EDUSP, 2006, SP.

CASTELL, M. **O poder da identidade**. Vol II. São Paulo: Paz&Terra, 1999, SP.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 1999, SP.

ENNES, M. A. Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE. **Cadernos CERU (USP)**. v.21, p. 129-143, 2010

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. [1981] 4 ed. São Paulo. 2004, SP.

GOOD, W.J.; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1979, SP.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, RJ.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10º ed. São Paulo: DP&A, 2002, SP.

_____. Quem Precisa de Identidade? In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes, 2011, RJ.

_____. Pensando a Diáspora Reflexões Sobre a Terra no Exterior. In: **SOVIK, L. (org). Da Diáspora – Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, MG.

LACLAU, E. **Emancipación y Diferencia**. 1ª ed. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1996, AR.

MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Relatório consulta unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Disponível: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119&idConteudo=9677&idMenu=11809>> Acessado em março de 2011.

SCHETTINO, S. C. ENNES, M. A. BASTOS, I. A. H. **A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade no Povoado Mundes**. Anais do Congresso Brasileiro de Ecologia. São Lourenço, set 2009.

SILVA, T.T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes. 2011, RJ.

SNUC. **Unidades de Conservação do Brasil**. Disponível em:<<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html>> Acessado em 26 de jul de 2011.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes. 2011, RJ.